USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

TESE DE DOUTORAMENTO

Justiça Social, Feminismo e Movimentos Sociais: a Secretaría das Mulleres do Sindicato Labrego Galego

Rebeca Raso Prazeres

[D312V01] Programa de Doutoramento en Educación Xénero e Igualdade

Facultade de Filosofía

Santiago de Compostela,
2017

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

TESE DE DOUTORAMENTO

Justiça Social, Feminismo e Movimentos Sociais: a Secretaria das Mulleres do Sindicato Labrego Galego

Asdo.

Rebeca Raso Prazeres

[D312V01] Programa de Doutoramento en Educación Xénero e Igualdade

Facultade de Filosofía

Santiago de Compostela,
2017

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

DEPARTAMENTO DE FILOSOFÍA
E ANTROPOLOXÍA

FACULTADE DE FILOSOFÍA
Praza de Mazarelos, 1
15782 Santiago de Compostela
Tel. +34 881 812 511
Correo electrónico: departamento.filosofia@usc.es

AUTORIZACIÓN DA DIRECTORA / TUTORA DA TESE

Dona María Xosé Agra Romero, Profesora do Departamento de Filosofía e Antropoloxía da Universidade de Santiago de Compostela (USC), como Directora da Tese de Doutoramento titulada : *Xustiza social, feminismo e movementos sociais: a Secretaría das Mulleres do Sindicato Labrego Galego,* presentada por Dona Rebeca Raso Prazeres, alumna do Programa de Doutoramento en Educación, Xénero e Igualdade [D3121V01].

Autoriza a presentación da tese indicada, considerando que reúne os requisitos esixidos no artigo 34 do regulamento de Estudos de Doutoramento, e que como Directora da mesma non incurre nas causas de abstención establecidas na lei 40/2015.

Santiago de Compostela, 15 de Febreiro de 2017

Asdo. Mª Xosé AGRA ROMERO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Às pessoas que se movem contra as injustiças.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Agradecimentos

Essa tese não existiria se não fosse por aquelas pessoas que acompanharam nessa caminhada longa e solitária.

A Maria Xosé Agra pelo apoio e amorosidade com que me acolheu como tutora esses anos. Agradeço a liberdade com que me deixou refletir e dialogar com os diferentes saberes e o encorajamento de plasmar as minhas ideias no papel. Além disso, por proporcionar-me melhores condições estruturais para poder desenvolver o trabalho, por meio do departamento de *Lóxica e Filosofia Moral*, agora chamado *Filosofia e Antropologia*.

Ao *Centro Interdisciplinario de Investigacións Feministas e de Estudos de Xénero* (CIFEX) por facilitar a minha estadia na Universidade de Coimbra em Portugal, onde pude retomar os estudos de doutoramento. Em especial quero agradecer também à Rita Radl pelas suas críticas e contribuições, nunca sem tempo.

Ao SLG por permitir que uma estranha pudesse olhar por dentro às suas ações arriscando-se a estar numa situação de maior vulnerabilidade. Também agradeço a todas as pessoas que se propuseram a colaborar com essa investigação dedicando uma boa parte do seu tempo para compartir suas ideias e sentires. Muito obrigada!

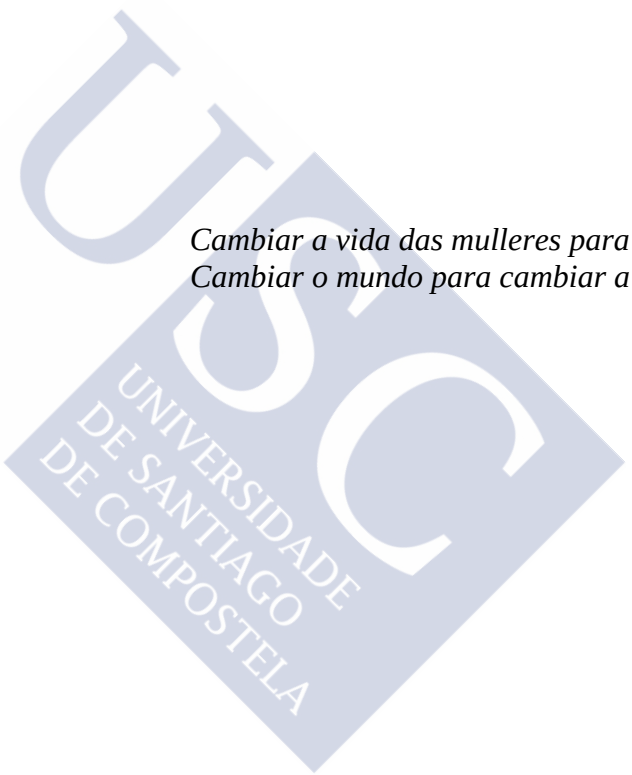
Ao *Consello da Cultura Galega*, especialmente da pessoa de Mariam Mariño Costales, pelo apoio e por facilitar o acesso a documentação.

Aos meus pais Francisco e Luciana e as minhas irmãs Marina e Débora que nunca duvidaram das minhas capacidades, apoiando-me sempre pelos tortuosos caminhos que decido trilhar.

As amig@s que foram o meu suporte e aconchego em todos esses anos de trabalho. Sem el@s, essa investigação não seria possível. Foram muitos os apoios começando pela *Real República Pra-Kys-Tão*, que fez o início dessa trajetória ser muito mais amena, a que faço especial agradecimento a Jéssica e ao Zé Eduardo, por tudo. Também à *Casa do Ceo* e ao *Purgatório* que forma a minha família galega apoiando-me e ajudando-me em muitos âmbitos, fazendo a vida ser muito mais alegre e divertida. Entre elas não posso deixar de destacar o companheirismo, amor e paciência cotidiana de Teresa, Vicki, Santi, Marisela, Noelia, Mireia e Lourdes e das minhas queridas amigas que também compõem essa família extensa: Xiana, Bea, Rosalia, Fran e Ángela, as que também se propuseram a fazer solidarias leituras, comentários e correções dos meus textos. Muito obrigada!

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Cambiar a vida das mulleres para cambiar o mundo.
Cambiar o mundo para cambiar a vida das mulleres.



USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Justiça Social, Feminismo e Movimentos Sociais: a Secretaria das Mulleres do Sindicato Labrego Galego

Resumo

A justiça social e política é uma das preocupações principais da filosofia política e dos movimentos sociais emancipatórios. O feminismo, como movimento teórico-prático, tem criticado a concepção hegemônica de justiça por esta não contemplar aspectos da estrutura social que dão sustento as injustiças, entre elas as relacionadas com o sistema sexo-gênero. Sendo necessário repensar a sua própria concepção para que o seu alcance seja maior, fazendo possível a mitigação das injustiças. Esse trabalho analisa como essas contribuições têm sido traduzidas pelos movimentos sociais, pondo foco na experiência desenvolvida pela *Secretaria das Mulleres* do SLG. O objetivo reside em compreender como os sujeitos protagonistas percebem mudanças na sua cotidianidade a raiz dessas iniciativas. Nos aspectos metodológicos, parte-se do marco teórico e epistemológico feminista fazendo uso também de técnicas qualitativas que favorecem a escuta dos sujeitos. Os resultados evidenciam a potencialidade dos movimentos sociais em repensar a justiça e a política e ainda, reforça a ideia de inseparabilidade dos paradigmas distributivos e de reconhecimento no enfrentamento das injustiças derivadas do sistema sexo-gênero.

Palavras chave

Justiça social, política, feminismo, movimentos sociais

Resumo

A xustiza social e política é unha das preocupacións principais da filosofía política e dos movementos sociais emancipatorios. O feminismo, como movemento teórico-prático, ten criticado a concepción hexemónica de xustiza por (esta) non contemplar aspectos da estrutura social que sustentan as inxustizas, entre elas as relacionadas co sistema sexo-xénero; Sendo necesario repensar a (súa propia concepción) a propia concepción feminista da xustiza para que o seu alcance sexa más amplo. (, facendo posíbel a mitigación das inxustizas). Ese traballo analiza como esas contribucións tense traducido polos movementos sociais, pondo foco na experiencia desenvolvida pola Secretaria das Mulleres do SLG. O obxectivo reside en comprender como os suxeitos protagonistas perciben mudanzas na súa cotidianeidade a raíz desas iniciativas. Nos aspectos metodolóxicos, se parte do marco teórico e epistemolóxico feminista combinado con técnicas cualitativas que favorecen a escoita dos suxeitos. Os resultados evidencian a potencialidade dos movementos sociais para repensar a xustiza e a política, o mesmo tempo que amosan a inseparabilidade dos paradigmas distributivos e de recoñecemento no enfrontamento das inxustizas derivadas do sistema sexo-xénero.

Palabras chaves

Xustiza social, politica, feminismo e movementos sociais

Resumen

La justicia social y política es una de las preocupaciones principales de la filosofía política y de los movimientos sociales emancipatorios. El feminismo, como movimiento teórico-práctico, ha criticado la concepción hegemónica de justicia por (esta) no contemplar aspectos de la estructura social que sustentan las injusticias, entre ellas las relacionadas con el sistema sexo-género. Siendo necesario repensar (su) la propia concepción feminista de la justicia para que su alcance sea más amplio, (haciendo posible la mitigación de las injusticias). Ese trabajo analiza cómo esas contribuciones han sido traducidas por los movimientos sociales, poniendo foco en la experiencia desarrollada por la *Secretaria das Mulleres* del SLG. El objetivo reside en comprender cómo los sujetos protagonistas perciben cambios en su cotidianeidad derivadas de estas iniciativas. En los aspectos metodológicos se ha partido del marco teórico y epistemológico feminista combinado con el uso de técnicas cualitativas que favorecen la escucha de los sujetos. Los resultados evidencian la potencialidad de los

movimientos sociales para repensar la justicia y la política y, además, nos muestran la inseparabilidad de los paradigmas distributivos y de reconocimiento en el enfrentamiento de las injusticias derivadas del sistema sexo-género.

Palabras clave

Justicia social, politica, feminismo e movimientos sociales

Summary

Social and political justice is one of the main worries of political philosophy and emancipatory social movements. Feminism, as both a theoretical and practical movement, has criticized the hegemonic conception of justice due to the fact that it does not consider aspects of the social structure than support injustice, such as those related to the sex-gender system. This makes feminism necessarily rethink its own conception of justice in order to have a wider significance, making the mitigation of injustice possible. This work analyses how these contributions have been understood by social movements, focusing on the experience developed by the SLG's Secretaría das Mulleres. Its objective is to understand how the main subjects perceive changes in their daily life due to these initiatives. In the methodological aspects we start from the theoretical and epistemological framework of feminism and we combine it with the use of qualitative methods that favour the subjects' voices. Not only do the results evidence the potential of social movements to rethink justice and politics, but they also also show the indivisibility of distributive and recognition paradigms in the fight against the injustices derived from the sex-gender system.

Keywords

Social justice, politics, feminism, social movements

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Indice

INTRODUÇÃO 17

1. PILARES TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS 25

1.1 MOVIMENTO FEMINISTA E A EMERGÊNCIA DO SISTEMA SEXO-GÊNERO PARA A JUSTIÇA SOCIAL 31
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ATOR CHAVE PELA JUSTIÇA SOCIAL 52
1.2.1 Movimentos sociais como espaços emancipatórios. 56
1.2.2 Os movimentos sociais e as injustiças do sistema sexo-gênero 61
1.2.3 Movimento Altermundialista 73

2. CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DAS LABREGAS: GALÍCIA, SERÁ ESTE UM CASO A PARTE? 87

2.1 O TERRITÓRIO E A CASA, PARADIGMAS SÓCIO-ECONÔMICO. 88
2.2 MODERNIZAÇÃO NO CENTRO DA VIDA 101
2.3 AS CONFLITIVIDADES COMO PERIGO E OPORTUNIDADE 110
2.4 NOTAS SOBRE O FEMINISMO NA GALÍCIA 120

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS 129

3.1 DESENHO METODOLÓGICO 130
3.2 INVESTIGADORA SITUADA 137
3.3 TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO: MOSTREO E INSERÇÃO NO CAMPO ESTUDADO. 140

4. UM PROJETO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO CAMPESINA GALEGA. AS MULHERES FAZEM PARTE? 149

4.1 A EMERGÊNCIA DE UMA SECRETARIA DA MULLER NO SLG 158
4.2 LABRANDO O FUTURO 164
4.3 LABREGAS ANTE A AGENDA 2000 169
4.4 O CAMINHO DA CONSOLIDAÇÃO DE ESPAÇOS PRÓPRIOS DAS LABREGAS NO SLG 175
4.5 O FUTURO NAS NOSSAS MÃOS 186
4.6 PARA AS INJUSTIÇAS: REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO 199
4.7 UM MUNDO RURAL VIVO COM MULHERES 234
4.8 NEM TODA VITÓRIA É UMA BATALHA GANHA, MAS É UM PASSO. 244
4.9 A CRISE CHEGA MAIS A UMAS QUE A OUTROS 250

5. ESCUTANDO AS DIFERENTES VOZES 257

5.1 INFORMANTES SITUADAS 258
5.2 TRAJETÓRIAS DE PARTICIPAÇÃO 260
5.3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A ARTICULAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO 274
5.4 SUJEITOS POLÍTICOS: A IDENTIDADE IMPORTA. 300

5.5 POLÍTICA DE RE-SIGNIFICAÇÃO DE MULHERES LABREGAS COMO SUJEITOS POLÍTICOS 306
5.6 EM BUSCA DA IGUALDADE: UMA IMAGEM OU UMA PRÁTICA? 309

6. SEMEANDO A IGUALDADE 319

6.1 A COLMEIA 327
6.2 AS ABELHAS 330
6.3 FAZENDO O MEL 340
6.4 O ENXAME 347
6.5 MUDANÇAS NO FAVO 358
6.6 AS ABELLHAS RAINHAS 364
6.7 DO POLEM AO MEL? 370

7. CONCLUSÕES 375

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 387

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS 407

LISTA DE QUADROS 411

ANEXOS 413

RESUMEN 447

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Introdução

A justiça talvez seja um dos problemas mais antigos da filosofia política e mais emergente para as pessoas que sofrem com as injustiças. É sobre essa necessidade de construir sociedades mais justas que se rege esse trabalho, motivado pela busca de estratégias para enfrentar as injustiças. Uma necessidade que nasce da práxis cotidiana do meu atuar como sujeito político e das limitações que são impostas dadas as desigualdades de poder estruturadas na nossa sociedade, especialmente daquelas derivadas do sistema sexo-gênero. Limitações essas que também estão inseridas nas estruturas e são reproduzidas no interior de espaços que trabalham por construir um outro mundo, como são os movimentos sociais emancipatórios.

A minha preocupação com a justiça social me levou a participar em diferentes movimentos sociais. Primeiro no Brasil, onde me envolvi com movimentos de juventude, estudantil, ambientalista e feminista. Com a minha inserção na Universidade também tive contato com o movimento camponês, por meio do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST). Já na Galícia, participei do movimento 15-M ou Movimento Indignad@s e de outros espaços identificados como libertários, alternativos e de esquerda. Nesses espaços dei-me conta da insistente reprodução de diversas formas de expressão das opressões no interior desses movimentos, especialmente daquelas relacionadas com o sexo-gênero. Opressões experimentadas no corpo de diversas formas como a exclusão dos espaços de representação, poder e tomada de decisões; a divisão sexual do trabalho, a falta de respeitabilidade e de autoridade, ridicularização, humilhação, intimidação, ameaças e, claro, violência sexual. Problemas que são relatados e compartidos por um amplo público feminino, e por outros grupos sociais ao meu redor, que também vem sendo registrados na literatura. Diante dessas situações, os discursos e as práticas cotidianas dentro dos movimentos se mostravam contraditórios e incoerentes, uma vez que esses espaços ao estarem comprometidos com a justiça social reproduziam lógicas opressivas e se resistiam a enfrentar injustiças. Tal incoerência me levou a questionar como poderia ser possível que os movimentos sociais que lutam pela justiça social se resistam a pautar com seriedade as questões referentes às injustiças do sistema sexo-gênero?

Essa contradição não é nova, nem localizada em certos movimentos e organizações. O nascimento do movimento feminista já no final do século XVIII e início do XIX surge dessa mesma contradição, quando os revolucionários democratas não incluíam as mulheres como cidadãs, como seres políticos plenos, deturpando o ideal universal de igualdade e liberdade. A história do pensamento feminista, que mistura teoria e prática, conta a recusa da construção hierárquica das relações entre masculino e feminino e nos seus contextos específicos, uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Uma história que continua a ser relegada em muitos âmbitos, mas que conquista espaço, se diversifica e complexifica em suas análises. Resultado que se revela como um dos campos mais produtivos em estudos, investigações e propostas sociais dentro do panorama intelectual internacional (SCOTT, 2008). Mostra-se também como um dos movimentos contemporâneos mais importantes. Nesse campo, o movimento feminista se destaca pela sua continuidade, grande heterogeneidade e potencial crítico e analítico. Este é hoje um dos movimentos por justiça social e política de caráter emancipador e transformador de maior relevância no cenário político. Questiona as relações sociais e as estruturas de poder da sociedade dando, desde diferentes âmbitos e correntes, contribuições fundamentais às teorias da justiça. Em especial, tem desvelado como o sistema sexo-gênero tem operado opressões sobre as pessoas, em particular sobre as mulheres.

Por meio das suas teorias, o movimento feminista tem criticando o caráter universalista e imparcial do cívico, do público, do indivíduo e da cidadania em que se baseiam as concepções hegemônicas da justiça social. Tais concepções estão intimamente relacionadas com as formas de pensar a política e a justiça, sobre as quais se estruturam as causas das opressões. Estas concepções estabelecem e normatizam uma ideia de cidadania sobre um ideal de sujeito que transcende e nega as diferenças, normatizando determinados comportamentos e atributos pessoais, ao mesmo tempo que estigmatiza outros como desviados, transformando-os em alteridade. Formas que mascaram a perspectiva de grupos sociais dominantes que se proclamam como universais e neutros. Tudo isso está naturalizado em dicotomias que sustentam e acentuam posicionamentos desiguais e hierárquicos entre as pessoas na estrutura social, que são vivenciadas na sua cotidianidade, assim como no corpo. Ademais, expulsam da arena do público aqueles aspectos da existência humana cuja significação política é negada como a família, a sociedade civil e aqueles relativos ao corpo, às necessidades e aos afetos,

cimentados no privado. Assim excluem diversos grupos sociais dos âmbitos políticos e públicos, como ocorre com as mulheres. Por isso, as feministas têm insistido na necessidade de uma concepção de justiça na qual todos os membros da sociedade estejam incluídos, o que implica que qualquer teoria da justiça leve em conta o sistema sexo-gênero como eixo da estrutura social, uma vez que este sustenta desigualdades e hierarquias (FRASER, NANCY *et al.*, 1996; YOUNG, 2000).

Por meio dessa práxis feminista, as contradições no interior dos movimentos sociais emancipatórios não passaram despercebidas, revelando-se como *campos de conflitos* (ALVAREZ, 2009). Resultado que chega aos dias de hoje na impossibilidade de pensar a justiça social e política sem ter em conta as mulheres e as injustiças derivadas do sistema sexo-gênero. Além disso, reforçam a emergência de buscar estratégias que as eliminem, posto que segue a dar-se a invisibilidade e infravaloração das experiências protagonizadas pelas feministas e mulheres no seio dos movimentos sociais. Nesse sentido, dediquei os meus estudos do mestrado em perceber como o MST, movimento político e ideológico de referência internacional que reclama mudar o modelo de sociedade, vinha incorporando os discursos feministas na sua organização. O resultado foi a verificação de um campo de conflito rico em iniciativas e estratégias que pouco se tem discutido. A interferência dos discursos feministas no interior do movimento demonstrava ter um enorme potencial transformador que pouco se vinha levando em conta ou sendo valorado. Ao mesmo tempo em que sinalizava a existência de uma série de obstáculos que impediam que as pautas das mulheres/feministas se inserissem nos debates políticos centrais levados por esses movimentos.

Tais resultados me levaram a dar continuidade ao trabalho de investigação, uma vez que os movimentos sociais têm demonstrado serem atores sociais importantes na nossa sociedade com capacidade de interferir nas agendas políticas do âmbito local ao internacional. Ao mesmo tempo, estes são espaços de produção e experimentação de saberes e práticas emancipatórias que tem levado a mudanças significativas da sociedade ao longo da história (DELLA PORTA, 2015; TILLY; WOOD, 2009). Por isso, parecem jogar um papel estratégico nesse repensar da justiça e da política; e na construção de sociedades mais justas, nas que todas as pessoas tenham espaço. Por ser estratégico, se faz importante analisar os limites e as oportunidades que esses espaços têm proporcionado para incluir as injustiças

derivadas do sistema sexo-gênero como uma questão de justiça social e política. Assim como investigar de que maneira essas ideias tem-se traduzido em experiências que possam promover melhorias na vida das pessoas e na transformação das estruturas sociais.

Na minha trajetória acadêmica, outra preocupação se soma, influenciando as minhas opções epistemológicas e metodológicas. Esta se refere à minha responsabilidade enquanto investigadora, uma posição privilegiada que é estar na Universidade, dentro dessa sociedade de enormes desigualdades nas quais este espaço é acessível a um reduzido número de indivíduos (YOUNG, 2011). Um lugar de poder, onde as vozes de grande parte dos sujeitos não são ouvidas, nem seus corpos e expressões participam. O que quer dizer que elas estão excluídas de vários espaços de tomada de decisões e de significações com sérias repercussões sobre as suas vidas. Um fato que, em si, forma parte das injustiças sociais. Derivada dessa responsabilidade, e concordando com Sandra Harding (1996) de que os pequenos avanços são fundamentais para conseguirmos grandes transformações sociais e que, ademais, estas devem vir de uma combinação entre o que se produz dentro e fora do campo científico, é que me propus a seguir investigando.

No final do ano de 2011, quando o ciclo de protestos ascende em diversos territórios, incluído o galego, encontrei-me com uma experiência inédita da *Secretaria das Mulleres do Sindicato Labrego Galego* (SLG). Uma organização mista (na qual participam homens e mulheres) do movimento camponês liderado por mulheres nos seus últimos 28 anos (1989 – 2017), que tinha como uma das suas fortalezas a secretaria das mulheres. Ademais, uma organização de referência em muitos aspectos como a luta pela soberania alimentar, pela auto-organização campesina, mas especialmente pela sua práxis no que diz respeito aos temas relacionados com as desigualdades derivadas do sistema sexo-gênero. Referência que se dá a multi-níveis, quer dizer, no âmbito galego, onde reside a sua afiliação; no Estado Espanhol, por meio da sua participação da *Coordinadora de Organizacións Agrárias e Gandeiras* (COAG) e a nível internacional (europeu e mundial) na Via Campesina. Um reconhecimento difícil de ser visto, principalmente com respeito ao enfrentamento das injustiças do sistema sexo-gênero dentro do campo dos movimentos campesinos, que seguem marcados por lideranças e padrões masculinos (DESMARAIS, 2007; HERNÁNDEZ, 2010).

Desse encontro, a proposta formulada inicialmente para esse projeto de investigação era fazer um estudo comparado entre as experiências do MST e do SLG. No entanto, ao avançar com os estudos verifiquei a impossibilidade de construir um marco que pudesse servir para comparar tais experiências. As diferenças nas que se moviam ambas as organizações eram tão amplas que compará-las não se fazia possível, principalmente porque são escassos os estudos e dados com bases metodológicas e com focos semelhantes (RAGIN, 2007). Por isso, abdiquei do estudo comparado para inserir-me no contexto galego, em especial, na experiência inovadora promovida pela *Secretaria das Mulleres* do SLG. Apesar do seu destaque são escassos os estudos dedicados a ela, e menores ainda são as investigações sobre experiências desenvolvidas no enfrentamento das problemáticas derivadas do sistema sexo-gênero no contexto galego.

Dentro da problemática abordada por esse estudo, a experiência da Secretaria chama a atenção, servindo para articular teoria e prática, o que se faz fundamental para pensar outras concepções de justiça e política. Ao mesmo tempo, evidencia como outras concepções de justiça (que não a hegemônica) têm sido traduzidas em iniciativas, alçando pistas e análises sobre os caminhos que se tem trilhado na construção de sociedades mais justas, entendendo que esta vai além da igualdade entre homens e mulheres, conlevando uma transformação social.

A problemática dessa investigação, portanto, se assenta na potencialidade dos movimentos sociais emancipatórios de interferir nos cenários políticos ao construírem discursos alternativos e experiências inovadoras e concretas que promovem mudanças nas estruturas da nossa sociedade. Sendo que, por outro lado, verifica-se a persistência de resistências em tratar e incorporar as questões referentes às injustiças do sistema sexo-gênero como problemáticas políticas e sociais, gerando espaços de conflitos, uma vez que as mulheres e o movimento feminista atuam. Daí o título desse trabalho: Justiça social, feminismo e movimentos sociais.

A articulação desses três temas conforma a base teórica, epistemológica e metodológica dessa investigação. Sobre elas, discuto na primeira parte desse trabalho que está recolhido basicamente nos três primeiros capítulos. No primeiro capítulo “Movimento feminista e a emergência do sistema sexo-gênero para a justiça social”, aponto os eixos

chaves da contribuição que a teoria crítica feminista faz para pensar a justiça social e política com o intuito de enfrentar as injustiças derivadas do sistema sexo-gênero, em especial. Demarco como essas problematizações feministas tem ganhado terreno no processo sócio-histórico dos movimentos sociais emancipatórios, na busca pela transformação social e política.

O segundo capítulo, "Contexto sócio-político das labregas", é dedicado a conhecer o contexto mais concreto em que se movem as protagonistas das ações que serão analisadas mais detidamente. Para entender as expressões das opressões é imprescindível compreender as especificidades do contexto sócio-histórico onde elas ocorrem (YOUNG, 2000). Por isso, Tilly (2009) afirma que, para entender as iniciativas, as campanhas, os repertórios de ações e as demonstrações de força e unidade dos movimentos e das suas organizações, faz-se fundamental perceber o contexto sócio-histórico, os processos de criação cultural das ações coletivas e de resistências praticadas nesse território. Assim como as injustiças, as oportunidades e limitações identificadas pel@s protagonistas, os recursos dos que dispõem e como os utilizam. Em resumo, tudo isso são aspectos fundamentais para entender as situações, limitações e oportunidades que puderam interferir no desenvolvimento de certas ações dos sujeitos participantes e para indicar possíveis mudanças nas estruturas sociais. No entanto, mesmo que o contexto e a experiência sejam singulares e únicas, elas podem contribuir para análises mais amplas.

No terceiro capítulo "Aspectos metodológicos", explico o desenho metodológico construído na busca por fazer dessa investigação um espaço que provocasse diálogos com diferentes atrizes e atores sociais e seus saberes localizados. O diálogo e as conexões entre diversos conhecimentos, suas traduções e, ainda, por meio de teorias críticas com dimensão ética e política é que se pode contribuir para alterar as relações de poder, dos significados e dos corpos (HARAWAY, 1995). Na tentativa de afastar-me da tradição colonizadora de saberes e práticas de outrem, essa investigação também tem a pretensão de contribuir para a ampliação do espaço comunicativo entre as diferentes vozes, com especial destaque para aquelas que são pouco ouvidas, uma questão de justiça na que a teoria crítica feminista vem insistindo.

Tendo isso em conta, o desenho construído utiliza métodos e técnicas que buscam responder melhor às bases epistemológicas e ao objetivo a que se propõe o estudo, que é compreender como os sujeitos participantes dos movimentos sociais têm percebido mudanças a partir de iniciativas relacionadas com o sistema sexo-gênero desenvolvidas por este, na busca por construir sociedades mais justas. Assim, são utilizadas ferramentas da metodologia qualitativa por se tratarem de instrumentos mais adequados para valorizar a escuta dos sujeitos da investigação. Pois serão as suas vozes as que guiam a análise sobre a articulação que os movimentos sociais têm feito na busca por justiça social e política. Por esse motivo a pesquisa documental e bibliográfica, combinada com observação participante e entrevistas semi-estruturadas foram as trabalhadas, conformando uma estrutura metodológica. A pesquisa documental realizada no jornal interno, o FOUCE, foi uma parte relevante desse trabalho dada a falta de informações sistematizadas e a dificuldade de acesso inicial ao campo de estudo. É ela que vai construir o mapa inicial do contexto em que se desenvolvem as iniciativas, assim como estabelecer os primeiros critérios de seleção para as entrevistas e dos focos de interesse.

Com isso podemos adentrar numa segunda parte do trabalho que também está dividida em três capítulos. Esta está dedicada a ampliar esse espaço de diálogo entre diferentes atrizes e atores. O capítulo “Um projeto de auto-organização campesina galega. As mulheres fazem parte?” abre essa segunda parte na que se analisa o processo da experiência da *Secretaria das Mulleres* do SLG. As oportunidades, os limites e as estratégias encontradas e que fizeram possível que essa experiência se tornasse uma referência internacional. Aqui se vê refletida principalmente a análise documental do FOUCE, na que se identifica e se discute sobre os processos que geram as iniciativas desenvolvidas. No capítulo, “Escutando as diferentes vozes”, damos passo a conhecer tanto os contextos mais concretos nos que os sujeitos protagonistas dessa investigação estão envolvidos, quanto o lugar sócio-político de onde eles falam, para poder compreender as razões e intensões por traz dos seus discursos e ações. Portanto, sendo possível entender como elas identificam e percebem as iniciativas promovidas pela *Secretaria das Mulleres* do SLG e o processo que leva o seu envolvimento e o desenvolvimento de tais iniciativas. Para por fim a esta segunda parte do trabalho, o capítulo “Semeando a igualdade” discute com base em seus discursos, a indagação sobre os possíveis efeitos que tais iniciativas têm desencadeado. Tudo isso sob o foco de como esta organização do movimento social tem trabalhado a partir de outras concepções de justiça que não a

canônica, nas que as injustiças do sistema sexo-gênero sejam tratadas dentro dos paradigmas inseparáveis de reconhecimento e distributivo e como elas tem se traduzido em ações e em mudanças na vida cotidiana dos sujeitos.

As conclusões principais sustentam a prerrogativa da teoria crítica feminista sobre a necessidade de uma concepção de justiça que vá além do paradigma distributivo hegemônico para conseguir mitigar as injustiças do sistema sexo-gênero, portanto, sendo possível avançar para sociedades mais justas. A articulação entre os paradigmas distributivos e de reconhecimento da justiça, traduzidas em iniciativas, tem favorecido processos emancipatórios significativos e aberto espaços de participação político-pública mais heterogêneos. Por sua vez, isso tem influenciado num repensar sobre a justiça e a política, ampliando o alcance das mesmas para âmbitos "privados" como podem ser a casa e a família. Isso também tem favorecido a diminuição das distancias dicotômicas entre o que se entende por público e privado, aumentando as oportunidades de deslocamento das relações de desigualdade de poder entre os sujeitos e grupos sociais envolvidos. Aspectos fundamentais para a existência de justiça social e política. Mas vale a pena atentar para os perigos dos retrocessos latentes que, com facilidade, podem demolir uma grande parte do trabalho desenvolvido durante um longo período.

Finalmente, apresento a bibliografia citada, impressa e eletrônica, e três anexos: o anexo I corresponde a relação de noticias do FOUCE do ano de 2003 a 2013 identificadas como tendo foco questões relacionadas com as mulheres e a estrutura utilizada para as entrevistas; o anexo II achega a relação de documentação institucional consultada e outra dos movimentos sociais e, o anexo III tras alguns materiais gráficos de caráter ilustrativo.

1. Pilares teóricos e epistemológicos

O ato de investigar é muito mais complexo do que o trâmite de recolha dos dados, análise e conclusões. Passa, antes de tudo, por uma opção política e ideológica na qual as decisões teóricas e metodológicas refletem a forma como se vê e se interpreta o mundo. Nesse sentido, nenhum processo de produção do conhecimento científico é neutro, como tenta sustentar o pensamento positivista. Como afirma Donna Haraway (1995), qualquer reivindicação do conhecimento parte sempre de uma perspectiva situada, parcial e localizada, uma vez que diz respeito a uma relação de poder; e não a uma verdade absoluta e universal. Esse trabalho não é diferente. Quem investiga é um ser corporizado que parte de um lugar, de uma situação, que tem uma visão da realidade parcial e que tem uns propósitos. Por isso, quero evidenciar, ainda que brevemente, os pressupostos que levam a problemática discutida nessa investigação e que são determinantes para as escolhas epistemológicas e metodológicas.

Na minha história tenho carregado a preocupação com a justiça social que me levou a participar de diferentes movimentos sociais. Iniciei a trajetória em Brasil participando de movimentos como o de juventude, ambientalista, feminista e estudantil. Com a inserção na Universidade, encontrei-me com o mundo campesino e me aproximei do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST) como "amiga-colaboradora". Com a emigração tive a oportunidade de participar do movimento 15-M ou Movimento Indignad@s e de participar de diferentes espaços identificados como libertários, alternativos e de esquerda, concretamente em Santiago de Compostela. Nesse percorrido três questões vêm causando-me inquietações: a primeira é com respeito as dificuldades que as pautas das mulheres/feministas têm para se inserirem nos debates políticos centrais. Em outras palavras, os atrancos que as problemáticas relacionadas com as injustiças do sistema sexo-gênero enfrentam para serem debatidas e incorporadas na práxis dos movimentos sociais que lutam pela justiça social.

Dificultades experimentadas no corpo sobre diversas expressões das opressões como a exclusão dos espaços de representação, poder e tomada de decisões; a divisão sexual do trabalho, a falta de respeitabilidade e de autoridade, ridicularização, humilhação,

intimidações, ameaças e, claro, violência sexual. Problemas que são relatados e compartidos por um amplo público feminino, e por outros grupos sociais oprimidos ao meu redor e que também vem sendo registrados na literatura. Diante dessas situações, os discursos e as práticas cotidianas se mostravam contraditórios e incoerentes uma vez que espaços comprometidos com a justiça social reproduzem lógicas opressivas e se resistem a enfrentar problemas de injustiça. Então me pergunto: Como pode ser possível que os movimentos sociais que lutam pela justiça social se resistam a pautar com seriedade as questões referêntes as injustiças do sistema sexo-gênero?

No entanto, essas contradições não passaram desapercebidas nem no interior nem fora dos movimentos sociais, relevando-se como *campos de conflitos*, em palavras de Sônia Alvaréz (2009). Esses campos de conflito me levam a segunda inquietação. Esta reside na assombrosa capacidade das mulheres e do feminismo em reinventar as suas formas de resistência e ação coletiva. Ações feitas desde um lugar onde muitas frentes de luta devem ser abertas para conseguir levar adiante as suas reivindicações. Continuam a me impressionar a potência das estratégias utilizadas, as formas de resignificar e fazer política e a sua capacidade de análise crítica. A história do pensamento feminista, segundo Joan Scott (2008), é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; e, nos seus contextos específicos, é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Uma história ainda pouco conhecida em muitos âmbitos, que mistura teoria e prática com três séculos de experiência. Longe de ser um movimento *uno*, tem ampliado o número de "adept@s" ao mesmo tempo em que aprofunda e diversifica o seu campo de análise e ação. Prova disso é que a teoria feminista tem se revelado um dos âmbitos contemporâneos mais produtivos em estudos, investigações e propostas sociais dentro do panorama intelectual internacional (VARELA, 2008). Resultado que chega a dias de hoje na impossibilidade de pensar a justiça social sem ter em conta as mulheres e, pese as resistências, com a emergência de buscar estratégias que eliminem as injustiças relacionadas com o sistema sexo-gênero. Uma delas é a continuada invisibilidade e infravaloração das experiências protagonizadas pelas feministas e mulheres no ceio dos movimentos sociais. Assim dediquei os estudos do mestrado em perceber o percorrido do discurso feminista dentro do MST. Uma organização de referência internacional que é indicada como o movimento responsável pelo surgimento da

questão agrária[1] na consciência nacional brasileira, tendo demonstrado ser um movimento político e ideológico que reclama mudar o modelo de sociedade. (FALKEMBACH, 2007) Em resumo, um ator político com grande capacidade de influência na agenda política brasileira e internacional que tem a justiça social como eixo fundamental de luta. Assim descreve uma das investigadoras que estudam esse movimento.

> O MST é, na atualidade, o maior movimento social popular organizado do Brasil e possivelmente da América Latina, que não só concretiza o desafio às estruturas institucionais, senão também aos modos de vida e de pensar, às normas e códigos morais e à ruptura com a ordem e o consenso social e o controle territorial vigente. Ele atua sobre um problema estrutural na sociedade brasileira, advindo de necessidade de direitos sociais básicos, como o direito à comida, à moradia, ao trabalho etc. Atua como ator político e a sua demanda básica, a terra, diz respeito a um dos pilares da sociedade capitalista: a produção social do espaço e a sua apropriação privada. O Movimento questiona esta apropriação e distribuição da propriedade da terra ao propor uma nova forma de acesso a ela: a ocupação. (FRANCO GARCÍA, 2004, p. 156)

Na busca por justiça social travada pelos movimentos sociais emancipatórios, emerge a necessidade de buscar alternativa para fazê-la efetiva. Nessa práxis, os paradigmas distributivos e de reconhecimento da justiça, na aparência, surgem como dois aspectos dissociados. Como argumenta Nancy Fraser (1996), uma dissociação que se convertem numa falsa antítese. Sobre essa separação também se teoriza a ação coletiva, os movimentos sociais e os seus propósitos. Separam aqueles que reivindicam igual reparto entre aqueles por reconhecimento e cultura. Por sua vez, os movimentos também são influenciados por tais teorias. Sobre isso, as perspectivas feministas têm dado importantes contribuições pondo em releve a indissociabilidade desses dois aspectos para tratar das injustiças sociais e da necessidade de integrar âmbos aspectos emancipadores dentro do mesmo marco compreensivo. Seguindo a Fraser, a raça e o gênero conformam o que ela chama de *coletivos bivalentes,* que representam claramente essa indissociabilidade entre aspectos distributivos e de reconhecimento para se tratar das injustiças. Dentro desse pensar, está imerso o trabalho de elaboração e articulação de alternativas e/ou remédios que consigam romper com as injustiças

[1] A luta pela terra também não é atual. Os problemas da terra no Brasil passam por vários outros como a exclusão social, a expropriação das terras nativas, expulsão d@s camponês@s da terra que vem desde a colonização portuguesa (século XVI), ou seja, não se localiza apenas no território rural, se remete ao modelo de sociedade.

possibilitando a construção de sociedades mais justas, no que os movimentos sociais emancipatórios são um ator chave.

Nesse sentido, parece-me fundamental identificar e compreender o papel que tem jogado os movimentos sociais emancipatórios nesse repensar da justiça e da política; e na construção de sociedades mais justas, já que estes conformam um importante ator social com capacidade de inferir nas agendas políticas do âmbito local ao internacional. Ao mesmo tempo, estes são espaços de produção e experimentação de saberes e práticas emancipatórias que tem levado a mudanças significativas da sociedade ao longo da história. (DELLA PORTA, 2015; TILLY; WOOD, 2009). Assim me pergunto: Quais são os limites e as oportunidades que os movimentos se têm proporcionado para a construção de sociedades mais justas? Que experiências têm possibilitado avanços na vida das pessoas? Parafraseando o lema Zapatista, que caminhos têm-se trilhado para o pensar-atuar a justiça de forma na que todos os mundos e sujeitos tenham cabida? Essas perguntas guíam a investigação que aqui se apresenta.

No decorrer do meu caminho, uma terceira preocupação se soma, agora derivada da minha inserção no mundo acadêmico. Esta se refere a minha responsabilidade enquanto investigadora vinculada a Universidade, que me coloca num espaço privilegiado dentro dessa sociedade de enormes desigualdades. Um lugar de poder, onde as vozes de uma grande parte de sujeitos não são ouvidas, nem seus corpos e expressões participam. Portanto, estão excluídas de vários espaços de tomada de decisões e de significações com sérias repercurssões nas suas vidas. Um feito que, em si, forma parte das injustiças sociais. Diante dessa situação na que ocupo uma posição privilegiada, como posso contribuir para abrir possibilidades ou espaços para que outras vozes possam ser ouvidas? (CARVALHO, 2011; YOUNG, 2011) Estas também é uma preocupação vem sendo recalcadas ao longo da história do movimento feminista e que também é parte intriseca dessa tese.

Na tentativa de separar-me das lógicas colonizadoras, interessei-me por perspectivas que criticam e desconstroem as relações de poder existentes, que fazem representações parciais da realidade e que, ao serem compartilhadas, constroem conhecimentos comprometidos com a criação de outras realidades, como faz a Teoria Crítica Feminista. Esta levanta outra concepção do conhecimento e critica as bases epistemológicas que caracterizam

as ciências modernas (as concepções empiristas e as concepções racionalistas/positivistas), residindo na tentativa de repensar e reconstruir radicalmente o significado da emancipação humana (BENHABIB *et al.*, 1990; HARAWAY, 1995). Uma proposta especialmente valiosa para todas aquelas pessoas que desejam contribuir para a construção de sociedades mais justas e, portanto, sem opressões. Ela também tem implicações metodológicas, pois, desde uma investigação feminista, tanto a definição da problemática quanto a atitude reflexiva de quem investiga são elementos que devem estar no mesmo plano do que é estudado. A autoconsciência política, moral e histórica é importante para poder avaliar a adequação das práticas de investigação, porque todo conhecimento é uma prática social, contextual e situada. Portanto, a objetividade do conhecimento cientifico deve incorporar as múltiplas perspectivas que ficam fora do discurso oficial hegemônico (HARDING, 1996)

Compartilhando a crença de Harding (1996) de que as soluções para grandes mudanças sociais devem vir de dentro e de fora da ciência, e que os pequenos avanços são fundamentais para alcançarmos grandes transformações, é que dediquei esforços sobre o que segue. Uma investigação que nasce de inquietudes pessoais para encontrar estratégias eficazes que diminuam e rompam com as redes e os ciclos viciosos que promovem injustiças. Sem dúvida, uma utopia. Mas é com essa postura que me coloco numa posição de diálogo com diferentes atrizes e atores e seus saberes e conhecimentos, também localizados. Seguindo a proposta de Haraway (1995), é o diálogo e as conexões entre os diversos saberes localizados, as suas traduções e, ainda, através de teorias críticas com dimensão ética e política, que se pode contribuir para a alteração das relações de poder, dos significados e dos corpos. Sob essas pretenções é que me disponho a tentar ampliar o espaço comunicativo entre diversas vozes, com especial destaque para aquelas que são pouco ouvidas, tentando afastar-me da tradição colonizadora de saberes e práticas de outrem.

Dessa, também tento distanciar-me dos relatos monolíticos e homogêneos de representação dos sujeitos e grupos, por estas gerarem consequências negativas de dominínio de uns sobre outros, como acontece constantemente com as representações hegemônicas que fazem das mulheres ou dos territórios do sul global, por citar alguns. Referente a isto, Rita Radl (2012; 2010) alerta sobre a redução da problemática epistemológica feminista nos chamados *woman's studies* a uma problemática de presença igualitária das mulheres. Dessa forma, ignoram a sua questão central presente desde os inícios das reivindicações e críticas

feministas, sobre a própria concepção científica impregnada por uma suposta neutralidade axiológica cientificista. Assim a epistemologías feministas vem questionando a ciência moderna desde o seu conhecimento até os seus métodos, pois esta tem alimentado as desigualdades sociais. Sobre a crítica da neutralidade e imparcialidade do conhecimento científico, as feministas têm demonstrado como esse conhecimento tem carregado consigo a identificação com os valores da tradição cultural masculina de uma forma acrítica. Por sua vez, essa suposta neutralidade legitima a sua universalização sob a colonização de outras formas de conhecimento.

Dito isso, as bases teóricas que sustentam essa investigação erguem-se fundamentalmente por três pilares que estão intimamente articulados: a teoria crítica feminista, a justiça social e os movimentos sociais. Elas armam o corpo teórico-epistemológico e metodológico na busca por compreender a problemática prática-teórica dessa tese que pode ser resumida em como os movimentos sociais têm incorporado as questões do sistema sexo-gênero concebendo outras ideias de justiça na que todas as pessoas estejam incluídas. Dito de outra forma, como as questões das injustiças do sistema sexo-gênero se tem inserido nos e pelos movimentos sociais de forma a conceber outros modelos de justiça social na que uma maior heterogeneidade de vozes e corpos possam participar, o que significa poder falar, ser escutada e tomar deciões.

Com esse propósito é necessário recorrer ao contexto e suas especificidades onde estão localizadas as experiência e os obstáculos enfrentados pelos sujeitos, para assim poder compreender como se tem tratado as questões das injustiças do sistema sexo-gênero e a justiça social, como alude Iris Marion Young (2000). Tendo isso em conta aterrizo no cenário galego e me centro sobre as iniciativas relacionadas diretamente com o sistema sexo-gênero promovidas no interior dos movimentos sociais. Dessa, dedico especial atenção às vozes daquel@s que habitualmente não são escutadas, sob a responsabilidade ética e política de criar espaços onde uma maior heterogeneidade de sujeitos possam dialogar. Nessa busca, recolho a experiência singular do Sindicato Labrego Galego (SLG) guiada pela perspectiva dos sujeitos que dele participam.

O SLG exerce um papel de referência entre os movimentos sociais (excluindo o movimento feminista), como promotor de iniciativas relacionadas com a igualdade entre

homens e mulheres. Ademais, essa organização leva a experiência inédita de ser liderada por mulheres nos últimos 28 anos (1989 – 2017), e que não têm dificuldades em afirmarem-se como feministas num mundo onde rege os padrões do sistema sexo-gênero. Uma situação que o torna especial dentro do campo dos movimentos sociais que seguem marcados por lideranças e padrões masculinos.

Apesar da importância e singularidade do SLG, são escassos os estudos sobre ele e menores ainda são os estudos sobre as experiências desenvolvidas no enfrentamento das problemáticas derivadas do sistema sexo-gênero no contexto galego. Por tudo isso, dar a conhecer a experiência singular do SLG nos pode dar pistas sobre os possíveis efeitos que determinadas iniciativas relacionadas com o sistema sexo-gênero dentro dos movimentos sociais têm promovido para pensar outras formas de justiça social.

Assim, este capítulo se divide em três partes: a primeira na que evidencio as problematizações feministas ao redor da teoria da justiça social, a segunda, na que demarco as contribuições e processos dos movimentos sociais para a justiça social e por último, faço uma contextualização sócio-político das mulheres na Galícia, para entender as expressões das opressões do sistema sexo-gênero nesse território, para logo compreender os processos levados a cabo dentro do SLG.

1.1 Movimento feminista e a emergência do sistema sexo-gênero para a justiça social

Perceber que vivemos num mundo de injustiças não é muito difícil. Nas ruas, nas casas, nos parlamentos e Organismos Internacionais Governamentais (OIG) este é um dos temas de debate, ainda que menos recorrentes do que poderia ser. Os diferentes movimentos sociais ligados à esquerda trazem para o cenário dos debates as questões relacionadas com as injustiças por meio das suas reivindicações. O tema está aí e se complexifica quando queremos construir sociedades mais justas e abrir meios para fazê-las efetivas. Esse desejo/necessidade nos leva a pensar em como as injustiças são produzidas e reproduzidas na

sociedade, sobre que formas se expressam com fim de mitigá-las, para logo buscar estratégias eficientes tendo em conta, ainda, as limitações e potencialidades de cada realidade.

Na filosofia política, a justiça social é um dos seus temas principais, tendo uma ampla literatura que a aborda a partir de diferentes perspectivas. Assim, as discussões ao redor da justiça social não estão motivadas pela curiosidade, mas sim pela intensão de buscar critérios e formas de resolver os conflitos que afligem a sociedade. Preocupações que compartem as teorias críticas da justiça e os movimentos sociais emancipatórios contemporâneos.

Os debates em torno da justiça social, em geral, tratam sobre as desigualdades, as opressões e a dominação entre as pessoas, utilizando e propondo diferentes critérios ou princípios para avaliar as sociedades, instituições e políticas como justas ou não. O feminismo como movimento político, teórico e reivindicativo busca compreender a realidade para agir sobre as formas de opressão que submetem as mulheres ao domínio masculino, pretendendo, em última instância, construir sociedades mais justas. Mesmo as contribuições das teorias críticas feministas às teorias da justiça serem um feito de referência, ainda não são centrais no debate, mesmo que venham conquistando cada vez mais espaço (YOUNG, 2000).

A história de séculos do pensamento feminista conta a contínua recusa e busca em reverter ou deslocar os funcionamentos da estrutura de domínio que separa e hierarquiza econômica, política, simbólica e socialmente as diferenças anatômicas, a partir de uma construção sócio-histórica que está baseada em valores que produzem e reproduzem os indivíduos (SCOTT, 2008). O feminismo, movimento de caráter transformador e emancipador, questiona as relações sociais e as estruturas de poder da sociedade. Dessa, a tarefa da teoria crítica feminista é desvelar como o chamado sistema sexo-gênero, têm operado opressões sobre as pessoas, em particular sobre as mulheres. Esse sistema é entendido como um mecanismo pelo qual a realidade social se organiza e se divide simbolicamente em função da interpretação dessas diferenças entre sexos, e que se vive experimentalmente (BENHABIB *et al.*, 1990). Longe de ser um movimento homogêneo, o potencial crítico e analítico do movimento feminista é justamente o reconhecimento da sua diversidade ao longo da sua trajetória. Tal pluralidade não pode ser sistematizada em uma sequência contínua de pontos teóricos claramente elaborados, e por abordar uma ampla variedade de temas. Um percurso no qual é fácil encontrar “retornos a temas antigos”,

questões que pareciam resolvidas, revisões, re-elaborações de conceitos. Portanto, também difícil de catalogá-lo como um movimento de somente um tema e de um grupo de interesse (AGRA, 1993)

As críticas feministas têm se focado sobre as teorias da justiça canônicas que se baseiam no paradigma distributivo dos recursos. Este se remete somente ao caráter da distribuição excluindo aqueles aspectos imensuráveis, mas intrínsecos às injustiças. As feministas argumentam que o conceito normativo das teorias convencionais se centra na análise da designação de bens materiais tais como coisas, recursos e ingressos ou na distribuição de posições sociais, especialmente de postos de trabalho, esquecendo-se de questões relativas ao posicionamento político e social das pessoas em relação às outras, e nas formas como são tratadas. Segundo Iris M. Young (2000), nestas teorias prevalecem primeiro o "ter" frente ao "ser", consequentemente, deturpam aspectos importantes da justiça reduzindo-as à mera distribuição. Sobre a prioridade do "ter", a pergunta que esse tipo de teoria faz se reduz a: "o que há para distribuir?". Mas esquecem, ou ocultam, o que é central questionar para romper com o que mantêm e perpetua as injustiças, quer dizer, a estrutura básica da sociedade em que está baseada a divisão dos recursos. Esta estrutura envolve o procedimento de tomada de decisão; da divisão do trabalho e dos diferentes símbolos e significados culturais (universalidade e normatividade). Assim, para romper com as injustiças também se faz necessário perguntar: "Como se distribui? Quem distribui? Qual é o resultado da distribuição?".

É desta forma que Young (2000, 2011), em especial, questiona as instituições que organizam e garantem o modelo distributivo que exerce hegemonia sobre as teorias da justiça. Ela deixa claro que este modelo não é suficiente para sanar as injustiças, resultando incapaz de eliminá-las, ainda que também esteja de acordo que distribuir é fundamental para o alcance da justiça. E insiste, pois, se a lógica distributiva não leva em conta os outros aspectos, ela pode reforçar as injustiças, dado que não questiona as estruturas sociais que condicionam as medidas distributivas, favorecendo questões de tipo prático em detrimento de procedimentais. Essas últimas são centrais em numerosos casos de injustiça social e que por terem caráter simbólico e cultural não podem ser reduzidas a questões meramente distributivas. Ainda assim, o paradigma distributivo não reconhece os limites da sua aplicação lógica que não se

estende a qualquer valor social que possa ser possuído pelos agentes sociais, no que entram a questão dos direitos, das oportunidades, da autoestima e do poder dos indivíduos. Aspectos da vida que para esse paradigma seriam mais resultado da justiça do que das relações e interações sociais, baseando-se num modelo estático do social. O que explica que os prejuízos das opressões vão além de uma distribuição equitativa dos recursos, sendo necessário explicitar a interconexão e dependência de processos culturais e simbólicos com outros referentes à apropriação e à distribuição.

Soma-se a essas críticas a contribuição dos chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) emancipatórios contemporâneos em politizar uma vasta área institucional, social e cultural frente às forças do liberalismo e do estado de bem-estar social que operam para uma despolitização da vida pública. Converteram os processos de construção de políticas públicas em espaços para especialistas e confinaram o conflito a negociações sobre distribuição dos benefícios sociais aos grupos de interesse. O paradigma distributivo tende a reforçar essa ideia e, por isso, diversas feministas sustentam que os processos democráticos de tomada de decisões são um elemento e uma condição fundamental para a justiça social (AGRA, 1997; FRASER *et al.*, 2011; MARTÍNEZ- BASCUÑÁN, 2012; YOUNG, 2000).

As múltiplas contribuições e propostas feministas tem o intuito de alcançar uma concepção de justiça na que todos os membros da sociedade estejam incluídos. De acordo com Agra (2012), essas contribuições podem ser divididas em duas linhas. Uma na qual todos os membros sejam incluídos, encontrando formas a ser sensível ao contexto, que se incluam as diferenças, rompendo com as fortes dicotomias que derivam em falsas abstrações ou em ideais de imparcialidade e universalidade. A outra se coloca como alternativa à justiça de princípios, tomando como modelo as relações humanas afetivas da feminilidade como a maternidade, insistindo na diferença sexual e no valor da cultura feminina. Debates que se expressam dentro do movimento feminista ao redor da diferença e da igualdade. Nesse caminho a teoria feminista coincide na importância de levar em conta o sistema sexo-gênero como inevitável para qualquer teoria da justiça, uma vez que as desigualdades e hierarquias são injustas.

A partir de diferentes concepções, as primeiras críticas feministas foram feitas à tradição do pensamento moral e político ocidental para demonstrar que as mulheres estavam

excluídas do âmbito específico da justiça. Num segundo nível, deram ênfase à concepção acrítica dessa tradição ao assumir a estrutura da sociedade sem considerar a posição e situação das mulheres e os problemas do sexo-gênero, estabelecendo uma clara delimitação do campo da justiça (público). Dois aspectos que não são excludentes mas, ao contrario, se complementam (AGRA, 2002). Por isso, alerta Agra (1997, 1999), um dos aspectos a se ter em conta é, além das diferenças entre as várias concepções contemporâneas de justiça, como cada uma delas define o alcance da justiça. Quer dizer, a forma como essas concepções entendem o público e o privado, o pessoal e o político. Tudo isto leva ao questionamento de se as teorias de justiça canônicas incorporam ou incluem as mulheres e em que medida às fazem. Ou, se ao contrário, o que fazem é ocultar ou manterem-se insensíveis às estruturas que envolvem inevitavelmente o sexo-gênero, resultando insuficiente, inútil ou descartável para os seus fins.

Críticas que são herdeiras dos debates e pensamentos oriundo da história do movimento feminista. Este que tem como uma das vozes que fica registrada como um primeiro rascunho teórico feminista desde um ângulo epistemológico e desde uma perspectiva na direção de uma renovação histórica em referencia ao conhecimento das mulheres é a de Chistine de Pizán[2]. Ela, ao tempo que outras menos conhecidas, denunciam a subordinação das mulheres, constituindo um movimento inicial e forte de consciência feminina, mas ainda sem expressar em termos de objeto de reivindicação social e política. (RADL, 2012) A *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791) de Olympe de Gouge, escrita em contraponto à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* aprovada pela Assembleia Francesa reformadora em 1789, na que explicitamente exclui as mulheres das sua participação, registra a reivindicação pela extensão dos direitos dentro dos princípios revolucionários ao coletivo de mulheres que foram explicitamente excluídas. Essa extensão dos direitos significava identifica-las como indivíduos, cidadãs e sujeitos de direitos. Reivindicação que dará continuidade no século XIX, com a conformação do movimento de mulheres, quando passam a defender a igualdade das mulheres, revelando a exclusão da metade da humanidade da universalidade e questionando a hierarquia de poder entre os sexos,

[2] Alicia Puleo (2008) nos recorda que Chistine Pizán já no século XV no seu texto "A cidade das damas" nega a existência de uma essência feminina, defendendo a heterogeneidade do coletivo das mulheres ao afirmar que há muitas mulheres diferentes.

que implica a irracionalização da lógica democrática e universalista derivada da ideia de que todos os seres humanos somos livres e iguais[3]. A reivindicação pela igualdade de condição de cidadã do início do movimento feminista vem em resposta à naturalização do sexo, concepção na qual se exerce uma dominação sobre as mulheres por designação da natureza ou divina, sendo assim, de ordem inalterada, pré-política (CORROCHANO, 2012).

> Cuando afirmo que el feminismo tiene su nacimiento en la Ilustración y es un hijo no querido de esta, no hago más que poner de relieve que, como resultado de la polémica ilustrada sobre la igualdad y diferencia entre los sexos, nace un nuevo discurso crítico que utiliza las categorías universales de su filosofía política contemporánea. Un discurso, pues, que no compara ya a varones y mujeres y sus respectivas diferencias y ventajas, sino que compara la situación de privación de bienes y derechos de las mujeres con las propias declaraciones universales. Estas declaraciones se compusieron usando las líneas y terminologías acuñadas por Rousseau, de ahí que el papel de su pensamiento sea tan importante para entender el propio feminismo como teoría política. (VALCÁRCEL, 2001, p. 9)

Dar o status de cidadãs às mulheres, para muitos iluministas implicaria o reconhecimento da existência de razão no seu ser, o que é inadmissível para aqueles que entendem a natureza feminina como separada e inferior à masculina. Os argumentos baseados em diferenças sexuais diferenciavam quanto à capacidade política entre homens e mulheres. Sustentam suas ideias nas diferenças fisiológicas, psicológicas e intelectuais que observam na realidade constituída, misturando qualidades físicas e morais para demonstrar a inferioridade e a submissão das mulheres com respeito ao macho da espécie humana. Nesses argumentos cabe a caracterização da mulher como possuidora do dom da beleza, seres atrativos ao outro sexo, sendo que a beleza e a razão nunca se encontram nelas. Aquelas que se mostram cultas e instruídas não serão atrativas e agradáveis aos homens. A fisiologia das mulheres (a menstruação, a gravidez, e a amamentação, por exemplo) demonstra a debilidade do corpo e da mente feminina, sendo pouco apropriadas ao exercício dos trabalhos masculinos. Além disso, sua especial anatomia faz delas sujeitos sexualmente passivos, que devem ser educados para o pudor e a vergonha para que não ultrapassem os limites morais da sociedade.

[3] Em referências as consequências da Revolução Francesa sobre o processo de organização social, em especial sobre as condições nas que nascem os movimentos sociais, ver capitulo dos movimentos sociais.

Um ano depois da publicação de Olympe de Gouge, a filósofa Mary Wollstonecraft, publica um dos seus trabalhos mais famosos "Reivindicação dos Direitos da Mulher" (1792)[4]. Nele, ela defende a inclusão da mulher nos princípios universais do Iluminismo assim como a aplicação do princípio da igualdade e da educação, sobre o argumento de que as mulheres não são inferiores ao homem por natureza. Ela utiliza os fundamentos e a linguagem iluminista para argumentar que as razões da desigualdade estão na pedagogia extremadamente patriarcal[5] e misógina a qual as mulheres são submetidas para mantê-las na ignorância, enganosamente chamada de ingenuidade. Defende, assim, a educação como instrumento crucial de mudança para a igualdade tanto no âmbito individual como coletivo, sugerindo que tanto homens como mulheres devem ser tratados como seres racionais, ademais de conceber uma ordem social baseada na razão. Segundo Amélia Valcárcel (2001), ela inaugura a crítica à condição feminina num contexto em que um sentimento igualitarista difuso fluía na sociedade. Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft constituem, portanto, os pilares fundamentais do movimento pelo direito das mulheres. (RADL, 2012)

> Cabe esperar que el derecho divino de los maridos, así como el derecho divino de los reyes, pueda ser combatido sin peligro en este siglo de luces (…) Que los hombres, orgullosos de su poder, dejen de utilizar los mismos argumentos que los reyes tiranos (…) que no firmen engañosamente que la mujer debe ser sumisa porque siempre lo ha sido… (Mary Wollstonecraft, Vindicación de los Derechos de la Mujer In.: AMORÓS, CELIA; MIGUEL, 2005a, p. 123)

A discussão levantada pelas feministas é importante por darem o pontapé inicial da organização das mulheres que revelavam as contradições entre os princípios da Ilustração e a defesa dos revolucionários pela manutenção das desigualdades sexuais e de gênero[6]. Contradições que ainda sobrevivem com boa saúde nos dias de hoje, com velhas e novas

[4] Para Valcárcel (2001), Vindication of Rigths of the Woman, o seu título original, é a obra de fundação do feminismo. Além desse texto, Mary Wollstonecraft também escreveu "Reflexões sobre a educação das filhas (1787); Relatos originais da vida real (1788); Vindicação dos direitos do Homem (1790), além de romances como Mary: a ficção (1788), entre outros.

[5] Por patriarcal me refiro à ideia unitária e global de poder que estabelece uma relação de dominação do universo masculino sobre o feminino.

[6] Através das teorias do contrato social, os iluministas buscaram explicar e difundir a origem legítima dos governos em oposição à lei divina e de consanguinidade dos reis. Os contratos sociais são para a sociedades modernas um dos meios mais importantes de regulação e controle das relações sociais. Estes incluem desde o casamento, regulando a relação entre esposo e esposa até o contrato trabalhista que estabelece a relação entre capitalista e trabalhador(a), consolidado com a revolução industrial.

máscaras e com algumas mudanças em determinadas questões, pois é a partir das ideias iluministas que o pensamento moderno se tem construído e que fundamenta a organização da nossa sociedade, cujos princípios vão legitimar os direitos jurídicos e políticos, portanto, as ideias de justiça e cidadania que continuam a prevalecer (FRAISSE, 1991).

Nesse percurso, as reivindicações das mulheres deixam de ser uma questão individual para ser um movimento coletivo, convertendo-se pela primeira vez em uma questão política de forma explícita. Este tem como marco simbólico a *Declaração de Seneca Fall* em 1848, numa convenção que contou com a participação de cerca de 300 pessoas, entre homens e mulheres, sendo animada principalmente por Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton[7], feministas e participantes do movimento abolicionista[8] nos Estados Unidos (MIGUEL, 2007; WANDA, 1992). O que diz muito sobre as proximidades e confrontos que as mulheres tinham com outros movimentos sociais que também estavam se conformando nesse período. Encontramos assim a formação do feminismo social e político com a luta pela igualdade e com a criação do movimento de mulheres, conhecido como movimento sufragista. Mas também surgem o feminismo liberal, o feminismo de classe (socialista, comunista, anarquista) que tem como eixo central a exploração econômica.[9] Já entrado o século XX, mais bem ao redor da década de sessenta e setenta, o movimento feminista sobre o lema "o pessoal é político" derivado dos textos de Kate Millett (1970), prioriza o seu interesse na transição do público e do privado. Nesta as teorias feministas defendem que os problemas pessoais somente podem se resolver por meio de ações políticas, dando outro pulso aos debates ao redor da justiça e da cidadania.

[7] Além delas se destacam nos Estados Unidos as líderes Lucy Stone e Susan B. Antony. Todas elas compartiam a indignação pela escravidão e pela situação das mulheres e organizaram nesse país o movimento sufragista. (MARTÍN-GAMERO, 2002)

[8] Segundo Davis (2005), as mulheres foram impedidas de votarem nas convenções antiescravistas nas quais participavam homens e mulheres, provocando conflitos internos no movimento abolicionista. A experiência adquirida nesse movimento contribuiu para a mobilização do movimento sufragista. Elas editarão posteriormente a *Bíblia das mulheres.* Esse trabalho teve como objetivo questionar as doutrinas teológicas que diminuíam as mulheres, fazendo isso através de comentários de diferentes mulheres americanas e europeias dos textos bíblicos que faziam referência direta às mulheres e naqueles onde elas eram excluídas. As editoras dessa bíblia são consideras uma das sufragistas mais ilustres dos Estados Unidos da América (EUA). (VALCÁRCEL, 2001)

[9] A história do movimento feminista foi abordada nos estudos do mestrado e é objeto de estudo de importantes estudiosas como Célia Amorós, Ana de Miguel e Amélia Valcárcel no caso do Estado Espanhol.

A concepção da teoria da justiça ainda hegemônica apresenta esta como uma virtude pública estreitamente vinculada à cidadania e às delimitações do político-público, como sustenta Agra (2002). Nesse campo prevalece uma abordagem da justiça desde sua dimensão social, política e pública que carrega consigo o ideal de imparcialidade e universalidade do cívico, do público, do indivíduo e da cidadania. Em consequência, gera dicotomias entre o universal e o particular, o público e o privado, a razão e os sentimentos. Por isso, as críticas feministas se dirigem a essas concepções de justiça, especialmente a liberal de John Rawls, dada a sua influência no debate contemporâneo. Isso porque a forma como essas concepções pensam a política e a justiça está intimamente relacionada com as causas das opressões, uma vez que se estabelece e normatiza uma ideia de cidadania sobre um ideal de sujeito – indivíduo – que transcende e nega as diferenças, reduz a particularidade e a pluralidade de sujeitos sob uma subjetividade; normatizando certos comportamentos e atributos pessoais, ao mesmo tempo em que os estigmatiza como desviados a outros comportamentos e atributos. Os corpos são naturalizados e identificados sob a pele das pessoas negras, gays, lésbicas, velhas, descapacidad@s, mulheres, enquanto a racionalidade fica reservada ao sujeito homem, branco e heterossexual. A essa suposta neutralidade, Young equipara ao privilégio, pois exclui todas as outras vozes percebidas como diferentes ou desviadas, transformando-as em alteridade. Nesse sentido, as significações e os feitos mais cotidianos sobre as experiências corporais servem de alimento e desculpa para acentuar as desigualdades estruturais sobre as diferenças corporais que as posicionam de maneira hierarquizada na sociedade. Assim ela põe de manifesto um conjunto de relações comuns entre indivíduos que resultam posicionados em estruturas tais como a divisão sexual do trabalho, a heterossexualidade normativa e as relações de poder atendendo as relações de gênero. A estrutura social, que é o objeto da justiça, é que vai posicionar as pessoas de forma desigual através de relações de poder ou de processos discursivos hegemônicos. A diferença social surge das relações de poder que influem sobre as estruturas de trabalho, sexualidade ou de normatividade corporal. Em suma, a socialização dos corpos naturaliza e normatiza características corporais frente a outros; o que serve de pretexto para produzir desigualdades estruturais porque, devido a tais atributos físicos, algumas pessoas são posicionadas estruturalmente de forma objetiva sendo, nesse sentido, que podemos diferenciar raça de etnicidade, por exemplo.

Estas são formas que mascaram como perspectivas de grupos sociais dominantes proclamando a universalidade e justificando as estruturas hierárquicas com que se tomam as decisões. Ademais, expulsam da arena do público os aspectos da existência humana cuja significação política é negada, como família, sociedade civil e as questões da vida humana relativas ao corpo, às necessidades e aos afetos, cimentados no privado. Esse discurso da racionalidade moderna converte a diferença em desviado, o qual transforma a diferença mesma em alteridade e converte a experiência de grupos privilegiados a um ponto de vista universal. Sobre essa visão purificadora se expressa o temor à diferença.

Um dos paradoxos mais influentes do movimento feminista remete à universalidade da cidadania e da democracia concomitantemente às articulações por demandas específicas desde a condição de mulheres. Discussões iniciadas nas décadas de 1960-70 que conseguem ter um grande alcance na opinião pública e em diferentes lugares, sendo difícil de ocultar. Nesse período, surge uma grande quantidade de obras a partir de diferentes perspectivas e disciplinas que tratam de demonstrar que a opressão sobre as mulheres não se deve a fatores biológicos, psicológicos ou econômicos, mas sim a uma construção social de mulher que vem sendo feita ao longo da história. O feminismo alcança uma maior complexidade no seu pensamento e nas suas formas de ação/ organização. Sendo, também, a primeira vez que de forma coletiva, um grande número de cientistas sociais feministas, estadunidenses e europeias (MÉNDEZ, 2008), começam a desenvolver um corpus de conhecimento, primeiro sobre a mulher e, progressivamente, sobre mulher e gênero. A diversidade de campos de estudo como o da antropologia, filosofia, história, sociologia, etc; e as diferentes escolas como a psicanálise, o marxismo, a escola de Frankfurt, estruturalistas, construtivistas e logo pós-estruturalistas e pós-modernas vão fornecer análises das origens e causas da opressão e dos mecanismos para livrar-se delas deferente. Intensifica-se a investigação nas raízes da condição das mulheres, na identificação de viés sexista na ciência, assim como a ausência das mulheres como sujeitos históricos e políticos deu cabida intensificação de investigações que tinham como objeto de estudo, as mulheres e suas circunstâncias, experiências e representações em contextos sociais, políticos e econômicos diversos (PULEO, 2008; STOLCKE, 2004). Assim, se introduz nas teorias feministas o termo “gênero” em oposição ao “sexo” na tentativa de combater o sentido comum sexista e o seu caráter androcêntrico prevalecente na sociedade ocidental, que logo vem a se complexificar na teoria feminista.

Nesse momento se amplia a visão dos estudos das mulheres insistindo numa visão mais completa, onde a conceptualização do papel de gênero feminino não se entende sem a inter-relação com o do gênero masculino. O intuito era o de demonstrar que as identidades sócio-simbólicas designadas às mulheres na sua relação com os homens e na organização da vida eram construções socioculturais, portanto, variáveis e aptas a serem transformadas (RADL, 2012; STOLCKE, 2004).

Questões relevantes para as ideias de justiça e política uma vez que a retórica básica de liberdade, igualdade e democracia continua a não se estender às mulheres e se mantém como reivindicações feministas no já avançado século XX de grande agitação política e mudanças sociais, mesmo assim, o movimento feminista não encontra uma boa receptividade por parte dos movimentos sociais de esquerda, sendo complexas e difíceis a relação entre ambos. (SOLÉ ROMEO, 2011) O que leva, por exemplo, algumas vertentes do feminismo socialista, atuante principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra nos anos 1960 e partindo das experiências dos países socialistas, a se rebelarem contra a ausência sistemática das mulheres nas práticas e na teoria revolucionária dos seus colegas masculinos. Criticam a consideração de que as hierarquias entre os sexos é uma contradição secundária da luta pela transformação social. (PISCITELLI, 2002)

Por tudo isso, admite-se que o movimento feminista dos anos 1970 será uma prolongação do movimento do século XIX, refutando a ideia tradicional de que as mulheres não são seres políticos. Logo, que mulher e política são âmbitos excludentes ou antagônicos entre si, o que mantêm a separação entre público e privado e a sua hierarquização. A novidade do feminismo desse período residirá, além da sua recriação organizativa, na crítica política sobre as relações de poder no âmbito do privado. Afirmando que a participação política das mulheres deve ir além da inclusão delas nos âmbitos públicos. A partir de diferentes campos de estudo e escolas são desenvolvidas análises sobre as origens e causas da opressão sobre as mulheres, assim como dos mecanismos para combatê-la dela. Dentro da filosofia política, Agra (2012) destaca algumas estratégias, das que também foram utilizadas em outras disciplinas, a ser: a crítica à ausência das mulheres nas teorias e do seu status desacreditado nas discussões convencionais; a integração das mulheres em todas as categorias de política das que foram originalmente excluídas; argumentação de que as mulheres não podem ser

integradas, uma vez que a sua exclusão é constitutiva da própria categoria. As consequências dessa impossível inclusão e reconstrução das categorias da política, segundo a autora, implicou gerar novas formas de pensar sobre a política e o público. Essas estratégias e diferentes perspectivas geram uma riqueza de discursos, reflexões e diálogos não só das feministas com os autores e textos convencionais, mas também entre elas e desde diferentes "espaços[10]". Nesse repensar é que está a dificuldade e a virtude da teoria crítica feminista.

Estes debates vão dar pé ao giro reflexivo dos anos 1980-90. As dicotomias analíticas utilizadas nos anos 1970 serão criticadas. Questiona-se a identidade de um gênero comum a todas as mulheres, construindo um sujeito mulher, sem ter em conta questões como de classe, raça[11], etnias, idade e preferências sexuais/orientação sexual. A tendência em homogeneizar o sujeito mulher dos anos anteriores ocultava a diversidade de status sociais das mulheres em diferentes sociedades e dentro da mesma. Assim, se refuta as categorias de mulher, homem, masculinidade e feminino insistindo que não são entidades homogêneas, por isso dever-se-ia analisar como essas categorias são elaboradas histórica e culturalmente na construção de relações de dominação entre mulheres e homens. Dessa forma, algumas das análises se dirigiam, mais bem, à como o sistema influencia na formação da consciência, dos desejos, das percepções e das possibilidades reais das mulheres. Indagações que levam diversas antropólogas a averiguar como o sistema modela a prática social e como a prática modela o sistema (MÉNDEZ, 2008). As sofisticadas análises e discussões no seio do feminismo não levam a um consenso sobre a utilização e estratégia de uso dos termos sexo e gênero, mas se reconhece que nem o gênero se estabelece como uma identidade universal e estática, e nem o sexo é um fato biológico determinante em si mesmo. Seguindo Joan W. Scott (1986, 2008), o sexo se torna um efeito do gênero, sendo este último, um conceito que,

[10] Agra reflexiona sobre o lugar que ocupam as discussões feministas sobre a justiça e desde onde elas falam e dialogam com as teorias de justiça convencionais e hegemônicas. Um apontamento importante para também perceber a marginalidade ainda no século XXI das feministas e o potencial transformador que tem partindo desse lugar. Ao mesmo tempo, aponta ao perigo de estacionar-se aí, percebendo como necessidade ou estratégico mover-se cara o centro para conseguir efetivar mudanças palpáveis.

[11] As raças são construções sociais, de origem europeia com o contato com outros povos, utilizadas para classificar grupos humanos desde suas características físicas e culturais, vinculadas, a sua vez, a posições sócias. Nesse sentido o racismo é um trato discriminatório a um grupo racializado, sendo importante destacar que qualquer grupo humano pode ser racializado, uma vez que a discriminação se funda em preconceitos dominantes do grupo que exerce o racismo. Nesse sentido, utilizo o termo raça para visibilizar essa complexa e instável significação social.

desde o inicio, é entendido com respeito às relações de poder[12]. Os dois são conceitos históricos, no sentido de que tem uma história que está sujeita a mudanças no tempo e no espaço. Nesse entendimento, a utilização do gênero pode ser uma categoria útil quando utilizada para analisar como as hierarquias de gênero, entendido como relações de poder, se constroem sobre a percepção das diferenças sexuais imbricadas em relações desiguais de poder. Diferenças e hierarquias que não só são atribuídas às pessoas como também às atividades, espaços, competências e diversos âmbitos da vida. Para a historiadora, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais composto de quatro elementos inter-relacionados entre si. Estes, atuam e operam de forma conjunta e de maneira que um possa ser o reflexo do outro. Esses elementos são: 1- símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas sobre a mulher; 2- conceitos normativos, que impõem as interpretações do significado dos símbolos e se expressam em doutrinas religiosas, educativas, científicas, legais, entre outros. Ademais das políticas que demarcam de maneira unívoca e absoluta o significado de mulher e homem; feminino e masculino; 3- as instituições e organizações sociais e 4- a identidade subjetiva. A utilização do termo sistema sexo-gênero[13] dentro desse debate multifacetado evidencia a relação entre "sexo" e "gênero", pondo foco sobre como essa relação é produzida e reproduzida sistematicamente de forma estruturada, traduzindo as diferenças sexualmente estabelecidas em desigualdades de múltiplas índoles: social, política, econômica, simbólica, direitos, etc., numa determinada sociedade. Em outras palavras, evidencia as formas de relações estabelecidas entre homens e mulheres no seio da sociedade, possibilitando a analise das relações produzidas desde o sistema de poder. Este define condições sociais diferentes para homens e mulheres baseando-se em papéis e em funções que lhes foram determinadas socialmente e da sua posição social (PORTOLÉS. In.: AMORÓS, CELIA; MIGUEL, 2005a; STOLCKE, 2004).

Vistas assim, as opressões não se restringem ao ato de umas poucas pessoas, mas sim de uma forma estrutural cujas causas estão imbricadas em normas, hábitos e símbolos nos que não se questionam os pressupostos ocultos das regras institucionais e as consequências

[12] Joan W. Scott entende as relações de poder desde o sentido focautiano de dominação e subordinação.

[13] Termo utilizado pela primeira vez por Gayle Rubin em 1975 que percebe a diferenciação entre os sexos feminino e masculino tem a função de assegurar uma dependência recíproca entre eles e a sua hierarquia. (1986)

coletivas de seguir a essas regras. Quer dizer, as relações de sexo-gênero estão enquadradas na estrutura social. Tem um caráter sistêmico e estrutural amplo no que envolve as instituições, mas também as ações, reações e interações cotidianas das pessoas. Nesse sentido, as preocupações em romper com o que mantém e sustenta as opressões de sexo-gênero tem relação com as injustiças sociais. Estas, são entendidas como impedimentos institucionais e sistemáticos das condições necessárias para o desenvolvimento e exercício das capacidades individuais de comunicação e de cooperação (YOUNG, 2000). Nesse sentido amplo de entender as injustiças, Young faz o esforço em escutar as dimensões nas que reivindicam os movimentos sociais emancipatórios. Para eles, as opressões se referem às grandes e profundas injustiças que sofrem alguns grupos em consequência de pressupostos e estereótipos difundidos pelos meios de comunicação, culturais e dos aspectos estruturais das hierarquias burocráticas, além dos mecanismos do mercado aos que as pessoas reagem e interagem, muitas vezes, de forma inconsciente, quer dizer, nos processos normais da vida cotidiana. Daí a importância de Carole Pateman (1995) em insistir que a esfera pública e a privada não estão tão separadas como se imagina estando, ao contrario, estreitamente relacionadas de forma que as estruturas sociais atuem de forma combinada e articuladas. A estrutura social é a que posiciona as pessoas, por meio de grupos sociais, de forma desigual através das relações de poder ou de processos discursivos hegemônicos. Dessa forma é como as mulheres se agrupam conjunta e passivamente dentro de um grupo social na estrutura da sociedade.

Pertencer a um grupo social não implica ter consciência como grupo político e nem uma identidade comum, mas sim ter atributos gerados pelas unidades estruturais de forma que estejam posicionadas de maneira similar na estrutura social. Também não significa que as pessoas de um grupo social oprimido não tenham atitudes que reproduzam a própria opressão. De forma geral, as pessoas oprimidas sofrem alguma limitação no desenvolvimento e exercício das suas capacidades e na expressão das suas necessidades, pensamentos e sentimentos, o que as levam a afrontar uma condição comum que as coligam de forma particular. Por exemplo, as mulheres estariam envoltas ao ideal de feminilidade, como um termo político transcendente, podendo ser uma situação opressora ao conferir ao sujeito mulher uma identidade comum e sobre a qual exerce a dominação. Tudo isso tem consequências com respeito a como as pessoas entendem a si mesmas e as demais, gerando afinidades específicas que também estão envoltas em experiências ou formas de vida

similares. Assim, a injustiça/opressão na que estão enquadradas, não significa que o seu fim se efetive com a execução de um soberano que exerce poder ou domínio sobre um grupo determinado. Mais bem implica relações entre grupos sociais nos quais o poder, em sentido foucaultiano, deve ser analisado pelo seu exercício, como efeito de práticas de educação, administração burocrática, produção e distribuição de bens, etc. (MARTÍNEZ- BASCUÑÁN, 2012; SANTOS, 2016; YOUNG, 2000).

Assim se consegue ver melhor a relação de opressão sobre o grupo de homens como beneficiários e o grupo de mulheres como oprimido; ainda que não se possa normalizar qualquer experiência e perspectiva dentro de um grupo, quero dizer, construir uma identidade única, hegemônica e estática. Dentro desses grupos também se atuam desiquilíbrios de poder. Claro está que os grupos e as pessoas não são oprimidas na mesma medida e nem do mesmo modo. As diferenças entre grupos surgem, em geral, das relações e processos sociais podendo nascer e desaparecer em tempos e espaços. Além disso, há inter-relação e interação entre as opressões como as que acontecem entre raça, sexo e classe, para citar as mais claras. Todas as pessoas têm identificações grupais múltiplas, principalmente nessa sociedade complexa e altamente diferenciada, sendo preciso entender os grupos de forma mais flexível e relacional (DAVIS, 2005; YOUNG, 2000). Como também alertam Freire (1987) e Santos (2016) é importante separar e diferenciar atitudes individuais de estrutura social e recordar que quando falamos de opressão, falamos de posições de poder estruturadas. Por isso, ainda que opressor e oprimido possam ser representadas por indivíduos antagônicos e a opressão se concretizar em atitudes individuais, a opressão não se limita a essas atitudes. Tais atitudes só são possíveis pela legitimidade dos posicionamentos hierárquicos dos grupos sociais que conferem poder a uns e não a outros. Ademais, cada pessoa pode ter atitudes opressivas ou não, independente de integrar um grupo beneficiado pelas opressões ou um grupo oprimido. Sendo que essas atitudes não quitam a sua posição, enquanto grupo social que se beneficie da relação desigual que gera opressões. Portanto, não devemos cair na ideia maniqueísta de "santos e demônios". As pessoas têm uma multiplicidade de identidades e exercemos diversos papeis com diferentes graus de poder que variam no espaço e no tempo. Consequentemente integramos um ou vários grupos sociais em diferentes momentos da vida. É fácil se pensamos na situação de um operário que sofre opressão de classe por parte do seu patrão, ao mesmo tempo que assedia a sua companheira de trabalho pelo fato de ser mulher, ou também as

mulheres brancas que exploram as negras. Ainda assim, fica claro que sempre que há um grupo oprimido, há outro grupo privilegiado que se beneficia de tal opressão, portanto, há interesses pela sua manutenção (BOAL, 2009; SANTOS, 2016; YOUNG, 2000).

Ainda assim, aponta Young (2000), nem todos os grupos sociais são oprimidos e se mantém como oprimidos de forma estática. Pelo contrário, são processos fluídos. A existência mesma de um grupo social não o qualifica como oprimido ou opressor, e negá-los ou percebê-lo como ficções injustas e essencialistas derivadas de atributos arbitrários, como faz o pensamento individualista, é negar a potencialidade dos grupos e uma realidade inevitável nos processos sociais modernos. Questão que nos leva a pensar sobre a responsabilidade[14] na capacidade de ação individual e coletiva, que são importantes considerar para dar conta da complexidade que a estrutura social tem sobre a continuidade das opressões. Portanto, eliminar as opressões não significa eliminar os grupos nem pessoas. A justiça social, não requer o fim das diferenças, mas sim de instituições que promovam a reprodução e o respeito das diferenças de grupos sem opressões.

Para entender quando um grupo ou pessoa está oprimido, Young propõe uma definição mais plural da categoria de opressão. Ela o define como uma família de cinco elementos/conceitos: exploração, marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência. Faz isso no esforço em se aproximar aos termos reivindicados pelos movimentos emancipatórios que não restringem as injustiças a temas distributivos, implicando estruturas sociais e relações que vão além da distribuição. Ou usando a terminologia de Fraser (2011), que envolve tanto aspectos distributivos como os relacionados ao reconhecimento. Assim Young evita os efeitos reducionistas de simplificação e exclusão. Seguindo a autora, um grupo oprimido deve estar em pelo menos uma dessas categorias enumeradas, ainda que uma boa parte dos grupos combinem mais elementos. Por meio dessas categorias é possível comparar os diversos modos em que se apresenta uma forma particular de opressão em diferentes grupos. Servem, portanto, para identificar se um indivíduo ou grupo estão oprimidos e como a sua opressão se sustenta na estrutura social. As mulheres, enquanto grupo, se encontram em quatro dessas categorias, nas palavras da filósofa:

[14] Sobre a responsabilidade ver o último trabalho de Young (YOUNG, 2011)

> La presencia de cualquiera de estas cinco condiciones es suficiente para decir que un grupo está oprimido. Pero distintos tipos de opresión de grupo muestran diferentes combinaciones de estas formas, así como lo hacen individuos distintos. (…) En tanto grupo, las mujeres están sujetas a la explotación en razón del género, a la carencia de poder, al imperialismo cultural y a la violencia. (YOUNG, 2000, p. 112)

De forma resumida sinalarei o significado que Young dá a cada um desses elementos com o intuito de clarificar a própria ideia de opressão que compartimos, mas também por perceber como o caráter distributivo é importante para tratar questões de injustiça, mas esta não é suficiente. Além disso, esses elementos serão vistos na realidade labrega que é foco desse trabalho, por isso também me centrarei nas questões relacionadas com o sexo-gênero.

A exploração é a forma pela qual um grupo se apropria do trabalho realizado por outros. Este elemento não é característico da sociedade capitalista, também existia nas sociedades feudais e escravocratas. A centralidade da opressão está no processo de sustentação da transferência dos resultados do trabalho de um grupo social em benefício de outro para produzir distribuições desiguais, de modo que as instituições sociais permitem a acumulação por parte de poucas pessoas e limitam o resto das pessoas. No entanto, a injustiça não reside somente no fato de que umas pessoas tenham mais do que outras e assim expõe Young:

> La explotación determina relaciones estructurales entre grupos sociales. Las reglas sociales respecto de qué es el trabajo, quién hace qué y para quién, cómo se recompensa el trabajo y cuál es el proceso social por el cual las personas se apropian de los resultados del trabajo, operan para determinar relaciones de poder y desigualdad. Estas relaciones se producen y reproducen a través de un proceso sistemático en el cual las energías de las personas desposeídas se dedican por completo a mantener y aumentar el poder, categorías y riqueza de las personas poseedoras. (YOUNG, 2000, p. 888)

A exploração de sexo-gênero tem dois aspectos, um deles é a transferência aos homens do fruto do trabalho material. Com respeito a este, as feministas têm evidenciado o casamento como uma relação de classe ao que o trabalho da mulher beneficia ao homem sem uma remuneração comparável. A exploração não está no tipo de trabalho que as mulheres fazem na casa, mas sim no fato de que o realizam a alguém da qual são dependentes. Também está localizada na divisão clássica do trabalho agrário no qual as mulheres produzem os alimentos e os homens são os que vendem e controlam os recursos econômicos e o status do reconhecimento pelo trabalho. Estes são exemplos desse aspecto.

O outro aspecto da exploração é a transferência aos homens das energias sexual-afetivas e de cuidados. Neste, as mulheres proporcionam satisfação sexual aos homens e cuidado emocional às crianças (e idosos) em troca de muito pouco. A isto está relacionado o processo de socialização diferenciada de sexo-gênero que ensina e exige das mulheres uma maior atenção e disposição para a empatia, apoio e resolução em questões emocionais, ocupação da vida pessoal, etc. Além disso, as normas heterossexuais giram em torno do prazer masculino, deixando pouca margem para elas.

Ademais da família como instituição que mantém esses dois aspectos da exploração, Young chama a atenção ao fato de que os trabalhos remunerados que as mulheres têm realizado no sistema capitalista também tem uma tendência de gênero que acompanha a lógica da exploração dentro da instituição familiar. Trabalhos como enfermagem, professora, cuidadora ou recepcionista são maioritariamente ocupados por mulheres. Sobre essa mesma lógica outros trabalhos como empregadas doméstica, prostitutas, são também ocupados maioritariamente por mulheres pobres, negras e imigrantes do sul/leste global para o norte. Trabalhos que se caracterizam por gastar a sua energia em administrar o prazer e o bem-estar a outras pessoas, que em sua maioria são homens. Isto reforça o status masculino e a sua liberação dos trabalhos domésticos e de cuidados para que ocupem trabalhos mais importantes e criativos. Além disso, esses trabalhos são menos reconhecidos e mal pagos dentro da estrutura capitalista.

Por tudo isso, seria necessário reestruturar as instituições e práticas de tomada de decisões para modificar a divisão do trabalho e tomar medidas com respeito a estrutura e a cultura nas instituições; para que os processos de transferência de recursos não signifiquem uma desigual distribuição de benefícios.

A marginalização é para Young uma das formas mais perigosas de opressão. Refere-se às situações nas que o sistema, ou quer ou não pode usar certos indivíduos que ficam fora, ou à margem da participação útil da sociedade, podendo levá-la ao extermínio. A injustiça distributiva com respeito à privação material gera a marginalização de grupos sociais. Frente a isso, tem-se proporcionado subsídios e serviços de assistência social. No entanto, vê-se que a redistribuição nas sociedades de bem-estar social não tem eliminado o sofrimento e as privações a grande escala. A provisão de bem-estar em si mesma produz injustiças uma vez

que as pessoas entendidas como dependentes estão sujeitas a um tratamento paternalista, punitivo, degradante e arbitrário por parte das pessoas e das políticas associadas ao bem-estar. Uma ideia que está próxima às noções de independência e autonomia dos sujeitos cidadãos.

A respeito desse elemento, Young e Agra (2016) chamam a atenção para a presunção, desde a perspectiva liberal e individualista da sociedade moderna, da independência e autonomia das pessoas como capacidades necessárias para o exercício da cidadania. A esse respeito salientam que a dependência, a vulnerabilidade e a necessidade de cuidados fazem parte da condição humana básica. Indagam sobre a ideia de dependência como incapacidade de participação e tomada de decisões. A dependência por si mesma não deveria ser um fator de injustiça, mas passa a ser sempre quando for uma consequência dos valores e símbolos culturais hegemônicos. Por isso, ainda que as pessoas tenham acesso a bens materiais, elas podem ser marginalizadas sob as condições de inutilidade e baixa-estima ao estarem impedidas ou limitadas às condições culturais, práticas e institucionais para o exercício das capacidades, em um contexto de reconhecimento e interação nos processos de participação em atividades produtivas de cooperação social.

A carência de poder está intimamente relacionada com a respeitabilidade profissional e laboral, manifestando-se em diversas práticas cotidianas por meio de condutas racistas e sexistas. Aqui se dá a divisão estrutural com base na divisão social e sexual do trabalho entre profissionais e não profissionais. As primeiras estão numa situação privilegiada em relação a quem não é, em virtude da sua localização na divisão do trabalho e do status que ela implica. As pessoas que carecem de poder são as que não têm autoridade ou poder na relação com aquelas que decidem e aquelas que executam as ordens. Nesse sentido, as pessoas carentes de poder devem acatar ordens, e poucas vezes as dão. Ademais, estão mais expostas a um trato não respeitoso em virtude do seu status. Essa posição também deixa essas pessoas com poucas oportunidades para desenvolver e usar suas capacidades, têm pouca autonomia laboral e poucas oportunidades para utilizar a criatividade e critérios próprios no trabalho por não ter conhecimentos técnicos nem autoridade. Em grande parte, tem dificuldades para se expressar em âmbitos públicos ou burocráticos e não impõem respeito.

> El privilegio de esta respetabilidad profesional aparece con claridad en la dinámica del racismo y sexismo. En el trato diario las mujeres y hombres de color deben probar su respetabilidad. En un primer momento, los extraños con frecuencia no las tratan con una distancia o diferencia respetuosa sin embargo, una vez que la gente

> descubre que esta mujer o aquel puertorriqueño es una maestra colega de la escuela o un ejecutivo de negocios, a menudo se comportan de manera más respetuosa con ella o con él. (YOUNG, 2000, p. 101)

Um dos elementos que está presente em quase todas as formas de relações de poder e de opressão é o imperialismo cultural. Este acarreta a universalização das experiências, valores e critérios do grupo dominante que submete outros grupos as suas normas. Este projeta as suas próprias experiências, expectativas como representativas da humanidade, enquanto que as dos grupos oprimidos são invisibilizadas e, muitas vezes, adquirindo gradualmente conotações negativas. Os membros desse grupo são estereotipados e identificados como inferiores e, geralmente, vinculadas unicamente aos corpos. Esses valores, estereótipos e normas oriundas do grupo dominante são interiorizadas pelo grupo oprimido, de modo que este acaba por ver-se a si mesmo através da imagem criada pelo grupo dominante, quer dizer, como inferior e estereotipada. Um exemplo é o próprio ideal de feminilidade que impõe sobre as mulheres valores e uma essência definitiva do que é ser mulher. Uma essência que carece de características e capacidades socialmente valoradas e entendidas como neutrais, mas que, na verdade, se trata de um perfil masculino. Nesse caso, a injustiça ocorre, portanto, quando um grupo dominante impõe a sua visão sobre a visão social aos demais grupos, sem considerar a sua existência e valores como uma perspectiva mais, entre tantas outras.

A violência, último da família de conceitos para entender a opressão, é percebida como uma prática social sistemática e que está institucionalizada. Não se restringe ao caráter físico. Refere-se também a todas aquelas formas de perseguição ou intimidação provocados com a intenção de ridicularizar ou humilhar determinadas pessoas. Não se trata, em exclusivo, de um ato particular de um individuo concreto, mas ao contexto social que faz com que esses atos sejam possíveis, toleráveis e até, aceitáveis. A violência é sistemática porque está dirigida a membros de um grupo, simplesmente pelo fato de sê-lo. Uma situação que leva a que todos os membros desse grupo estejam mais predispostos a serem vítimas de atos de violência meramente por ser identificada como pertencente a um grupo social determinado. O que os fazem viver sobre constante ameaça, consumindo inutilmente as suas energias. Um exemplo é a ameaça constante da violação por parte do coletivo de mulheres, que continua a ser tolerada na medida em que são atos que se fazem com frequência, que quem observa não se

surpreende e os violadores não costumam ser castigados ou tem penas leves. Isto faz com que esses atos sejam aceitáveis e tolerados.

De acordo com Young, as teorias da justiça pouco ou nada falam sobre a violência, apesar da frequência com que esses atos ocorrem na nossa sociedade. Isso ocorre porque a violência não pode ser concebida desde os parâmetros distributivos. As instituições e práticas sociais que permitem tais atos deveriam ser reformadas e levadas a cabo a redistribuição de recursos e posições sociais, mas que somente se poderia concretizar por meio de uma mudança nas imagens culturais, nos estereótipos e na reprodução cotidiana das relações de dominação.

Se as injustiças envolvem tanto questões de distribuição e de reconhecimento, mantendo-se por meio das estruturas sociais que funcionam tanto em âmbitos entendidos como público quanto privados, os seus remédios e ações também devem incidir nesses pontos. Dessa maneira é que Young expande o conceito de justiça ampliando o seu alcance para mais âmbitos e aspectos. Assim, o modelo imperante de justiça distributiva se mostra insuficiente para atender às injustiças, uma vez que esse modelo não envolve questões fundamentais como a tomada de decisões, a divisão do trabalho e a cultura, que conforma a estrutura base da nossa sociedade da qual parte tal modelo. É preciso, como atenta Young (2000, 2011), reconhecer a existência da estrutura social, em seu sentido amplo, por promover o resultado sistêmico e a grande escala, derivadas de operação de muitas instituições e práticas que constringem algumas pessoas de maneira específica; ao mesmo tempo em que capacitam outras. Tal reconhecimento reafirma que os processos de exclusão individual não podem ser descritos com independência de outras aproximações teóricas centradas em problemas de injustiça estrutural. Assim coincidem Fraser (2011) e Young (2000) na necessidade de uma concepção de público mais heterogêneo para alcançar sociedades mais justas. Também se faz necessário, estabelecer procedimentos para que as vozes de diferentes grupos e expressadas de diferentes maneiras possam ser escutadas por meio de instituições com representação de grupo; da mesma forma que a democratização do trabalho no sentido de desenvolvimento de capacidades. O reconhecimento de direitos especiais a grupos é um caminho para promover uma participação mais completa, ao mesmo tempo em que se deve

estender a justiça a outros âmbitos e instituições interpretados como privados, como pode ser a família (AGRA, 2008a).

As propostas nesse âmbito são múltiplas, ainda que infravaloradas dentro do debate político nos mais diferentes espaços, seja nas teorias ou nas práticas de ação coletiva. Por isso, se faz também fundamental que as experiências que busquem tais incorporações tenham visibilidade e sejam escutadas. Os movimentos sociais emancipatórios contemporâneos têm conseguido ampliar o debate de justiça social e a sua própria concepção. Caminham também na direção de fazer das suas organizações espaços de experimentação de iniciativas internas e reivindicações externas que articulam questões distributivas e de reconhecimento de forma articulada, no entanto tais experiências são pouco conhecidas e analisadas. Este é um percorrido relativamente recente, mas que tem dado passos importantes, ainda que não insuficientes. É um caminho por caminhar, que no que segue busco situar tanto no plano teórico como contextual as interrelações entre justiça social e as injustiças do sistema sexo-gênero que vem sendo feitas pelos movimentos sociais que tem saído a luz nas agendas políticas, especialmente no plano internacional.

1.2 Movimentos Sociais: um ator chave pela justiça social

> Se você só vem me ajudar, você pode regressar. Mas se você considera minha luta como parte de sua luta para sobrevivência, então talvez nós possamos trabalhar junto. (Uma mulher aborígene).

O conceito de movimento social não é homogêneo no campo das ciências sociais. A dificuldade de definir o término também se dá por ser uma forma de organização da sociedade civil complexa e de natureza multidimensional que está em constante transformação. Logo, a diversidade de abordagens interpretativas sobre os movimentos sociais enfocam elementos diferentes o que dificulta ainda mais a sua comparação e síntese. Em termos gerais, os estudos sobre os movimentos sociais estão inseridos dentro da temática de ação coletiva que tem diferentes correntes teóricas. Isso transforma a definição do término numa arena conflituosa,

de disputa semântica e política entre as perspectivas sistêmicas e a do pensamento crítico e, ainda, dentro desses mesmos campos. (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2008)

De acordo com os estudos históricos de Tilly (2009) os movimentos sociais são uma forma de organização social dentro do campo da ação política coletiva moderna que acompanhou o nascimento dos Estados-nações, o que quer dizer que está vinculada com o surgimento da época moderna e com os ideários da revolução iluminista ocidental que acabou por se alastrar pelo resto do mundo com diversas formas organizativas, múltiplos repertórios e uma infinidade de reivindicações. Eles começam a tomar forma como o conhecemos hoje, no final do século XVIII em Europa e Estados Unidos e se consolidam no século XIX. Esse período é marcado pela Revolução Industrial; Revolução Norte Americana (1775-1783) e, sem dúvida, a Revolução Francesa (1789 -1799). Nesse espaço-tempo, a capitalização mudou completamente as relações sociais, havendo um aumento da proletarização, ocasionada pela concentração e arrendamento de terras e pelo fomento a criação de indústrias e urbanização. Por sua vez, provocando a expulsão das pessoas do campo para os centros urbanos, aumentando a dependência da população sobre um trabalho remunerado e sobre um determinado patrão.

A combinação dessas mudanças fomentou a construção de alianças temporais entre aristocracia dissidente e burgueses, por um lado, e trabalhador@s por outro. Essas alianças facilitaram a apropriação e popularização de diversas formas de associações com fins específicos. Outros fatores importantes são a influência da difusão da alfabetização e dos meios de comunicação ao longo da historia moderna e contemporânea que facilitou a socialização das justificativas de protestos entre os possíveis ativistas dos movimentos sociais gerando “redes invisíveis de discursos” e associativas que puderam garantir a continuidade dos movimentos. Em marco geral, se vai construindo ideologias e diagnósticos sociais que compartem reivindicações como a justiça, frente à nova desigualdade social e a nova pobreza sobre as quais iniciaram as mobilizações. (TARROW, 2012; TILLY; WOOD, 2009; VERDÚ, 2003)

Assim, os primeiros movimentos sociais com caráter duradoiro e estável têm referência no século XIX, onde se encontram as primeiras ações relacionadas com o mundo do trabalho, da nação e com o capitalismo, que logo serão organizadas dentro do movimento proletário.

No entanto, também têm relevância as lutas de outros movimentos sociais, embora muitos estudos desse campo os ignore ou os invisibilizem como são as lutas contra a escravidão, contra o império correspondente às colônias americanas, além dos movimentos que conquistam espaço na cena política sobre eco da Revolução Francesa (século XVIII) no que se destaca o movimento feminista, o movimento campesino, o pacifista, o movimento alternativo e comunitário, o movimento de reforma da consciência (como o romantismo), ecologista e anti-militarista, sem esquecer-se do socialismo. (VERDÚ, In. RIVAS, 2003) Para deixar claro, seguindo as recomendações de Célia Amorós (2005a), o marco na história das reivindicações das mulheres, é a Revolução Francesa, quando pela primeira vez, as mulheres se identificam como um grupo social oprimido, com características e interesses próprios, articulando teoria e prática em suas ações e conseguindo interferir politicamente, quer dizer, se organizam como um movimento social.

Desde o enfoque de Oportunidades Políticas ou Processos Políticos[15], os movimentos sociais como um dos atores sociais pela sua capacidade de analisar e atuar criticamente sobre a realidade colocando em evidencia os conflitos sociais e propondo, em última instância, alternativas. Definem-se, dentro desse enfoque, como sequências de ação política baseadas em redes sociais internas e marcos de ação coletiva que desenvolvem a capacidade de manter desafios frente ao oponente poderoso. (TILLY; WOOD, 2009)

> En lugar de expresiones de extremismo, violéncia y privación, los movimentos sociales son desafios colectivos planteados por personas que comparten objetivos comunes y solidariedad e una interacción mantenida con las elites, los oponentes y las autoridades. Esta definición tiene cuatro propiedades empíricas: desafío colectivo, objetivos comunes, solidariedad e interacción mantenida. (TARROW, 2012, p. 37)

De acordo com Tilly para serem definidos como movimentos sociais, estes devem combinar três elementos: a realização de *campanhas* que vem a ser um esforço público, organizado e contínuo por transladar às autoridades pertinentes as reivindicações coletivas, sendo importante ressaltar que as campanhas sempre vinculam, no mínimo, três partes: o *grupo* ao qual se atribui a autoria das reivindicações; os *objeto*s de reivindicações e *o público*, ou seja, a quem está sendo dirigida tais reivindicações. O autor ressalta, por outra parte, que a

[15] Autores de referência são especialmente Charles Tilly, Donatela DellaPorta e Sidney Tarrow. Autoras como Arturo Escobar, Sónia Alvaréz, Evelina Dagnino, Breno Bringel, Rosalva Aída Hernández entre tantas outras que seguem essa linha fazendo análises de movimentos e organizações no sul global.

constituição de um movimento social não se refere à ação isolada de um desses elementos, e sim a interação entre eles, que tem a ver com a organização cotidiana existente por detrás de cada ação. O segundo elemento é o *repertório do movimento*, que se refere ao uso combinado de algumas formas de ação política de maneira prolongada, o que distingue os movimentos sociais de outras formas de fazer política. Por último, são as demonstrações de WUNC[16], sigla em inglês que significa valor, unidade, número e compromisso. Essas demonstrações devem estar implicadas nas manifestações públicas e concentradas, podendo adotar formas de declarações, slogans ou etiquetas que constem o valor (a conduta), a unidade (características, símbolos, músicas, que identifiquem a unidade do movimento), o número (quanto maior a quantidade de participantes, mais significativo será) e o compromisso do movimento (enfrentar dificuldades, infringir, resistir). Aqui tem importância a linguagem que varia em função do contexto. Seguindo a Tilly, os movimentos sociais relacionam ainda, três tipos de reivindicações: *programáticas*, referente a uma declaração clara de adesão ou não por parte dos objetos da reivindicação do movimento às ações reais ou propostas. *Reivindicações identitárias*, relacionadas com a força unificada do grupo, os pontos em comum. E, por último, *reivindicações de posição*, que respaldam os vínculos e os pontos em comum com outros atores políticos.

O enfoque dos Processos Políticos se propõe também a confluir os enfoques mais influentes do campo da ação coletiva, contribuindo para uma abordagem mais eclética e plural dirigidas a uma atualização dos enfoques mais "clássicos" integrando tanto os primeiros movimentos sociais (século XIX), com os que surgem ao final do século XX e início do XXI, entendendo os movimentos sociais como um *ator dinâmico*, diretamente relacionado com os processos e contextos sociopolíticos. Dessa forma, também vai se aproximar de abordagens que estão fora do eixo hegemônico Europa- EUA[17] do pensamento e interpretação da ação coletiva, concebendo os movimentos sociais como agentes transformadores e emancipadores, produtores de reflexão e análise da realidade e não apenas como objetos de estudo. Entender os movimentos sociais como agentes, também significa diminuir as dicotomias positivistas

[16] Sigla em inglês: *Worthiness, Unity, Numbers and Commitment*

[17] Muitos dos estudos realizados fora do território EUA-Europa continuam a girar em torno dos parâmetros políticos, econômicos e culturais desse eixo hegemônico, desconhecendo ou regeitando suas culturas e práticas originárias, seus saberes e formas de organização próprias.

que separam e excluem os discursos dos movimentos do cenário político e científico, logo dos grupos sociais que os conformam, deslegitimando e marginalizando as suas capacidades de produzir saberes e conhecimentos. Quer dizer, desde a lógica dos processos políticos, os movimentos sociais são um ator social mais na sociedade, o abre espaço para o diálogo entre diferentes saberes cada vez mais horizontais e complementárias, o que é necessário para a práxis de sociedades mais justas. (PARRA, 2005)

Tal postura leva a estudos como os de Arturo Escobar, Sónia Alvaréz e Evelina Dagnino (2001) a considerarem que os movimentos sociais latino-americanos contemporâneos, além de estarem implicados nas lutas pela demarcação do cenário político, como fazem os movimentos sociais em geral, têm se envolvido na produção de uma concepção alternativa de cidadania multiplicando os espaços públicos onde se pode questionar e construir novos significados às diversas opressões. Essa apreciação pode ser estendida a outros, em especial, ao movimento feminista que desde os seus primórdios tem lutado tanto pela inclusão das mulheres, como grupo social e como sujeito de direitos nas sociedades modernas. Assim como dar visibilidade à necessidade mesma de incluir outros aspectos da vida, entendidos como privados, e que por isso excluídos dos debates políticos centrais. Mas que, ao contrario, estão intimamente relacionados com as formas pelas quais nos organizamos e vivemos. Debate que passa pela ideia de universalidade de que todas as pessoas somos sujeitos políticos, incluídas as mulheres.

1.2.1 Movimentos sociais como espaços emancipatórios

A busca de caminhos para a construção de sociedades mais justas e os novos desafios que impõe o modelo neoliberal capitalista faz com que os percursos dos movimentos sociais se dirijam cada vez mais no sentido de associar e articular as diversas reivindicações de caráter distributivo, com as de reconhecimento, entendendo-as como interdependentes e interconectadas, assim como as de âmbito local, regional e internacional. Esse percurso também os leva a pensar e transformar a si mesmos em espaço onde suas reivindicações sejam experimentadas, vividas. Quero dizer, colocam o próprio espaço do movimento como prova e lugar de experimentação dos seus discursos e reivindicações, reconhecendo as contradições

internas e buscando formas de enfrenta-las. Uma estratégia que têm como referência a própria práxis do movimento feminista, sendo este mesmo, um dos grandes protagonistas do novo pico de protestos da ação coletiva que tem como marco temporal as décadas de 1960-70, principalmente na Europa e nos Estados Unidos[18], levando também a necessidade de rever posteriormente à própria noção de justiça social e democracia. Esse aprendizado ou referência no movimento feminista nem sempre é reconhecida pelos próprios movimentos, mas tanto o protagonismo das mulheres feministas nesses espaços, como a apropriação das suas estratégias e experiências se faz notar nessas "novas" formas de fazer política em diferentes movimentos sociais.

Esse novo pico de mobilizações visível em diversas partes do mundo vai se caracterizar por desafiar os pressupostos institucionais, as formas convencionais de "fazer política" onde se encontra a ideia de oposição ao movimento operário e uma ideologia crítica a modernidade e ao progresso. Os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) darão ênfases a construção de estruturas organizativas descentralizadas e participativas, ou mesmo, tentam suprimi-las. Defendem a solidariedade interpessoal contra as grandes burocracias, e a demanda de espaços autônomos. (LARAÑA, 1999) Esse novo "fazer política" faz com que autores como Melluci (1999) e Touraine (2009) defendam a inauguração de certos movimentos sociais[19] que, segundo eles, não baseavam as suas reivindicações na redistribuição dos recursos materiais e econômicos (a justiça distributiva), mas sim, no reconhecimento e na valorização do simbólico, do cultural, dos significados e da orientação da ação social.

Esses autores são um dos mais influêntes dentro do enfoque dos Novos Movimentos Sociais (LARAÑA, 1999) ou o eixo cultural (GOHN, 2008) ou ainda Teorias de marcos e identidade coletiva (TARROW, 2012) contribuiu com a discussão sobre as questões da inovação nas formas e nos conteúdos dos movimentos sociais contemporâneos. Tem sua origem principalmente no continente europeu sobre a década de 1980 e 1990. O foco da investigação se transfere para os "marcos", o discurso e as emoções da ação coletiva. Essa

[18] Essa afirmação se refere especificamente ao modelo de organização de movimento social, o que não quer dizer que em outros lugares do mundo não tenham existido movimentos feministas antes e de relevância ou líderes e pensadoras feministas. Essa historiografia também é reflexo da pouca bibliografia ou do seu escasso acesso.

[19] Segundo esse enfoque se caracterizam como novos movimentos sociais o feminismo, o estudantil, o ambientalista, LGBT, entre outros.

perspectiva enfatiza nas relações sociais conflituosas e as construções de novas identidades como meio de criar espaços para o surgimento de condutas coletivas autônomas. Elas partem do entendimento de que nessa "nova" sociedade pós-industrial, a extensão do sistema de controle social aparece no aumento crescente da regulação e manipulação de vários aspectos da vida, entendidos tradicionalmente como privados (corpo, sexualidade, relações afetivas); subjetiva (processos emocionais, desejos) e até biológicos (o código genético). (DALTON; KUECHLER, 1992)

Essa característica os distinguiria os "novos" dos "antigos" pela sua não relação com a luta de classes e por não constituir-se sobre o tema socioeconômico, nem coorporativo ou particularista, como caracterizam a ação coletiva obreira que, até então, era entendida como modelo da ação coletiva transformadora; levantando a hipótese do fim dos antagonismos de classe. Esse enfoque dá ênfase aos sujeitos sociais na análise da ação coletiva. Alberto Melucci, por exemplo, centra os seus estudos nos mecanismos pelos quais se produzem e se transformam num tempo determinado representações do mundo e das identidades individuais e coletivas. Na década de 1990 alguns autores desse mesmo enfoque como David Snow e James Jasper voltam a pôr ênfase no papel desempenhado pelas emoções na produção e reprodução dos movimentos sociais. (DELLA PORTA; KEATING, 2013; MELUCCI, 1999)

No entanto, a dicotomia que se constrói desde esse enfoque entre "novos" e "velhos" movimentos sociais será uma das suas maiores críticas. (DELLA PORTA; KEATING, 2013; TARROW, 2012; TILLY; WOOD, 2009). Tilly (2009), por exemplo, critica a construção desse "novo" sujeito que ocupa a cena das ações coletivas sem qualquer relação com a história dos conflitos sociais. Sobre isso Craig Calhoun (1995) ressalta que as mobilizações do século XIX também tinham, com frequência, reivindicações relacionadas com a autonomia e a identidade. De acordo com a sua análise é que em meados do século XX a identidade do movimento operário vai estar debilitada, dado que a contradição trabalho – capital já não era entendida como suficiente para enfrentar as diversas opressões e subordinações geradas pelo sistema capitalista e das novas ofensivas do neoliberalismo. Além disso, a sua identidade e o modelo organizativo de classe já não tinham o reconhecimento ou a legitimidade exclusiva como protagonista da mudança social. Quer dizer, as outras identidades coletivas conquistam uma maior visibilidade social e passam a reivindicar a sua participação como diferentes protagonistas da transformação social, impondo ou incluindo na agenda política as suas lutas

e outras formas de participação e intervenção social. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000; GOHN, 2008; MARTINEZ; CASADO; IBARRA, 2012; SANTOS, 2001) Nessa linha, Mouriaux e Beroud (2000; 2005), criticam a invisibilidade das continuidades e acúmulos históricos das teorias da ação coletiva feita pela corrente dos NMS ao desconsiderarem o caráter emancipador dos movimentos e lutas feministas, anti-coloniais e anti-racistas, cujas organizações e reivindicações remontam o século XIX, outorgando ao movimento operário o protagonismo exclusivo dessa forma de ação coletiva.

Outra crítica a esse enfoque está relacionada com a concepção da natureza do conflito social, entendido como não contraditório dentro da sociedade neoliberal, cuja solução não supõe uma transformação radical do modelo de sociedade. (SEOANE, TADDEI e ALGRANATI, 2006;2011) Ess@s autor@s afirmam ainda que a importância conquistada por alguns movimentos de base cultural ou territorial não significa a desaparição dos conflitos de classe, muito menos d@s seus/suas atores e atrizes, pois a classe trabalhadora se faz presente nas formas difusas e heterogêneas que essa categoria assume dentro do sistema neoliberal. Da mesma forma, os movimentos e organizações entendidos como "novos" pela sua ênfase na identidade como espaço de mobilização e ao caráter cultural de suas demandas, como poderia ser o indígena, tem demonstrado demandas "antigas" como o direito a terra e ao crédito agrário, e demandas "novas" como pela autonomia e pelo reconhecimento dos direitos coletivos dos seus povos, uma vez que cada uma dessas reivindicações se conquistada de maneira isolada, não garante a sobrevivência dos seus povos.

Portanto, se é certo que os movimentos sociais se revelam a partir das décadas de 1960-70, com maior ênfase em aspectos relacionados com a identidade, cultura e reconhecimento, eles também não deixam de reivindicar justiça distributiva. Da mesma forma, os que têm como base das suas reivindicações o corte de classe e a redistribuições dos recursos, passam a dar mais importância aos aspectos ligados ao reconhecimento de identidades, culturas, formas de vida, diversidade, entendendo-as como necessárias para transformar as sociedades. Com essa interpretação, se entende que os movimentos sociais são organizações dinâmicas, vivas que vão se construindo a partir do aprendizado coletivo, do acúmulo histórico deles próprios e dos contextos sociais e políticos de cada período e de cada lugar. Como nos explica Tilly

(2009)[20], a ação coletiva está diretamente relacionada com as oportunidades políticas de ação, com os recursos humanos, materiais e identitários dos grupos com bases de interesses compartidos, assim como as ameaças e os constrangimentos que explicam a emergência e a trajetória dos movimentos, agora entendidos como processos.

Em resumo:

> La acción colectiva se produce cuando se amplían las oportunidades políticas, cuando demuestra su capacidad para crear alianzas y cuando evidencia la vulnerabilidad de sus oponentes. La acción colectiva cristaliza en movimiento social cuando aprovecha las redes sociales y las estructuras de conexión para crear marcos de acción colectiva e identidades de apoyo capaces de mantener la confrontación con oponentes poderosos. Mediante la organización de formas familiares de acción colectiva, los movimientos se convierten en puntos focales para transformar las oportunidades externas en recursos. El repertorio de acción colectiva, las redes sociales y los marcos culturales reducen los costes de aglutinar voluntades para la acción colectiva, generan la convicción de que los participantes no se encuentran solos y dotan de mayor significado a sus reivindicaciones. El conjunto de estos factores pone en marcha los procesos dinámicos que han situado históricamente a los movimientos sociales en el centro del cambio político y social. (TARROW, 2012, p. 75)

Seguindo esse enfoque, as análises dos movimentos sociais não podem estar deslocadas dos seus contextos, e suas reivindicações e identidades não são entendidas como estáticas, dicotômicas ou separadas dos seus contextos. Os movimentos sociais são em si, um processo contínuo de construção de identidades individuais e coletivas ao mesmo tempo em que atuam no cenário político como ator social, provocador de mudanças sociais e políticas. (GOHN, 2008) Constituem um espaço de produção social da realidade ao desenvolverem saberes e

[20] Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam são os principais autores do enfoque das *Oportunidades Políticas ou Processos políticos*. Este enfoque comparte com a teoria da Mobilização dos recursos a concepção racional da ação, o que leva, muitas vezes, a serem tratadas de maneira unificada. Mas esta direciona a sua atenção ao ambiente político e institucional no que operam os movimentos sociais e adiciona o elemento cultural à sua explicação. O seu foco central está na relação entre atores/atrizes políticos institucionais e a protesta e pretende explicar as dinâmicas da ação coletiva. (DELLA PORTA; KEATING, 2013; TARROW, 2012) Eles orientaram o olhar dos estudos dos movimentos sociais para as determinações estruturais das ações de protesto ao dar ênfase às oportunidades externas, as ameaças e os constrangimentos que explicam a emergência e a evolução dos movimentos, dando ênfase à questão estratégica. Tilly (2009) insiste na importância dos contextos históricos e os processos particulares em que se desenvolvem as ações coletivas e os movimentos sociais. Com isso, conseguiu que o estudo das ações coletivas ganhasse importância tanto dentro da história como da sociologia. Ele se interessa por demonstrar como as organizações antes de mobilizar-se pela luta de recursos disponíveis se agrupam com base em interesses compartidos e deles dependem o tipo de mobilização adotada. Em suas palavras, ele "presta atenção às dinâmicas relacionais em suas múltiplas escalas". (ALONSO; GUIMARÃES, 2004)

práticas que desconstrói e constrói significados, valores, ideias e práticas num percurso dialético, heterogêneo e não linear, o que os posiciona num espaço intermediário (ALVAREZ, 2009) entre os processos individualizados e as grandes estruturas sobre as quais se organizam as sociedades no seu sentido mais amplo, como o Estado e as instituições transnacionais. Assim, os movimentos sociais ocupam um espaço estratégico por interferir de forma dialógica e dinâmica nas identidades dos sujeitos sociais, nos valores e nas estruturas sobre as quais a nossa sociedade se organiza. Ao mesmo tempo em que, de forma ativa, constroem e evidenciam saberes, propostas e práticas alternativas da criatividade social e da inovação política, o qual os qualificam como sujeitos coletivos de referência para construir saídas emancipatórias a diferentes aspectos da nossa sociedade (MARTINEZ; CASADO; IBARRA, 2012). Em definitiva, um canal que permite a politização de todos os aspectos da vida, inclusive, possibilitando a redefinição das esferas do público e do privado permitindo a extensão da democracia e a democratização da vida cotidiana, uma questão fundamental para existir justiça social. (AGRA, 1999; YOUNG, 2000)

Isso não quer dizer que todos os movimentos sociais sejam espaços emancipadores, democráticos e transformadores por si só. Como alerta Tilly (2009) há movimentos sociais que podem minar a democracia, como fazem os movimentos pró-nazistas e fascistas que têm mostrado estar vivos e organizados ainda hoje. Assim como alguns movimentos da "nova esquerda" na América Latina que tiveram efeitos não desejados de retrocesso em direitos democráticos. Tendo isso em conta, a referência de movimentos sociais desse trabalho está no primeiro grupo, os que buscam construir sociedades mais justas.

1.2.2 Os movimentos sociais e as injustiças do sistema sexo-gênero

As mudanças provocadas na forma como se organizam os movimentos sociais nas décadas de 1960-70 tem grande importância nas discussões sobre ação coletiva e justiça social desestabilizando e acentuando as críticas sobre as teorias predominantes. No campo da ação coletiva, as mudanças dificultaram a delimitação das diferenças do que é uma organização de movimento social e o movimento em si. Dificultade que reside primeiro no feito do

movimento social ser uma forma viva, complexa e de natureza multidimensional de organização da sociedade que está em constante transformação. O que fez com que as abordagens focassem em elementos também diferentes da ação coletiva como origem, motivações, formas de organização, de ação e de discursos. (BRINGEL, 2011). Em segundo lugar, está a diversidade de interpretações do termo "organização" deu cabida a formas diferentes de identificar e caracterizar modelos de organização de movimentos que vão desde modelos formais e instituídos, até formas organizativas amplas de redes interpessoais que se desenvolvem a partir das interações não muito sólidas entre ativistas. (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2008)

Para Tarrow (2012), a história tem demonstrado que as organizações de MS nascem de redes interpessoais locais (comunidade, bairro, amig@s, trabalho, universidade, etc) ativadas pela ação coletiva que se expande através de episódios de protesto nos que interagem com as autoridades, aliados e terceiros. As organizações de M.S. podem desaparecer ou ampliar o seu raio de atuação até os níveis regionais, nacionais e internacionais pós-pico de mobilização social. As redes interpessoais, ativadas durante esse período, conformando as relações mais básicas de qualquer movimento, o que permite que este perdure, ainda que a organização formal deixe de existir. Isso significa que a sua sobrevivência está mais relacionada com as redes interpessoais do que com as propriedades formais estruturadas. A diferença entre um e outro não está em determinadas características organizativas ou padrões de comportamento, mas sim no feito de que os movimentos sociais não são organizações de nenhum tipo, são redes que podem incluir organizações formais ou não, que vai depender das circunstâncias. (TILLY; WOOD, 2009)

No entanto, os movimentos não se sustentam apenas com as redes interpessoais construídas no momento da ação coletiva. De acordo com Della Porta e Diane (2015), ainda que os movimentos não sejam equiparáveis às organizações que os integram, elas jogam um papel fundamental para a sustentação dos mesmos. Elas os mantêm ativos exercendo diversas funções como: induzir e mobilizar os participantes, definir metas organizativas, administrar e coordenar as contribuições, compilar os recursos do entorno, além de selecionar, treinar e deslocar os membros. Por essas funções, as organizações são uma fonte de continuidade do movimento contribuindo à tendência para a auto-perpetuação das pautas do movimento tanto em termos de identidade de grupo social, como também das reivindicações. Isso porque,

quando as oportunidades para a ação são menores, é mais difícil atrair espontaneamente as pessoas para as ruas; as ondas de protesto ficam muito mais sujeitas a níveis extremos de variedade; e o peso político d@s ativistas é menor sobre a agenda política, dadas a falta de elaboração analítica prévia e a insegurança quanto ao número de simpatizantes que uma determinada pauta pode aglomerar. (DELLA PORTA, 2015; TARROW, 2012)

Nas décadas de 1960-70, como dito antes, os movimentos sociais começam a olhar para dentro de si mesmos. Esse feito abre espaço para repensar as suas estruturas, discursos, formas de atuação e a própria identidade ativista (o ser ativista/militante). Um processo que teve visibilidade com os movimentos que reclamavam direitos entendidos como privados: o corpo, a sexualidade, as relações afetivas, a etnias, a raça, a comunidade; processos emocionais, desejos e até biológicos, como o código genético. (DALTON; KUECHLER, 1992) Ações que se revelaram com uma grande capacidade de intervenção ao reivindicarem e utilizarem recursos simbólicos e culturais apropriando-se de significados na orientação das suas ações coletivas. Além disso, criaram alternativas aos modelos de organização dos movimentos sociais que vinham servindo de referência para a ação coletiva, chamando atenção para a necessidade dessa auto-transformação. Os modelos organizativos clássicos da ação coletiva se assentam na Europa continental a partir das revoluções de 1848, modelos rígidos e hierárquicos (movimento operário) ou em sua oposição, o modelo anarquista[21] (TARROW, 2012). No entanto, estes já não conseguiam responder de forma objetiva às necessidades (novas e antigas) das pessoas e as mudanças estruturais sociais e políticas, o que também contribuiu para intensificar a debilidade da identidade de classe, como uma pré-condição para a ação centrada em metas econômicas e políticas. Mudanças como a organização do trabalho e a localização das atividades produtivas, o crescimento da economia oculta e informal, o aumento do desemprego, do trabalho precário e temporal, a maior mobilidade individual, principalmente horizontal, as mudanças geográficas, a importância do trabalho altamente qualificado no setor terciário, o aumento das desigualdades entre norte e

[21] De acordo com Tilly(2009), Tarrow(2012), Della Porta (2015), não existe nem nunca existiu, um modelo único de organização dos movimentos sociais, nem há uma trajetória de evolução. Tarrow, identifica dois modelos de organização que serviram apenas como referência para a construção de outras formas de organização, passando por mudanças, transformações e adaptações de acordo com as suas necessidades e recursos disponíveis. O primeiro apresentado pelo autor é mais rígido, com hierarquias que se exigia disciplina, pagamento de cotas e organização periódica de ações coletivas para projetar seus objetivos. O outro é o modelo anarquista que se opunha ao anterior, baseando-se em redes de associações de trabalhadores organizados informalmente, vinculados de forma voluntária baseada, principalmente, na militância.

sul global, mas também dentro do norte e do sul, e as mudanças nas condições sociais como o acesso à educação, as inovações tecnológicas que influem na distribuição dos recursos que permitem a participação coletiva. A isso se soma os novos desafios para @s ativistas relacionados ao contexto de crise de governabilidade e representatividade dos sistemas políticos e do estado de bem-estar social, deslocando a busca de interlocutor@s e responsáveis políticos das demandas sociais ao cenário internacional. (ECHART MUÑOZ, 2008)

Os movimentos da última metade do século XX, ao questionarem a sua práxis, questionam a práxis das organizações que os compõem como expressão da sua forma cotidiana de trabalho. Inauguram e/ou revisam estruturas organizativas que sejam cada vez mais descentralizadas e participativas; que privilegiem a defesa de uma solidariedade interpessoal contra as grandes burocracias; que demandem espaços autônomos “por cima” das vantagens materiais. Feitos que não significam que a dimensão material e distributiva tenha perdido importância nos conflitos protagonizados pelos movimentos pós-1960 (nem pelos atuais). (DELLA PORTA, 2015) Muito menos que exista uma substituição dos atores da ação coletiva como defendem alguns da corrente dos NMS. Trata-se, mais bem, de um processo de acúmulo de experiências, dos contextos históricos-sociais e dos processos particulares em que estes se desenvolvem. (DELLA PORTA, 2015; 2012; TILLY; WOOD, 2009) É um repensar a mudança a nível macro-cultural com uma nova forma de organização interna que redefinem a relação dos contextos com a interação consigo mesmo (identidade individual e coletiva) e de defesa dos direitos com respeito aos poderes pertinentes.

Hoje, a reconstrução de modelos organizativos dos movimentos continua a ser um reto importante, pois devem ser o suficientemente fortes como para estruturar a ação coletiva, ao mesmo tempo em que bastante flexível como para alcançar as redes e comunidades de protesto informais que unem as pessoas. (DELLA PORTA, 2015, p. 183) Dilemas esses que têm relação com a práxis do movimento e das organizações que os compõem, já que esta deve gerir a mobilização de recursos efetivos e simbólicos, as estratégias mobilizadoras e discursivas, a sua manutenção e o construto de alternativas. Todo isso em contextos sociopolítico-econômicos dinâmicos e variáveis; em períodos de tempo cada vez mais curtos. Um processo que pode ser analisado desde a desconstrução da lógica moderna liberal, que

repensa a dicotomia que divide a nossa sociedade em público e privado na busca por construir e pensar sociedades mais equitativas e justas. (FRASER *et al.*, 2011)

Esse debate se aprofunda no movimento e na teoria feminista a partir das décadas de 1970, que como dito antes, questiona os limites e as fronteiras das dicotomias entre "o público e o privado" e entre a "política e o resto da vida". Dicotomias sobre as quais estão estruturadas as desigualdades e injustiças sociais como as relacionadas com o sexo-gênero. Como nos explica Carole Pateman (1995) aceitar as categorias de *indivíduo* e de *contrato*[22] colocadas desde os postulados da modernidade como naturais, impede a percepção de que os sexos (homem – mulher) estão diferenciados e dicotomizados, assim como dos âmbitos público e privado[23],com base a construções sócio-culturais. Nessa lógica, se construíu uma oposição entre os dois, priviliando o caráter político do primeiro. Essas dicotomias hierarquizam como, por exemplo, as diferenças sexuais e de gênero, através de fenômenos político-sociais que atuam por meio de um conjunto de dispositivos socioculturais que operacionaliza as relações de poder. Esses dispositivos ditam um modelo de sexualidade, de gêneros, de sexo transformando seres sexuados no que entendemos por ser homem ou mulher em sua totalidade, dividindo-os ainda, em categorias incompletas e complementares. Ademais, neutraliza as concepções generizadas dos papeis sociais com pode ser a masculinização do cidadão e do trabalhador e a feminização do consumidor e de cliente do estado de bem-estar social como discute Fraser (2011).

[22] De acordo com Raquel Osbone (2005b) o discurso que consagra o sexo como algo privado se reforça com a modernidade, e alcança a sua máxima expressão no "eu" e na individualidade frente ao mundo da civilização e da indústria moderna, sobre o rousseuriano, que dá a prerrogativa do individualismo ao homem, e impõe sobre a mulher a dupla moral.

[23] A discussão sobre a sociedade contratual, como já referido antes, é importante uma vez que é um dos meios fundamentais de estabelecimento das relações sociais modernas ao estabelecerem a separação entre público e privado; político e não político. É sobre essas teorias contratuais que se estrutura a Revolução Francesa, sobre o lema de igualdade, liberdade e fraternidade, discutidos anteriormente, continuam a reger as sociedades ocidentais. Para Pateman, o contrato seria o meio pelo qual se instituem e se ofusca as relações de subordinação no patriarcado moderno, manifestando-se de forma mais clara na prostituição e na "barriga de aluguel". Com respeito a discussão sobre a prostituição, esse debate ainda é atual no seio feminista e se divide basicamente entre abolicionistas e regulamentaristas. As primeiras defendem a abolição da prostituição, entendendo a prostituição como uma forma de escravidão para as mulheres. Estas acentuam a defesa a uma legislação na que se proíba a prostituição e se persiga aos clientes e não as prostitutas, entendidas como vitimas do sistema. As segundas defendem a regulação da prostituição enquanto profissão, para que as prostitutas tenham direitos sociais reconhecidos. Não percebe a prostituição como uma abominação, questionando a ideia de privacidade em torno da sexualidade e do ato sexual.

Esse conjunto de dispositivos vai ser chamado de *Sistema Sexo-Gênero* termo usado pela primeira vez Rubin (1986) em 1975. Este passa a articular o termo gênero com o sexo de forma a evidenciar a existência de uma estrutura que organiza a sociedade a partir da divisão simbólica da interpretação das diferenças sexuais. Esta estrutura atua por meio de diferentes mecanismo e instituições em contextos específicos, se diferenciando a depender da sociedade da que se está analisando. Essa estrututa específica de cada sociedade rompe com a ideia monolítica da opressão feminina universal[24] entendida pelo termo *patriarcado*. Isso significa que as opressões que subordinam as mulheres operam a partir de um sistema sociocultural que não age da mesma forma em todos os lugares e situações. Ele é dinâmico e variável, opera tanto no que se entende por público como por privado de forma associada e integrada. Está relacionado com todos os aspectos da vida, incluído aqueles que são interpretados como apolíticos. Dessa maneira, qualquer relação de poder, esteja ela ligada à esfera pública ou não, será entendida como uma questão política, logo também de justiça. (AGRA, 1999)

Ao vincular os âmbitos privado e público percebe-se como as relações de poder e as injustiças perpassam esses espaços de forma combinada, inseparável e estruturada. As injustiças relacioanadas com o sistema sexo-gênero impõe sobre as mulheres uma serie de normas, posturas, atitudes e de organização do tempo e do trabalho que são incompatíveis com os modelos de organização e participação política. Assim, a militância/ativismo, em especial por parte das feministas e mulheres, ocupa uma multiplicidade de lugares que não são considerados como políticos, como pode ser o corpo, a casa, a família, as relações entre ativistas, estendendo-se a aspectos subjetivos que também são despolitizados. O que reforça a ideia de que se faz necessário repensar as concepções de democracia e de cidadania de forma a que se inclua o que se entende por privado, onde também operam as injustiças do sistema

[24] As feministas vão utilizar o conceito "patriarcado" para nomear a ordem sócio-moral e política que mantém e perpetua a hierarquia masculina no sentido de dominação universal. Esse conceito vai ampliar a noção de poder e de política, quando se entende que o poder não é exercido apenas pelo Estado ou por uma classe dominante, mas também através das microrrelações, vida sexual e doméstica, vindo a evidenciar as relações de poder na esfera do privado, do particular, do oculto, para ser reivindicado com um debate político. (PULEO, 2005) Mas se vazia de conteúdo como categoria de análise na medida em que se torna sinônimo de dominação masculina "trans-histórico e trans-cultural" como caracteriza Piscitelli (2002), tornando universal a dominação masculina no tempo e no espaço, e por isso, um conceito essencializante e invariável, que pressupõe que todas as mulheres estão dotadas de uma cumplicidade inata que as unem baixo a mesma expressão da opressão, formando como um sujeito coletivo pré-constituído e uno. De acordo com esta autora, esse coletivo pré-constituido sobre uma dominação universal leva a ocultar, ou não reconhecer, a diversidade de situações e a simultaneidade de opressões (territórios, raça, etnia, opção sexual, etc.) nas quais as mulheres estão inseridas.

sexo-gênero e que tem implicações no que se entende por público. Em consequência, requerem-se outras concepções de justiça social, outras formas de entender e fazer política. (AGRA, 1999; AMORÓS, CELIA PUENTE; MIGUEL, 2005) Logo, como argumentam Iris Marión Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib, é imprescindível que a injustiça e as opressões não sejam percebidas somente como consequências de uma ausência ou má distribuição dos recursos materiais e econômicos, como faz o modelo de justiça liberal de Rawls. Este é um dos modelos justiça mais influentes na nossa sociedade, incluindo os movimentos liberais (do estado de bem-estar social) como dos socialistas, demonstrando ser insuficiente para por fim as diversas injustiças e opressões. O que o faz ser um dos modelos mais criticados pelas feministas. Por isso as teóricas feministas têm aberto debates e propostas no sentido de articular aspectos da justiça distributiva com os aspectos ligados ao reconhecimento, aos processos culturais e simbólicos num mesmo nível de importância. Pois ambos produzem e reproduzem desigualdades em diversos âmbitos da vida e não só no que se entende por público. (AGRA, 2002; MARTÍNEZ- BASCUÑÁN, 2012; YOUNG, 2000)

Uma das propostas fortes é a ideia de construir públicos mais heterogêneos, de forma a que mais sujeitos, mais discursos possam expressar-se, serem ouvidos/escutados e que participem das toma de decisões em pé de igualdade ou que todos os grupos sociais tenham as mesmas oportunidades de participar. É nesse sentido que Fraser (1996; 2011) chama atenção para a importância da existência dos *contra-públicos subalternos*[25], que se trata de construção de âmbitos discursivos paralelos nos que os grupos sociais subalternos (mulheres, gays, lésbicas, negr@s, trabalhador@s, campones@s etc) criam e difundem seus discursos e suas formas discursivas. Ademais, permitem formular interpretações opostas e diversas sobre as suas identidades, interesses e necessidades que lhes são adjucados. Os contrapúblicos subalternos surgem em resposta à exclusão dos públicos dominantes, ajudando a expandir o espaço discursivo nas sociedades estratificadas. Para essa autora, a maior pluralidade de públicos enfrentados promove melhor o ideal da *paridade participativa*, do que um único público compreensivo, ideal burguês, o que significaria um avanço à democracia no caso das sociedades estratificadas.

[25] Os contra-públicos subalternos é discutido por Fraser ao criticar as problemáticos pressupostos que sustentam a concepção liberal de esfera pública burguesa.

Os *contra-públicos* trabalham para romper com o isolamento do discurso (ideias, perspectivas, formas de ver e fazer o mundo) interagindo discursivamente como membro de um público, seja ele subalterno ou não, aspirando difundir o discurso próprio em espaços cada vez mais amplos. Ela dá o exemplo das mulheres que, excluídas da esfera pública formal, constroem trampolins para a atividade pública como se fosse uma *contra-sociedade civil*, na que constroem associações alternativas de voluntárias apenas para mulheres, as sociedades filantrópicas e de reforma moral, entre outras. Muitas delas imitando as sociedades dos homens burgueses, ainda sendo inovadoras ao empregarem linguagens de domesticidade e maternidade tidas como "privadas". As menos privilegiadas construíram uma ponte para atividade pública participando em papeis de apoio nas atividades de protesto da classe trabalhadora, dominada pelos homens. Outras, em protestos e desfiles, e finalmente defendendo os direitos das mulheres se opondo publicamente a exclusão destas da esfera pública formal e da privatização da política de gênero. (FRASER *et al.*, 2011)

Tendo isso em conta, pode-se entender que os movimentos sociais são (ou podem ser) *contra-público subalternos* com relação ao espaço público da democracia burguesa liberal, uma vez que constroem discursos contra-hegemonicos e desde as margens dos espaços de toma de decisões. No final do século XX o movimento feminista revelou-se ser um dos mais chamativos *contra-públicos subalternos* desse período, pois reaparece no cenário como uma força assombrosa conseguindo ter um grande impacto na opinião pública em diferentes lugares, (VARELA, 2008) e alcança uma maior complexidade no seu pensamento (MÉNDEZ, 2008) e nas suas formas de ação/ organização influenciando outros movimentos sociais. Seguindo a Fraser, os *contra-públicos subalternos* têm um caráter dual porque, por um lado funcionam como um espaço de retirada e reagrupamento e, por outro, serve de base e de campo de treinamento de ativistas em protestos dirigidos a públicos mais amplos. Na dialética dessas duas funções é onde se localiza o potencial emancipador dos movimentos sociais, diminuindo os privilégios injustos de participação dos membros dos grupos sociais dominantes nas sociedades estratificadas. (FRASER *et al.*, 2011) Assim, ao focar o nosso olhar sobre os espaços dos movimentos ou suas organizações (sem deixar de ter em conta os contextos nos que estão inseridos) percebemos a existência no seu interior de um espaço público, um espaço discursivo, de toma de decisões que reproduzem os modelos da sociedade na que está inserido. Onde encontramos as suas contradições e as desigualdades de poder,

portanto, também discursos ou grupos subalternos que, em alguns casos, levaram a sua fragmentação, dissociação em outras organizações ou grupos. De modo ilustrativo estão as mulheres dentro do movimento iluminista e nos demais movimentos sociais. O que vem a fortalecer a afirmação de Gohn (2008), de que os movimentos sociais não são um coletivo homogêneo, de que a sua identidade coletiva e a dos indivíduos que o compõem se constrõem, desconstrõem e reconstrõem na sua práxis contínua, é que este será uma esfera pública na que serve, entre outros aspectos, para a formação e promulgação discursiva tanto de identidades coletivas como individuais.

Sobre isso, tanto Fraser como Young, vão argumentar que a identidade social transpassa a fase edípica e os contornos familiares, alargando-se ao longo de toda a vida. Quer dizer, os indivíduos constroem e reconstroem a sua identidade individual e coletiva sendo influenciadas pelos contextos, espaços, discursos momentos vitais durante toda a sua vida, e não só no desenvolvimento da infância e pelo seu entorno familiar. Discurso este que limita a capacidade de mudanças de pensamento e de atitude ao longo da vida de cada pessoa, encaixotando-a numa única identidade monolítica e estática. Seguindo as autoras, o "público" é um importante âmbito da construção e reconstrução contínua das identidades individuais e coletivas (dos grupos sociais). Portanto, o movimento social é um desses espaços no que interfere significativamente nas identidades coletivas, logo também nas identidades individuais; uma vez que ao questionar as identidades hegemônicas fazem ao mesmo tempo re-elaborações sobre elas, resignificando também as identidades individuais. Aqui se joga com a ideia de pertença, de capacidade de ação, de solidariedade, de reconhecimento, de participação, etc. Um processo que envolve a construção não só novos e diferentes discursos aos hegemônicos, mas também novas formas discursivas de expressá-los. Por esse motivo, Fraser e Young também questionam a ideia neutral e reduzida de participação como uma simples questão de ser capaz de afirmar conteúdos propositivos neutrais com respeito a sua forma de expressão. A participação significa ser capaz de falar com "voz própria", construindo e expressando a própria identidade cultural mediante a linguagem e o estilo. Com isso qualquer espaço público, também deve ampliar-se para incluir outras formas de expressão de maneira que não se sobreponha umas formas sobre outras, logo que se diminua as desigualdades de poder de uns sobre outros. (FRASER *et al.*, 2011; YOUNG, 2000)

Assim, durante as décadas de 1960-90[26] houve uma multiplicação de coletivos, secretarias, setores de Mulheres/Gênero/Feminista no interior das organizações mistas dos movimentos sociais. Por uma parte, a criação desses espaços funciona como *contra-públicos* com relação às suas organizações e ou movimentos ao questionarem a neutralidade desses espaços, percebendo a reprodução de desigualdades e injustiças nos movimentos de corte emancipatório. Percebiam como as questões, ações, preocupações e necessidades colocadas por elas não eram incorporadas, tidas em conta, impedidas de serem levadas adiante, etc. Identificavam problemas na sua participação nas mesmas condições que os homens, uma vez que o discurso da igualdade e da necessidade de construir uma identidade coletiva homogênea enquanto movimento (seja de classe, de raça, étnica, de sexo etc) estava baseada na ideia de cidadania liberal, que por si mesma é excludente. Portanto, estas estavam relacionadas com as formas de organização, de toma de decisões, dinâmicas de trabalho-ação, discursivas que significavam desigualdade e injustiças, estabelecendo e mantendo hierarquias. (CASTILLO *et al.*, 2010) Por esse motivo, as mulheres passaram a se organizar enquanto contra-público, por meio de espaços concretos e estruturados como as secretarias, ou não tão "institucionalizados", exercendo uma dupla função: a primeira é a de retirada e agrupamento, para identificar-se como grupo social esteblecendo estratégias coletivas de ação; e a segunda, como campo de treinamento das ativistas. Lugar onde prepara-se para atuar em protestos dirigidos à públicos mais amplos, mais reácios, neste caso, dentro do próprio movimento misto e desde esse movimento para fora.

Tais *contra-públicos subalternos* contribuíram para a identificação e denuncia de formas de opressão do sistema sexo-gênero que se expressavam no interior dos movimentos e das suas organizações; por meio das estruturas hierárquicas, do domínio masculino nos

[26] A referência a esse longo período de surgimento de grupos/setores de mulheres/gênero nos mais diferentes movimentos e organizações, deriva também dos processos de democratização dos Estados-nações, que segundo Tilly (2009), é um fator que está diretamente relacionado a proliferação e articulação dos movimentos sociais. Ele afirma que em geral, os movimentos sociais floresceram e prosperaram nos lugares onde se abrem processos democráticos e retrocedem naqueles em que os regimes autoritários recortavam os direitos. Isso porque os mesmos processos genéricos que promovem os processos de democratização também contribuem para incentivar a formação e a proliferação de movimentos sociais. Estes elementos são quatro: 1- aumento do número total de pessoas que podem participar nas políticas públicas ou dos contatos entre elas mesmas; 2- equiparação de recursos e contatos entre estas pessoas; 3- isolamento da política pública das desigualdades sociais existentes; e 4- incorporação das redes de confiança interpessoais à política pública. No Estado Espanhol a morte do ditador Franco em 1974 abre esse momento já iniciado em países, enquanto outros como Brasil somente em 1985 deixam de ser governados sobre regimes autoritários. Esses dois países com processos de transição muito semelhantes entre si. (BRINGEL, 2015)

espaços de liderança, da linguagem sexista, da reprodução da divisão sexual do trabalho no reparto das tarefas, da não valorização das mulheres e do papel desempenhado por elas, da não legitimação dos seus discursos e das suas decisões, do controle e das restrições dos seus grupos e de suas ações, assim como o assédio sexual, as negociações feitas fora dos espaços e horários estabelecidos, a exclusão, a violência física e psicológica, o não reconhecimento e incorporação dos direitos por elas demandados, além de outras (MACLEOD In.: CASTILLO *et al.*, 2010). Entendo-as como reprodução das expressões de opressão que fazem parte dos mecanismos que operam, reproduzem e estruturam a exploração, a estigmatização e a normalização das injustiças. (YOUNG, 2000)

Estes mecanismos atuam de forma combinada e intimamente relacionada com os que se expressam nos espaços "privados" como pode ser a resistência dos maridos, pais e filhos a participação pública e política das mulheres, as formas de controle da comunidade exercidos através de comentários, fofocas e isolamento, por citar algumas. Os conflitos provocados nesses espaços podem ter consequências duras para a vida cotidiana das mulheres, podendo ser expressadas sob a forma de violências, da exclusão da comunidade, do rompimento familiar, da insegurança econômica, do isolamento social entre outras que levam as mulheres a terem trajetórias mais difíceis e dolorosas na busca do seu legítimo exercício de cidadania e de direitos. (HERNÁNDEZ, 2010) Dessa maneira, a família e a comunidade são, muitas vezes, um primeiro lugar de conflito e de negociação para a participação das mulheres nos movimentos sociais e nas organizações sociais das suas comunidades ou dos seus grupos sociais que condicionam a sua própria forma de participação. Trajetórias que se configuram como mais difíceis e com complexos obstáculos a serem enfrentados. Esse combinado de dificuldades impede e/ou dificultam por um lado, a existência de um púlico heterogênero, uma vez que não inclui as mulheres; e por outro, o desenvolvimento e exercício das capacidades e habilidades do coletivo de mulheres em comparação com o dos homens. O que seguindo a Young (2000), são condições necessárias para procurar haver mais justiça.

Serão também os c*ontra-públicos subalternos* (grupos feminista de fora e dentro dos movimentos mistos) que intensificam as críticas dos discursos sem haver qualquer iniciativa para que possibilitar transformações nas práticas tanto discursivas como estruturais. Colocam sobre a mesa o desafio de desenvolver mecanismos de enfrentamento às opressões em todos os espaços e no fazer cotidiano. Mecanismos que intervenham no interior dos movimentos

sociais e nas suas organizações transformando os seus discursos em práticas e inicativas concretas, na pretensão de contribuir com o rompimento e flexibilização das estruturas que sustentam as injustiças. Iniciativas que podem ser variadas, mas que interfiram no movimento e organização social reconhecendo-se como um espaço público construtor de práticas e ideias, quanto relacionado com os discursos e as exigências e reivindicações de políticas públicas perante o Estado e as OIG[27]. Além disso, os grupos feministas fortaleceram e elaboraram diferentes ferramentas e estratégias de identificação, formação e ação de combate às formas de opressão do sistema sexo-gênero. Colocam novas questões e propõe formas de fazer a ação coletiva diversas, contribuindo para a ampliação da noção de democracia e justiça nos discursos dos movimentos sociais. (ESMERALDO, 2008; HERNÁNDEZ, 2010; PULEO, 2005; SILIPRANDI, 2009) Fruto dessa pressão-ação que saem diversas iniciativas/ políticas de ação positiva, compensações e mudanças tanto na estrutura quanto na forma de atuação e nos discursos emitidos tanto pelos movimentos quanto pelo Estado e as OIG's.

A finais do século XX e início do século XXI, o discurso da busca da igualdade, por justiça e por democracia não podem ser concebido sem terem em conta as questões referêntes às injustiças dos sistemas sexo-gênero[28]. Seja por entendê-las como necessárias para alcançar uma verdadeira prática democrática e equitativa dentro da sociedade, e/ou pela necessidade de expressar um discurso de busca da igualdade, mesmo que desde uma igualdade liberal, dada das pressões das feministas e das mulheres nos mais diferentes âmbitos e espaos da sociedade. Consequências do percorrido histórico do movimento feminista e a teoria crítica feminista que vêm desde as margens difundindo seus discursos eexecutando ações em espaços cada vez mais amplos. Identificam e evidenciam como o Sistema Sexo-Gênero têm operado opressões sobre as pessoas, em particular sobre as mulheres, entendendo-o como mecanismos pelos quais a sociedade se organiza e se divide simbolicamente em função da interpretação das

[27] Algumas dessas OIG são: Organizações das Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), além das corporações e empresas multinacionais como McDonald, Bayer, Monsanto, por citar algumas poderosas.

[28] Também é impensável haver justiça social com discriminações por razões étnicas, raciais, origem geográfica, ou qualquer outra forma.

diferenças anatômicas entre os sexos, que são experimentadas cotidianamente. (BENHABIB *et al.*, 1990)

1.2.3 Movimento Altermundialista

Fica claro até aqui que a identificação das formas pelas quais as injustiças se expressam e as formas de enfrenta-las não são uma tarefa fácil diante de uma lógica hegêmonica tão estruturada e naturalizada das relações de poder na nossa sociedade, especialmente as do sistema sexo-gênero. As contradições dentro dos espaços alternativos, dos movimentos emancipatórios também não foram ausentes de conflitos e nem tiveram trajetórias homogêneas. No entanto, tem-se conseguido deslocar a percepção dos movimentos sociais emancipatórios sobre a necessidade de repensar os termos nos que se baseiam a justiça social repensando também a sua própria dinâmica, a sua práxis cotidiana como organização, mas também enquanto sujeitos partícipes dessa sociedade.

Experiências como o movimento Zapatista, o movimento altermundialista[29] e algumas redes internacionais são exemplos de tentativas de levar a cabo formas diferentes de ação coletiva na busca por justiça social. O fazem por meio de pressões externas e internas que levam a cabo experiências, ações de reelaboração de discursos, das suas estruturas organizativas e de ações cotidianas das pessoas ativistas. Iniciativas estas que tentam articular as demandas distributivas e de reconhecimento dos diversos *contra-públicos* e atender aos novos dilemas dos movimentos sociais diante dos contextos sociais nos que estão. (DELLA PORTA, 2015)

[29] Diversos são os termos utilizados para referir-se a esse movimento: “por uma outra globalização” (Milton Santos); antiglobalização (Breno Bringel e Enara Echart Muñoz); movimento altermundista (Donatella Della Porta); globalização por baixo (Richard Falk); movimento global; movimento de resistência global; movimento pela justiça global (Diaz-Salazar e Boa ventura de Sousa Santos) e ainda movimento de movimentos.

O Exército Zapatista pela Liberação Nacional (EZLN - México) serviram de inspiração a outros movimentos sociais mistos por tentar romper com o ideário de justiça e de democracia que a sociedade ocidental impunha aos povos indígenas desse território. Propuseram-se a fazer real esse discurso levando a cabo uma série de iniciativas prático-reflexivas que rompiam com a lógica hegemônica. Segundo Márgara Moncayo, desde a sua aparição pública em 1994, o Movimento Zapatista aposta por não assumir como evidente a moral liberal, questionando os fundamentos etnocêntricos, o modelo homogêneo e centralista de nação que, em nome da igualdade, nega os direitos políticos e culturais dos povos indígenas e que aprofunda as desigualdades. Mas também, e desde essa repulsa ao modelo imposto de justiça e democracia do Estado e do Capital, incorporam medidas que têm em conta os direitos das mulheres como princípio de justiça. Desses estão entendidos como distribuição dos recursos e acesso ao poder, mas também, reconhecendo-as enquanto sujeitos sociais da comunidade, dando fincapé na relação existente entre os espaços "público" e "privado". Reivindicações e iniciativas registradas na *Ley Revolucionária de Mujeres*:

> En su justa lucha por la liberación de nuestro pueblo, el EZLN incorpora a las mujeres en la lucha revolucionaria sin importar su raza, credo, color o filiación política, con el único requisito de hacer suyas las demandas del pueblo explotado y su compromiso a cumplir y hacer cumplir las leyes y reglamentos de la revolución. Además, tomando en cuenta la situación de la mujer trabajadora en México, se incorporan sus justas demandas de igualdad y justicia en la siguiente LEY REVOLUCIONARIA DE MUJERES:
> Primero.- Las mujeres, sin importar su raza, credo, color o filiación política, tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidad determinen.
> Segundo.- Las mujeres tienen derecho a trabajar y recibir un salario justo.
> Tercero.- Las mujeres tienen derecho a decidir el número de hijos que pueden tener y cuidar.
> Cuarto.- Las mujeres tienen derecho a participar en los asuntos de la comunidad y tener cargo si son elegidas libre y democráticamente.
> Quinto.- Las mujeres y sus hijos tienen derecho a ATENCION PRIMARIA en su salud y alimentación.
> Sexto.- Las mujeres tienen derecho a la educación.
> Séptimo.- Las mujeres tienen derecho a elegir su pareja y a no ser obligadas por la fuerza a contraer matrimonio.
> Octavo.- Ninguna mujer podrá ser golpeada o maltratada físicamente ni por familiares ni por extraños. Los delitos de intento de violación o violación serán castigados severamente.
> Noveno.- Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.

> Décimo.- Las mujeres tendrán todos los derechos y obligaciones que señala las leyes y reglamentos revolucionarios. (Ley Revolucionaria de Mujeres EZLN, 1993)

Isso dá passo a revisões sobre as estruturas do sistema sexo-gênero que dão sustento as injustiças. Tem promovido alterações da ordem do cotidiano e instituído e empurram os sujeitos experimentarem novas ações e práticas no seu dia a dia. (MONCAYO, In.: CASTILLO *et al.*, 2010)

Segundo a autora, o movimento Zapatista conseguiu dar visibilidade as diferentes maneiras pelas quais as mulheres, como um grupo social, compartem as discriminações e as violências impostas pela ordem nacional, local e das suas relações com os homens. As diferentes organizações, grupos e perspectivas das mulheres zapatistas já organizadas vai possibilitar a constituição, por meio de discursos e práticas, as diferentes perspectivas da visão crítica Zapatista, ante a situação geral das mulheres enquanto grupo social oprimido. Mas ressalta que, de nenhuma maneira se pode considerar que o movimento (Zapatista) seja o único elemento pelo qual as mulheres se integram como sujeito político na comunidade. O Zapatismo, mais bem, reuniu uma população já bastante articulada na tradição da luta agrária campesina, em torno aos direitos humanos e culturais, assim como de grupos de mulheres que tem desenvolvido intervenções e trabalhos comunitários desde perspectivas feministas. Dentro da luta pela autonomia e no questionamento e defesa de uma nova forma de cidadania, as indígenas insistem na terefa de incluir seus direitos, como mulheres, dentro das demandas dos direitos coletivos dos seus povos. (CASTILLO *et al.*, 2010) Assim, o potencial do Zapatismo reside na sua potencialização de difundir novas formas de identificação das mulheres, uma vez que este se transforma numa referência perante outros movimentos e dada a sua capacidade de inserção e transformação nas comunidades em que atuam. O seu diferencial está no fazer possível a rediscussão da justiça e cidadania casada com a posta em prática das formas de vida e da organização social através dos Caracois[30] e da instauração das Juntas de Buen Gobierno[31]. Essa postura deu visibilidade às demandas por autonomia e

[30]Os Caracois são espaços políticos-culturais de encontro entre a comunidade indígena zapatista e a sociedade civil que busca o território liberado. É um espaço de interação que tem por objetivo melhorar as relações entre a sociedade civil e as comunidades indígenas de forma a abrir espaços de diálogos que levem a erradiação de formas opressoras de relações como podem ser a caridade e a imposição de projetos.

[31] Juntas de Buen Gobierno foram creadas para cumprir uma série de 8 objetivos que pretendem desenvolver as comunidades zapatistas em aspectos econômicos, políticos e sociais, buscando a satisfação das necessidades básicas, a cohesão de seus integrantes e a busca de uma governabilidade de órgãos do movimento.

autodeterminação que parte de uma concepção de identidade como construção histórica em formação e reformulação cotidiana, indo além de um novo pacto cidadão, fazendo possível a diminuição da separação dicotômica entre o que é público e privado, necessário para a ampliação do próprio sentido de democracia, onde se gesta a construção de uma "cidadania diferenciada" nas que as especificidades étnicas e de sexo-gênero estejam consideradas nesse processo de construção de um espaço público heterogêneo, onde os grupos de interesse possam trabalhar em conjunto, mantendo as suas identidades. (CASTILLO *et al.*, 2010; YOUNG, 2000) Nesse processo, devem ser consideradas as injustiças estruturais distributivo-culturais/ reconhecimento (FRASER *et al.*, 2011), para repensar os modelos de sociedade a partir de outros paradigmas que relacionem a ampliação da democracia e a democratização do âmbito do privado (AGRA, 1999)

Seguindo a tendência do Movimento Zapatista, o Fórum Social Mundial (FSM)[32] e a Ação Global dos Povos (AGP)[33] como expressões do movimento altermundialista, promoveram espaços abertos, auto-gestionados, de princípios horizontais e plurais vindas da esquerda e de diversas lutas (ambiental, feminista, sindical, direitos humanos, etc) o que lhe permitiu combinar várias temáticas e articular diversos repertórios de ações coletivas que vieram a ser suas principais características. Esses espaços foram uma resposta prática dos movimentos sociais ao distanciamento dos centros habituais de tomada de decisões do conjunto da cidadania que se concretizou no surgimento do movimento altermundialista como ator internacional bastante potente. (ECHART MUÑOZ, 2008) Apesar de não estares isentos

[32] O Fórum Social Mundial (FSM) é um dos importantes espaços organizados pelo movimento altermundialista, mas não o único. Sobre o lema "Outro mundo é possível" (lema que provém do encontro internacional de mesmo nome convocado por ATTAC em 1999) tem por objetivo elaborar alternativas para uma transformação social global, deslocando a agenda política marcada pelo Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que reúne os principais líderes empresariais e políticos da economia capitalista. O FSM realizou encontros nos anos 2001, 2002, 2003 e 2005 em Porto Alegre (Brasil) e 2004 em Bombai (Índia), em 2006 ocorreu de forma descentralizada em Venezuela, Malí e Paquistão. Em 2007 se realiza em Nairóbi (Quénia), no ano de 2009 volta ao Brasil na cidade de Belém do Pará; em 2011 vai à Dakar (Senegal) retornando ao continente africano e em 2013 se realiza em Túnez, sobre o lema: "Primavera árabe: Dignidade".

[33] Ação Global dos Povos (AGP), "rede global de movimentos sociais de base originalmente criada para combater o livre comércio" formou uma coordenação mundial de movimentos anti-globalização em 1998 durante as mobilizações contra a reunião do G8 em Genebra, sendo um dos primeiros espaços de convergência de resistência ao modelo neoliberal de globalização do Movimento Altermundialista. Sobre um dos seus lemas "nossa resistência será tão global quanto o capital" organizam diversas mobilizações internacionais de "Dia de Ação Global" realizadas de forma descentralizada em vários países.

de críticas[34] e de apresentarem sinais de esgotamento e crise por volta de 2006[35] deu cabida à inauguração de espaços de comunicação, debate, intercambio de experiências entre movimentos, redes, organizações e pessoas com o objetivo de rearticulá-las para construir outras análises da realidade e alternativas concretas em oposição ao modelo de globalização neoliberal hegemônico[36]. Pela vontade e necessidade de articular os diversos *contra-públicos*

[34] Á medida que os espaços de intercambio se incrementam, as suas críticas também aumentam. A principal delas está relacionada com o acesso aos recursos, às formas e limites de participação desses espaços, devido à proporção que conseguiram chegar. Espaços como as contra cúpulas e os FSM alcançaram tal tamanho que se impôs medidas de segurança e militar entre os locais dos eventos e os bairros limítrofes ocasionando a sua desvinculação da grande maioria da população local e carente onde o evento se celebrava, distorcionando seus próprios objetivos de liberdade e participação de tod@s aquel@s que estavam à margem da sociedade neoliberal. Outra questão é que o maior acesso aos meios de comunicação e de transporte não significa que este acesso seja homogêneo ou igualitário, nem generalizado por todos os grupos sociais e nem em todos os locais do mundo, dando cabida à proliferação de intermediários especializados e profissionalizados em ajudar/colaborar com outros na coordenação das reivindicações à escala internacional, como as ONGI. Estas tiveram bastante protagonismo nos eventos internacionais como os FSMs, assim como uma maior presença de iniciativas governamentais e inclusive, de empresas privadas. Essas questões contribuíram para uma reflexão e crítica sobre acesso seletivo d@s ativistas que dispõem desses recursos para participar de forma integral desses eventos e até de movimentos, que consequentemente, cria um grande grupo de excluído dentro dos movimentos, tanto a nível internacional como nacional. Além disso, também favorecia as desigualdades entre movimentos localizados em países ricos e pobres, no que corresponde aos debates internacionais e ao protagonismo d@s sujeitos e das reivindicações. Daí as críticas sobre a escassa democracia dos eventos, a valorização de intelectuais frente ao ativismo de base e horizontal, a grande presença e influência de líderes de partidos políticos e o aumento da burocratização e institucionalização desses espaços. Ainda na sua contraria, esses mesmos recursos também contribuíram para a coordenação por parte das autoridades repressoras de diferentes países que intercambiam informações e estratégias de combate. (BRINGEL; ECHART, 2010; DELLA PORTA, 2015; TARROW, 2012; TILLY; WOOD, 2009)

[35] Tanto Echart como Bringel argumentam nos seus textos que a crise do movimento altermundialista tem causas tanto pela ausência de uma resposta global coordenada, que leva a uma diluição dos eixos, redes e movimentos. Estes passam a aplicar os seus repertórios de protesta a um nível mais local/regional e temático. Ademais disso tem muita importância a grande dificuldade de manter a intensidade de conflito e participação ativa por um longo tempo; o aumento da criminalização e repressão das ações dos movimentos que é fortalecida pelo tratamento dos meios de comunicação hegemônicos, debilitando-o ainda mais. O movimento também se enfrentou a uma maior e mais perigosa manipulação e adaptação das suas agendas aos interesses mercantis, como está acontecendo com a incorporação das etiquetas ecológicas, a criação de um mercado de carbono por mor dos debates e consequências das mudanças climáticas e os discursos ao redor de temáticas como a igualdade, os direitos humanos e a democracia. No entanto, ressaltam, tudo isso não consegue leva-lo a sua extinção como ator internacional, nem como mobilizador.

[36] Este modelo é acompanhado por um processo extremamente tecnificado e coordenado pelos OIG. Essas OIGs têm construído uma forma de governar processos que já não podem ser manejados pelos estados nacionais devido a sua perda de poder e autonomia. Elas são ferramentas da globalização econômica que através das políticas liberalizadoras do comércio e dos movimentos de capital, contribuem para uma difusão de relações e normas internacionais que tem debilitado a relação: Estado-nação e sociedade, pondo em cheque o papel dos Estados nacionais e formas democráticas de toma de decisões.(DELLA PORTA, 2015) O aparecimento das OIG's será então, um dos elementos, de acordo com Tilly (2009) que vai contribuir para a intensificação da internacionalização dos movimentos sociais à finais do século XX e início do XXI, período chamado de embrionário por Echart (2008), ao referir-se as contras cúpulas como a Eco-92 no Rio de Janeiro (Brasil), que marca "a voz dos atores/atrizes sociais no cenário internacional", as campanhas de solidariedade internacional, os protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 1993 por toda a América Latina. Estes, por sua vez, têm referência em conflitos como o levantamento indígena no Equador em 1989, a Marcha pela

anticapitalistas e antiautoritários, organizam-se de forma descentralizada e sem representação nos que têm grande visibilidade movimentos indígenas, camponeses, feministas, okupas, ecologistas, entre outros. (BRINGEL; ECHART, 2010) Demonstraram ter capacidade de análise, de construção conjunta de agendas e de estratégias em um espaço de debate. Recuperam formas de ação coletiva com grande carga simbólica como os boicotes, as greves de solidariedade e as greves gerais, as sentadas, bloqueios e caminhadas. Passam a utilizar outras ferramentas para difundir suas reivindicações e propostas como as novas tecnologias de informação e comunicação, produzindo a sua própria informação e fazendo chegar com uma maior capacidade. A proposta é de criar espaços na mídia alternativa, principalmente por meio da internet, para propagar as suas atividades, mobilizações, discursos e diagnósticos da realidade. A informação produzida pelos próprios movimentos sociais serviu também como instrumento de participação, mobilização e criação de identidade sobre si mesmo. (DELLA PORTA, 2015; DELLA PORTA; KEATING, 2013)

Essas tecnologias foram importantes ferramentas para distanciar-se do caráter mais homogeneizante e centralista que se baseavam muitos movimentos e organizações de movimentos, tidos como clássicos. As suas estruturas organizativas tentam refletir aquilo que reivindicam e, com isso, repensam termos como igualdade, justiça e democracia, assim como as formas para alcança-la. Cada espaço é coordenado por um comitê internacional rotativo, composto por organizações representantes/ porta-vozes de movimentos sociais e ONG's, locais, nacionais e internacionais com admissão da participação de indivíduos.

Além dessas novidades, esses espaços facilitaram a possibilidade de confluência de diversas lutas trazendo a tona os conflitos sociais sobre o rosto da diversidade, da pluralidade e da solidariedade. A confluência das lutas que, num princípio se fazia por unir forças contra a globalização neoliberal passa, também, por entender melhor a combinação e a retroalimentação entre as diversas formas de opressão. A clássica divisão e/ou rivalidade entre

Dignidade e Território na Bolívia em 1990, o levantamento Zapatista em 1994 (ALVAREZ; HOETMER, 2009), assim como na constituição em 1993 da Via Campesina, uma coalizão internacional de movimentos campesinos. (MARTINEZ; CASADO; IBARRA, 2012) Todas elas deram suporte para a realização das protestas de Seattle em 1999 contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) que marca o seu surgimento midiático e a consolidação do movimento social global como um ator internacional (ECHART MUÑOZ, 2008) ao mesmo tempo em que possibilitam o diálogo construtivo, não sem conflitos, entre diferentes movimentos dando cabida a manutenção de espaços/redes como a AGP e o FSM.

movimentos clássicos/de classe e NMS/identitários tende a diluir-se, as suas diferenças caminham juntas ou articuladas, porque passam a perceber as injustiças que as alimentam de forma mais combinada e intrelaçada. As lutas, antes entendidas como localizadas, particulares que se somavam ou que disputavam as estratégias para a transformação social, passam a ter dimensões relacionais e interdependentes. Vê-se aqui novos paradigmas, outras perspectivas que se comunicam, se articulam e se modificam. Dessa se expande a noção, por exemplo, do agir local e pensar global a diversos movimentos como estratégias de transformação social, os paradigmas da justiça de redistribuição e reconhecimento são discutidos cada vez mais de forma articulada.

Tudo isso levou a deslocamentos das próprias agendas das organizações e movimentos sociais. Reivindicações que são trabalhadas por diversos movimentos como o feminismo, encontram um espaço mais propicio para propagar-se. Aumenta-se as oportunidades para introduzir, articular e dar visibilidade as suas questões, abrindo novas frentes para a incorporação de debates feministas no interior das suas organizações mistas locais, regionais, nacionais e transnacionais. Uma tarefa não muito doada, mas que constitui-se como uma estratégia para capilarizar novas práxis, ao mesmo tempo que difunde seus discursos em espaços mais amplos. (ALVAREZ, 2003) Os textos que abaixo seguem ilustram o efeito amplificador que os movimentos sociais começam a dar às reivindicações feministas na medida em que incorporam as desigualdades entre homens e mulheres nos seus discursos como sendo uma problemática central de luta por justiça social. Isso implica fortalecer as demandas feministas dentro da agenda política internacional, já que este é um ator social importante [37].

> A globalização reforça um sistema sexista, excludente e patriarcal. Incrementa a feminização da pobreza e exacerba todas as formas de violência contra as mulheres. A igualdade entre homens e mulheres é uma dimensão central de nossa luta. Sem essa igualdade, outro mundo jamais seria possível. (FSM, 2001)

[37] Por ator internacional tomo a concepção de Barbé discutida por Echart Muñóz (2008) que o entende uma unidade do sistema internacional que possui certa autonomia e habilidades para mobilizar recursos com o intuito de alcançar seus objetivos e influir sobre outros atores desse sistema como são os Estados, os lobbies e as multinacionais, ao conseguir influir nas agendas e relações internacionais. Assim como nas estratégias dos demais atores internacionais que respondem de diversas maneiras à sua presença indo desde a abertura de vias de participação até a sua máxima repressão. Vão além com a criação de espaços de participação cidadã reivindicando a democratização da sociedade internacional.

> En la Acción Global de los Pueblos reivindicamos dentro y fuera la lucha de las mujeres como parte integral de la lucha popular, estamos reclamando la construcción de una sociedad justa, para todos mujeres y hombres, porque al ganar las mujeres gana la sociedad.(…) Por lo tanto creemos que debemos empezar al interior de la AGP en el logro de desterrar cualquier tipo de hostigamiento sexual y discriminación hacia las mujeres, dando los primeros pasos en la construcción de la equidad, que decimos reivindicar en la AGP. (3ª CONFERENCIA DA AGP, 19 de setiembre de 2001)

Se é certo que essa incorporação não feita sem conflitos e pressões, ela representa uma conquista do feminismo em pautar as injustiças derivadas do sistema sexo-gênero dentro da agenda do movimento altermundialista. Em consequência, devendo ser uma problemática a ser tratada no interior das organizações que dele participam. Dessa forma, seus discursos e práticas vão implicar um maior comprometimento por parte das organizações que participam dos mesmos, por serem percebidos como espaços de referência para diversos grupos, movimentos sociais para a sociedade em geral. Com isso quero dizer que, quando o movimento altermundialista toma as questões relativas ao sistema sexo-gênero como uma dimensão central na luta dos movimentos pela justiça social, significa que as organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de diversos lugares do mundo também tiveram que se comprometer a trabalhar buscando outras lógicas de justiça social, ou seja, buscar ferramentas para trabalhar desde essas outros paradigmas as suas campanhas, repertórios e demonstrações de força e unidade (*WUNC).* Isso leva a necessidade de rever as suas estruturas, as formas organizativas, as formas como as pessoas ativistas se relacionam entre si e com a sua comunidade, inclusive na catididianeidade da vida, nas suas relações pessoais e íntimas. Dessa forma é como o movimento altermundialista vai contribuir para ampliar e intensificar o trabalho desenvolvido pelas feministas na luta por justiça social. Ele aumenta a capacidade de difusão de outras perspectivas favorecendo mudanças nas formas de enfrentamento das injustiças por duas vias que se retroalimentam: por um lado ampliando o discurso insindindo no debate público internacional, por outro fazendo o trabalho de re-elaboração das formas de pensar a justiça, o mundo no que queremos viver, e de criar alternativas para leva-lo a cabo.

Essa contribuição na mudança de perspectivas cara a justiça social é evidente nos debates ao redor da soberania alimentar que têm tomado a Via Campesina[38] e a Marcha

[38] A Via Campesina remota aos anos 1980 quando várias organizações camponesas se unem no esforço de internacionalizar o movimento, devido à Rodada do Uruguai do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), constituindo-se como alternativa mais radical à Federação Internacional de Produtores Agrícolas

Mundial das Mulheres (MMM). A MMM é uma organização internacional do movimento feminista que articula diversas organizações feministas e de mulheres nos âmbitos internacional, nacional, regionais e locais, assim como, pessoas a nível individual de várias partes do mundo. Tem como objetivo, construir sobre uma perspectiva feminista com base nos direitos à auto-determinação das mulheres e à igualdade para a construção de uma nova sociedade da que lutamos construir. Esta tem como nortes da sua luta a crítica ao capitalismo e ao neoliberalismo global, sendo referência o seu amplo processo de mobilização e de educação popular. Busca superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. A MMM se consolida em 2000 como um movimento internacional após uma intensa companha contra a pobreza e a violência sexista. Organiza-se de forma descentralizada por meio de coordenadoras locais, regionais, nacionais e internacional que buscam articular discursos, campanhas e ações. (MMM, [S.d.]; TERRIBLE, 2008) A Via Campesina, como expressão organizada do Movimento Campesino transnacional, luta pela justiça social. Define-se como "um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequen@s e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas". Consolidada em 1993, está composta hoje por mais de 164 organizações e sindicatos locais e nacionais em 73 países de África, Ásia, Europa e América, entre elas, o Sindicato Labrego Galego e diversas organizações campesinas de mulheres[39]. Estas organizações são reconhecidas como a fonte de força e da legitimidade do movimento que se organiza de forma descentralizada, repartindo o poder entre nove regiões do globo terrestre. Essas regiões têm suas representações no Comitê de Coordenação Internacional (CCI), que serve de dinamizador e articulador entre as organizações que o

(IFAP). A Via Campesina vem a ser a expressão daquelas que resistem e combatem a globalização neoliberal. Hoje agrupa pelo menos 200 milhões de pequenas e médias campesinas e campesinos, povos sem terra, indígenas, povos extrativistas, migrantes e trabalhado@s agrícolas de todo o mundo. Com 150 organizações de âmbito local e nacional de 70 países de Ásia, África, América e Europa. A CPE faz parte como coordenação a nível Europeu.

[39] Organizções de mulheres na Via Campesina: Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolívia "Bartolina Sisa"(CSUTCB - Bolivia); Coordinadora Nacional de organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indigenas (CONAMUR- Paraguai); Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (UNAMUR – Chile); Articulação Nacional de Muelheres Trabalhadoras Rurais do Sul (ANMTR– Brasil) Movimento de Mulheres Camponesas (MMC – Brasil); Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala (CONAVIGUA); Confederación Hondureña de Mujeres Campesinas (CHMC - Honduras); Confederación Nacional de Mujeres Campesinas (CONAMUCA – República Dominicana); Korean Women Parmers association (KWFA); Nepal Nacional Peasant Women's Association. (DESMARAIS, 2007)

compõem. Uma das suas grandes linhas de atuação da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar.

O termo soberania alimentar é desenvolvido em oposição e como alternativa às políticas neoliberais respondendo as crises alimentar, da pobreza e climática que assolam o mundo, conseguindo afiançar-se em 1996, durante a Cúpula Mundial de Alimentação realizado pela FAO. Desde então tem se tornado um dos importantes temas de debate na agenda internacional transcendendo os debates de segurança alimentar, que se restringe a discussão sobre as quantidades básicas de alimentos per capita, necessária para a sobrevivência humana (VIEIRA, 2012). Num princípio, a soberania alimentar é entendida como um direito de cada nação de desenvolver a sua produção de alimentos respeitando o meio ambiente e a diversidade cultural e produtiva; mas amplia-se para a noção de soberania societária, comunitária e cidadã, servindo de "guarda-chuva" de debates sobre as condições da produção e as escolhas coletivas com relação à alimentação, assim ela é entendida como um conceito em construção que busca o desenvolvimento e a defesa de modelos de produção camponesas que favoreçam as comunidades e o meio ambiente (VIA CAMPESINA, 2011).

> O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (Via Campesina, 2002. In.: VIEIRA, 2012)

A ampliação da noção de soberania alimentar se deu pela pressão das próprias mulheres camponesas que denunciavam o acesso desigual aos recursos produtivos e a pouca participação feminina nas decisões das políticas campesinas. Denunciam o feito das mulheres serem as mais empobrecidas e as mais afetadas pela fome, mesmo sendo elas as responsáveis pela grande parte da produção de alimentos do mundo. Identificam com umas das causas dessa injustiça a ausência do direito à terra a grande parte da população feminina do mundo. Essa ausência está normalizada tanto pelo direito legal como pelas tradições e práticas cotidiandas que as impedem de gerir a sua produção de forma autônoma e aumentam as

dificuldades para as mulheres acederem aos créditos, ajudas e subsídios agrícolas[40]. Situação que ocorre tanto no norte como no sul global. Essas injustiças também estão relacionadas com as políticas neoliberais, intensificadas em diversos países promovendo o aumento das desigualdades entre homens e mulheres. Como exemplos dessas políticas se podem citar os recortes e as privatizações dos serviços públicos, principalmente os relacionados com a saúde e a educação, dado que historicamente as mulheres são as responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo e de cuidados. Nesta, também tem cabida às políticas de habitação, de transportes, de direitos trabalhistas, assim como o custo dos alimentos, a sua distribuição, consumo, etc, que afetam de maneira especial os grupos oprimidos, como é o caso das mulheres, fazendo girar o círculo vicioso da rede internacional dos cuidados que sustenta o sistema capitalista heteropatriarcal. (DESMARAIS, 2007; VIVAS, 2012b) A consequência da falta de acesso aos recursos e serviços públicos torna a vida das mulheres ainda mais difícil; e como grupo social, intensifica a sua exclusão, carência de poder e, por suposto, se tornam mais sujeitas às violências.

Diante disso, as mulheres camponesas organizadas na Secretaria das Mulheres da Via Campesina, entendem que a reivindicação por soberania alimentar deve ter em conta as especificidades das mulheres como grupo social. Pressionaram a existência de um debate interno no que o entendimento da soberania alimentar para ser realmente transformador deveria incluir aspectos que vão além da simples distribuição dos recursos, ainda que esta seja impressindível para a existência da soberania alimentar. Deve incluir as relações entre os seres humanos e o meio ambiente, repensar valores e aspectos que não são possíveis de serem distribuídos, mas que são essenciais para a existência de justiça, logo para a soberania alimentar. Alguns desses elementos identificados por elas é o próprio reconhecimento das mulheres como sujeito social e de direitos, a valorização dos diferentes saberes, culturas, da colaboração entre povos e com os outros seres vivos.

Por isso, as camponesas pressionaram para a existência desse debate interno na Via Campesina fazendo possível a ampliação do conceito de soberania alimentar na que tivesse cabida as suas reivindicações e especificidades. Ao mesmo tempo, se aliaram com outras

[40] As mulheres recebam somente 1% dos empréstimos agrícolas, e mesmo assim não está claro se o controle dos mesmos é exercido por seus companheiros ou familiares. (FRASER *et al.*, 2011)

organizações feministas, como é o caso da MMM, cuja articulação cumpre uma dupla função: uma, de ter aliadas para a luta no debate sobre as injustiças do sistema sexo-gênero dentro da própria Via Campesina, no que inclui o próprio conceito de soberania alimentar e para a sociedade em geral; e outra, de visibilizar e incluir as especificidades das camponesas, povos indígenas, extrativistas[41], entre outros, no movimento feminista. Assim, organizações feministas como a MMM, passam a assumir a soberania alimentar como um eixo fundamental das suas reivindicações entendendo-o como um direito inalienável dos povos, em especial, das mulheres tornando-se chave para a luta feminista. (VIVAS, 2012a) Fruto dessa articulação foi o avanço na definição de estratégias conjuntas entre camponesas da Via Campesina e a MMM como organização transnacional do movimento feminista e o fortalecimento da visão feminista sobre a soberania alimentar. Estas podem ser concretadas em atividades como o Congresso Internacional das Mulheres da Via Campesina realizado em Santiago de Compostela, Galiza, em 2006 cujo objetivo foi analisar e discutir sobre igualdade entre homens e mulheres para as camponesas e estabelecimento de um plano de ação para atuar sobre as injustiças relacionadas com o sistema sexo-gênero identificando limitações dentro da Via Campesina e suas organizações e as relacionadas com a vida cotidiana das mulheres. Também se concretiza durante o VII Encontro Internacional da MMM realizado em Vigo, Galiza, em 2008. Neste, a MMM incorpora de forma explicita a soberania alimentar como um eixo central do seu trabalho. Ambos os encontros tiveram como um dos grandes protagonistas o SLG, não sendo coincidência que esses encontros se realizam em território Galego. Eles são frutos do interesse e do trabalho do SLG nas duas organizações de movimentos sociais.

A grande escala, esses exemplos reforçam a ideia de que os movimentos sociais são um ator político com capacidade de intervenção na agenda política internacional e que tem efeitos e interferências nas agendas e nos cenários internacionais, nacionais e locais. Eles elaboram diagnósticos sobre a realidade social, constrõem propostas, ações coletivas e atuam em rede

[41] Povos extrativistas são comunidades tradicionais que se caracterizam por terem o seu modo de vida, em grande parte, associado ao uso e manejo dos recursos naturais exercidos ao longo da sua permanência histórica em zonas de floresta como a Mata Atlântica e Amazônica assim como ecossistemas associados, que incluem magues, restingas e zonas costeiras. Daí que também se identifiquem como Povos das Florestas. Suas atividades estão relacionadas basicamente com pesca, da caça, do plantio de mandioca e da coleta de produtos da floresta, como fibras, cipós, remédios, frutas, cascas, gomas e resinas que estão diretamente relacionadas com a sobrevivência das florestas.

para enfrentar as diferentes opressões as quais seus protagonistas estão submetid@s. Ao compor o contexto sócio-hitórico e conformarem conjunturas específicas, jogam com os recursos e com as oportunidades políticas para exercerem a capacidade de intervenção nas agendas políticas e na cotidianeidade da vida, quero dizer, no fazer diário de cada sujeito que compõe esse movimento. Tudo isso faz com que os movimentos socias e suas organizações, sejam agentes políticos (GOHN, 2008) ou sujeitos coletivos de referência (MARTINEZ; CASADO; IBARRA, 2012). Constroem saberes, propostas e práticas alternativas às hegemônicas, ou saídas emancipatórias aos diferentes aspectos da nossa sociedade desde uma posição marginal, utilizando a criatividade social e a inovação política que é aprendida e re-elaborada pelas participantes. Elaborações que são fruto do trabalho continuado de atrizes e atores que avaliam, preparam ações e mobilizações, as coordenam com outras organizações e movimentos, que se sentam para negociar com as autoridades e instituições poderosas, fazem comunicados, atraem os meios de comunicação, tentam conseguir o apoio de amigos, familiares, vizinhos, além de outras tarefas. (TEJERINA, 2010) Em todo esse processo está a construção das identidades individuais e coleticas dos sujeitos sociais envolvidos. Por meio da ação e dos debates, elas são transformadas, construídas e desconstruídas, favorecida pelos constanstes debates, intercâmbios, aprendizagens e as ações desenvolvidas e proporcionadas nesse espaço. Nesse fazer cotidiano das pessoas ativistas é que também residem processos emancipadores, uma vez que os sujeitos se reapropriam das suas capacidades de criar e pensar criticamente sobre a sociedade e sobre su mesm@s (BOAL, 1991, 2009; SANTOS, 2016). Essa dialética cotidiana dos movimentos sociais emancipatórios e a sua posição de legitimidade que ocupa no ceio da sociedade os fazem ser agentes estratégicos para uma transformação social ao pensar e atuar na busca de sociedades mais justas na que caibam todas as pessoas.

Nesse cenário, a dificuldade está em como transformar esse discurso em iniciativas, em políticas e em práticas que realmente consigam promover transformações consistentes na vida das pessoas; e que estas não sejam somente para longo prazo, mas também no aqui e agora de cada indivíduo. Assim tem importância a pergunta de Nancy Fraser sobre quais são os remédios ou a combinação deles que melhor funcionam para minimizar ou eliminar as injustiças que levam consigo os paradigmas distributivos e os de reconhecimentos, como é o caso das injustiças do sistema sexo-gênero.

As experiências do movimento feminista são diversas e têm empurrado a outros movimentos, organizações e instituições a desenvolverem ações que visem a mitigação das injustiças do sistema sexo-gênero, uma vez que, sem ela, é impossível o alcance de sociedade mais justas. Algumas dessas ações são conhecidas, outras não tanto e poucas (para ser otimista) são amplamente aceitas. O certo é que algo se tem feito em diferentes âmbitos, ainda que seja residual ou, mais bem, pouco conhecido. Sendo os movimentos sociais um lugar de experiementação e elaboração de alternativas emancipatórias, tornam-se um sujeito estratégico para ampliar o alcance das experiências feministas. Isso não quer dizer que caiamos na ingenuidade de pensar que os movimentos sociais pelo feito de lutarem por justiça social não sejam espaços contradirórios e de disputas. Assim, vale a pena investigar como os discursos relacionados com o sexo-gênero dos movimentos emancipatórios e das suas organizações tem-se traduzido em práticas concretas. Terão essas iniciativas ou esses remédios repercussões na vida cotidiana das pessoas ativistas e das comunidades nas que atuam? Que oportunidades e limitações as ativistas enfrentam em seus contextos concretos? Diante de determinadas dificultades, que estratégias tem sido mais efetivas?

No intuído de avançar sobre essas questões, os capítulos seguintes buscam dar pistas, mais que respostas às perguntas postas. A partir dos caminhos trilhados pelo SLG, uma experiência concreta, busca-se evidenciar os percursos, os processos, as dificuldades e os avanços relacionados com as injustiças do sistema sexo-gênero identificados por quem dele participa. A singularidade do contexto sócio-historico e do território no que atua essa organização tornam essa experiência única. No entanto, a raiz dela pode-se identificar semelhanças e diferenças com outras organizações e contextos, servindo de contribuição para análises mais amplas sobre as iniciativas que buscam mitigar as injustiças do sistema sexo-gênero no intuito de alcança de sociedades mais justas. Assim damos passo a localização e contextualização do cenário onde se localiza a experiência do SLG para entende-la melhor.

2. Contexto sócio-político das labregas: Galícia, será este um caso a parte?

> não é possível conhecer a sociedade (global) sem conhecer a vida cotidiana (...) e não é possível conhecer a cotidianidade sem conhecimento crítico da sociedade. (DAMASCENO; SALES, 2005, p. 48)

Neste capítulo pretendo fazer um percorrido sobre as iniciativas e estratégias que têm por objetivo minimizar ou eliminar as injustiças derivadas do sistema sexo-gênero levadas a cabo pela *Secretaria das Mulleres* do Sindicato Labrego Galego (SLG). Seguindo a Tilly, para entender as iniciativas, as campanhas, as demonstrações de WUNC e os repertórios de ações dos movimentos e suas organizações se faz fundamental perceber o contexto sócio-histórico, os processos de criação cultural das ações coletivas e de resistências praticadas nesse território, as injustiças, as oportunidades e limitações identificadas pel@s protagonistas, os recursos dos que dispõem e como os utilizam. Tudo isto está diretamente relacionado com o contexto singular, com as oportunidades e constrições conjunturais percebidas por esta sociedade. Ao mesmo tempo, esse contexto singular e localizado não está isolado do restante do mundo, é influenciado e influência a outros territórios e atores/atrizes em processos dialógicos e continuados de construção e transformação.

Por esse motivo, esse capítulo está dedicado a dar a conhecer o contexto no que nasce e são desenvolvidas as ações relacionadas com a igualdade e as mulheres pelo SLG. Busca-se entender as situações, limitações e oportunidades que levam a esta organização e os sujeitos participantes a desenvolverem certas ações, ademais dos possíveis efeitos que tais ações podem gerar. Longe de querer contar a sua história e homogeneizar esse território, as populações que nele habitam e suas experiências; a pretensão desse texto é apenas ilustrar um cenário sobre o qual se atua para compreender as ações, os discursos e o desenvolvimento de iniciativas relacionadas com desigualdades e injustiças expressadas no sistema sexo-gênero desse território. Assim, tem relevância evidenciar tanto as conflitividades no meio rural galego em plena ditadura Franquista que conformam o substrato da criação dessa organização, quanto as relações do sistema sexo-gênero que prevalecem no território galego; das quais o

SLG não é alheio. Como veremos, ambas as duas estão intimamente relacionadas, servindo para entender as iniciativas levadas a cabo pelo SLG ao longo da sua história. Ademais se evidencia a importância que tem as reivindicações e questões levantadas pelo movimento feminista para a introdução de debates no interior do movimento camponês. Num segundo momento evidencia-se a identificação e desenvolvimento das principais iniciativas levadas a cabo pelo SLG ao longo da sua trajetória com respeito às relações de desigualdade do sistema sexo-gênero.

2.1 O território e a Casa, paradigmas sócio-econômico

As conflitividades históricas do agro galego do século XX vinculam-se a continuidade do Antigo Regime (Idade Média) e a sua incongruência com o avanço da mercantilização das suas economias, na sua adaptação (em parte) às práticas capitalistas e na consolidação do Estado Liberal do século XIX. A sociedade rural galega baseada na pequena agricultura ou na pequena propriedade tem como uma das suas razões a grande influência exercida pelo Direito Foral Galego no sistema de distribuição da terra. Para Lourdes Méndez (1988) e Ramón Villares (1982) a manutenção de fortes resquícios do Sistema Foral[42] na Galícia até 1926 é um indício da ausência de uma reforma agrária e da incongruência entre o Foro (Antigo Regime) e a propriedade privada livre (característica do sistema capitalista). Esse longo processo de transição produziu um parcelamento da terra em pequenas propriedades, minifúndios, acompanhados de outros elementos da estrutura do Antigo Regime relacionado com a ordenação da divisão do trabalho (sexual e geracional) feita através da *Compañía Familiar*

[42] O sistema Foral estabelece o direito de domínio da terra exercido pela nobreza, fidalgos e Igreja; e o domínio de direto, exercido por quem a utiliza, o campesinato, sempre e quando se pague uma renda por ela, a chamada "Renda Foral" (MÉNDEZ, 1988; VILLARES, 1982) O Foro tem estruturas muito variadas, podendo ser temporal ou permanente, laico ou eclesiástico, hereditário ou de pactos e providência, verdadeiros ou tácitos. A renda dessa instituição e as suas diversas modalidades e extensões geográficas conformarão o eixo da estrutura da propriedade da terra em Galiza, mesmo sem ser a única forma de concessão da terra existindo, ainda, o arrendamento ou a parceria. O que é importante disso é perceber que o campesinato galego não é realmente proprietário das terras que cultivavam e que existe uma grande diversidade de situações, o que geram grandes conflitos pelo menos até o fim desse sistema com a lei da rendição em 1926 e com a sua extinção total em 1963, o que é bastante tardio em comparação com o resto do Estado e dos outros países da Europa. No entanto, há indícios e testemunhos de que nas décadas de 1980 ainda se pagasse algumas rendas aos foreiros. (VILLARES, 1982)

Galega (CFG)[43] em que também estabelece os sistemas de herança (*a partixa e a millora*[44]). Sistemas estes nos que as mulheres não estão excluídas, contribuindo para a existência de algumas especificidades da condição das mulheres galegas, que também derivam de outros fatores, como pode ser a feminização do meio rural. Especificidades que levaram a ilusões sobre a existência de um matriarcado ou de um patriarcado com igualdade na sociedade galega. Tais argumentos reivindicam uma Galícia rural idealizada numa família tradicional, como unidade de produção e base da sociedade. Justificam a existência de uma igualdade pelo fato de em algumas zonas da Galícia existir a matrilinearidade (linhagem em que a descendência é contada seguindo a linha materna). Da mesma forma a justificam pela grande participação feminina nas tarefas agrícolas e da sua maior presença em espaços entendidos, hoje, como públicos como podem ser as feiras e a própria labrança. Tais feitos levaram a pensar que as labregas galegas teriam poder, relevância social ou mesmo que as labregas teriam uma suposta liberdade sexual, levando a uma defesa do papel tradicional das mulheres camponesas galegas como exemplo a ser seguido. No entanto, diversos são os estudos que põem a baixo tais ilusões que na realidade comprem com a função de ocultar as problemáticas reais das labregas galegas, substituindo-as por uma falsa ilusão da existência de uma igualdade. (GONDAR, 1991; MÉNDEZ, 1988)

[43] Ligado ao *Foro* está a *Compañía Familiar Galega*(CFG), que institui os direitos e deveres das pessoas que trabalham juntas sobre uma propriedade agrícola. Segundo Lourdes Méndez (1988), apesar da *Compañía Familiar Galega* constar de um artigo no que expõe que a mulher casada tem personalidade própria e tem condição igual que o marido para a CFG, ela não entra em contradição com o Código Civil Espanhol (CCE, datado em 1941). A CFG não prevê nenhuma regulamentação dos regimes matrimoniais, o que permite a aplicação do CCE. Uma aplicação que não supôs conflitos para a comunidade campesina, fato que, para a autora, revela a existência de um sistema patriarcal anterior a CCE. Uma posição contrária a defendida por V. Risco na que descreve a situação da mulher casada dentro da CFG como a de um patriarcado com igualdade de direitos. Seguindo a autora, o homem é reconhecido como chefe da família e da unidade agrícola. O casamento do filho ou da filha que ficam na casa não supõem mudanças no grupo doméstico, não sendo transpassado o poder, pelo menos no início. O jovem matrimônio apenas a sua força de trabalho e as mulheres não tem o dote. No entanto, elas têm direito a herança, que vem a ser os *bens parafernales*. Estes, segundo o CCE, não serão transladados ao marido, ao menos que tenha permissão da esposa. A mulher será a sua administradora, no entanto ela não poderá exercê-la sem a autorização do seu marido. Essa contradição é ao que se enfrenta o poder econômico feminino. Assim, o exercício real do direito instituído pela CFG cabe somente àquelas mulheres viúvas e com filh@s pequen@s ou às mães solteiras, com filh@s pequenos ou vivendo sozinhas. Esse fato, segundo a autora, deve ser também matizado, sobre as condições de "aceitação" dessa condição más independente a estas mulheres e o seu por que.

[44] A *millora e a partixa* são os dois principais sistemas de herança utilizada na Galiza. A *millora* se caracteriza por dar uma maior parte da herança a um@ dos filh@s, geralmente o que fica na Casa. Podendo ser ainda uma *millora* forte ou débil. A *partixa* é o sistema que divide em partes iguais o terreno entre @s hedeir@s. A *partixa* foi o sistema mais utilizado na Galiza, enquanto a *millora* era mais frequente nas zonas de Lugo e em algumas partes da zona costeira.

A organização da propriedade e da produção que caracterizam a Galícia da década de 1960-70 é baseada na pequena propriedade agrícola de policultivos-ganadeiros ou silvo-pastoril, de terras próprias ou arrendadas, com uso fundamentalmente da mão de obra familiar. Esse tipo de organização e produção galega é vista como atrasada tanto pelos grupos de corte capitalista, conservadores e liberais como os de esquerda, socialistas ao ser comparada com outros lugares do Estado Espanhol e do mundo, que incorporaram o sistema de produção capitalista na agricultura, a chamada Revolução Verde, com anterioridade e com maior rapidez. Atualmente, outras interpretações vêm contestando tal ideário de atraso da Galícia. Segundo Soto Fernández (2006), esta estrutura organizativa galega das décadas de 1960-70 não se caracterizava por "uma agricultura de subsistência com traços recentes de mercantilização". Seria mais bem, uma agricultura em crise produtiva derivada da aniquilação do modelo endógeno, sofrendo um estancamento na evolução da propriedade da terra. Elementos que eram incompatíveis com a ideia de produtividade gerada a partir do modelo agrário moderno e "desenvolvido". Quer dizer, com o modelo de produção intensiva, de latifúndios e de monocultivos e especializações que estavam sendo fomentados neste período, e que eram rejeitados e sofriam resistência por parte do campesinato galego. (CARREIRA PÉREZ; CARRAL VILARIÑO, 2014)

Neste período, dependendo da zona, produziam-se determinados cultivos, mais ou menos especializados, com maior ou menor peso do trabalho a tempo parcial fora da sua propriedade, com diferenças na emigração temporal ou definitiva, entre outros. Em consequência da diversidade de situações gerou-se uma maior heterogeneidade nas formas, estruturas e relações na sociedade campesina galega. Nesse processo de mudanças e adaptações orientadas pela Revolução Verde, a comunidade se vê obrigada a abandonar o campo ou bem, ir à busca de trabalho assalariado com o objetivo de comprar maquinaria e insumos agrícolas para se adaptar a um modelo de produção sem ter garantias nem as condições necessárias para desenvolvê-la. (MÉNDEZ, 1988)

Na sociedade galega, a emigração[45] temporal ou definitiva, exerce grande influência sobre a organização social do campo e da própria ação coletiva. Diferentemente de outros

[45] Desde os debates sobre a migração galega e os seus efeitos sobre a ação coletiva no meio rural se sustentam duas visões. Uma no sentido mais pessimista, que entende que a emigração serviu de escape para as tensões sociais no momento ápice das mobilizações em prol da abolição das rendas forais e das primeiras tentativas de

lugares como o Brasil[46] ou outras partes do Estado Espanhol[47], a migração galega rural/urbana será maioritariamente masculina, assim como para fora da Galícia e do Estado Espanhol. Alguns dos fatores que levaram a esse feito residem no desemprego estrutural gerado pelo sistema socioeconômico, a lenta e tardia modernização dos setores produtivos; a desarticulação das economias tradicionais; a manutenção de elementos da estrutura do Antigo Regime (Sistema Foral), o difícil acesso às terras, os sistemas de partilha da terra (*millora e a partixa*). Ademais atuam as expectativas de melhora de vida e de possíveis oportunidades fora do território galego, estas são influenciadas pelas informações subministradas pelos que emigraram antes. Outro elemento crucial são os conflitos bélicos (as guerras coloniais de Cuba, África, a Guerra Civil Espanhola e o regime franquista[48]) que incentivaram a muitos homens a escaparem (ou resistirem) do serviço militar obrigatório, sendo priorizada a emigração masculina frente à feminina no território galego. Todas elas impulsionaram a uma estrondosa emigração iniciada no século XIX e intensificada nas décadas de 1960-70. Assim, o perfil da pessoa emigrante galega era basicamente homens jovens, sozinhos e alfabetizados, embora as mulheres também tenham emigrado[49]. (BEIRAS, 1982; DOMÍNGUEZ, 1999; ROMÁN LAGO, 1998; SEIXAS; VÁSQUEZ, 2005)

Para fazer-se uma ideia desse fenômeno, a Galícia é considerada como um dos territórios europeus com mais altas taxas de emigração desde 1880 (neste período é especial o destino à Irlanda e a Itália). Uma segunda fase é iniciada na metade do século XIX alongando-

sindicalismo operário. E a segunda, uma visão mais otimistas, na que se percebe o contributo dos emigrantes na construção de um marco intelectual compartido da realidade por parte d@s atrizes e atores sociais dispostos a mobilizar-se, quando estes ajudaram no alento propagandístico e ideológico, assim como, no financiamento de agitações agrárias e "anti-caciquis". No entanto, é importante visibilizar que nenhuma das duas visões discute sobre o papel desempenhado pelas mulheres na ação coletiva e desenvolvimento local. (SEIXAS; VÁSQUEZ, 2005)

[46] Para mais informações ver (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999)

[47] Para mais informações ver (ORTEGA LÓPEZ; COBO ROMERO, 2015)

[48] No regime franquista também se inclui como momento de conflito armado de maior e menor intensidade.(CABANA IGLESIAS, 2013)

[49] De acordo com Pilar Cagiao (1997), em 1933 houve um maior equilíbrio de mulheres na emigração chegando a um 40%. Para esta e outras autoras, as mulheres não emigraram somente somo acompanhantes dos seus maridos como informa grande parte dos arquivos e estudos sobre a emigração, que nem sempre tiveram em conta as mulheres nos seus registros. Elas também eram parte dessa grande avalanche de pessoas que iam em busca de melhores condições de vida. Ver também: (SEIXAS; VÁSQUEZ, 2005; VÁZQUEZ, 2005; VILA; FERNÁNDEZ, 2007)

se até 1930[50]. Nesta, saíram mais de um milhão e meio de galeg@s com destino ao continente Americano, sobre os 1.700.000, mais concretamente[51]. Ha finais dos anos 1940 até década de 1960, o destino principal da emigração passa a ser o norte da Europa e outras zonas da península para onde saem outros 587 mil galeg@s. (SEIXAS; VÁSQUEZ, 2005) A amplitude desse fenômeno também se percebe quando se verifica que o 46% d@s emigrantes espanhóis entre os anos de 1946 e 1960 eram galeg@s. (DOMÍNGUEZ, 1999) Esse fenômeno bastante masculinizado e juvenil tiveram consequências sobre a organização da vida neste território. (CAGIAO VILA; GARCÍA DOMÍNGUEZ, 1997) Na literatura galega são recorrentes as referências à emigração e as mulheres "viúvas de vivos" como fica conhecida essa situação.

Nesse contexto, o acesso à escola é priorizado para os meninos, pois eles têm maiores possibilidades de emigrar e encontrar trabalho nas urbes, o que justifica, em parte, o baixo nível de alfabetização das mulheres até a década de 1970 em comparação com os homens, sendo mais acentuado à medida que tratamos de comunidades rurais. Por sua vez, o grande analfabetismo feminino favorece uma maior tardança das mulheres no processo emigratório e fazendo-as mais dependentes dos sistemas de herança, segundo vários estudos como o de Raúl Soutelo (2005).

Outros fatores importantes vieram com a derrota republicana em 1939 e a instauração da ditadura franquista com repercussões que incidiram no reforço do caráter hierárquico das relações sociais entre os sexos. A perda dos direitos das mulheres promulgados na II República e a instauração de políticas até, pelo menos, a década de 1960 tinham como eixo a legislação de natalidade, a proteção da família e a discriminação no âmbito laboral que contribuíram para um retrocesso e acentuação das relações desiguais do sistema sexo-gênero. Estas foram acompanhadas por uma política de segregação sexual no âmbito educativo, uma

[50] Nesse segundo período também exerce uma importante influência sobre os processos migratórios, às políticas de incentivo tanto dos países receptores e como do Estado Espanhol e as redes de migração que facilitam a informação e os processos de emigração. Além disso, influiu as melhorias dos transportes terrestres e marítimos proporcionam uma maior mobilidade.

[51] Maria Xosé R. Galdo em seus estudos de migração galega afirma que o próprio Estado Espanhol admite que os seus dados são precários e imprecisos quanto às migrações, pois os registros eram feitos mais bem aos passageiros que subiam aos barcos sem ter em conta sua intencionalidade e o sexo, além do grande número de migração clandestina. Também tem peso as migrações primeiro à Portugal, como destino final ou ponto de saída com destino ao continente Americano. (GALDO, 1993; 2007; GALDO; FREIRE ESPARÍS; PRADA CASTRO, 1998)

discriminação legal e por um trabalho ideológico de imposição do modelo de mulher transmitido pela *Sección Feminina* da *Falange*[52] e pela Igreja Católica, que entende as mulheres somente sobre os papeis de esposas e mães. (CEBREIROS, 2013)

A instauração em 1941 do Código Civil Espanhol (CCE), modificado em 1958 e logo em 1975, embora não exerça contradições com o CFG, vai reger juridicamente a vida das camponesas galegas, assim como das mulheres de todo o Estado. Baseado no Direito Canónico e do Código Napoleônico, o CCE supõe a desaparição decisória da mulher no seio familiar e na sociedade, devendo obediência ao seu pai e logo ao seu marido. Este será o representante legal da sua mulher e dos seus bens, perdendo qualquer capacidade civil sem o seu consentimento. Nesse regime, as únicas mulheres que poderão ocupar um papel no espaço público serão aquelas que formam parte da *Sección Feminina da Falange*. Para Ana Cebreiro (2011), o projeto político-ideológico franquista vai representar mais que um retorno à tradição. É um regime em que o controle de toda a vida social não poderia prescindir de regular as relações no que considerava a primeira entidade natural: a família.

Mas nesse rural feminizado e envelhecido que caracteriza o campo galego, a participação das mulheres no trabalho agrícola se dará em todas as tarefas, dependendo composição da Casa (unidade de produção e reprodução da vida) e das condições econômicas dela. Tais características também influência a ação coletiva neste território até as décadas 1980, com fortes resquícios hoje, conferindo situações bastante heterogêneas ao rural galego, principalmente com relação às mulheres, levando a uma série de ilusões quanto a sua condição como citado antes.

Situando-nos num contexto geral, sem querer homogeneizar a representação da realidade do campesinato galego até a década de 1980, a Casa será o espaço composto pela casa-edifício e leira e/ou pasto, onde todos os membros da família participavam do sistema

[52] A *Sección Feminina da Falange* nasceu em 1934 como um ramo feminino da Falange Espanhola, partido político de índole fascista que se alinha às forças de Franco quando a Guerra Civil Espanhola. Esta nasce com o objetivo de fomentar o sentimento nacional falangista nas mulheres. Esta tem um forte peso da Igreja Católica e vai dar o passo a política que define o papel que as mulheres devem ter dentro da sociedade baseado na figura de mãe e esposa. Ela é percebida como um ser inferior ao homem tanto espiritual como intelectual que será usado para relegar as mulheres as tarefas domésticas. As políticas franquistas de gênero são caracterizadas pelo alto nível de intervencionismo estatal dentro da vida cotidiana, dando ao Estado, a Falange e a Igreja Católica o direito de controlar tanto o âmbito público como o privado os modelos de masculinidade e feminilidade que supôs a radicalização do modelo doméstico.

produtivo-reprodutivo. As funções são repartidas com base ao sexo, a idade e a condição civil. O cuidado das pessoas, da casa-edifício, no seu sentido estrito, e dos animais de pequeno porte é de responsabilidade das mulheres. Este é considerado doméstico em oposição ao do exterior ao que se dá um valor econômico, muitas vezes monetário. O homem será o chefe dentro da unidade familiar e se ocupará dos trabalhos entendidos como "mais pesados" e àqueles que estão ligados a produção econômica e gerência dos recursos mais importantes da Casa, por exemplo, a compra e venda de animais de grande porte e de terras.

O casamento labrego galego também comparte a racionalidade e o pragmatismo para assegurar a descendência familiar, a continuidade da Casa e a assistência à velhice. Como afirma Lourdes Méndez, as mulheres galegas não tem dote, mas tem direito a herança, podendo ser *milloradas* ou ficar com uma parte da herança dos seus pais, *partixa*. Isso faz com que os casamentos sejam entendidos como "assunto de família", onde interferem as origens sociais e econômicas dos pretendentes, ademais das necessidades da *Compañia Familiar Galega*. Esta exerce o controle referente á moral e aos costumes das famílias.

A falta de condições econômicas de um novo casal na família para se estabelecer numa Casa independente da dos pais, faz com que estes sejam obrigados a migrar ou a se instalarem na Casa dos pais de um dos noivos (do homem ou da mulher), coabitando mais de uma família nuclear. Tal situação significa que o poder da Casa não é transpassado ao jovem matrimonio, que apenas aporta a mão de obra à Casa familiar, sem qualquer ascensão em poder ou direitos, pelo menos no seu início. Isso também leva a existência de diferentes poderes com respeito à Casa, consequentemente a existência de conflitos.

> El afán de la emigración a remotos países en busca de fortuna se ha desarrollado con tal incremento en los labradores gallegos, que existen pueblos enteros en donde apenas se encuentra un hombre casado de mediana edad. En algunos puntos es costumbre abandonar la mujer al día siguiente del matrimonio para acometer la aventura de la emigración, pues el desequilibrio entre los gastos y la producción no permite al marido sostener las cargas del nuevo estado. En esta situación, mientras el marido corre azares y riesgos para encontrar trabajo y conseguir acumular el producto de sus humanos esfuerzos, la mujer queda en compañía de sus padres o suegros y hermanos, y en el seno de la familia vive conforme a sus condiciones morales rodeada de seres y elementos que le hacen tener siempre presente el cumplimiento del deber.(BUJÁN Y BUJÁN, G., 1887, p. 74 In.: GALDO; FREIRE ESPARÍS; PRADA CASTRO, 1998, p. 20)

Lourdes Méndez (1988) e Julia Varela (2004) nos narram as complexas e conflituosas coabitações de gerações nas que as mulheres apenas conseguem disputar o exercício da influência sobre aqueles que são os verdadeiros detentores do poder da unidade familiar, o(s) homen(s) da Casa. Isso porque o real poder é geralmente exercido no exterior da Casa e por aqueles que tomam as decisões que modificam a vida de todo o grupo. Por isso, para as mulheres, a única forma de exercer certo poder é no controle da casa-edifício e na capacidade de influência sobre quem realmente manda, *o pater*. O que implica, muitas vezes, disputas e conflitos que são entendidos como triviais e como "coisas de mulheres".

Para elas, a coabitação tem consequências diferentes quando esta ocorre na Casa sua família e quando deve transladar-se a Casa da família do seu marido. No primeiro caso, não há grandes mudanças nas relações de poder e na distribuição das tarefas entre @s coabitantes. Além disso, elas já têm um conhecimento prévio sobre a dinâmica hierárquica da Casa e as formas como devem ser desenvolvidos os trabalhos. No caso de ir à Casa da família do seu marido isso não acontece, sendo esta situação a mais comum. Neste segundo caso, ela deve adaptar-se a todas as novidades, estando submetida ao poder do seu marido, da sua sogra e do seu sogro, sendo, maioritariamente, identificada pela família e pela comunidade como a de "fora", a "estrangeira". Ademais, nada daquilo é de sua propriedade, não tendo qualquer recurso econômico que negociar com a nova família. Além destes, também podem exercer poderes sobre a Casa, e sobre ela, os cunhados e cunhadas que vivem, ou não, na Casa. Estes últimos sempre serão possíveis herdeiros, até que o reparto da herança se efetive. Assim, os conflitos se acumulam no espaço privado da casa-edifício na conquista de uma maior influência sobre aqueles que detêm o poder, os homens. Uma condição que ainda hoje se observa entre as informantes dessa investigação.

Como demonstram diferentes estudos e na literatura sobre o assunto, o trabalho fora da casa-edifício não é tão estrito, ao contrário do trabalho feito no seu interior. A divisão sexual outorga às mulheres a responsabilidade do cuidado da horta, do gado pequeno e do curral, a elaboração e cuidado de todos os transformados de carne e leite e de todas as tarefas domésticas, ou seja, de manutenção, reposição e produção da força de trabalho; além da disposição complementária para um trabalho como assalariado a tempo parcial na indústria, (indústria do tabaco, das salinas, de conserva, de confecção, de transformados eletrônicos ou qualquer outra), ou no setor de serviços trabalhando a domicílio como criadas, leiteiras,

lavadeiras e costureiras. Esses trabalhos são repartidos entre as mulheres da Casa. As mais jovens se ocupam das tarefas domésticas "liberando" as mais velhas para outros tipos de trabalhos feitos fora da casa-edifício como a comercialização dos produtos frescos nas feiras que requer conhecimentos mais especializados ou os trabalhos caracterizados como masculinos em casos nos que há falta de homens e/ou a necessidade de mais mão de obra, em trabalhos como o da lavoura e cuidados e manejo dos animais de grande porte.

Essa participação ativa na pluriatividade histórica própria do rural galego tem grande importância econômica, o que podia reportar algo de autonomia e participação na toma de decisões, em comparação com mulheres de zonas urbanas ou de outros lugares rurais onde a presença masculina é maior. Assim mesmo, elas tinham menor poder do que os homens da sua Casa, muitos deles exercendo o seu poder desde o estrangeiro. Mas tal ausência masculina leva a que elas participem de reuniões e mobilizações sindicais em geral, ainda que em menor número que os homens, pois estas são estritas ao sexo masculino. Tal função é aceita para as mulheres quando a responsabilidade da Casa recai sobre ela, e o faz em nome do marido ou sogro, e quando mãe, em nome d@s filh@s. Apesar disso, vale lembrar que tal ausência das mulheres nesse tipo de organização não significa que elas estejam ausentes das ações políticas. A historiadora Carmen Blanco (2006) descreve a situação das mulheres asturianas no primeiro período do franquista que se assemelha a situação das galegas e as formas de resistências políticas feitas por elas.

> Para estas mujeres anónimas, comprar una botella de aceite o vender un producto del pequeño huerto familiar puede llegar a constituir un acto de rebeldía cotidiana contra un régimen que, por um lado, las encierra en su papel de gestoras de la supervivencia diária, pero por outro, con su ineficacia en la gestión de los recursos y con el peso de la represión, les impide desempeñar las funciones que les exige. Sobrevivir em medio del hambre, la miseria, la enfermidady el duro trabajo se convierte, por tanto, en una batalla cotidiana que pondrá a prueba no sólo la resistencia de estas mujeres, sino también su ingenio y su paciencia. (CABREIRO BLANCO, 2006, p. 46)

Segundo diversos estudos sobre o período franquista, as estratégias de controle social e político ao longo de todos os anos desse regime inferiram transformações nos contextos mais privados, com especial incidência na população feminina. Dessa forma, as mulheres se convertem num importante instrumento para consolidar a base social da ditadura, pois elas têm o papel de salvaguardar os valores morais da família que é a célula prioritária e fundamental da sociedade franquista. A forte política de feminização tem como porta-voz a

Sección Feminina da Falange e a parte mais conservadora da Igreja Católica que configuram o modelo de mulher para Deus, Pátria e Casa. Os instrumentos utilizados vãos desde a legislação que proíbe o divórcio, o aborto, e o trabalho assalariado feminino, especialmente para as mulheres casadas. Reforça-se a autoridade paternal e marital, a separação do espaço púbico e privado, funcionando como elemento legitimador da separação dos espaços para os sexos em espaços diferentes e a sua hierarquia. A construção de todo um aparato educativo que juntamente com o corpus legislativo, com a proibição da coeducação e um conteúdo estrito de uma educação diferenciada para os sexos. Por diversos meios transmitiu-se o ideal de mulher controlando, perseguindo e castigando por meio de multas e exposição midiática das transgressoras, gerando consequências na sua sociabilidade e advertindo à outras. (CABREIRO BLANCO, 2006)

O maior grau de participação, combinada com uma maior capacidade de decisão sobre os assuntos da família e da Casa é mais recorrente sobre as mulheres que ocupam papeis determinados de mãe solteira, viúva ou de sogra (viúvas ou com marido emigrado) como revela Raúl Soutelo (2005) nas memórias das mulheres no século XX; Marcial Gondar (1991) no seu estudo antropológico sobre o papel desempenhado pelas mulheres viúvas na sociedade galega; no estudo de Lourdes Méndez (1988) sobre as mudanças na vida cotidiana das mulheres num município de Lugo e a história contada pelos ex-moradores da Ulfe, uma das aldeias despovoadas da Galícia de Julia Varela (2004). Os quatro estudos, desvelam esse suposto matriarcado galego e esse patriarcado em igualdade ao evidenciar que o poder social das mulheres é dado apenas quando esta cumpre a função de mãe solteira ou viúva, onde a percepção simbólica desses papéis será diferente[53]. A estrutura do sistema sexo-gênero regente confere poder regulamentado ao homem a tudo que se refere a orientação da Casa e da sociedade. Do mesmo modo, o discurso de haver uma maior permissividade sexual para as labregas, justificada no menor número de casamentos e de natalidades legítimas é controverso, uma vez que o incremento do número de mães solteiras e casadas com homens ausentes (viúvas de vivos) mesmo rompendo com as regras da divisão sexual do trabalho e com a ideia de domesticidade feminina, não se sustenta dada a situação de exclusão e de precariedade na que essas mulheres viviam e que são ocultados nos escritos, como o que

[53] Esses também são temas que desde o feminismo galego também foram discutidos.

segue abaixo. Elas eram respeitadas nas comunidades apenas pelo papel de mãe e em determinadas condições, dado que para o sustento da Casa também fazia falta mão de obra que era adquirida por meio d@s filh@s, que era entendida como um esforço para dar continuidade a Casa.

> ... La gallega no teme la falta de hombre, pues sabe vivir sola y llevar por entero sobre si el peso del diario trabajo. No se extrañe, pues, que allí donde la mujer no necesita el apoyo del hombre para vivir, esta sea independiente y no solo tenga hijos naturales, sino que este hecho vaya acompañado de un valor no muy común en la que no tiene manera de vivir, ni conocido, ni facil: el de criarlos a su lado. Si en otras partes la mujer lo es todo por su marido, aqui lo es por si misma; y pues los hombres abandonan la tierra y emigran, ellas toman sobre si el pesado trabajo del campo y viven de el. Un dia llega en que se ven solas, se ven dueñas, se ven libres y en posición de no consultar más que los movimientos de su corazón ó, si se quiere, de sus caprichos.(MURGUÍA, M.: "La mujer de Orense. La madre soltera". En Las mujeres españolas, portuguesas y americanas. Madrid, 1873 In.: GALDO; FREIRE ESPARÍS; PRADA CASTRO, 1998, p. 17)

A diminuição do número de homens no meio rural restringiu o casamento e isso fez com que se diminuíssem as oportunidades femininas de casar. Em consequência, aumentou o controle masculino sobre a moralidade sexual das mulheres. Muitas delas, que trabalhavam alheias à sua Casa, ficaram "condenadas a solteiria" e ao celibato feminino. Na doutrina católica, a "solteiria" é uma condição de fracasso para as mulheres, mas como mãe, respondia a função de procriadora inserindo-se nesse status dúbio de mãe solteira. O seu prestígio e oportunidades diminuíam quanto mais filhos tinham e se estes fossem de pais diferentes, o que revela o extremo controle social sobre a sexualidade feminina e o estabelecimento do seu status de inferioridade na sociedade galega. Assim, apesar delas não serem ignoradas ou expulsas da comunidade, não faziam parte da mesma e somente eram reconhecidas pela sua condição de mãe e quando eram potencialmente herdeiras. (CAGIAO VILA; GARCÍA DOMÍNGUEZ, 1997; VARELA, 2004; VÁZQUEZ, 2005)

Nesse contexto, o grau de participação das mulheres no trabalho agrícola é dependente de uma série de situações, como o feito do homem trabalhar fora da propriedade agrícola (emigrados ou pelo incremento da oferta de trabalho dirigida fundamentalmente aos homens nas urbes); assim como o tipo de cultivo, a fertilidade do terreno, o sistema de herança, a sua situação civil, o número, a idade e o sexo d@s filh@s, entre outros. Tudo isso que propicia ao que Camarero identifica como menor "índice de feminilidade", ao refletir a situação de que muitas mulheres se responsabilizem por toda a propriedade agrícola familiar, figurando, ou

não, como titulares das explorações e da terra. (BARRIO; SANTOS, 1988; CAMARERO; SAMPEDRO; VICENTE-MAZARIEGOS, 1991; DÍAZ-GEADA, 2015) Fato que, aparentemente, contradiz as premissas do regime franquista sobre o papel a ser desenvolvido pelas mulheres como procriadoras, submissas e recluídas ao espaço doméstico da casa. No entanto, basta atentar a que o feito de que as mulheres se ocupem de todos os trabalhos dentro da Casa e, inclusive, tenham propriedades e tomem determinadas decisões sobre ela, não significa que as mulheres tenham poder sobre a mesma. O reconhecimento do seu trabalho terá condições diferentes e em situação de desigualdade com relação aos dos homens, independentemente de onde sejam realizados (dentro ou fora da unidade de produção), variando ainda sobre a percepção do que é espaço privado e público.

Além disso, vários estudos têm demonstrado como o valor da força de trabalho assalariada feita pelo homem que emigra ou trabalha fora da Casa é maior do que o trabalho feito pelas mulheres na Casa, ainda sendo este fundamental para a economia familiar. O trabalho delas é sempre entendido como de ajuda e contributo. O termo de salário familiar, vai estabelecer que o homem deve ser capaz de sustentar a esposa e @s filh@s com os seus ingressos. Assim, o trabalho realizado por elas, ainda sendo agrário, manejando recursos monetários ou mesmo tendo que se deslocar a outras comunidades para vender produtos nas diferentes feiras[54], ausentando-se da Casa, estes são entendidos como doméstico e do âmbito privado. (CABANA; FREIRE PAZ, 2015) O mesmo acontece se a mulher é trabalhadora "assalariada" ou tem uma remuneração econômica em espécie, seja numa fábrica ou na cidade. A ideia de "ajuda" para a economia familiar é reforçada ou retroalimentada pelo menor valor dado sua força de trabalho no mercado capitalista, com salários que chegam a ser 1/3 do salário masculino no exercício da mesma atividade, de acordo com os estudos da economista Garcia Negro (1988). Ademais, os fatores ideológicos e a pressão social fazem com que a participação das mulheres nos espaços e atividades que não competem ao seu sexo seja rejeitadas ou feitas sobre fortes justificativas.

> Pensamos que a súa pretendida falta de preparación e carencia de interese para participaren e ocuparen cargos públicos é moito menor que o control social e a forte

[54] Ana Cabana relata como na divisão sexual do trabalho de *alfaiteria* (produção de cerâmica) o feito de vender os produtos nas feiras de uma região bastante ampla o que faz com que esteja ausente por muito tempo da Casa, não significa que esse seja a ocupação de um espaço público e seja tome decisões importantes na Casa. (CABANA; FREIRE PAZ, 2015)

> oposición dos homes para que iso ocorra, porque verían un intento de competitividade inadmisible para o seu estatus, observarían unha inversión de papeis e, por conseguinte, constituiría un perigo para a súa prevalecia no control da esfera exterior fundamental para o mantenimento da súa hexemonía ideolóxica. (CUEVAS, Ramon Muñiz de las. Estudio sobre a muller na sociedade agraria galega. Xornadas Agrarias Galegas, 1988 p.61)

Seguindo a Garcia Negro (1993; 1988), apesar da invisibilidade do trabalho feminino imposta pelas metodologias estatísticas do Estado Espanhol, as mulheres formam grande número de trabalhadoras rurais[55]. Em sua maioria não são assalariadas, porque somente as mulheres solteiras tinham esse direito, mas trabalham fixas e à jornada completa na pequena propriedade, seja sua ou de outrem. A estas se devem somar as que não estão cessadas e as que trabalham como mariscadoras-camponesas; à domicílio, as que trabalham de criadas que ao casar, voltam ao campo e entre muitas outras combinações que não são levadas em consideração pelos métodos estadísticos oficiais. Dessa forma é como a Galícia rompe com o imaginário de mulher-casa, obtendo junto com Astúrias os menores índices de "domesticidade" feminina, que se reflete numa maior porcentagem de mulheres que configuram como titulares de propriedades e onde o peso relativo da mulher no trabalho agrícola é maior. (CAMARERO; SAMPEDRO; VICENTE-MAZARIEGOS, 1991) Esse maior peso relativo está relacionado com a importância das pequenas propriedades como eixo da vida econômica nessas comunidades autônomas, consequentemente, da participação das mulheres em diversos espaços que não correspondiam ao seu papel. Ademais da estruturação populacional própria do espaço e com os ciclos de trabalho agrário, ao que se soma ao habitual trabalho do homem em outras atividades alheias ao mundo agrário. Este por ser entendido como atrasado, no que o valor econômico e social não são reconhecidos, o trabalho agrário pode ser ocupado pelas mulheres. Portanto, sendo entendido como um trabalho do privado, de colaboração ou ajuda à economia da família e invisível à economia da sociedade.

Nessa mesma línea, Muñiz (1988) afirma que os poucos estudos sistematizados sobre as mulheres camponesas, principalmente as galegas, revela o reflexo de uma ideologia patriarcal que vê o campo como a imagem do homem. Da mesma forma com que Díaz-Geada (2013) denuncia que a infrarrepresentação do trabalho feminino nas fontes estatísticas, vai muito

[55] Dados do senso de 1972, o número de mulheres é de 495.820 segundo Carmen Garcia Negro (1988)

além de um problema metodológico[56], refletindo um modelo social, cultural e econômico dominante no que a invisibilidade é característica do trabalho feito pelas mulheres que continua ainda hoje a ter efeitos perversos. Por outro lado, estudos sobre as labregas galegas demonstram o papel fundamental desempenhado por elas no desenvolvimento e existência do campesinato galego e das ações coletivas. Assim como do seu não-poder, como afirma Méndez (1988), contrariando discursos anteriores vindos ainda do século XIX de um nacionalismo galego envolto pelas ideias românticas de representação da nação como mulher, do mito da terra na sua representação maternal (MIGUÉLEZ-CARBALLEIRA, 2014) ressaltando os modelos de família tradicional da Galícia rural, sem questionar as relações de poder existentes na mesma. Casa e família vêm a ser então os componentes fundamentais para entender o espaço e o papel desempenhado pelas mulheres na Galícia rural e as próprias ações coletivas camponesas galega no franquismo e nos conflitos gerados em consequência do processo de modernização, que promove grandes mudanças no modelo agrário e familiar galego. Estes podem ser a nuclearização familiar, a saída das mulheres dos trabalhos agrários externos e a sua reclusão a casa-edifício que se intensificam nas décadas de 1980-90.

2.2 Modernização no centro da vida

O Estado Espanhol como um todo, e a Galícia em particular, vive mudanças profundas a partir do acesso ao poder dos sublevados em 1936. O modelo repressivo do regime franquista supôs o início de grandes transformações nas estruturas sociais, nas políticas públicas, nas instituições e nas elites. Esse Estado vem marcar um papel central na definição do que é conflitivo, na medida em que determinados atos são perseguidos, sancionados e reprimidos por serem considerados como “desviado” e “subversivo”. Estes vão depender da conjuntura política e da margem de tolerância desse momento. Seguindo o enfoque de Tilly, isso faz com que a ação coletiva se desenvolva nos limites impostos pelo Estado. Este exerce o seu poder autoritário não só por meio militar, da violência e da repressão, mas também de

[56] Ver Garcia Negro; Nalu Farias, Cristina Carrasco, entre outras.

normas, leis e decretos que modelam as condutas individuais e coletivas, estabelecendo o que esta bem e o que esta mal.(TARROW, 2012; TILLY; WOOD, 2009)

Nos quase 40 anos de ditadura, as estratégias políticas, econômicas e sociais do franquismo foram mudando, favorecendo ou dificultando as oportunidades políticas que agem diretamente sobre a ação coletiva e a organização social. A historiadora Ana Cabana identifica três períodos de evolução dos modos de oposição e de resistência no que se refere ao mundo rural galego:

> 1. En un primer momento, que corresponde a los años cuarenta y principios de los cincuenta, se hizo explícita una via insurrenccional en contra del régimen, representada por la oposición ejercida por la guerrilla y las organizaciones pasadas a la clandestinidade, que acompañó a toda una serie de formas de resistencia civil que responden a la legislación agraria inicial y a las disposiciones de primera hora de los sublevados.
> 2. Un segundo momento, que cubre la segunda parte de la década de los cincuenta y sesenta, se caracteriza por la práctica ausencia de oposición y por el protagonismo de las formas de resistencia civil. Esta exclusividad es sintomática de un periodo de consolidación del franquismo y de declive de la oposición política, con la desaparición del movimiento guerrillero.
> 3. En un tercer momento surgen nuevas formas de oposición por parte de grupos organizados en la clandestinidad que coexisten con formas de resistencia civil que les sirven de sustrato. Esta etapa cubriría la última parte del período dictatorial hasta su disolución en 1975.
>
> (CABANA IGLESIAS, 2013, p. 56)

Nesse primeiro momento, o regime leva a diante a ação de romper com o sindicalismo agrário[57] da pré-guerra civil espanhola, além de tentar apagar da memória coletiva o que se entendia como ameaça de mobilização civil.

[57] Refiro-me, seguindo a Ana Cabana, as diversas formas de conflitividade no rural e de auto-organização surgidas no final do século XIX até os anos 1930, especialmente ao Movimento Agrarista Galego, mais conhecido como *Agrarismo*. Este incorporou novas formas de organização que eram um pouco mais institucionalizadas, como sindicatos e sociedades mais institucionalizadas e estáveis, dirigidas a compras coletivas de insumos agrícolas ou a comercialização da produção excedente, assim como da luta coletiva com programa de reivindicações, coexistindo ainda com fórmulas de baixo impacto como são as estratégias de protestas cotidianas. Formas de organização que, por um lado, respondem as novas estruturas de oportunidades políticas que se dão nesta mudança de século. Por outro, uma forma de resposta social ante os novos retos colocados pela reestruturação do modelo capitalista e a mundialização do mercado de produtos agrários. O *Agrarismo* serviu de canal entre as elites do meio rural e o campesinato, ao tempo que foi o catalizador do conflito social no meio rural, mas que não eram dirigidas a provocar uma mudança revolucionaria do sistema político e sim, defender os modos de vida e assegurar as suas lógicas reprodutivas. De acordo com a historiadora, essas são as referências da ação coletiva que agem no período franquista, pois correspondem a continuidade das formas de ação coletiva aprendidas que se transformam determinadas também pelas oportunidades e constrições conjunturais percebidas pela sociedade. Chegada a Guerra Civil Espanhol, este tipo de organização definha. (CABANA IGLESIAS, 2007) Sobre o *Agrarismo*, ver também os trabalhos de Miguel Cabo Villaverde (1998; 1998)

Foram 29 anos até a década de 1970 de desarticulação ou tentativa de colocar no esquecimento toda a heterogeneidade social anterior a guerra civil. Uma tentativa de fazer desaparecer instrumentos de participação e ferramentas de introdução de tecnologias em diálogo com as comunidades rurais. Essa desarticulação segue com a instauração das *Hermandades sindicales de agricultores y ganaderos*, representando a *Organización Sindical Agraria* a nível local. Constituindo-se como órgão de enquadramentos da população que trabalhava no campo e que se implantou partindo da regra de obrigatoriedade, rompendo com a tradição do voluntarismo na sua afiliação. (CABANA IGLESIAS, 2013) Essas *Hermandades* são entidades verticais do franquismo que atuam no meio rural cumprindo diversas funções de tipo social, econômico, assistencial, comunal e de assessoramento técnico. No entanto, a sua diversidade de funções exercerão um papel limitado na aplicação das políticas agrárias franquistas fazendo, na prática, o controle no aspecto de contratação de mão de obra e nas requisições e reparto dos insumos agrícolas que eram bastante escassos.

O quadro básico das condições de vida do pós-guerra se caracteriza pelos baixos salários e pela escassez; consequência também da política autárquica franquista. A guerra civil e os primeiros anos do franquismo destruíram boa parte da indústria e que resultou inadequada aos novos tempos capitalistas. Havia uma grande falta de mão de obra qualificada, uma alta escassez de recursos básicos que vão desde a alimentação, a energia elétrica, os meios de transporte e a comunicação. Os primeiros dez anos do regimem franquista acentuou a violência, o controle, a burocratização, o racionamento dos produtos de primeira necessidade na que impera a corrupção e o mercado irregular (chamado popularmente de mercado negro). Fatores que pioram a condição de miséria e fome da maior parte da população, que eleva a sua mortalidade infantil e a propagação doenças de todos os tipos. Uma estratégia que, de forma hábil, deixa a maioria da população consumida pela miséria crônica, permitindo tê-la baixo controle político e social, ao mesmo tempo em que resultava eficaz para a implantação da nova ordem baixo a esperança de novos tempos. (DÍAZ-GEADA, 2013)

Apesar da destruição dos canais de mobilização organizada, a conflitividade no meio rural não cessou. Ela é mantida pela comunidade campesina através de formas históricas de

resistências cotidianas[58] que são reativadas nesse segundo período identificado por Cabana. Elas se expressam por meio dos trabalhos, dos recursos e das decisões coletivas que são estratégias de baixo risco, dado o caráter repressivo do regime. A forte implementação do associacionismo agrário de esquerdas e o baixo nível de afiliados a *Falange* leva a Galícia a ser identificada pelo franquismo como um território hostil dada a extensão dos movimentos sociais de esquerda, republicanos e galeguistas. A intensidade da repressão marcará fortemente a sociedade rural galega que vê a sua cotidianidade criminalizada. Dado o seu controle e a sua desarticulação em muitos sentidos. A presença física de pessoas do exército, da guarda civil, da *Falange* e da sua *Sección Feminina*, de sacerdotes, monjas, professores, entre outros personagens, exercem o papel de controlar, desarticular as relações sociais galegas em muitos sentidos. Na cotidianeidade, escrutinam e censuram cada atitude e forma de desobediência das pessoas, por menor que fosse. (CABANA IGLESIAS, 2013)

> Durante el franquismo, las formas adoptadas por la conflictividad quedan en ocasiones confinada al ámbito de lo privado y generalmente se vuelven parte de lo cotidiano. Para muchas comunidades, el contrabando, o llevar ganado a pastar a un monte vecinal repoblado eran actitudes necesarias para su reproducción económica, pero también eran rupturas concientes de las disposiones del poder político dominante. Estas y otras muchas actitudes, casi siempre iniciadas con anterioridad al proprio régimen autoritario, se inscriben y mezclan con estrategias y modos de vida. Son manifestaciones más sutiles que las transgresiones abiertas y evitan o suaviza, por serlo, perjuicios como multas, procesos judiciales o incluso la prisión. Son las muestras de conflictividad y, po lo tanto, de resistencia civil más racionales ante la postura de un Estado negador de toda "válvula de escape" (Gluckman, 1954) o espacio para cualquier tipo de disidencia. (CABANA IGLESIAS, 2013, p. 35)

Nesse sentido, o primeiro momento do regime franquista (décadas de 1940 e 50) se caracteriza por uma política fortemente repressiva e autárquica, causada pela proximidade dos efeitos do pós-guerra civil (a crise econômica, a fome, o perigo eminente da oposição). O fechamento das fronteiras e do regulamento do conjunto das atividades econômicas, intensificando o intervencionismo, que não é novo. O quadro básico que ilustra esse momento são os baixos salários, a escassez de recursos e a fome que constitui uma realidade desbordada numa marginalidade e no auxílio social, na que a economia submergida tem grande importância. A repressão econômica contribuiu para o deterioro das condições de vida de grande parte da população. O regime foi hábil em fazer da miséria uma forma de controle

[58] Para conhecer mais sobre as formas de resistências cotidianas do período da ditadura franquista na Galícia rural ver os trabalhos de Ana Cabana. Ela cita exemplos como a participação em festas agrárias, preitos, fraude, boicotes, tentativas de evasão, utilização dos montes comunais, contrabando, migração, entre outras.

político e social, ao mesmo tempo em que resultava eficaz para a implantação de uma nova ordem. A legislação entra como tribuna de propaganda ideológica, política e religiosa. Junto a isso, as políticas desse período estão cobertas por um discurso ruralista que exaltava o campesinato como insígnia dos valores da nação espanhola na busca de uma legitimação política e apoio social entre a população do campo. Um discurso que também vai influenciar na construção de outros, como o da "passividade camponesa" e do "atraso econômico". Apesar da política autárquica dos primeiros anos ter dificultado a implementação de um projeto modernizador, deu importantes passos para sua posterior concretização. (VILLARES, R. In.: ASOCIACIÓN DE HISTORIA CONTEMPORÁNEA *et al.*, 2008; DÍAZ-GEADA, 2013)

Segundo Alba Díaz-Geada (2013), duas políticas desse período são chaves para a posterior implementação da modernização do rural. A primeira é a política de colonização, promovida pelo *Instituto Nacional de Colonización* (INC) criado em 1939. Esta promoverá uma reforma integral priorizando a propriedade privada. O objetivo da política autárquica é apostar pelo tecnicismo, e pela aplicação prática dos ideários católicos, tendo a família como sua célula básica. Com uma retórica redistributiva e social, o objetivo prioritário dessa política é o aumento do rendimento agrário, ou seja, alcançar a máxima produtividade por unidade de superfície, e não de trabalho. A segunda é o repovoamento florestal levada a cabo pelo *Patrimonio Forestal do Estado* (PFE). Este órgão é criado em 1935 e regularizado em 1941 para trabalhar sobre o auto abastecimento, neste caso, de recursos como a madeira e seus derivados, principalmente na produção de celulose para a indústria. Essa política expropria mais de 2 milhões de hectares de *monte comunal/ terrenos baldios*[59] que cumprem, ainda hoje, uma importante função social, ambiental e econômica para a população camponesa que o gere, maneja e usufrui dos seus recursos. Nessas políticas estatais, a Galícia está orientada a

[59] Os m*ontes comunais* ou *montes veciñais em man común* ou em términos portugueses, *terrenos baldios*, vem a ser territórios ou parcelas grandes de terras que são geridas e usadas de maneira comunal. Elas têm caráter privado das pessoas da comunidade e não público. A propriedade comunal dos espaços do monte em Galícia era predominante as finais do Antigo Regime, ocupando uma grande superfície territorial fazendo parte do sistema agrário tradicional galego. É de grande importância por cumprir funções como o suministro da base dos insumos orgânicos que garante uma elevada produção das terras de cultivo, aporta alimento ao ganado, colheitas ocasionais, fonte de plantas medicinais, madeira, lugar de pasto assim como espaço de cultivo. Ver-se mais *Organización Galega de Comunidades de Montes*; *O monte é noso*. (CABANA IGLESIAS *et al.*, 2011; FREIRE CEDEIRA, 2012; O MONTE É NOSO, [S.d.]; ORGANIZACIÓN GALEGA DE COMUNIDADES DE MONTES, [S.d.])

cumprir o papel de abastecedora de produtos ganadeiros e florestais para o mercado interior, que se concreta em 1946 com o Plano Agrícola da Galícia.

Seguindo a historiadora, a colonização e o repovoamento são os exemplos mais claros do modelo autoritário de modernização que se prolongam por todo o período franquista. Dentro dessas políticas existem dois instrumentos que têm atuação direta nas localidades: o *Servicio de Concentración Parcelaria* e o *Servicio de Extención Agrária*, dirigidas a racionalizar tecnicamente as explorações agrárias possibilitando a sua motorização e a diminuição do número de parcelas. (DÍAZ-GEADA, 2013; FREIRE CEDEIRA, 2012) Pela estrutura agraria galega ter um grande número de parcelas de terra e um alto grau de dispersão territorial, a Galícia é identificada como um território preferente para a aplicação dessas políticas do Estado Espanhol, principalmente a partir de 1962. Tais políticas também ajudaram para a desarticulação das redes sociais locais. Vale lembrar que esse período também está marcado pelas políticas repressivas e daquelas que reforçaram o caráter hierárquico das relações sociais entre homens e mulheres.

O regime franquista muda a sua política autárquica de alta repressão dos primeiros anos por um projeto tecnocrático que se inicia na década de 1950, com a pretensão de conseguir uma maior legitimidade do seu exercício e melhorar o seu apoio social. A diminuição do aparelho repressivo e o trabalho de propaganda do regime puderam favorecer a conexão entre o regime e o crescimento econômico não alcançado, até então. Além disso, essa mudança tenta superar as limitações econômicas da estratégia autárquica do primeiro período na busca de uma estabilidade macroeconômica que permitisse o reconhecimento desse regime a nível internacional e a sua integração nos diversos Organismos Internacionais (OI) que se formavam nesse momento, como a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nesse sentido, o Estado segue as recomendações do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRD)[60], atendendo ao que acontecia nos países de maior renda, onde a ampliação da sociedade de consumo favorecia a aceitação do capitalismo e atenuava a preocupação política. (BEIRAS, 1982; CORONA ROMERO; CARDESÍN DÍAZ, 1987; DÍAZ-GEADA, 2013; FREIRE CEDEIRA, 2012).

[60]*International Bank for Reconstruction and Development*

Estamos diante da intensificação do processo de modernização capitalista do Estado Espanhol e da sua Revolução Verde, na qual a nova meta é o aumento da produtividade e a eficiência econômica com vistas no crescimento econômico[61]. Esta supôs mudanças qualitativas profundas nos modos de vida e de produção, não só nas grandes propriedades, mas também no que confere as pequenas. A Revolução Verde provoca mudanças em termos econômicos, no ritmo de crescimento em termos de produtividade que, por sua vez, está vinculada ao descenso da população e ao incremento da produtividade do trabalho. Estas serão o eixo das políticas agrárias e das mudanças técnicas do período franquista. As mudanças técnicas supõem a extensão da moto-mecanização (máquinas agrícolas, tratores, etc), as inovações genéticas e sanitárias (técnica e de especialização), a extensão da especialização regional na produção de determinados produtos e do redimensionamento das explorações agrárias, vista desde a organização produtiva. Essa reorientação se concreta com a implementação em 1959 do Plano de Estabilização e Liberalização da Economia[62], que transforma a agricultura num setor econômico. Um processo orientado a transformação do campesinato em empresário agrícola ou na sua exclusão do sistema por "pouco produtiva", ou ainda, na ilegalização da sua atividade.

Portanto, a raiz da Revolução Verde vê-se principalmente a partir da década de 1950, um transpasso do processo de industrialização do Estado para o capital privado. Esse transpasso se intensifica a começos dos anos 1970, quando os efeitos da crise energética mundial sobre a dependente economia espanhola, fez com que o regime franquista intensificasse a exploração dos recursos autóctones. Os principais são a extração e processado de minerais, no aumento da produção energética hidráulica, a transformação da celulose e na energia nuclear. Em consequência, se intensificam os conflitos agrários vão caracterizar a terceira etapa dos conflitos agrários que propõe Cabana. (CABANA IGLESIAS *et al.*, 2013; LANERO TÁBOAS; FREIRE; PICADO U., 2011; SOTO, 2006)

As conflitividades do período franquista derivam, pois, de uma inquestionável imposição contínua e progressiva da lógica industrial (monetarização, urbanização, ensino,

[61] O crescimento econômico é medido em termos de produção, produtividade e renda, o PIB, um elemento básico para existir desenvolvimento, em termos da economia capitalista.

[62] *Plano de Estabilización y Liberalización de la Economia*.

comunicação, individualização do comunal, proprietarização, etc.) sobre o território rural que tenta fragmentar o campesinato. Um coletivo que conforma a base do sustento da organização comunitária galega. Rompem ainda outros âmbitos de sustento dessa comunidade como os trabalhos coletivos (exemplos como a vindima, matança, *malla*,[63]), as compras coletivas de maquinaria, as decisões por consenso sobre obras locais, o uso dos recursos coletivos (fornos, moinhos comunais) e as unidades baseadas em aspectos simbólicos como as festas, romarias, enterros, etc. Isso não quer dizer que a comunidade rural galega anterior ao regime e a guerra civil fosse homogênea, nem muito menos igualitária. Todo o contrário, caracteriza-se pela diversidade, pelo interclassismo e pelas relações assimétricas das que derivam as desigualdades. (GONDAR, 1991; MÉNDEZ, 1988; XORNADAS AGRARIAS GALEGAS, 1988)

Nesse processo de modernização capitalista, a Galícia é entendida como "atrasada" ou "subdesenvolvida" inclusive por campos da esquerda, influenciando a análise conjuntural e da ação dos movimentos sociais. Para Beiras (1982), por exemplo, o processo de penetração do sistema capitalista na Galícia é semelhante ao que acontece nos países do sul global, caracterizado pela dominação e dependência estrangeira. A diferença é que, no caso galego, esse processo é dirigido pelo Estado Espanhol, o que ele chama de *colonialismo interno*. A estrutura econômica galega passa a ser, portanto, dualista em que, por um lado, está a sociedade campesina; uma maioria apresentada como pré-capitalista e pouco produtiva, consequentemente, destinada a desaparecer no marco da dominação capitalista. Por outro, a sociedade industrial, moderna, produtora de bens e reflexo do progresso, instalada no meio urbano. A primeira abastece a segunda com mão-de-obra e matérias primas baratas

[63] Essas são exemplos de atividades relacionadas com o ciclo agrícola de grande importância para a subsistência familiar, por proporcionar a reserva de vinho, carne, cereal para a elaboração do pão e do gado. São trabalhos que ainda hoje se mantêm apesar de haver uma maior mecanização, individualização e terceirização da atividade, desapropriando o saber da comunidade. Também influem as legislações de "higienização" que ilegalizam determinadas práticas e atividades, tornando-as mais caras. A *malla* é o trabalho de bater no cereal (como o trigo ou centeio) para separar a semente da palha feito com um instrumento chamado de *mallo* e com um solo preparado. Atualmente foi substituído por máquinas chamadas de *malladora.* A pesar dos avanços tecnológicos a divisão sexual do trabalho não foi alterada. Os homens batem o cereal para desprende-lo da palha, enquanto que as mulheres *cribaban* ou limpam e o cereal, e varrem separando-o. O mesmo acontece com a matança, quando se matam os porcos para aquisição da carne. Nesta os homens são os encargados de segurar, matar, cortar e partir o porco, enquanto que as mulheres lavam as tripas, recolhem o sangue, preparam a carne para os enchidos (*chorizo, jamón, lacones, cachuas*, etc.) De acordo com Susana Gala (1991), essas divisões tem relações simbólicas com os trabalhos de maior e menos prestigio social, as tarefas realizadas pelos homens tarefa vertical relacionados com "saber e força" e os que são realizados mais agachados, de limpeza ou que num princípio não necessita de maior qualificação são executados pelas mulheres, ganhando conotações de inferioridade.

(alimentos, fontes energéticas, etc.), além de ser consumidora de produtos e insumos agroindustriais produzidos pela segunda. Partindo desses pressupostos da economia convencional é que a agricultura galega leva o adjetivo de "atrasada" inclusive, em relação com o próprio Estado Espanhol. Este é caracterizado dentro dessa mesma lógica, como "em vias de desenvolvimento" por OI do capitalismo, que leva a agricultura galega a se inserir no sistema capitalista, mas sendo submetida ao processo de periferização crescente. (GONDAR, 1999)

De acordo com Soto Fernandez (2011), essa foi a mais influente das três linhas de interpretações sobre o processo de modernização agrícola na Galícia. A segunda tem como referência Emílio Pérez Touriño e Xosé Colino que afirmam que o campesinato galego como grupo social conseguiu uma completa integração na economia capitalista, sendo contemporânea historicamente com o capitalismo. A terceira questiona o caráter atrasado da agricultura galega anterior a modernização e critica a destruição de muitos elementos do sistema agrário que não poderia ser entendido como negativo (Abel Bouhier e José Antonio Durán). Esta última é mais recente e tem sido colocada desde a economia ecológica e história ambiental, permitindo, inclusive, uma reavaliação das consequências da industrialização da agricultura galega.

A ideia de "atraso econômico" difundida pelo regime se articula com o discurso de passividade do meio rural e de sua despolitização. Sobre essas ideias, o campesinato é propagandeado como um grupo facilmente manipulado pelos *caciques*,[64] débil e difícil de organizar. Uma visão que se difunde pelo sindicalismo patronal, mas também pela esquerda ao transportar o modelo de sindicalismo obreiro para o meio rural. Segundo Ramón Villares (2008), uma transferência que faz com que grande parte da historiografia trate processos de organização do sindicalismo agrário e das ações coletivas no meio rural sob uma perspectiva de caráter paternalista para com a comunidade campesina. Pois esta enfatiza o papel dos agentes externos como fundamentais para a sua existência, principalmente nos primeiros momentos da organização coletiva. Utiliza de estratégias de organizações partidárias para influenciar e organizar a classe camponesa, percebida como desprovida de instrumentos

[64] *Caciques* é um nome popular dada àquelas pessoas que detêm o poder político e econômico de uma determinada zona, exercendo um papel semelhante aos *coronéis* no nordeste brasileiro.

necessários para a ação coletiva. No caso galego, esses agentes externos podem ser sacerdotes, professor@s, engenheir@s agrónom@s, militantes partidários ou migrantes retornad@s. No entanto, quando a organização campesina é vista numa escala menor e com um olhar mais atento, observa-se uma importante capacidade de adaptação e de influência nas decisões que se tomam fora deste, ou seja, nas estruturas de poder. Nesse sentido, o historiador afirma que esse tipo de ênfase sobre os agentes externos não é acertado ou pouco útil, em termos analíticos, para explicar as organizações agrárias. Pois esta transpassa o modelo urbano de sindicalismo que tenderia a enfatizar a sua dimensão ideológica para o mundo rural. Sobre isso ele ressalta a advertência de Suzanne Berger de que à diferença dos obreiros, o campesinato se organiza não contra o sistema político, mas sim à sua margem. E acrescenta o autor, a comunidade rural se organiza para enfrentar os desafios que se colocam frente a desestruturação da agricultura orgânica-tradicional,[65] quer dizer, do seu modo de vida e dos seus recursos. Com esses desafios, as protestas predominantes tiveram características dum conflito comunitário em defesa de um modo de uso próprio do campesinato frente a implantação da propriedade privada e da mercantilização cada vez maior dos elementos de produção e reprodução camponesa. Uma resistência ainda atual. Com essas achegas, o olhar sobre o movimento labrego galego deve ir além dos seus agentes externos e das estruturas conhecidas de ação coletiva para perceber o que @s mobiliza e as formas nas quais atuam.

2.3 As conflitividades como perigo e oportunidade

As décadas de 1960-80 marcam a terceiro momento das conflitividades do franquista (1960-75) e a transição política espanhola (1976-1978) na que convivem as formas de resistência civil e o surgimento de novas formas de oposição por parte dos grupos organizados na clandestinidade e posteriormente a legalização dessa organização e criação de outras. Um período marcado pelo aumento das conflitividades abertas no agro galego. Estas são derivadas das drásticas consequências das políticas da Revolução Verde, de uma abertura relativa ao sistema político e de certa instabilidade entre as elites, ainda que o Estado seguisse com a

[65] O autor se refere especialmente a crise finisecular, mas que pode ser extrapolada para outros tempo.

tendência repressiva. Nesse período é quando surgem a *Comisións Labregas* (CC.LL) que posteriormente será o SLG. Esses CC.LL, apesar da sua condição de clandestinidade, exerceu um papel bastante significativo no que é a mobilização, organização de atos públicos, denúncias e de construção de um discurso reivindicativo. Elas tornam-se com o tempo, uma referência para centos de pessoas que, segundo testemunhos, revela-se tratar de uma organização maior do que a de simpatizantes seguidas pelas *Comisiones Campesinas*, sindicato rural vinculado ao *Partido Comunista da Galiza* (PCG). (CABANA; LANERO, 2009)

A CCLL começa a se organizar a inícios da década de 1970 incentivada pela a *Unión do Pobo Galego* (UPG), um partido de orientação nacionalista[66] e marxista que também estava na clandestinidade. Seguindo as suas orientações políticas, a UPG cria grupos ou organizações cujo papel era incidir em âmbitos concretos. No caso do meio rural essa organização será os *Comites de Apoio á Loita Labrega* (CALL), formado por pessoas "não labregas" como professor@s, comerciantes, universitári@s, sacerdotes, profissionais vindos da extensão agrária, entre outr@s militantes ou simpatizantes da UPG que tinham um vínculo direto com esse grupo social e com o meio, seja por trabalharem ali ou pelas suas origens. Muitos, por exemplo, eram filh@s de agricultores que, por terem estudos superiores, dotavam de um reconhecimento social sendo capazes de atuar como nexos entre a CALL e a comunidade.

As CALL cumpriam dois objetivos para a UPG, por um lado introduzir-se no meio rural, ampliando a sua força política no campesinato onde se localizava a grande maioria da população galega e onde se intensificavam os conflitos provocados pelas politicas franquistas. Por outro, buscaram mobilizar e organizar "a classe labrega galega" dadas condições na que se encontravam e por entendê-la como sujeitos políticos em potência para a mudança social revolucionária e de emancipação nacional. Nesse sentido, incentivaram a criação de grupos compostos por labreg@s que vêm a se nomear de *Comisións Labregas* (CC.LL), a que seria a organização da própria "classe labrega" onde denunciariam os problemas concretos nos que

[66] A luta nacionalista galega é de dimensão política e cultural pelo reconhecimento da Galícia como nação, derivada do direito a autodeterminação do povo galego. A análise conjuntural da UPG tem uma estreita relação com os movimentos de libertação nacional desse período (africanos e da américa do sul), à vez anticoloniais e de corte comunista, resultando na ideia da realidade galega como uma nação proletária e colonizada no contexto internacional, *colonialismo interno*. (ALONSO FERNÁNDEZ, 1999, 2003)

viviam @s próprios sujeitos. (TÁBOAS, 2008) A ação da UPG e das CALL influenciarão a introdução do modelo organizativo clássico de raízes marxistas que nortearão o futuro da CC.LL, assim como o seu discurso político nacionalista. A consolidação das CC.LL em 1973 está marcada pela criação do seu próprio meio de difusão dos seus discursos, o jornal *FOUCE, Voceiro das comisións labregas de Galicia*, que circula por meios clandestinos por toda Galícia, chegando ao estrangeiro por meio da migração. (MUÑIZ, 1979; PÉREZ, 2012)

> O nome do FOUCE provén da conxunción de três elementos que sintetizaban a ideoloxía que mantiñamos os que, na época, eramos responsábeis deste movimento labrego: o nacionalismo, o marxismo e o agrarismo como fator cuantitativo escencial nas revolución nacional que propugnabamos. (DÍAZ; MUÑIZ, 1995 p.16 - trad. minha)

As CC.LL vão exercer um papel de aliada a diversos conflitos rurais. O que contribuiu para que estes apareçam ante a opinião pública e um potente mobilizador da comunidade galega em geral. Na mesma medida, esses conflitos deram as CC.LL uma capitalização política importante, ajudando-a no seu fortalecimento e consolidação.

O aparecimento dessas (e de outras) organizações contribuiu para uma maior democratização do mundo rural galego. Incorporam novas modalidades de protesta, encontram aliados influentes capazes de reduzir os custos da mobilização política e ampliam a dimensão da escala das protestas. Isso não significa que essas organizações tenham liderado e direcionado os conflitos agrários, deixando entender a existência de uma passividade e a-politização da comunidade camponesa. Nos conflitos, joga-se mais bem, um intercambio de interesses entre a comunidade camponesa, que já tinha o seu percorrido de resistências e ações coletivas, e as novas organizações, que trazem oportunidades e diferentes ferramentas que contribuirão na correlação de forças com o Estado e as empresas. (TÁBOAS, 2008)

Seguindo a caracterização dos conflitos agrários do regime franquista baseada na motivação das protestas, as conflitividades do terceiro período podem ser divididas em três grandes grupos: No primeiro grupo incluem-se aqueles conflitos relacionados com as políticas impositivas do governo e da crise de industrialização do Estado Espanhol. Tem relevância os conflitos da política da *Cota Empresarial da Seguridade Social Agrária*[67] *e* todos aqueles

[67] O sistema de Seguridade Social do Estado Espanhol nos anos de 1963-66 unifica diversos sistemas de proteção social que antes estavam separados, nos que inclui a previdência social, sanidade pública e serviços e prestações sociais. As mudanças no sistema da cota empresarial faz parte dessas políticas que tentam

referentes às políticas de preços dos produtos agrários no caso galego, é especial o do leite. Este conflito tem como ápice a greve de produtos lácteos em Lugo em 1967[68]. No segundo grupo se inclui todos aqueles relacionados com a expropriação de minerais e de áridos, cujos conflitos aparecem à raiz da expropriação forçosa de terrenos, em sua maioria áreas comunais, como foi o conflito das Encrobas, da Praia do Baldaio - Coruña. Também se inclui a construção de embalses[69] destinados à produção de energia elétrica, como o conflito de Castrelos - Ourense e de Xove – Lugo (1977-79). Assim como a instalação de indústrias de celulose como a de Lourizán- Pontevedra e a construção de autopistas, como a Autopista do Atlântico. No terceiro grupo dos conflitos estão aqueles de caráter misto, ou seja, misturam motivações tanto do primeiro grupo como do segundo. Nestes se incluem as conflitividades ao redor da concentração parcelaria e da gestão dos recursos dos "*montes veciñais*". (2009; CABANA IGLESIAS *et al.*, 2013)

De maneira ilustrativa descrevo algumas dessas mobilizações e conflitos que ficaram marcadas na história agrária galega e no imaginário popular por serem conflitos que ganham grandes dimensões e por não ser possível ocultar o protagonismo das mulheres, como acontece na maior parte dos relatos sobre as ações coletivas. Esses conflitos fizeram possível a capilarização política de organizações, partidos e sindicatos no território galego, como será o caso do Sindicato Labrego Galego, antes denominado CC.LL.

No caso da CC.LL, suas ações concentraram-se em três linhas nas décadas de 1970-80: o fim da cota empresarial, a recuperação dos *montes veciñais* por parte do campesinato e a oposição a expropriação das terras campesinas destinadas a construção dos embalses. A luta contra a *Cota Empresarial da Seguridade Social Agrária* durou mais de dezoito anos (1971 – 1994). Ela se inicia trás a posta em vigor em 1971 do *Régime Especial Agrário de la Seguridad Social* (REASS) que passou a considerar "empresári@s" todas aquelas pessoas

homogeneizar os critérios para todo o Estado Espanhol, sem ter em consideração as peculiaridades e singularidades de cada zona, atividade ou mesmo setor.

[68] As reivindicações por preços justos são ainda hoje causas de mobilizações do setor leiteiro. Nos anos de 2015 o setor faz mobilizações gigantescas por todo o território galego reivindicando condições justas para o estabelecimento e garantia de preços do produto, tema ainda sem resolução que mantem debates e mobilizações. (ALVITE, 2016; LOMBAO, 2015; LOMBAO; PARDO, 2015; PARDO, 2016)

[69] De 1948 a 1975 foram construídos mais de 20 embalses só na Galícia.

titulares de pequenas propriedades, assim como as pessoas arrendatárias e *aparceiras*[70] que alcançassem um valor líquido superior de 5.000 pesetas. Dessa maneira, cada "empresári@" teria que pagar a cota empresarial no valor de 245 pesetas mensal a mais à *Mutualidad Nacional de Previsión Agrária*. O que não significava benefícios diretos ao/à produtora, e supunha um incremento importante nos gastos de muitas famílias campesinas. Além disso, o registro, a que tod@s @s labreg@s titulares da exploração eram obrigados, e o controle era feitos pelas *Hermandades* e pelas *Cámaras Agrárias*[71] que, dado o seu descrédito e a corrupção, aliada a imposição de duras sanções ao atraso no pagamento geraram uma grande sensação de injustiça e de abusos cometidos pelo Estado (CABANA; LANERO, 2009; EL PAÍS, 1982)

A primeira estratégia de mobilização da maioria do campesinato foi negar-se a pagar a cota e as sobretaxas iniciadas em 1972. Pouco a pouco de maneira individual ou coletiva se somavam lagreg@s de diversas *parroquias*. Esse repertório provocou o início de embargos. O jornal FOUCE descreve em 1976, um dos primeiros resultado do não pagamento da cota empresarial teve como protagonista uma mulher da paróquia de Goiáns de Abaixo, na zona de Carballo. Seus bens eram: quatro vacas, um carro (de tração animal) e um burro que foram leiloados para pagar a sua dívida de cotização no valor de 11.000 pesetas. Outro caso, também de uma mulher, mas esta é da aldeia/povoado de Albores - Mazaricos, cujo embargo da casa e das propriedades não foram suficientes para cobrir a sua dívida de 20.000 pesetas de recibo e 4000 de sobretaxa. (FOUCE, nº12 março 1976 In.: DÍAZ; MUÑIZ, 1995)

> O Exemplo das mulleres nos Novais
> As máquinas da "via de penetración" escamenzaron a traballar a bo ritmo nos Novais, a primeiros de febreiro.
> Unha paleadora empezou a botar terra nas leiras, por fora das estacas, é decir, que indenizan a mitade e a outra estragona. Despois invadiron o camiño de subida ao pobo, romperon tuberías de traídas de auga e deixaron o camiño intransitable, cortado por catro sítios.
> Diante deste atropello a reación das mulleres, que dende a mañán ben cediño estaban alerta, non se fixo esperar.

[70] A *Aparceria* está relacionada com a atividade agrária e/ou pecuária na que uma das partes envolvidas aporta a mão de obra e a outra o capital. O uso e o desfrute da terra se estabelece em porcentagem dos frutos que obtenha @ parceir@ tomador, quero dizer, a partir dos ganhos que se obtenha da parcela trabalhada, uma porcentagem será destinada a quem detenha a propriedade que está ao redor dos 25%.

[71] *Cámaras Agrárias* são instituídas em 1977 para consulta e colaboração com a administração pública em temas de interesse agrário e relacionadas com o Ministério da Agricultura do Estado. Suprimidas em 2006 com a Lei 1/2006 que cria o *Consello Agrario Galego.*

> Primeiro foi unha que saiu cun fouce, despois fóronse achegando o resto das mulleres do pobo com mais fouces e forcazas, increpando os operários e non deixando continuar as obras, deica que véu o enxeñeiro como mediador. Despois de 4 horas de descusión, o problema quedou parado.
> Pola noite véu a Guardia Civil ao pobo pra enterarse do que pasaba.
>
> SI NOS UNIMOS, CONSEGUIREMOS QUE OS NOSOS DEREITOS SEXAN RESPEITADOS. AS MULLERES DOS NOVAIS DE QUIROGA SON UM EXEMPLO DO CAMIÑO A SEGUIR. (FOUCE nº 13 Abril 1976, p.5)

O segundo recurso utilizado no enfrentamento contra a *cota láctea* foi o envio de cartas-queixas de forma massivas às autoridades pertinentes. Um recurso que foi utilizado no primeiro período franquista e que se inova agora se fazendo públicas através dos meios de comunicação e sendo assinadas por muitas pessoas. Essa estratégia teve grande importância dos agentes externos como associações de estudantes e agentes da extensão agrária e as organizações que voltam a se rearticular com novas formas ainda na clandestinidade. A partir de 1976, tornam-se famosas as *tratoradas*, mas também se destacam a participação nas mobilizações. O terceiro recurso foi a via institucional direta, na que as queixas eram feitas à *Hermandades Sindicais*. (CABANA; LANERO, 2009)

Outro conhecido conflito agrário foi o chamado *"Conflicto das Encrobas"* ocorrido entre 1975 e 1978[72] no município de Cerceda. Este é decorrente de um processo de expropriação de uma área de 850 hectares levado a cabo pela empresa Lignitos S.A., afiliada ao grupo empresarial FENOSA- Banco Pastor. Este grupo empresarial, com autorização do governo franquista, tinha por objetivo explorar uma mina de carvão a céu aberto que abasteceria a central térmica de Meirama, localizada no mesmo *concello*. Esse conflito teve uma ampla participação das labregas na sua linha de frente, sendo impossível ocultá-las, mesmo pelos meios de comunicação mais formais. A referência mais imediata desse conflito pode-se dizer que é a fotografia em que mostra uma senhora a golpear com um guarda-chuva à um policial nacional franquista quando estes tentavam, pela força, ocupar a área gerando um conflito direto. Os depoimentos registrados no documentário "Encrobas a ceo aberto", ou nos estudos e nas diversas notícias em jornais ou artigos encontrados sobre esse conflito, revelam uma grande presença das mulheres em todos os momentos, desde as reuniões que se

[72] Daniel Táboa afirma que o conflito "As Encrobas" tem 3 fases: a primeira 1976 – 1979 abertura da mina; 1995 – ampliação da superfície da mina e 2007 pela contaminação ambiental. A raiz do primeiro conflito parece encontra-se na insatisfação dos vezinhos de Encrobas pelos baixos preços da expropriação que lhes ofereciam a Empresa "Lignito de Meirama S.A." – FENOSA que estava em torno de 50.000 e 80.000 pesetas em função do tipo e da qualidade das diferentes porções de terra. (TÁBOAS, 2008)

celebravam os domingos depois da missa até os conflitos mais violentos. (“"ENCROBAS”, 2013; HERRERO, 2008, 2009; PÉREZ, 2012; TÁBOAS, 2008) Uma das ações levada a cabo pelas mulheres das Encrobas, apesar dos poucos registros, foi a concentração de cinquenta mulheres ante o governo civil de *A Coruña* no dia 14 de fevereiro de 1977, um dia antes da quarta tentativa de ocupação da área. (DÍAZ; MUÑIZ, 1995; TÁBOAS, 2008)

Outro conflito em que as mulheres jogam um papel importante sendo impossível não ressaltar a sua presença e ação é contra a construção da Central Nuclear em Regodola no conselho de Xove – Lugo. Nesse conflito, a CC.LL também exerceu um papel fundamental ante a mesma empresa FENOSA que tinha permissão do governo de instalar uma Central Nuclear. O apoio de associações como o *Club Cultural Valle-Inclán* de Lugo também colaboraram na organização de ações e difusão do conflito que intranquilizava a zona. (MUÑIZ, 1997)

> De nada valeu o recurso de alzada interposto polos viciños de Xove solicitando a supresión de dita autorización, porque foi rexeitado polo Ministério de Indústria nove meses máis tarde. A finais de 1976 o balance foran numerosas reunión informativas, asembleas, conferéncias, demandas de entrevistas co governador civil, colectas de solidariedade, lanzamento de octavillas, instáncias, protesta dos viciños e tamén represión sobre os mesmos, mentres as autoridades da zona mantiñan unha atitude ambígua cando non manipuladora, á que se uniu o párroco de Vilachá solicitando sinaturas baixo a desculpa de obter unha “información convincente e cristiá. (MUÑIZ, 1997)

Apesar da colaboração de diversas organizações nas que em sua maioria participavam homens, uma das mobilizações mais importantes desse conflito foi a concentração feita pelas mulheres de Vilachá (Xove) diante de numerosas forças da Guarda Civil que durou quatro dias seguidos em janeiro de 1975. A essa manifestação, as CC.LL chama à solidariedade pela não instalação da usina nuclear na zona, o que gerou grandes mobilizações como a marcha de mais de cinco mil pessoas de Viveiro a Xove, em 1977 e outra em 1979 com mais de dez mil pessoas reivindicando a paralização do projeto de construção da central nuclear pela empresa Fenosa. Também se formou um comitê anti-nuclear que se uniam afetad@s e biólog@s, tecnic@s e economistas, em que uma das suas ações foi a elaboração de um manifesto. (DÍAZ; MUÑIZ, 1995; REGAL, 2010). Esses grandes conflitos históricos do rural galego ilustram claramente como as mulheres galegas, em sua maioria, labregas, participavam ativamente das ações coletivas, além de serem as primeiras e as mais afetadas pelas políticas franquistas, em seus diversos âmbitos. No entanto essa participação é vista como exceção,

expressões irrelevantes ou insignificantes de serem documentadas por elas não ocuparem os mesmos postos de liderança, não se expressarem nos mesmos códigos e nem estarem em igual número nas ações visíveis que os homens.

Por outro lado, não se pode esquecer, como bem afirma a antropóloga Nieves Herrero (2008, 2009), que o fato de que a defesa da "Casa", apesar de ser de responsabilidade masculina e de se dar no espaço público-político, ela pode ser translada às mulheres dadas as condições objetivas nas que se encontram. Quero dizer, na ausência dos homens, por estes estarem em trabalhos assalariados fora do âmbito agrícola ou emigrados, permite a participação delas nos conflitos agrários galegos como defensoras e protetoras da Casa na ausência da figura masculina. O que vem significar que, em hipótese nenhuma, a presença mais significativa das labregas nas ações coletivas mais visíveis e reconhecidas nos conflitos agrários galegos revele igualdade de poderes entre homens e mulheres nesta sociedade.

Soutelo Vázquez (2005), conta que já no final do século XIX e início do século XX as ações das mulheres alavancaram maiores mobilizações relacionadas com conflitos agrários, as quais elas também foram vítimas de atos violentos por parte das autoridades. Em alguns desses casos foram assassinadas sendo inclusive, registradas em fontes documentais. Ele reconhece a presença de mulheres nas mobilizações contra os foros e o *caciquismo* e na construção de organizações femininas galeguistas, antes da guerra civil. Mas as qualifica como exceções à regra. Ainda, segundo este autor, a presença de mulheres se torna mais explícita quando se trata de conflitos que vão à contra de medidas do Estado que encarecessem a subsistência familiar, o aumento de tributos ou que afetassem os tradicionais direitos de montes de gestão comunitária. Refere-se aos abusos que ameaçam os direitos e espaços de vida das famílias mais pobres, ativando o seu capital relacional e protagonizando motins que, apesar de afirmar a sua importância para ação e organização coletiva, o autor os qualifica como 'menores', por relaciona-los, apenas, com a resistência em contra da carência de alimentos e da pressão fiscal.

Muñiz (1988) justifica a quase nula participação das mulheres nos conflitos agrários,[73] devido a necessidade de terem de combinar a participação política com o trabalho agrícola, o trabalho doméstico e o trabalho dos cuidados (a atenção aos filh@s, as pessoas dependentes, educação, etc). Alba Díaz-Geada (2013) afirma inclusive que nas décadas de 1960 e 70, quando houve maior emigração masculina, as mulheres não participavam das reuniões e mobilizações sindicais, apesar de participarem da toma de decisões que tenham a ver com a propriedade agrícola. Além disso, Muñiz acrescenta que a ideia gerada sobre si mesmas envolta de uma carência de preparação para a participação política lhes impedia de ocupar cargos de responsabilidade. Apesar disso, o autor afirma que na década de 1980 a CC.LL a organização sindical mais conhecida entre as mulheres por dois motivos: primeiro por ser a organização mais antiga e segundo, pela sua importante atividade nos anos de 1977-78 contra a *Cota Empresarial da Seguridade Social Agrária*, revelando que elas não estão alheias aos acontecimentos.

Nesse panorama de participação das mulheres na vida pública e política, a valorização de "menores" ou "inexistente" sobre as suas atuações vêm sendo questionadas pelas feministas e pela historiografia recente, por estas qualificações não levarem em conta a conjuntura desfavorável desse coletivo e por não reconhecerem outras formas e estratégias utilizadas de participação política, ação coletiva e resistências feita pelas mulheres, campesinato e outros grupos sociais organizados desde as margens. Estes grupos são os que geralmente estão no enfrentamento direto e cotidiano com os opositores e compõem a grande massa de anônim@s que fazem com que as ações coletivas tenham peso político. Além da participação direta na ação coletiva, esses sujeitos são o que, em sua maioria, dão o sustento necessário para as ações de grande visibilidade possam ser possíveis. Uma das estratégias já clássicas, nesse sentido, é a utilização nas linhas de frente de coletivos entendido como indefesos: mulheres, idos@s e crianças, naqueles enfrentamentos que podem vir a resultar ser violentos. Uma estratégia que visa a evitar a violência com as forças repressoras aproveitando-se do recurso simbólicos construídos ao redor desses coletivos como o de "sexo frágil", indefes@s e inofensiv@s. Essa estratégia foi utilizada nos conflitos das Encrobas.

[73] O seu estudo, apresentado em 1987, trabalhou com mulheres entre 18 e 65 que eram mais representativas dentro da casa em quanto ao trabalho agrícola. Também é importante salientar a necessidade de investigações mais pormenorizadas sobre os efeitos da concentração parcelaria no contexto galego.

Também realizam os trabalhos invisíveis e cotidianos fundamentais para a mobilização, contribuem na inovação de fórmulas e estratégias para melhorar as inferências políticas, as condições de vida, da democracia e da justiça. Estes podem ser a difusão e mobilização dos agentes, a elaboração e preparação dos documentos, faixas e bandeiras a serem exibidas nos atos, entre outras. Além disso, se ocupam das tarefas de cuidados, subsistência e se encargam dos trabalhos que deveriam ser feitos por aquelas pessoas que participam da ação coletiva mais visível. Por exemplo, preparam a comida e tratam de reparti-la entre as pessoas que estão nas manifestações. (CABANA; LANERO, 2009; CABANA IGLESIAS, 2013; FREIRE CEDEIRA, 2012; HERRERO, 2009; MARCO; DOPICO MALDE, 2012)

É cada vez mais evidente que o feito das mulheres não ocuparem espaços e posições de poder, levam a interpretações tendenciosas de que a participação das mulheres é ínfima, servindo apenas de "ajuda". Em consequência passa a estar secundarizada e visibilizada nos estudos, dados e notícias. Da mesma forma como acontece com os trabalhos na unidade familiar, reproduzindo lógicas sexistas na própria análise. A posição ocupada pelas mulheres na sociedade, assim como outros grupos oprimidos e marginalizados, e dado os recursos que manejam, elas utilizam estratégias que muitas vezes são entendidas como simbólicas, pontuais e de auxílio para uma luta maior, na que costuma-se dar destaque e poder aos homens, ou aos brancos, agentes externos ou qualquer outro sujeito que pertença a um coletivo mais privilegiado.

Tudo isso nos servem, portanto, para questionarmos sobre como percebemos, representamos e valorizamos a ação coletiva em si e a participação política de determinados sujeitos na ação coletiva. O que, por sua vez, vai influenciar sobre os próprios efeitos dessas ações sobre os Estados, empresas, corporações que são os opositores, como se refere Tilly (2009); se tem maior ou menor impacto sobre a opinião pública e sobre as políticas públicas estatais e transnacionais. Também evidenciam que os processos de organização da ação coletiva e a estrutura organizativa, por si mesmas, também selecionam quem participa, ou não, delas. Quem tem visibilidade, prestígio e é mais e melhor escutado. Tanto os processos como as estruturas são elementos que condicionam a decisão e motivação individual e coletiva de participar (ou não) das ações coletivas. Assim se levanta questões como: Se não vou ter voz, se as minhas ideias são continuamente descartadas ou estão sempre em segundo plano, para que participar? Ademais, define como será a participação desses sujeitos, ou seja,

que papel vai desempenhar esse sujeito (individual/coletivo); e qual será a intensidade desse engajamento nas ações coletivas. Dadas as condições sociais, políticas e econômicas das mulheres, vemos como essa participação está limitada por diversos fatores relacionados com sistema sexo-gênero que atravessam desde a unidade familiar e da Casa, até as estruturas e simbolismos que promovem e percebem a ação coletiva.

2.4 Notas sobre o feminismo na Galícia

Nesse período de grandes conflitividades no rural galego no que há um envolvimento das mulheres em diferentes âmbitos do conflito é fundamental fazer alguns apontamentos sobre o desenvolvimento do movimento feminista no contexto galego. Serão apontamentos devido a escassez de estudos pormenorizados sobre a trajetória do movimento feminista neste território, assim como é a bibliografia sobre as mulheres galegas. Essa invisibilidade demonstra a continuidade do predomínio sexista nos espaços de poder e sendo um dos mecanismos de naturalização das mulheres com um ser apolítico, sem passado e sem futuro, entrando na história como exceções à regra. As mulheres não são focos e sujeitos de estudos, mesmo no caso galego onde as mulheres tiveram um peso na sua comunidade em comparação com outros povos. Mulheres como Rosalia de Castro, Emília Pardo Bazán, Concepção Arenal são vistas como exceções a regra no seu contexto, mas e as outras? É ainda tarefa pendente a recuperação, reconstrução genealógica da história para reestabelecer a visibilidade das mulheres, confrontando ainda a tradição e falta de transmissão. A falta de registros e de documentação faz dessa tarefa ser mais difícil e ter recorrer às “mulheres representadas” em maior medida que em outros lugares. Também se faz fundamental revisar a perspectiva do paradigma histórico dominante, aproximando-se a uma visão das mulheres como sujeitos da transformação social, contribuindo para uma história mais global. Os aportes apresentados aqui são, portanto, um registro dessa ausência das mulheres como sujeitos da história, ao mesmo tempo em que uma afirmação de que as mulheres galegas não estavam a parte do que acontecia no resto mundo, atuando a partir dos recursos e das oportunidades que tinham. Uma historia, reafirmo, pouco e as vezes mal contada, mas de fundamental importância para entender como se desenvolvem as transformações dentro desse território.

Como se percebe nos conflitos sociais agrários galegos a presença das mulheres é significativa, a sua liderança parece estar tomada pela necessidade e organização da sociedade agraria galega, que mesmo sobre condições adversas atua e resiste. Uma ideia que também é resultado do predomínio da imagem galaico tradicional da feminilidade e do modelo de rural de "mulher forte" e " mãe forte" ao que fundamenta o nacionalismo galego no século XIX. O mito maternal galaico será o fundamento na nação que coincide com certos aspectos simbólicos ao redor da figura feminina, tendo repercussões ainda hoje. Um ideal no que a participação das mulheres se faz sentir, mas não com uma introdução feminista significante. Sobre o imaginário da construção dos estados-nações também vai existir dentro do nacionalismo galego, vertentes que vão rejeitar o mito maternal galaico, mas não com uma perspectiva feminista de emancipação das mulheres, mas sim na rejeição da ligação da feminilidade a ideia de nação galega. Percebe-se uma maior dicotomia sobre a ideia de masculino e feminino dando maior valor ao primeiro frente ao segundo (BLANCO, 1995; MIGUÉLEZ-CARBALLEIRA, 2014).

Assim como no Estado Espanhol, o movimento feminista galego se faz sentir mais tarde do que em outros Estados europeus e se caracteriza pela sua moderação, influída pelo conservadorismo ideológico com respeito ao tema mulher e pela predominância antifeminista derivada do peso eclesiástico. A tradição cristã conservadora está presente e é perceptível nas atitudes liberal ilustrada. Tanto na Galícia como no Estado Espanhol, o movimento de mulheres e sufragistas que emerge no século XIX conquistando em outros Estados, reformas sociais e políticas não será acolhido com força, existindo núcleos pontuais emancipacionistas na metade deste século, ao redor da intelectualidade republicana e federal. O processo de modernização leva ao cenário político galego grandes debates como a estrutura agrária, a emigração, o capitalismo e a sua crise, sendo nos jornais mais progressistas onde se dará uma maior receptividade dos debates sobre a emancipação feminina. Nesse contexto é onde se encaixam autoras como Rosalia de Castro e também as pioneiras galegas a nível Estatal como Concepción Arenal e Emilia Pardo Bazán que levantaram a polêmicas feministas pelo direito das mulheres. A falta de estudos sobre esse período não constata grupos de mulheres ou feministas, além de organizações de mulheres de caráter benéfico, seção feminina de partidos de esquerda, direita ou nacionalistas. Nesse sentido, o feminismo galego estará marcadamente dependente do jogo da política galaica. (AGRA, 2008b; BLANCO, 1995)

Segundo Carmen Blanco (1995), a análise feminista da atuação do galeguismo diante do efeito político do sufrágio feminino, sinala duas características gerais, a primeira é com respeito a uma tendência dominante do setor progressista a defender o igualitarismo formal, que se combina com a ambiguidade feminista que leva a evitar confrontações. Assim, a postura geral será de apoiar o voto das mulheres por parte da esquerda nacionalista, no entanto sinala que o nacionalismo galego limitara-se a reclamar o compromisso galeguista das mulheres, sem tratar o problema específico deste sexo, reduzindo-o ao papel feminino galaico. Por sua vez isso tem efeitos sobre a não promoção de um associacionismo feminino autônomo como acontece com o nacionalismo vasco e catalão. Assim, o "insignificante" protagonismo das mulheres dentro do galeguismo reduziu-se a apoiar a causa geral. O movimento em Galícia segue uma trajetória similar ao do Estado Espanhol caracterizada por um "subdesenvolvimento socioeconômico", pouco peso progressista, manutenção do tradicionalismo nacionalista em relação do sistema sexo-gênero, que combina uma autóctone teoria, mais ou menos igualitarista, e iniciativas femininas que apresentam certos aspectos da cultura galaico. Assim o feminismo galego confronta-se com temas como o da "mulher galega forte" e a "feminização da Galícia", a "Galícia sentimental". Uma imagem que guarda, segundo Helena Miguélez-Carballeira (2014), um imaginário patriarcal que fundamentam os discursos do nacionalismo. Este constrói-se uma diferenciação sexual no que à imagem da nação como mulher, sendo esta mãe, esposa, namorada, no que os elementos racional, viril, valente, público é tomado positivamente frente ao sentimental, feminino, submisso, privado. Assim por um lado está o modelo de mulher (Galícia) indecente, caracterizada por modesta, obediente e sentimental. Por outro, o modelo de mulher (Galícia) submissa, no que é criado em sua oposição o modelo de Galícia (mulher) viril no que são rejeitadas as atitudes femininas, sentimentais. Assim a ideia de fazer política se relaciona com o homem que tem continuidade no século XX, dificultando a presença de mulheres na política, e o pensamento feminista autônomo do próprio nacionalismo.

Com a Guerra Civil Espanhola e a regime franquista verifica-se uma ruptura do processo de organização feminista em todo o Estado Espanhol, que também se faz sentir na Galícia. O período franquista mantém a todo o Estado isolado de quase todo o processo levado a cabo pelas feministas em outros territórios. Impõe o domínio quase que absoluto do nacional-catolicismo ao que cumpre um papel importante organizações de mulheres do

regime como a *Sección Femenina da Falange*. Este período (1936 – 1975) vai estar marcado pela concentração dos esforços contra a ditadura por parte do movimento de mulheres de esquerda organizadas desde a clandestinidade. Assim, as experiências comuns de prisão, exílio, violência, pobreza se sobressaem às problemáticas específicas das mulheres. Destacam-se resistências feministas mais individualizadas e o aparecimento de associações setoriais com efeitos concretos mais ou menos feministas, não só na Galícia, mas em todo o Estado.

Com o processo de transição democrática, o movimento feminista eclode o que leva pensar que o feminismo no Estado Espanhol e na Galícia não estava tão isolado do que se passava em outros lugares. A sua efervescência indica um processo de elaboração anterior, que a repressão do regime franquista e da Igreja católica, junto com a ausência dada a história das mulheres e do movimento feminista não nos deixa ver. Assim, com o Ano Internacional da Mulher declarado pela ONU (1975) que coincide com a morte do ditador Franco, vai representar simbolicamente o surgimento do movimento feminista galego em 1976, quando aparecem os primeiros grupos feministas galegos não dependentes de partidos políticos. O surgimento desses grupos e as tensas e complexas relações com outros movimentos e organizações fazem com que se desenvolvam campanhas unitárias especialmente com relação ao divórcio e a legalização do aborto. Outros temas como classe, sexualidade e capitalismo também fazem parte dos debates e preocupações. Constituem-se a *Asociación Galega da Muller* (AGM) na que marca presença no *Movimento Democrático de Mulleres* (MDM) desde 1968, e o coletivo *Feministas Independentes Galegas* (FIGA) em 1978. (BLANCO, 1995; CONSELLO DA CULTURA GALEGA, 2013)

Somente a partir da década de 1980 é que se formam organizações de mulheres e feministas no interior dos sindicatos e partidos políticos, ainda que as *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* (CC.OO) tenha criado em 1978 a *Secretaria da Muller*. É nessa década quando se percebe uma maior diversidade do movimento feminista galego, assim como o Estatal, assim como o maior acirramento interno com base nas diferenças sobre os posicionamentos políticos. Acirramento que pode se distinguir entre feminismo independente e de classe e o feminismo reformista e institucional. Com isso, as campanhas unitárias adquirem um caráter mais pontual e as suas atuações concentraram-se sobre as agressões sexuais e a violência contra as mulheres. (BLANCO, 1995) Destaco o caso de uma mulher

violada em Compostela por dois guardas civis que leva a mobilização conjunta de organizações feministas o dia 28 de junho de 1982 no *Pleno Municipal* onde se trataria do caso. O resultado foi a repressão e abertura de expediente administrativo contra varias delas. Também é importante visibilizar todo o movimento ao redor das lutas lésbicas com a criação de grupos, jornadas e mobilizações. (CONSELLO DA CULTURA GALEGA, 2013)

Assim, ganha espaço na década de 1980 o feminismo independente que se divide, basicamente, entre grupos radicais à margem da institucionalidade e aqueles mais pragmáticos, com incidência ideológica e cultural. É também quando aparecem as primeiras revistas feministas como a *A Saia* (1982) ligada ao *Coletivo Feminista Independente Galego*; A *Revista Andaina* (1982) do *AGM*, a *Festa da Palabra Silenciada (1983)* e a *Revista Area* (1986) do coletivo *Mulleres Nacionalistas Galegas (MNG)*. As anarquistas também se organizam nesse território ligadas ao *Coletivo Mulleres Libre* (1985), e se cria o grupo de estudos sobre a condição da muller, *Alecrín* (1986). Essas revistas e as atividades desses grupos serão uma fonte de conhecimento fundamental sobre a trajetória política e teórica do movimento feminista galego[74]. A partir de 1985, se verifica um aumento de publicações feministas, de grupos de investigação sobre a mulher e feminismo, um significativo avanço teórico e criação de grupos femininos e feministas nos setores profissionais. Dessa, surgem grupos estudos dentro das universidades, jornadas, congressos, publicações que vão ampliar o alcance do pensamento feminista (AGRA, 2008b).

Nesse percorrido, como sinalado ao início, o feminismo galego se depara com uma construção de imagem sobre a mulher galega que desde uma perspectiva antipatriarcal, anticapitalista e anticolonial será abordada por Maria X. Queizán em 1977 que desconfia do matriarcado e da liberdade sexual das mulheres galegas. A situação das mulheres rurais permite-lhe contrastar a imagem convencional e tradicional da "condição feminina" que se diferenciará do trabalho industrial. Insiste no perigo da mitificação da mulher galega que despolitiza e invisibiliza as contradições e das problemáticas vividas pelas mulheres galegas (AGRA, 2008b). Ademais, de estender essa problemática a toda a sociedade, não se tratando

[74] Destaco o trabalho recente que vem sendo realizado pelo Consello da Cultura Galega na recuperação e documentação da história do movimento feminista galego. Sendo uma fonte rica e fundamental para estudos mais profundados sobre essa trajetória do movimento feminista e a evolução dos discursos e das suas organizações ao que merece ser dada a sua devida análise e estudos.

de um problema setorial das mulheres. Nessa mesma linha também aparecem nos escritos das revistas, revelando ser um tema problemático e complexo dentro do movimento feminista galego que guarda grande relação da esquerda independentista e galeguista. O texto de Ramona Barrio e Nanina Santos (1990) ilustram o avanço dessa discussão, afirmando que Galícia tem um sistema matriarcal e não matriarcal, dado que as mulheres galegas sofrem as mesmas opressões das demais mulheres, sendo a sua condição o reflexo da realidade, não a sua essência. Debates que provocam enfretamentos entre o movimento feminista e o nacionalista-galeguista, nos que abrem a dois enfretamentos: de um lado a ver o nacionalismo desde o feminismo e de outro o feminismo desde o nacionalismo.

No final dos anos 1980, o movimento também se institucionaliza a través fundamentalmente da política de esquerda, dando cabida as diferentes iniciativas parlamentárias, como a criação em 1988 da *Comisión Interparlamentar da Muller*, da que forma parte as *Consellerías de Traballo e Benestar Social, Educción e Ordenación Universitária, Cultura e Deporte, Traballo, Presidencia e Administración Pública, Sanidade, Industria, Comércio e Turismo, Agricultura, Pesca, Economía e Facenda*. Logo em 1991, desde grupos mais conservadores, cria-se ao *Serviço Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller*, ligado à *Consellería de Traballo e Benestar Social,* que logo estará ligado a *Consellería de Família, Muller e Xuventude (1993),* passando a se chamar *Servizo Galego de Igualdade*. Nesse jogo político institucional, percebe-se uma tentativa de apropriação por parte de setores conservadores da sociedade ao voto e grupos de mulheres e feministas. A nível local, por exemplo, da-se a criação do *Consello Municipal da Muller* em Vigo e em Santiago de Compostela (já entrada década de 1990) que desenvolvem programas institucionais específicos junto com diversas *consellerías* destinados à promoção feminina (BLANCO, 1995; CONSELLO DA CULTURA GALEGA, 2013; DIZ OTERO; LOIS, 2013; PÉREZ PAIS; MARIÑO COSTALES, 2013).

A década de 1990, o movimento feminista galego se caracterizará por uma maior dispersão, a raiz das divergências internas que ocasionará uma perda do espaço público. Passarão dez anos sem uma convocatória unitária do movimento para o dia 8 de maço, recuperada em 1997, que abre um novo período de visibilidade pública. Prolifera-se as diferenciações e especificidades das mulheres. Assim como em outras partes da Europa, o feminismo se recria, adaptando-se as novas conjunturas e aos microssistemas políticos da

esquerda galega, em especial (AGRA, 2008b). Mas também vale lembrar a organização de grupos de mulheres desde a direita, como a Rede Madre, a apropriação e utilização tanto pela direita como pela esquerda política, dos grupos de mulheres / feministas que desde diferentes estratégias tratam de somar-se ao movimento para coopta-lo ou dirigi-lo. É relevante a criação de diferentes grupos de mulheres tanto nas vilas e cidades como nas paróquias e no rural a dinamização por parte de grupos conservadores em propiciar a organização de coletivos de mulheres desde perspectivas patriarcais para canalizar as suas ideologias sobre as especificidades femininas. Destaque para agrupações de mulheres "*amas de casa*", "*mulleres rurais*" e "*asociacións de viúvas*" como principais objetivos dos conservadores.

Chegado o Século XXI, a implementação do feminismo galego em diferentes âmbitos da sociedade repercutirá nas instituições e estudos, criam-se cursos de pós-graduações em feminismo e estudos de gênero. A inserção da MMM em 2000 na Galícia contribuirá para uma maior dinamicidade e visibilidade do movimento, chegando a se realizar nesse território em 2004 a Mobilização Europeia da MMM em Vigo ao que o seu êxito da continuidade para a realização de outros eventos feministas e de mulheres internacionais nesse território como o Congresso Internacional das Mulheres da Via Campesina realizado em Santiago de Compostela em 2006 e o em 2008 o VII Encontro Internacional da MMM em Panxón. A realização desses eventos representa alta dinamicidade e atividade do movimento feminista galego que é reconhecido a nível internacional. Também é relevante ação de diversas outras plataformas e redes feministas que mantêm ativa as alertas contra as ofensivas machistas.

A crise do capital que começa a ser sentida mais intensamente a partir de 2009 em todo o Estado Espanhol reativa a articulação de ações conjuntas em diferentes momentos. Pontuo a ação de mobilização contra a vinda do Papa Bento XVI em novembro de 2010 a capital galega, as ações contra a Lei de Família da *Xunta de Galicia* em 2011 que será um o tema ápice do conflito dentro do Movimento 15-M com as feministas em Santiago de Compostela, em especial. Um conflito que se observa também em outros espaços desse movimento utilizando-se de outras estratégias que ficam registradas em diferentes páginas web e que dá origem a publicação "*Revolucionando: Feministas em el 15-M*" que recolhe as experiências dos coletivos de mulheres em diferentes partes do Estado. Fruto desse conflito e diante da necessidade de uma ação conjunta para enfrentar os diversos retrocessos em discursos, atitudes, direitos e qualidade de vida derivadas das políticas e da crise do capital que vinham

sendo identificadas sendo motivo de conflitos, a *Secretaria das Mulleres* do SLG convoca uma reunião aberta a todos os coletivos e grupos de mulheres feministas neste mesmo ano para organizar uma grande manifestação conjunta cara o 8 de março de 2012. Esta se realiza com a participação de mais de 2000 pessoas, que se repete em 2013 com mais de 5.000 pessoas que se foca contra a proposta de reforma da lei do aborto. As mobilizações em torno a essa reforma avançam durante todo o ano com mobilizações por todo o Estado sendo significativas as realizadas na Galícia que se organiza por meio de uma plataforma na que participam mais de 65 organizações. Grupos e atividades que não cessam e se criam e recriam em diveras cores, espaços âmbitos. Nessas pequenas notas, percebe-se que a história do movimento feminista e das mulheres em Galícia ainda tem muito que ser contada. Um movimento que reflete a diversidade mesma da Galícia em todos os seus aspectos, o que dá uma maior riqueza ao debate sobre justiça social que é tão necessária para se pensar e fazer o mundo mais justo.

Chegado aqui, damos passo a conhecer uma das experiências no território galego que chega a ser referência mais fora da Galícia do que dentro e que entronca com todo o processo de ação coletiva que ocorrem nesse território, o SLG. Este articula as preocupações do âmbito camponês, labrego, rural, os idearios nacionalistas de esquerda sobre liderado por mulheres por mais de 27 anos, sendo referência principalmente pelas suas preocupações e trabalhos ao redor das injustiças derivadas do sistema sexo-gênero. A partir de agora abrimos um espaço de diálogo mais direto com diferentes sujeitos que participam e fazem possível essa experiência.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

3. Aspectos metodológicos

Para abrir espaços de diálogo é a proposta dessa investigação, faz-se importante explicar as decisões e a articulação que faço entre as teorias e a metodologia (e as técnicas) utilizadas. Um processo lento e complexo sobre a preocupação de fazer uma investigação rigorosa e coerente com os seus propósitos e princípios não colonizadores, feministas e desde a justiça social. Além disso, reside na complexidade e dinamismo próprio da realidade social que obriga a investigadora a adaptar-se. Por isso a importância de uma epistemologia que combine com a metodologia e vice-versa, buscando uma coerência e uma lógica ética e política do processo de construção do conhecimento científico. O que muitas vezes, provoca recomeços, mudanças de direção ou de estratégia no decorrer do caminho, levando-nos a muitos recomeços e pausas para não nos perdemos nesse "mar de ignorância" de que estamos rodeadas, onde há muito mais perguntas do que certezas (DAMASCENO; SALES, 2005). Por sua vez, não corresponde a essa suposta cientificidade neutra que se concretiza numa proposta metodológica construída de maneira linear; primeiro uma, depois a outra; formando uma estrutura concreta e rígida. Esse ideal metodológico obedece à lógica positivista que orienta a pensar e o olhar a realidade como se fossemos um ser superior que observa o objeto por meio de uma janela localizada acima do terreno a ser observado. A separação entre pesquisadora e pesquisad@ que exige a ciência hegemônica favorece lógicas colonizadoras, em que o "objeto" investigado é o "outro" a ser descoberto, algo estranho, subalterno dando à primeira, o poder do saber, do conhecimento e de dizer o que é "verdade". (ALVES, 2011; BECKER, 2009a, b; FREIRE, 1987; MORETTI; ADAMS, 2011)

A proposta metodológica, portanto, parte de uma postura mais construtivista de entender a construção do conhecimento científico significa que o método implica pensar sobre as realidades que queremos, no sentido de que estamos implicadas em algo, daí o caráter ético e político do método (LAW, 2004). Com a intensão de ultrapassar essa janela, me aproximo de perspectivas teórico-práticas que reconheçam a pessoa pesquisadora como um sujeito partícipe de um mundo que não é diferente daquele que se deseja investigar e representar. Por

isso, também recolho as críticas vindas dos estudos pós-coloniais que alertam para os prejuízos daquelas representações d@s oprimid@s que, por detrás de capas libertárias, o que fazem é ajudar na manutenção de práticas essencialistas e imperialistas que resultam em violência epistemológica cotidiana. Nesse sentido, me preocupo por não fazer o papel de intermediária das vozes de outras que não são ouvidas, mas sim de tentar criar espaços por meio dos quais as vozes dos sujeitos possam ser expressadas e ouvidas quando elas o façam. (CARVALHO, BRUNO, 2011; SPIVAK, 2010)

É a partir dessas perspectivas que elaborei um desenho que aqui apresento e que guiou e alimentou um constante questionar da realidade e do meu papel enquanto sujeito investigadora na produção do conhecimento científico. Esta investigação está inserida dentro do campo da análise interpretativa utilizando metodologias qualitativas. Esta escolha se dá por elas oferecerem estratégias e métodos mais adequados para cumprir com a pretensão de compreender como as iniciativas relacionadas com as questões do sistema sexo-gênero têm promovido mudanças nessas relações de poder, a partir das perspectivas dos sujeitos envolvidos com mesma.

3.1 Desenho metodológico

É sob os paradigmas feministas e da justiça que se constrói o desenho metodológico dessa investigação que se articula com o objetivo de compreender como os sujeitos participantes dos movimentos sociais têm percebido mudanças a partir de iniciativas relacionadas com o sistema sexo-gênero desenvolvidas pelos movimentos sociais. Assim, o objeto do estudo dessa investigação são as iniciativas levadas a cabo por movimentos sociais que visam eliminar ou mitigar as desigualdades e injustiças relacionadas com o sistema sexo-gênero. Sendo que o meu interesse em esse objeto reside na compreensão dessas iniciativas e dos seus efeitos a partir dos sujeitos envolvidos. Por esse motivo opto por articular esses dois elementos por meio de uma abordagem qualitativa desde uma perspectiva construtivista, por esta permitir compreender melhor o fenômeno estudado a partir de diferentes vozes das pessoas envolvidas.

O desenho se concretiza com a escolha de uma organização de movimento social como uma fórmula de aproximar-me da realidade dos sujeitos envolvidos nessas iniciativas, fazendo possível escutar as suas vozes e dialogar com elas. Nesse sentido, privilegiei a experiência singular de uma organização do Movimento Campesino/Labrego localizada na Galícia, o *Sindicato Labrego Galego – Comisións Labregas (SLG).*

A escolha o SLG se dá por essa organização ser uma experiência única ao ser dirigida por mulheres que se reivindicam enquanto feministas há mais de 27 anos (1989- 2017), o que o torna especial dentro do campo das organizações de movimentos sociais. A isto se soma o destaque que tem tido a nível internacional pelo seu discurso reivindicativo e por levar a cabo iniciativas em torno das questões de sexo-gênero, o que o faz ser uma das referências em termos de igualdade entre homens e mulheres entre organizações de movimentos sociais. Esses fatores dão singularidade à organização, podendo fornecer pistas sobre os possíveis efeitos que determinadas iniciativas podem ter na vida cotidiana das pessoas envolvidas nos processos de organização social, assim como na produção de novas práticas e valores sociais que sejam capazes de interferir no sistema sexo-gênero que causam injustiças. Outro fator que contribuiu para a escolha dessa organização foi o fato de que são poucos os estudos sobre ela – apesar da sua grande atuação em diferentes âmbitos – e ainda mais reduzidos os escritos acerca das experiências desenvolvidas sobre problemáticas derivadas do sistema sexo-gênero no interior de organizações de movimentos sociais na Galícia. Dessa forma, esse estudo pretende ser também uma contribuição para o registro e a reflexão sobre alguns aspectos dessa experiência do movimento campesino no contexto galego. (STAKE, 1998)

O interesse nessa experiência singular e complexa ao mesmo tempo, pode facilitar a compreensão de algo mais amplo, por possibilitar *insights* e também proporcionar uma melhor ferramenta para relacionar um tema a um contexto concreto, ainda que complexo (SIMONS, 2011a; STAKE, 1998). Dito isso, esse trabalho busca compreender desde as perspectivas dos sujeitos envolvidos as iniciativas levadas a cabo pelo SLG relacionadas diretamente com as injustiças derivadas do sistema sexo-gênero, na busca por contribuir com uma análise mais generalizada do processo de elaboração e articulação dos paradigmas da justiça social na luta contra as injustiças do sistema sexo-gênero. De todos os modos, nesse trabalho dou preferência à compreensão do processo frente às generalizações, dado que as experiências são únicas e estão envoltas dentro de contextos sócio-historicos particulares.

Por esse motivo, essa investigação se desenvolve a partir de uma orientação sócio-histórica que enfatiza a compreensão dos fenômenos a partir do seu acontecer histórico. A descrição exploratória é complementada com a interpretação, no qual o particular e o singular são comiserados uma instancia da totalidade (FREITAS, 2002). Um desenho muito pessoal que implica o envolvimento profundo da investigadora no processo de compreensão, o que não lhe dá a capacidade de ser replicado, mas que, por outro lado, aportam os seus significados construídos a partir desse vínculo (STAKE, 1998).

Como sugerem fazer Stake (1998) e Simons (2011b), os temas que demarcam essa investigação na sua estrutura conceitual centrada na complexidade e no contexto do estudado são: discursos-práticas que incluam as relações sexo-gênero elaborados pela organização; estratégias de intervenção para alcançá-las e mudanças percebidas pelos sujeitos.

Para lograr os objetivos propostos e dar conta da sua complexidade, tomei como referência as experiências e técnicas dos estudos etnográficos e da antropologia[75] que refletem sobre a necessidade de compreender os procedimentos interpretativos de atrizes/atores sociais que dão sentido às suas ações cotidianas e à sua realização (valores, comunicação, tomada de decisões, raciocínio), valorizam a comunicação entre os polos investigadora e sujeitos, buscando captar e interpretar a compreensão que estes últimos têm acerca da sua realidade intersubjetiva. (BECKER, 2009a; BLUMER, 1982; CARIA, 2002; COULON, 1995; MÉNDEZ, 2011; MOORE, 1991) Ademais, me baseei nos critérios expostos por Helen Simons (2011b) para avaliar os estudos qualitativos que são: a) a credibilidade, entendida como relevância, oportunidade e utilidade da análise, a qual deve ser significativa e compreensiva para quem participa do estudo, assim como para quem ela está a se dirigir; b) veracidade e autenticidade, que está relacionada com a imparcialidade das opiniões das pessoas participantes, dando-lhes poder para atuar; e c) a intrisecabilidade qualitativa, referente ao fato de criar espaços para que as vozes dos grupos marginalizados sejam ouvidas, sendo a análise feita desde uma perspectiva crítica e reflexiva da investigadora.

[75] Os estudos antropológicos e etnográficos apontam que as bibliográficas, os discursos orais, os arquivos, os vídeos, as memórias, como outros, são instrumentos importantes para esse primeiro achegamento a linguagem e ao contexto em que estão inseridas as protagonistas desse trabalho, e assim foi feito.

Para implantar esses critérios, o mecanismo utilizado foi a triangulação metodológica que combina distintas técnicas na produção da informação a ser analisada. A triangulação proporciona uma percepção mais complexa sobre a realidade e a possibilidade de confrontar informações e construir diálogos entre os diferentes saberes. Com a preocupação de buscar ferramentas metodológicas mais acertadas para as questões que me preocupam, as posturas construtivistas como a de John Law (2004) e de Howard S. Becker (2009a) me ajudaram a superar (em parte) o medo ao erro, e estabelecer critérios de partida e de processo para construir uma investigação rigorosa. Nesta estratégia metodológica o processo de investigação não é linear e deve ser flexível para ajustar-se à realidade, às oportunidades do estudo, ao mesmo tempo em que deve estar em consonância com as bases teóricas e com o que se quer conhecer.

Nesse campo, busquei técnicas que privilegiam as vozes, os conhecimentos, as experiências e os discursos dos sujeitos envolvidos por me permitirem uma maior aproximação das diferentes percepções, motivações e referências que explicam as formas e as transformações ocorridas ao longo do tempo tanto na vida dos sujeitos, como na organização do movimento social e na comunidade da qual participam. As técnicas utilizadas foram: a revisão documental, a observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Essas técnicas, segundo Alfonso Ortí, se focam no nível epistemológico do discurso, entendida como "*se trata de proposiciones comunicativas coherentes por su articulación significativa, porque están definidas por uma cierta relación codificada entre significante y significado*" (1999, p. 95). Pelas suas características, essas diferentes técnicas proporcionam o acesso a diversos tipos de informação. A combinação e o intercruzamento dos dados recolhidos e das suas interpretações é o que faz da triangulação metodológica uma estratégia potente para uma interpretação mais complexa e holística sobre o que se estuda.

Neste trabalho, a revisão documental me permitiu analisar a informação contida nos materiais de trabalho, informes e notícias elaboradas pelo SLG e sobre ele. A quantidade de estudos sobre a organização é pequena e as notícias referente a ele, dispersas. Assim, será o FOUCE, o jornal interno da organização, uma importante fonte de dados e informações contextuais. Esse jornal que nasce no embrião do Sindicato, ainda no período da sua clandestinidade, foi um instrumento fundamental de aproximação ao contexto histórico no que estão inseridas as protagonistas desse trabalho. Além disso, me permitiu analisar a

informação relacionada diretamente com temas sobre igualdade entre homens e mulheres produzida por e sobre essa organização. A análise meticulosa se deu entre a partir do ano de 2003, ano inicial no que o jornal está disponível na internet, até o ano 2013, data posta para determinar o limite da análise. O ano inicial está posto devido as dificuldades de acesso ao campo de estudo, ainda que também foram revisadas as fontes documentais dos anos anteriores. Esta fonte documental me deu os primeiros indícios sobre que tipo de iniciativas são levadas a cabo, sobre as mudanças no tratamento dessas problemáticas ao longo do tempo e a sua relação com o contexto político, além das influências externas e os sujeitos envolvidos. Além deste, fez parte da documentação trabalhada as legislações, documentos produzidos pelos movimentos sociais, especialmente aqueles relacionados com o campesinato, o feminismo e a justiça social.

A observação-participante, uma das técnicas clássicas da investigação qualitativa de origem nos estudos antropológicos, permite uma análise indutiva e compreensiva. Ela se baseia no contato direto, frequente e prolongado no tempo da investigadora com os sujeitos nos seus contextos, sendo a própria investigadora, um instrumento de pesquisa (TAYLOR; BOGDAN; PIATIGORSKY, 1987). Essa técnica permite observar as atividades das pessoas, as características físicas da situação do ponto de vista de quem está nela inserida, mesmo que ocupando posições diferentes. Nesse sentido, quem investiga observa ao mesmo tempo em que atua junto aos sujeitos, tentando compartilhar o seu cotidiano, seus problemas, suas inquietudes e suas motivações. De acordo com Telmo H. Caria (2002), essa técnica proporciona uma compreensão mais holística da realidade dos sujeitos participantes com foco nos processos, relacionamentos, conexões e interdependência entre peças componentes.

Nesse caso, essa técnica me proporcionou uma visão mais completa dos diferentes âmbitos que conformam a complexidade da vida da organização sindical e das pessoas que nela atuam, como as suas tarefas político-organizativas; a família, a comunidade, as suas atividades profissionais, sem esquecer as suas aspirações, desejos, inquietudes e limites pessoais e coletivos. Participei de uma série de atividades da organização, no acompanhamento e no desenvolvimento de alguns trabalhos e iniciativas em implementação.

Combinada a estas, se somam as entrevistas semi-estruturadas, individuais e grupais às pessoas integrantes do SLG. Estas me possibilitaram uma escuta ativa e direta dos sujeitos,

me ajudando a construir uma representação mais aproximada e fundamentada da vida social das pessoas participantes dessa organização (CARVALHO, ISABEL CRISTINA DE MOURA, 2000). Elas são as principais protagonistas desse estudo e, portanto, devem ser as suas vozes e seus discursos que devem dirigir as reflexões aqui apresentadas (RAGIN, 2007). Seus discursos são partes significativas e significantes do todo que é a realidade social sendo que, todas as práticas as quais os sujeitos dão sentido à sua realidade, são entendidas como discurso. E, para a compreensão e explicação da ação social, é fundamental ter em conta o ponto de vista dos sujeitos, ou seja, os seus discursos (RUIZ, 2009).

Com respeito à análise da informação produzida no trabalho, esta consistiu na descrição e interpretação das iniciativas implantadas com o propósito de compreender o fundamento e a coerência das mesmas, indagando sobre os seus resultados na vida cotidiana das participantes e sobre qual é o potencial feminista dessas mudanças no horizonte da justiça social.

Para uma análise mais adequada dos discursos, tive em consideração as preocupações levantadas por Manuel Montañés como a importância de ter em conta o que se diz, como se diz, quem fala, de quem se fala e porque se diz o que diz (2001, p. 142). Considerando, por outro lado, que cada sujeito leva consigo o enunciado cultural, emocional, de classe, sexo-gênero, grupo de convivência entre outros. A análise dess@s interlocutor@s permitiu-me conhecer as relações e as redes de identificação social que se estruturam ao redor dos sujeitos foco do estudo, devendo superar o nível do significado para chegar aos sentidos dos discursos, além de estar atenta aos discursos ocultos e de tudo aquilo que não é capaz de ser exposto por meio da linguagem verbal (BOAL, 2009).

Para as entrevistas, a proposta considerada mais adequada para essa investigação foi a construção dialógica de diferentes interlocutor@s sobre três linhas temáticas prioritárias:

- Identidade e relação com a organização:
- Identificação e interpretação das iniciativas relacionadas com as questões de igualdade e a Secretaria das Mulheres;
- Valoração dos seus efeitos e mudanças sociais.

Essas linhas temáticas se convertem em perguntas mais complexas que possuem um vínculo com os contextos sociais, políticos, históricos e pessoais que dão forma e sentido a análise[76].

Dada a falta de dados relativo ao universo da afiliação e a sua composição, elaborei um mapa a raiz de alguns indícios vindos de uma primeira imersão na história do SLG que pudesse servir de guia orientadora para dar conta da diversidade de atrizes e atores envolvidos na organização. Essa informação me foi negada sob diferentes justificativas ao que resultou impossível verificar o número total de afiliação, assim como o seu corte por idade, sexo e território, tendo somente ideias aproximadas que se foram construindo ao longo da investigação. Assim seguindo as estruturas de trabalho do SLG reparti o território galego em quatro, seguindo as orientações provinciais Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra. Dentro desse marco procurei identificar os sujeitos envolvidos, destacados, lideranças, referências locais tendo a preocupação por equilibrar algumas características dos sujeitos como sexo, idade, cargo de cargos de responsabilidade política nos que participavam. No decorrer da investigação, incluí como critérios a ter em conta o setor agrário de participação e a ocupação de técnic@/trabalhador@s, dada a realidade encontrada. O equilíbrio buscado não se refere tanto a equidade numérica com base nos critérios estabelecido quantitativos, dado que esta investigação não tem pretensões de construir amostras representativas, mas sim aproximar-me o máximo possível da diversidade existente na organização e com base a sua realidade. Esta tem uma organização complexa, que envolve diferentes níveis e âmbitos, que foram se modificando com o tempo. Esses são direção nacional, executiva nacional, setores produtivos, secretarias e comarcas (com ou sem representação).

Dada a dificuldade de acesso ao campo e a preocupação com o anonimato das informantes, a estratégia de acesso às pessoas entrevistadas também foi diversa. Iniciei fazendo um primeiro mapeio sobre a estrutura organizativa do SLG, seguida por indicações de pessoas "ponte" de dentro e de fora da organização, por efeito bola de neve e por destaque em alguma atividade da que eu participava. Essas estratégias se combinavam para também responder os critérios de seleção das informantes antes expostos.

[76] Ver roteiro da entrevista em anexo.

3.2 Investigadora situada

A coerência nas investigações qualitativas é um dos consensos adotados entre investigador@s, onde cabe a necessidade de reconhecer a subjetividade inerente da mesma e tentar mostrar como influem no estudo os valores, as predisposições e os sentimentos de quem investiga (SIMONS, 2011a, p. 206). Assim, ao ser consciente da posição que ocupo nas relações de poder que atuam e estruturam a sociedade, pude perceber os meus limites e potencialidades no acesso ao campo de estudo, recolha da informação e análise. Além disso, Donna Haraway e Howard S. Becker destacam a relevância de expor que quem investiga toma partido, mas também, que partido se toma em uma situação concreta dada (ALVES, 2011; BECKER, 2009a; CASTILLO *et al.*, 2010; DENZIN; LINCOLN, 2012; DESCOMBE, 2010; FREIRE, 1987; HARAWAY, 1995; MORETTI; ADAMS, 2011; RODRIGUES, 2015).

Por essa preocupação é importante salientar, uma vez mais, que essa investigação foi construída a partir de uma perspectiva teórica feminista. Esta tem uma série de implicações metodológicas sobre o seu desenvolvimento que devem ser coerentes com o exposto anteriormente no desenho metodológico. Seguindo a Harding (1996), as investigações feministas se caracterizam por definir a sua problemática desde as experiências das mulheres. É ainda mais relevante à adoção de uma atitude reflexiva por parte de quem investiga, situando-me no mesmo nível do "estudado" por aquel@s que leem e suspeitam daqueles aspectos que podem ter influenciado a análise desse estudo. O que implica ainda explicitar o sexo-gênero, a raça, a classe e os traços culturais da investigadora e de tudo aquilo que suspeito que possa ter influído no projeto de investigação, permitindo localizar-me num contexto histórico e com interesses particulares. Nesse caso não foi diferente, a motivação pelo tema esta marcada pela minha experiência no interior de movimentos sociais mistos de linhas emancipatórias no Brasil e na Galícia, onde percebi e senti que apesar dos discursos, se reproduzem diferentes formas de opressões sobre as mulheres. É comum perceber a invisibilidade, a infra valorização, a exclusão de espaços de poder, as violências, a exploração, os asedios sexuais, etc. Ao mesmo tempo, que experimentam uma diversidade de estratégias de resistência e intervenções que buscam romper com essas opressões dentro e fora dos movimentos e das suas organizações.

Nessa investigação, as minhas características sócio demográficas, culturais, políticas e econômicas assim como o meu papel como investigadora me situam numa posição mais ou menos de poder, que por momentos favoreceu uma relação de maior proximidade e empatia com os sujeitos da pesquisa, mas que por outros, marcou distância, inseguranças e desconfianças.

A minha posição de investigadora vinculada à Universidade construiu uma desconfiança generalizada que aumentava quando evidenciava o meu interesse sobre as iniciativas internas dessa organização. Esse papel social que ocupo dificultou de maneira considerável a minha inserção no campo de estudo e a recolha de dados, ao que se somou o fato da minha pouca inferência e visibilidade no âmbito do rural galego. Eu não costumava circular nos espaços de ação coletiva relacionados com agro galego, o que me fez ser uma completa desconhecida para a grande parte do Sindicato. Foi preciso muito tempo, ao redor de um ano, para a construção de diferentes "pontes" (DESCOMBE, 2010) para, por fim, conseguir aceder à organização, às informantes e a uma parte dos dados. A construção dessas "pontes", por outro lado, foram facilitadas pela minha presença dentro de espaços feministas.

A desconfiança inicial se desfazia, em parte, à medida que as informantes verificavam a minha identidade, desempenhando elas o papel de investigadoras. Contribuiu para essa aproximação, a minha origem do hemisfério sul, concretamente do Brasil, por trazer consigo uma série de imaginários. Entre eles destaco a ideia de ser um país "subdesenvolvido" ou de "terceiro mundo", que por vezes era entendido como inferior à Galícia e ao Estado Espanhol, e em outros momentos, com um nível de subdesenvolvimento semelhante à galega ao que identificavam semelhanças. Esses dois imaginários me colocavam numa posição de relativa igualdade com @s informantes que passavam estabelecer uma comunicação mais informal comigo. Ainda com relação à minha origem, me ajudaram: as ideias de irmandade entre as línguas, a estreita relação dos processos migratórios entre esses territórios (Galícia- Brasil), o respeito e valorização dos movimentos sociais brasileiros, em especial o MST, além dos estereótipos culturais sobre as pessoas de nacionalidade brasileira, caracterizadas como abertas e simples. Tudo isso colaborou para uma maior aproximação com as informantes. Também sou consciente das facilidades que me proporcionaram o fato de me expressar em galego, e do meu interesse pelo rural e pelos movimentos emancipatórios. Todos

esses pontos não foram só sentidos, mas também verbalizados por meio de perguntas ou comentários d@s informantes nos mais diferentes momentos da minha inserção.

Também exerceu influência as similitudes/diferenças linguísticas entre o português/brasileiro e o galego que se mostraram para mim como "falsos amigos". A linguagem oral, ferramenta chave dessa investigação, é um produto da nossa cultura, fundo social e experiências pessoais que estão carregados de simbologias e significados (DESCOMBE, 2010). Tem relação com a posição social de cada sujeito que influência as suas práticas discursivas e as representações associadas (Alcoff, 1991 In.: RODRIGUES, 2015). Ao longo da investigação fui percebendo que determinadas palavras, expressões levavam a más interpretações tanto minhas como d@s interlocutores, causando desentendimentos e distanciamentos no momento do diálogo. Isso reforçou o meu cuidado com os significados e a linguagem utilizada para essa comunicação-diálogo. Um dos exemplos mais notórios foi com a palavra "discussão/ discusión", que para mim tem uma conotação positiva, referente ao debate entre posições diferenciadas sobre um tema. Mas ao utilizá-la para perguntar sobre a existência de confrontação de ideias ou posições diferenciadas dentro da organização, o discurso e o corpo das pessoas informantes mudava significativamente para uma postura de defesa, dificultando a continuidade do diálogo, sendo necessário reconduzir a conversa. A experiência me ensinou que a mesma pergunta sem a utilização dessa palavra não supunha modificações drásticas no diálogo, levando-me a encontrar "palavras-proibidas". Ao longo da investigação fui dando-me conta dessas supostas similitudes e tentei questioná-las para melhor entender a interpretação que as informantes queriam dar sobre os temas de interesse.

O fato de vir de uma cultura, de um contexto sócio-histórico no que a estrutura agrária é muito diferente da galega fazia com que me dessem explicações mais pormenorizadas sobre os processos, mas também tornou mais lenta a minha compreensão sobre as estruturas sociais, os contextos sócio-históricos que tornam possível entender as atitudes e as mudanças (CARIA, 2002; CASTILLO *et al.*, 2010).

Também foi significativo o meu corpo de mulher, a minha juventude e a minha posição heterossexual. Estas me ajudaram a construir uma comunicação mais honesta, informal e íntima, especialmente com as mulheres, mesmo tendo pouco tempo para

estabelecer uma relação de confiança. Assim como declarou Lourdes Méndez (2011), por ter esse corpo era como se eu fosse uma pessoa que pudesse entender e viver situações e problemas sobre os que me contavam. Assim como ela, me apercebi que as conversas eram cortadas quando se aproximavam outras pessoas ao espaço da entrevista, ou olhares de alerta diante de um comentário e na busca de uma confidencialidade.

3.3 Trajetória da investigação: mostreo e inserção no campo estudado

Já comentei sobre a necessidade de uma imersão no campo de estudo para compreender melhor as diferentes realidades e percepções dos sujeitos estudados. Entender o contexto onde se desenvolvem as iniciativas e as ações das pessoas que conformam a organização é importante para perceber as problemáticas e as estratégias que as mulheres labregas galegas[77] vêm desenvolvendo. Portanto, busquei conhecer o lugar físico e o contexto sócio-político e histórico onde eram implantadas as iniciativas que pretendia conhecer, ou seja, o SLG e o território galego. Por sua vez, este forma parte do Estado Espanhol e da União Europeia, territórios nos quais o Sindicato Labrego Galego também se move habitualmente, apesar da sua posição nacionalista galega. Além disso, busquei conhecer os seus locais de atuação, onde realizavam as suas atividades e os lugares onde vivem as pessoas participantes dessa organização, com o intuito de aproximar-me da vida e da dinâmica dessas atrizes e atores sociais com os que queria trabalhar.

Nessa etapa inicial procurei identificar as principais linhas orientadoras da organização, o caminho que levou a elaboração de ações de caráter reivindicativo dirigidas a romper com as opressões do sistema sexo-gênero. Um caminho que está diretamente relacionado com os contextos e as estruturas maiores em que está imerso esse Sindicato. Nesse processo, recolhi notícias que tiveram como foco as mulheres nos dois principais veículos de comunicação do Sindicato: a sua página na *web* e o seu jornal FOUCE, além de entrevistas feitas em outros veículos midiáticos às trabalhadoras da mesma. Essa tarefa teve o

[77]A partir de agora passarei a utilizar a palavra "labrega" como sinônimo de camponesa por ser o término que se utiliza na Galícia e por ser reivindicado pelo SLG com objetivo de re-significar e valorizar de ser camponês/a. Essa palavra também existe no idioma português, especialmente em Portugal, onde tem conotações pejorativas, ainda que no dicionário também signifique pessoas que trabalham muito.

intuito de visualizar o processo histórico e sócio-político dos acontecimentos vistos como importantes, que tiveram as mulheres como protagonistas principais ou como foco de atenção. Também teve como objetivo identificar as principais reivindicações, denúncias, atividades, ações e logros das mulheres do SLG que tiveram importância suficiente para ser notícia. Com isso, pude identificar indícios das principais estratégias de ação levadas a cabo pela *Secretaria das Mulleres* do SLG tanto para dentro do SLG, como para fora dele.

Esse trabalho ainda possibilitou construir um panorama de como o Sindicato relaciona e entende a combinação entre as lutas labregas e as lutas feministas/reivindicações das mulheres, assim como de me aproximar às diversas problemáticas as quais as mulheres labregas estão inseridas. É sabido que esse tipo de material comunicativo interno apenas fornece a informação do que, em um momento específico, é importante para o Sindicato publicitar, sem revelar os conflitos internos e os critérios de seleção para a publicação das notícias e dos temas. Também omite as diversas outras atividades levadas a cabo pelo Sindicato e em especial pela *Secretaria de Mulleres*, que não são menos importantes, nem menos efetivas na transformação do sistema sexo-gênero, mas que por determinadas razões, não foram divulgadas no seu veículo de comunicação interno e externo.

À medida que conhecia o percorrido da organização e o contexto em que estava imersa, selecionava as possíveis informantes e buscava formas de inserção na organização. As entrevistas semi-estruturadas, como técnica de recolha de dados, exigem uma seleção entre as possíveis informantes. Uma tarefa que também exige critérios que devem ser baseados nos objetivos do estudo.

Nessa investigação a escolha e o acesso às pessoas informantes foi uma tarefa lenta na qual necessitei construir uma determinada relação de confiança entre investigadora e sujeitos da investigação. O acesso ao SLG é fácil num primeiro momento, como acontece geralmente com as organizações dos movimentos sociais. No entanto, à medida que tentei aprofundar as informações, os dados e o contato com determinadas pessoas encontrei certas resistências derivadas da desconfiança com relação aos agentes externos, como é o de uma investigadora da Universidade. A desconfiança funciona como uma autoproteção, uma arma de defesa frente aos ataques que sofrem as organizações e as pessoas que participam de movimentos sociais de esquerdas (BECKER, 2009a; DENZIN; LINCOLN, 2012;

DESCOMBE, 2010). No Estado Espanhol as organizações de recorte nacionalista galega, vasca, catalã e andaluza tem sofrido uma especial repressão que vem desde o período franquista. O que justifica essa desconfiança e necessidade de autoproteção, portanto, um distanciamento e ocultação de dados e informações que podem ser utilizadas em sua contra. Uma situação que não é uma novidade, sendo suficiente com observar as notícias com respeito aos movimentos, suas organizações e pessoas que delas participam. O grau de criminalização dos movimentos sociais tem se acentuado nos últimos anos e seus discursos, deturpados.

Por isso, é comum que nesse período de tomada de contato a primeira a ser investigada fui eu. Diversos foram os questionamentos (diretos e indiretos) de por que, para que, e para quem serviria essa investigação, demonstrando preocupação com o uso e intencionalidade das informações coletadas e da sua divulgação. Esse período de aproximação durou cerca de um ano e meio, em que gradualmente fui estabelecendo comunicação com "pessoas-chave" dentro da organização que me permitiram colaborar e acompanhar as atividades mais de perto. Também como forma de observação e exame sobre as minhas reais intensões com o trabalho a ser desenvolvido. As primeiras atividades eram menos comprometidas, como mobilizações e manifestações. Seguidas de colaborações em mesas e em atividades feministas. Logo participei de reuniões, cursos, formações, assembleias, encontros e do próprio Congresso. Colaborar e vivenciar essas atividades me permitiu experimentar, de alguma maneira, as dificuldades, os logros e os debates no interior da organização que não são alheios ao sistema sexo-gênero. Essa colaboração me ajudou a aproximar-me de forma mais sincera e direta dos diferentes agentes: a direção sindical, passando pel@s trabalhador@s até a base da afiliação. Em grande medida, foi por meio desse contato que consegui aceder a diversas informantes. Muitas somente aceitaram fazer a entrevista por já terem entrado em contato comigo nessas atividades.

O critério para selecionar as informantes baseou-se no grau de participação na organização e nas suas atividades. Priorizei aquelas pessoas ativas no Sindicato, ou que o foram em algum momento, seja a nível local, nacional ou internacional. Em outras palavras, busquei aquelas que de alguma maneira são pessoas de referência, destacadas ou que tiveram ou tem alguma responsabilidade na organização. Critério que está relacionado com a pretensão de entender os processos que envolvem as iniciativas relacionadas diretamente com

o sistema sexo-gênero. Assim, se fazia necessário que as informantes tivessem algum conhecimento sobre a estrutura, atividades e ações desenvolvidas pela organização, fosse como promotora direta ou como participante.

A primeira busca e seleção foi feita por meio das notícias analisadas no FOUCE e no organograma sindical (antigos e atuais). Uma segunda, por indicação e sugestão de pessoas vinculadas à organização, geralmente trabalhadoras, ou pessoas que se destacaram em determinadas atividades das que participei. E ainda, uma terceira, que foi por indicação de pessoas não vinculadas à organização. Esses passos não seguem uma linha linear, mas se retroalimentam e se reforçaram mutuamente para a decisão sobre quem escolher, ou valorizar a sua voz entre as outras possíveis. Uma decisão nada fácil, porque ademais, este critério se articula com a intenção de contar uma maior diversidade possível de sujeitos baseados em critérios como sexo, idade, região geográfica, setor agrário de produção e nível de responsabilidades no Sindicato, com o intuito de tentar aceder a uma maior variedade de opiniões e efeitos que poderiam exercer as iniciativas sobre os diferentes grupos sociais ao qual pertencem as pessoas participantes da organização.

O resultado foi a realização de quarenta entrevistas semi-estruturadas a vinte e três mulheres e dezessete homens. Destes, seis são somente trabalhador@s técnic@s, vinte e sete são exclusivamente labreg@s e sete combinam o trabalho no Sindicato com a sua atividade agrária. Vinte e três pessoas (treze homens e dez mulheres) participam ou já participaram da Direção Nacional do Sindicato e nove nunca ocuparam cargos de representatividade na organização. Com base na identificação setorial da atividade agrária dez estão no setor do leite, cinco na carne, outras cinco no vinho, uma na flor, doze na horta e uma na batata. No entanto, é importante ressaltar que essa identificação está relacionada com a principal atividade agrária dirigida ao mercado capitalista, ou seja, ao setor que essa exploração agrária deve declarar os seus ingressos para poder comercializar o seu produto de forma regularizada (legalizada), mas que não impede o fato de que quase a totalidade das informantes combinem várias produções agrícolas, tanto para consumo como para a comercialização e intercâmbio local, conservando o que seriam os policultivos característicos da produção camponesas.

A inclusão de pessoas trabalhadoras como informantes destacadas se deu pela verificação da sua importância na elaboração e execução das iniciativas, aportando uma

perspectiva diferenciada, logo, interessante para levar em conta. Além disso, o perfil das técnicas do SLG é de um grande vínculo com a atividade agraria não só como profissionais especializadas, mas também como camponesas ou oriundas de famílias que vivem do trabalho agrário. De fato, uma grande parte delas (com raras exceções) dedicam parte do seu tempo, mesmo que seja em determinados períodos do ano, ao trabalho na agricultura.

A minha imersão no campo de estudo, quero dizer, no SLG, é gradual como já referido antes. Inicia-se em 2012 com os primeiros contatos e o acompanhamento em algumas atividades públicas, como manifestações e concentrações nas que o Sindicato tem algum envolvimento. A primeira delas foi a preparação da manifestação feminista do dia 8 de março quando tomo conhecimento sobre a experiência singular dessa organização. Essa foi de iniciativa da *Secretaria das Mulleres* do SLG que propôs uma reunião com todos os coletivos feministas para pensar uma ação unitária do movimento feminista galego diante dos grandes retrocessos nos direitos sociais. Manifestação que se realizou no dia 11 de março de 2012 sobre o lema: "*Mulleres galegas en loita polos nosos dereitos!*" e contou com mais 2000 pessoas. A partir de 2014 comecei a participar em algumas atividades internas comarcais da *Secretaria das Mulleres* e das reuniões de dinamizadoras[78], assim como de algumas atividades em outros temas como o congresso setorial como o da *Horta, Fruta e Flor*, realizado em abril de 2015, assim como reuniões comarcais, mobilizações do setor lácteo que durou quase todo o verão deste mesmo ano. Também colaborei em algumas ocasiões com a *Secretaria das Mulleres* realizando oficinas dirigidas às labregas em algumas comarcas ou participando em ciclos de debates organizados por elas como foi o caso das atividades desenvolvidas ao redor da *Caravana Feminista* em outubro de 2015 e a jornada de debate com organizações feministas pelo motivo do dia 25 de novembro neste mesmo ano. Também acompanhei algumas assembleias de formação da Secretaria de juventude do SLG pelas comarcas, algumas assembleias comarcais e setoriais e do IX Congresso Nacional do SLG no dia 12 de março de 2016.

Essa participação no SLG me possibilitou entender o seu funcionamento, sentir a sua dinâmica, a sua forma de trabalho, os debates emergentes e como eles são tratados. Nesse

[78] Falarei sobre ese espaço mais adiante.

acompanhamento, o contato com os sujeitos foco dessa investigação me permitiu uma maior aproximação da sua realidade, as suas contradições e as atitudes diante dos conflitos cotidianos. Esse contato também foi fundamental para posteriormente fazer as entrevistas, principalmente com aquelas pessoas que não se veem com capacidade para dar informação com propriedade sobre o assunto ou que por algum outro motivo não se dispunha a falar.

Nessa inserção fui realizando as entrevistas semi-estruturadas com a afiliação e pessoal-técnico. A primeira foi em fevereiro de 2014 e a última em março de 2016. À medida que participava e acompanhava a organização, identificava as pessoas que se encaixavam nos critérios estabelecidos previamente e procurava entrevistá-las. Critérios que também iam se ajustando à realidade, por exemplo, a inclusão dos setores de produção e das pessoas técnicas foi uma necessidade sentida à medida que me aprofundava na realidade sindical e agrária galega.

A maior parte das entrevistas teve como cenários a Casa,[79] em especial, as cozinhas das casas-edifício. Esse espaço dá-nos indícios de ainda se manter como um espaço público, dentro do privado da Casa, local de conversas íntimas onde as de fora podem entrar, e eu encaixava nesse perfil. Lourdes Mendez (1988) já atentava para essa relativa e relacional forma de separar o público e o privado. As entrevistas realizadas nesse espaço foram sempre mais fáceis e mais amenas. As respostas às questões se faziam mais à vontade, como se fosse uma conversa entre vizinh@s. As pessoas informantes pareciam se sentir mais seguras dentro desse território em comparação com as entrevistas feitas em cafeterias ou nas leiras das explorações. Por mais que el@s estivessem também no seu espaço, por ser o bar da sua aldeia onde habitualmente tomam café, eram conversas mais difíceis para se chegar as suas vidas, às experiências pessoais.

Adentrar as Casas foi como entrar em mundos particulares e diferentes do que eu me imaginava encontrar. Conhecer os lugares onde essas pessoas passam a maior parte do seu tempo me permitiu sair e contrapor as ideias do rural galego que representam os livros e artigos sobre esse território, no que vemos o atrasado, o antigo e o romântico. Encontrei-me

[79] Neste trabalho sigo a diferenciação que faz Lourdes Méndez (1988) entre Casa e casa. Com a palavra "casa" em minúscula me refiro ao edifício, lugar físico onde se desenvolve a coabitação. Casa me refiro ao conjunto composto pela casa-edifício e pelo restante de terreno pertencente a unidade familiar, geralmente dedicada a produção de policultivo agrícolas.

com leiras de todo o tipo, com produções diversas, pequenas e grandes, em extensivo, em ecológico, em intensivo e de monocultivo. Leiras que estavam ao lado da casa e outras que estavam repartidas, "*un cachiño aqui, outro alí*" e ainda aquelas que compartem os *montes comunais*. Entrei em casas-edifícios reformadas ou não, pequenas e grandes, com pouca e muita gente. Com velh@s, adultos, jovens e crianças; mais e menos isoladas geográfica e tecnologicamente. As combinações são diversas, assim como é a Galícia.

Quando me dirigia às aldeias para fazer as entrevistas, geralmente acontecia de me perder pelos caminhos e tinha que perguntar as pessoas que passavam pela entrevistad@ ou pela sua Casa. Um fato que provocava a curiosidade ou o controle social da vizinhança diante de uma estranha e que, em algum e outro caso, chegaram a verificar a minha procedência "*non eres sobriña de...?*".

Conhecer as Casas também propiciou conhecer os membros da família, os tempos e os trabalhos que realizam. Foi comum encontrar menores e maiores que estavam sempre sob atenção das mulheres, fosse esta a entrevistada ou não. As entrevistas também geravam curiosidade aos outros membros, principalmente quando as entrevistas eram feitas às mulheres. À medida em que alongávamos a conversa, que se escutavam risos, ou percebiam a ausência dela do espaço de trabalho e da seriedade que representava instrumentos como a gravadora, um caderno e uma caneta, se notava uma certa movimentação ao nosso redor e olhares curiosos sobre nós. Em varias ocasiões as curiosidades também eram verbalizadas: "*de que falasteis?*", "*para que é iso?*", "*entrevista para onde?*".

Ser entrevistad@ também significa ser reconhecida. Um reconhecimento do valor e da importância da sua voz, da sua opinião, do que faz. Senti que ao propor as entrevistas às mulheres, valorizava-as como profissionais e como pessoas ativas do Sindicato. Isso era mais evidente com as que não estavam acostumadas a dar entrevistas ou a falar em público, ou seja, aquelas que se destacavam, mas não ocupavam ou haviam ocupado espaços de representação política em níveis mais altos. E assim comentavam a terceiros: "*ela me vai facer unha entrevista (sorriso)*"; "*Di que vou mañá, que vou atender agora esa rapaza que me quere facer unha entrevista*.".

Em muitas ocasiões as pessoas resistiam à concessão da entrevista sendo, uma vez mais, um fato recorrente com as mulheres, que afirmavam não ter tempo ou que não teriam o

conhecimento suficiente, portanto, pouco poderiam aportar ou colaborar. Discursos como os que seguem foram repetidos uma e outra vez: "*non sei se tem importância o que che podo dicir*", "*non sei se che vai valer, pero xa que viñeches...*"; "*a ver, eu non sou a persoa adecuada, eu non sei de nada*".

Apesar das resistências, o ato de ser entrevistada agrega valor ao indivíduo, dá-lhe importância, o que se revelou nas expressões corporais com o nervosismo e a insegurança. O café com leite que acompanharam quase todas as conversas ajudava relaxar, a pensar e a colocar algo entre as mãos tanto para elas como para mim. Entrevistar também não é uma tarefa fácil, tem os seus truques e habilidades específicas que vão se aprimorando com a experiência.

Apesar da escolha dessas pessoas entrevistadas ser um reconhecimento da sua participação na organização, do seu trabalho e da sua voz, a sua identificação será ocultada para garantir o seu anonimato. Esse foi o acordo estabelecido com elas no momento da entrevista para possibilitar respostas com uma maior liberdade e segurança ao expressar as suas ideias e sentimentos, evitando que a identificação delas com alguns posicionamentos pudessem ter algum tipo de consequências sobre elas.

Toda essa trajetória revela diante mão a insistente infravaloração do rural galego e das labregas em especial. Por outro, também indica a existência de uma série de armas de proteção aos ataques constantes que est@s vem sofrendo por diferentes agentes externos e internos (GONDAR, 1999). O mapa orientativo dessa investigação aqui desenhada serve então para expor o campo de diálogo estabelecido com @s protagonistas dessa investigação. Seguiremos a análise enfocando cada vez mais dentro desse contexto onde elas atuam, guiada pelas suas vozes.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

4. Um projeto de auto-organização campesina galega. As mulheres fazem parte?

Neste capitulo, adentraremos mais concretamente ao processo de deu origem ao SLG com atenção especial aqueles aspectos nos que se observou uma inferência sobre as a elaboração e execução de iniciativas relacionadas com o sistema sexo-gênero por parte do SLG. Tais aspectos foram levantados tanto pelas informantes dessa investigação como pela literatura, buscando entender os percursos trilhados e em que condições foram feitas.

O ano de 1977 é convulso em todo o Estado Espanhol. Diversos são os conflitos com a polícia como o acontece nas Encrobas, as mobilizações contra as injustiças do conselho regulador se intensificam, as manifestações contra a *Cota Empresarial*, campanhas de todo tipo se expandem de forma intensa. Em novembro, uma assembleia com mais de 25 mil pessoas decide organizar a primeira *tratorada* massiva que se realiza nos primeiros dias de dezembro em diversas cidades galegas, tento uma enorme repercussão social.

Em 1977[80], já no período chamado de *Transición* (1977-1979), é regulado o direito de associação sindical em todo o Estado Espanhol, o que torna possível uma maior institucionalização da organização social, incluída a campesina. Com isso diversas organizações saem da situação de clandestinidade e muitas outras são criadas. Uma delas é a propia *Comisións Labregas* que se constitui como sindicato. Este feito se concretiza com a realização da sua primeira assembleia em 1977 em Santiago de Compostela com a participação de 500 labreg@s de toda a Galiza, nomeando-se como *Sindicato Labrego Galego – Comisións Labregas* (SLG-CCLL). (MUÑIZ, 1979; PÉREZ, 2012).

A partir de então ve-se registrada e com uma maior frequência uma série de ações que tocam diferentes temas pertinentes a esse coletivo, mantendo o nacionalismo e a auto-organização campesina como norteadoras dos seus discursos. Ainda em 1977, o FOUCE,

[80] Um dos direitos conquistados na etapa chamada de "período de transição", caracterizada pelas grandes incertezas quanto ao rumo político deste Estado, dada a morte do ditador fascista Francisco Franco em 1975, seguindo até finais de 1978 quando entra em vigor a Constituição e se reestabelece a monarquia.

publica o seu primeiro artigo relativo às mulheres intitulado: "*A marxinación da Muller labrega*" (REGAL, 2010, FOUCE nº2 1977). Em 1978, organizam a greve do leite, que se tratava de não entregar o leite produzido nas fazendas às empresas, reivindicando a posta em prática de um contrato no que estabelecesse o preço e as condições de recolhida durante todo o ano. Uma greve muito criticada por outras organizações sindicais. O resultado dessas mobilizações foi a eleição de 527 vogais representantes do CCLL nas *Cámaras Agrárias* contra 134 dos *Jovenes Agricultores*, por exemplo. (FOUCE, [S.d.]; MUÑIZ, 1988)

Em 1979 a CCLL se consolida com a realização do *I Congreso das Comisións Labregas* em Sigueiro (Oroso) com um projeto de auto-organização do campesinato galego com um projeto de auto-organização do campesinato galego, começando uma desvinculação clara com a organização partidária nacionalista – UPG sobre o lema: "*Pola auto-organización dos Labregos Galegos. Pola Reforma Agrári*a". Conforme descrito no editorial do FOUCE de 1984 (nº110 maio-junio, 1984), é neste congresso que se aprova o Estatuto e o Programa do Sindicato, com a participação ao redor de mil pessoas e cerca de 50 convidados, entre eles representantes de outros sindicatos do Estado Espanhol e de fora deste, como o Português. Observasse uma estrutura de congresso sindical tradicional, com a participação de representantes, homens em sua totalidade, onde se valoriza a oratória e o voto. Nele também se consolida o ideário nacionalista, de classe, declarando-se anti-monopolísta e anti-colonialista como descreve um dos seus comunicados:

> A clase labrega galega está auxetivamente interesada na Liberación Nacional e Social da súa pátria, está interesada no autogoverno galego, na construción do poder popular pra conseguir ir a instancia políticia necesária pra transformación do agro galego atraves da Reforma Agraria Galega. A clase labrega galega é necessária pra levar com ésito a loita de Liberación Nacional e Social, pola súa cantidade porcentual relativa dentro das clases traballadoras galegas e polo potencial revolucionário que acocha. (MUÑIZ, 1979, p. 51)

O II Congresso das *Comisións Labregas- Sindicato Labrego Galego* ocorre em 1984 em Santiago de Compostela com o lema: "*Con máis Forza*". Neste, assistem sobre 300 delegad@s eleitos nas paróquias que debatem e aprovam sobre o informe conjuntural, a ação sindical e os Estatutos. As discussões reafirmam a linha nacionalista, reivindicativa e de mobilização colocando a necessidade de aumentar a sua presença pública. A nível mais organizativo, acordou-se estabelecer dinâmicas diferenciadas por zonas e setores, de dar mais atenção a juventude e de formar novos quadros políticos (FOUCE, [S.d.]; "II Congreso das

CC.LL - SLG", 1984). Discutem ainda sobre as desastrosas consequências que poderiam vir a ter o campesinato com a entrada do Estado Espanhol na Comunidade Econômica Europeia (CEE), em especial com a posta em prática da Política Agraria Comum (PAC) para a agricultura camponesa galega, com sérias repercussões a todo o conjunto da economia. São realizadas campanhas em contra da entrada na CEE, declarando total rejeição à PAC, que segundo seus discursos, remarca a lógica capitalista na agricultura dando continuidade ao desmantelamento das formas de vida labrega.

A entrada do Estado Espanhol na CEE em 1986 marca uma nova oleada de mudanças nas políticas agrárias, com ela iniciam-se as mobilizações contra a cota láctea que terá grande peso nos anos seguintes dentro do SLG-CCLL, mostrando a relevância desse setor no agro galego e na afiliação. Como estratégia de luta do movimento campesino contra o conjunto de politicas defendidas pela CEE, cria-se a Coordenadora Campesina Europeia (CPE) da qual o SLG participa e se dispõe a organizar no ano seguinte a sua criação diversas visitas dos seus representantes à Galícia. (CABREIRO BLANCO, 2006; DÍAZ; MUÑIZ, 1995, p. 15–23)

Ainda neste II Congresso (1984), a única mulher eleita das 25 pessoas para ocupar cargos de representação diretiva é Lidia Senra, como responsável de organização e finanças do Sindicato. (REGAL, 2010) Apesar disso, outras mulheres são lideranças e ocupam papeis importantes na organização realizando tarefas sindicais como de mobilização e organização de assembleias seja no papel de trabalhadoras sindicais ou como simpatizantes/militantes.

Uma das atividades desenvolvidas pela responsável organizativa foi realização de ciclos de conversas por toda a província de Lugo (1986-88) sobre questões que poderiam ser de interesse imediato e exclusivo para as labregas com o intuito de favorecer participação delas na organização. Um dos temas escolhidos foi a saúde das mulheres. De acordo com Tareixa Ledo, essas atividades vieram a ser o início do trabalho organizado com as mulheres. Em palavras de Lídia Senra, então responsável de organizativa do SLG, essas ações foram fruto de reflexões individuais e coletivas de mulheres da esquerda galega vinham identificando como situações discriminatórias tanto profissionalmente como dentro da casa, sendo necessário dar visibilidade a tais problemáticas. (REGAL, 2010, p. 82–83). O reflexo desse trabalho se percebe no aparecimento desses temas em artigos do FOUCE que mostram os primeiros temas de preocupação das labregas. Estes têm por títulos: *O embarazo* (FOUCE

[s.d] p.24); "*Embarazo de "alto risco*" (FOUCE nº112, inverno, 1988, p. 29); *Anticonceptivos* (FOUCE nº 113, primavera 1989, p. 30-31). Também a partir de 1985, se observa a inclusão de artigos por ocasião do dia 8 de março no jornal interno com os títulos: "*A muller labrega ten que loita" (FOUCE especial 1985 p.14); "A muller e a sartén na cociña están ben*" (FOUCE, nº1, marzo 1986, p. 7) " *No día Internacional da muller traballadora. A muller labrega tamén ten que loitar*" (FOUCE, nº107, março, 1987, p. 15) *8 de marzo: Día internacional da muller traballadora. Problemática da muller en Galiza.*" (FOUCE, nº 108, 1987, p. 10). Neste, se inclui as mulheres camponesas no coletivo de trabalhadoras, pondo valor sobre os trabalhos que elas desenvolvem tanto dentro da casa edifício como da Casa, como da exploração agrária, ao mesmo tempo em que faz um chamamento a sua participação política na luta labrega e dos direitos das mulheres. Esse acúmulo faz-se notar também na entrevista de Lidia Senra no FOUCE (nº110, 1988), "*As mulleres seguimos sufrindo malos tratos*", no que plasma a situação das mulheres labregas como trabalhadoras importantes e que opinam sobre as decisões tomadas sobre a economia familiar, descontruindo o imaginário de que as mulheres do meio rural são apáticas e submissas. Mas adverte, são eles os que têm os privilégios sobre os recursos materiais e financeiros e a ocupação dos espaços de legitimação da sociedade.

> (...) Pero á hora da verdade, é o home o que asume os papeis importantes na sociedade, xa que él é o xefe da explotación, e no caso de ser a muller a xefa da mesma, sole ser o home o que sae para resolver os asuntos relacionados coa mesma. Se non hai médios para cotizar os dous á Seguridade social é o home o que cotiza, é o home o que vai vender e mercar ás feiras, é o home o que se afilia ao Sindicato, o que acude ás reunións, as manifestacións,... Mentras que a muller é a que queda para muxir, coidar da casa... (SENRA, 1988, p. 4)

Nesse artigo publicado no próprio FOUCE, Senra além de dar visibilidade ao papel desempenhado pelas labregas, dá luz as opressões relacionadas à cotidianidade que limitam as capacidades de participação e de vida digna das labregas na sociedade. Também denuncia as opressões que relacionadas com a exclusão das mulheres nos serviços públicos, como é evidente no caso da saúde em que as mulheres do meio rural sofrem com a falta mais acentuada de profissionais e de equipamentos especializados, como pode ser o planejamento familiar e as doenças próprias das mulheres. Também faz referência àquelas situações relacionadas com a violência física e psicológica dentro da unidade familiar que se tornam mais complexas no meio rural pelo seu contexto. Outro aspecto importante da entrevista é o desafio que propõe à própria organização de assumir essas problemáticas como suas,

preocupando-se por desnaturalizar essas opressões e agir sobre elas. Servindo também como uma estratégia inicial para aumentar a filiação e a participação das mulheres na organização, que segundo ela, é mínima.

Esse acúmulo não é feito de maneira isolada pelas mulheres do Sindicato. O processo de democratização do Estado Espanhol ocorrido durante toda a década de 1980 além de outros fatores (TILLY; WOOD, 2009), favorecem a criação de um maior intercambio de ideias entre diferentes movimentos sociais pelo mundo. O movimento feminista vive nesse período um momento de agitação assombrosa, principalmente a partir de 1970 nos países ocidentais democratizados ao alcançar uma maior heterogeneidade de discursos e uma maior complexidade no seu pensamento e nas suas formas de ação/organização. Também é a primeira vez que de forma coletiva, um grande número de cientistas sociais feministas, de origens fundamentalmente estadunidenses e europeias, começa a desenvolver um corpus de conhecimento, primeiro sobre a mulher e, progressivamente, sobre mulher e gênero (MÉNDEZ, 2008). A diversidade de campos de estudo como o da antropologia, filosofia, história, sociologia, etc; e as diferentes escolas como a psicanálise, o marxismo, a escola de Frankfurt, estruturalistas, construtivistas e logo pós-estruturalistas e pós-modernas vão fornecer análises das origens e causas das opressões e dos deferentes mecanismos para se livrar delas. Intensifica-se a investigação nas raízes da condição das mulheres, na identificação de viés sexista na ciência, assim como a ausência das mulheres como sujeitos históricos e políticos deu cabida ao aumento do número de investigações que tinham como objeto de estudo, as mulheres e suas circunstâncias, experiências e representações em contextos sociais, políticos e econômicos diversos (PULEO, 2008; STOLCKE, 2004) e de suas estratégias políticas feministas diante de novos paradigmas, conseguindo um grande impacto na opinião pública (VARELA, 2008) em diferentes lugares.

As formas de organização das mulheres também se diversificam, sendo uma novidade a criação de vários grupos de mulheres como o intuito de descobrir as diversas opressões sofridas por elas mesmas, investigando sobre os problemas “pessoais” de cada uma, suas opressões no trabalho assalariado, na ausência de prazer sexual, no estabelecimento de certos papéis femininos nos próprios espaços políticos reivindicativos, no autoconhecimento do corpo, etc. Esses grupos, além de ter experiências políticas, geraram espaços alternativos de estudos e organizações que desenvolviam uma saúde e uma ginecologia não-patriarcais,

centros de mulheres maltratadas, de defesa pessoal, grupo anti-racista feminista, fundaram creches, entre muitas outros espaços (PERONA, 2005). Esses grupos fazem parte da criação de uma nova forma de fazer política pelas feministas. Esse modo de funcionamento facilitava a relação de apoio entre as integrantes dado que os discursos e experiências tinham relação com as coisas pessoais e intimas que logo a análise, o diagnóstico e a concepção de objetivos eram políticos. Esse modo organizativo também tinha o objetivo de intervir no público a partir da transformação de cada militante em mulheres "liberadas" (VALCÁRCEL, 2008). Além disso, os grupos de autoconsciência fomentaram a exigência igualitária e anti-hierárquica na qual nenhuma mulher podia estar acima de outra, utilizando estratégias organizativas de representação rotativa e não hierárquica (AMORÓS, CELIA; MIGUEL, 2005a).

O alcance dessas discussões/ações também chega as OIG. A celebração do ano da mulher em 1975 decretado pela ONU e a realização da 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher neste mesmo ano, ainda que aparentemente passassem quase desapercebidas no Estado Espanhol, é a primeira vez que se reconhece internacionalmente a necessidade de construir políticas de igualdade dirigidas a acabar com a discriminação contra as mulheres, mesmo sem o consenso entre os Estados participantes[81].(ONU MULHERES, [S.d.]; SILVA, 2009) A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW[82]) foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, mas somente em 1984 é

[81] Essa conferência contou com a presença de 133 governos e mais de 6000 representantes de ONG no fórum paralelo lançou três objetivos prioritários: 1) A igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por motivos de gênero; 2) A plena participação das mulheres no desenvolvimento; 3) Uma maior contribuição das mulheres à paz mundial. A Conferência aprovou um plano de ação que marcava as diretrizes aos governos e a toda a comunidade internacional para os dez anos seguintes, durante os que se proclamou o Decênio das Nações Unidas para a Mulher (1975/1985) (ONU MUJERES, [S.d.])

[82] Aprovação na Assembleia Geral da ONU da CEDAW que vem a ser o 1º documento que faz alusão as liberdades fundamentais em todas os âmbitos da vida CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) Ao assinar a Convenção, os países se comprometem com a agenda de ações definidas para acabar com a violência contra as mulheres. Algumas dessas medidas são: incorporar o princípio da equidade de gênero na legislação; criar tribunais e outras instituições públicas para garantir a proteção efetiva de mulheres contra a discriminação; e garantir a eliminação de todos os tipos de discriminação contra as mulheres por parte de pessoas, organizações e empresas. Comitê da CEDAW é um órgão da ONU criado para monitorar o cumprimento da Convenção pelos Estados-Partes. ("Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad - Servicios Sociales e Igualdad - Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad - Igualdad de Oportunidades - Internacional – ONU", [s.d.] Acesso em 08 de fev. 2015). Ver mais em: http://www.msssi.gob.es/ssi/igualdadOportunidades/internacional/onu/cedaw_2.htm; https://cedawsombraesp.wordpress.com/

ratificada pelo Estado Espanhol. A CEDAW é considerada a carta magna dos direitos das mulheres, pois simboliza o resultado de inúmeros avanços principiológicos, normativos e políticos construídos nas últimas décadas pelos movimentos feministas, sobre o enorme esforço global de consolidar um instrumento legal de padrões internacionais, de respeito à dignidade de qualquer ser humano. Contudo, não se chegou a ser efetivada como tratado. Essa Convenção trata do princípio da igualdade seja como obrigação vinculante, seja como um objetivo. Dessa forma, os Estados-parte da ONU tem o dever de eliminar a discriminação contra as mulheres através de medidas legais, políticas e programáticas aplicadas em todas as esferas da vida, o que é uma grande novidade. (FACIO, 2010; PIOVESAN, 2012; SOUZA, 2009) Apesar da sua pouca popularidade e divulgação, a CEDAW, a dia de hoje, reúne as principais reivindicações que continuam na agenda política feminista e que são reivindicações para os Estado-Nações. O artigo 14, por exemplo, que exige aos Estados-partes a garantia dos direitos das mulheres do meio rural, tendo em conta as suas especificidades é um reflexo do vem a ser as principais bandeiras reivindicativas da Secretaria das Mulheres do SLG anos mais tarde, de cara o Estado Espanhol.

> Artigo 14
> 1. Os Estados-parte levarão em consideração os problemas específicos enfrentados pela mulher rural e o importante papel que desempenha na subsistência econômica de sua família, incluindo seu trabalho em setores não monetários da economia, e tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a aplicação dos dispositivos desta Convenção à mulher das zonas rurais.
> 2. Os Estados-parte adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, que elas participem no desenvolvimento rural e dele se beneficiem, e em particular assegurar-lhes-ão o direito a:
> a) Participar de elaboração e execução dos planos de desenvolvimento em todos os níveis;
> b) Ter acesso a serviços médicos adequados, inclusive informação, aconselhamento e serviços em matéria de planejamento familiar;
> c) Beneficiar-se diretamente dos programas de seguridade social;
> d) Obter todos os tipos de educação e de formação, acadêmica e não acadêmica, inclusive os relacionados à alfabetização funcional, bem como, entre outros, os benefícios de todos os serviços comunitários e de extensão a fim de aumentar sua capacidade técnica;
> e) Organizar grupos de auto-ajuda e cooperativas a fim de obter igualdade de acesso às oportunidades econômicas mediante emprego ou trabalho por conta própria;
> f) Participar de todas as atividades comunitárias;
> g) Ter acesso aos créditos e empréstimos agrícolas, aos serviços de comercialização e às tecnologias apropriadas, e receber um tratamento igual nos projetos de reforma agrária e de restabelecimento;
> h) Gozar de condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, dos serviços sanitários, da eletricidade e do abastecimento de água, do transporte e das comunicações.

> ("Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) – promulgada pelo Decreto nº 89.460, de 20/03/1984", [S.d.])

A II Conferencia Mundial da Mulher ocorre em Copenhague- Dinamarca em 1980 com o intuito de revisar as medidas aprovadas na primeira e constrói um Plano de Ação que marca três esferas principais de atuação: a igualdade no acesso á educação; a igualdade de oportunidades no trabalho; a atenção á saúde das mulheres. A III Conferência se realiza cinco anos depois (1985) em Nairóbi – Quênia, onde se comprovou um escasso nível de comprometimento e cumprimento dos Estados-Nação quem assinaram os Planos. Evidenciou-se a necessidade de promover reformas legislativas no âmbito laboral, de instaurar políticas educativas e de impulsar um feminismo institucional mediante a criação de oficinas de igualdade nas mais diferentes esferas das organizações governamentais. Os governos são convocados para promover a igualdade de homens e mulheres perante a lei, a igualdade de acesso à educação, à formação profissional e ao emprego, além de igualdade de condições no emprego, nos salários e na assistência social. (ITZIAR; LOPEZ; AZKUE, 2006; PALLARÁS *et al.*, 2010)

Os movimentos feminista e nacionalista de esquerdas na Galícia também estão mergulhados nesses debates, sendo uma das discussões mais frequentes a do discurso do movimento nacionalista galego que idealiza a Galícia rural como se fosse igualitária em sua essência, cujos conflitos são causados por agentes externos, fruto da colonização. Não atendem aos conflitos e contradições existentes na mesma e as relacionadas com o sistema sexo-gênero, o que geram conflitos cada vez mais abertos entre feministas e o movimento galeguista. Nesse debate se encontra os mitos do patriarcado com igualdade (RISCO, 1979), a permissividade sexual das mulheres na sociedade galega ou mesmo da existência de um matriarcado, baseando-se no feito de que a participação das mulheres em todas as atividades agrícolas e no sistema de herança que supostamente concederia poder às mulheres, especialmente às labregas que são tomadas como paradigma das mulheres galegas, homogeneizando toda a sua heterogeneidade. As feministas questionam essa idealização por levar consigo a defesa da família tradicional como base da sociedade, o que leva a manutenção do papel de mulher sem colocar sobre a mesa as contradições do sistema sexo-gênero. Elas defendem a necessidade de inserir na luta pela liberação nacional e social galega um marco de ruptura dos privilégios materiais que os homens, como grupo social, têm acumulado sem pretender tê-los como inimigos, para isso se faz importante achegar-se a

realidade das mulheres galegas e labregas, afastando-se do misticismo galaico. Por outro lado, o discurso nacionalista acusam as feministas por dividir o movimento popular ao levantar tais contradições (BARRIO, 1990; BARRIO; SANTOS, 1988; MÉNDEZ, 1999; MUÑIZ *et al.*, 1988; QUEIZÁN, 1977). Nesse contexto de debates, é que o movimento feminista galego se diversifica, se amplia e ganha visibilidade no cenário político galego. Aumenta-se o numero de grupos e de revistas feministas e aparecem as primeiras secretarias de mulheres dentro dos sindicatos, acompanhando a pressão interna e externa das feministas.

A II Conferencia Mundial da Mulher ocorre em Copenhague- Dinamarca em 1980 com o intuito de revisar as medidas aprovadas na primeira e constrói um Plano de Ação que marca três esferas principais de atuação: a igualdade no acesso á educação; a igualdade de oportunidades no trabalho; a atenção á saúde das mulheres. A III Conferência se realiza cinco anos depois (1985) em Nairóbi – Quênia, onde se comprovou um escasso nível de comprometimento e cumprimento dos Estados-Nação quem assinaram os Planos. Evidenciou-se a necessidade de promover reformas legislativas no âmbito laboral, de instaurar políticas educativas e de impulsar um feminismo institucional mediante a criação de oficinas de igualdade nas mais diferentes esferas das organizações governamentais. Os governos são convocados para promover a igualdade de homens e mulheres perante a lei, a igualdade de acesso à educação, à formação profissional e ao emprego, além de igualdade de condições no emprego, nos salários e na assistência social. (ITZIAR; LOPEZ; AZKUE, 2006; PALLARÁS *et al.*, 2010)

Os movimentos feminista e nacionalista de esquerdas na Galícia também estão mergulhados nesses debates, sendo uma das discussões mais frequentes a do discurso do movimento nacionalista galego que idealiza a Galícia rural como se fosse igualitária em sua essência, cujos conflitos são causados por agentes externos, fruto da colonização. Não atendem aos conflitos e contradições existentes na mesma e as relacionadas com o sistema sexo-gênero, o que geram conflitos cada vez mais abertos entre feministas e o movimento galeguista. Nesse debate se encontra os mitos do patriarcado com igualdade (RISCO, 1979), a permissividade sexual das mulheres na sociedade galega ou mesmo da existência de um matriarcado, baseando-se no feito de que a participação das mulheres em todas as atividades

agrícolas e no sistema de herança que supostamente concederia poder às mulheres, especialmente às labregas que são tomadas como paradigma das mulheres galegas, homogeneizando toda a sua heterogeneidade. As feministas questionam essa idealização por levar consigo a defesa da família tradicional como base da sociedade, o que leva a manutenção do papel de mulher sem colocar sobre a mesa as contradições do sistema sexo-gênero. Elas defendem a necessidade de inserir na luta pela liberação nacional e social galega um marco de ruptura dos privilégios materiais que os homens, como grupo social, têm acumulado sem pretender tê-los como inimigos, para isso se faz importante achegar-se a realidade das mulheres galegas e labregas, afastando-se do mistisismo galaico. Por outro lado, o discurso nacionalista acusam as feministas por dividir o movimento popular ao levantar tais contradições (BARRIO, 1990; BARRIO; SANTOS, 1988; MÉNDEZ, 1999; MUÑIZ *et al.*, 1988; QUEIZÁN, 1977). Nesse contexto de debates, é que o movimento feminista galego se diversifica, se amplia e ganha visibilidade no cenário político galego. Aumenta-se o numero de grupos e de revistas feministas e aparecem as primeiras secretarias de mulheres dentro dos sindicatos, acompanhando a pressão interna e externa das feministas.

4.1 A emergência de uma Secretaria da Muller no SLG

O terceiro Congresso (*III Congreso das Comisións Labregas*) ocorre no ano de 1989 em Lugo, com o lema: "*O futuro, campo común*". Nesse congresso muda-se o nome de "*Comisións Labregas" (CC.LL)* para "*Sindicato Labrego Galego –Comisións Labregas"* (SLG-CC.LL). Nele, Lidia Senra é eleita como porta-voz do Sindicato, cargo de maior responsabilidade e visibilidade da organização (que vem a ser atualmente o posto de secretaria geral). Ela continuaria a ser a única mulher que compõe a então chamada de, "*Comisión permanente"*, futura Direção Nacional. (SENRA, In.: REGAL, 2010 p. 213-215)

> (…) O III Congreso marcou a inicio dun proceso tendente a consolidar un sindicato nacional galego (cousa que, por certo, non é doada) e esta foi a razón do lanzamento dun proxeto sindical anovador, baseado en dous eixos fundamentais que son: a unidade de todo o espectro social nacionalista, así como daqueles que queiran enfrontarse á política anti-galega e anti-labrega das administracións central e autonómica; e a vontade de coordinar e cohesionar as iniciativas organizativas propias dos labregos sen pretensión de absorcións (...) (SENRA, 1989)

É um congresso importante, pois é nele que se inicia o projeto de desvinculação com o *Asemblea Nacional Popular Galega*[83] (AN-PG) a qual está vinculada desde as suas origens. Esta separação tem por objetivo achegar-se mais a um projeto de auto-organização camponesa, incentivando a mais labreg@s a se incorporarem na estrutura sindical, que fizessem a análise das suas problemáticas e que construíssem propostas mais acertadas para si mesmas. O SLG se tratava de uma organização pequena, sem locais próprios com atividade sindical basicamente em Lugo e em Ourense. (REGAL, 2010) A agenda reivindicativa se baseia na defesa de uma agricultura familiar diversificada, sem qualquer tipo de limitação da produção (referente à política de cotas da CEE); a democratização dos espaços de toma de decisão das políticas agrárias do local como as Câmaras Agrarias, em Madrid ou em Bruxelas exigindo a sua representação nas três instâncias de poder; ademais de melhorias e incentivos a agricultura camponesa através de financiamento, clarificação do mercado, investigação agrária galega para os interesses do povo e melhora nos serviços de educação, sanidade e dos equipamentos culturais. (SLG, 1989) Nele houve pela primeira vez um espaço dedicado a situação das mulheres nas que se expôs uma série de reivindicações às administrações públicas, entre elas a de uma educação não sexista. (GONZALEZ, 1993)

Em 1990 se cria a "*Secretaria da Muller*", um espaço dentro da organização que trataria das questões específicas das mulheres. Nessa ocasião, assume a responsabilidade da secretaria, Maite Ferreiro com escassas atividades. Segundo relatos, a sua criação foi, mais bem, uma construção feita a partir de uma reflexão de Lidia Senra, então dirigente do Sindicato. Sem dúvidas, a sua presença e defesa por institucionalizar esse espaço fortaleceu a sua criação, no entanto, como ela mesma argumenta, faz parte de uma reflexão de um grupinho de mulheres ligadas ao sindicado que questionaram sobre as formas pelas quais se expressam as opressões do sistema sexo-gênero sobre as suas vidas e a das demais (REGAL, 2010). Por outro lado, a criação da *Secretaria da Muller* no SLG é uma resposta à onda internacional de formação de secretarias e setores dentro dos movimentos, organizações sociais e de organismos específicos nas instituições governamentais dirigidos às questões de igualdade e direitos das mulheres, refletida nos documentos e investigações sobre o assunto.

[83] Organização suprapartidária localizada dentro do nacionalismo galego de tendência socialista criada em 1975 que dará origem em 1982 ao *Boque Nacionalista Galego* (BNG).

Isso porque, como se verifica nos documentos, a nível institucional e governamental Europeu, o Tratado de Roma[84] (1957) coloca como um dos seus objetivos a igualdade de gênero em seus documentos. Mas é a partir da década de 1990 que esse tema recebe maior atenção. Elabora-se ao longo dos anos uma série de diretrizes e programas sobre igualdade de oportunidades, cujo fim é que tanto a Comissão Europeia como os Estados-Membros desenvolvam ações positivas, concretas e destinadas a melhorar o direito e a situação das mulheres particularmente no que tangente ao emprego. Tem importância o desenvolvimento do debate comunitário sobre a desigualdade derivadas do sistema sexo-gênero na política, a Comissão de Direitos da Mulher do Parlamento Europeu, com a produção de informes e resoluções desde 1988[85].

Com III Programa de Ação Comunitário sobre Igualdade de Oportunidades (1991-1995) [86], inclui nos seus documentos a análise dos sistemas eleitorais, a recolhida de dados por sexos e comparativos, guia de conduta para a igualdade entre homens e mulheres, a destinação de fundos para a investigação das causas da infrarrepresentação das mulheres na política, entre outras. Isso favorece a que, de forma gradual, as questões relativas ao sistema sexo-gênero se inserissem como preocupações ou pontos fundamentais do Direito Comunitário. Este orienta a maior parte das políticas referentes a este tema nos Estados membros, especialmente no Estado Espanhol, apesar do Direito comunitário não ter competência específica na UE em temas relativos ao sexo-gênero, das suas legislações serem brandas e da sua incidência se concentrar na igualdade entre homens e mulheres no âmbito laboral e na representatividade política. É importante atentar que esse III Programa Europeu se desenvolve ao mesmo tempo em que se constrói a CEE e quando se vive um momento de mudanças econômicas significativas. O que a torna a infrarrepresentação política das mulheres ser entendida como um atraso e subdesenvolvimento do status social e político dos

[84] Tratado que consolida a criação da CEE.

[85] A análise desses documentos não foi realizada no âmbito desse trabalho. Apenas são citados como marcos no contexto de ações e debates na sociedade.

[86] A UE tem o seu primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades de 1982-1985, o segundo é de 1986-1990, desenvolvido no contexto da formação da Europa dos Cidadãos. O terceiro, 1991-1995. É no marco deste III Programa da UE que está o II Plano de Igualdade de Oportunidades de mulheres do Estado Espanhol (1993-1995) e o I Plano Galego de Igualdade. (1992-1994) (ASTELARRA, 2005; BUSTELO; LOMBARDO, 2007).

Estados. Portanto, um problema para aqueles países que desejavam entrar na CEE[87], como são os casos de Hungria, Eslovênia e Grécia que sofrem restrições nesse sentido e recomendações para que se "modernizem". Quer dizer, que aumentem o número de mulheres nos espaços representativos e elaborem políticas relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres. Essas restrições também vão exercer pressão sobre outros Estados, como acontece com o Estado Espanhol e Português. (BUSTELO; LOMBARDO, 2007)

Nesse contexto, o Estado Espanhol e as suas comunidades autônomas seguem as estruturas e o modelo Europeu na formulação dos seus "Planos de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres" (PIOM)[88], ademais de serem financiados pelos Fundos Estruturais Europeus, respondendo as prioridades da UE. De acordo com Judith Astelarra, o I Plano Espanhol (1988-90) vai constituir um primeiro passo para a integração de Espanha no marco do desenvolvimento da Europa dos Cidadãos. Este Plano se propunha a definir, planejar e coordenar a política de igualdade do governo durante esses dois anos, tendo como prioridade a mudança legislativa seguindo as cinco diretivas do marco europeu. (ASTELARRA, 2005) Nesta mesma linha seguem os Planos para a Igualdade de Oportunidades das Mulheres Galegas (PIOMG)[89], que ademais representam similitudes quanto ao diagnóstico do problema da desigualdade de sexo-gênero, seguindo a análise de María Bustelo e Emanuela Lombardo (2007).

[87] A CEE, logo UE, se regula pelos *Tratados* que são acordos vinculativos entre os países membros. Neles estão os objetivos, as regras que regem as instituições europeias, os processos de toma de decisão e a relação entre a União e os Estados-membros. Ao abrigo dos Tratados estão quatro tipos de legislação que são aplicados de diferentes formas: O *Regulamento* é uma disposição legislativa aplicada diretamente e vinculativa a todos os Estados-Membros. As *Diretivas* vinculam os Estados-membros, ou um grupo deles, com vista a conseguir determinados objetivos. Estas devem ser transpostas às legislações nacionais, ou seja, cabe a cada Estado decidir a forma de alcançar esses objetivos. Uma decisão é obrigatória em todos os seus elementos e podem ser dirigidas a Estados ou mesmo à uma pessoa em especial. Por último, existem as *Recomendações* e os *Pareceres* que não tem caráter vinculativo, ou seja, não há obrigação em serem executadas. Com relação aos temas de igualdade, depois do Tratado de Roma volta-se a haver acordo sobre o assunto em 1997 no Tratado de Amsterdam. Neste se estabelece como uma das missões a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres e a promoção da igualdade introduzindo este principio em todas as políticas e programas. Logo, existe uma série de diretivas, regulamentos e resoluções que vão impulsionar as políticas de igualdade /gênero nos Estados-Membros como é o caso do Estado Espanhol. (ASTELARRA, 2005; BUSTELO; LOMBARDO, 2007; COMISSÃO EUROPEIA, 2013; EUROPA, [S.d.])

[88] A sequência de Planos até a atualidade é: I PIOM (1982-1985); II PIOM (1986-1990); III PIOM (1991 – 1995); IV PIOM (1996-2000); V PIOM (2001-2005) VI PIOM (2006-2010) V PIOM (2011-2015)

[89] I PIOMG (1992-1994); II PIOMG (1995-1997) III PIOMG (1998-2001) IV PIOMG (2002-2005); V Plan do Governo Galego para Igualdade entre Mulleres e Homes (2007-2010); VI Plan Galego para a Igualdade entre Mulleres e Homes (2013 – 2015).

Já nos espaços dos movimentos sociais o debate interno passa pelo questionamento feito pelas feministas à suposta igualdade dentro dos movimentos sociais mistos e de esquerda. Elas colocam sobre a mesa as contradições internas que reproduzem as opressões sobre as mulheres. Desmiuçam todo o acúmulo dos debates-ações produzidos por elas, principalmente nos agitados anos da década de 1970, e da complexidade que ganham os debates na década de 1980, que ampliam a noção de poder e política para além dos Estados e da classe dominante, levando-a a todos os lugares. A defesa dos espaços próprios para as mulheres continua a ser uma das estratégias de introdução das reivindicações feministas e das especificidades do coletivo de mulheres. Nesse contexto, a criação de um espaço para auto-organização das mulheres no interior das organizações dos movimentos sociais representa por um lado, uma "exigência" social e uma demanda das mulheres partícipes dessa organização. E por outro, uma iniciativa vista como positiva de cara aos outros movimentos (especialmente o feminista) e sociedade em geral, no reconhecimento das desigualdades do sistema sexo-gênero. No seu conjunto, revela ser uma ação de visibilização da existência das problemáticas vividas pelas mulheres como grupo social oprimido e a valorização e incorporação das suas reivindicações por essa determinada organização.

No território galego encontramos organizações como a *Intersindical Nacional dos Trabalhadores Galegos* (INTG) e as *Comisiones Obreras* (CC.OO) que já tinham instituído espaços específicos e de auto-organização das mulheres em anos anteriores aos 90, como descrevem nos artigos publicados pela Revista Andaina. (CONSELLO DA CULTURA GALEGA, 2013; 1990; 1990) No entanto, é curioso verificar que ao contrario do que acontece nessas organizações que têm espaços próprios das mulheres, é a responsável máxima do Sindicato, Lidia Senra, quem denuncia a dupla discriminação que sofrem as labregas nessa mesma publicação. A posição que ocupa e a forma como aborda os problemas enfrentados pelas labregas nos dá a entender que existe uma maior apropriação do discurso feminista pelo SLG do que as outras organizações que também escreveram nesta revista. Em especial no artigo intitulado "*A muller labrega*" publicado em 1990, Senra expõe a situação de não reconhecimento e inaplicabilidade de diversos direitos que a nível geral foram adquiridos como o direito à maternidade, o acesso à informação para a planificação familiar, contraceptivos, saúde especializada, o próprio divórcio, a incompreensão e marginalização que sofrem as mães solteiras no meio rural por parte da família e da sociedade fazendo com

que estejam obrigadas a arcar com consequências de marginalização por toda a sua vida. Ademais, fala de um dos problemas derivados do sistema discriminatório de cotização no *Réxime Especial de Seguridade Social Agraria* (REASS), que considera como trabalhador(a) agrária somente aquelas pessoas que estão dadas de alta nesse sistema, tendo graves implicações na vida cotidiana das labregas que, posteriormente, serão tratadas pela *Secretaria da Muller* e pelo Sindicato.(1990)

> Nos procesos electorais á Cámaras Agrarias, exixe-se para poder elexer ou ser elexidas a cotización á Seguridade Social Agrária, e como na maioria das explotación as condicións económicas non permiten que coticen os dous, é a muller a que non cotiza; polo tanto quéda-se a muller sen poder exercer ese dereito. É dicer, na practica somos traballadoras agrárias, pero oficialmente somos "axuda familiar". Neste terreo poderiamos seguir falando longo e tendido e ver como o divórcio é algo tamén practicamente inaplicábel e asi moitos outros dereitos. (SENRA, 1990)

Como argumenta Tareixa Regal, esse processo de toma de consciência e auto-organização é feito de maneira coletiva e processual à medida que se avança nas discussões sobre as problemáticas vividas por elas como líderes sindicais e pelas suas companheiras. Apesar disso, a *Secretaria da Muller* do SLG fica sem responsável de 1992 a 1994 diminuindo, ainda mais, as suas atividades. No entanto, a auto-organização não desaparecem completamente. A comarca de Betanzos, mesmo sendo exceção, mantém um grupo de 15 mulheres que se reúnem continuamente. Também se observam atividades na comarca da A Estrada (REGAL, 2010) com algumas reuniões, além de escritos e ciclo de conversas sobre saúde e o REASS. Segundo a entrevista de Senra, também na Revista Andaina (1993), algumas mudanças são percebidas no interior da organização, como o feito de passar a ter filiação feminina e uma maior participação delas nas assembleias. Nesse período se constata que um 30% da afiliação é feminina (Epílogo DÍAZ; MUÑIZ, 1995) Ademais, se reconhece como parte do trabalho do SLG desenvolvido a nível Europeu o feito de levar as reivindicações pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e da juventude nas explorações agrarias e a exigência de mudanças no sistema de REASS espanhol, pontos discutidos e incorporados pela CPE. Isso indica a existência de discursos e ações no interior do SLG que mesmo sem um espaço formalizado e específico de mulheres que dá passos na elaboração de análises e realização de ações sobre as desigualdades e injustiças relacionadas com o sistema sexo-gênero. (FOUCE, 1992- *O traballo do Sindicato Labrego Galego no ámbito europeo*, p. 17)

4.2 Labrando o Futuro

O IV Congresso do SLG em 1994 com o lema "*Labrando o Futuro"* marca uma distância com respeito aos partidos políticos e coloca exigência cara a eles. (PÉREZ, 2012) Se consolida definitivamente como sindicato representativo dos interesses da comunidade campesina, tanto pela sua implantação em toda a Galiza e ampliação dos setores nos que atuam, como pela sua capacidade de oferecer alternativas para uma agricultura que beneficie o conjunto da sociedade. A conquista do fim da C*ota Empresarial* em 1993 depois de 18 anos de uma campanha continuada, ajudou na sua divulgação, enraizamento e legitimação por todo o território galego conseguindo duplicar o número de afiliação (FOUCE, 1993, *Lidia Senra Rodríguez: secretaria portavoz do SLG.CCLL*. p. 7-8). Neste Congresso, Lidia Senra continua a ser a única mulher a fazer parte *Comisión permanente*, sendo reeleita no cargo de maior responsabilidade. Nele também é definido os seus eixos básicos com o fim de conseguir efetivar um modelo agrário desejado. Além disso, o SLG se consolida como parte da CPE com a inserção de Senra na sua Executiva e da sua participação na criação do projeto da Via Campesina consolida em 1993, outra fonte de articulação de diferentes lutas e de formas de organização da que o SLG está vinculado.

No mesmo ano do IV Congresso do SLG, Purificação Seoane Albela assume a reponsabilidade da *Secretaria da Muller* que se soma à responsabilidade da comarca de Pontevedra. Como apoio técnico da Secretaria está Carmen Freire que também já tinha a responsabilidade da comarca de Betanzos. (REGAL, 2010) As informantes desse trabalho confirmam o feito de que a Secretaria não existia enquanto organismo institucionalizado nesse momento, mas atuavam sobre essas problemáticas. Poder-se-ia falar de algumas mulheres que faziam determinadas ações e seguiam a diante com alguns casos.

> Si, xa estaba, (a Secretaria da Muller) xa levaba uns anos funcionando, o que pasa é que non lle daban dinamicidade por falta de .. por falta de medios. Por falta de.. de haber alguén que realmente diga: “ah! Pois vamos a dinamizar eso porque realmente merecémolo como labregas unirnos e ter o noso espacio propio, non. (Entrevista 7 M)

Alguns desses casos levados adiante estavam relacionados com às negativas a dar-se de alta na REASS e/ou expulsou-as da mesma de várias afiliadas ao SLG, sob a justificativa de que, por elas terem menos ingressos do que os seus maridos, que trabalham fora da exploração agrária, não lhes seria permitido por lei cotizarem na seguridade social.

> A Secretaria naceu, xa nin non che sei dicir cando. Era la por alá nos anos 90. Inicialmente naceu con un tema moi concreto e era xusto co un tema relacionado co iso que acabamos de dicir, da seguridade social. E naceu porque houbo nun sitio concreto que era a zona da Estrada e expulsaron, non sei, a unha, dúas ou tres mulleres da seguridade social agraria. A unhas expulsaron, e a outras non lle deixaban acceder. Vale, entón, bueno, en ese momento alí había un par de mulleres, así pues dinámicas no sindicato. (...) Si, si todo é cando a secretaria como tal, non estaba nos estatutos, non existia nin nada. Pero eso, foron un grupo de mulleres que fixeron eso. Pois a partir de ai, porque houbo un par de casos e se gañaron co moito tempo, porque a Seguridade Social é unha das cousas que aquí mais así… lenta, e que se quedou mais nos anos do franquismo que outras cousas. Pois bueno, e se conseguiron gañar e a partir de aí, e a parte deso que empezaron a aparece nos periódicos se empezara a visualizar eso e tal, é.. pois esa información empezou a chegar outras comarcas que se había mais casos que se non. Un pouco o que igual nese momento sen ser consciente. Pois que tu, detéctaste unha inxustiza atúaste ante dela, pero sen ser consciente moito e sen parar a pensar o que estabas facendo, pois aí foi un pouco os comezos da Secretaria con temas puntuais da seguridade social, tanto de expulsión, que sen estes que che comentaba, como de non aceso. Porque bansandose, eso nunhas leis da época franquista, se a túa parella pois tiña xa un negocio e estaba de alta e tal, tu non tería dereito a darte de alta en actividades pola túa conta. (Entrevista 2, M)

O primeiro julgamento é favorável ao SLG em 1996, dando pé a uma campanha de verificação de casos e situações similares que se espalha por toda a Galiza, além da reivindicação de mudanças na legislação a nível estatal conquistada em 2003. [90] Nesse período a Secretaria se fortalece. O que antes era entendido como questões localizadas se ampliam a todo o território galego e a organização toma consciência da importância dessas discussões para o seu próprio desenvolvimento.

> E eu creo que aí fomos quen, que fomos capaces de pasar… de avanzar e de facer que todo iso pois e.. fora.. primeiro que a organización fora consciente deso...que a organización, polo tanto, o tivera dentro do seu ordenes do día, ou das súas tal. E polo tanto ter, espazos totalmente lexitimo e eso.. e con totalmente lexitimidade para bueno, para falar, para propoñer cousas, para tal, ou sea, que se non se podía quedar en o que ven de ali, ou igual mais ben nin vir, ni chegar. Igual era, bueno, un grupo de mulleres ou xa nun grupo que igual tiñas cousas concretas nun sitio se.. analizada e resolvía ben e se non alí se iba a quedar. Entón eu creo que ai si pasamos do… un pouco do local a un pouco xa, a un aspecto e… nacional. E si esa

[90] Ley 36/2003, de 11 de noviembre. de medidas de reforma económica por la que se eliminaron las restricciones legales del Decreto 2123/1971, que impedía que marido y mujer en una misma explotación pudieran cotizar el Régimen Especial Agrario de la Seguridad Social como trabajadores por cuenta propia (MAGRAMA, [S.d.]).

> institucionalización, por chamarlo así, aunque esas palabras nos soe tan tal… e non nos gusten moito e tal, pero bueno, para nos é positiva. (Entrevista 2, M)

Ganhar uma ação na justiça contra a REASS, ou seja, contra uma lei discriminatória do Estado, significa um feito muito respeitável dentro do campo da esquerda, o que legitima as reivindicações das mulheres perante o Sindicato e a sociedade como um todo. Para o SLG também representa mais uma vitória que vale como afirmação, de cara a sociedade, da sua responsabilidade com aquelas pessoas que sofrem injustiças. Com uma vitória como essas outras práticas se fazem necessárias para dar continuidade a esse caminho e reafirma-lo. Percebem-se mudanças na linguagem, por exemplo, de um masculino generalizado para a inclusão de términos neutros e inclusão dos femininos, tanto por Lídia Senra nos seus discursos, entrevistas e artigos, como no próprio jornal da organização. Neste último, aparecem sinais dessa preocupação sobre o ano de 1996.

A conjuntura internacional do pós IV Conferência Mundial da Mulher – ONU – em Pequim no ano de 1995, contribuiu para esses pequenos passos dados pelo SLG. Nela participam cerca de 17.000 representantes dos Estados e 30.00 ativistas que identificam 12 esferas de atuação prioritárias consideradas como obstáculos para alcançar a igualdade: 1- mulher e pobreza; 2- Violência contra a mulher; 3- Mulheres e conflitos armados; 4- educação e capacitação das mulheres; 5- Mulheres e economia; 6- mulheres e saúde; 7- mulheres no exercício do poder e da adoção de decisões; 8- os direitos humanos das mulheres; 9- mecanismos institucionais para o adiantamento das mulheres; 10- as mulheres e meios de difusão; 11- mulheres e o meio ambiente; 12- as crianças mulheres. O grande protagonismo do tecido social nesta conferência contribuiu para que marcasse um ponto de inflexão no discurso internacional quanto ao tratamento da igualdade entre homens e mulheres, pois passa a entender que as situações de desigualdades enfrentadas pelas mulheres são de responsabilidade de toda a sociedade, por isso o seu tratamento deve deixar de ser setorial para integrar o conjunto das políticas. Nela se aprova uma Declaração e uma Plataforma de Ação da que ressalto três aspectos: 1) a demarcação do termo “gênero” segundo o qual as relações entre homens e mulheres são vistas como resultado de padrões sociais e culturais, o que permite sua modificação; 2) a noção de empoderamento da mulher, que ressalta a importância da postura feminina ativa sobre seu desenvolvimento e da participação do governo e da sociedade na criação das condições para que isso ocorra; 3) a ideia de

transversalidade, que garante que a perspectiva de gênero seja incorporada em todos os temas abrangidos pelas políticas públicas. (ONU MUJERES, [S.d.])

Nesse caminho, a *Secretaria da Muller* começa a tomar forma e a ocupar espaço na organização sindical. Concentra suas forças em duas frentes: no direito das labregas a cotização ao REASS, dando continuidade a campanha e abrindo o debate sobre o "*dereito á titularidade das explotacións agrárias*". Com relação a este último, a legislação estatal impedia que as labregas tivessem o direito à titularidade da exploração quando o seu marido fosse titular de outra, ainda que fossem casos de herança. [91] Essa condição fez com que em 1996, o SLG levasse o caso de uma afiliada à justiça por se tratar, mais uma vez, de uma discriminação na lei estatal que a advogada Célia Balboa o defendeu desde uma perspectiva jurídica, claramente feminista, como ressalta Tareixa Ledo (2010).

A campanha pelo direito à titularidade de uma exploração agrária independente do seu cônjuge e do direito a cotizar a REASS deram entrada a outra campanha que ainda hoje está na agenda das labregas de todo o Estado: a campanha pela titularidade compartida. Através dessas campanhas começou-se a verificar e a difundir as consequências derivadas da figura de "ajuda familiar", das limitações à cotização na REASS e da relação entre esses sistemas, ademais de propor soluções a essas problemáticas.

Para entender a importância disso na vida das labregas é preciso atentar a como se organiza os direitos e a gestão da propriedade agrária no Estado Espanhol. Para começar, existem dois tipos de titularidade: a titularidade da terra, que se refere à propriedade da terra e a titularidade da exploração agrária, relacionada a que uma pessoa é representante e responsável de uma determinada atividade agrícola. São dois sistemas diferentes no que uma pessoa pode ser a titular da terra e não ser a titular da exploração e vice-versa. Uma situação muito comum no território galego onde "um pedacinho de terra não se vende". [92] A titularidade da terra é transpassada por venda ou herança. A titularidade da exploração é, mais bem, estabelecida por contrato ou concessão feita entre a pessoa proprietária (titular da terra) e a que será responsável pela atividade agrária a ser desenvolvida nessa parcela, podendo esta

[91] Toda propriedade agrária deve constar de uma titulação da exploração agrária.

[92] Frase muito popular que é repetida diversas vezes ao se tratar da estrutura agrária galega e do acesso à terra.

ser pessoa física ou jurídica. Até 2003[93] a legislação admitia somente a possibilidade de uma exploração agrária por unidade familiar, ou seja, num casal (homem e mulher, claro) somente um dos dois poderia ser titular de uma exploração agrária. No caso de que a pessoa não titular da unidade familiar quisesse ser titular de outra exploração agrária, isto lhe seria negado, mesmo tendo por direito a herança dos pais, por exemplo. Dito de outra forma, uma pessoa casada com outra que já é titular de uma exploração agrária poderia ter a titularidade de outra parcela de terra, mas não poderá exercer de responsável da atividade agrícola da mesma, quer dizer, ser titular de uma exploração agrícola.[94] A pessoa titular de uma exploração deve estar dada de alta na REASS, e é em seu nome que está o registro dos ingressos e demais propriedades no sistema tributário do Estado como animais, estábulos, etc. A própria legislação estatal contempla a figura de "ajuda familiar" ou "familiar colaborador", para designar aquelas pessoas, até 3º grau da geração familiar, que trabalha na exploração agraria. Essa pessoa pode, ou não, estar dada de alta na REASS, mas em todo caso, os ingressos e as propriedades derivadas da exploração não estão registradas no sistema tributário e nem figuram em seu nome. O que significa que não tem direitos sociais garantidos pelo Estado derivados do seu trabalho e dos seus investimentos. Uma das informantes explica que significado tem esse tipo de normas para a vida cotidiana.

> (...) a propia Seguridade Social contempla nas súas leyes, nos seus impresos, nas súas altas e todo. A familia, a figura de familiar colaborador, vale. Esa figura de familiar colaborar, evidentemente, pode ser igual para homes e para mulleres, pero a realidade nos dice que quen está en esa figura maioritariamente son as mulleres. Entonces, quen seria? Pois mulleres que cotizando, esa si que cotizarían, vale, non son as titulares da explotación. Entonces, pois eso, do ganado, dos dereitos que haxa, das axudas que haxa, dos ingresos, dos tal, dos cual, de todo. Elas non constan para nada. Son familiares colaboradores. Entón, por eso te digo, é igual para homes e para mullleres, pero na realidade, a realidade si que nos dice que con esa figura hai unha discriminación de xénero. Porque quen está en maiores porcentaxes nesa figura son mulleres. (Entrevista 2,M)

As consequências desse emaranhado de sistemas são múltiplas para as labregas. Têm implicações no acesso às ajudas do Estado, financiamento para seus empreendimentos,

[93] A Lei 36/2003, de 11 de novembro de 2003 é uma medida de reforma econômica que elimina as restrições legais do Decreto 2123/1971 que impedia que marido e mulher numa mesma exploração agrária pudessem cotizar a REASS como trabalhadores por conta própria. (MAGRAMA, [S.d.])

[94] Os casos referentes à titularidade da exploração e as heranças são diversas e vao depender muito da zona e dos costumes da mesma. Algumas serão mais permisivas as mulheres e outras mais estritas.

autonomia na gestão dos seus recursos, reconhecimento como trabalhadoras agrárias, acesso a direitos como aposentadoria, sanidade pública ou maternidade.[95] Logo, vem as derivadas desses impedimentos primários como a dependência econômica do marido ou filho, carência de poder na toma de decisões sobre os seus recursos e nos espaços políticos como nas Câmaras Agrárias, por não serem reconhecidas e legitimadas como trabalhadoras agrárias, logo estão marginalizadas e estigmatizadas; a sua força de trabalho é então explorada e todas estas situações de opressão estão normalizadas e regulamentadas.

> Entón iso, que pasa? Iso pa que a nivel fiscal esa persoa, esa muller, non ten ingresos de cara a Facenda. E cando fai a renda, o sea, que non emites factura. Que quen emite facturas é a persoa titular da explotación. Entón, é a esa persoa a que figura os ingresos. Entón o 100% dos ingresos de leite, carne, horta, ou o que sexa que se produza están a nome desa persona, dese home. Se hai animales, estes animales están a nome desa persona. Se hai tractores, estes tractores están a nome desa persona. Se hai establo, os establos están a nome desa persona. Quero decir e se hai terra a saber como... entón aí as mulleres están completamente vendidas. En caso de separación ou tal, bueno, igual despois de 30 años de estar traballando... non teñen nada de nada. Nada lles pertence diso que estivo aí. E é mais, nunca tiveron ingresos en 30 anos. Sabes, de cara a oficialidade, non, de cara a facenda. Non son donas do seu traballo. (Entrevista 1, M)

4.3 Labregas ante a agenda 2000

Paralelamente as discussões sobre a titularidade e a REASS, o SLG lança em 1998 uma campanha de nome: "*Coa forza da nosa terra*", na defesa da exploração agrária familiar frente a crescente industrialização agrícola que favorece as grandes multinacionais agroalimentares, estabelecendo um mês de mobilizações em toda a Galícia. Em uma delas se concentram mais de 100.000 labreg@s em contra da *Cota do Leite* que queria implementar a CEE nos Estados membros. O vinho e a carne, que também passam a seguir diretrizes e normalizações europeias, se incluem nos motivos de manifestações, concentrações e abertura de negociações com o Estado e organismos da CEE.

[95] No que corresponde a certas ajudas, financiamento de empreendimentos, acesso a determinados direitos, entre outras passaram a ser permitidas às mulheres através do Real Decreto 297/2009 de 6 de março de 2009, sobre o título "*titularidade compartida em las explotaciones agrarias*". Neste decreto apenas estabelece medida de reconhecimento a nível administrativo da figura de co-titular da exploração. (ESPANHA, 2009; RED FEMINISTA, 2009)

A finais dos anos 1990 e inícios dos 2000 ganham força no FOUCE notícias relacionadas com debates e acordos entre organismos internacionais; as experiências de outros movimentos e organizações sociais de fora do Estado como o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST) do Brasil e as ações desenvolvidas por todo o mundo pela Via Campesina. Tal ênfase reflete uma maior atenção do SLG aos movimentos transnacionais e as mobilizações em diversas partes do mundo que caracterizam o contexto de intensificação do neoliberalismo e do distanciamento do conjunto da cidadania dos centros habituais de tomada de decisão. Esta é derivada da crise de governabilidade e representatividade dos sistemas políticos e do estado de bem-estar social que desloca para o cenário internacional os interlocutores e responsáveis políticos das demandas sociais. (ECHART MUÑOZ, 2008) Um contexto no que os OIG e corporações internacionais adquirem mais poder nos processos de toma de decisões (TARROW, 2012) provocando a necessidade, por parte da cidadania, de buscar novas estratégias prática de interferência. O aparecimento das OIG é para Tilly (2009) um elemento importante que contribuiu para a intensificação da internacionalização dos movimentos sociais à finais do século XX e início do XXI, nas que têm importância a Eco-92 no Rio de Janeiro - Brasil que marca "a voz dos atores/atrizes sociais no cenário internacional"; também as campanhas de solidariedade internacional (ECHART MUÑOZ, 2008); as campanhas e protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em toda a América Latina; a oposição ao Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1997 e 1998, além das mobilizações contra o grupo G-8. (MARTINEZ; CASADO; IBARRA, 2012) Mobilizações e espaços que se identificam como anticapitalistas e anti-autoritário e que se propõem a organizar-se de forma horizontal e descentralizada como a Ação Global dos Povos (AGP), reunida pela primeira vez em 1998 em Genebra, na que tiveram principal protagonismo movimentos indígenas, camponeses, feministas, desempregad@s, ocupas, ecologistas, entre outros, em que um dos seus lemas era "Nossa resistência será tão global quanto o capital". Todas elas deram suporte para a realização das protestas de Seattle em 1999[96] contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) que marca o seu surgimento midiático e a consolidação do movimento altermundialista como ator internacional. Espaços

[96] Ver notas no capítulo Movimento Sociais: um ator chave pela justiça social.

nos que o SLG se faz presente e se retroalimenta, trazendo para a Galícia as questões e as experiências adquiridas, e vice-versa.

O Movimento Altermundialista, como já sinalado antes, aglutina redes de diversos movimentos sociais que negam a globalização neoliberal apostando por criar alternativas dentro do compromisso com a justiça global. Umas das suas características é a diversidade e a pluralidade dos seus sujeitos e das suas ações. Esses movimentos buscam construir redes e pontes entre suas/seus integrantes e suas organizações com uma determinada estabilidade tentando superar as diferenças identitárias e sociais, ademais dos problemas das estruturas descentralizadas, primando por modelos organizativos mais horizontais, assembleários de participação política mais direta, em oposição às representativas.

Por isso, temas como as negociações da OMC, a Política Agraria Comum (PAC), a Comissão Europeia, as patentes e a tecnologia genética são discutidas no V Congresso do SLG titulado "*Cos pés na terra*" realizado em 1998. Nele também foram preocupações a questão ambiental, a qualidade alimentícia, a precarização e o deterioro das condições de trabalho e da qualidade de vida campesina que também são percebidas de forma cada vez mais explicitas nas notícias e atividades que participa e realiza o Sindicato. Neste Congresso, a participação das mulheres na comissão permanente se amplia. Agora, junto com a reeleita como porta-voz Lidia Senra, estão: Pilar Guimarei Souto, Nuria Rodriguez Rodriguez e Cruz Vale Gómes, mudando um pouco o cenário representativo. (REGAL, 2010)

No ano seguinte (1999) o SLG recebe e organiza em Santiago de Compostela, através da CPE – Via Campesina, o 1º Seminário Europeu com perspectiva de gênero com o título "*As labregas ante a Axenda 2000*". Esse seminário teve como finalidade analisar as repercussões da Reforma da PAC na vida das labregas europeias. Contou com uma boa participação das labregas galegas, especialmente da comarca de Betanzos com 50 mulheres. Essa atividade está relacionada com a política da Via Campesina iniciada em abril de 1996. Nesta conferência constatou-se que somente o 20% das participantes eram mulheres entre as representantes de 69 organizações de 37 países, situação que vinha se repetindo em todas as ocasiões. Chegado o momento de eleger as pessoas representantes para compor o Comitê de

Coordenação Internacional (CCI), que é feito através de grupos de trabalhos regionais, [97] que "coincidentemente" todos os eleitos eram homens. Nesta ocasião as mulheres chamaram atenção para o acontecia, parecendo-lhes inaceitável para um movimento que luta pela justiça e pela igualdade entre as pessoas. Assim, decidiu-se que os oito grupos de trabalho voltassem a se reunir repensando seus representantes. No entanto, somente uma mulher, Nettie Wiebe, sai eleita para compor o CCI e é a primeira mulher a mulher a dirigir uma organização nacional de agricultura no Canadá [98].

A partir desse Congresso, a Via Campesina criou na sua estrutura o *Grupo de Trabalho Internacional de Mulheres* com o objetivo de, segundo a própria Wiebe, concentrar em articular as suas análises, melhorar suas capacidades e alcançar a igualdade política e social tanto dentro das organizações e do movimento como em todos os âmbitos das vidas das camponesas (2013). A estratégia montada por esse grupo de trabalho foi organizar reuniões informativas e de promoção das diversas capacidades das mulheres através de oficinas de gênero regionais. Além disso, incorporaram a estratégia da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) de organizar assembleias de mulheres antes dos grandes eventos ou congressos com o objetivo de preparar as perspectivas e posturas para as conferencias gerais e os plenários. [99]

> Gracias a lo aprendido de las experiencias de las mujeres de CLOC, las mujeres de La Vía Campesina adoptaron un patrón que consistía en organizar asambleas de mujeres antes de los grandes eventos o conferencias con el fin de garantizar que estábamos bien preparadas para articular nuestras perspectivas y posturas en las conferencias generales y en los plenarios. Debido a que los espacios públicos han estado tradicionalmente dominados por los hombres, a las mujeres puede resultarles difícil hacerse oír. Organizar reuniones preliminares de mujeres nos ayuda a entendernos mejor así como a construir relaciones de confianza, validar nuestras experiencias y análisis a la vez que nos da mayor confianza para ocupar de manera efectiva los espacios a los que tenemos derecho. Estos encuentros de mujeres también suelen estar llenos de alegría ¡y suelen ser divertidos! (WIEBE, 2013, p. 4)

[97] A Via Campesina se organiza por regiões territoriais como Europa, América Central, América do Norte, etc. neste período contavam com oito Grupos de trabalhos regionais; hoje são nove.

[98] Nesse Congresso foram temas de preocupação do campesinato a soberania alimentar, a reforma agrária, o crédito e a dívida externa, a tecnologia, a participação das mulheres e o desenvolvimento rural, por citar alguns.

[99] A juventude também se apropriou dessas estratégias e hoje realizam assembleias antes dos Congressos Internacionais.

A primeira Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina acontece em 2000, de onde sai o primeiro documento público de análise das mulheres camponesas compondo o texto do III Congresso Internacional da Via Campesina[100]. Neste congresso é quando se logra uma mudança estrutural na Via Campesina aprovando a paridade nos órgão de representação a nível regional e mundial, o que significa que a CCI passa a ser composta por dois membros de cada região, um homem e uma mulher. Uma mudança que, de acordo com um dos líderes da Via Campesina, Paul Nicholson, representou o início de um processo interno de reflexão sobre o papel das mulheres na luta campesina. Toma-se em sério a perspectiva de gênero, não só no âmbito da paridade, mas também estabelecendo um debate profundo sobre as raízes e expressões do patriarcado e sobre a violência contra as mulheres no mundo rural. Uma estratégia que forçou as organizações componentes da Via Campesina a incorporarem ações dirigidas a fortalecer a participação das mulheres, como no caso da *Conféderation Paysanne* de França que replicar essa mesma medida, segundo afirma Josie Riffaud. (SOBERANÍA ALIMENTARIA, BIODIVERSIDAD Y CULTURAS, 2010; VIVAS, 2012a)

Em 2005, no Encontro Internacional de Direitos Humanos e Igualdade de Gênero da Via Campesina, realizada na República Dominicana, sai a Declaração de Quisqueya que reclama a universalização dos direitos humanos. Nesta, ressalta as especificidades das consequências do Capital sobre as mulheres, exercendo grande influência sobre as ações e discursos do SLG. No ano seguinte (2006) se realiza em Santiago de Compostela o Congresso Mundial das Mulheres da Via Campesina que colocou a necessidade de fortalecer, ainda mais, as articulações entre as mulheres. Aprovou-se a criação de mecanismos para proporcionar um maior intercâmbio de experiências e planos de luta específicos. Entre essas estratégias estava a campanha internacional contra a violência machista e o trabalho de reconhecimento dos direitos das mulheres camponesas, exigindo igual e real direito de acesso à terra, créditos, mercados e direitos administrativos. Ações e discursos que aparecem nas reivindicações da *Secretaria da Muller* do SLG, que estão cada vez mais elaboradas e acompanhadas dessas articulações internacionais, principalmente com a Via Campesina e com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

[100] Pode-se aceder o texto desse congresso em: http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/327-genero9 . (VIA CAMPESINA, 2000)

Como já argumentado, a MMM se constitui hoje como um das importantes articulações feministas internacionais, desempenhando um papel importante na articulação do Movimento Altermundialista. Um dos seus eixos centrais de luta é, portanto, a crítica ao capitalismo e ao neoliberalismo global, sendo referência o seu amplo processo de mobilização e de educação popular (MMM, [S.d.]; TERRIBLE, 2008). Esta organização se consolida em 2000 como movimento internacional após a campanha contra a pobreza e a violência iniciada em 1998 por um chamamento das feministas quebequenses a todas as mulheres do mundo: "2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista". Essa campanha teve como resultado um documento de dezessete pontos de reivindicações apoiado por cinco milhões de assinaturas que foi entregue na ocasião da sessão extraordinária da ONU-Mulheres em 2000. Sessão mais conhecida como Pequim+5 com o lema: "A mulher no ano 2000: igualdade entre os gêneros, desenvolvimento e paz para o século XXI", realizada em Nova York na sede da ONU. Essa sessão pretendia examinar e avaliar a aplicabilidade da Plataforma de Ação de Pequim (1995), elaborar possíveis medidas e iniciativas futuras que estão registradas em dois documentos que reafirmam a Plataforma e propõem novas medidas,[101] o que passa a se fazer a cada cinco anos sucessivamente (ONU MULHERES, 1995).

Integrada na articulação internacional, cria-se na Galícia a Coordenadora Galega da MMM no mesmo ano 2000. Na que várias mulheres ao redor dessa articulação internacional participam das manifestações europeias que ocorreriam em Bruxelas. As relações com o nacionalismo galego também se fazem presente nessa coordenadora, ainda que a participação nessa plataforma não faça restrições. A forte participação das galegas nas Campanhas internacionais e as ações desenvolvidas a nível local, principalmente ao redor da data reivindicativas do 8 de março e 25 de novembro, que habitualmente realizam convocatórias. A forte incidência nas campanhas internacionais e a suas ações locais deram-lhe respaldo para organizar em 2004, na cidade de Vigo o encontro Europeu da MMM e o VII Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres em 2008. (MMM, [S.d.]; MMM-GZ, 2008, [S.d.], [S.d.])

[101] Documento disponível em: (ONU MULHERES, 1995)

4.4 O caminho da consolidação de espaços próprios das labregas no SLG

Em dezembro de 2002 Isabel Vilalba, labrega da *mariña lucense*, assume a responsabilidade da Secretaria da Mulher do SLG, mas já era responsável desde 1999 da comarca da Mariña de Lugo. Inicialmente poucas eram as labregas que participavam das reuniões comarcais e nacionais, um dos motivos que levou a *Secretaria das Mulleres* a marcar como objetivo a representação de pelo menos uma labrega de cada comarca nas reuniões da Secretaria e que elas fossem as que organizassem e marcassem as linhas de ação sindical. A atuação da Secretaria já nos primeiros momentos foram no sentido de impulsar uma dinâmica mais regular e estável à Secretaria, mantendo reuniões periódicas de labregas a nível comarcal e nacional "*co fin de determinar cales iniciativas son prioritárias para conseguir unha melloría nas condicións de vida e de traballo das labregas*" (FOUCE, nº208, março 2003, p. 9).

O trabalho que já vinha sendo feito de maneira mais isolada ou desarticulada é fortalecido na medida em que passa a ser planejado e articulado, dando visibilidade e continuidade por meio de campanhas que reivindicavam medidas de ação positiva para as mulheres, outras de caráter informativo referente às ajudas econômicas, ou de análise e ações para erradicar normativas de caráter discriminatório vindas do Estado como a da titularidade e a da REASS. Também elaboravam ações de reivindicações cara a administração Estatal contra determinadas leis e para a melhoria dos serviços públicos, especialmente os relacionados com a sanidade, educação, saúde e transporte, que em palavras da secretária em função, Isabel Villalba, são serviços que incidem diretamente na qualidade de vida das mulheres. (FOUCE, nº208, março 2003)

Assim, uma das primeiras ações de peso a partir desse período foi a realização de uma jornada de discussão dirigida às labregas, durante todo um final de semana, no que se tratou especialmente sobre as relações familiares e os problemas identificados nesse âmbito, com vistas a fazer propostas para a *Conselleria da Familia*[102] e sobre o tema, ainda denominado

[102] Conselleria se assemelha às Secretarias do poder executivo dos estados e dos municípios brasileiros.

cotitularidade ,[103] com o intuito desenvolver melhor as estratégias de ação sobre ele (FOUCE, 2002, p. 9).

Nesse processo de fortalecimento da Secretaria, o grupo de mulheres de Betanzos se destaca pela quantidade de atividades que desenvolvem e a sua maior participação na dinâmica sindical. Nessa comarca surgem iniciativas como visitas, reuniões, encontros que vão sendo incorporadas pela Secretaria e levada a outras comarcas. Também fazem análises das políticas sindicais com perspectiva de gênero e propõem modificações nos Planos de melhora e nas ajudas de incorporação às explorações, além de desenvolver a companha da "cotitularidade". Também se questionam sobre a participação das mulheres em espaços mistos, em consequência, começam a participar das reuniões do setor de leite da comarca e a nível nacional propondo uma das companheiras para a Direção Nacional sendo efetivamente esta eleita, Maria García Vasques, no congresso de 2003 (REGAL, 2010).

A aposta da *Secretaria da Muller* por fomentar a participação e a organização das mulheres nas comarcas parece ter efeitos imediatos. Em 2003 na comarca de Ordes as mulheres também começam a realizar atividades próprias, como jornadas para mulheres sobre saúde, cuidados, transformação de alimentos, oficinas, entre outras. Realiza em 2004 a primeira *Festa das Mulleres* que perdura até os dias de hoje por ocasião do dia 8 de março, que se repete em Galego (Frades) no ano seguinte e em Mésias em 2006, seguindo por outras comarcas. Nessa linha, as mulheres da comarca de Muxia realizam em 2004 um intercambio de experiências com labregas da costa que combinam atividades agrárias com a pesca de marisco. A Secretaria também organiza viagens para debater e conhecer experiências de mulheres fora da Galícia, assim viajam à Astúrias (2003), Portugal, Múrcia, Cantábria (2004), a Teruel e Andalucia (2005) (FOUCE, nº 215, nov. 2003, p. 10 REGAL, 2010). Paralelamente organiza espaços de encontro entre as comarcas como as realizadas em Montouto (Ames) em 2004 nos que intercambiam experiências, falam das suas inquietudes, dos seus projetos e vivências enquanto labregas que possibilita ver-se a si mesma como espelho da outra e assim, ir construindo uma identidade coletiva de mulher labrega dentro da

[103] No início dos debates sobre como tratar o tema o nome proposto foi *cotitularidade*, mas no processo de maduração dos debates percebeu-se que o nome mais apropriado para designar o que elas queriam com uma legislação era *titularidade compartida*. Esse termo explicava melhor a necessidade de constar em igualdade de condições os recursos e o trabalho desenvolvido dentro de uma exploração agrária.

organização. Ademais, esses espaços favorecem a elaboração de um discurso coletivo, o desenvolvimento de capacidades participativas como a fala, a escuta, a análise e elaboração de propostas de forma coletiva que servem de treinamento para a participação nos espaços mais amplos como também fala Fraser (2011) e também de reflexão sobre as suas condições de vida, seja para as labregas, seja para as trabalhadoras do Sindicato, como fica registrado no FOUCE.

> (…) gustoume a posibilidade de poder falar dos nosos problemas como mulleres. As mulleres de Cuntis temos os mesmos problemas cás de outros lados (...)" (Rocío, Cuntis) "Para min é moi bo ter a posibilidade de saír da casa e aprender todas estas cousas" (Mariña, Val do Dubra); "o mais importante é o ánimo que dan como muller e traballadora as xuntanzas de mulleres" (Marga, de Vilalba); "Estamos mimando o xermolo dunha revolución. Espero que o xermolo teña moito éxito" (Vilma, Mondoñedo). (FOUCE, nº217, xan. 2004, p.7)

As dificuldades enfrentadas pelas labregas no seu dia a dia recolhidas nesses trabalhos começam a aparecer de forma organizada através de denúncias de cara ao Estado e a sociedade. Elas articulam as necessidades e as especificidades das labregas com as discussões e reivindicações feministas e das mulheres que estão na agenda política local e internacional. Os temas que conseguiram lançar para discussão pública e nas instituições governamentais locais e internacionais, em especial a União Europeia e o Estado Espanhol, se destacam as desigualdades de sexo-gênero na política e a violência contra as mulheres. Como exemplo, estão as discussões ao redor do projeto de lei do Estado Espanhol que trata sobre as medidas de proteção integral contra a violência de gênero. (ESPANHA, 2004)

Com relação à violência contra as mulheres, por exemplo, se denúncia a insuficiência e a ineficácia dos programas oficiais de luta contra a violência de gênero, intensificados pelo entorno social e as dificuldades econômicas do meio rural como a sua marginalização e estereótipos que fazem com que esse grupo social seja mais afetado pela maior carência de serviços públicos em comparativa com o urbano. Soma-se o feito de que os serviços e as políticas existentes não terem em conta as suas especificidades e necessidades, que as levam ter uma maior dependência econômica com relação a figura masculina familiar, derivadas das condições legislativas que impedem a sua participação paritária nos bens da exploração na que trabalham, as menores oportunidades laborais, o peso da tradição e da opinião dos demais da comunidade, interferindo na sua rede de sociabilidade, etc. (FOUCE, nº 216, dez, 2003 p.6

"*A pasividade agrava a violencia de xénero no medio rural"*). Condenam a Fraga[104] pela naturalização da violência de gênero, no caso da condena do prefeito de Toques por abuso sexual a uma menor. (FOUCE, nº 218, 2004, p. 4 e 13 "Fraga cómplice" e "Condena das declaracións de Fraga polo caso de Toques".) Além disso, se destacam por delatarem a mercantilização dos serviços públicos, principalmente a educação e a sanidade, a precarização do trabalho das pessoas cuidadoras, levando ao aumento da responsabilidade dos cuidados sobre as famílias, logo sobre as mulheres. Também incidem sobre exclusão no tratamento das especificidades dos riscos laborais para as labregas por parte da administração, entre outras. Nesse sentido demonstram o seu apoio à *Plataforma Galega en defensa da Sanidade Pública* que leva uma taboa dereivindicações à administração. (FOUCE, nº219, março 2004, p. 11[105])

Informam a afiliação sobre as ajudas aos empreendimentos liderados por mulheres como no caso do programa Emega[106]. Mantêm encontros com o *Servizo Galego de Igualdade* apresentando demandas para as labregas nas que se priorizam a necessidade de fomentar ajudas concretas e diretas, e novas fórmulas jurídicas que possibilitem a titularidade compartida nas explorações agrárias, reconhecendo a participação paritária em questões de direitos, cotas, animais e outros bens da exploração, principalmente nos casos de separação ou morte. Eliminação das travas legais e normativas que atualmente impedem a que as mulheres sejam titulares de exploração independentes das condições dos seus familiares homens. Insistem sobre a necessidade de uma seguridade social agrária acessível, coerente com a

[104] Nesse período, presidente da Xunta de Galicia.

[105] Na taboa de reivindicações constava: 1- saúde específica para as mulheres: garantia de cobertura para toda a população; Controle e seguimento pelo Parlamento, potencialização e homogeneização das prestações e das equipes dos centros de orientação familiar existentes; Abertura de novos Centros de Orientação Familiar; Desenvolvimento do Programa da Mulher em Atenção Primaria oferecendo aos serviços dos recursos humanos e materiais necessários, assim como formação específica d@s profissionais; 2 - cobertura pela seguridade social de todos os contraceptivos, incluindo-o após o coito; 3- Cumprimento da atenção integral a todas as gestantes: educação maternal, controle e acompanhamento da gestação, acesso à anestesia peridural e participação do casal no processo; 4- garantir o acesso igualitário das mulheres ao aborto no serviço público de saúde; 5- oferecer adequadamente e com a distribuição geográfica devida as consultas de esterilidade e unidades de reprodução, garantindo a atenção tanto aos casais quanto as pessoas que o solicitem; 6- Funcionamento de programas preventivos e de promoção da saúde nos centros sanitários: câncer do colo do útero; atenção a mulher no período da menopausa e climatério; 7- Funcionamento de programas específicos à população adolescente, pessoas que trabalham na prostituição, imigrantes e soro positiv@s; 8- aplicação da educação para a a saúde em todos os níveis educativos.

[106] Programa Emega é uma subvenção para o apoio ao empreendimento feminino da Xunta de Galícia com o financiado pelo Fundo Social Europeu.

realidade, que permita às mulheres dispor de uma cobertura sanitária própria, receber uma aposentadoria ou reconhecimento das doenças laborais próprias das mulheres labregas, assim como o direito a baixa laboral e o reconhecimento de incapacidade laboral, (FOUCE, nº220, abril, 2004, p. 1, Muller)

Por motivo da aprovação da *Lei Gallega para a Igualdade de Mulleres e Homes* ainda em governo liderado pelo Partido Popular (PP) em agosto de 2004, a responsável da *Secretaria da Muller*, Isabel Vilalba, afirmou que a lei era um passo importante para o reconhecimento das desigualdades e falta de oportunidades das mulheres. Mas alertou ser preciso estar atenta para as reais medidas a serem adotadas na sua implementação, uma situação recorrente (FOUCE, nº 225, 2004 p. 11, Muller). Uma preocupação derivada da utilização das políticas de igualdade de gênero por parte dos partidos conservadores que os levam a implementá-las em na aparência na busca por competir com a esquerda o voto feminino, pela pressão da crescente influência da legislação europeia e de uma maior incorporação das mulheres à política institucional. De acordo Marta Lois (2013), essas políticas se centrarão em fortalecer o papel de mãe tradicional no marco da família. Esta lei dedica um dos seus capítulos a participação das mulheres no desenvolvimento rural, reproduzida abaixo:

> Capítulo VIII
> A participación das mulleres
> no desenvolvemento rural
> Artigo 30º.-Os dereitos das mulleres no desenvolvemento rural.
> 1. A Xunta de Galicia adoptará, dentro das súas competencias, as medidas conducentes a eliminar a discriminación contra as mulleres en zonas rurais, coa finalidade de asegurar, en condicións de igualdade entre as mulleres e os homes, a súa participación nos beneficios dun desenvolvemento rural sustentable.
> 2. Para asegurar a participación das mulleres nos beneficios dun desenvolvemento rural sustentable, garántenselles os seguintes dereitos:
> a) A participación na elaboración, na decisión e na execución dos plans e das políticas de desenvolvemento rural a través das canles legais establecidas.
> b) A información de calquera das medidas públicas adoptadas de desenvolvemento rural con incidencia nos dereitos e deberes das mulleres.
> c) A educación e a formación profesional, coa finalidade de aumentar as súas capacidades técnicas no exercicio das súas actividades.
> d) O fomento público do cooperativismo e doutros sistemas de autoaxuda agraria coa finalidade de promover a igualdade de acceso das mulleres aos beneficios do desenvolvemento rural.
> Artigo 31º.-Titularidade e cotitularidade das explotacións agrarias.
> A Xunta de Galicia adoptará as medidas necesarias para facilitarlles ás mulleres o acceso e mantemento da titularidade ou cotitularidade das explotacións agrarias.
> (GALICIA, 2004)

Em dezembro desse mesmo ano foi aprovada a nível estatal a Lei Orgânica de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero (ESPANHA, 2005)[107], ampliando o espectro de "violência doméstica" a que se referia os anteriores Planos e a Lei de 27/2003 R*eguladora da Orden de Protección de las victimas de la violência doméstica*" (ESPANHA, 2003) recolhendo terminologias e formatos provenientes do impulso europeu como "transversalidade" e "ações positivas" (BUSTELO; LOMBARDO, 2007). Esta última lei inclui medidas preventivas e educativas como iniciativas de proteção e assistência às vítimas; aposta por uma criação de serviços de atenção, informação, ajudas e assistência à vítima e seus filh@s, direitos laborais específicos, endurecimentos da penalização aos agressores, criação de um julgado especial de violência contra as mulheres, criação da figura do fiscal contra a violência sobre a mulher e a criação da "*Delegación do Goberno contra a violencia de xénero"*. Sobre essa lei, a Secretaria se queixa publicamente nos meios de comunicação da não dotação orçamentária da lei, o que impede a sua efetivação principalmente no meio rural pelas suas especificidades. O último orçamento apenas atendia a situações extremas, sendo escasso para as prevenções e outras situações e serviços (FOUCE, nº 230, março, 2005, p. 12 Muller).

No âmbito galego institucional, a mudança de governo no ano de 2005 até princípios de 2009 vai representar mudanças quanto a orientação das políticas de igualdade nesse território. Têm importância a lei *7/2004, de 16 de xuño, para a igualdade de mulleres y homens*, a *lei 2/2007, de 28 de marzo, de traballo em igualdade das mulleres de Galicia* e a *lei 11/2007, de 27 de xullo, galega para a prevención e tratamento integral da violência de xénero.*

A lei *7/2004, de 16 de xuño, para a igualdade de mulleres y homens na comunidade autônoma de Galicia* (GALICIA, 2004), vai estabelecer os princípios de *mainstreaming* na sua elaboração, execução e seguimento de todas as políticas e atuações da administração autonômica. Aborda aspectos como a incorporação de informes de impacto de gênero na

[107] *Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género*. Sobre a análise do marco interpretativo (*policy frames*) das políticas de Igualdade no Estado Espanhol e em Europa, ver os estudos de Bustelo e Lomardo (2007). Essas autoras analisam o desenvolvimento das políticas de igualdade que se iniciam na década de 1970 nos países europeus, e em Espanha desde a década de 1980 a partir dos seus marcos interpretativos, ou seja, na diversidade de interpretações sobre a desigualdade de gênero como problema público, o que influi na formulação das políticas de igualdade, desde a identificação do problema até as estratégias para o seu enfrentamento.

elaboração de leis e projetos; a regulação da erradicação da linguagem sexista estabelecendo como uma obrigação a sua eliminação e introdução de dados segregados por sexo nas estadísticas e investigações de repercussões em questões de gênero. A lei *2/2007, do 28 de marzo, do traballo en igualdade das mulleres de Galicia* (GALICIA, 2007a), marca um avanço em termos legislativos no âmbito do trabalho. Tem por objetivo incidir sobre a segregação horizontal, que consiste em que as trabalhadoras costumam ser destinadas a ocuparem-se dos trabalhos que constituem uma prolongação das tarefas realizadas no âmbito do doméstico, mas que neste caso são de caráter retributivo, embora com salários menores aos realizados maioritariamente por homens. Também se soma o objetivo de enfrentar a segregação vertical, mais conhecida como teto de vidro, que consiste no efeito de que os homens ocupem os trabalhos mais qualificados, melhor pagados e com maior significação hierárquica. Tratando-se de postos com um perfil basicamente masculino que faz com que a pirâmide do trabalho esteja ocupada maioritariamente na sua base por mulheres e na sua ponta por homens. Constitui a "Marca galega de excelência em Igualdade" incentivando a que todas as empresas construam e apliquem planos de igualdade, cria-se uma comissão consultiva a nível autonômico para a igualdade entre homens e mulheres na negociação coletiva; integra a igualdade na política preventiva de riscos laborais na que estimula a realização de estudos segregados por sexo e de formação específica para a saúde laboral e preventiva com perspectiva de gênero; regula os chamados "bancos de tempo" que são geridos pelos municípios, que tem o intuito de incidir para melhorar a conciliação laboral e, inclusive, proporcionando serviços de ajuda para pessoas dependentes. Com relação a esta última, há um decreto de 2008 que trata da sua regulação. (GALICIA, 2008). Já a *lei 11/2007, de 27 de xullo, galega para a preveción e tratamento integral da violência de xénero* (GALICIA, 2007c), vai ampliar o conceito de violência de gênero considerando como qualquer ato violento ou agressão produzida pelos homens sobre as mulheres e não só do âmbito doméstico, incluindo o do âmbito estatal, por exemplo, e se ocorre fora ou dentro do âmbito familiar, privado, ampliando ao entorno social e/ ou do trabalho (AÑON, M. G. In.: 2010). Esta lei também cria o *Consello Galego das Mulleres* como um órgão colegiado e institucional de Galícia, de caráter consultivo e de participação em matéria de igualdade. Este órgão, junto com o *Consello Galego de participiación das mulleres no ambito do emprego e das relacións laborais*, vão fomentar a participação de associações de mulheres, secretarias de mulheres dos sindicatos, confederações de empresárias, representações de departamentos da

administração para trabalhar em matérias de igualdade. Estes vão dar sustento aos debates ao redor do *V Plan de Goberno galego para a Igualdade entre mulleres e homes (2007-2010)* aprovado em 2007. (XUNTA DE GALICIA, 2007) Este plano também vai representar um salto qualitativo com respeito aos planos anteriores desenvolvidos nesta comunidade autônoma. Esta é um plano de governo que envolve outros departamentos do governo e não somente um único departamento, ampliando o alcance das políticas relacionadas com sexo-gênero. Além disso, esse plano trás uma nova perspectiva a hora de entender as políticas de igualdade como sendo algo de toda a sociedade, envolvendo a homens e a mulheres. Avança qualitativamente sobre as estratégias de ação buscando mudanças nas condições estruturais que mantêm as desigualdades[108], tendo em consideração ao longo do texto as especificidades das mulheres do meio rural (DIZ OTERO; LOIS, 2013).

Todos esses debates e mudanças ao redor das políticas publicas são acompanhadas diretamente pela Secretaria da Muller do SLG que participa do processo. Isto também vai contribuir para elaboração de trabalhos e mudanças internas no SLG, tanto na sua estrutura organizativa como na inserção de discursos sobre a necessidade de se trabalhar em temas de igualdade.

A *Secretaria da Muller* do SLG, ao mesmo tempo em que desenvolve o trabalho de reivindicações de cara o Estado também dá grande importância à articulação e aliança com outras organizações de mulheres e feministas dentro e fora da Galícia. Recordamos que esse é um momento de ampliação e diversificação do movimento feminista nesse território. Em Santiago de Compostela organizam junto com a *Confederación Intersindical Galega* (CIG), um seminário que se realizou em outubro de 2003 no que se discutiu entre outros temas, o futuro das mulheres galegas diante da globalização. Neste se expõe a tripla discriminação das mulheres labregas, a privatização ou a inexistência de serviços públicos que facilitem a vida das mulheres do rural, a falta de atenção à saúde feminina e a feminização da pobreza e mais concretamente, fazem a denúncia ao desaparecimento do regime da REASS, ou seja, unifica o regime de seguridade social específico agrário ao de autônomos, conferindo um aumento

[108] As estratégias de ação, também identificadas por *mainstreaming*, são quatro: participação e empoderamento; acesso a informação e aos recursos; formação em igualdade entre homens e mulheres; e tratamento integral da violência de gênero.

significativo nos gastos da renda familiar com efeitos perversos sobre as mulheres, já que nos casos em que as famílias somente conseguem pagar a seguridade social de uma pessoa, a que se prioriza é o homem (FOUCE, nº214, out., 2003 p.9 "*A OMC volve fracassa em Cancún"*; FOUCE; nº 218, fev. 2004, p.2). Também é relevante o encontro: "*Mulleres labregas visibeis e vivas, por um modelo agrário mais social*" realizado pela COAG que atua no âmbito do Estado Espanhol agregando diferentes organizações, no qual participa uma comitiva de 13 galegas do SLG. Desse encontro destacam que apesar das diferenças existentes entre elas, há muito em comum quanto as problemáticas e as reivindicações vividas pelas mulheres camponesas, jornaleiras e agricultoras de todo o Estado. (FOUCE, nº215, p.10, 2003)

Nos espaços internacionais a *Secretaria da Muller* organiza em Santiago de Compostela em 2003, por meio da Via Campesina, o Seminário Europeu com o tema: "*Debe o PAC establecer medidas de discriminación positiva para superar a situación de desigualdade das labregas?*". Nele, participam mulheres de diversas organizações labregas da Via Campesina e se aprova o *Estatuto da Muller Labrega* (FOUCE, nº174, p. 6-7). Uma declaração de princípios nas que se visibilizam as principais reivindicações das labregas quanto ao reconhecimento do seu contributo social, econômico e ecológico, suas especificidades, efetivação de direitos e necessidade de novos que garantam uma maior equidade distributiva. Aparte disso, consta suas demandas quanto a participação das labregas nas organizações no que se inclui a ocupação dos espaços de toma de decisões, a necessidade de instituir medidas de discriminação positiva, como as cotas, o questionamento do modelo de organização buscando outros nos que as mulheres se sintam mais identificada. Fala-se também de horários e dinâmicas de trabalho; formação para a participação das mulheres no agro, e o compromisso do trabalho solidário em prol da igualdade dentro de cada organização e da própria CPE. Com relação a esta última, se propõe que existam dois representantes no cargo máximo (um homem e uma mulher) e o estabelecimento de uma cota de 40% na comissão executiva para as mulheres. (FOUCE, nº 208, março 2003, p. 8; REGAL, 2010)

Neste mesmo ano a *Secretaria da Muller* começa a se integrar na MMM e forma parte da organização em Vigo em 2004 do Encontro Internacional Europeu da MMM de tema: "*Diferentes si, desiguais non*", onde apresentam o vídeo produzido por elas "*Nós, mulleres de aldeia*" e se unem a manifestação do Encontro com o lema "*Labregas cultivando futuro,*

sementando igualdade". Nesse encontro faz-se uma especial discussão sobre a situação das mulheres no projeto Europeu, uma preocupação eminente diante dos novos avanços na constituição da União Europeia (REGAL, 2010). Nesse evento também se inaugura a sessão "Muller" dentro do jornal FOUCE, um espaço dedicado às questões específicas das mulheres ou que vinham sendo trabalhadas pela *Secretaria da Muller*. (FOUCE, nº218, p. 1 e 13, 2004)

A integração da *Secretaria da Muller* do SLG na MMM estimula e promove a participação das labregas em 2005 no recebimento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade[109] realizada pela MMM Internacional que implicou mobilizações e discussões em diversas comarcas. Entre elas, a produção coletiva de parte da Manta Mundial da Solidariedade que percorreu diversos países do mundo. Atividades estas que ao longo do ano proporcionam encontros das mulheres do Sindicato com outras organizações feministas galegas, espaços de formação, intercâmbios e de festa em diversas e entre comarcas. Passa-se a ter uma presença mais ativa nas mobilizações de 8 de março, dia internacional das mulheres trabalhadoras, e do 25 de novembro, dia internacional contra a violência de gênero. Duas datas as quais a Secretaria mantém como principais referencias para as suas mobilizações.

Assim, a *Secretaria da Muller* parece atuar em três instâncias a partir de 2002: 1) fortalecer e promover os grupos de mulheres a nível comarcal e a participação das mesmas no Sindicato como um todo; 2) articular-se com outras organizações feministas e grupos de mulheres para conhecer e trocar experiências; 3) e interferir nas políticas públicas através das suas análises, denúncias e propostas. O trabalho que veio sendo desenvolvido pela secretaria favorece a sua consolidação e visibilidade dentro e fora da organização, ao mesmo tempo em que os debates em torno ao Movimento Altermundialista também demandam práticas mais coerentes com os discursos defendidos por parte das organizações que o compõem. Por outro lado, o profundo apoio e defesa desse espaço específico das mulheres por parte de pessoas referentes e de grande poder de liderança dentro da organização, especialmente à porta-voz do

[109] Essa carta é resultado de um processo de discussões internacionais que resulta na expressão das alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos e seres humanos em geral, com respeito ao meio ambiente e à biodiversidade, por parte das mulheres. Pode-se aceder a ele na página web: http://cartamundialdasmulheres.blogspot.com.es/ (MMM, 2005)

Sindicato, Lidia Senra, favorecem uma maior liberdade e legitimidade da *Secretaria da Muller* para agir.

> Traballamos en tres niveis: un, que ten que ver coa profesión, é decir: coas situacións de discriminalización que sufrimos na profesión por ser mulleres. Nisto enmárcase toda a loita relacionada co recoñecimento da nosa profesión, porque cando traballamos nas explotacións familiares onde o único titular é o home, ainda non temos os dereitos recoñecidos como labregas. Dous: traballamos a autoestima, é decir, vencer iso de que as mulleres non sabemos ou non podemos. É un traballo que abordamos desde a secretaria para romper esa situación e para que as mulleres labregas estean dispostas a sumir responsabilidades e asuman o papel que lles corresponde na sociedade. E o terceiro nivel traballamos desde a Secretaria das Mulleres é o de dar a batalla dentro do propio sindicato para ter unha representación en pé de igualdade cos homes. (Lidia Senra In.: REGAL, 2010, p. 100)

Uma mostra do interesse do SLG em aprofundar e dar continuidade ao trabalho sobre as questões de sexo-gênero e justiça e logo do reconhecimento do trabalho que vinham desenvolvendo nesse âmbito pode ser exemplificado como a candidatura em representação das organizações agrárias europeias de Lidia Senra, então secretária geral do SLG, à Comissão Internacional de Gênero da Via Campesina. Ela foi eleita na ocasião da IV Conferência Internacional da Via Campesina celebrada em 2004 em São Paulo (Brasil). É importante ressaltar que nessa Conferência se define avançar nas políticas de igualdade para as mulheres labregas como uma das linhas de ação da Via Campesina, tanto dentro das organizações que a compõem, na própria Via Campesina como organização de movimento social, como fora dela.

Nesse contexto o SLG começa se destacar principalmente a nível internacional, pelas suas preocupações com respeito as iniciativas relacionadas com as injustiças do sistema sexo-gênero. Levam questões, problemáticas e propostas ao âmbito internacional, especialmente dentro da Via Campesina como na MMM. Trazem desses espaços ideias e debates que estão a se dar em outros contextos, traduzindo-os para o contexto galego ampliando assim a capacidade de análise e de atuação local. As ações e debates desenvolvidos na Secretaria da Muller parecem estar intimamente relacionados com as preocupações centrais do SLG, podendo ser levadas a diferentes espaços e por diferentes sujeitos, estes são em especial do sexo feminino.

4.5 O futuro nas nossas mãos

Em fevereiro de 2003 o SLG realiza o seu VI Congresso sobre o lema "*O futuro nas nosas mans*". Nesta ocasião foram plasmados três grandes debates que têm relação com os dilemas organizativos dos que discutem Della Porta (2015; 2013) e Tarrow (2012). Estes estão relacionados entre si na busca por encontrar estratégias que melhor respondam as necessidades, desejos e desafios postos.

O primeiro debate desse Congresso que tem a ver com a escolha de prioridade da sua ação sindical entre as estratégias que dão ênfase a tradição nacionalista, fazendo preferência às articulações e focos de atenção entre as forças dentro da Galícia; e àquelas estratégias mais internacionalistas, que incidem no estabelecimento de alianças externas, referindo-se ao Movimento Altermundialista, segundo Emílio Pérez (2012). Discussões estas que abrem fissões importantes na filiação.

Este também é um debate frequente nas organizações de movimentos sociais, principalmente neste entrar do século XXI, dada a necessidade de enfrentar os novos desafios do contexto de crise de governabilidade e representatividade dos sistemas políticos e do estado de bem-estar social. Uma crise que desloca os interlocutores e responsáveis políticos das demandas sociais estacionadas nos Estados para o cenário internacional, ou seja, para as OIG, além das corporações e empresas transnacionais. (ECHART MUÑOZ, 2008) O que por sua vez, será um elemento que contribui para a intensificação da internacionalização dos movimentos sociais à finais do século XX e início do XXI (TILLY; WOOD, 2009) Em resumo, a globalização neoliberal promoveu o aumento da importância na toma de decisões por parte dos OIG's. (TARROW, 2012) Essas OIGs têm construído uma forma de governar processos que já não podem ser manejados ou debilitam em grande medida os Estados-nacionais devido a sua perda de poder e autonomia. Elas são ferramentas da globalização econômica que, através das políticas liberadoras do comércio e dos movimentos de capital, contribuem para uma difusão de relações e normas internacionais que têm debilitado a relação: estado-nação e sociedade, pondo em cheque o papel dos estados nacionais e formas democráticas de toma de decisões. (DELLA PORTA, 2015)

Ao mesmo tempo, esse processo de globalização neoliberal se acentuou de tal forma que conseguiu debilitar o conflito industrial e nacional que sustentava e/ou era modelo de referência da ação coletiva dos movimentos sociais[110] até meados do século XX. Promoveu ainda, mudanças que constituíram uma maior instabilidade e fragmentação das relações entre as pessoas que compartiam as mesmas condições, debilitando a própria identidade de classe. Uma identidade sobre a qual se constituía e aglutinava o movimento. Essas mudanças estão relacionadas como a desestruturação da organização do trabalho com a deslocalização das atividades produtivas, a promoção do crescimento da economia oculta e informal, do aumento do desemprego, do trabalho precário e temporal, de uma maior mobilidade individual, principalmente da horizontal que significa estar sujeito a mudanças de trabalhos ao longo da vida e de mudanças geográficas; a importância do trabalho altamente qualificado no setor terciário, o aumento das desigualdades entre norte e sul global, mas também dentro do norte e do sul, o aumento das desigualdades sociais e dos grupos sociais que carecem de acesso à cidadania. Todas elas influenciaram a desestabilização da ideia de unidade ao redor do movimento operário, ao mesmo tempo em que promove a visibilidade e o surgimento de diversos outros movimentos, que alguns vão chamar de Novos Movimentos Sociais (NMS) (LARAÑA, 1999; TOURAINE; FURIÓ SANCHO, 2009) por estes experimentarem outras formas de organização, de ação coletiva e que as suas reivindicações vão além do paradigma distributivo incluindo aspectos ou mesmo dando ênfases ao paradigma do reconhecimento (DELLA PORTA, 2015; TILLY; WOOD, 2009).

O segundo debate feito no Congresso de 2003 do SLG, foi ao redor da busca de um modelo de organização interna que tenha melhor capacidade de dinamização. Assim, algumas mudanças estruturais foram feitas como a dissolução da *Comisión Permanente* e a criação da *Direción Nacional* (DN) na que estão as representações comarcais, as representações setoriais e a representação da *Secretaria das Mulleres* e, também, quinze pessoas que se candidatam e são submetidas a eleição no próprio Congresso. A DN se encargará, entre outras funções, de definir e compor a *Comisión Executiva* e de eleger por maioria absoluta a *Secretaria Xeral* que substitui o papel da porta-voz, ou seja, a pessoa de maior responsabilidade e

[110] Segundo Della Porta, a classe trabalhadora foi um ator central nos conflitos sociais não só pela sua magnitude ou relevância da sua função econômica, mas também como consequência de um rango mais amplo de fatores estruturais. (DELLA PORTA, 2015)

representatividade da organização liderando a *Comisión Executiva*. Esta comissão, como o próprio nome diz, tem a função de executar e responder as demandas sindicais. Para este cargo são eleitas neste ano oito mulheres[111], das vinte pessoas que a compõe. A *Secretaria Xeral* continua a ser Lidia Senra. A DN é formada por cinquenta e nove pessoas, das que dezoito são mulheres[112] (REGAL, 2010). Uma melhora na representação feminina que, segundo Senra, representa uma novidade importante juntamente com a aposta por constituir a *Secretaria das Muller*. Seguindo a Senra, um espaço de organização para as labregas, onde elas se juntam para analisar os seus problemas e melhorarem a sua incidência na participação sindical, já que é pouco disfrutado, apesar de ser um lugar que lhes corresponde da mesma forma que aos labregos homens. (FOUCE, nº 209, abril, 2003, p. 10) Esse discurso de Senra, recolhido do FOUCE, e a legitimação de Isabel Vilalba no Congresso do Sindicato como responsável da então chamada *Secretaria da Muller*, representa a institucionalização desse espaço na sua nova estrutura.

O terceiro debate gira em torno a decisão de não permitir que uma mesma pessoa possa ocupar cargos de representação e/ou ser trabalhador@ do Sindicato ao mesmo tempo em que exerce cargos institucionais (relacionados com a administração pública) ou mesmo estar em listas eleitorais (PÉREZ, 2012). Isso se deve a vontade/necessidade de distanciar o que é o SLG, como organização do movimento campesino, do partido político. O SLG, pelas suas origens, tem muita proximidade tanto ideológica como pessoal, na media em que uma boa parte das lideranças do SLG iniciou a sua trajetória de participação em organizações neste partido político. Muitas delas foram fundadoras e se inseriram no Sindicato como uma "tarefa partidária" da que tinha por objetivo organizar o campesinato. Portanto, essas pessoas eram militantes dessas duas organizações, consequentemente, se construía uma relação intima entre elas (organizações e pessoas).

[111] Essas mulheres são: Pilar Bello López, Pilar Guimarei Souto, Luisa Mayo Alonso; Mª Carme Porca Vidal; Amada Saa Fuentes; Purificación Seoane Albela; Isabel Vilalba Seivane e Lidia Senra Rodríguez

[112] Pilar Bello López, Manola Cerredelo Suárez, Maria Pilar Cervantes Huetas, Carmen Freire Cruces, Maria Soledad García Freire, Ricarda Garcñía García, Pilar Guimarei Souto, Luísa Mayo Alonso, Maria Carmen Porca Vidal, Guadalupe Prado Losada, Cristina Rocha Novoa, Avelina Romero García, Amada Saa Fuentes, Lidia Senrra Rodríguez, Purificación Seoane Albela, Maria do Carmen Taboada Durán e Isabel Vilalba Seivane. (FOUCE, nº 209, abril, 2003, p. 9)

O distanciamento das organizações dos movimentos sociais dos partidos nacionalistas também não é uma preocupação nova dentro do que são os problemas enfrentados pelos movimentos sociais em geral. Este é um debate que, além de frequente é peliagudo dentro das organizações devido ao perigo do "aparelhamento" do movimento por parte dos partidos políticos e dos governos de esquerda e a necessidade de estabelecer alianças em outros espaços. Esse debate vem à tona quando alguns desses partidos, próximos a movimentos sociais, são eleitos e conformam um governo. Os conflitos surgem quando os partidos e/os governos em questão pretende determinar as linhas políticas e orientar as ações dos movimentos sociais, ou quando surgem divergências quanto ao direcionamento das ações governamentais e das políticas públicas, uma vez que as relações entre essas organizações não estão bem definidas. Esses conflitos se agravam por uma boa parte das lideranças dos movimentos também conformarem as lideranças dos partidos. Assim, quando os partidos compõem espaços governamentais levam consigo um grande número das lideranças dos movimentos, desfalcando este último e/ou abrindo a possibilidade do seu controle por parte do partido ou governo, já que os espaços também não estão bem definidos.

No caso do SLG, a proximidade com as eleições da Comunidade Autônoma (previstas para 2005) e as interferências recorrentes do partido na orientação política do Sindicato fez emergir a necessidade de definir os limites entre uma e outra, ampliando as distâncias entre elas quanto a estrutura e independência política. Portanto, uma das estratégias para fazê-las efetiva foi limitar a participação das pessoas em postos de decisões do Sindicato quando estas ocupem postos de interesse partidário, ou seja, quando estejam em listas de candidaturas e ocupem postos governamentais. Isso facilitaria a independência política e dando mais liberdade de ação ao SLG uma vez que as pessoas que estejam cumprindo algum papel importante ou de direção dentro do partido/governo não sobreponham os interesses desses sobre os interesses do movimento social.

Associada com as mudanças nas estruturas da direção sindical e com a separação mais clara com o partido político, outra medida interna foi tomada. Limitou-se a representação nos órgãos diretivos do SLG somente àquelas pessoas que se dedicam ao trabalho agrário como forma de vida, quero dizer, se identificam e vivem do trabalho como labregas, trabalhadoras agrárias ou ganadeiras. Aquelas pessoas que mesmo sendo co-fundadoras da organização ou que tinham uma relação de militância muito próxima, mas não eram afiliadas labregas, se

limitariam a participar da organização cumprindo o papel de trabalhadoras e/ou técnicas. Ainda assim, garante-se o seu direito a voz nos espaços diretivos, mas estas não podem ocupar cargos de direção. Estes cargos, seguindo ideia de auto-organização labrega, devem ser ocupados por quem pertence a esse grupo social.

Para algumas pessoas essa iniciativa não representou mais do que já vinha sendo feito, mas para outras significou um acordo, decidido em Congresso, de limitar a influência e o poder de deliberação que algumas pessoas, não eram labregas, exerciam no Sindicato. O que segundo estas informantes contradiziam os princípios de fundação do SLG de ser um espaço de auto-organização de labregas e labregos do território galego. Esse posicionamento coincide com a argumentação de Young (2011) sobre os efeitos que determinadas estruturas podem favorecer ou limitar o desenvolvimento de capacidades de certos grupos sociais que acabam por reproduzir e manter desigualdades. O fato de não dedicarem uma boa parte do seu tempo ao trabalho na agricultura permitia ao grupo de "não labreg@s" a ter uma maior disponibilidade, logo, desenvolver e exercitar as suas capacidades, seja na organização e fora dela. O grupo de "não labreg@s" tinham mais tempo para leituras, participar de reuniões, intervir mais a menudo em espaços de toma de decisões, etc. porque o seu trabalho, como meio de vida, estava dirigido a isso ou lhes permitia dedicar mais tempo a militância cotidiana. De acordo com algumas informantes, as pessoas "não labregas" do SLG tinham (ou têm) uma influência/ poder muito importante dentro da comissão permanente, assim como de influencia nas tomas de decisões e as orientações cotidianas realizadas pelo Sindicato. Por estarem em maior contato com as zonas urbanas, onde há um maior acesso à serviços e meios de comuinicação, por poder dedicar tempo para a elaboração de análises e estar mais em contato com outras organizações, lhes permita ter um maior acesso a informação e argumentos baseados nas discussões para se defender e orientar as tomas de decisões, os posicionamentos políticos e diretivos da organização. Isso lhes permitia estar numa melhor situação para participar e disputar os órgãos diretivos do que as pessoas labregas. O que por outro lado, como também argumenta a autora, não quita a responsabilidade individual da toma de decisões, mas que sim, situa um grande grupo de pessoas sobre a ameaça sistemática de privação dos meios necessários para o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que capacitam a outros a ter maiores oportunidades para desenvolver e exercitar capacidades ao seu alcance. É verdade que os argumentos de Young abarcam o sentido mais amplo da

injustiça estrutural na nossa sociedade, no entanto, é ingênuo pensar que esse tipo injustiça não se concretize nas pequenas estruturas de organização que fazem com que se mantenha a injustiça estrutural no seu sentido mais amplo, este exemplo o demonstra.

Por tudo isso é que, a partir desse Congresso de 2003, a ação das pessoas líderes não labregas terão os seus poderes deliberativos um pouco mais restritos nos espaços da DN e da *Comisión Executiva.* Estes que passam a ser compostos somente por afiliad@s, ainda que as pessoas técnicas e trabalhadoras estejam presentes e continuem a participar desses espaços sendo que, agora, com um papel mais definido e limitado. Assim, reconhece-se a sua importância na organização, os seus conhecimentos técnicos, burocráticos e inclusive, político. Estes conhecimentos são valorizados conservando a participação dessas pessoas com direito a voz na DN e, em diversos casos, inclusive como representantes e voceiros do SLG em diferentes ocasiões.

Nessa discussão @s trabalhador@s são entendid@s como peças chaves de comunicação entre o Sindicato e a afiliação, assim como na execução das deliberações da DN e da *Comisión Executiva.* São as pessoas que executam o trabalho do dia a dia do Sindicato, que recolhem e atendem aos variados problemas da afiliação, são @s que organizam as mobilizações, as concentrações, as reuniões e que cuidam de toda a parte burocrática e administrativa do Sindicato que são fundamentais para o próprio funcionamento da mesma.

Apesar de essas mudanças serem aparentemente técnicas, são profundas no sentido de que diversas pessoas trabalhadoras do SLG desse período são, ao mesmo tempo, suas fundadoras e pessoas de referências tanto para a afiliação como para o campesinato e a sociedade galega em geral. Elas têm conhecimento das estruturas, dos meios e canais políticos e burocráticos dos governos e dos Organismos Internacionais Governamentais (OIG) que são importantes para que o SLG consiga intervir de maneira eficaz nas problemáticas enfrentadas por esse grupo de labreg@s, seja nas agendas políticas ou nas problemáticas cotidianas. Também são elas as que têm mais tempo para se dedicar a organização, para buscar informação, conhecer os processos, as experiências e entrar em contato com diferentes sujeitos com o intuito de encontrar as melhores estratégias para resolver os problemas a que se enfrentam. Esses saberes envolvem por lado, os conhecimentos técnicos e, por outro lado, sentimentos e redes interpessoais que se construíram ao longo dos anos de práticas cotidianas

de militância dessas pessoas, que são uma parte fundamental de sustentação do movimento social, portanto, são de difícil substituição. Essa combinação de fatores dá um tom mais elevado à problemática de limitar os poderes dessas pessoas nos postos de decisão. (TARROW, 2012)

Resumindo, essas pessoas adquirem conhecimentos e ferramentas adequadas para ação coletiva. Ao mesmo tempo em que conquistam um poder político e técnico dentro da estrutura sindical que as colocam em um patamar superior onde a sua opinião, a sua forma de ver, analisar e fazer a ação política sindical acabam se impondo sobre outras. Com o tempo, essas práticas provocam uma separação entre as pessoas da organização e a afiliação; entre militantes e a base; entre líderes e seguidor@s por citar algumas dicotomias que podem estabelecer-se. Em consequência dessas separações as pessoas deixam de ver as organizações de movimentos sociais como um espaço para a auto-organização enquanto grupo social, onde cada indivíduo é parte ativa ou sujeito de ação. Situação que leva a diminuição da participação na própria estrutura organizativa desse movimento enquanto grupo social e de uma maior desmobilização.

Um problema comum que, de acordo com autoras como Della Porta e Hanspeter Kriesi, também derivam, em grande medida, das organizações dos movimentos sociais manterem os modelos organizativos rígidos que se assentam na Europa continental a partir das revoluções de 1848. Hanspeter Kriesi (In.: DELLA PORTA, 2015) analisando os movimentos sociais europeus a partir de 1980, descreve que a organização interna desses grupos derivam da introdução de critérios formais e estruturas fixas; da profissionalização de militantes entendida como pessoas remuneradas que buscam fazer carreira dentro da organização; a divisão funcional do trabalho; a criação de unidades territoriais; e a integração de mecanismos de coordenação horizontais e/ou verticais. Modelos que, apesar de passarem por mudanças e adaptações ao longo desses anos, preveem hierarquias que exige disciplina, pagamento de cotas e organização periódica de ações coletivas para projetar seus objetivos. Estruturas que mesmo sofrendo adaptações, não foram suficientes para alterar a sua rigidez, resultando serem insuficientes para responder de forma objetiva aos problemas e dificuldades que surgiam. O que Della Porta (2015) identifica como um dos dilemas das organizações dos movimentos sociais, que diante da escassez de recursos para fazer a ação coletiva desejada, elas se encontram diante do dilema de escolher entre mobilizar pessoas ou recursos para seguir

adiante com a ação coletiva e a sua própria sobrevivência como ator social. Os dois são fundamentais para a sobrevivência tanto da organização, como do movimento, pois as organizações são uma importante fonte de continuidade do movimento, não só em termos de identidade, mas também de ação.

Seguindo o enfoque das Oportunidades Políticas ou Processos Políticos, muitas organizações nascem de momento de grandes mobilizações e protestos e vivem da sua ressaca (picos dos ciclos de protesto). No entanto, quando as oportunidades para a ação são menores é mais difícil atrair espontaneamente as pessoas para às ruas. Nesse período de baixa mobilização, as organizações sustentam a ação coletiva pela sua tendência a autoperpetuação, que pode se dar de inúmeras formas. Assim, sem o trabalho de dar continuidade a ação coletiva nos momentos de pouca mobilização, as ondas de protesto estariam mais sujeitas a níveis extremos de variedade; e o peso político d@s ativistas seria muito menor. (DELLA PORTA, 2015; TARROW, 2012)

Sobre a relação das organizações com o ciclo de protestos, Tarrow (2012) distingue três aspectos da organização do movimento para explicar a diversidade de papeis que elas ocupam no ciclo. O primeiro é o ponto de contato com os oponentes que podem ser por organizações formais, coalizões de organizações ou por ninguém em particular. O segundo é no sentido da organização de defesa ou de denúncia feita através de uma associação formal de pessoas que promovem demandas de interesse público com o intuito de promover ou de obstruir uma mudança social, entrando em conflito com interesses ou valores sociais, culturais, políticos e/ou econômicos de outros grupos. O terceiro aspecto da organização se refere às estruturas conectoras ou redes interpessoais que vincula @s líderes com @s seguidor@s permitindo uma maior coordenação e a otimização entre as organizações do movimento e que este continue a existir mesmo que não exista uma organização formal. Esta última, as redes interpessoais, é a estrutura mais básica dos movimentos, que também servem para construir as identidades do mesmo oferecendo oportunidades de participação para as pessoas sensibilizadas com o tema ou com baixos níveis de compromisso, exercendo a função de controle social, sendo chave o feito de ser um espaço onde se deposita as pressões normativas e os incentivos solidários que mantêm o movimento.

Diante disso, faz-se necessário certo nível de organização formal, que hoje acaba por ser um reto importante de reconstrução de modelos organizativos suficientemente fortes como para estruturar a ação coletiva, ao mesmo tempo em que devem ser o bastante flexível como para chegar até as redes e comunidades de protesto informais que unem as pessoas. Grande parte da afiliação identifica esse dilema que ainda hoje está presente.

> (...) Entonces bueno, que está todo así, como diriamos, a monte. Cada un ten que ir para o seu lado, quitar as cousas como pode e os sindicatos... aí a veces asumen moitísimas competencias que non son competencias propias de … E porque? Porque se tu non faces esto, a xente non ten quen e como solucionar as cousas, non. Problema: é que antes tiña mais capacidade, porque tiña mais capacidade económica e podíase resolver ese tipo de cousas, eso tipo de problemáticas. Pero agora mismo non se pode. Agora estamos nun punto de que as moitísimas cousas das que queres facer ou que antes, o mellor, podías ofrecer o Sindicato por pagar unha cuota, por estar afiliado, agora mismo non, non pode ser.(...) (Entrevista 9, H)

Por isso, diversas organizações dos movimentos sociais, entre elas o SLG, fizeram adaptações e mudanças na sua estrutura que foram no caminho de responder as novas demandas e necessidades cotidianas dos seus grupos numa conjuntura cada vez mais burocratizada com ênfase no controle das pessoas e na competitividade entre elas. Para isso passaram a oferecer uma série de serviços de assessoramento técnico, administrativo e jurídico à sua afiliação e militância. No caso do SLG esses serviços podem ser a declaração da renda, o seguro de animais, a tramitação de ajudas, de isenções, a contabilidade, a gestão de cotas de produção, a inserção no agro, a formação especializada, entre outros. Quase todos esses serviços são exigências ou trâmites relativamente novos do Estado ou das OIG's cara a cidadania, neste caso especial, a labregas e labregos. Esses serviços além de responderem as necessidades cotidianas do seu grupo social, também passaram a cumprir uma importante função de manutenção da estrutura organizativa e do trabalho sindical, sendo uma fonte de ingressos financeiros. Além disso, passou a ser uma estratégia de aproximação às potenciais simpatizantes do movimento e da organização, dada a necessidade objetiva de realizar trâmites burocráticos e dos problemas com o Estado por parte de labreg@s. É importante ter em conta que a dedicação a esses serviços, que são muitos, requer tempo, atenção e especialização técnica de um determinado número de pessoas que não necessariamente cumprem a função política e organizativa para o qual próprio Sindicato foi criado.

Na tentativa de minimizar esse dilema tem ganhado lugar a construção de espaços para a participação d@s militantes de base, do exercício da democracia direta, etc. Espaços que

favorecem a solidariedade interna, a construção de relações sociais que ocorrem de forma natural e que satisfazem uma série de necessidades organizativas e individuais de apoio emocional, integração, sacrifício que acabam por satisfazer (em parte) a necessidade de recursos materiais que são limitados, pelos recursos simbólicos, que se transformam em benefícios aos próprios custos da participação na ação coletiva, contribuindo para a construção do que Melucci (1999) denomina de *identidade coletiva dos movimentos sociais*. Experiências dos movimentos do sul global, das feministas e da internacionalização dos movimentos da década de 1990 contribuíram para o questionamento das estruturas verticais, apostando por novas formas de fazer e entender a política e inclusive a ideia de cidadania (ALVAREZ; HOETMER, 2009).

Essas reestruturações da organização do SLG podem ser entendidas, portanto, como uma tentativa de enfrentar-se aos dilemas discutidos por Della Porta, buscando diminuir as distâncias que foram se estabelecendo entre @s militantes-profissionais/ trabalhadora-militante e a base do movimento. @s primeiras acabam por manter a dinamicidade da organização do movimento, enquanto que a segunda vai perdendo o poder na toma de decisões da organização. Á vista disso, as estratégias do SLG pretendem limitar a capacidade deliberativa da primeira e promover o aumento da segunda, aperfeiçoar os recursos que dispõem para mobilizar ao mesmo tempo novos recursos para manter a estrutura e pessoas. Em outras palavras, têm buscado que a sua estrutura sirva para mobilizar pessoas, e que estas, como afiliadas, ocupem os espaços de toma de decisões políticas, o que requer uma maior participação em todos os seus estamentos e uma maior complexidade e horizontalidade da sua estrutura, o que faz necessário delimitar as funções d@s trabalhador@s à técnicos- assessores para que estes não ocupem uma posição de maior poder dentro da organização. Por outro lado, todas essas mudanças são ao mesmo tempo uma exigência da própria cidadania marginalizada de participar daqueles espaços nos que sejam elas as reais protagonistas e que as suas reivindicações também estejam na agenda política como prioritárias, caso contrario, não participam. E, além disso, denunciam a esses movimentos que têm um discurso em busca da justiça social, mas que não o praticam e/ou não o buscam estratégias para mitiga-lo. Um exemplo desses movimentos de pressão são o feminista e o negro.

Diante disso, essas mudanças realizadas da estrutura do SLG também marcam uma posição política a favor das inquietudes relacionadas com a busca de uma práxis coerente que

tem exigido às organizações dos movimentos sociais. Além de ser uma necessidade de aproximação das diferentes lutas e formas de ação coletiva para mantê-los vivos e articulados frente aos seus opositores, como é a proposta do movimento altermundialista. Todos esses debates, problemas e estratégias favorecem a permeabilidade das questões feministas no interior do SLG e a introdução de novas práticas cotidianas. Tem especial influência os debates internacionais que chegam por meio da Via Campesina e da MMM, organizações as quais o SLG tem uma estreita relação. Do mesmo modo, influencia a exigência oriunda da base do movimento que deixa de participar daqueles espaços que não respondem às práticas dos discursos defendidos, ou seja, que mantêm-se em estruturas hierárquicas, que não escuta e não promove a participação e a toma de decisões mais horizontal e que inclua a diversidade das pessoas e grupos sociais, que não facilitam a participação ou não tem em conta os grupos mais vulneráveis, etc.

Nesse contexto de repensar as suas práticas políticas, as mudanças na estrutura e forma de ocupação dos postos de representação não foram suficientes, fazendo-se necessário outras mudanças, também, no restante da organização, nas formas de como chegar a afiliação, em como dinamizar os debates e as tomas de decisões na base do movimento para que ela realmente se apropriasse da estrutura do Sindicato, voltando ou melhorando a participação ativamente/direta nela. Com essa proposta tem destaque a experiência da comarca de Ordes no SLG. Esta representa a nível local ou micro-organizativo, a primeira comarca em realizar algumas mudanças estruturais e de estilo, dando passos na reapropriação da organização por parte da comunidade labrega afiliada. A partir desse modelo insipiente se cria um debater dentro do SLG para pensar novas estruturas e formas de ação tanto a nível nacional como a nível local.

Sobre o ano de 2003 as trabalhadoras comarcais de Ordes se depararam com que, apesar de existirem direções comarcais, as reuniões se realizavam esporadicamente (três ou quatro vezes ao ano) deixando a tomada de decisões da comarca nas mãos de quem trabalhava e que estava cotidianamente diante dos problemas, portanto, com o poder e necessidade de resolvê-los. Uma dessas trabalhadoras já tinha vivido outras experiências no sul global e vinham participando dos processos da *Secretaria da Muller*, inclusive tendo iniciado um grupo local de mulheres como referido antes. Diante desse panorama, elas decidiram criar um espaço de participação na toma de decisões locais por parte da afiliação mais ativa. Formaram um

pequeno grupo, inicialmente de três pessoas, que pouco a pouco se ampliava com o objetivo de compartir a responsabilidade da toma de decisões locais mais imediatas e, nem por isso, menos importantes. Nesse espaço promoviam o diálogo entre a afiliação sobre as questões que vinham da então *Comisíon Permanente (*logo DN) do SLG. Também passaram a levantar problemáticas locais e elaborar propostas para as mesmas que eram devolvidas à DN por meio das trabalhadoras que faziam de interlocutoras. Ao mesmo tempo, o feito de estabelecer encontros mais frequentes fortalecia as redes interpessoais entre afiliad@s da comarca, tão importantes para a manutenção do movimento, como referido antes. Assim explica uma das informantes:

> A ver, en todas as comarcas xa había daquela e sigue habendo direccións comarcais, o sea, os concellos comarcais que se chaman. Que poden ser de 8, 10, 20, dependendo da comarca. Por estatutos hai unha serie de.. un numero determinado de afiliados e afiliadas para e… os consellos comarcais. Que pasa? Que os consellos comarcais convócanse a veces 3 veces o ano. Entón é un ritmo, que claro, quedan moitas decisións en mans da xente que está traballando, dos profesionais que normalmente non somos xente labrega. E non é.. entón iso, primeiro, é unha carga engadida a xente traballadora e despois nunca sabes se estas decidindo adecuadamente e ademais a comarca non é túa. Porque tu traballas aí uns anos e despois marcha. A comarca propiamente é da xente afiliada ou debera ser. Entón… claro que se quería favorecer creando as executivas comarcais? Pois que foran moito menos numerosa, de moita menos xente. Son órganos de 3, 5 persoas 7, dependendo da comarca. Que se puideran ver mais, co mais frecuencia, vale?! Para poder estar mais o pé do dia a dia. Entón, eu creo que desde a executiva nacional, eu non sei ben, porque non estaba ai, pero eu creo que se entendía e se vía como positivo (...), pero, claro, nun sindicato que hai mil urxencias, mil... e entón iso é un traballo mais a medio prazo. (Entrevista 3, M)

Com o tempo a comarca de Ordes parece se destacar quanto à participação de homens e mulheres na organização sindical como um todo. Uma experiência que vai sendo transladada a outras no período de 2006 a 2008, quando a DN do Sindicato aprova a proposta elaborada de reestruturação da dinâmica interna da organização, na que está incluída a experiência da comarca de Ordes. Uma proposta que segundo as pessoas informantes, demorou um tempo (sobre dois anos) para ser entendida, discutida, formatada e aprovada pela DN. Esta de tratava de abrir um processo de mudanças com um método ou um estilo que valorizasse o aprendizado a partir de uma prática. Mas também exigia alguns ajustes na própria organização sindical passando por criar espaços de diálogos e tomas de decisões das pessoas que estavam no dia a dia do Sindicato até a reelaboração das formas de fazer política sindical, nas que se pudesse articular e gerir o trabalho de forma mais coletiva e horizontal.

Assim foram criados espaços como a reunião de coordenador@s, reunião de trabalhador@s[113] que ao mesmo tempo serviam para comunicar e organizar o trabalho, também era formativa no sentido de que a dinâmica utilizada nessas reuniões eram feitas de forma diferente das hegemônicas ou habituais dentro de organizações sindicais. Elas proporcionavam por meio da experiência outras ferramentas e códigos que pudessem ajudar as técnic@s a atuarem de forma diferente, incorporando as estratégias de mobilizar recursos e pessoas e de práticas mais coerentes com os discursos da organização. De forma mais concreta, se realizou um trabalho de dinamização de espaços coletivos nos que também preparavam @s traballador@s para terem novas práticas na relação com a afiliação e com os espaços de toma de decisões mais horizontais, como estar mais atent@s às pessoas e as relações entre elas, sem deixar de lado a informação e as formas de toma de decisões. A proposta, portanto se baseava em que, a partir da vivência de outra forma de fazer o trabalho seria mais fácil para que @s trabalhador@s pudessem experimentar a sua efetividade e poder aplicá-la nas suas comarcas com a afiliação e na relação com @s compañeir@s, estabelecendo novos eixos de atenção.

> Si era de comarca. É un traballo que ten moito de xestión administrativa e contable, pois hai que facer declaración da renda, hai que facer os IVAs e tamén ten moito de información, de temas, de todo tipo de temas: o do sector do leite, do gando da horta. Pois despois tamén aí, nós empezamos a facer cousas diferentes canto no estilo de .. no canto de convocar unha asemblea e nós informar. Iso é unha estrutura vertical xa moi antiga, e para min é moi limitada. Pois empezamos facer asembleas mais circulares, nas que chegabamos e coidabamos moito a acollida ás persoas. Creabamos espazos circulares no sentido de escoitar como se esta atopando a xente. Entón preguntabamos: como estades? Como vos estades atopando agora mesmo? Que estades vendo que está sucedendo? E tamén dabamos a información, pero non era unicamente esa estrutura vertical de chegar nós, traballadoras e dar información a xente que non sabe. Que é unha estrutura que reforza a estrutura de quen sabe e quen non sabe e do fundo estabelece unha estrutura de poder. De.. eu son mais porque sei mais, e no fondo.. entón eu creo que rompemos con iso. O que fixemos foi escoitar as persoas e a xente, pois nas asembleas e no mesmo local de traballo. (Entrevista 3, M)

Dessa forma, a experiência da comarca de Ordes se estende a outras, e com ela novas dinâmicas de mobilização e participação vão surgindo, nov@s sujeitos aparecem no cenário e novas propostas são experimentadas. Nesse percorrido de mudanças, percebe-se um maior

[113] As reuniões de trabalhador@s foi também uma necessidade oriunda dos conflitos laborais que se deu a raiz da saída de diversas pessoas trabalhadoras da organização.

número de mulheres individuais que aparecem como protagonistas nos mais diferentes espaços e âmbitos do Sindicato. Ao tempo em que a *Secretaria da Muller* parece conquistar mais espaço, sendo as suas ações e reivindicações mais visíveis e constantes nos veículos de comunicação internos do SLG, assim se vê com uma maior claridade as suas estratégias de ação coletiva, tanto para dentro da organização como para fora dela.

Seguindo as estratégias acumuladas do movimento feminista, as mulheres organizadas na *Secretaria da Muller*, com o apoio da dirigente máxima da organização, conseguem introduzir uma série de debates e de mudanças em todo o corpo organizativo que propicia a inclusão das pautas feministas na própria estrutura do Sindicato e na ação cotidiana daquelas pessoas que fazem o seu dia a dia. A seguir darei enfasis as principais ações identificadas nesta investigação.

4.6 Para as injustiças: redistribuição e reconhecimento

Nessa investigação conseguiu-se identificar uma série de iniciativas desenvolvidas pela *Secretaria das Mulleres* do SLG. Elas foram identificadas tanto por meio da pesquisa documental como pelas entrevistas e observação participante. Essa identificação me levou a classifica-las em sete ações que são desenvolvidas a partir da criação da Secretaría. A categorização das iniciativas está relacionada com a estratégia desenvolvida, mas elas não estão isoladas umas das outras, comunicando-se entre si e que também derivam outras ações.

A seguir descrivirei cada uma delas para entender o processo no que está envolvida, as razões que levaram a sua criação, os objetivos, os pontos de destaque e o seu desenvolvimento.

1- Encontro Anual da Secretaria das Mulheres do SLG

Uma das atividades organizadas pela Secretaria das Mulheres é o seu Encontro Anual. Ele inicia em 2004 e é reconhecido como uma das mais importantes atividades do Sindicato ainda hoje. Seguindo as estratégias de outras organizações e movimentos, os encontros, e neste caso os de mulheres, têm por objetivo ser um espaço de trabalho nacional específico

para as mulheres afiliadas, onde se debatem determinados temas e se elaboram ações conjuntas a serem levadas a cabo. São espaços de formação, partilha e fortalecimento de redes interpessoais que ajudam a construir uma ideia de pertença ao coletivo e busca-se construir uma identidade coletiva. Uma proposta que pretende consolidar o trabalho que já vinha sendo desenvolvido, além de organizá-lo de forma mais coletiva, aumentando o número de labregas que participem mais ativamente da *Secretaria da Mulher*. Busca-se, ao mesmo tempo, incidir nas diferentes organizações governamentais ou dos movimentos sociais, pautando o leque de problemáticas enfrentadas pelas labregas. Assim, tem como referência os debates feministas internacionais, mas sem deixar de lado as realidades locais e o trabalho na base.

Porém, os Encontros parecem não limitar-se a essas funções, servindo também como espaço de lazer e que rompem os esquemas normatizados do sistema sexo-gênero, sendo um deles o que impedem as mulheres de ausentarem-se do espaço da Casa e do doméstico, um debate recorrente nesses encontros. Assim, também contribuem para iniciar processos de fortalecimento pessoal e coletivo ao questionar a ordem do sistema sexo-gênero desde o seu núcleo familiar- comunitário até as estruturas sindicais e das legislações das administrações públicas, sejam elas das autonômicas, Estatais ou comunitárias. Todas elas, fundamentais para o envolvimento das labregas na *Secretaria da Muller* e, consequentemente, na organização sindical, no movimento de mulheres/feminista e no movimento campesino e para sua autonomia pessoal. Vejamos como evoluiu essa estratégia.

O I Encontro Anual da Secretaria da Mulher do SLG realizou-se nos dias 25 e 26 de novembro de 2004 em Allaríz. Reuniu cerca de 100 mulheres num formato que vinha sendo provado a nível local, mais circular e horizontal no que prevalece o intercambio de ideias frente ao informativo unidirecional, mas sem deixar de fora o pragmatismo das discussões, reivindicações e propostas necessárias para orientar o trabalho da secretaria como órgão executor. Neste primeiro encontro deu-se prioridade ao tema dos riscos do trabalho agrário, a lei de igualdade, a violência contra as mulheres, a titularidade compartida e as labregas como produtoras de sustentabilidade produtiva e de redes de mercados locais (FOUCE, nº227, dez, 2004, p. 4). Essas prioridades se concretam em atividades, informações, denúncias e demandas ao governo registradas na seção *Muller* do FOUCE e também nas sessões de reportagem ou de informações gerais (*Adro*) como a reivindicação por uma dotação orçamentária para a efetivação da lei de violência de gênero, ou os aportes da Secretaria à lei

galega de igualdade (GALICIA, 2004), informações de ajudas para as mulheres em temas laborais e de cuidado às pessoas dependentes, que como dito antes, avança-se em muitos temas com relação a lei Estatal.

A raiz do sucesso desse primeiro encontro se realiza a sua segunda edição em Ribas de Sil (Quiroga- Lugo) em 2005. Apesar das dificuldades com a prefeitura para liberar o local do evento dias antes da sua realização, ele teve êxito com a participação também em torno das 100 mulheres, entre trabalhadoras e labregas, durante todo um final de semana. Neste se abordou temas como as violências contra as mulheres nos diferentes espaços e a necessidade de chegar à mais afiliadas, buscando construir propostas aos problemas que se enfrentam. Seguiram apostando por um formato diferente, que valorizasse mais a partilha de saberes. Assim, continuam a trabalhar em dinâmicas de debates em grupos pequenos e na construção de ideias coletivas, nos que todas pudessem ter a oportunidade de aportar ideias e de ser escutada e sem ter a pressão de falar para um público mais amplo. Um formato que se diferencia das tradicionais assembleias, percebidos como masculinizados por predominar os discursos e o destaque de determinadas lideranças e formas hegemônicas de participação. Também se fomenta momentos intercambio e sociabilidade como o das comidas compartidas, proporcionando um espaço descontraído que favorece a tecedura das redes interpessoais ao favorecer as conversas mais coloquiais nas que as mulheres se conhecem entre elas e identificam as diferenças ou similitudes das suas realidades, saberes e trabalhos.

Uma proposta que pretende consolidar o trabalho com mulheres dentro do SLG e organizá-lo de forma mais coletiva, aumentando o número de labregas que participem mais diretamente da Secretaria. Busca-se ao mesmo tempo, uma maior incidências sobre o leque de problemáticas enfrentadas, tendo as organizações internacionais como referências, mas sem deixar de lado as realidades locais e o trabalho na base.

O Encontro de 2005 parece marcar o resultado dos debates e trabalhos cotidianos da *Secretaria da Muller*, ao decidir pela mudança do nome da sua seção no jornal FOUCE intitulada: "*Muller*" no singular para o plural "*Mulleres*". O mesmo acontece com o próprio nome da Secretaria, que também passou a ser nomeada em plural, "*Secretaria das Mulleres*". Uma discussão que incorpora as discussões feministas em torno ao sujeito "mulher", aproximando-se mais à linha pós-colonialista vindas do sul global, principalmente sobre

influência da CLOC e da Via Campesina. (ZULUAGA; SILIPRANDI, 2014) Nos debates da *Secretaria da Mulleres* do SLG se destaca a identificação das diferenças e semelhanças entre as labregas galegas de acordo com as suas zonas, suas atividades produtivas, seus saberes, suas necessidades e desejos. (FOUCE nº248, nov 2006, p. 2-6) Assim como as comparativas com as labregas do resto do mundo.

É a partir desse período que se percebe uma maior preocupação com a linguagem não sexista e/ou com uma linguagem que visibilize o coletivo feminino. Pouco a pouco há uma incorporação de diferentes estratégias de linguagem nos documentos do SLG e nos discursos d@s suas dirigentes que vinham sendo discutidas no movimento feminista. Nesse percurso encontramos uma aposta pela nomeação do masculino e feminino (labregos e labregas), em outros momentos a aposta por símbolos como "@" ou "X" ou a busca por uma forma mais neutra de tratar os assuntos. Isso demonstra que a *Secretaria das Mulleres* leva o restante da organização por caminhos que se aproximam às discussões e preocupações feminista com relação a falsa neutralidade da linguagem. O mesmo ocorre com as expressões sexistas, as "brincadeiras", piadas que reforçam as posições desiguais de poder relacionados com o sexo-gênero através da linguagem como revela este informante. O que demonstra a introdução desse debate não só para fora da organização, como a utilização de uma imagem, mas também na posta em prática no dia-a-dia das pessoas que conformam o Sindicato.

> (...) estas falando calquera cousa, e se calquera de nós, calquera dos homes se nos escapa unha palabra, unha verba, unha palabra, ou un contexto no que tal, as mulleres xa din: "E... deste conta diso" Non che din de mal rollo, non che din, simplemente din: "acórdache que...tal,tal,tal,tal,tal." É decir, esta no dia a dia, está na esencia, non. E.. por que, por exemplo, a nós nos educaran dunha maneira, e hai cousas que a veces sin querer, salen. Non porque penses así, simplemente porque salen. Na linguaxe, na maneira de falar, non. (....) Fai moitos anos que no Sindicato a linguaxe é inclusiva. Moitísimos anos, a todos los niveles. As compañeiras nos axudan aos homes a buscar... actualizarnos e a estar ao dia e a cambiar. E iso é constante. Compartindo espazos con ela, compartindo traballo, compartindo proxeto,... o que sea. É moi dificil de explicar se non se vive. E como non vivín nada igual en outra organización, nin en outro sitio, pois é moi difícil explicar (...) (Entrevista 5, H)

Esse discurso aponta para a existência de um trabalho cotidiano das trabalhadoras do Sindicato organizadas na *Secretaria das Mulleres* que vai além de um discurso cara fora da organização, que poderia servir de boa imagem. Parecem insistir na necessidade de fazer concretar os discursos reivindicados por meio de feitos concretos no interior do Sindicato.

Isso nos leva a pensar que existe um trabalho de debate interno para inserir o discurso feminista e um esforço por torna-lo real, sendo um dos passos promover mudanças nos atos individuais de cada sujeito integrante na organização.

Em 2006, não se realiza o Encontro Anual, mas organizaram o Congresso Mundial das Mulheres da Via Campesina em Santiago de Compostela. Uma atividade importante da que supôs uma responsabilidade especial para o SLG, ao mesmo tempo em que uma valorização do trabalho que vinham desenvolvendo pela *Secretaria das Mulleres*. O objetivo dessa atividade era de analisar os significados da igualdade das mulheres camponesas no contexto de globalização. Pretendia definir propostas e fazer acordos de lutas conjuntas a nível internacional a partir da Declaração de Quisqueya.[114] Nesse contexto é importante lembrar que desde 2004 a Secretária geral do SLG, Lídia Senra, compunha a comissão internacional de gênero da Via Campesina em representação da Europa.

Os depoimentos recolhidos no FOUCE sobre essa atividade evidenciam as diferenças contextuais, as políticas de cada organização e de cada mulher, mas também uma grande confluência e similitude entre as problemáticas enfrentadas por elas. (FOUCE nº248, nov 2006, p. 2-6) Como resultado, esse encontro pôs em relevo a necessidade de fortalecer as articulações das mulheres, demonstrando ser uma necessidade interna da Via Campesina já que elas continuam a padecer de desigualdades, expressadas na falta de acesso dos recursos como a biodiversidade, a terra, o crédito e os meios para produzir. Ademais, identificam dificuldades para a sua participação nos partidos políticos e nos movimentos sociais tradicionais de corte revolucionário que lutam pela justiça social. Como medidas de enfrentamento a esses obstáculos, aprovou-se a criação de mecanismos para proporcionar um maior intercâmbio de experiências e planos de luta específicos. Foram aprovadas propostas como a criação da Campanha Mundial contra a Violência Machista, o trabalho pelo reconhecimento dos direitos das mulheres camponesas exigindo igualdade real no acesso aos recursos. Medidas que foram tomadas a sério pela Secretaria das Mulheres do SLG, sendo incorporadas nos trabalhos comarcais, nos discursos públicos e nas reivindicações de cara o Estado nos anos seguintes. As palavras de Lídia Senrra, demonstra a seriedade com que acolhem as decisões da Via Campesina e as traduzem em âmbitos estratégicos a serem

[114] Em 2005, Guatemala. (CLOC, 2005)

trabalhados pela *Secretaria das Mulleres* no enfrentamento das injustiças do sistema sexo-gênero.

> Traballamos en tres niveis: un, que ten que ver coa profesión, é decir: coas situacións de discriminalización que sufrimos na profesión por ser mulleres. Nisto enmárcase toda a loita relacionada co recoñecimento da nosa profesión, porque cando traballamos nas explotacións familiares onde o único titular é o home, ainda non temos os dereitos recoñecidos como labregas. Dous: traballamos a autoestima, é decir, vencer iso de que as mulleres non sabemos ou non podemos. É un traballo que abordamos desde a secretaria para romper esa situación e para que as mulleres labregas estean dispostas a asumir responsabilidades e asuman o papel que lles corresponde na sociedade. E o terceiro nivel traballamos desde a Secretaria das Mulleres é o de dar a batalla dentro do propio Sindicato para ter unha representación en pé de igualdade cos homes. (Lidia Senra In.: REGAL, 2010, p. 100)

Esses espaços de encontros e debates favorecem a partilha das dificuldades e dos limites vividos em cada realidade, mas também produz de forma coletiva analises alternativas às elaboradas pelos poderes hegemônicos, constrói e fortalece discursos e práticas, além de elaborem possíveis saídas aos problemas identificados. Funcionam também como espaços preparatórios e amenos para que os sujeitos tenham mais capacidades de sacá-las adiante em espaços de confrontação mais amplos. Na prática, são espaços mais "seguros" que proporcionam mais oportunidades para desenvolver habilidades que em outros espaços seria muito mais difícil. Refiro-me ao exercício de recopilação de informação, elaboração de diagnósticos, discursos, falar em público, debater opiniões contraria e divergentes, etc. (FRASER *et al.*, 2011)

A organização do Encontro Anual das mulheres também fomentou a promoção de encontros e atividades locais de cara a levar no ano seguinte as achegas acumuladas nas comarcas. O debate vivo nas comarcas estimulou também a realização e participação em encontros, oficinas, debates, conferências e demais atividades realizadas pelos SLG e pela *Secretaria das Mulleres*, o que fortalece e cria uma forma própria de fazer ação política. Um processo lento, mas que permite reconhecer a outra como companheira e aliada, criando e fortalecendo as redes interpessoais entre mulheres e ainda melhor, construindo estratégias coletivas.

2- Contra as violências institucionais

As reivindicações e demandas de cara o Estado são uma constante ao longo da trajetória histórica dos movimentos sociais. Uma das reivindicações "clássicas" do movimento

feminista, por exemplo, é por direitos iguais para homens e mulheres que tem por marca a "Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã", de Olympe de Gouges datada em 1791. Esta denunciava a exclusão das mulheres dos direitos políticos e sociais aos quais elas lutaram na Revolução Francesa. Por tais reivindicações foi guilhotinada, e pelas mesmas continuamos lutando.

Portanto, a historia dos movimentos reflete que as leis e as políticas públicas instituídas pelos Estados, nem sempre vão no sentido de proporcionar uma melhoria de vida para o conjunto da cidadania. As violências institucionais podem ter diferentes amplitudes, expressando-se na exclusão das mulheres dos espaços públicos-políticos, numa legislação sexista e discriminatória, em políticas que reforçam as desigualdades de poderes entre grupos sociais e de acesso aos direitos e recursos, a alta carga burocrática que exclui e acentua a distância do conjunto da cidadania, ou de determinados grupos sociais, dos processos de toma de decisões, entre outras. Esas violências conformam uma linha de ação constante da Secretaria das Mulheres do SLG. De feito, as suas primeiras ações giram em torno às injustiças objetivas e concretas vindas do Estado relacionadas com a Seguridade Social, já referidas.

Em torno a essas injustiças, no ano de 2006 se destacam as lutas contra a Agência Tributária que exigia a devolução das quantidades referente a ajuda de 100€ para as mães com filhos menores de três anos no momento da declaração da renda. A Agência Tributaria reclamava essa quantia às labregas beneficiadas no ano de 2004 sobre a justificativa de que elas constavam como "ajuda familiar", ou seja, não tinham direito a essa ajuda uma vez que não eram agricultoras/trabalhadoras, por não terem ingressos próprios em seu nome. Tal ação foi entendida como discriminatória contra as mulheres, afetando especialmente as mais pobres. Diante dessa injustiça, a Secretaria entrou com vários recursos ao Tribunal Econômico e Administrativo para demonstrar a inocência das labregas dadas as diferenças do funcionamento das Casas labregas frente às empresas agrícolas. Isso levou a elaboração de um recompilatório de documentos, entrevistas e declarações juramentadas com repartidorxs, vizinh@s para comprovar que as mulheres realmente trabalhavam nas suas explorações agrarias. Ademais de reunir as provas de defesa, foi levado a cabo diversas ações jurídicas e administrativas, denúncias públicas e reuniões com diferentes instâncias do Estado durante todo o ano. Em janeiro de 2007 ainda não se tinha resolvido nenhum caso, mas a mediados de

2008 conseguiram desfazer a injustiça, apesar de não recuperarem o tempo e nem os recursos que tiveram que depositar para fazer jus dos seus direitos (FOUCE nº246 verão 2006, nº248 nov 2006, nº250 janeiro 2007).

Outro caso identificado como discriminatório neste âmbito foi com relação às ajudas de incorporação à, ainda chamada, *cotitularidade.* Esta foi impulsadas pela *Conselleria de Medio Rural* (Governo autonômico Galego). O *Servizo Galego de Promoción da Igualdade do Home e da Muller* deliberou em 2006[115] uma resolução que pretendia apoiar as mulheres labregas através de incentivos financeiros àquelas que incorporassem a atividade agrária por meio de uma "sociedade civil", já que a legislação Estatal impedia a titularidade compartida. Dessa forma incentivava a que as cônjuges acedessem à titularidade da exploração, dessem de alta na Seguridade Social e conseguissem recursos econômicos por meio da ajuda autonômica. Paralelamente a isso, abrir-se-ia um registro autonômico de *cotitulares das suas explotacions agrárias* que seria reconhecido oficialmente pelo governo autonômico (governo bipartido) e que diminuiria o défice estatístico referente aos dados de inatividade das mulheres galegas. Essa medida também representava uma pressão desde a Comunidade Autônoma Galega, que fazia oposição ao governo do Estado Espanhol, para este modificar a legislação da titularidade das explorações agrarias, permitindo a cotitularidade ou titularidade compartida, como vinham reivindicando as labregas[116]. Falava-se do número ao redor de 34.000 mulheres que em 2007 computavam como "ajuda familiar" só na Galiza.

[115] DOG 159, venres, 18 de agosto de 2006. "A*xudas e subvencións para o acceso das mulleres á cotitularidade de explotacións agrarias como fórmula de integración laboral da muller e estímulo ás mulleres emprendedoras de Galicia*"(GALICIA, 2006)

[116] O processo de titularidade compartida na legislação inicia-se em 2007 através da Lei orgânica 3/2007 de 22 de março de 2007 do Estado Espanhol "*LEY ORGÁNICA 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres.".* Esta insta a desenvolver a figura jurídica de "titularidade compartida" reconhecendo os direitos das mulheres no setor agrário. Baseada nesta lei orgânica, a comunidade Autônoma de Galícia promove ajudas para pressionar que saia a lei estatal de titularidade compartida e para incentivar que as mulheres se cadastrem a nível autonômico como essa figura. Em dezembro de 2007 a lei 45/2007 do, 13 de dezembro de 2007, "*Ley 45/2007, de 13 de diciembre, para el desarrollo sostenible del médio rural*"(ESPANHA, 2008b) também recolhe a "Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres." (ESPANHA, 2007b) que determina que o governo promoverá e desenvolverá o regime de titularidade compartida de bens, direitos e obrigas no setor agrário e a correspondente seguridade social, e nada mais. Em 2009, através do "Real Decreto *297/2009,do 6 de marzo, sobre titularidade compartida em las explotaciones agrárias"* (ESPANHA, 2009) é quando se cria para efeitos administrativos e como medida de fomento a "titularidade compartida" como uma nova figura referencial adicional às reguladas na lei 19/1995, de 4 de julho sobre modernização agraria. No entanto, ao ser um decreto não afeta as leis de rango superior, o que só proporcionou a criação de um registro para as mulheres de caráter muito limitado. Somente em 2011 com a "*Ley 35/2011, de 4 de octubre sobre titularidade compartida das explotaciones agrárias"*(ESPANHA, 2012), é que

No entanto, o problema identificado pelas labregas se encontrava no reparto orçamentário destinado a esse fim. Estabelecia-se uma diferença entre a incorporação do cônjuge e o apoio econômico a outro tipo de titularidades. As mulheres correspondem o 94,7% das incorporações como cônjuges e os homens ocupam a maior parte dos outros tipos de cotitularidade (irmãos, genros, filhos). O orçamento destinado aos cônjuges estava no valor de 15.000€, enquanto que a de outros tipos era de 22.000€, o que identificaram como com um claro impacto de sexo-gênero, já que na prática o que acontecia é que as mulheres recebiam um valor monetário menor do que os homens ao incorporar-se a atividade agrária. (FOUCE, nº 240, fev. 2006 Mulleres p. 13; FOUCE fev. nº 251, 2007 Mulleres p. 13; FOUCE, nº253, abril 2007 mulleres, p. 21)

Isso quer dizer que, apesar dessa iniciativa de ajuda a incorporação à cotitularidade promovida pela Comunidade Autônoma Galega ser vista como positiva, uma vez que representa uma novidade neste campo e por ser uma política de ação positiva, ao estimular a incorporação de mulheres labregas no sistema como pessoas ativas, logo com direitos; a iniciativa da Xunta é enganosa quanto à promoção da igualdade de direitos e de oportunidades ao distribuir de maneira desigual os fundos públicos de forma que mantêm e perpetua as estruturas injustas do sistema sexo-gênero. Concretamente, além de dar menos recursos às mulheres, continua a demonstrar que a incorporação delas ao sistema no setor produtivo como "ativas" não tem o mesmo valor político que a dos homens, portanto, o orçamento público para elas é menor. Tudo isso é feito mesmo reconhecendo as inúmeras dificuldades estruturais que elas têm para conseguir os mesmos direitos que os seus companheiros do sexo masculino. (YOUNG, 2011).

Essas reivindicações e ações demonstram os diferentes âmbitos nos que as injustiças institucionais atuam e as dificuldades das organizações e movimentos em desmascará-los e desfazê-los. Ações que muitas vezes necessitam do auxílio de um corpo técnico feitos desde as organizações e acabam por ser fundamentais uma vez que essas injustiças têm efeitos perversos sobre a vida das labregas ao acentuar ainda mais a sua situação de vulnerabilidade na estrutura social, e por isso uma demanda cotidiana das labregas.

---

vai regular efetivamente a titularidade compartida, como uma figura de caráter voluntário. Mais adiante, no ponto 5.14 voltaremos a tratar desse tema.

3- O discurso pela Soberania Alimentar

Como nos conta Annette Desmarais (2007), o termo "Soberania Alimentar" foi criado pela Via Campesina no ano de 1996, na ocasião da Cúpula Mundial sobre Alimentação da FAO em Roma, como uma alternativa política ao sistema agrícola e alimentar injusto e depredador. Um termo que não pode ser confundido com o de segurança alimentar, trabalhado por diversas OIG que está relacionado com a capacidade de produção de alimentos de cada país e com o consumo mínimo de calorias por pessoa viver. A Soberania Alimentar é um conceito mais amplo que questiona o sistema de produção que impera ao mesmo tempo em que busca construir propostas para a sustentabilidade da vida desde a relação entre a humanidade e a natureza. Esse termo consiste no direito dos povos em definir as suas próprias políticas de agricultura e alimentação, de proteger e regular a produção e o comércio agrícola local com a intenção de desenvolver métodos de produção sustentáveis e de defender o direito de cada povo em decidir como quer fazê-lo, reconhecendo as heranças culturais, os recursos energéticos pertencentes à humanidade e sem que o mercado e as grandes empresas interfiram na produção, distribuição e consumo dos alimentos. O que também significa que todas as formas de vida devem ser protegidas. Por tanto, esse término se propõe, não só como uma alternativa aos graves problemas que afetam a alimentação mundial e a agricultura, mas também como uma proposta de futuro sustentada nos princípios de humanidade, tais como a autonomia e a auto-determinação dos povos (NAVARRO; DESMARAIS, 2009; VIA CAMPESINA, 2003; WIEBE, 2013).

Essa alternativa vem sendo trabalhada pelos movimentos sociais em diversos espaços como os FSM, Cúpulas dos Povos, etc. Diante da crise alimentar que explode em 2007 expõem no diagnóstico alternativo, resultados de anos de discussões que reincide que as causas de tal crise, que não é única, se encontram nas políticas neoliberais desenvolvidas nos últimos 30 anos como: a liberalização comercial, o pagamento da dívida externa dos países do sul, as privatizações dos serviços e bens públicos, assim como a instauração de um modelo de agricultura e alimentação que estão ao serviço da lógica do sistema capitalista. (VIA CAMPESINA, 2008b; VIVAS, 2012a, [S.d.]) Um sistema de extensa cadeia que distância @s sujeitos que produzem e d@s que consomem; que favorece a apropriação das diferentes etapas da produção às empresas agroindustriais e que promove a perdida da autonomia do campesinato da produção, distribuição e consumo de alimentos.

Sobre esses debates que parecem ser tão atuais, vale reconhecer que desde antes e de diferentes lugares do mundo as mulheres já reivindicavam a necessidade de estabelecer outros tipos de relação com a natureza, de práticas agrícolas sustentáveis, a inclusão da dimensão da saúde humana, a exigência da redução do uso de insumos químicos, a defesa da promoção da agricultura orgânica, do comercio local, o cuidado das sementes criolas, entre outras. Do mesmo modo, reivindicavam a participação feminina na definição das políticas agrícolas em todos os âmbitos, dado o acesso desigual das mulheres aos recursos produtivos. Isso porque as mulheres joguem um papel protagonista na produção alimentos.[117] As mulheres camponesas, indígenas, extrativistas, entre outras, há vários séculos tem se responsabilizado dos trabalhos produtivos, reprodutivos e comunitários. No sul global, as camponesas são responsáveis de um 60% a 80% da produção de alimentos e um 50% a nível mundial, segundo a FAO em 1996. Situação que não teve grandes mudanças 10 anos depois. No entanto, tem menor acesso as terras e aos créditos, serviços e insumos para subsidiar a sua produção. Estima-se que a nível mundial somente 2% das terras estão em sua propriedade das mulheres e apenas 1% tem acesso ao total de créditos agrários. Assim mesmo, como alerta Esther Vivas, ainda que sejam elas as recebedoras, não há evidências de que sejam elas as que tenham o controle sobre os recursos que recebem. (FRASER, ARABELLA, 2009; VIVAS, 2012a)

Por tudo isso, as mulheres fazer uma grande pressão para que o debate ao redor da Soberania Alimentar inclua a perspectiva feminista para que a própria alternativa não esteja condenada ao fracasso. De acordo com a campesina chilena e uma das dirigentes da Via Campesina, Francisca Rodríguez, “A soberania alimentar deve-se tratar de um princípio, de uma ética de vida, de uma maneira de ver o mundo e construí-lo sobre as bases de justiça e igualdade.” Em diversos textos Lidia Senra e Irene León também líderes da Via Campesina, insistem que na necessidade de superar os preconceitos sexistas e construir uma visão de mundo que inclua as mulheres e que exista a opção de ser camponesa em condições de igualdade com os homens. (GARCÍA FORÉS, 2010; SENRA *et al.*, 2009; SENRA; LEÓN, [S.d.]; VIVAS, 2012a) Debates estes que também fazem dentro do âmbito feminista contemporâneo e que tem ganhado terreno em diversos campos tanto dentro do mundo

[117] Para mais debates relacionados com a luta das mulheres e a sustentabilidade ambiental ver em: Vandana Shiva (SHIVA, 1995); Alicia Puleo (PULEO, 2011)

académico como dentro da sociedade civil em geral, nos que tem tido uma boa receptividade por parte dos setores femininos dos movimentos sociais.

Nesse percorrido de debates internos dos movimentos sociais, as mulheres camponesas intensificam a sua organização e fazem ações coletivas para colocar em evidência todas as essas questões nos diferentes âmbitos e lugares do mundo. Entre elas, destaco uma ação a qual o SLG fez referência em diversas ocasiões no seu jornal interno. Esta foi a ação organizada por mulheres do Movimento Sem Terra (MST)/ Via Campesina em Brasil na ocasião do 8 de março de 2006. Nesta, cerca de 2.000 mulheres ocupam instalações da empresa Aracruz Celulosa no estado do Rio Grande do Sul destruindo os seus viveiros de plantação de eucaliptos para deter o seu monocultivo e os estudos de sementes transgênicas desenvolvidas por esta empresa. Esta foi uma das ações de denúncia dos desertos verdes que teve o propósito de "proteger a terra, a ecologia e os direitos das pessoas" (WIEBER. Women Reversing Desertification. In.: DESMARAIS, 2007, p. 279). Uma problemática semelhante a vivida na Galiza com os monocultivo de eucalipto e pinheiros pelo território para alimentar as empresas de celulosa e madeira (FOUCE nº 243, maio 2006; FOUCE Nº 251, fev 2007), ou mesmo, o modelo de produção intensivo de leite que vem sendo cada vez mais questionado pelas labregas. Essa ação ganha conhecimento internacional com a campanha de solidariedade com as mulheres represadas.[118]

Nesse debate internacional, além de Lidia Senra, tem importância a participação de Isabel Vilalba, então responsável da *Secretaria das Mulleres* do SLG, como representante europeia da MMM no Fórum Mundial de Soberania Alimentar em fevereiro de 2007 em Mali (África). Impulsado por diversos movimentos, este evento teve por objetivo estabelecer estratégias para implementar sistemas alimentares dinâmicos a nível global e local que apoiassem a pequena agricultura frente as grandes companhias internacionais. Neste evento, as mulheres tiveram um papel central como organizadoras e participantes. Identificam o sistema capitalista e o patriarcal como responsáveis pelas violações nos direitos das mulheres e como grupo social mais afetado pelas políticas neoliberais e sexistas, reafirmado o compromisso das organizações em transformá-lo. Como um dos resultados, avançou-se na

[118] Manifesto de homens e mulheres em solidariedade com as mulheres da Via Campesina. (VIA CAMPESINA, 2006)

construção de estratégias conjuntas entre vários movimentos a favor da Soberania Alimentar. Entre eles a MMM que assume a soberania alimentar como um dos eixos do seu movimento. Dessa forma, fortaleceu-se a aliança entre movimentos e o entrelaçamento das suas lutas, especialmente entre a Via Campesina e a MMM (FARIA, 2005; FERRER, 2007; FOUCE, nº 251, fev. 2007 p.13; nº252, março 2007 p. 9 e 13 VIVAS, 2012b).

Apesar do SLG já vir trabalhando a favor da soberania alimentar ao longo da sua trajetória, a defesa desse modelo é fortalecida nesse período, quando também a Via Campesina aprofunda o seu discurso sobre a necessidade de construir outros modelos produtivos e desde outras lógicas. A insistência das mulheres em incluir as perspectivas feministas nos debates sobre a Soberania Alimentar ganha força com a articulação com o movimento feminista e ampliam a sua capacidade em visibilizar o importante papel que as campesinas desempenham na agricultura e na alimentação no mundo ao mesmo tempo em que denunciam as diferentes formas de opressão que o sistema capitalista e sexo-gênero, juntos, exercem sobre as mulheres. Ressaltam que o papel historicamente designado à elas como responsáveis pelo cuidado e a alimentação de toda a família, do cultivo para o autoconsumo, dos intercâmbios e comercialização dos seus excedentes, carregando com o trabalho reprodutivo, produtivo e comunitário, é totalmente desvalorizado e marginalizado. Enquanto que aos homens lhes dão o papel de ocuparem as "principais" transações econômicas agrícolas, a comercialização de animais e as grandes quantidades de produtos agrícolas, ocupando-se ainda das esferas de representação públicas camponesas.

A participação de Isabel Vilalba no Foro de Nyeleni foi relevante para uma maior incidência e reafirmação da necessidade de incorporar uma perspectiva feminista em todos os âmbitos da organização e das lutas levadas a cabo pelo SLG. Além disso, foi um fortalecimento da própria *Secretaria das Mulleres* que também inclui no seu discurso as contribuições do movimento internacional, tanto campesino como feminista. Tanto é que é a partir desse Foro que a *Secretaria das Mulleres* do SLG expõe com mais relevância a defesa da Soberania Alimentar desde uma perspectiva feminista tentando traduzi-la em ações [119].

[119] A relação entre os debates entre ecologia e feminismo também é um tema interessante a ser aprofundado em outras investigações, inclusive dentro do SLG. Essa organização tem demonstrado uma simpatia significativa nessa articulação que vale a pena um olhar mais atento sobre como elas tem construído iniciativas e discursos emancipadores e como elas tem ampliado o alcance das preocupações relacionadas com o sistema sexo-género por meio dele.

4- Intervenções internas

Com este acúmulo, em março de 2007, na ocasião do *IV Encontro Anual das Mulleres* do SLG, são fortalecidas as ideias, questões e propostas dos debates internacionais e dos encontros anteriores, das atividades comarcais que vinham sendo desenvolvidas ao redor das problemáticas enfrentadas pelas labregas galegas.

O IV Encontro pode ser entendido como um marco de referências para algumas mudanças já vinham sendo desenvolvidas no interior da organização, além de concretar algumas propostas trabalhadas em outros momentos. Ele coincide com a emergência do VII Congresso do SLG que ocorreria no final deste mesmo ano, abrindo oportunidades de levar adiante mudanças mais palpáveis á nível organizativo em todo o Sindicato. Por tanto, o IV Encontro serviu para estabelecer prioridades e formas de trabalho conjunto entre as mulheres e elaborar estratégias coletivas a ser desenvolvidas dentro e fora da organização. De forma resumida, ele se centrou em debater e fixar propostas de cara a fazer real a igualdade de homens e mulheres dentro e fora da organização sindical como vinha sendo enfocado os debates a nível internacional e as demandas locais. Como prioridade, estabeleceram-se três pilares de ação: a paridade nos órgãos diretivos e de representação; a campanha contra a violência de gênero anunciada no ano anterior (2006) no Congresso Mundial das Mulheres da Via Campesina em Santiago de Compostela; e continuar com a campanha pela titularidade compartida.

Para executar tudo isso, deu-se força ao trabalho específico que vinha sendo desenvolvido com as trabalhadoras do Sindicato. Estas realizavam atividades dirigidas às mulheres nas suas comarcas e a proposta de fortalecimento tinha como ação para melhorar a coordenação dessas atividades para que tivessem maior visibilidade e fossem mais efetivas. A esse trabalho chamou-se de Rede e/ ou Espaço de Dinamizadoras, que começa pequeno e de vagar, o que faz com que as informantes dessa investigação tenham dificuldades em identificar os marcos iniciais. Um trabalho que parece ir além das fronteiras mais visíveis das mudanças na organização sindical e que vai marcar a atuação da *Secretaria das Mulleres* desse período até a atualidade.

Com a participação ao redor de 200 mulheres, o IV Encontro anual também serviu para a realização de uma concentração em frente ao Parlamento Galego reivindicando a titularidade compartida e dando a conhecer essa problemática na capital galega (FOUCE, nº 253, abril de 2007).

5- Trabalho interno a criação do espaço de dinamizadoras

Desde o início, a *Secretaria das Mulleres* defendeu a existência de espaços próprios de auto-organização das mulheres. Além disso, o entende como estratégico para aumentar a participação e autonomia das labregas nos outros espaços do Sindicato, da comunidade e da própria unidade familiar. Com a consolidação da Secretaria, a realização de diversas iniciativas e dada as grandes demandas por atividades com foco em discussões ao redor de gênero/mulheres/feministas, fazia-se necessário organizar um pouco mais o trabalho.

Com base na experiência da comarca de Ordes comentada anteriormente, iniciou-se um trabalho que seria específico para as mulheres, pois verificavam que era preciso atentar as suas características peculiaridades desse coletivo, as suas necessidades e desejos. Por esses motivos, também era preciso trabalhar com outros métodos e desde uma perspectiva feminista. Partiu-se da avaliação de que as trabalhadoras do Sindicato tinham um papel importante no desenvolvimento dos grupos de mulheres comarcais, mas era preciso uma formação específica para ele.

A avaliação sobre o papel das pessoas trabalhadoras revela certa admissão do dilema organizativo enfrentado pelo Sindicato referente à profissionalização da militância e a necessidade de mobilizar pessoas, tão importante para a manutenção do próprio movimento (DELLA PORTA, 2015). Nessa admissão, se reconhece que elas são a cara mais visível do Sindicato por serem as pessoas que executam as demandas cotidianas da afiliação e que prestam os serviços ofertados pelo Sindicato, por tanto, jogam com a vantagem de ser referência para aproximar-se das labregas com maior facilidade. Dito de outra forma, elas são a personificação da organização, àquelas a quem se pode acudir no momento de necessidade. Nesse sentido, a ação passa por utiliza-se dessa posição estratégica das trabalhadoras para construir, por um lado, outros referentes sindicais, agora femininos, que também estão

relacionados com outras formas de intervenção e de aproximação com as mulheres por parte do SLG, pelo feito das mulheres compartirem certos códigos. Por outro lado, essa posição possibilita fazer um trabalho conjunto e organizado de, para e com as mulheres, segundo a interpretação daquelas que iniciaram esse trabalho. Isso acontece ao redor do ano 2006-2007 dando origem ao que é chamado: *Espazo de Dinamizadoras e Rede de Dinamizadoras*. Este não é um espaço obrigatório para as trabalhadoras, assim como não é o trabalho específico com mulheres nas comarcas, ainda que se saiba que este trabalho é muito bem valorado desde os órgãos diretivos. Apesar disso, o grau de envolvimento das comarcas é diferente e nem todas participam desse espaço.

Assim, o espaço das dinamizadoras inicia-se com reuniões formativas de caráter vivencial, seguindo a lógica de que ao experimentar essas "novas" ferramentas e perceber o seu funcionamento na prática, a sua incorporação é mais efetiva. Dessa forma, as trabalhadoras teriam mais possibilidades de reproduzir o aprendido nas suas comarcas, adequando-as a realidade da sua comarca. Com isso, fomentar-se-ia a multiplicação de grupos de mulheres a nível comarcal e seria possível acompanhar e coordenar o trabalho a nível nacional, mantendo viva a mobilização local, um dos objetivos iniciais da *Secretaria das Mulleres*.

As ferramentas utilizadas se baseavam em mudanças nas estruturas e nas relações entre as pessoas. Valoram-se aspectos básicos da cotidianidade apostando por estruturas mais horizontais como a organização do espaço de reuniões em que se privilegia a disposição em círculo das participantes. Este tipo de estrutura favorece, por outro lado, o estabelecimento de relações mais cordiais e horizontais uma vez que o espaço, em si mesmo, diminui o estabelecimento de hierarquias entre as participantes. Aposta-se também por métodos de trabalho de discussão em pequenos grupos para logo serem tratados em espaços assembleários, buscando processos de toma de decisões mais consensuadas. Uma proposta que tem por objetivo abrir processos de mudanças tendo em conta a dimensão social, relacional e individual de cada pessoa e grupo. Ademais, atenta a interconexão entre espaços verticais e os espaços horizontais do Sindicato, sendo conscientes da existência das relações desiguais do sistema sexo-gênero em todos eles.

> Nós empezamos a facer reunións cada dous… meses e pico nas que viñan traballadoras das diferentes comarcas, de toda a Galicia. Non viñas todas, vale. Pero, viñas moitas. Esas traballadoras eran as que dinamizaban na súas comarcas o tema

> de mulleres e xa estaban facendo cousas. Xa te digo, no sindicato hai experiencia de moitos anos. (...). O que se estaba facendo nas comarcas era actividade PARA as mulleres, e a miña pretensión era dar ferramentas as compañeiras, traballadoras, para que empezaran a entender que iso estaba ben, para empezar, pero que hai que ir mais allá. Igual que fixemos en Ordes que che contei. Chegado un momento isto está ben cando empezamos un traballo nunha zona. Facer PARA outras persoas. Pero, unha vez que eu xa fixen como esa primeira fase, digamos, necesito facer unha segunda fase que é empezar a facer traballo CON, as mulleres. E iso precisa doutras ferramentas, a todos os niveis. Entón nese espazo de dinamizadoras, que chamabamos; que chamamos porque sigue existindo, tiña a pretensión de dar ferramentas ás compañeiras. Entón claro, tiña esa parte mais analítica, pero sobre todo as ferramentas foran facelo alí. É... por exemplo, nas comarcas era moi habitual, pois convocar para que veña unha médica para falarnos, pois..... non sei de que. Iso é importante, pero claro, iso de novo, está ben, pero é unha estrutura. Unha estrutura vertical. Entón,… está ben convocar iso, é importante. Pero ademais diso coida a acollida, coida que as mulleres que van se relacionen entre elas, coida ter un cafeciño o final para que se poidan coñecer e coida de convocalas o outro dia, para que conten, que se conten unhas as outras de que viven, cales son as súas preocupacións, que fan. E iso é un paso novo. Iso xa é diferente. É un novo tipo de traballo. Entón, claro, iso como se aprende? Iso se aprende facendo. (Entrevista 3, M)

Esta formação contínua e vivencial comparte o entendimento de que a formação de grupos de mulheres, como é o caso, são processos pessoais e coletivos. De forma didática e esquemática, esse processo se divide em cinco etapas (ver quadro 1). No entanto, tem-se em conta que esse processo não é linear e se desenvolve de forma diferente em cada comarca dada as suas características específicas das pessoas e da zona. Por exemplo: em algumas comarcas há uma menor população, em outras a participação da afiliação está mais masculinizada, há aquelas nas que existe uma maior dispersão e/ou pior comunicação entre as Casas, também existem aquelas nas um grupinho já vem se reunindo, etc. Cada uma dessas etapas têm umas características que, quando alcançadas, possibilitam passar a etapa seguinte. Para alcançar cada etapa são propostas diferentes estratégias, tendo em conta ainda que a mesma problemática pode ter múltiplas soluções que vão depender das características e dos recursos que cada localidade possue para poder enfrentá-las. Toda essa diversidade de situações influi nos processos, o que se faz necessário um acompanhamento contínuo, cuidadoso e uma eterna reavaliação. Para fazer esse acompanhamento é que também serve a rede e o espaço de dinamizadoras. Lugar onde se comparte e se busca apoio e soluções para os problemas encontrados em cada comarca e a nível nacional, além de organizar de forma coletiva as ações nacionais.

Quadro 1. O processo de dinamização das mulheres na comarca[120]

1	2	3	4	5
Contato inicial e início de participação	Relação de confiança e participação	Relação entre mulheres	Relação estável e implicação sindical	Funcionamento autônomo das mulheres
Conhecer as afiliadas e a comarca (trabalho anterior..) + Fazer uma lista de afiliadas + Fazer contato com as afiliadas + Atenção às afiliadas (visitas à casa, cafés, local, mobilizações, assembleias, cursos...) + Criar relação (falar, escutar situações e demandas) + detectar as capacidades positivas das labregas.	Organizar algum espaço para mulheres afiliadas (curso, jornadas informativas, rodas de conversas, oficinas, espaço grupal, viagens, encontro entre afiliadas de varias comarcas...). + Identificar as mulheres mais interessadas e cuidar a relação com elas + Favorecer a participação pontual de afiliadas em algum espaço do SLG (encontro anul, mobilizações...) com um acompanhamento especial.	Favorecer a relação entre as labregas da comarca + Oferecer algum espaço grupal de mulheres	Organizar algum encontro de labregas a nível comarcal + Organizar a coordenação comarcal de mulheres + Participação de 1 ou 2 representantes da Coordenadora comarcal nas reuniões da Secretaria das Mulheres + Acompanhar especialmente às afiliadas mais dinâmicas	Participação das afiliadas ao 50% nos espaços mistos e nos órgãos do SLG + Algumas afiliadas da comarca vão assumindo o papel de dinamizadoras comarcais das outras afiliadas + A coordenadora Comarcal de Mulheres funciona autonomamente e com periodicidade e estabilidade + A participação na Secretaria das Mulheres se faz por representação e é estável.

Dimensões a trabalhar: social + relacional + interna
Espaços verticais e espaços horizontais (círculo)

[120] Este quadro é uma reprodução do utilizado pela equipe de dinamizadoras. Esta é uma reprodução e uma tradução feita por mim.

Dito isto, as primeiras iniciativas conjuntas das dinamizadoras foi de tentar identificar e entrar em contato com as mulheres da sua comarca, onde elas encontram os primeiros entraves. No próprio banco de dados da organização grande parte das mulheres afiliadas não constava com o seu nome e atividade laboral desempenhada, já que o registro de afiliação no SLG era feito em nome daquela pessoa responsável pela exploração agrária, embora a filiação fosse por unidade produtiva, quer dizer, cubria todas aquelas pessoas até 3º grau de parentesco que trabalhasse na unidade produtiva.

Assim, o primeiro que tiveram em conta foi o de estarem mais atentas a cada mulher que entrava na sede do Sindicato, independentemente do motivo, quer dizer, se vinha para fazer um seguro, deixar os papeis que estavam em nome do marido ou qualquer outro tipo de trâmite. Buscavam atendê-las com um trato mais cuidadoso na tentativa de estabelecer uma relação de confiança ou de construir uma referência feminina para essa mulher dentro da organização. Também faziam visitas às suas casas, propunham encontros em cafeterias ao invés da sede do Sindicato por este ser, muitas vezes, entendido como um espaço masculino. Passam a fazer as convocatórias de forma personalizada a cursos, assembleias, mobilizações tanto de temas espefícos das mulheres como gerais da organização.

Uma segunda estratégia para aceder às labregas era por meio dos serviços oferecidos pelo Sindicato. A declaração da renda é um desses serviços ricos em informação, e tem a vantagem de ser requerida pela maioria da afiliação fornecendo uma grande quantidade de dados nos que se pode identificar quem é titular, quem é “ajuda familiar”, em nome de quem estão os recursos, os tipos e modelos de produção, etc. Informações básicas e necessárias para identificá-las pelo seu nome, poder perguntar por elas na ocasião de uma chamada ou da visita de um familiar à organização, convocá-las as atividades sem ter fazer por intermediários (marido ou filho), saber em que situação se encontram. Assim, construíam uma ideia mais aproximada e concreta da situação das labregas, o que lhes permitia dirigir os temas de trabalho aos interesses delas, consequentemente, isso permitia uma maior aproximação das mulheres à Secretaria ao Sindicato. Tudo isso facilitou o planejamento e organização do trabalho dirigido às mulheres, para que este fosse mais efetivo e coerente com as necessidades delas, tendo como objetivo último, a sua auto-organização.

Esse seria o trabalho feito a nível mais individual, de aproximação das labregas ao Sindicato, onde se busca criar e estabelecer uma relação ou um vínculo entre elas e as trabalhadoras/dinamizadoras da zona. O que de acordo com a ideia de processos das dinamizadoras seria o primeiro passo (ver quadro 1). Ainda que não esteja recolhido no quadro, existe todo o trabalho de diagnóstico simples que cada trabalhadora faz da sua própria comarca para logo traçar estratégias que lhes sejam mais viáveis e que corresponda a realidade.

A partir dessa toma de contato diferenciada, percebeu-se que era mais fácil que as labregas se animassem a participar de alguma atividade dirigida às necessidades específicas e exclusivas de mulheres, para logo anima-las a participarem em espaços mais amplos do SLG. As atividades específicas seriam, portanto, outra via para estabelecer relações e criar vínculos tanto com o Sindicato como com as outras mulheres da zona, o que corresponderia aos passos seguintes. Ao mesmo tempo, essas atividades eram em si mesmas, uma forma de romper com o isolamento que se encontram uma grande parte das labregas galegas.

O isolamento é um dos fatores que contribuem para a exclusão e a violência contra as mulheres está relacionado tanto com isolamento geográfico como de rede social. Estes vão aliados, aos que se soma a falta e as dificuldades no acesso à informação e aos recursos públicos no meio rural. Nesse contexto, percebemos como a situação de vulnerabilidade das labregas se acentua na medida em que nos afastamos dos centros urbanos Lugo, Santiago de Compostela, Vigo, Ourense e Coruña. E quanto mais montanhosa for a região, pior é a situação. O isolamento das mulheres do campo galego, tanto geográfico como social, tem como uma das causas os processos de modernização e industrialização da agricultura. Fazem parte dessa mesma lógica os fenômenos da nuclearização da família e a desvalorização do trabalho agrícola para a economia familiar e social, que é entendido como complementário ou substituível. A este último me refiro ao trabalho desenvolvido na maior parte das Casas labregas ainda hoje. Aqueles trabalhos feitos naquelas pequenas propriedades em que predominam uma maior diversidade na produção agrícola e silvo-pastoril que se articulam entre si constituindo-se num ciclo produtivo destinado, principalmente, ao autoconsumo e comercialização dos excedentes. Dentro do sistema sexo-gênero, este tipo de trabalho recai sobre a responsabilidade das mulheres que, apesar de ser fundamental para a economia da Casa, é cada vez mais desvalorizado, dando preferência àquelas grandes e intensivas

explorações agrárias, caracterizadas como um trabalho masculino. Esta diferenciação e desvalorização de determinadas práticas agrícolas, além de expulsar uma grande parte da população do meio rural, levou a perdas das redes de sociabilidade que se mantinham pelos espaços, atividades e trabalhos coletivos que deixam de existir. Esse tipo de agricultura perde força para a monocultura e o mercado à grande escala, onde o controle é feito principalmente por homens. Nesse caminho, as mulheres perdem ainda mais o controle dos meios de produção e distribuição da sua produção, perdem as redes inter-pessoais e sociais estabelecidas pelos trabalhos e atividades que desenvolviam, sendo o seu papel social recluído ao doméstico e aos cuidados. Este último se intensifica com a falta de infraestruturas e serviços adequados no meio rural e as políticas de domesticidade que difundem um modelo de mulher que se distância dos trabalhos agrários e feitos fora da Casa. Resumindo, o isolamento geográfico e social das labregas tem-se intensificado pela articulação do modelo de produção e as políticas de domesticidade que promovem o despovoamento e envelhecimento da população do meio rural, deixando as casas habitadas dispersas pelo território, contribuem para a reclusão das mulheres ao âmbito da Casa (lavoura – casa), quando não, do doméstico. Portanto, esta é identificada pelas dinamizadoras como uma das grandes problemáticas tanto a participação das labregas na organização como para a sua autonomia.

Nesse sentido, o desenvolvimento de atividades locais persegue o objetivo de formar, achegar informação às mulheres, construir um espaço de encontro e de laços/redes interpessoais entre elas, abrindo oportunidades de formar um grupo estável de labregas em cada comarca e colaborando para a diminuição do isolamento. Nesse sentido, o papel das dinamizadoras é de estimular e facilitar a criação desses grupos e desses espaços nas comarcas em que trabalham.

O espaço de dinamizadoras não é um órgão instituído dentro da organização sindical. Assim mesmo é um espaço estável e reconhecido pela filiação e trabalhador@s como parte da *Secretaria das Mulleres* pelos bons resultados que se verificavam com as labregas. Ademais, o grupo de trabalhadoras que nele participa, o vê como uma necessidade para o Sindicato e para elas enquanto mulheres trabalhadoras. Valorizam positivamente a existência de um espaço mais horizontal, relaxado e "seguro", onde elas se juntavam para expor as dificuldades que enfrentavam nos seus locais de trabalho, os casos que não conseguem resolver, as necessidades que percebem e demandam as suas comarcas. Compartem ainda, informações e

documentos que possam ajudar na formação e no trabalho das outras companheiras, assim como seus os resultados. Também planejavam ações e atividades conjuntas ou em separado, convertendo-se num grupo de trabalho da *Secretaria das Mulleres* onde, ademais das trabalhadoras, participam a responsável da Secretaria e a secretária geral da organização. Estas duas últimas costumam compartir as reflexões e demandas dos outros espaços e movimentos nos que participam como representante do Sindicato enriquecendo os debates. Por outro lado, a presença dessas representantes valoriza e da legitimidade a esse espaço. Muitas delas comentam que a reunião é aberta às afiliadas, porém percebem que a participação delas é complicada pelo seu deslocamento até o local da reunião, que geralmente ocorre em Santiago de Compostela, as discussões que se dão, que muitas vezes tem relação com a estrutura da organização, o tempo que dispõem, entre outros fatores que as desanimam ou as impedem de participar.

Segundo várias participantes, este é um dos espaços que melhor funciona dentro da organização, pois nele é possível perceber o desenvolvimento dos trabalhos feitos, há uma coordenação maior das ações, uns objetivos compartidos e é um lugar de socialização das problemáticas das mulheres da sua comarca, aos que buscam resolve-las de forma coletiva e combinada traçando objetivos a médio e longo prazo.

> E o que temos é unha estrutura, que para min é o que mellor funciona do Sindicato. O que mellor con deferencia e... que, bueno, temos unha estrutura que é unha rede de dinamizadoras, vale. (...) Entón, nesas xuntanzas o que se trata é de compartir o traballo que estamos facendo unhas coas outras e aprender unhas das outras, basicamente. Entón son xornadas de... normalmente de un dia, quedamos para xantar, nas que vamos vendo todos os temas que hai, non. Pois as novidades, en plan, pois agora pois saíu o tema do cotitularidade, estudamos a ver de que vai, unha compañeira o prepara, e nos explica como se tramita, non sei que, os pros e os contra, ta, ta,ta, ta, ta, non. E entón, pois pensamos, que facemos? Pois temos que facer unha campaña, non sei que, non sei canto, como podemos facer para achegar as mulleres. É unha xuntanza que vamos, é para saber cales son temas que están en riba da mesa ou que temas están xurdindo nas comarcas e como, e como nos organizamos para traballalos, vale. (...) E de paso pois.. e... intentamos ver como darlle contido de... contido de xénero, contido feminista a eses espacios non, pois como traballar certos temas, que sexan espazos de confianza e de seguridade para as mulleres, nas que... traballamos dende o bo trato, nas que crean relación de bo trato, nas que.... todas se sintan iguais. Coidamos moito o que é o espacio o formato, vale. aprendemos moito a facelo así para que, para que independentemente de que sexa un curso, de que sexa unha reunión.. convoques o que convoques, non, pois... ir creando espacios e.. distintos para as mulleres, vale. nas que ...que a percepción que teñan de si mesmas sexan distintas, na que se poñan en valor os seus coñecementos, a súa sabedoría, nas que se visibilize o seu traballo, nas que se sintan escoitadas, nas que se sintan respectadas.. un pouco para fortalecer tamén coa idea de fortalecer as mulleres de cada zona. Eu na miña comarca, o meu obxectivo con eso cando eu fago é fortalecer esas mulleres para que.. para acompañalas no proceso de participación

> no resto dos órganos do sindicato. Nas outras estruturas que hai que son mistas. Un pouco é reforzar as mulleres para axudalas, acompañalas a súa participación no resto das estruturas e... Entón, claro, espera que me estou liando, entón a estrutura da secretaria das mulleres con esta rede de dinamizadoras é un pouco para que as traballadoras vaiamos tamén a súa vez, acompañando unhas as outras neste proceso. (Entrevista 1, M)

Também é destacável a importância desse espaço pelo desenvolvimento do "trabalho pessoal/ individual" de autocuidado, autoreconhecimento e autovalorização das trabalhadoras enquanto mulheres e profissionais. Como qualquer trabalhadora, elas não estão excluídas dos tratos diferenciados por razão de sexo-gênero, seja por parte dos companheiros ou da afiliação, assim como dentro da sua vida íntima. Problemáticas que parecem ser frequentes nas reuniões e que são trabalhadas de forma coletiva, transformando-as em questões políticas e públicas. Sobre essas problemáticas, também traçam estratégias de enfrentamento individual e coletivo, questionam determinadas estruturas da organização, formas de trabalho e de intervenção. Nesse caminho as trabalhadoras se fortalecem como sujeitos sociais e por isso, reconhecem esse espaço como transformador como declara uma das informantes ao reflexionar sobre a importância desse espaço.

> (...) O traballo xeral do Sindicato, pero a xuntanza de dinamizadoras tamén sirve para empoderarte como traballadora. Sabes, non é so para as labregas, tamén é para ti. Entón é de chegar a túa ruta de traballo e a veces eu teño escoitado.. vamos, hai locales complicados e este é un deles. E te empoderas, igual que as labregas. Si... e a ese nivel eu creo que o temos moi ben. (Entrevista 10, M)

6- Campanhas internas e externas

Tendo essa pequena estrutura de trabalho que se inicia ao redor do IV Encontro Anual das Mulheres, as propostas que saem dele têm uma melhor estrutura para ser executadas e ganhar dimensão. Um dos exemplos é a Campanha Internacional contra a Violência de Gênero.

Como sinalado antes, o Encontro de Mulheres da Via Campesina realizado em Compostela[121] levantou a proposta de realizar uma Campanha Internacional contra a Violência

[121] Dos dias 18 ao 21 de outubro de 2006 em Santiago de Compostela, que teve por objetivo concretar uma série de reivindicações a nível mundial com vistas a tornar realidade a igualdade almejada e assumida em documento pelo movimento.

de Gênero que deveria ser levada a cabo por todas as organizações. O SLG, por meio da *Secretaria das Mulleres* buscou materializá-la no contexto rural galego, apostando por transformar os locais do SLG em pontos de referência e informação para as mulheres, e em especial, as vítimas da violência machista.

Constatando os casos de violência que conheciam e as dificuldades que as mulheres do rural tinham por reconhecer-se em uma situação de violência e logo acudir os serviços públicos destinados a isso, elas perceberam a necessidade de desenvolver uma campanha informativa ao tempo de difundiam o local do Sindicato como ponto de apoio e informação para as mulheres. Quer dizer, converter os locais comarcais num espaço seguro e anônimo, para que as mulheres conseguissem informar-se e poder acudir aos escassos e lentos serviços públicos destinados a isso, além de poder contar um apoio neste processo. Essa proposta tem por nome: "*Punto Delas*" consistindo, portanto, em identificar os locais do Sindicato com um cartaz informando que este também era um lugar para elas. Produziram-se materiais informativos sobre violência de gênero, sendo o mais acolhido o que nominava sobre "bom trato" ao invés de "violência machista". Segundo as informantes, essa foi uma aposta para burlar os preconceitos e tabus ao redor da violência contra as mulheres e assim conseguir trata-los com as labregas, evitando ainda o confronto com os seus maridos. Por meio desse material as dinamizadoras visibilizavam a existência da violência contra as mulheres e as diferentes formas pelas quais podiam se expressar.

Também se promove uma série de notícias sobre violência de gênero no jornal FOUCE, de fazer propaganda do "*Punto Delas*" e de informar sobre ajudas, telefones de interesse e denúncias de violência de gênero de maneira contínua. Além disso, promoveram formação para as pessoas profissionais e estimularam a que elas buscassem informações sobre a temática, os trâmites e os serviços públicos locais que pudessem ser úteis no caso de receberem uma situação de violência na que tivessem que demandar os serviços públicos. Uma ação que fazia parte do trabalho que vinha sendo desenvolvido de formação das dinamizadoras e que se combinava com o estabelecimento de relações de confianças com as labregas. Porque, segundo as informantes, para que as mulheres pudessem acudir ao "*Punto Delas*" também era necessário que elas se sentissem seguras para buscar ajuda.

A proposta de converter o local do Sindicato em um espaço onde poder pedir auxílio numa situação de violência machista foi entendida como estratégica uma vez que este pode manter o anonimato dessa mulher. Ir ao Sindicato informar-se sobre os trâmites, fazer uma denuncia ou buscar formas de sair dessa situação pode ser mais fácil do que acudir a um serviço destinado especificamente à ele, uma vez que essa mulher passaria desapercebida para o resto da sua comunidade e do agressor, evitando uma série de consequências objetivas na sua vida. Com isso me refiro às "fofocas" geradas em torno a essa mulher que podem chegar ao resto da família, amigos e do próprio acusado, gerando mal estar, desconfianças, a exclusão da comunidade, a diminuição das oportunidades de trabalho em razão de uma suposta denuncia ou mesmo separação, o aumento do controle e da própria violência por parte do agressor, por citar algumas. Todas essas são dificuldades que se acentuam no contexto do rural galego, cada vez mais despovoado, onde a maior parte das pessoas se conhece, por isso, o controle de conduta se faz muito mais efetivo do que no urbano. Uma situação que se complica na medida em que os serviços públicos especializados no rural são inexistentes e/ou carentes de infra-estrutura e profissionais capacitad@s. As recentes legislações contra a violência de gênero (tanto estatal como autonômica) non se fazem efetiva com os poucos recursos financeiros destinada a ela e a falta de compromisso político na sua difusão e execução faz-se notar no dia a a dia com as poucas ou inexistentes ações desses órgão.

Sobre isso, uma das informantes comenta sobre a importância da relação de confiança para esse primeiro passo em tratar da violência contra as mulheres em primeira pessoa, dadas os preconceitos e dificuldades ainda existentes que tornam esse tema como privado e individual.

> Hum.. porque senón, sen esas relacións de confianza é moi difícil que poida non, unha persoa que está na súa casa, que se sinte illada ou que se sinte un pouco.... Bueno, pois que alí [Sindicato]están pasando cousas, que as estás denunciando, non, na organización, pero que ela no seu entorno familiar o mellor pois é...se non estivera pois...non se atrevería a denunciar ou non se atrevería sequera a falar ou así. Pero cando hai esa relación de confianza, establecida non, absoluta, pois entón é cando moitas mulleres empezan a contar cousas non, e bueno, e aí está todo da violencia de xénero entendida como algo moi amplio, e moi subliminar, moi metido, non, moi interiorizado na vida de calquera de nós, e entón, bueno, esas cousas son moi sensibles e moi difíciles, non, de tratar se non tes esa confianza absoluta, non. (Entrevista 4, M)

Além disso, ao se tratar de uma organização social se pressupõe que é um espaço que pode ser melhor acolhida do que o espaço institucional do Estado, principalmente quando já

tenhas tido más experiências ou quando não sabes bem a onde deves dirigir-te. Por isso entendem como importante o papel desenvolvido pelas dinamizadoras no estabelecimento relações mais próxima com as mulheres para que elas sejam capazes de dar passos para enfrentar e tentar sair de situações de opressões que as afetam.

Nesse caminhar, elas identificam que ao fazer do *"Punto Delas"* um espaço visível para as mulheres dentro do local do Sindicato, também seria estratégico para que mais labregas também identificassem o Sindicato como uma organização que se faz presente sobre as problemáticas que lhes afetam de maneira especial. Assim, alguns casos de violência, de afiliadas ou não, foram sendo identificadas algumas demandas e denuncia foram feitas. Essas experiências com melhor ou pior resultado levantou o debate sobre o próprio papel a ser desempenhado por elas enquanto trabalhadoras não especializadas nesse trabalho e do próprio Sindicato enquanto organização social. Desse debate, que quase 10 anos depois segue vivo, elas comentam sobre as dificuldades de encontrar os limites entre o envolvimento pessoal e do Sindicato nesse acompanhamento diante das necessidades reais, concretas e imediatas das mulheres e as carências de serviços públicos que desempenhem o seu papel. Qual é o limite do meu acompanhamento a essas mulheres? Como proceder diante de uma situação como essa? Os debates levaram a propor um protocolo de ação e mapeamento de órgãos, associações e pessoas a quem pudessem acudir. Assim descreve uma das informantes:

> Dar información das que elas non poderían acceder porque o que seria o centro… de atención da comarca, se é que hai. E se teñen algún problema, pois tampouco son mulleres que digan: "vou a servizos sociais" e que ademais na zona rural coñecese todo mundo, vamos. Entonces, ir ao Sindicato, non implica ningun tipo de, de lectura secundaria. Vas ao sindicato. Pero tamén no Sindicato tamén podes dicir: " é que eu tamén teño problemas co home, que podo facer?" E ti dicir, o mellor: "pois vas a ter que ir...."; " pero é que non podo, ou non quero ir." E que de algún xeito a elas.. facilitarlles. Nós non estamos, e eso sempre o tiven moi claro, nós non estamos para suplantar servizos públicos. Nós somos a porta de entrada a marxen para esas mulleres, que ademais non implica nada. Vas ao Sindicato, vas ao Sindicato. Pero que che pode permitir, despois ir falar con ese… ti con a… "mira, que se pode facer para… para protexer ou para…" ou incluso xestionarlle cousas. Pero claro, a idea é o que digo as compañeiras, nos non podemos de xeito algún, suplantar os servizos sociais, o servizo público no que trata de atención a muller. Nós o que temos que saber é, deses recursos, informar do que poden atopar alí. Para que tamén sepan o que hai. (Entrevista 34, M)

A intenção da concretar a Campanha Internacional contra a Violência de Gênero também se fez ao evidenciar as problemáticas específicas das mulheres do meio rural ao redor da violência. Os tabus, as cargas, as invisibilidades, as menores redes de apoio, os imaginários

e diversas formas institucionais e estruturais que impedem as mulheres de aceder a informação, aos recursos econômicos e aos meios de produção nos quais elas trabalham deixando-as numa situação de maior vulnerabilidade. Para isso organizaram diversas mesas de debates locais e a nível nacional em articulação e colaboração com outros grupos e associações. Incluem a violência machista em quase todos os Encontros Anuais da Secretaria, participam de eventos levando as especificidades das labregas aos debates no movimento feminista e no movimento campesino desde o local até o internacional, como é o caso da MMM.

Essa campanha, como bem se percebe, tem um início, mas não chega ao fim dados os retrocessos em direitos políticos e sociais que se fazem efetivos. Portanto, é uma campanha que pretende, por lado de visibilizar a existência de um problema que afeta diretamente as mulheres, e por outro, investigar e dar a conhecer as formas pelas quais a violência contra as mulheres se expressam no rural galego, levantando propostas sobre as ferramentas e recursos que necessitamos para enfrenta-las e mitiga-las.

Todos esses espaços de debates e encontros proporcionaram momentos de produção coletiva de discursos e práticas, neste caso, das mulheres enquanto grupo dentro do SLG. Nesses processos também se elaboram e se constroem identidades coletivas na que se estabelecem laços interpessoais e discursos que dão continuidade e produzem ações políticas e coletivas. Neles, as mulheres alimentam-se e produzem argumentos, sentimentos de pertença e desenvolvem diferentes capacidades para atuar sobre a sua vida e na sociedade. Construções que estão enlaçadas com um repensar sobre a sua própria identidade enquanto sujeito social e de direitos, o que implica visualização de desejos e necessidades e mudanças de atitudes, inclusive dentro da Casa. Com isso, favorecem a participação das mulheres em diversos espaços políticos-públicos, seja na *Secretaria das Mulleres*, no SLG, ou mesmo nas cooperativas, associações das que elas tenham interesse em estar.

7- Paridade e suas implicações

A paridade é uma ação positiva que se baseia na representação numérica igualitária (50%) entre mulheres e homens em instâncias decisórias, especialmente naqueles espaços assembleários. Uma proposta relativamente recente vinda do movimento feminista na busca por corrigir a situação na qual as mulheres ocupam uma pequena porcentagem nos postos de

representação política e de toma de decisões. Ela vai além das políticas de cotas, discutidas nas décadas de 1970, pretendendo garantir o direito a representatividade proporcional de ambos os sexos em postos de representatividade. [122] O movimento pela paridade argumenta que a pouca porcentagem de mulheres nas instituições representativas são indicadores de uma cidadania deficitária das mulheres. Razão pela qual entendem a paridade como um direito para assegurar a representatividade proporcional dos sexos, que não deve ser entendida como uma concessão à representatividade das mulheres. Algumas chegam a sugerir que essa é uma ação temporária, que uma vez superada as diferenças entre sexos, esta ação já não terá utilidade, sendo entendida como uma estratégia política.

No contexto da UE, essa proposta toma força como movimento político especialmente em França sobre os anos 1990, sendo também discutida nos conselhos da União Europeia, cujo resultado é a "Declaração de Atenas" em 1992, expandindo o debate a mais Estados (SCOTT, 2001).

A situação que a estratégia da paridade busca mitigar tem causas na estrutura histórica-social, que se baseando na diferenciação sexual de homens e mulheres, toma o sexo masculino como sinônimo de neutralidade para fins de definição de cidadania e de universalidade. A exclusão das mulheres primeiro da cidadania, logo da participação política ativa, foi legitimada tendo em conta as diferenças biológicas, estabelecendo-se como um fato natural, e também, como uma base ontológica para a diferenciação política e social. Em consequência, as mulheres conformam "o outro", o diferente, a minoria, o "*outsider*" da política. O movimento feminista desde o seus inícios, evidenciou essa situação demonstrando e argumentando que as mulheres estavam qualificadas para o exercício da cidadania, sendo que a diferença do seu sexo, não fazia diferença. Assim, incluía as mulheres como grupo social no âmbito da política.

Os debates dentro do movimento feminista ao redor das políticas afirmativas se baseiam nas formas e estratégias de como chegar a sociedades igualitárias; a construção de sociedades democráticas inclusivas; democracias paritárias, justiça social, levando também a repensar

[122] Dentro do movimento feminista há argumentações que questionam justamente sobre o reforço a ideia da existência de dois sexos diferenciados.

sobre a concepção mesma de democracia e de cidadania.[123] No entanto, quando se trata de estratégias, os debates, muitas vezes, caem na tendência generalizada de polarizar conceitos como igualdade e diferença; indivíduo e grupo; que fazem parte da discussão. Mas a meu ver, e concordando como a argumentação de Joan Scott, devem ser, mais bem, conceitos paradoxais na medida em que são interdependentes e que estão, necessariamente, em tensão. Seguindo a argumentação da autora, ela evidência três paradoxos para pensar as políticas afirmativas: 1) a igualdade como um princípio absoluto ao mesmo tempo em que é uma prática contingente. 2) as identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena da sua identidade; 3) reivindicações de igualdade envolvem a aceitação da identidade de grupos atribuída pela discriminação (SCOTT, 2005, p. 15).

Seguindo a autora, no ideal liberal, os indivíduos deveriam ser avaliados não por características atribuídas à eles como membros de um grupo. Dito de outra forma, a igualdade entre os indivíduos só poderia ser implementada quando estes são julgados como indivíduos. O que passa é que nem todos os indivíduos são avaliados sobre os mesmos critérios, interferindo questões como classe, sexo, etnia. Nesse sentido, as políticas afirmativas são paradoxais porque visam acabar com a discriminação que se estabelece entre os indivíduos chamando atenção para as diferenças que lhes são atribuídas, ao mesmo tempo em que a reforçam. Com o intuito de tornar a identidade de grupo irrelevante no tratamento com os indivíduos, a ação afirmativa reificou a identidade de grupo. No entanto, a identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas. O que quer dizer que o indivíduo não tem a escolha de estar ou não num grupo. É a própria sociedade a que o categoriza, localizando-o e posicionando-o nas estratificações da sociedade. Isso se concretiza na cotidianidade da vida dos indivíduos ao limitar ou favorecer as suas oportunidades (YOUNG, 2000).

A questão é complexa, e se complica mais porque, ainda que os indivíduos não sejam iguais, as suas desigualdades repousam em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas. A sua presumida pertença a um grupo faz com que não sejam percebidos como

[123] Não podemos esquecer que também entram no debate aqueles que argumentam, de forma mais ou menos explícita, a manutenção das desigualdades e da exclusão das mulheres e dos demais grupos sociais marginalizados.

indivíduos. Assim, o indivíduo é concebido em termos singulares e tem sido tipicamente representado como homem, branco, heterossexual. Essa abstração do conceito de individuo mascara a particularidade da sua figuração. Somente aqueles que não se assemelham ao individuo normativo (homem, branco, heterossexual, etc.) tem sido considerados diferentes. Assim é como algumas/varias pessoas são impedidas de serem incluídas nessa categoria de universal de indivíduo na prática social.

Nesse sentido, as políticas afirmativas pretendem reconhecer o problema e corrigi-lo, para isso deve-se reconhecer o indivíduo e tomá-lo como membro do grupo, desse grupo de diferentes, ou seja, que para reverter a discriminação deve-se fazê-la. No entanto, deve-se atentar para não particularizar a norma de forma a que o grupo dominante possa reivindicar-se como vítima da discriminação. As ações afirmativas se baseiam em estruturas de poder. Trata-se de discriminar como uma questão estrutural e não como uma questão individual. Nesse sentido é como as políticas afirmativas tem a premissa da justiça social, ao tentar promover oportunidades para os indivíduos, preferindo a inclusão à discriminação (SCOTT, 2005).

É importante atentar, como também reflexionam algumas feministas, que a ocupação de mulheres em postos de representação não significa que elas irão defender os interesses do coletivo de mulheres. Justamente porque as mulheres não conformam uma comunidade comum. O movimento feminista é uma reivindicação por justiça social, pela redistribuição dos recursos e pela reestruturação das relações de poder, e nem todas estão mobilizadas enquanto uma categoria social. Diante disso, a demanda pela paridade não é pela representação de interesses das mulheres e sim pelo reconhecimento da legitimidade política das mulheres.

Da mesma forma, a paridade nos postos de representação não significa a igualdade nas relações de poder entre os sexos. Porém apesar das suas limitações e paradoxos, argumentam algumas defensoras da paridade, o número sim que importa, pois pode constituir-se num mecanismo efetivo de minimizar a brutal desvantagem na que se encontram as mulheres e serve ainda para acelerar o tempo para a equiparação entre homens e mulheres. Além disso, pode abrir espaço para alianças entre mulheres e ampliar a capacidade de incidência dos discursos feministas na sociedade (LAMAS, [S.d.]; MIYARES, 2007).

Em pleno século XXI a realidade é ainda dramática. De acordo com os dados da União Interparlamentárias (UIP), a final do ano 2005 as mulheres ocupavam somente o 16,1% dos postos de parlamentares no mundo. No Estado Espanhol, por exemplo, durante a legislatura de 2004-2008, as mulheres representavam o 36% do total de deputad@s (MIYARES, 2007). Números que revelam o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres e o mantimento do mundo da representação política como sendo masculino, apesar dos espaços ocupados e das várias exceções. Uma preocupação que chega também às organizações de movimentos sociais por meio dos mesmos debates que as feministas impunham nas agendas políticas nacionais e internacionais governamentais. Afinal de contas, os movimentos sociais que reivindicam justiça social também se organizam por meios de postos de representação nos quais as mulheres também estavam infra representadas, logo também os discursos.

Recordo que a Via Campesina ratifica a paridade na participação e representatividade no seu IV Congresso em 2004. Durante esses anos trabalha no sentido de assumir o enfoque de gênero no conjunto do movimento,[124] partindo do entendimento de que as problemáticas de "gênero" não são uma questão de interesse somente das mulheres, mas sim de toda a sociedade. Quer dizer, reconhecem as desigualdades entre homens e mulheres como um problema estrutural e não como uma questão de méritos que impedem as mulheres a ocuparem postos de máxima representação na maior parte das organizações dos movimentos sociais que compõem a Via Campesina e a sua própria coordenação internacional. Ao promover o debate e estabelecer a paridade nos seus órgãos de representação, as mulheres da Via Campesina pretendiam evidenciar as desigualdades existentes dentro do movimento, buscando fórmulas de mitiga-la. Além disso, percebiam que esta poderia ser uma via pela qual influenciar as organizações que a compõem a trabalharem nesse mesmo sentido, ou seja, estabelecendo pautas e ações concretas para avançarem cara a equidade entre os sexos. Um trabalho ainda em curso e cheio de confrontos (ZULUAGA; SILIPRANDI, 2014).

Nesse contexto de debates, a proposta da paridade é discutida na *Secretaria das Mulheres* do SLG. É afirmada e concretada no seu IV Encontro Anual em 2007 e logo é aprovada no Congresso do SLG em novembro desse mesmo ano. A proposta se baseava na mudança nos estatutos da organização para que contemplassem a paridade em todos os órgãos

[124] Ver (DESMARAIS, 2007)

diretivos. A estrutura da paridade se assemelha aos modelos do MST (Brasil) e da Via Campesina, duas representantes para cada cargo, um homem e uma mulher, sendo que na falta de um dele, o cargo fica sem qualquer representação. Concretamente, a proposta aprovada estabelecia a representação de duas pessoas nas representações comarcais, um homem e uma mulher. Esta representação compõe o que vem a ser a Direção Nacional (DN), órgão de máxima direção, que com essa medida já seria paritário. Mas também vão passar compor a DN a partir desse Congresso de forma estatutária os Setores. Estes terão apenas um@ representante e um@ vice. Para este caso, o que se tenta é que @ representante não seja sempre do sexo masculino e @ vice, do sexo feminino, que estes trabalhem juntos e que haja relevo.

Estabelecer a paridade nos órgão diretivos do SLG foi uma questão bastante discutida ao longo do ano congressual, pois isto significava não só uma mudança nos estatutos, mas também nos registros da afiliação, nos direitos de voto e de representação nos órgãos sindicais, tendo implicações no processo eleitoral da organização, levando a reavaliação das próprias formas de registro da afiliação e do tratamento com a afiliação.

Como assinalado antes, a afiliação ao SLG é feita por exploração agrária, na que todas as pessoas que trabalhem nela, até terceiro grau de parentesco, têm o direito de acudir aos serviços do Sindicato e a participar dele com voz, mas o voto estava determinado por Casa. Em outras palavras, embora a afiliação fosse feita por Casa, unidade de produção-reprodução, o registro é feito no nome de uma pessoa, identificada como responsável dessa exploração e que tem o seu número da conta vinculado. Este, geralmente era do sexo masculino, seja por ser titular da exploração ou por ser entendido como representante da Casa@ tento mais fácil toda a documentação necessária (número de conta, registros em dia, etc) ou ainda, por ser, simplesmente, quem faz o trabalho público da exploração, como informam as pessoas informantes.

Claramente, o nome a ser registrado é uma decisão de quem se afilia e não do Sindicato. Mas segundo a *Secretaria das Mulleres*, essa forma de registro reproduzia os modelos patriarcais que estavam sendo questionados por elas, contribuindo para a perpetuação da exclusão das mulheres dos processos organizativos políticos e de toma de decisões dentro da organização. O direito ao voto e a ocupação de cargos representativos se fazia através da base

de dados, que ao estabelecer o direito de voto à Casa, na prática, esse era um direito exercido pelos homens, pois eram eles os que, em grande parte, constavam nos registros. Além disso, todo o contato estabelecido entre @s trabalhador@s do Sindicato com a exploração era dirigida a aquela pessoa tida no banco de dados como responsável/representante da unidade produtiva, uma vez mais, homens. Sendo também identificado como uma das dificuldades para realizar um trabalho com as mulheres afiliadas, já que se fazia mais complicado chegar até elas, saber os seus nomes, onde estavam, quais eram os seus interesses, dificuldades, etc. Fatos que para elas tinham como plano de fundo o sistema sexo-gênero que instituía dentro da própria organização formas que fazia com que as mulheres estivessem sendo excluídas, mesmo que de forma não intencionada.

Somava-se ao debate discursos que defendiam que essa não era uma problemática apenas por razões de sexo-gênero, mas também geracional. Haveria que reconhecer que nas Casas labregas é habitual a convivência e o trabalho de varias gerações e que haveria que dar passo a participação também das novas gerações que nem sempre estão como responsáveis da exploração, mas que nem por isso deveriam deixar de ter voto. Ao ter várias pessoas afiliadas dentro da unidade de produção, levantaram-se questões como: se duas (ou mais) pessoas da Casa fossem ativas dentro da organização e tivessem posições divergentes, como se resolveria? Não teriam as duas os mesmos direitos de voto? Nesse sentido, houve consenso no que confere a que todas as pessoas pudessem exercer os mesmos direitos dentro do SLG (voz e voto).

A revisão do banco de dados foi discutida na então, C*omisión Permanen*te que deu início as mudanças nos registros para que fosse possível garantir os mesmos direitos a todas as pessoas afiliadas no VII Congresso em novembro de 2007. Além disso, sem essa reformulação na base de dados seria mais difícil conseguir a paridade em todos os órgãos de direção do Sindicato. Uma grande maioria dos discursos recolhidos nesta investigação afirma que a paridade foi uma proposta aceita e levada a cabo de forma bastante consensuada entre todas as pessoas participantes, quase como um feito “natural”. No entanto, uma parte das entrevistadas avalia diferente esse momento, como revelam os discursos abaixo. Neles elas enfatizam na necessidade que tiveram de fazer uma defesa forte da proposta dadas as deturpações que se faziam da mesma. Uma defesa que contou com o importante apoio da representante máxima do Sindicato.

> R- Houve algun discurso divergentes ou contrarios a proposta da paridade?
> (...) Que eu saiba non he. [risos] Eu creo que non se lles ocorre. Houbo no 2007 e houbo unha ruptura. Por iso … Si ese foi un dos problemas. Esa é unha das moitas cousas, he. Pero o mellor si, para moita xente foi fundamental. (Entrevista 10, M)

> E aí houbo un pouco, bueno, un serio debate, non, no congreso que se celebrou no Sindicato no 2007. Claro, como un pouco nós en ese, en esa Casa, por decirlo asi, pois o que configuraba nos nosos listados, na nosas base de datos, normalmente era o home. Ben fora o pai, ben fora o cónxuxe, o home digamos desa Casa. Vale, entón, bueno, aí foi unha parte da aposta da organización de decir: Mira, efectivamente, iso non quere dicir que porque haxa dúas personas vai haber dúas cuotas en términos monetarios, de tal, pero si, en igualdade de condicións. Se nunha granxa están traballando o home e a muller, pois tanto é afiliado o home como afiliada a muller. Pois tanto ten, imaxínate, no dia dunha elección voz e voto o home, e voz e voto a muller. Foi un debate que xenerou moito debate. Bueno, porque iso porque non todo o mundo o vía así, non todo mundo o tiña claro. Aí a posta mais forte e mais asi…. potente e tal foi por parte de Lidia, Lidia Senra que bueno…eso. que aparte de sacar a proposta, a defendeu en todo o momento como tal, e efectivamente a proposta saíu para adiante. Por iso, dende aquela os órganos de dirección do Sindicato, sexan comarcales, sexan sectoriales, sexan nacionales teñen que ter a paridade de xénero real, non no papel. Que sexa real, co condicionante de que se … (...) Se por calquera motivo, eu, na comarca, non hai unha muller que ou ben se presente voluntariamente, ou ben que tu fales con ela pa que se presente e a propoñas e tal, ese posto ficaría vacante. En ningún momento por que haxa 3 homes eu tería 3 homes cuberto co suplente do home, vale. (Entrevista 2, M)

De acordo com as informantes não houve oposições diretas ou claras às proposta e medidas que se apresentavam, mas sim uma oposição encoberta como o feito de não dar importância a iniciativa, de não ver a necessidade dessa medida para promover a igualdade na participação entre homens e mulheres dentro da organização ou como um empecilho por aumentar a carga de tarefas para @s trabalhador@s referindo-se ao trabalho que implicaria fazer as mudanças nas bases de dados. Ademais dessas, houve ainda quem deturpasse a proposta, difundindo a ideia de que a paridade implicaria a duplicidade de cotas às Casas, o que não era verdade. Soma-se a isto o boicote, a rejeição encoberta e o não cumprimento de tarefas para efetivar as propostas por parte de trabalhador@s e militantes. Tudo isso fez com que uma parte das mulheres confirmasse a sua análise de que, no fundo, a paridade remexia e tentava deslocar as relações de sexo-gênero instituídas. E assim narra uma das informantes:

> Bueno, para nós, esa muller é unha muller en igualdade de condicións a nivel do Sindicato e da organización, e por lo tanto de afiliación, co que o seu respectivo… Xa bastante discriminación sufre por non ter ningún tipo de titularidade e ningún tipo de cotización, non na vamos nós a discriminar. Quero dicir con iso, que non era un discurso … aberto ou claro, pero bueno no fondo si que estaba ese tema de.. bueno, "para que vamos a facer iso", "para que non sei que" e despois en nalgún momento intentaron confundir o tema pois de.. é – deso de duplicidade de cuotas e cousas así. Nadie está falando diso, simplemente estabamos falando que se nunha

> explotación consta dúas persoas sexa home - muller, home –home ou muller-muller, que consten as dúas, e tal. E bueno e iso é como estamos na realidade. O discurso non era tanto…. É… tan claro é.. de dicilo tan publicamente o tema do xénero, pero bueno, no fondo si que era porque cho digo, os datos falan por si solos. Eu non creo que ese mesmo discurso fora o mesmo se realmente se dera o revés. Entón bueno, para nós aí si que hai, que había o tema do xénero de fondo. (Entrevista 2, M)

A pesar das resistências às propostas, foram aprovadas e no Congresso de 2007 a Direção e a Executiva Nacional foram pela primeira vez paritária. Enquanto o Congresso não chegava, a *Secretaria das Mulleres*, através das suas dinamizadoras comarcais, passou a utilizar diferentes estratégias para fazer um trabalho mais amplo com as mulheres labregas, além de promover os debates ao redor das propostas que estavam sendo defendidas por elas. Durante todo o ano de 2007 o trabalho da Secretaria foi intenso, de organização de atividades comarcais aproveitando os bons resultados do Encontro Anual e na preparação na base de afiliação das propostas lançadas no Encontro.

Soma-se a esse trabalho a atenção dada ao longo deste ano às novidades legislativas como a inclusão da figura jurídica da titularidade compartida na lei de igualdade efetiva de mulheres e homens. Essa inclusão abria uma porta para o reconhecimento dos direitos das mulheres labregas, assim como a entrada em vigor da lei de dependência, como é popularmente conhecida (ESPANHA, 2007a). Esta última é valorada muito positivamente porque entende ser necessário um sistema público de atenção às pessoas dependentes e as cuidadoras. Um trabalho que recai em sua maioria às mulheres dedicando todo o seu tempo e, muitas vezes, em condições precárias. Porém, reivindicam elas, esta lei deve ter em conta as especificidades do meio rural, especialmente em Galícia pela sua dispersão geográfica e falta de infraestruturas. (FOUCE, nº 255, xuño 2007).

No contexto galego as mudanças legislativas com relação à igualdade também vinham sendo feitas a base de muitas reivindicações. Aponto a lei de igualdade da comunidade autônoma em 2004 (GALICIA, 2004), e como referido antes, a resolução de agosto de 2006 para ajudas e subvenções para o acesso das mulheres à titularidade compartida que tem grande peso as ações desenvolvidas pela *Secretaria das Mulleres* durante o ano de 2007 (GALICIA, 2006).

Do ano 2000 ao 2007, a *Secretaria das Mulleres* do SLG deu passos quanto a organização de um espaço dentro da estrutura sindical para discutir e aprofundar sobre

questões que estão relacionadas com as desigualdades de sexo-gênero, proposto como foco estratégico a auto-organização das mulheres labregas, como grupo social. As primeiras iniciativas estavam relacionadas com as injustiças proferidas pelo Estado. Com o tempo e articuladas com outros movimentos e organizações sociais, especialmente as feministas e as mulheres camponesas, aprofundaram sobre as problemáticas e suas causas, encontrando "novos" obstáculos e problemáticas que derivam do complexo sistema sexo-gênero e que se articula com outros sistemas que também promovem injustiças e opressões. Os seus debates e estratégias acompanham e alimentam a dos outros movimentos e organizações. Aprendem das experiências das demais, adaptando e recriando as suas próprias estratégias, a partir dos recursos que estão ao seu alcance e das oportunidades que identificam. A combinação das estratégias parece ser uma forma de otimizar os recursos, conseguindo incidir de maneira mais ampla. Os debates e os conflitos ao longo desses anos foram fundamentais para fortalecer e consolidar a Secretaria dentro do Sindicato, mas também para determinar o próprio rumo da organização a justiça social.

4.7 Um mundo rural vivo com mulheres

O ano e o Congresso de 2007 marca um ponto de inflexão dentro do Sindicato com respeito a estrutura, mas também política. São feitas mudanças e tomas de decisões importantes relacionadas com a sua representatividade, as linhas políticas orientadoras, alianças, estrutura e dinâmica sindical. Sob o lema "*Dinamismo por un mundo rural vivo*" [125] o VII Congresso realizado em novembro é precedido pelos congressos setoriais (Batata, Carne, Leite, Vinho e Horta, fruta e flor) e trinta e três assembleias comarcais das que saíram @s delegado@s para o nacional. Nesse período, o SLG conta com uma afiliação perto das 6.000 famílias em todo o território galego, um número em ascensão, apesar do fechamento constante de pequenas explorações na Galícia (DOCAMPO PARADELO, 2008). Com uma

[125] "Galiza, por um mundo rural vivo"(RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2013) também se intitula a publicação institucional de 2013 na que trata do rural galego sem trazer a tona as problemáticas relacionadas com o sistema sexo-gênero no mundo rural e na que somente uma mulher compõem a lista de autor@s dos 17 articulos que esta publicação reúne. A exclusão e invisibilidade das mulheres como sujeitos sociais, atrizes da transformação social continua a ser uma constante por parte dos organismos governamentais, o que é alarmante.

atividade política elevada, o SLG participa em diferentes mesas de negociações dos setores agrários, de campanhas contra o desmantelamento do meio rural e com as mais diferentes articulações com movimentos locais, regionais e internacionais dos mais variados temas. O volume de trabalho e de temas abordados é enorme e a estrutura sindical se amplia com ela. O fervor das atividades e práticas proporcionaram as bases que conseguem suportar os enfrentamentos ao aparelhamento por parte de partidos políticos, as tensões de uma cisão interna e reafirmação dos rumos políticos da organização.

Nas eleições de 2004 para o governo autônomo passou a ser governado pela coalisão chamada *bipartito*, aliança entre *Partido Socialista Obreiro Espanhol* (PSOE) e *Bloque Nacionalista Galego* (BNG). Esse governo supõe para esse território o primeiro governo alternativo depois de 16 anos de Manuel Fraga do Partido Popular (PP), representando uma possibilidade de ruptura com as políticas franquistas e caciquistas que se mantinham. Neste governo, a *Conselleria de Meio Rural* ficou a cargo do BNG, partido com vínculos históricos e mais próximos às ideias do SLG. Por isso, não é estranho que desde o início desse governo, o SLG expressasse as suas esperanças e demandas prioritárias das que estavam: a soberania alimentar, a defesa da agricultura labrega e a revitalização do meio rural com valorização do agro e da profissão labrega, assim como as demandas dos grupos sociais historicamente excluídos como o das mulheres, das pessoas idosas e da juventude. Nesse campo entravam reivindicações como a titularidade compartida, serviços públicos básicos e de qualidade, especialmente saúde, educação e transporte, além de melhorias no acesso a terra e o estabelecimento de diálogos entre governo e organizações sociais na criação do *Consello Agrário Galego*[126] e na elaboração do *Plano Galego de Desenvolvemento Rural.* Nas taboas reivindicativas são notórias as traduções que o SLG faz nos discursos e propostas desenvolvidas a nível internacional do movimento campesino para o nível local, trazendo-as à realidade galega. Por parte do governo *bipartito*, observa-se um reconhecimento do mundo rural de maneira significativa nas diversas políticas implementadas, incluídas as relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres comentada anteriormente.

[126] O *Consello Agrario Galego* é um órgão permanente que foi criado para substituir as *Cámaras Agrárias* do tempo franquista. Pretende ser um espaço de participação, assessoramento, diálogo e consulta do governo com as diferentes representações sindicais do meio rural.

Porém, os dois anos de governo reativaram os confrontos contra o aparelhamento do SLG pelo governo ou partido político em questão. A separação iniciada no III Congresso do SLG entre a organização do movimento social e o partido político é marcada pelas demandas e reivindicações do Sindicato dirigidas ao último, mas não sem haver debates e desgastes internos, que culminam no Congresso de 2007. De alguma maneira, também se retomam os debates do Congresso anterior (2003), sobre a importância que o SLG deve dar às lutas e articulações com organizações que atuam para além do território galego, em contraste com outras que atuam volcadas ao âmbito local e/ou são de cunho nacionalistas. Em particular está a relação como BNG, que estava no governo há dois anos e ocupando uma *conselleria* importante para o Sindicato, a de *Meio Rural, o* que elevava as suas esperanças de ver as suas reivindicações históricas e recentes atendidas.

No entanto, no interior do SLG as divergências quanto ao modelo de rural, dos meios de produção e consumo, de participação política, de toma de decisões, de estratégias políticas de ação, entre outras se acentuam e se fazem mais evidentes quanto à percepção sobre as políticas públicas levadas a cabo pelo governo em questão, mas principalmente quanto ao tipo de relação e formas de pressão e reivindicações que o Sindicato deveria estabelecer com a *Conselleria,* o governo em geral e com o partido, diante das novas circunstâncias que, apesar de valorarem e reconhecerem algumas políticas ajeitadas, como foi o caso do *Banco de Terras* (GALICIA, 2007b)[127] ou mesmo as mesas setoriais de negociação que abriram espaços de diálogos com o governo, antes inexistentes; dentro da organização havia um entendimento de que o governo tomava rumos diferentes dos reivindicados pelo movimento campesino e que faziam parte das suas propostas de governo. Uma das informantes ilustra parte dos debates que estavam em jogo no interior da organização.

> (…) non che podo dicir desde cando se empezou a defender a agroecoloxia, pero eu creo que foi… xa fai mais de 10 anos que se empezou co tema da agroecoloxia. Si por aí. Bueno, si.. de feito eu creo que foi no 2007 cando entrou… Foi así un debate moi grande no Sindicato houbo unha ruptura co partido político. Xa te contaron a historia? Bueno entre outras cousas, que era … que afectaba moitas outras cousas. Unha delas afectaba a paridade dentro dos organismos de decisión dentro do Sindicato e outro era o tema da agroecoloxia. Outra parte do grupo, pois non defendía que se defendese outros modelos de produción en extensivo e se deixase de

[127] Outro tema que é merecedor de estudos mais aprofundados, com perspectiva feminista, é a concentração parcelaria de terras. Como esta afecta o acesso das mulheres à terra, assim como os efeitos de políticas de reforma e incentivos ao acesso a terra.

> lado os intensivos. Cousa que non era así. Non era excluír os do intensivo, era intentar mudar, ir a outro camiño. (Entrevista 10, M)

É a primeira vez que se observam duas posições divergentes no interior da organização de forma explícita e/ou nas entrelinhas dos textos e artigos publicados por ambas as posições e refletido nos discursos das informantes dessa investigação. (DOCAMPO PARADELO, 2008; GALLEGO, 2007; PÉREZ, 2012; FOUCE nº259, dez.2007; REGAL, 2010). De um lado, está a continuidade das linhas de trabalho que vinham sendo desenvolvidas pelo SLG ao longo dos dezoito anos de Lidia Senra como secretaria geral, representada na candidatura de Carmen Freire. Por outro, está a defesa de um modelo de ação política mais voltado aos temas internos da Galiza, preocupando-se pela mobilização nacional frente aos debates e articulações estatais e internacionais, como por exemplo, a postura de não entrar na *Coordinadora de Organizaciones Agrárias e Gandeiras,* de España (COAG) ou mesmo a ênfase dada à Via Campesina, por entender que as soluções devem ser tomadas a nível galego e não Estatal[128] ou internacional, ideias representadas na candidatura de Xurxo Álvarez para secretário geral. Relacionada com este debate, argumentam por uma maior aproximação ou vinculação com forças ou partidos políticos locais e nacionalistas, neste caso o BNG, como aliança a nível político e sindical. Além disso, faz uma critica à defesa da agroecologia ou ao modelo de agricultura ecológica deixando de lado às explorações que não se dedicam a esse "setor". (EUROPA PRESS, 2007; GALLEGO, 2007). Essas duas posições também dão sinais de uma divergência de fundo quanto ao modelo de rural desejado. A primeira estaria voltada à defesa de um modelo de soberania alimentar mais próximo ao colocado pela Via Campesina. A segunda defende um rural "desenvolvido" e economicamente "produtivo". A assembleia congressual teve a participação ao redor de 554 pessoas delegadas e elege a Carmen Freire como secretaria geral com uma porcentagem aproximadamente de dois terços dos votos. Forma-se a DN com onze membros desse grupo e quatro do grupo de Álvarez. Isabel Vilalba que era a responsável da *Secretaria das Mulleres* assumiu também a "*Secretaria de servizos ao rural e soberania alimentaria*" (FOUCE, nº 259, dez 2007).

[128] Nesse congresso a discussão da entrada ou não na COAG foi um motivo de grandes divergências. A sua votação apesar de maioria optar pela sua inserção, estatutariamente a proporção não era suficiente para aprovar a sua inserção que é feita no Congresso seguinte.

O chamado “conflito” no interior do SLG que sai a tona nesse Congresso é intenso e se alonga no tempo. Vai além das ideias, interferindo nas relações pessoais e de militância nesses dois espaços e nas redes de amizade e apoio, o que faz do conflito algo mais profundo que divergências políticas no campo da razão. O ambiente de trabalho é descrito como difícil e complicado, devido as frequentes acusações entre os grupos divergentes feitas interna e externamente, os boicotes e ações confrontadas. O resultado foi a saída de parte d@s trabalhador@s e da afiliação que formam em 2009 outra organização, chamada *Federación Rural Galega* (FRUGA). Alguns jornais anunciaram publicamente como uma “cisão” do SLG e evidenciam a influência dos partidos políticos nacionalistas e do contexto que vislumbrava futuras eleições (LA VOZ DE GALICIA, 2009; PAÍS, 2008; SOITU, 2009b, a).

Essa ruptura gera perdas de quadros líderes que deveriam ser substituídos por outros que pudessem combinar a militância com o trabalho de gestão ou administrativo da organização. As pessoas que iniciavam o seu trabalho no Sindicato tiveram que adaptar-se rapidamente a complexa dinâmica da organização, aos diversos serviços oferecidos à afiliação e aos trâmites burocráticos do Estado, além de lidar com as disputas políticas internas que ainda continuavam vivas como descreve uma das informantes.

> Pero dentro dese ano xusto, cando estaba o bipartito no poder, o goberno do BNG no medio rural, se xerou un conflito dentro da organización, vale. Entón ese conflito veu que algunhas persoas que eran traballadoras, pois acabasen a súa relación coa organización. (...) con toda a dificultade e con toda a complexidade e con todos esos momentos de tensión, momentos esos, dese conflito que seguía aí, latente.. seguía aí dando os seus codazos e me chegaba dalgunha maneira, sabes. Entón.. o sea, foi moi complicado, pero moi interesante. Ou sea..non... moi complicado polo ambiente, que se estaba facendo aquí.. porque había interrupción do traballo... (Entrevista 1, M)

As pessoas que se vão se incorporando nesse período chegam com muitas expectativas. O SLG é reconhecido por outras organizações e pessoas referentes como um sindicato que tem uma história potente de lutas sociais e que vinha se destacando pelo seu trabalho de base e organizativo do campesinato galego, em especial com as mulheres e com a agroecologia. Algumas pessoas o conheceram pelo resultado das suas ações e por indicação de outras organizações reconhecidas como *Amigos da Terra* ou por professor@s universitários de diferentes lugares do Estado Espanhol. O perfil das novas incorporações como trabalhador@s também têm em conta a preocupação por uma perspectiva de gênero e o trabalho com mulheres ademais dos conhecimentos técnicos. Contam a sua inserção na organização como

uma experiência estimulante, um espaço diferente de todos os outros experimentados, mas também de muito trabalho e de dinâmicas intensas e complexas. A grande quantidade de horas dedicadas à organização é um ponto reconhecido por quase todas @s trabalhador@s como uma forma de dedicação e responsabilidade com ela. Têm dificuldade de separar entre o que é trabalho e militância. Mas sobre tudo expressam o crescimento pessoal que adquirem a partir da sua inserção na organização.

As novas incorporações de afiliação também veem o SLG como uma das poucas organizações que reivindicam "o rural vivo", ou seja, que lutam tanto pelos direitos do campesinato como pelas suas condições de vida no meio rural. Ele reúne os desejos e expectativas de conceber outras formas de viver, de produzir, de consumir e de participar politicamente na sociedade. Referem-se à defesa de uma agricultura ecológica, da soberania alimentar, agroecologia, circuitos de comercialização de cercanias, valorização do produto local, mas também da reivindicação de infraestruturas, serviços públicos, atividades culturais entre outras que poderiam melhorar as condições de vida da gente que vive no meio rural e estimular a que mais pessoas possam voltar ao campo. Do mesmo modo, referem-se ao SLG como uma organização que tem se preocupado em modificado suas estruturas, a suas formas de atuação principalmente nos temas relacionados com a igualdade entre homens e mulheres e no reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos.

> E tiña moi boa referencia, porque claro, eu… a si, do pouco que coñezo, por iso xa te digo, que o Sindicato eu coñezo moito dende a distancia, tiña moi boa referencia porque me parece un exemplo dunha organización .. de corte clásico que se soubo reciclar e adaptar un pouco as demandas non que … que hai agora principalmente nos temas da muller. Para min teñen unha política interna que .. feminista que.. xa te digo, que nunha organización clásica é de tirar o sombreiro comparado con todo o que coñecín eu, que estiven bastante en organizacións mistas. Entón, bueno, tiña así como… é unha estima non, unha cousa … E Bueno, despois claro, unha vez que está no rural, non. E ven aquí coa intención de traballar no ecolóxico e é unha organización que está moito na mesma pedalada de cómo, de cómo.. vexo as cousas. Realmente para que xente volva ao rural, realmente porque.. sobreviva e por… o que aquí aparece moito, o tema do auto-odio, non, e de que estar no rural, pois que é unha vergoña traballar de labrega, é un traballo de segunda categoría, pois fan algo moi interesante nese sentido, de revalorizalo. (Entrevista 8, M)

> (...) non lle pedín PAC na incorporación, nin axudas, sabes, nunca demandei esa parte xurídica. Non, o contrario, o discurso foi o que me gustaba, foi o que fai diferente o Sindicato de outros e logo o traballo coa muller, cando aparece o único. O único que fai. Sentir ese espazo en que podes ser ti mesma, expresándote como ti sabes, un espazo no que te recoñecen como igual, que non nota esas xerarquias, todas de decisión onde ti non...parece que no te sentes capaz de dicir o mesmo.(Entrevista 6, M)

Após o Congresso de 2007 a aposta pela soberania alimentar é feita de forma mais clara nos seus discursos públicos e internos também a raiz dessa confrontação. São mais recorrentes a sua nomeação e os artigos no FOUCE como modelo de produção alternativo (ou tradicional) que, ademais, reconhece o papel fundamental das mulheres, especialmente na produção de alimentos, conservação das sementes e transmissão dos conhecimentos.

Uma linha pela qual aposta a *Secretaria das Mulleres*, trabalhando em profundidade no seu V Encontro Anual em Muxia no mês de março de 2008. Neste participaram mais 150 labregas, com um envolvimento direto no processo organizativo. Os temas destacados são: a perspectiva feminista da Soberania Alimentar, a feminização da pobreza, o impacto na vida das mulheres da privatização dos recursos naturais, da migração, da subida dos custos da seguridade social, a violência administrativa, a invisibilização das mulheres nos trabalhos de cuidados de pessoas dependentes, a titularidade compartida e a violência de gênero como um problema social (FOUCE, nº262, abril 2008, p. 13).

Destaco também a análise dos impactos da reforma no Sistema de Seguridade Social Agrária em 2008, quando este desaparece passando a integrar-se no Sistema Agrário no Regime Especial de Autônomos (ESPANHA, 2008a). O que na prática significou que todas as pessoas dadas de alta na Seguridade Social Agraria passariam a fazer parte do regime de autônomos, que tem conotações empresariais e com custos altíssimos para o campesinato em geral. Seguindo a denúncia publicada no FOUCE (nº260, fev. 2008), das 47.000 pessoas afetadas em Galícia, 60% são mulheres. Isso porque o aumento nos custos para pagar a Seguridade Social, o alto nível burocrático, sem ao menos incluir o direito a baixa laboral piora as condições que podem ser assumidas por aquelas explorações menores das que, em sua maioria, são de titularidade feminina. Ademais, o aumento do custo da seguridade social dificulta que as pequenas explorações possam dar de alta no Sistema a mais de uma pessoa que nela trabalha, o que as condições da titulação da terra e da exploração agrária seguindo e do sistema sexo-gênero dentro das Casas, faz com que as mulheres sejam as que mais abdiquem desse direito. Por último, a nova lei também impede que as viúvas que recebam uma pensão por viuvez maior que a sua atividade agrária possa dar-se de alta à Seguridade Social. Essa é uma das formas como a administração acentua a equiparação do campesinato a um@ empresári@, dificultando o desenvolvimento das explorações agrárias menores e com outras formas de produzir e comercializar os seus produtos.

Ao redor dos debates sobre modelo de produção e o sistema sexo-gênero, o SLG teve uma importante participação no V Congresso Internacional da Via Campesina em Maputo (Moçambique)[129] em outubro de 2008, especialmente na III Assembleia Mundial de Mulheres. Nele se discutiu em profundidade a origem, natureza e repercussões da crise alimentar mundial e a sua relação com a crise financeira que estalava em *Wall Street*. As mulheres da Via Campesina enfatizaram na estreita relação entre o patriarcado e o sistema capitalista, que faz com que aumente as violências sobre as mulheres. Desta assembleia, o SLG destacou por meio do FOUCE o debate em torno a necessidade de enfrentar os diferentes problemas das labregas, que passa pelo processo de conscientização e sensibilização das causas, processos e consequências da violência e por pressionar as instituições intergovernamentais. Uma linha de discurso na que se abrange a necessidade de que a Casa deve ser um espaço de debate político, pois entende como um espaço de reprodução dos quatro pilares fundamentais que sustentam a dominação sobre as mulheres: a independência econômica, a decisão sobre o corpo das mulheres, a participação feminina nos espaços de toma de decisões e eliminação da violência. Com essa análise, fazem um chamamento a que todas as pessoas assumam a luta por um mundo sem violência, pela igualdade, territórios, justiça e dignidade. (FOUCE, n 268, dez. 2008, p. 13 mulleres; VIA CAMPESINA, 2008a, b)

Imersas nessas discussões, a Secretaria das Mulleres reafirma a defesa e a apropriação do discurso da Soberania Alimentar realizando junto com a MMM a Feira de Soberania Alimentar em Vigo no mesmo período[130] do Congresso da Via Campesina. Na Feira intervieram quatro mulheres líderes do SLG, onde realçaram as suas reivindicações por preços justos, o reconhecimento das mulheres na produção de alimentos, o controle popular dos recursos produtivos como a terra e a semente e o direito comunitário de decidir o que produzir e consumir alimentos locais. Reafirmaram ainda, a defesa e a por parte da Secretaria das Mulheres e das suas líderes.

[129] Este congresso teve como lema "Soberania alimentar, com luta e unidade dos povos" fez-se a denúncia sobre a exploração de migrantes, a ocupação de terras pelas grandes transnacionais levando ao deslocamento de milhões de pessoas camponesas em diferentes partes do mundo. Apostando pelo modelo de Soberania Alimentar, a Via Campesina reivindicou a necessidade de estabelecer reformas agrárias integrais, promover a luta por produtos alimentícios e o desenvolvimento de técnicas de produção agroecológica, de conservação da agricultura tradicional (campesina), entre outras.

[130] Realizou-se nos dias 18 e 19 de outubro de 2008 em Vigo.

A visibilidade das ações desenvolvidas da *Secretaria das Mulleres* aumenta consideravelmente, de forma que as preocupações parecem abranger toda a organização e não se tratar apenas de uma questão setorizada e secundarizada. Visibilidade que está relacionada com o seu fortalecimento a nível interno ao proporcionar a liberação de profissionais e de ativistas especificamente para o trabalho com mulheres, para a dinamização da Secretaria, da sua articulação com outros movimentos e/ou na contratação de pessoas para a formação e colaboração nas temáticas de gênero. Do mesmo modo é importante a autonomia dada à Secretaria quanto às suas deliberações de forma que não há intromissão de outras instâncias com respeito a elaboração e execução das suas propostas. Apesar disso, não deixam de escutar comentários feitos de forma particular e de caráter privado.

> A ver, en xeral, creo que houbo un montón de xente que comprendeu que un proxecto encamiñado a defensa de.. en clave de soberanía alimentar ou en clave dun modelo agroecolóxico, ou en clave de.. moitas persoas labregas con proxectos… Bueno, pois de produción de alimentos, unha clave básica tiña que ser un traballo con as mulleres. Basicamente porque a maioría da produción de alimentos están en mans das mulleres e esa produción, ademais, en pequena escala, diversificada, esa conservación de sementes nosas, ese traballo de transformación. A ver, un pouco o modelo que non é o modelo da agricultura industrial. Para nós tiña moito que ver con.. con o saber histórico e a achega histórica que miles de mulleres. Entón eu creo que houbo compañeiros que o viron así. E despois houbo un pouquiño de todo. Houbo compañeiros que.. eu me acordo unha vez que fun a primeira reunión da Marcha Mundial das Mulleres que un compañeiro me dixo: "va a reunión pero … non tomes ningunha decisión porque… sabes, quero dicir, non te comprometas a nada, vas alí a escoitar" me dixo, así como: " non les diga nada", non. E eu dixen: "xa verei" (risos) (Entrevista 11, M.)

A entrada de recursos financeiros, seja pelo Estado ou por outras organizações conveniadas e financiadoras, facilitou a realização de diversas atividades e programas dirigidos às mulheres e a problemáticas específicas de sexo-gênero como as relacionadas com a lei de dependência e a violência. O que lhes possibilitou ter pessoas dedicadas exclusivamente para trabalhar junto a *Secretaria das Mulleres* e promover formações nesse campo. Ademais, proporcionou ter um quadro de profissionais numeroso que repartia as tarefas de administração, coordenação, mobilização e formação comarcal e nacional, conseguindo uma maior incidência política. Consequentemente, havia um maior volume de atividades no interior do Sindicato nas que se podiam aprofundar nas discussões e lançar propostas de mudanças nos esquemas de trabalho. Realizava-se um maior número de encontros de formação, organização e intercâmbios sobre diversos temas a nível local e nacional, alcançando a mais mulheres e homens com um discurso e práticas alternativas,

fazendo avançar os debates sobre o sistema sexo-gênero. Assim houve uma continuidade nas discussões sobre a saúde da mulher que seguia sendo um tema demandado nas comarcas, atividades em torno a menopausa, tratamentos hormonais, câncer de mama e de útero e o vírus papiloma. Inclui-se ainda a saúde sexual e reprodutiva, falando sobre a pílula do dia seguinte e o aborto que são tratados em jornadas e em notícias no FOUCE que chega a um amplíssimo número de afiliad@s. Um trabalho que apesar de ser mais dirigido às mulheres, chega aos homens através das esposas, companheiras de trabalho do sindicato e das questões nas que eles estão diretamente relacionados, como a titularidade compartida. Com isso, não quero afirmar que existisse uma abundancia de recursos, mas sim destacar que sem o apoio político e os recursos econômicos e humanos, esse trabalho seria muito mais complicado.

O fortalecimento da *Secretaria das Mulleres* também foi favorecido pela tentativa de mudanças na dinâmica de funcionamento interno da organização que iam no sentido de privilegiar o trabalho em equipe com base em discussões coletivas, ao mesmo tempo em que se pregava uma maior comunicação entre os diferentes setores e espaços da organização. Essa conjuntura facilitou que se transladassem algumas propostas e preocupações da *Secretaria das Mulleres* às comarcas, com o objetivo de facilitar e estimular a participação das mulheres facilitando a participação delas em mais espaços do Sindicato e também daquelas pessoas que têm maior dificuldade para expressar suas ideias e inquietudes.

Surgiram propostas/preocupações como a busca por espaços mais neutrais para realização das assembleias comarcais ou das reuniões nas comarcas. Quer dizer, que as atividades do Sindicato se dessem fora de tabernas ou em lugares muito masculinizados como era de costume em algumas comarcas, assim como a permissão declarada de levar crianças às reuniões. Outra foi a mudança nos horários de reuniões para que estes fossem mais compatíveis com a jornada laboral das mulheres. O que significa evitar o horário antes do almoço, quando elas estariam preparando a comida, ou no caso de ser pela noite, que não fosse muito tarde nem que a reunião se alongue demasiado, para que elas não tenham tantos problemas para deslocasse até o local da reunião. Do mesmo modo, propunham mudanças na organização do espaço de reuniões distribuindo as cadeiras em formato circular para que todas as pessoas estivessem no nível na estrutura espacial, pudendo estabeler contato visual entre si. Uma estratégia que facilita a participação de mais pessoas e estimula uma escuta ativa.

Mudanças que aparentemente são simples, mas que sofreram resistências e não são exercidas em todos os espaços sindicais.

> R- e como chega aos outros espazos do sindicato?
> Pois canalizando.Uunha vez que recolle as problemáticas, supoño que das reunións, ás trasladalas e despois teñen unhas implicacións, non, nas outras.
> R- como por exemplo?
> Como por exemplo, cando se reúnen as mulleres e chegan a conclusión de que a reunión as 9 da noite pois é imposible, pois que non se faga as 9 da noite. Non sei. Ou se hai que facer unha reunión e.. non tes.. maneiras de que naide te quede con pequeno, pois tamén estar facendo.. impedindo. (uff) (Entrevista, 12, H)

4.8 Nem toda vitória é uma batalha ganha, mas é um passo

A "crise financeira" que estala em 2008 chega a Galícia com uma forte intensificação as políticas neoliberais através de reformas das políticas públicas, de recortes dos serviços públicos e de acentuação das carências de infraestruturas no rural, como o fechamento de escolas, centro de saúde, atenção especializada, transportes, ócio/ lazer, levando a uma substancial precarização da vida como um todo. As pequenas explorações agrarias se veem afetadas diretamente com o fechamento de muitas delas.

As análises do SLG, assim de outros movimentos e organizações, demonstram como essas medidas afetam de maneira mais dramática as labregas, por estas serem as mais pobres e as que se encargam em solitário dos cuidados, uma responsabilidade que deveriam ser de toda a sociedade (FOUCE, nº 279 março 2009). Um diagnóstico reforçado no Encontro de Mulheres da Coordenação Europeia da Via Campesina em 2009 realizado em Betanzos (Galícia). As mudanças da PAC colocam em evidência as semelhanças das problemáticas vividas pelas mulheres europeias quando a falta de direitos, a dependência econômica, a exploração do seu trabalho, a falta de participação igualitária a nível sindical, social e político, a necessidade de "corresponsabilidade de homens e mulheres para fazer uma sociedade mais justa e sem discriminações, tanto no âmbito doméstico como no espaço público" (FOUCE, nº275, nadal 2009 p. 12 *trad. minha*). A que se suma a necessidade de dar continuidade à campanha contra a violência de gênero.

Nesse caminho, a relação entre os espaços público e privado parecem estreitar-se, sendo necessário construir uma ponte de diálogo entre eles para poder entender, atuar e perceber mudanças concretas na vida das mulheres com relação às problemáticas que lhes afetam cotidianamente. Torna-se mais claro quando no discurso das organizações se expõe a relação que a independência econômica exerce na autonomia pessoal e/ou coletiva das mulheres, facilitando o exercício das negociações no interior das famílias e na participação políticas delas.

Essas pontes parecem ser aprofundadas no VI Encontro Anual em Pontedeume em 2009, no VII em Ribadeo em 2010, no VIII em Couso na província de Ourense em 2011 e no IX em Teo em 2012. Todos com uma participação numérica similar, ao redor de 150 mulheres (FOUCE, nº 270 março 2009, p. 3 Adro; FOUCE, nº 277, março-abril 2010, FOUCE, Nº286, abril-maio 2011). Nesses encontros se discute sobre as problemáticas que persistem sem resoluções ou avanços significativos, apesar das reivindicações e do aumento do apoio social e político-público[131] de que as desigualdades relacionadas com o sexo-gênero são uma questão de direitos fundamentais e de justiça social.

Como reivindicação central esteve à titularidade compartida das explorações agrarias e ganadeiras, juntamente com o direito da cotização a seguridade social. Estas evidenciam de forma clara como a legislação tem afetado diretamente a falta do reconhecimento das mulheres e a sua relação direta com a injusta distribuição dos recursos econômicos e da toma de decisões. O reconhecimento das mulheres sem as efetivas medidas políticas e econômicas não é suficiente para exercer mudanças na vida cotidiana das mulheres, como acontece com o Real Decreto 267/2009 sobre titularidade compartida (ESPANHA, 2009). Assim, a *Secretaria das Mulleres* faz ênfase na identidade labrega com as mulheres trabalhadoras, elucidando sobre a importância da independência econômica para uma efetiva autonomia das mulheres dentro e fora do ambiente familiar. Uma ideia que se reforça no feito de que ainda hoje exista um número importante de pequenas explorações agrárias em mãos de mulheres na Galícia e que, sobre tudo, produzam para o autoconsumo da família. Alguns dos excedentes são vendidos, o que lhes permite ter certa independência econômica. Além desse perfil, há

[131] Destaco a Declaração de Cádiz, resultado da II Cúpula Europeia de Mulheres no Poder, celebrada em Cádiz o 5 de fevereiro de 2010. A primeira foi em Atenas em 1992 que contribuiu para impulsar as políticas ao redor da paridade (FOUCE, n 279, fev. 2010).

aquelas que desenvolvem a sua atividade agrária nos diferentes setores produtivos, orientadas à venda da indústria, aos intermediários ou mesmo à venda direta.

A campanha pela titularidade compartida se reforça nesses encontros e serve de guarda-chuva a todo um leque de reivindicações que elas vão explorando, fazendo essa relação entre a necessidade de reconhecer as mulheres como sujeitos de direitos para distribuir os recursos econômicos/materiais. Pela mesma razão, é fundamental fazer uma melhor distribuição dos recursos econômicos/materiais para haver um melhor reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais e não só de direitos. Dentro desse guarda-chuva, entra a campanha contra a violência de gênero na que destacam que as carências de infraestrutura e de serviços especializados, a falta de anonimato que dificulta a saída dessa situação e a carência do reconhecimento legal para dispor dos recursos próprios. As prestações da seguridade social para o campesinato que são mais baixas um 45%, especialmente as mulheres que tem em geral menos anos de cotização. Em 2010 somente 5,5% das labregas conseguiam cotizar os 35 anos para obter o 100% da aposentadoria. Números que se agravam dadas as novas reformas que, por exemplo, ampliam o tempo mínimo de cotização para os 37 anos e a idade para a aposentadoria passa a ser os 67 anos de idade (FOUCE nº 286, abril-maio 2011 Mulleres,). Adicionalmente, a Segurança Social identificou várias mulheres como fraude do seu sistema, pelo feito das suas explorações estarem destinadas principalmente para o autoconsumo, não se caracterizando como produtiva. Também está baixo esse guarda-chuva de reivindicações a suspenção dos serviços galegos de igualdade e de diversos outros serviços públicos como os de educação e saúde pioram consideravelmente as condições de vida das mulheres labregas, em consequência, a sua autonomia e participação nas tomas de decisões dentro e fora da unidade familiar.

As atividades desenvolvidas pelo SLG nesse sentido são várias e as reivindicações dirigidas ao Estado são contundentes. A Campanha pela Titularidade Compartida inclui divulgação e articulações com outras organizações em busca de apoio para pressionar o Estado como faz através da COAG, reuniões com ministérios, entre outras.

> A proposta do Sindicato Labrego Galego para isto é bem clara e bem singela: qualquer pessoa que se dedique à produçom agrária tem que poder contribuir, independentemente, de qual for o tamanho da sua exploraçom. Para o qual a quota mensal tem que calcular-se em funçom da renda real das exploraçons. (SENRA, 2010, p. 1)

Finalmente em 2011 a lei de titularidade compartida (ESPANHA, 2012) é aprovada, representando uma grande vitória. No entanto não foi nos termos reivindicados por elas por esta legislação não ter em conta as problemáticas do sistema sexo-gênero que operam na sociedade e no interior das famílias que influem diretamente na titularidade da exploração. Fatores como a não obrigatoriedade de mudança do registro para a titularidade compartida no caso de o matrimônio trabalhar conjuntamente na exploração, sendo necessária a permissão do titular para dar entrada ao processo. Do mesmo modo, o alto nível burocrático e de documentação faz com que este seja um processo custoso e lento, ao que soma a falta de imposição de prazos as administrações autonômicas para habilitar os registros e a falta de informação da própria administração para fazer a tramitação do processo e fornecer as devidas informações para as pessoas requerentes. Além disso, o trabalho feito por algumas comunidades autônomas de cadastrar as explorações que poderiam ter a titularidade compartida não foram recuperadas devendo as interessadas fazer o processo novamente, como no caso galego. Um ato que deixa a população desacreditada sobre a eficácia dos trâmites burocráticos governamentais, principalmente com os relativos aos seus direitos.

A campanha estatal de informação tampouco foi suficiente para animar e alcançar a grande quantidade de explorações que poderiam fazer o tramite, recaindo sobre as organizações rurais todo o trabalho incentivo e informativo para as pessoas. Por esses e outros fatores, a legislação não conseguiu cumprir as expectativas desejadas de “constituir um fator de mudança das estruturas agrárias de modo que as mulheres do mundo rural possam desfrutar de uma igualdade de direitos efetiva com respeito aos homens. ” (ESPANHA, 2012, p. 2 tradução minha). Em consequência, os números oficiais revelam por si mesmos. No território galego somente treze foram as solicitudes tramitadas para titularidade compartida, das 35.000 que se estimava que se pudesse pedir. Estas treze estão incluídas nas 136 solicitudes feitas em todo o Estado Espanhol até junho de 2015.[132] Constata-se ainda que destas solicitudes incluem-se as feitas por ambos os sexos. A título ilustrativo, a primeira tramitação em Galícia foi feita um homem de Ordes afiliado ao SLG.

Essa situação fez com que a campanha pela titularidade continuasse em ativo após a modificação da lei, mas com outro viés: o de animar, pelo menos as suas afiliadas, a dar o

[132] Dados oficiais publicados na pagina web do Estado Espanhol. (MAGRAMA, 2015)

passo de abrir esse processo que começa dentro da família. Isso porque as dificuldades postas pela legislação, citadas anteriormente, faz com que as mulheres tenham de abrir uma negociação dentro da unidade familiar para poder aceder o que é, desde então, um direito. Essa negociação impõe mais dificuldades as mulheres porque, na maioria dos casos, ela é feita desde posições de desigualdade de poder relacionadas com o sistema sexo-gênero estabelecidas dentro das famílias. Propor dentro da unidade familiar (marido, sogr@s, noras e genros) que elas também têm o direito de ser titular da exploração igualando os direitos e responsabilidades públicas ao do seu marido, pode significar por em dúvida a sua confiança, lealdade e, inclusive, o amor dela sobre o seu marido e a família, podendo gerar conflitos e outros problemas como a violência e o aumento do controle (social e econômico) sobre elas, como revelam algumas informantes.

> Eu creo que é diferente. Sí. Diferente porque, bueno, dentro das casas hai todo un entramado de..digamos de relacións, non, non moito mais claro, moito mais próximas, moito mais atado. Moitas veces, non, con ataduras, non, e non con liberdade, non. Se fora con liberdade pois… entón bueno, pois aí eu creo que a loita... é diferente. Non se fai da mesma maneira. Eu creo que fora das casas moitas veces é.. é aparentemente mais difícil. Porque as cousas que se van conseguindo, van conseguindo moi lentamente, pero eu creo que emocionalmente mais fáciles, non. Porque o inimigo, digamos, non, por quen presenta batallas, non, por así dicir, para tal,está fora. (...) O mais difícil é sempre pois eso, non, esa loita non e…para, para darte conta deses, da violencia e do maltrato non. Esa loita interna, non, cos propios sentimentos, cas emocións, con tal e hasta onde actúa a dignidade ou hasta donde son os teus dereitos e hasta donde a.. pois bueno, o que moitas veces tes que cortar, non. (Entrevista 4, M)

Esse foi um dos motivos pelos quais a *Secretaria das Mulleres* passou a trabalhar de forma mais delicada e aliada à campanha da titularidade com a da violência. O matrimonio continua a significar uma célula indivisível e quase inquestionável, e antes normatizada por lei, na qual se reproduz as desigualdades do sistema sexo-gênero materializadas na divisão sexual e geracional do trabalho e dos papeis sociais, nos quais o responsável de garantir os ingressos continua sendo o homem e a mulher cumpre a função de esposa, mãe e "ajuda familiar" como bem determina a lei, seguindo vivo o esquema que visibiliza Lourdes Méndez da década de 1980. O que significa que a dificuldade do acesso a titularidade compartida, como exemplo claro, vai além do direito legislativo determinado pelo espaço público. Está relacionado também com as relações sexo-gênero que se estabelecem no que se denomina como espaço privado.

Com essas dificuldades, a estratégia da Secretaria também passa por visibilizar a importância do trabalho feminino na unidade familiar, incluindo-as no grupo de "trabalhadoras agrárias", sobre a identidade "labrega", logo, sujeito de direitos e de saberes. Com essa identidade coletiva, as mulheres do SLG têm construído um discurso reivindicativo dos seus direitos e necessidades tanto para fora da casa como para dentro dela. Uma identidade verbalizada por quase todas as informantes ao fazerem a sua apresentação pessoal, fato que não ocorre com o mesmo peso com os informantes do sexo masculino.

A nível interno, por exemplo, a *Secretaria das Mulleres* busca incentivar uma maior independência econômica das labregas através os empreendimentos liderados por elas, o fortalecimento da venda direta, a formação técnica, atentas as especificidades dos riscos laborais para elas. Elementos identificados como demandas e limitações que as mulheres têm com relação ao coletivo de homens.

Ao analisar as atividades e ações de formação promovidas pelo SLG identificam uma participação enviesada por sexo nos seus cursos formativos. A participação masculina dava-se nos cursos relacionados com a produção da exploração, enquanto que os de reaproveitamento, diversificação da produção e dinamização do rural acudiam as mulheres, como verbaliza um dos informantes. Uma divisão que segue as normas do sistema sexo-gênero patriarcal, mesmo que o trabalho feito na exploração seja realizado pelos dois sexos. O caso do leite é o mais evidente: na divisão sexual do trabalho das granjas, o trabalho de mugir as vacas é bastante feminizado, no entanto os cursos relacionados com o manejo do mugido acodem especialmente os homens, já que este é identificado como um curso dirigido à exploração. Um dos informantes nos explica melhor quais são os critérios que regem na sua casa.

> Cando fan os cursos, bueno, pois, para facer queixo, para facer.. cos produtos que tes na horta, de envasado, de.. esto está ben. Eso normalmente vai a miña muller cando ten, a esas cousas. (...) e de igualdade de mulleres vai ela. Eu, mais ben vou as cousas que están relacionadas ca explotación. (...) Cando fan cursos de… deixa ver…[silêncio] cursos de inseminación, fitosanitario, a todo iso vou eu, que son cousas de… Os que fan mais ben para as mulleres de igualdade, xa te digo.. da casa, para envasado e todo iso, pois vai ela. Porque os dous, non podemos ir. (Entrevista 13,H)

Por esses motivos, também passaram a fazer cursos técnicos somente para mulheres.

> Porque a veces as formacións acudan moitos mais homes que mulleres. As formacións mais técnicas, mais especificas, por exemplo, en cousas de ben estar

> animal o 80% que van a ir van a ser homes, cando elas tamén traballan na granxa. Entón intentamos que a través da formación pois tamén visibilizar esas necesidades pois para accedan a outros tipos de formación mais técnicas e é complicadísimo.
> R- Porque é complicado?
> É.. os maridos. (risos) Claro, "para que vais saír ti, se xa vou eu?" é.. a muller ten que se empoderar dentro do seu matrimonio dentro, da súa parella. E ese empoderamento, pois é a base de moita formación tamén. Temos feito formación especifica de feminismo. De feito, os encontros das mulleres é bastante potente en contidos feministas ou ecofeministas. E tamén as comarcas se intenta facer eso. (Entrevista 10,M)

4.9 A Crise chega mais a umas que a outros

Em 2011 uma nova onda de revoltas e mobilizações se espalha pelo planeta, ocasionando a caída de ditadores e até guerra civil.[133] Iniciada em Tunísia em dezembro de 2010, a chamada "Primavera Árabe", em alusão a "Primavera de Praga", inspirou a mobilização de diversos setores da sociedade para além da Oriente. Vimos o surgimento de movimentos como o "15-M ou Movimento dos Indignados" no Estado Espanhol, "*Occupy Wall Street*" nos Estados Unidos, os movimentos anti-austeridade por quase toda a Europa como as "*Mareas*" no Estado Espanhol[134] e "Que se lixe a Troika!" e "Juventude a rasca" em Portugal, e uma nova erupção de movimentos como o "Movimento Passe Livre" no Brasil, o movimento estudantil no Chile, "*Yo soy 132*" no México que foram algumas das expressões mais visíveis do ciclo de mobilizações populares que ocuparam as ruas e praças. Esses movimentos fazem parte, seguindo a Tilly (2009), dos poucos movimentos que têm como uma das suas principais reivindicações a democracia. Esses movimentos têm conseguido criticar, o que Aguiló chama de "monocultura da democracia liberal", ou seja, "a crença estendida dessa única concepção, única prática e discurso legítimo que é a democracia eleitoral baseada nos valores do liberalismo político. " (In.: ROSA, 2014, p. 116). As contribuições desses movimentos vão no sentido de combater e denunciar os efeitos da *monocultura* política liberal tentando re-significar a democracia. Faz isso através do reconhecimento da existência e do uso, de novas formas democráticas portadoras de um

[133] Como no caso de Síria

[134] As Mareas posteriormente vieram a ser coletivos que disputaram eleições municipais ganhando em 2015 diversas cidades importantes.

horizonte emancipador que orienta à transformação política, social e cultural. Esse ciclo de protestas reavivou, uma vez mais, a ideia de que a transformação social é possível em oposição à ideia de que "não existe alternativa" ao neoliberalismo, levando-nos a uma situação de aceitação e de imobilismo da sociedade que temos. Unem-se às ocupações de terra, à construção de outras formas de economia solidárias, a experiências de autogoverno desafiando e desmascarando todas e cada uma das caras da globalização neoliberal (FEDERICI, 2013).

Nesse clima de mobilizações é que se realiza o VIII Congresso do SLG em 2011. Nele, Carmen Freire é reeleita e foi adotada a entrada como membro na *Coordinadora de Organizaciones Agrarias e Gandeiras* (COAG) a nível estatal, entendendo-o como lugar de defesa dos interesses da Galícia no Estado Espanhol. Um acordo já discutido no anterior congresso, mas que não tinha sido aprovado. Foi reafirmado os vínculos com a Via Campesina e com as suas linhas políticas. Introduziu-se explicitamente a Soberania Alimentar como espinha dorsal da organização, seguindo três linhas de ações: a luta pelos recursos produtivos para a alimentação; por preços dignos e mercado justo e pelos serviços públicos. Mas destacou ainda as articulações e a participação ativa em espaços como a *Rede de Sementes, a Plataforma galega Antitranxénicos, Iniciativa pola Soberania Alimentaria de Galiza, Rede Anticapitalista, Plataforma pola Defensa da Sanidade Pública, MMM e Organización Galega de Comunidades de Montes.* E, por fim, ressalta a esperança que surge desde a juventude com as mobilizações do 15-M (FOUCE, nº 289 Outono 2011).

Nesse mesmo contexto, as mulheres campesinas tencionavam e direcionavam o restante dos movimentos, para o entendimento de que a soberania alimentar como modelo de produção alternativo, para que seja justo, ele deve necessariamente incorporar uma perspectiva feminista. Como parte do resultado, se percebe um avanço no próprio discurso do Movimento Altermundialista no sentido de que integra as desigualdades sexo-gênero como uma reivindicação de justiça. Como exemplo podemos citar o documento final da Cúpula dos Povos na Rio+20 o tema lançado foi "Justiça social e ambiental: em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida. " realizada do 15 ao 22 de junho de 2012 vem afirmar que esse foi um momento simbólico de um novo ciclo de trajetória de lutas globais na que produz novas convergências entre diversos movimentos de todo o mundo. Denunciam as falsas

soluções para as crises defendidas pelos mesmos grupos que as criaram, sendo a verdadeira causa estrutural da crise global são "o sistema capitalista, patriarcal, racista e homofóbico".

> Exigimos uma transição justa que supõe a ampliação do conceito de trabalho, o reconhecimento do trabalho das mulheres e um equilíbrio entre a produção e a reprodução, para que esta não seja uma atribuição exclusiva das mulheres. Passa ainda pela liberdade de organização e o direito a contratação coletiva, assim como pelo estabelecimento de uma ampla rede de seguridade e proteção social, entendida como um direito humano, bem como de políticas públicas que garantam formas de trabalho decentes.
> Afirmamos o feminismo como instrumento da construção da igualdade, a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade e o direito a uma vida livre de violência. Da mesma forma reafirmamos a urgência da distribuição de riqueza e da renda, do combate ao racismo e ao etnocídio, da garantia do direito à terra e ao território, do direito à cidade, ao meio ambiente e à água, à educação, à cultura, à liberdade de expressão e à democratização dos meios de comunicação.(CÚPULA DOS POVOS, 2012, p. 4)

Denunciam ainda os retrocessos relacionados com a garantia dos direitos e da justiça socioambiental, exigindo dos governos que não retrocedam ainda mais nos compromissos assumidos pelos Estados em Cúpulas anteriores.

Nesse clima de "globalização da luta",[135] no final de 2011 o SLG, através da *Secretaria das Mulleres*, convoca uma reunião aberta com todos os grupos e organizações feministas do território galego com o objetivo fazer um 8 de março unindo forças frente os diversos retrocessos feitos pelas políticas governamentais nos mais diversos âmbitos, as quais as mulheres nos vemos afetadas de maneira mais direta. Apesar das boas intenções da Secretaria, sofreu uma série de críticas por parte de coletivos feministas pela razão de uma organização mista (homens e mulheres) ter tido a iniciativa de convocar uma reunião de organização do dia internacional das Mulheres. Sobrevivendo às críticas e a grandes discussões sobre acordos de mínimos como o da presença ou não de siglas e símbolos de organizações e partidos políticos (o que causou a saída de algumas das organizações por não estarem de acordo com a ausência das suas siglas), a manifestação posta para 11 de março em Santiago de Compostela conseguiu reunir diversos grupos feministas em uma ação conjunta. Algo que não acontecia ha muito tempo dentro deste território. Sobre o lema: "*Mulleres Galegas em Loita polos nossos dereitos*" mais 2000 pessoas se manifestaram nas ruas contra as políticas de recortes dos serviços públicos, e os retrocessos na legislação como a lei de família (GALICIA, 2011) e

[135] Termo utilizado pela Via Campesina.

a proposta de derrogação da lei do aborto. Um resultado muito positivo que se fez repetir e ampliar nos anos seguinte ("11 de marzo: Mulleres galegas en loita polos nosos dereitos! - Sindicato Labrego Galego", [S.d.]; EL MUNDO, 2012; FARO DE VIGO, 2011; PRAZA PÚBLICA, 2011).

Em julho de 2012, uma parte da DN toma a decisão de sair da mesma, incluindo a sua secretaria nacional, Carmen Freire. Esse fato leva à DN do SLG a ter que eleger antes de um processo congressual uma nova representante para ocupar este cargo, que vem a ser Isabel Vilalba. Uma retirada "silenciosa" no que se refere aos meios de comunicação, muito diferente da ocorrida em 2007-09. Feito que parece estar mais relacionado com a influência e o controle de um grupo/pessoas dentro da organização sobre as diretrizes da organização, e não por forças políticas externas. Uma situação que gera certa frustração ou descontentamento com relação a coerência entre discurso e prática relacionados com a autonomia das pessoas e a toma de decisões de forma democrática.

> E hai cuestións que efectivamente se deciden na base social. Pero son cuestións mínimas. Eu diría que .. bueno, hum.. digamos.. hasta un punto que non comprometa o liderazgo de quem exerce o poder. ... (...) Revístese un pouco de debate, pero na realidade as cousas decídense en moi... en moi poucas persoas, non. E entón ese é o problema. Eu creo que as decisións de base, realmente na hora da verdade... é.. cando as persoas se senten que teñen capacidade, que teñen é... bueno, capacidades tiñan xa, non. Pero que senten que teñen poder, non. Para que digan as cousas, porque eso se trunca. Que cando exerce, non, pois esa posibilidade, en seguida de dise: "non, non, por aquí iso non vai ben, ti non tiña que dicir nada desto". (Entrevista 4, M,)

> Hai que entender que hai que ser mais paisanos e menos políticos para entender como son os mecanismos da xente e falar mais con ela. Eu creo que as organizacións en si mesmas,… O erro estaba aí, non, en ser un instrumento en si mesmo e en converterse en ser unha máquina de manter o ordenado. Moitos traballadores, moitos salarios entón, o final te converte en unha máquina de manter eso. E non de ser un instrumento para os labregos. (Entrevista 31, H)

Uma retirada que, apesar de não ser entendida como uma crise ou conflito e não estar relacionada com uma forma de pensar, mas sim de atuação na cotidianidade da toma de decisões. Essa retirada também deixa brexas, mesmo sem exercer uma política de desfiliação, afetando as relações pessoais e políticas que, por sua vez, interferiram na dinâmica do SLG. Pessoas muito ativas se desvinculam, deixando de participar e de mobilizar, não fazem representação política do Sindicato, levando a recolocações nos espaços de representação. Isabel Vilalba, por exemplo, ao passar a compor a secretaria geral deixa a *Secretaria das Mulleres* sem representação até outubro do mesmo ano quando é escolhida Maria Ferreiro

durante o IX Encontro de Mulheres, Vilalba deixa também a representação na Coordenadora Europeia da Via Campesina que tinha ocupado em 2011, substituindo a Lidia Senra. Ocos que se sentem no volume de atividades, nas dinâmicas internas, nas temáticas abordadas, nos debates de base, etc. Aliada isso está a crise de recursos econômicos que é frequentemente lembrada. Segundo @s informantes houve num espaço de tempo muito curto uma inversão na entrada dos recursos econômicos derivados da afiliação e do poder público, por meio das subvenções, convênios e ajudas às organizações. Estas últimas eram os ingressos mais importante, representando um 70% e agora passou a ser a cota de afiliação e os serviços particulares oferecidos (seguros, por exemplo). Isso fez com que se fechassem algumas sedes comarcais do Sindicato, houvesse uma diminuição do quadro de trabalhador@s, de cursos e atividades formativas, na realização de eventos, etc, que é sentida por toda a afiliação.

> Os sindicatos acceden a programas de formación públicos. Todos. O sindicatos agrarios tamén.. e outras entidades tamén reciben estos plans de formación. E os que atinxen a nós, que principalmente son estos dos ministerios, pois saliron uns plans que en breves van a ser privatizados. Ese ano xa houbo un recorte de uns 50% … co cal ofrecemos menos formación que outros anos, e vai en camiño deso, o sea, non é nada… ese é o plan. Van privatizar todos os servicios e que todo mundo teña que acceder a través deles pagando. (Entrevista 10, M)

As atividades da *Secretaria das Mulleres*, por exemplo, sofrem uma importante diminuição, apesar de continuar com a fazer as demandas e denúncias públicas como a necessidade de incluir uma perspectiva de gênero aos estudos estatísticos e nos informes europeus, uma vez que as políticas europeias as têm como base. Denunciam as discriminações que sofrem as labregas, a desigual participação das mulheres no acesso às ações de desenvolvimento da PAC revelando uma grande desigualdade econômica e estrutural a nível europeu nas explorações agrárias, segundo o titular seja um homem ou uma mulher. Assim também reivindicam políticas de ação positiva nas políticas europeias como meio para desfazer as desigualdades (FOUCE, 293, julho 2012).

Ainda no âmbito europeu, receberam em Teo (2013) o grupo de trabalho das mulheres da Coordenadora Europeia da Via Campesina para preparar a IV Assembleia das Mulheres da Via Campesina e a sua Conferência Internacional. Deste grupo destacam-se as ações pelo reconhecimento dos direitos das labregas no marco europeu e a luta para acabar com a violência sobre as mulheres no meio rural. Nesse caminho também realizam jornadas locais de consumo sustentável e gênero (Santiago de Compostela) e atividades nas feiras ecológicas

(Teo, Ribadeo e Pontevedra) com o lema: "*Mulleres na defesa do comércio xusto no norte e no sur*", onde a intenção foi dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres na luta pela igualdade e na defesa de relações comerciais mais justas (FOUCE 297, junho 2013). Também participam das *Xornadas Ecofeministas* de Compostela (2012) organizada por diversos coletivos feministas e ecologistas e da *Plataforma Galega polo Dereito ao Aborto* formada por 71 organizações que têm por objetivo impedir, e logo revogar, da modificação da lei do Aborto que supõem um retrocesso em pelo menos 25 anos ao ilegalizar essa prática convertendo-a em delito. Com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Secretaria denuncia que a proibição do aborto já provoca a morte de pelo menos 70.000 mulheres cada ano no mundo (FOUCE nº 298, out 2013). Como atividades internas, ressalta a série de cursos intitulados "*Mulleres intercambiando saberes*" que teve por objetivo fazer com que as participantes fossem ao mesmo tempo professoras e alunas. Dessa forma pretendia-se por um lado, romper com os modelos de cursos os quais vem uma pessoa de fora especializada passar os conhecimentos. Por outro, valorizar os saberes das mulheres labregas, que não são entendidos como conhecimentos dignos de serem ensinado-aprendidos; além de dar a oportunidade de que elas também estejam nessa posição de conhecedoras e expertas.

Todas essas iniciativas, ações e reflexões fazem do Sindicato Labrego Galego ser uma organização referente frente a uma maioria que tem incorporado pouco ou quase nenhuma reflexão do movimento feminista. A presença de mulheres feministas na sua liderança e as continuadas ações tem conseguido difundir no meio rural labrego uma série de questões que outras organizações não têm interesse, si quer, de afronta-las. A aproximação com o movimento feminista tanto na Galícia como o de outras partes do mundo, assim como as discussões no âmbito do movimento altermudialista contribuem para a inserção e maduração de certos debates pelas mulheres organizadas na *Secretaria das Mulleres do SLG*, que não são fáceis de serem inseridos na agenda dessa organização. Para isso elas necessitam de um espaço próprio para elaborar as suas estratégias de ação tanto para dentro da organização, como com respeito às políticas vindas das administrações públicas. Nesse caminhar, labregas e trabalhadoras aprofundam a análise das reais limitações, impedimentos que as mulheres, em especial, as labregas, enfrentam para conseguir a sua autonomia. Percebem a proximidade existente entre os espaços públicos (como o Sindicato) e privados (como a Casa), sendo necessário trabalhar nos dois âmbitos para que alguns avanços sejam conquistados. As

iniciativas mais conhecidas, como podem ser a paridade e os Encontros dão visibilidade ao trabalho realizado por meio de outras iniciativas mais invisíveis, mas que também parecem ter grande impacto na dinâmica sindical.

As conquistas com respeito às leis do Estado, dão um respaldo para o trabalho das mulheres que podem ser boicotados na surdina, oferecendo-lhes oportunidades para avançar em temas complexos para as dinâmicas do Sindicato e da vida labrega como a divisão sexual do trabalho, a igualdade de poderes e de recursos entre homens e mulheres da unidade produtiva e a própria violência contra as mulheres.

Apesar de todos os avanços e do apoio incondicional das suas lideres máximas nota-se que a diminuição dos recursos econômicos e das prioridades de ação relacionadas com as questões do sistema sexo-gênero está sempre em tensão para serem levadas a um segundo plano, como contradições secundárias, frente a outras problemáticas que habitualmente são entendidas como prioritárias e com peso político. A manutenção das atividades com mulheres se vê significativamente abalada com a redução de pessoas que se dediquem em exclusividade ou tenham essa problemática como principal do seu dia a dia. Da mesma forma, a transversalidade das questões de gênero é absorvida nos diferentes temas e espaços pela voragem de trabalho e burocracias que o reduzido número de profissionais tem que afrontar. Como resultado, vemos uma apatia por parte das labregas, que na ausência das trabalhadoras não se vêm com ânimos ou capacidades para dar seguimento a auto-organização. Nesse sentido, faz-se necessário analisar como elas percebem essas iniciativas, que mudanças essas iniciativas podem ter surtido em suas vidas, ou não.

5. Escutando as diferentes vozes

No capítulo anterior descrevi o processo histórico de como as reivindicações feministas vão se dando no interior da organização, como nasceram e foram desenvolvidas iniciativas com o objetivo de interferir sobre o sistema sexo-gênero. Neste capítulo, a proposta é refletir um pouco mais detidamente sobre como algumas as pessoas vinculadas à organização percebem esses processos e iniciativas.

Essa investigação não tem a pretensão de analisar o universo da afiliação, muito menos produzir uma ideia homogênea a partir de uma porcentagem. Por isso, o que aqui se reflete são ideias e vozes de uma parte das pessoas participantes do SLG sobre como percebem o trabalho realizado em relação ao sistema sexo-gênero pelo Sindicato e quais as mudanças que elas têm verificado.

Para melhor interpretar os discursos e a intencionalidade de cada fala é importante levar em conta o lugar que essa informante ocupa na sociedade, de onde ela parte, para também entender melhor o como, o porquê e para que de cada discurso. Por isso, todas as entrevistas levaram em conta a identificação pessoal e a descrição do processo de participação na organização para perceber melhor o lugar que a entrevistada ocupa na sociedade e também dentro do Sindicato. Isso é fundamental na medida em que todos os espaços estão permeados pelas relações de poder e ninguém está fora delas. Da mesma forma é importante perceber as suas condições/situações individuais, pois estas também determinam as oportunidades e limitações ao longo da vida que se refletem nos seus discursos e nas suas vivências, influenciando os efeitos que as iniciativas do Sindicato podem ter sobre esses sujeitos. Portanto, o que segue é a recolha e análise de diversos sentires, posições e posturas geradas também pelas diferentes posições que ocupam as informantes nas relações de poder.

Para começar esse capítulo, farei uma breve apresentação dos sujeitos participantes dessa investigação para que @s leitor@s também possam ter mais claro quem são as informantes desse trabalho. Adentraremos sobre as razões de escolha da sua participação nesta organização e a percepção delas sobre a mesma, que podem dar pistas sobre os

posicionamentos dos seus discursos e sobre como podem influenciar ou não o trabalho no enfrentamento das desigualdades por razões de sexo-gênero pelo SLG.

Com isso quero adiantar que há uma diversidade de percepções, efeitos e consequências que cada ação, iniciativa, discurso desenvolvido por esta organização, , assim como da combinação entre elas, sobre os sujeitos e o contexto social. Esta investigação discute a partir de algumas dessas percepções situadas no espaço e tempo. Mas há uma multiplicidade de outras situações, opiniões e percepções que não estão refletidas nessas linhas, pela impossibilidade inerente a qualquer investigação de perceber e compreender todas as informações e perspectivas.

5.1 Informantes situadas

As pessoas informantes não compõem um corpo homogêneo, muito menos contemplam toda a diversidade de sentires e percepções que existem na organização. Longe de querer construir uma homogeneidade, o que se pretende é refletir sobre o que esses determinados sujeitos destacam em seus discursos buscando não só o que há de comum, mas também as diferenças e as singularidades que traz cada sujeito para compor uma determinada realidade. A importância dos discursos está em refletir uma diversidade de questões tendo em conta o contexto de cada sujeito, quero dizer, a posição que ocupa na sociedade, para também compreender o conteúdo dos seus discursos e as suas intenções com ele. Diante disso, apresento o perfil dos sujeitos entrevistados que também chamarei de informantes privilegiad@s, dado que as suas vozes serão as expostas nesse trabalho e será através delas que busquei entender as iniciativas do SLG no enfrentamento das desigualdades do sistema sexo-gênero.

Para esse trabalho foram analisadas 40 entrevistas, das quais 23 foram feitas a mulheres e 17 a homens. Somente uma não nasceu em território galego, mas outras tiveram experiência migratória no norte da Europa. Destas, a maior parte tem idade entre 40-59 anos e estão casadas, do que se pode inferir a heterossexualidade das mesmas e relações monogâmicas.

Outr@s são viúv@s e solteir@s. Na casa de quase todas as entrevistadas declarou-se ter pelo menos uma pessoa dependente, ou seja, que necessita atenção e cuidados contínuos.

Do total de entrevistas, três homens e quatro mulheres são trabalhadoras técnicas dessa organização sem se dedicar ao trabalho agrário. Outras cinco mulheres e dois homens são pessoas afiliadas ao Sindicato ao mesmo tempo que são trabalhadoras, compaginando as duas atividades, o que lhes permite fazer parte dos órgãos de direção do SLG. O nível de escolaridade desse coletivo não pode ser identificado com clareza, mas de antemão, se verifica uma diferença entre o corpo técnico e a comunidade labrega.

Abaixo segue detalhadamente o universo das informantes destacadas.

Quadro 2

OCUPAÇÃO				
sexo	**total**	**tecnic@**	**labregx**	**tecn/labreg**
homem	17	2	13	2
mulher	23	4	14	5
total	40	6	27	7

Quadro 3

FUNÇÃO / RESPONSABILIDADE NO SLG					
sexo	**DN**	**Executiva**	**Trab. Nac**	**trab.comarcal**	**nenhuma**
homem	13	2	2	2	1
mulher	10	4	3	4	8
total	23	6	5	6	9

Quadro 4

PRINCIPAL SETOR DE PARTICIPAÇÃO / PRODUÇÃO					
sexo	**leite**	**carne**	**vinho**	**Horta, flor, fruta**	**batata**
homem	5	3	4	2	0
mulher	5	2	1	11	1
total	10	5	5	13	1

Quadro 5

IDADE					
sexo	**total**	**20-39 anos**	**40-59 anos**	**60 anos**	**não contesta**
homem	17	2	13	0	2
mulher	23	6	16	1	0
total	40	8	29	1	2

Quadro 6

ESTUDOS				
sexo	**basico e IES**	**tecnico ou universitario**	**pós-graduação**	**não contesta**
homem	3	6	0	8
mulher	5	8	2	8
total	8	14	2	16

5.2 Trajetórias de participação

A maior parte das entrevistadas iniciou a sua relação com essa organização em torno dos seus 20-35 anos, o que corresponderia aos últimos anos da década de 1980 e início dos anos 1990. É um momento no qual começam o seu percurso como responsáveis de uma exploração, geralmente tendo como plano de fundo a constituição de uma nova família nuclear. Além disso, é quando o Estado Espanhol entra na CEE (UE), aprofundando a lógica neoliberal da política agrária que impõe grandes mudanças na organização da vida da população labrega, especialmente na das mulheres. As rápidas modificações das políticas agrárias preveem uma maior burocratização, controle da produção e comercialização, e inclusive restrições às práticas e atividades realizadas tradicionalmente.

As diferentes motivações para afiliar-se a essa organização se traduzem na sequência em diferentes formas de participação, que podem manter-se ao longo do tempo ou ir modificando-se. A participação se mantém e se aprofunda com o tempo por meio das ações que começam a realizar e de atividades que participam. As trajetórias de participação são

diversas, e tem relação com a posição que os sujeitos ocupam no sistema sexo-gênero, dando-lhe maiores ou menores oportunidades e recursos para sua incidência no SLG.

As pessoas entrevistadas conheceram o SLG basicamente por três meios, que não se excluem entre si. O meio mais estendido é derivado das grandes ações coletivas, das mobilizações vindas dos conflitos agrários. Tem destaque às mobilizações pela *cota láctea*, mas também tudo o que gira ao redor delas, como as reuniões e assembleias nas comarcas, visitas às casas. As ações coletivas desse Sindicato têm uma relação intrínseca com o movimento nacionalista e pelo discurso-prática de defesa do meio rural vivo, o qual também se faz chegar a uma grande parte da população labrega que se aproxima pelo discurso em defesa do modo de vida e dos interesses labregos e galegos.

> Pois hai moitos anos, pois no ano 86 [1986] cando empezaron aquí co.. co problema das cotas, das cotas lácteas que non sabia nin que.. nin que era nin eso. E daquela xa.. nos estabamos empezando e bueno, para ter o chamado a cotas e nós non sabiamos moi ben por donde íba e... e bueno, parece ser que claro, limitación da produción. (Entrevista 15, H)

> Daquela era a miña época de estudiante, que xa houvera certas loitas que defendeu este Sindicato e eu sin estar no Sindicato, que eu era estudiante nesa época, xa participaba. Era un dos poucos que participaba naquelas loitas. Recordo cando foron os casos das Encrobas, da desapropiación da FENOSA, aquelo da Meirama. (Entrevista 19, H)

> Porque era o único que vía que defendía os intereses logo. Porque os outros mais achegados, o mellor, a outros partidos políticos que xa, non, intentaban favorecer o sector ese, ou que iban a favorecer a industria que xa non preocupaban tanto do campo, da xente que traballaba na terra. (Entrevista 25, H)

> Hai, pois te conto. Estaba eu na miña cociña rodeada de zorza porque estaba facendo a matanza. Tocaron a porta e como aquí vivimos así, dixen: "Pasar!" e era unha chica e mais un chico do Sindicato que estaban captando afiliados. E.. charlei un rato con eles e afiliáronme. Así de sencillo, o sea que moi ben. Eu non me afiliara a ningún sindicato de ningún tipo. (…) Estes, a parte de entraron pola porta, pois facía moita gracia polo nome. Pois ser un sindicato labrego, pois xenial para unha labrega, non. Pois paréceme. Ben! (Entrevista 29, M)

Uma segunda forma de conhecimento e aproximação com o SLG é por indicação de terceiras pessoas como podem ser da família, a vizinhança e por meio de lideranças de outros movimentos sociais ou intelectuais de outras instituições e organizações, como a própria Universidade.

> E meu pai estaba.. era afiliado ao SLG e cada vez que había un papel ou había calquera cousa da explotación iba ao Sindicato Labrego. Como normalmente que iba pa Ourense pa estudiar, pois levaba eu os papeis, ou "oie, leva eso alí o... Sindicato" ou "pregúntalle o... da declaración da renta ou tal". E daí veu a miña primeira toma de contacto con eles. (Entrevista 33, H)

> Entonces foi a miña nai que levoume ao Sindicato e xa afiliei-me. Xa fai moitos anos. (…) Si. ela me dixo: "vente afiliar o Sindicato que estou eu". E afilieime aí. (Entrevista 37, M)

> Bueno, o seu pai [sogro] foi un.. un histórico, pode así dicir, na formación das Comisión Labregas. Ele sigue afiliado de sempre. Entón pois.. ele é o culpable, en este caso. (Entrevista 26, M)

> E claro, estando en Barcelona é curioso, pero foi canto eu tiven a primeira referencia do Sindicato Labrego e de Lidia Senra…. Facendo este traballo, o propio profesor en plan… "pero vosotros en Galicia tendes o Sindicato Labrego, tedes a tal…" (…) (Entrevista 1, M)

A terceira deriva da necessidade de ter uma organização para tramitar questões burocráticas e de formação. Ou ainda, como forma de auto-organização para obter informações, que não seria possível ou confiável por outro meio.

> E o sindicato eu xa o conecía de velo na tele, de velo na tele, non sabes. Entonces, eu dixen, pois bueno. Mirei onde estaba e xa fun alí. E me fixo todo. Xa me fixo os planos e .. os croquis e todo e me axilizou os papeles e.. xa me mandou todo e despois diso xa todo. Despois xa a declaración da renda, xa facía alí tamén, xa non iba a xestoría como iba. (Entrevista 20, M)

> Aaa. A ver eu xa coñecía xente que estaba no SLG. Pero eu fun un pouco pola xestión que se estaban facendo, polas xornadas formativas que tiña. A min interesábame desde inicio. Eu cando empecei a comprar as viñas foi cando eu empecei a interesarme, non. Pois axudábanche para as axudas de plantación de viñedo e dábanche consellos, facían curso para... de todo tipo, desde para apreciar os viños ata técnica de cultivo, etc, etc. (Entrevista 38, H,)

Para as entrevistadas, o SLG aparece como uma referência de organização que mantém a tradição mobilizadora e reivindicativa de um modo de vida camponês ao mesmo tempo em que vai se adaptando às novas necessidades e demandas d@s labreg@s para acompanhar e gerir toda a burocracia que lhes passam a exigir, os entraves, o acompanhamento em temas jurídicos e políticos nos conflitos administrativos com o Estado, empresas e instituições transnacionais. São exemplos dessas novas necessidades os trâmites na gestão de ajudas, impostos, seguros, demarcação do território cultivável, de pastoreio ou derivado da apropriação de terras. Além disso, o SLG é considerado uma fonte fiável de informação sobre as mudanças e novidades relacionadas com as suas atividades e o seu modo de vida que não subsanadas pela administração. Para a comunidade labrega, é um ponto de referência seguro de informação, consultas, demandas e de encontro com outras pessoas labregas e afins ao rural. Também influi o intenso despovoamento do campo galego que tem deixado famílias numa maior situação de isolamento, o que faz do SLG também um ponto de encontro e intercambio entre labreg@s. Por tudo isso, o SLG é muito valorizado pel@s entrevistadas

uma vez que a administração e as multinacionais são vistas como opositoras ou mesmo inimigas, por se tratar de instituições que lhes impõem problemas para desenvolver o seu meio de vida, portanto, nada confiáveis.

As motivações que levaram as pessoas a se afiliarem interferem sobre as primeiras formas de participação. No período em que se afiliaram grande parte das entrevistadas, o SLG já tinha uma trajetória de luta e muitas frentes abertas. Segundo elas, o rural galego era muito diferente do que é agora. Era povoado por pessoas que cultivavam a terra e viviam dela; eram muitas labregas e labregos que se uniam em tempos de muitas mudanças e ações coletivas para defender os seus interesses. A participação em mobilizações e na organização das mesmas são as formas mais frequentes de inserção e as primeiras ações desenvolvidas pelas informantes. As tarefas realizadas por cada sujeito variam com base nos seus interesses, na sua condição sexual e de gênero, econômica e o do seu nível educativo.

A participação masculina se dá principalmente por meio de mobilizações de outr@s labreg@s, participação e dinamização de assembleias, participação nas grandes manifestações assim como na ocupação de cargos representativos. Estas atividades ocorrem majoritariamente no período noturno e em lugares mais distantes da Casa.

O inicio da participação e envolvimento d@s entrevistad@s é lembrado como um momento de grandes agitações, confrontos com o Estado e empresas, além das dificuldades relacionadas com a falta de meios de transporte e comunicações. Motivos pelos quais as mulheres identificam como um limitador da sua atuação nesse período. Falam da falta de estradas ou caminhos em boas condições, da ausência de transportes públicos e privados, das facilidades e mudanças que promoveram a chegada do telefone e da internet, afirmando encurtar distâncias, mas também diminuir as relações pessoais e os encontros. Ao mesmo tempo, falam desse tempo com saudades dessa experiência de sentir-se parte dos conflitos, de conhecer e falar com muitas labreg@s por toda a Galícia que lhes envolvia sobre o sentimento de união de grupo e de organização.

Assim descrevem os homens sobre a sua inserção e as tarefas que realizavam:

> Axudáballe a repartir por alí folletins, como colaborador. Logo no 98 [1998] fixen a prestación social compensatória (...) (Entrevista 33, H)

> (…) digamos que si, que participaba en cousas, sobre todo moitos temas de formación, ou cando había algún tema reivindicativo algún pois.. de mercado de venda directa, de protesta polo tema do prezo das uvas, eran cuestións, pues bueno, de participar como un afiliado mais, un interesado mais en defender determinados intereses. (...) Cando eu me vin a vivir para eiqui, pues empecei a colaborar co local (...) Empecei a levar temas de formación (...) (Entrevista 9, H)

> No inicio pois é.. primeiro como éramos chavales sempre faciamos cousas…. organizamos varias feiras ecolóxicas.. e bueno estabamos en activo. (…) Todo era ca línea fora do industrial, non. Na parte de asesoramento, feiras, organizamos é.. un mercadillo. (...) (Entrevista, 22, H)

> (...) cando empecei a querer dedicarme a gandería pois eu, sempre me gustou estar nesas historias, entón eu aos 15 días de estar na explotación pois xa era afiliado ao Sindicato. E estiven desde entonces, pois eso, nos órganos de dirección, nos comarcais en todas estas movidas, vamos. Desde o principio, vamos. Eu estou na dirección nacional, deixei de ir porque non teño tempo, pero sigo. (...) (Entrevista 36, H)

As mulheres, por outro lado, iniciam a sua inserção no Sindicato de forma mais lenta e descontínua ao longo dos anos. Colaboram com as convocatórias das mobilizações, participam de atividades pontuais, entram em contato com a vizinhança mais próxima a sua casa, conquistam novas afiliações, participam das mobilizações locais, de atividades dirigidas às mulheres ou formativas. Quando tem um nível de estudos maior, desempenham funções mais técnicas ou especializadas como as declarações da renda, datilografia e promovendo formações. Muitas delas descrevem a sua participação como uma partilha de tarefas dentro da própria unidade doméstica na que ele participa das atividades que requerem deslocamento e tempo, enquanto elas realizam o trabalho cotidiano da Casa. Elas também participam do corpo diretivo da organização, que costuma se dar depois de um tempo dentro da organização. Vejamos alguns exemplos:

> (...) o meu home traballaba no aluminio, pero se coincidia no fin de semana el collía o tractor e ía… ía cortar aí a carretera. Porque a outra parte do matrimonio dependía da gandeiría… entón ía e cortaba a estrada co tractor… e teñen ido a manifestación a Coruña, a Santiago tamén. Entón ia el por que tiñamos dúas nenas pequenas… claro eu tiña que me quedar coas nenas, tiña a miña sogra que tamén era maior… pero bueno, en manifestación e en loitar polo campo, porque tu vivías… (...) (Entrevista 24, M)

> (...) Bueno, aquí cando eu era estudante, traducións en temas de tranxénicos e despois un pouquiño, pois cando había asembleas na comarca sobre os problemas que afectaban aos sectores agrarios, eu creo que foi mais no que eu empecei a participar. Despois cando xa.. no ano de 1998, participei mais así con regularidade, empecei no ámbito da miña comarca e era un pouquiño un traballo deses normais, que se fai nas comarcas do sindicato de é.. facer formación, facer o mellor servizos a asembleas dos distintos sectores, hum.. é tamén axudar nos servizos que prestaba a granxas e por aí, e temas de mobilizacións que iba saíndo por aí, sobre todo moitas do sector lácteo, creo. (...) (Entrevista 11, M)

> (...) Entón empecei a colaborar con eles, empecei a botar unha man alí onde podía nas manifestacións, nas campañas burocráticas de declaración da renta. Eu estaba un pouco mais orientada, os meus estudos, a todo esto, entón, pois, podía estar axudando. (...) (Entrevista 7, M)

> (...) Colaborei, pero con pouca cousa, pouca cousa. As miñas limitacións son moitas. É que eu non dou para mais, non sabes. (...) unha vez participei nun congreso. (...) unha desas asembleas de directiva. (...) (Entrevista 35, M)

> (...) non, non, mais tarde, mais tarde foi que me elixiron para a comarcal e elixíronme tamén para a nacional e iba unha vez a executiva ó mes. E despois ibamos a nacional. A veces convocaba a nacional e ibamos moitos. (...) (Entrevista 37, M)

Diante dos relatos, a trajetória de participação das mulheres tem demonstrado ser mais diversa e descontínua do que a dos homens, estando relacionada com as mudanças nas condições individuais das mesmas dentro da sua Casa. Essas condições parecem estar relacionadas principalmente com quatro elementos que tem por base, o sistema sexo-gênero: o apoio familiar, o acesso aos meios de produção; a aquisição de novas responsabilidades ligadas ao cuidado de pessoas dependentes (maternidade, crianças, doentes e idosos); e o aumento da carga de trabalho na exploração derivada pela precarização das suas vidas. A mudança na sua situação dentro de um desses elementos, que não são categorias independentes, tem gerado momentos de pausa ou de menor atividade por parte delas que elas resumem no discurso da "falta de tempo", repetido constantemente ao falarem da sua participação.

Ao explicar uma parte da sua história elas relatam como a sua condição particular por razões do sistema sexo-gênero favorece ou limita a sua participação e ocupação dos postos de responsabilidade dentro do SLG. Dito de outra forma, dependendo dos recursos – econômicos e sociais – dos que dispõem e das suas motivações sociais e individuais, propõem-se a fazer política de diferentes formas e, em sua maioria, participam naquelas formas de ação coletiva de menor reconhecimento. As atividades que lideram, também são habitualmente menos visíveis ou consideradas de menor impacto social e político.

Discursos que nos remetem a preocupação de Paz Feliú (1999, 2004) e de Lourdes Méndez (1988, 2017) sobre a aplicação do modelo dualista de gênero para explicar a realidade das mulheres galegas. As mulheres desempenham papeis diferentes ao longo das suas vidas como reafirmam as informantes. A divisão do trabalho determinada pela idade e pelo sexo é dinâmica, flexível e adaptativa, não estabelecendo uma posição única das

mulheres dentro ou fora do grupo doméstico. Assim, nem todas as mulheres ocupam a mesma posição de subordinação referente aos homens, nem em relação com outras mulheres, tem diferentes acessos aos recursos e ao poder, em diferentes momentos da sua vida. O que por sua vez, influencia na participação das mulheres em espaços entendidos como públicos-políticos.

A opinião das famílias sobre o envolvimento d@s filh@s numa organização política é um elemento que nos discursos das entrevistadas parece ter pouca influência sobre as suas decisões de participação. Somente naquelas em que a família tem uma história de militância e envolvimento político é que os sujeitos destacam o incentivo e o apoio à sua participação. Quando não há uma trajetória familiar – pais, parentes – de participação destes na política no campo das esquerdas, prevalece uma situação de ocultamento do envolvimento político d@s filh@s. O caráter nacionalista e rural-labrega do SLG faz com que os progenitores sejam receosos dessa participação política d@s filh@s, dado o histórico repressivo às pessoas nacionalistas e a política caciquista predominante nas aldeias, o que poderia implicar restrições para o futuro dess@s jovens e para a própria economia familiar. Além disso, há que lembrar que os progenitores dessa geração de entrevistad@s viveram a maior parte da sua vida no regime franquista, cujo fim não representou mudanças significativas nos laços políticos e econômicos com os grupos dominantes, especialmente a nível local.

Apesar da aparente pouca influência das famílias sobre a participação dos sujeitos, verifica-se que quando há um apoio de sua parte, o envolvimento e desenvolvimento de diferentes capacidades d@s jovens dentro do âmbito da ação coletiva é maior. Esse apoio familiar, seja em maior ou menor medida, parece exercer mais pressão e controle sobre a participação das mulheres do que dos homens. Para os homens, as preocupações familiares parecem estar limitadas a uma opinião ou orientação, com maior ou menor apoio. Um dos entrevistados relata uma situação na que a sua mãe comenta sobre a forma como o filho se expõe para a comunidade, mesmo sendo receosa às ações levadas a cabo por ele.

> Non me desanimaron nunca de estar. Pero bueno, asi un pouco de reservas. E tamén me acordo unha vez que salín eu dunhas detencións asi largas que estiveramos logo en libertade provisional baixo fianza por enfrentamento coa policía e tal, pois salira nunha foto que non tivera de salir moito asi mirando cara arriba. Si non que iba así mirando cara abaixo. E a contestación de miña nai foi que cando iba a unha cousa que tiña que salir sempre coa cabeza alta. [Silêncio] (Entrevista, 23, H)

Apesar dessa relação de proteção ou controle ser tratada com normalidade, a situação é diferente para as mulheres. As mais velhas lembram discussões dentro de casa, com consequências emocionais, que interferem nas relações familiares e que, por vezes, são acompanhadas de um controle mais estreito das suas ações quando ainda são dependentes dos pais. Quando já estão fora do controle paternal, o papel do marido e dos sogros rege sobre ela.

> Ah! Pois foi normal, vamos. Eu que creo que a miña familia tampouco se enteraba moito, non. (…) E entón bueno, pois na miña casa non era algo que... me resultaba...nin ben ni mal, simplemente... o pouco que sabían non lles gustaba, pero... porque había moita, porque había iso.. sempre houbo .. un.. un debate non, moi importante na miña casa co meu pai principalmente, ca miña nai tamén, pero sobre todo co meu pai. (Entrevista 4, M)

> (…) meus sogros eran persoas maiores e o meu home traballaba fora… vale… pois ben. Non… non se preocuparon máis. Digamos que si… que si traballas no mercado e el se afilia ao do metal eu dígolle ben porque é o teu traballo, pois este como era o meu, reaccionou ben. E meus sogros afortunadamente para eso tampouco se meteron nunca en nada. Tampouco sabiamos o que era… era charlar cunha persoa a miudo dos problemas que ti tiñas. (Entrevista 24, M)

Com as entrevistadas mais jovens os conflitos parecem deixar de estar relacionados com a participação e implicação política para ser uma preocupação com o futuro e o status profissional das mesmas. Neste caso, as famílias veem decisões da filha de envolverem-se profissionalmente e politicamente em uma organização social que, ademais, está ligada às lutas agrárias e nacionalistas, como uma opção sem perspectiva de triunfo e conquista como comentam algumas entrevistadas. Fato que se converte numa decepção familiar e numa carga emocional a ser administrada por elas.

> E... dalgunha maneira.. bueno, meu pai si claro, pa el o ideal seria que eu tivera sacado unha oposición e ter chegado a ser alguén. E estar traballando nun sindicato, pois lle parece que: "co que ti sabes, co listiña que eres, cas boas notas que sacabas... (...) (Entrevista 1, M)

> (...) o principio non foi así moi bo [risos] bueno, porque sempre esperan de ti o éxito profesional de .. gañar moitos cartos e traballar.. dada a miña formación o que esperan é preparar unhas oposicións, traballar nun banco, o que poderias aspirar mellor non. (Entrevista 10, M)

Essa premissa pessimista e conflituosa da participação e envolvimento das jovens mulheres em organizações políticas tem indicado ser uma carga a ser administrada por elas podendo ter influências sobre as primeiras formas de participação delas nas organizações, uma vez que quanto mais destacadas estiverem, maior será a possibilidade de que os pais saibam das suas atividades. Uma situação que pode ter consequências negativas na sua cotidianidade com relação à sua liberdade de movimento, de envolvimento com determinadas

pessoas e controle econômico. Assim, o fato de "ocultar" o seu envolvimento, que implica não falar sobre o assunto na família, não ocupar espaços de visibilidade para que estes saibam o menos possível, pode ser uma das estratégias das jovens para evitar as restrições às suas liberdades e os possíveis desgastes gerados pelos conflitos familiares. Uma das afiliadas fala sobre essa pressão que no seu caso afirma não existir, mas que é consciente da sua existência e dos limites que isso pode produzir.

> O meu pai era de vila, traballou na Citroën, pero a xente traballou no campo, pero si que tiña o discurso da militancia e de loitar e das loitas sindicais... entón, esa parte entenden. E non lles supón... saben que vou a xuntanzas, e que vou sin cobrar nada, e sabes, gastando o teu tempo e dos teus cartos, pero nunca me criticaron por eso e nin me presionaron por iso. O contrario, o entenden e o apoian. Entón eso o agradecín sempre. Porque te quitas desa presión e o meu compañeiro tamén. (Entrevista 6, M)

Outro importante elemento que influi sobre as formas de participação é o acesso aos meios de produção. No caso do SLG verifica-se que a maioria das participantes que ocupam cargos de representação são pessoas titulares de exploração, ou seja, não correspondem àquelas que configuram como "ajuda familiar" ou "cônjuges". Dos 14 homens e 19 mulheres entrevistadas que vivem da produção agrária,[136] tod@s são titulares de uma exploração agrícola. Desses, somente um homem nunca esteve na Direção Nacional, frente às oito mulheres que nunca cumpriram cargos de responsabilidade a nível nacional no Sindicato. Um perfil também observado nas diversas atividades promovidas por essa organização: assembleias comarcais, setoriais, congressos, formações, para citar algumas.

A titularidade da exploração agrária é uma forma de aceder aos meios de produção que supõe a responsabilidade sobre uma atividade agrária. Em geral, a pessoa titular da exploração coincide com aquela que é chefe da exploração, principalmente quanto menor for o tamanho e dimensão econômica da exploração, e ainda que o chefe da exploração possa ser um membro da família do titular ou outra pessoa assalariada. Segundo o *Instituto Nacional de Estadistica* (INE), o chefe da exploração é aquela pessoa que aporte uma maior contribuição à gestão da exploração e nos casos onde seja gerida de maneira compartida por mais de um membro, se denominará chefe aquela de maior idade. (INE, 2014)

[136] Também participam as pessoas trabalhadoras que não vivem diretamente da atividade agrária, estas são três homens e quatro mulheres, das 40 entrevistas realizadas.

Ao observar os dados, verificamos que os homens continuam a ser os proprietários das terras e chefes das explorações. Mesmo assim, a Galícia segue sendo uma das comunidades autônomas com uma maior porcentagem de titularidades femininas (53,73%), sendo que quase o 40% das titulares já passam da idade de aposentadoria (65 anos). Além disso, é uma das comunidades onde se tem verificado uma diminuição do número de mulheres titulares. Com relação à chefia das explorações, aponta-se que no estado Espanhol somente o 9% das explorações são dirigidas por mulheres. Os dados estatísticos têm revelado também que as mulheres dirigem as explorações notadamente de uma dimensão econômica inferior em comparação com a dos homens. De acordo com o censo de 2009, a média galega em hectares de terras é bastante baixa em comparação com a de outras comunidades autônomas (7,98Ha). Assim mesmo, segue a tendência Estatal onde o tamanho médio de terras nas mãos dos homens (11,58ha) é superior que a média das mulheres (8,81ha). (SOLER; FERNÁNDEZ, 2015)

Esses dados sinalam a discriminação das mulheres no acesso à propriedade, portanto, uma desigualdade entre homens e mulheres aos recursos materiais. Isso revela que o perfil da representação e participação feminina no Sindicato representa um número muito pequeno de mulheres labregas[137] a nível Estatal. Apontam também a ideia de que o acesso à terra e à titularidade facilitam a ocupação do papel de chefia da exploração, uma vez que a pessoa titular terá direitos reconhecidos e será a representante legal e potencialmente designada a desempenhar atividades fora do âmbito da Casa, em representação desta. Ou seja, que o acesso aos meios de produção pode facilitar a participação em organizações dada à responsabilidade que as pessoas titulares têm de representar a Casa, fato que se verifica entre as entrevistadas e participantes do SLG.

O papel de chefe e representante da família segue as normas do sistema sexo-gênero da divisão sexual do trabalho da Casa, sendo ocupado preferencialmente pelos homens. As mulheres podem cumprir este papel, assim como em meados do século XX, principalmente quando eles estão ausentes ou em casos nos que a representação da Casa em determinados espaços não signifique a perda do poder masculino sobre a mesma. Essa situação pode explicar, em parte, o grande número de titularidades agrárias e chefes de exploração em nome

[137] Graficos do INE 2013 que demonstram a titularidade nas maos dos homens e chefes de exploração.

das mulheres e da sua histórica participação nos conflitos agrários no caso galego, onde prevalece uma maior ausência da figura masculina no agro e o caráter secundário da agricultura para a economia familiar e social. Ademais, verifica-se a tendência de que quanto menor é a dimensão da granja mais diversificada é a produção agrícola e a origem dos ingressos econômicos, sendo mais difusa a separação entre espaço produtivo e reprodutivo, dada a interligação e interdependência dos trabalhos.

Este cenário vem se modificando com a intensificação da modernização e industrialização da agricultura, adaptando-se ao modelo neoliberal de agricultura. Neste modelo se verifica que quanto maior for o tamanho da exploração e maior a incorporação ao modelo intensivo e especializado de produção, mais clara é a separação clássica e hierárquica entre os espaços públicos-privados e as tarefas designadas a cada sexo. Ou seja, mais clara está a distinção entre espaço produtivo e o reprodutivo e mais dividida estão as tarefas por sexo: os homens no agrário, entendido cada vez mais como um trabalho duro e pertencente ao espaço público e as mulheres se restringindo ao trabalho dentro da unidade doméstica da casa-edifício, entendido como privado e reprodutivo. Refiro-me a que tarefas/trabalhos como gerir uma exploração, acompanhar partos dos animais, vender excedentes nas feiras longe de casa e representar a exploração em diferentes estamentos como no Sindicato podem ser cumpridos pelas mulheres ao serem entendidos como uma extensão do trabalho doméstico. Alguns estudos já vêm ressaltando esse caráter difuso da separação entre público e privado na vida das campesinas. (ORTEGA LÓPEZ, 2015)

A complexidade desse contexto faz com que prestemos atenção às diferenças entre homens e mulheres no acesso a esses recursos e postos de responsabilidade, principalmente, à titularidade das explorações. Entre as informantes, verifica-se que as formas pelas quais homens e mulheres acedem aos meios de produção vão interferir nas suas formas de participação dentro da organização. O acesso no caso dos homens, por exemplo, é mais homogêneo e estável ao longo da sua vida, se dando por meio de herança ou compra de terras. Ele se mantém como cabeça de família mesmo que deixe de ser titular da exploração em um determinado momento, mantendo algumas tarefas de representação da Casa, como tratar dos processos burocráticos da exploração e da representação sindical. Também se observa que eles somente deixam de ser titulares quando há uma situação de melhora na sua condição de status econômico, como pode ser trabalhar fora da agricultura.

Para as mulheres, o acesso aos meios de produção é mais difícil e podem variar ao longo da sua vida. Há uma maior diversidade de situações e caminhos para aceder e ser a titular da exploração, mesmo que isso não implique ser cabeça de família, além de não garantir que continuarão sendo proprietárias. Essa situação leva as mulheres a terem mais mudanças de posição nas relações de poder e independência durante a vida, tanto dentro como fora da família, o que faz com que a sua participação também possa variar em função de ser ou não titular da exploração.

Uma das formas de acesso das mulheres aos meios de produção encontrada é quando ela herda a exploração da sua família. Neste caso, pode se dar o fato de que o marido tenha outro trabalho fora do agrário, o que as tornam titulares da exploração, e em geral, exercem-nas como chefes da exploração. Mas, nos casos em que eles não tenham outro trabalho, não sejam titulares de outra exploração, ou ainda, que a herança da mulher seja a saída mais rentável para o novo casal, a titularidade da exploração em sua grande maioria é dos homens. Uma das possibilidades encontradas na legislação estatal para garantir os direitos das mulheres aos recursos da exploração agrária é a constituição de uma Sociedade Civil Agrária. Esta é uma figura formada por duas ou mais pessoas por meio de um contrato no qual elas põem em comum um capital com o propósito de repartir entre si os ganhos. Nela o capital está formado pelas contribuições dos sócios sejam em bens ou em dinheiro, trabalho, serviços ou atividades. Esta é feita geralmente quando as duas partes (podendo ser marido e esposa) tem recursos que aportar à exploração. Neste contrato, ambos devem dar-se de alta na seguridade social. Este passou a ser um trâmite muito comum no caso Galego antes da aparição da titularidade compartida por ser uma das formas mais simples e econômicas na tentativa de subsanar as desigualdades dentro de um matrimônio, funcionando como uma partilha dos bens. Também foi uma fórmula encontrada pelo SLG de incentivar as mulheres a fazerem parte dos registros da exploração uma vez que contribuíam com a sua mão de obra, caso não tivessem aportações econômicas de bens ou capital. A Sociedade Civil também é um recurso muito utilizado naqueles casos nos que há um retorno do casal ao rural, e estes alugam/compram ou lhes são “concedidas” terras pelos vizinhos ou familiares. Quando das Sociedades Civis, a gestão e responsabilidades são determinadas, maioritariamente, pelas relações de poder existentes/ negociadas pelo casal e as suas famílias (aqui vai depender

muito do caso e dos recursos com que jogam cada sujeito e das condições econômicas da Casa).

Outra situação é quando a exploração é herdada pelo marido, mas este não pode exercer como responsável da mesma por ter outro tipo de trabalho. Neste caso, elas se tornam as titulares da exploração, mas não das terras, o que também provoca instabilidades na sua condição, principalmente em momentos de acentuação do desemprego estrutural. Alguns relatos desses casos ilustram melhor a conjugação do uso racional dos recursos econômicos com que trabalham as famílias labregas e das relações de poder estabelecidas pelo sistema sexo-gênero. (MÉNDEZ, 1988; VARELA, 2004)

> (...) Caseime e cando tiña, daquela era unha ganaderia bonita que hoxe non é nada, hoxe é así pequeniña, pero daquela, daquela era unha ganaderia bonita e iban moi ben as cousas e viñemos para aquí. Abondonei a miña e vin para aquí. E xa construimos aquí o noso mundo. (Entrevista 14, M)
>
> (...) eu antes facía, pero o que levaba a explotación era o meu sogro. Entonces eu desde os 24 sí que estou traballando, acompañaba a el. El, ao jubilarse, cando tiña 33 anos, cedeume todo a mín. 32, 33, si. Ai, eu antes, tamén, primerio estudiaba, pero despois quería seguir estudiando, tuven unha nena, caseime e miña sogra morreu.Quedaban dous homes solos, eu, unha nena pequena, que a miña sogra era a que me cuidaba a nena. E a explotación que era pequena, que daquela era de subsistencia, que o meu home traballaba no [minas de]estaño e tal. (...) (Entrevista 16, M)
>
> (...) Témolas as terras xuntas. Porque compramos. Tamén compramos. Eu tamén tiña herdado. O terreno mais grande é meu herdado. Despois, ten el unha tamén que tiña o meu lado. Porque como somos da mesma paroquia temos moitas fincas xuntos. Entonces cadrou que nos casamos, entonces xa nos xuntaron as terras. (Entrevista 20, M)
>
> (…) el traballaba daquela na construción. Entón a idea a principio foi que.. como eu me quedaba na casa, pois eu me ocuparía da parte agrária. (Entrevista 21, M)
>
> (...) El tiña antes unha sociedade co irmao e con o pai. O pai retirouse o ano pasado e o irmao ten outro negocio e entón el é o titular nunha explotación. E eu deime de alta noutra explotación . Vamos somos os dous autónomos na renda agraria, logo, agora. (...) (Entrevista 26, M)
>
> A titularidade esta... no meu nome mais no do meu fillo. Estamos os dous. Antes estaba no dos meus pais, estaba a miña nai, despois pasou a min, e agora está a titularidade... somos os dous vamos. (...) somos unha sociedade de fillo e nai. o marido non está. (...) (Entrevista 35, M)
>
> Foi porque... me casei e na casa da miña muller tiña 6 vacas. E era no ano do 94 e do 95 [1994 e do 1995] entón había unha crise como que hai agora e non había posto de traballo.(...) despois ela empezou a traballar en correos e xa compaxinábamos un traballo co outro. Non tiñamos un traballo solo, tiñamos as vacas, tiñamos os traballos. Entonces eran ingresos que te entraban dun lado e doutro que,.. axudábate a tirar mais para adiante. (Entrevista 22, H)

> Vamos a ver, nós somos parella. Nós tiñamos unha explotación, traballabamos os dous na explotación, aínda que só eu estaba dado de alta, pero... xubilouse a nai dela, que era quen tiña a explotación dela e... (...) A raíz deso a parte, me parecía un pouco inxusto iso de eu herdar a explotación dos seus pais e... e ela non se poder incorporar, porque daquela non se podía. Agora hai a cotitularidade, pero daquela non existía. Ou se perdía o código da explotación, co cal perdías a explotación se non quedaba eu. Bueno, pois eso. Eramos xóvenes e hoxe por hoxe igual non nos metíamos naquela guerra. (Entrevista 36. H)

Penso ser necessário reafirmar que as situações descritas são apenas algumas das múltiplas encontradas. Apesar disso, conformam o que seria a base de sustentação da lógica utilizada pelo sistema sexo-gênero. Nesse sentido, o acesso aos meios de produção é um dos elementos cruciais a ter em conta ao se tratar da participação e da autonomia dos indivíduos nos mais diferentes âmbitos, mas que não tem garantido relações equitativas entre as pessoas. Essas condições objetivo-distributivas têm como um dos seus alicerces o sistema sexo-gênero que atravessa todos os aspectos da vida, estabelecendo hierarquias e desigualdades na distribuição de recursos materiais e simbólicos. O que nos remete ao paradigma distributivo e de reconhecimento de justiça entre os grupos sociais e as pessoas.

Por outro lado, os discursos também deixam claro como a instituição familiar faz-se de intermediaria no acesso aos meios de produção, influindo sobre as trajetórias de participação dos sujeitos dentro de organizações e instituições, incluídas as semelhantes ao SLG. Em consequência, influi sobre a própria ideia de cidadania. Fato que aponta sobre a naturalização da família, e da sua natureza política, tendo em conta os seus efeitos distributivos e marcadores de pertença que tem repercussões na cidadania das mulheres. Um debate que as filósofas feministas vêm ressaltando como as relações de sexo-gênero e da família estão na base das construções de cidadania e em como os debates sobre cidadania tem um subtexto de gênero. (AGRA, 2008a)

No entanto, ainda são poucos os estudos feministas que abordam essas questões no contexto das mulheres camponesas, por estes estarem ancorados na sociedade industrial, capitalista, urbana e de base europeia, onde se dá uma clara separação entre o espaço produtivo e o espaço reprodutivo; a família e o emprego/trabalho. Sendo que as experiências de vida das camponesas (galegas incluídas) conjugam de forma deficiente esses postulados, pois a estrutura social do mundo rural continua a ser predominada pela família, entendida como instituição globalizadora, unidade de produção, consumo, convivência, ajuda mútua e

socialização. A vida das labregas se desenvolve nesse espaço social onde a onipresença das estruturas familiares faz difusos os limites do reprodutivo e do produtivo. O seu funcionamento interno ainda atende a uma substancial assimetria estrutural com relação ao sexo-gênero e à idade, que se perpetua por meio da autoridade do patriarca.

5.3 A divisão sexual do trabalho e a articulação entre o público e o privado

Por tudo isso, é importante atentar a como a grande parte das informantes labregas tem a unidade da Casa como lugar onde desenvolvem atividades produtivas-reprodutivas. Em muitos casos, os ingressos que sustentam a economia familiar continuam a ser diversificados, ou seja, compaginam os ingressos do trabalho agrário com outros fora da exploração, ou ainda, com a aposentadoria das pessoas mais velhas que estão na Casa. A mão de obra encontrada continua a ser basicamente familiar, apesar de estar cada vez mais nucleada (pai; mãe e filh@s). A divisão dos trabalhos centra-se, primordialmente, no casal podendo participar o pai, a mãe e @s filh@s executando tarefas específicas sempre sobre o comando e d@s dirigentes da Casa. Quando a mão de obra é pequena e há condições econômicas, também se verifica a contratação de trabalhador@s assalariad@s especificamente para o trabalho agrário, seja de maneira regular ou temporal.

A divisão do trabalho dentro das Casas, como apontado antes, quando existe a presença de ambos os sexos no trabalho agrário, continua a ser muito marcada pelos papéis de sexo-gênero e idade. Nela, os homens se dedicam aos trabalhos agrários de maior peso em visibilidade e volume econômico como podem ser a compra-venda de animais de grande porte e o trabalho representativo-político da exploração, enquanto que as mulheres se responsabilizam pelos trabalhos agrários destinados a subsistência da família, compra e venda dos excedentes de menor valor econômico, atividades agrárias de pouca visibilidade, por exemplo, o de semeadura. A esses trabalhos se soma a responsabilidade por todos os outros relacionados com a manutenção e cuidado da vida das pessoas da Casa. Isso quer dizer que recai sobre elas trabalhos como a gestão, limpeza e organização da casa-edifício, preparação dos alimentos para todos os membros, educação, limpeza e atenção às pessoas dependentes (levar e buscar os filh@s ao colégio e as atividades extraescolares, atender as dúvidas e

necessidades cotidianas, resolver conflitos, assistir as pessoas doentes, levá-las ao centro de saúde, etc.).

Em quase todas as Casas labregas as pessoas entrevistadas declararam ter a presença de pessoas dependentes, que necessitam de uma atenção constante e uma dedicação especial. Estes estão sobre responsabilidade das mulheres, seja de crianças ou idosos. Nota-se que aquelas pessoas que não necessitam de um cuidado diferenciado, como podem ser @s jovens ou aposentad@s com boa saúde, não são entendidas como dependentes, mas verifica-se que a responsabilidade dos seus cuidados e bem-estar também recaem sobre as mulheres. As pessoas idosas podem ser homens e mulheres de ambas as famílias e com diferentes graus de parentesco (sogro, sogra, mãe, pai, tio, primo). Quando pessoas têm necessidades de atenção contínua, elas geralmente coabitam casas nas que há pelo menos uma mulher para atender às suas necessidades, mesmo que estas não tenham um vínculo sanguíneo direto.

> Haber, hai moito tempo que non vou. Hai moito que tempo que non vou a Dirección Nacional. Porque desde que o señor [parente distante] non camiña, eu teño que estar na casa. Aínda, incluso traballando aquí... (...) Pero é que agora é que ten case 90 anos e o peor é que se quedou case invalido das pernas. Estou eu. A media tarde marcho para alá para cambiarlle o pañal, o mellor chego e aínda me di, lévame o baño. Pero... se xa non aguantou, hai que cambiarle o pañal. E non é só cambiar. Hai que lavalo. Pola media maña igual. Entón cando collín a responsabilidade do señor tiven que deixar de ir… as nacionais por eso. (Entrevista 37, M)

Observam-se ainda muitos casos nos quais as mulheres idosas habitantes da Casa, quando não são completamente dependentes, cumprem o papel de cuidadoras dos menores e de algumas tarefas domésticas, permitindo que a mulher mais jovem possa trabalhar na exploração ou fóra desta, dando-lhe maior liberdade de participação e de circulação em diferentes espaços. Uma situação que ainda se assemelha à encontrada na literatura e nos relatos da infância das mulheres labregas quando se dava a situação de os homens da Casa trabalharem fora ou não poderem executar as tarefas que seriam de responsabilidade do seu sexo-gênero, determinada por este sistema. A colaboração ou reparto de tarefas da Casa, portanto, se dá entre mulheres de diferentes idades. A diferença de situações anteriores é que agora as famílias são menos numerosas e cada vez mais dependentes dos recursos externos. No entanto, o reparto de funções continua a ser hierarquizado entre as mulheres, principalmente nos casos em que as mulheres vão para a Casa da família do marido, estando esta mais suscetível ao poder das mulheres da Casa, em especial da sogra. Este discurso ilustra uma das situações que ainda hoje é comum no rural galego.

> (...) Vamos a ver. Como te explico mellor?! [risos] Por que se a explotación é miña e ven a muller de fora, de outra aldea pa miña Casa non. Entón a miña nai, por exemplo, houbo discusións... te conto un caso. Eu son o que estou na explotación a mais a miña nai. E a miña muller ven de fora. E houbo discusións de ela dicir: "bueno, se quere, miña nai debería de pagar, ante que non pague ela, porque ela ven de fora." Aínda que traballe, como ven de fora, para o carallo. O padre nuestro por todos, menos para ela que é de fóra. Entendes? Non sei se me comprendes. (...) (Entrevista 13, H)

Tais situações reforçam os argumentos discutidos por Méndez (1988) de que as mulheres tem pouco poder dentro da Casa, disputando entre elas a capacidade de influenciar quem realmente detêm o poder, o "cabeça" da família. Os conflitos entre elas são percebidos como secundários ou como "*cousas de mulleres*" como explicita a autora. Diante dessa situação, mantem-se a responsabilidade entre elas da rede de cuidados e de distribuição das tarefas domésticas, sem incluir os homens. Tudo isso permanece como "coisas de mulheres", mantendo a lógica contratualista de Hobbes, Locke e Rousseau sobre o papel da família e das mulheres. Estas últimas estão subordinadas aos homens no âmbito do privado por meio do contrato sexual, liberando-os para o exercício da ação política e econômica, como verdadeiro cidadão rousseauniano. (AGRA, 1997; COBO BEDÍA, 1995; PATEMAN, 1995)

Ainda que se verifiquem pequenos indícios de mudanças dentro da unidade familiar seja com respeito aos poderes entre mulheres ou mesmo o reconhecimento da existência do trabalho doméstico e dos cuidados que recaem sobre as mulheres, há uma continuidade com respeito ao sistema sexo-gênero. Verificam-se mudanças na estrutura familiar labrega relacionadas com a nuclearização das famílias, a desvalorização do papel das pessoas idosas nas sociedades ocidentais, uma maior participação das mulheres nos âmbitos produtivos e públicos, o aumento da escolarização das mulheres mais jovens e o contínuo incentivo das mais jovens a ausentarem-se do trabalho agrário, buscando outras alternativas laborais. Assim, as mulheres mais velhas estão cada vez mais marginalizadas do processo de tomada de decisões da Casa tanto pela desvalorização do seu papel social, quanto pela maior dependência dos entes da unidade familiar. As suas aposentadorias são, em geral, muito baixas e, ainda que necessárias para a manutenção da Casa, são destinadas ao pagamento dos gastos próprios com medicação e algo mais. A sua mão de obra, quando não são pessoas completamente dependentes, vai permitir àquelas que têm o maior poder dentro da Casa terem mais autonomia econômica e mobilidade espacial, substituindo-as nas tarefas domésticas como o cuidado das crianças, a elaboração da comida e limpeza da casa. Assim, libera aquela

que tem mais poder para o exercício de trabalhos que lhe permitam ter ingressos e/ou desenvolver outras funções, para além da administração da casa-edifício. Isso implica poder ausentar-se por mais tempo da casa, ter tempo para desenvolver e participar de outras atividades. No entanto, muitas dessas mulheres reconhecem que sem a presença dessa outra mulher para compartir as tarefas e as reponsabilidades, a sua vida estaria muito mais limitada e precária. Uma das entrevistadas ressalta algumas das dificuldades que tem para compaginar as diferentes responsabilidades entre o trabalho agrário, a venda dos produtos, a participação política e o cuidado d@s filhos, marido e da casa-edifício – situação compartilhada por muitas outras. Ela destaca no seu discurso o tempo como um recurso escasso na sua vida, que sem a colaboração da sua mãe diversas atividades que consegue desenvolver atualmente, seriam impossíveis. Da mesma forma que em outras casas seria impossível sem a presença das filhas, noras ou sogras para o reparto das tarefas. Muitas destacam a importância de poder contar com alguém para compartir ou substituí-las em determinados momentos ou atividades.

> (...)Entón, claro, con un fillo pequeno, agora porque non vai ao cole aínda. Ou sea a gardería terías que levalo a Betanzos e despois recollelo. A min cústame moitísimo traballo, sabes. Os outros aínda foron a gardería porque aínda vivíamos alá, non sabes. E íbamos compaxinando, pero... pero aquí é imposible. Desde aquí levalo, pois imaxínate, todas as mañás e todos os medio día recoller, serian mais duas horas de traballo, mais os gastos. Para o ano xa empeza no... o pequeniño fai tres anos. E claro, iso si porque iso, a maior ten nove anos e si que veñen contigo no verán e tal non pasa nada. Pero o pequeniño se ven contigo, cando te das conta, o que ti plantabas el xa... o destruía todo [risos]. E tamén con ese tempo non vas a levar contigo alí. Entón queda ca miña nai. Entón a miña nai é a que fai a comida ao medio dia, ou tal e si que é unha axuda importante, porque se non, non podería facer nin a metade do que fago. [risos] (Entrevista 32, M)

Outra questão importante destacada é a significativa redução, quando não completa ausência, de políticas públicas e de serviços básicos como postos de saúde, colégios, creches, casas de acolhida, centros de dia e transportes públicos nas comunidades rurais que são fundamentais para conseguir desenvolver as diversas atividades produtivas que necessitam para tornar viável a sua vida de forma autônoma e a sobrevivência da sua família. Dessa forma, as reponsabilidades de sanar essas necessidades básicas da vida são transferidas do Estado para as famílias, logo às mulheres. Assim elas veem os seus tempos e as suas habilidades dirigidas e limitadas a saciar as necessidades das demais pessoas da unidade familiar, ou mesmo da sua comunidade. Os seus desejos são dissolvidos, invisibilizados e secundarizados frente ao bem-estar familiar e comunitário, pois este é entendido como uma responsabilidade feminina e uma extensão do trabalho doméstico.

Entre os homens entrevistados, somente um revelou distribuir o seu tempo levando em conta o cuidado das crianças. Outros ainda admitem as dificuldades que têm para realizar atividades como a de lavar a roupa ou os pratos, reconhecendo que este é um trabalho que recai sobre as mulheres, resultado de um aprendizado.

> (...) eu teño tres partes do meu tempo, unha é o traballo, bueno, o mais grande é a família. A familia porque teño dous cativos e eso me come o 40% do tempo. Outro 35 – 40% me come o traballo e agora están as viñas. Entón aí teño moi pouca capacidade de maniobra, non, co meu tempo. (Entrevista 38, H)

> Pero as mulleres, as mulleres daquela, sin lavadora, ter que ir lavar o rio, ter que lavar os nenos e coidar para que non caesen para o rio, facer a comida e cando estaba acabado o sagrado nas fincas, collian a cesta da comida na cabeza e levarse a comida a parcela aos homes para que comeran. Despois chegaba a noite, pois aínda tiñan que atender, pois aquelas vacas e despois cocer a roupa, ata as tantas cocendo a roupa. Porque claro, a roupa tiña que durar moito tempo, non é como agora. Agora non se coce case nada. Agora, pois rompe e vai outra. (...) polo menos para a hora de lavar a roupa xa hai a lavadora e tal. Pero, .. é verdade que os que fomos educados dunha maneira, pois nos costa mais axudarnos as cousas do fogar. Eu por ejemplo, eu a roupa nunca... nunca a lavei. Home teño .. pois antes tiña que lavar os pratos a man, teño lavado, tampouco... pero poucas veces. O mellor é a inércia ou dinámica de... de que fai a muller. Pero bueno, o que pasa e que claro, pois na nosa época non nota tanto. Pero a xuventude de agora se que o reivindica moito mais. [risos] Eu teño unha filla que... [risos] pero bueno. Mais vale que sexa así. (Entrevista 19, H)

No tema dos cuidados d@s filh@s, as mulheres também têm observado mudanças no comportamento dos homens em termos geracionais. Elas afirmam contar com a ajuda ou colaboração deles em momentos determinados, ainda que continuem a serem elas as responsáveis máximas desse tipo de trabalho. Além de identificar pequenas mudanças no comportamento masculino, elas valorizam quando eles incentivam a que elas realizem as suas atividades e os seus desejos ou para que ocupem espaços que estão masculinizados, ou ainda, quando eles, pelo menos, não as impedem de tomar as suas decisões sobre parte da sua vida.

> (...) E eu penso que as mulleres do Sindicato Labrego que sempre participaron moito. O que pasa é que claro, se participaba a muller non podía participar o home. Porque houbo veces de ir moitas veces a moitos sitios, porque claro, o meu home quedaba co traballo. Entendes?! (Entrevista 37, M)

Outras destacam a maternidade como um impedimento para a participação das mulheres, uma vez que não tem com quem deixar as crianças ou porque a maternidade é entendida como um momento de retirada da vida pública ou ainda pela falta de estruturas que lhes facilitem a participação dentro dessa condição de mulheres grávidas, em período de aleitamento, com crianças ou pessoas dependentes. Pela carga de responsabilidade que elas têm com respeito aos trabalhos que derivam dos cuidados, estes representam uma grande

dificuldade tanto na continuidade da sua atividade agrária como profissão, como na sua participação no SLG. Para uma boa parte delas, os cuidados em si não são o problema. Este reside mais bem nas formas desiguais como esse trabalho está dividido, nas péssimas condições em que o fazem, na impossibilidade de o fazer de maneira compatível com outros trabalhos e atividades a que elas também desejam executar e participar, e pela exclusão e marginalização delas dos espaços políticos-públicos quando adquirirem a responsabilidade do cuidado de maneira mais evidente. Este ocorre com a maternidade e com o cuidado das pessoas idosas dependentes, mas também se tem observado a retirada das avós para o cuidado d@s net@s.

Com respeito a isso, algumas informantes declaram que dentro do SLG há um "trato diferente" com aquelas que dentro dessas condições querem continuar a ocupar espaços de representação e a participar ao mesmo tempo em que querem continuar a se dedicar ao cuidado das crianças, como revela o do discurso abaixo.

> (…) Os fóruns aquí [SLG] se pode falar. E, por exemplo, eu aquí asumín a vice responsabilidade e acababa de ser nai. Nunca me obrigaron a asistir, sabían que eu estaba alí, que agora mismo eu non podía participar, pero que eu estaba alí. Entón.. e se me tiñan en conta. Te chaman e cando poidas, participas. Pero te teñen en conta. En outros espazos me terían sustituído. Entón en moitas organizacións se non teñen mulleres, poñen a muller na muller e o resto ocupan todo homes. Entón, esos ritmos eu creo que son moi importantes, e que te facilitan esos espazos. (Entrevista 6, M)

Esse "trato diferencial" para as entrevistadas representa abrir mecanismos diferentes dos habitualmente concebidos para o debate e a participação política, permitindo que elas possam participar, ainda que de maneira diferente. Valoram o fato de que se busquem formas para que elas sejam escutadas e que suas posturas sejam tidas em conta, dando condições para que elas possam compatibilizar os dois trabalhos. Uma postura que, segundo as entrevistadas, diferencia o SLG de outras organizações políticas. Alguns desses mecanismos apontados foram: a realização de reuniões em casa e não no local do Sindicato, adaptação aos horários da cuidadora, consultas por telefone ou *skype* sobre os assuntos, assembleias com a possibilidade de levar as crianças e o reconhecimento desse momento de ausência temporal e da sua necessidade. Tudo isso contribui e estimula para que essas mulheres continuem ou retornem à atividade política sindical quando o queiram fazer. Ainda assim, para muitas delas participar tem se tornado uma situação muito complicada dado o acúmulo de responsabilidades na unidade familiar e a maior precariedade na que as famílias se encontram.

> Porque mira. Claro, porque o outro día, por exemplo, foi un dia de semana. Eu non podo marchar un dia de semana para alá. Porque claro, eu agora estou atada. Teño o neto, non sou libre. O que ten moito traballo non pode andar así. Eu quixera, pero non podo. Eso tes que ter xente para que che faga as cousas, para que ti poidas marchar. Aínda que quixera, porque me gusta saber as cousas do sector. Pero eu non podo. Non teño tempo. Teño o neto, cando a miña miña filla vai traballar eu quedo co neto, teño que atender a esto e o traigo sempre para aquí e teño que andar sempre a 100. Entón eu teño a casa, teño a comida, e non podo estar sempre nas asembleas e nada deso, porque non teño tempo. (Entrevista 20, M)

Nessa mesma linha, as imposições da participação paritária em alguns espaços fazem notar as dificuldades que as mulheres têm em dar continuidade a sua participação dada a condição de responsáveis pelo cuidado. Uma situação que se transforma num problema também para a participação dos homens ou da representação da organização por não se adequarem aos requisitos impostos pela paridade para efetivar a sua participação. Dessa forma, alguns homens também identificam as limitações das mulheres para participar em igualdade de condições com os homens.

> (...) Pero, por exemplo, cando das mocidades fumos ao da Escola de Acción Campesina (...) non daban encontrado rapazas para poder ir a Escola. E eso… é porque non haxa? Non. É porque teñen moito mais problemas a hora de facer ese tipo de cousas, que un home. Non? (...) Maria… ela tivo un neno e tivo que deixar pola mitad. (...) Nádia, pois tamén. Quedou embarazada este ano e xa non pode ir. E.. e como outras que teñen coidar dos seus pais, non sei. Eu creo que tamén esta bastante implantado… que determinadas cousas que sexan as mulleres que as fagan, non. E eso o final, acaba repercutindo na participación. (Entrevista 12, H)

Ainda que sejam as avós quem habitualmente tem-se ocupado dos cuidados das crianças, substituindo as mães, esta é uma das tarefas que vem sendo admitida como de responsabilidade também dos homens-pais, o que ainda não acontece com o cuidado das pessoas idosas. Como discute Federici (2013), o cuidado das pessoas idosas e doentes não tem valor reconhecido e está estigmatizada como uma atividade que absorve valor e que não gera qualquer benefício, sendo entendida sempre como uma carga, cuja responsabilidade recai sobre uma mulher, independentemente da relação de parentesco ou emocional entre a cuidadora e @ cuidad@. Ademais, as cuidadoras familiares não têm qualquer preparação para a realização desse tipo de trabalho, arcando com as consequências da sobrecarga de trabalho, da falta de instruções, sofrendo todos os riscos para com a própria saúde. A falta de descanso, as contaminações, o estresse e a ansiedade são problemas recorrentes entre as cuidadoras de todas as idades. Situações que as levam também a enfermarem, somando o agravante de que estas não têm por quem serem cuidadas.

Em suma, a aquisição de novas responsabilidades ligadas ao cuidado tem repercutido na participação das mulheres dentro do Sindicato, mesmo com a abertura desses mecanismos, e em outros espaços políticos, de forma que rompe a continuidade da sua participação. Baixa-se a sua intensidade, se tornam menos visíveis, deixam de ocupar cargos e de aceder a determinadas formações e atividades. Essas repercussões são vistas pelas informantes como uma carga e uma problemática das mulheres, que as impedem de desenvolver determinadas habilidades, dedicar-se ao trabalho na exploração que lhe poderia dar maior independência econômica e tempo livre para poder participar de atividades políticas ou de ócio. Claro está que na sociedade em que vivemos a participação política é entendida como uma atividade a mais a ser desenvolvida num tempo e espaço determinado, caracterizado como público e de forma que não afete significativamente o trabalho "produtivo" e muito menos as obrigações cotidianas entendidas como privadas, transformadas em atributo natural aos corpos femininos. Essas obrigações, que na literatura sobre o rural galego são identificadas como secundárias dentro da prioridade de trabalhos a serem desenvolvidos dentro da Casa parece ganhar peso nos discursos das entrevistadas. O que aponta para dois processos que vão combinados: por um lado são efeitos de uma acentuação da separação entre público e privado promovida pela ideia da modernidade no âmbito do rural que, por sua vez, aprofunda a divisão sexual do trabalho. Por outro, reflete a visibilização do valor e do trabalho (aqueles típicos do âmbito do privado, doméstico e dos cuidados) que são realizados pelas mulheres, que também são percebidos como mecanismos que impedem as mulheres de participar em igualdade de condições com os homens, dos espaços políticos-públicos. Isso se percebe quando as entrevistadas denunciam o aprofundamento da sua situação com a acentuação na ausência e nos recentes abruptos cortes nos serviços públicos básicos, especialmente naqueles relacionados com a saúde, educação e transporte. Estes são constantemente identificados como um grande problema para conseguir viver no meio rural galego, com efeitos diferenciados para elas.

A falta desses serviços aumenta as distâncias, o tempo e os gastos para realizar atividades cotidianas como ir ao colégio, visitar uma amiga ou participar de uma reunião, restringindo cada vez mais e, em especial, as mulheres à Casa, ao trabalho doméstico e dos cuidados. Portanto, aumentam-se as dificuldades das labregas em desenvolver as suas atividades habituais, logo, de participar da vida público-política, de ocupar espaços de

representação, de ter visibilidade social e política e de desenvolver outras habilidades pessoais. Isso porque, o seu tempo se vê absorvido pelas obrigações da Casa, derivado do aumento do trabalho relativo aos cuidados, da manutenção da vida de todas as pessoas da unidade familiar e do aumento do esforço para fazer rentável a sua exploração agrária. Assim, o seu tempo "livre", que poderia ser destinado às atividades de caráter público-políticas se vê reduzido.

> Non é o mesmo cando nos quitan un transporte o que repercute na vida da muller que o que repercute na vida dun home. As mulleres somos as que nos encargamos dos pequenos e as que nos encargamos dos vellos. … [pausa] Inflúe o doble. (Entrevista 18, M)

Ademais, essa ausência faz a vida no rural mais cara e difícil, pois cada vez mais as pessoas se vêm com a necessidade de dedicar mais tempo para conseguir aceder aos serviços. Isso porque devem se deslocar mais vezes aos centros urbanos ou mesmo às capitais de província. A falta de meios de transportes públicos impõe um custo a mais de tempo e de dinheiro, além de impor a dependência do carro privado como único meio de transporte para aceder a todo tipo de serviços. As dificuldades geradas por essa ausência levam a impossibilidade de fazer efetiva a decisão de viver no/do meio rural. Sendo o fato de decidir fazer a sua vida nesse entorno, uma ação de resistência em si mesma. Tudo isso também gera consequências relacionadas com a manutenção do mundo rural vivo, pois provoca o seu despovoamento, um maior isolamento das pessoas que ali vivem e maior dificuldade para auto-organização.

> A verdade é que gústame. E a única maneira de traballar no rural é que te guste. Se non, non. Porque sobre todo hai problemas co respecto aos servicios. Porque ti aguantas no rural, porque si. Porque aquí o rural, pois gústache a natureza, o mellor gústache traballar cos animais e é moi bonito. Pero no momento en que tes fillo... como no noso caso que temos dous fillos, os servicios que temos no rural non é o mismo. (...) Logo hai xente que vive na montaña, en zonas mais alonxadas e é moi complicado. Porque os fillos tamén. Porque se ao meu fillo eu non lle podo ofrecer os mesmo servicios que na cidade, pois vou para a cidade. (Entrevista, 36, M)

> (...) pois incluso que no dia de maña tu decidas vivir nunha zona rural ou non, algo tan... bueno, que debería ser unha elección tan, tan libre como debería iso...pero claro, igual, dependendo da idade que teñas, dependendo das túas perspectivas, dependendo de tal, pois, decide si ou non. E... porque igual, o servizos que tes, un tema que nos pasa moi a menudo é o tema do... do.. transporte. (Entrevista 2, M)

Assim, uma grande parte dos discursos das pessoas informantes preveem soluções desde a demanda por serviços públicos vindos do Estado, entendidos como direitos básicos

que liberariam as mulheres desses trabalhos ou, pelo menos, diminuiria o tempo dedicado a eles. Uma situação que lhes possibilitaria (homens e mulheres) mais e melhores condições para viver no meio rural. Por outro lado, são poucas as referências encontradas nos discursos que põem em relevo soluções que reavaliem a divisão sexual do trabalho dentro da família e da sociedade. Logo, a divisão sexual estabelecida é interpretada como sendo uma carga das mulheres e que deve ser solucionada por elas e entre elas. Porém, as labregas, em especial aquelas que participam da *Secretaria das Mulleres,* têm levantado essa questão como um problema da sociedade.

> Porque… no tema das persoas maiores ou no dos fillos que .. tes que cargar ti casi que con todo. Solen dicir que a educación é igual, pero que… Se vemos que non temos porque ter. Polo menos antes tiñas o cargo, pero porque pensabas que xa era teu ese cargo. Da maneira que nos educaron, da maneira que no educaban, pensábamos que esa era a nosa obrigación. Agora xa sabemos que non. Que non é a nosa obrigación. Que os homes e as mulleres poden ter o mesmo traballo tranquilamente. É así. (Entrevista 14, M)

Nesse percurso, a decisão de viver no e do rural se faz difícil e custosa. Não é a toa que na Galícia as mulheres jovens do rural sejam as que menos têm permanecido ou dado continuidade a Casa labrega. Isso tem indicado mudanças no perfil migratório galego como sendo homem, jovem e com estudos básicos; para ser as mulheres jovens as primeiras a se desvincularem do meio rural e geralmente as que mais tem sido incentivada a estudar. De acordo com os estudos, há mais de três décadas as mulheres galegas tinham mais dificuldade para sair do rural para o urbano, porque manter a Casa era o seu papel dentro do sistema sexo-gênero. Eram elas que faziam o trabalho da Casa e cuidavam dos pais quando estes se viam dependentes. Os homens eram os que buscavam o trabalho remunerado fora. A vida no rural, especialmente para as mulheres, no passado assim como hoje, representa uma vida dura, sem reconhecimento e sem poder de decisão sobre si mesmas. Uma das afiliadas conta o caso da sua Casa que é comum entre as mulheres entrevistadas acima dos 50 anos de idade:

> Somos 3 mulleres e un home. Pero o home saleu mais privilexiado ca nós. É o mais novo e saleu en outra xeneración. Eu son gemela con outra, entón saleu dúas xuntas e a outra é a maior e nos leva catro anos. Entonces, nos fomos as que mais traballamos. Porque daquela o meu avo xa tiña artroses e xa non podía coller o arado das vacas e nós eramos as que .. as crianzas xa andaban o lado das vacas, he. Todas feitas, as tres, he. Porque a miña nai sola non podía. Porque o pai nunca, o meu pai nunca se dedicou a terra. Non. Ele foi taxista de toda a vida. (...)E despois tiñamos unha molinera elétrica, daquela. E moíase moitísimo, moitísimo. Todo o dia a moer millo. E facía a miña nai. E despois, cando xa éramos grandes e facíamos nós, a maior nunca soubo andar na molinera. Esa cando puido xa escapou da

> Casa.[trabalhar na cidade] Xa non quixo saber mais nada. Pero a gemela mais eu, si. Fomos as que tivemos que estar na molinera. Si.. (Entrevista 20, M)

Os mais jovens têm sinalizado mudanças com relação ao perfil do êxodo rural galego:

> (...) eu creo que é unha das cousas que si que chama atención, por exemplo, as mulleres con estudios son as primeiras a marchar, a abandonar o rural. E iso non é fortuíto, non. Iso desobedece a unhas relacións de … o cal acaba tendo repercusión nas explotacións, non. (...) Si son as primeiras a marchar. E os homes menos. Bueno, non vexo eu, hai datos se pos en *Google*.
> R- E iso o ves no teu entorno e no do Sindicato? Iso de que hai menos mulleres mozas nas granxas a día de hoxe?
> Si. Sobre todo nunha zona como a da Limia, porque é todo moi intensivo, é moi difícil ver unha muller nova que queira.. sabes.. que estea nesa… (Entrevista 12, H)

> Pero se cadra a miña irmán aínda lle incentivaban mais: "jo de que tal… móntate algo, prepárate," sabes. Se cadra mais eso. Se cadra porque o pai ve a filla un pelín mais débil ou… se cadra por ser muller incentivaron mais ca min [a sair do rural]. A min me insistira menos que non me quedara [risos] Non sei, pero… A miña nai pasou unha vida moi dura, como muller, e se cadra teñen unha filla, pois que se quede un fillo. Porque se cadra son mais bravos, mais tal. Non sabes. Se cadra simplemente polo feito da dureza que pasou a miña nai.. Pasou moi duro. Joder, ter unha filla que se quede aquí? San Antonio! (...) (Entrevista 30, H)

No entanto, é preciso atentar sobre as causas e consequências dessas mudanças. Um fenômeno que segue tendências como as que ocorrem no Brasil, refletidas tanto em zonas que se assemelham a estrutura agrária da Galícia como pode ser o Sul, como no Nordeste, onde predominam os grandes latifúndios (ABRAMOVAY; SILVESTRO, 1998; BRUMER; GRAZIELA CASTRO PANDOLFO, 2008; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; DALCIN; TROIAN, 2009; SALES, 2003). De acordo com algumas investigações realizadas no território brasileiro, o fenômeno da migração seletiva da juventude rural[138] (êxodo rural) das últimas décadas tem suas causas explicadas pela:

[138] Juventude é um construto social e uma categoria de análise das ciências sociais que tenta defini-la como base em principalmente, etários, combinados ou não, com critérios socioculturais e econômicos. Esta também tem sido reduzida e uniformizada como um grupo social homogêneo, coeso tanto no seu sentido amplo do conceito como quando se refere a um determinado grupo de experiências aparentemente comuns, como pode ser a juventude rural. Nesse sentido, quero incidir sobre a criação simbólica-social e o caráter relacional dos grupos sociais. Estes ao conformam um grupo homogêneo, linear, ainda que compartam modos de vida. (ABRAMOVAY; SILVESTRO, 1998; SALES, 2003) São poucas as referências relativa as problemáticas e necessidades das juventudes do campo galego. O SLG iniciou recentemente o processo de construção de um espaço próprio para a juventude com a intenção de discutir e evidenciar as problemáticas enfrentadas elas. Realizaram-se diversos encontros e jornadas de debates por toda a Galícia nas quais tiveram destaque as dificuldades no relevo geracional das explorações agrarias, a falta de apoio e de redes sociais no rural galego. O perfil que prevaleceu entre as pessoas participantes eram aquelas pessoas que pretendiam dar continuidade a exploração familiar ou inserir-se na atividade agraria como profissão. A idade, um dos critérios básicos de caracterização da juventude, entre as participantes inicia-se nos 25anos indo até os passados 40 anos. Para as mulheres, uma etapa biológica na que a maternidade está muito presente. Efeito que se observou no Encontro da Juventude Labrega em 2016 com a presença de crianças e com menor número de mulheres do que homens, também influenciado pela tendência da masculinização do relevo geracional nas explorações agrarias.

> falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens de forma independente da tutela dos pais; pela forma como ocorre a divisão do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. (BRUMER, 2004, p. 210)

Tais causas nos dão indícios de como esse fenômeno pode ser explicado também no caso Galego, ainda que este deva ser estudo em maior profundidade indo além das questões demográficas (CARREIRA PÉREZ; CARRAL VILARIÑO, 2014; FERRÁS, 2011; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2013). Isso porque esses fenômenos não se explicam simplesmente com base em dados quantitativos, mesmo sendo fundamentais para a sua visualização. Mas faz-se igualmente importante entender melhor a problemática desse fenômeno que tem que ver com o sistema sexo-gênero, com o processo de modernização da agricultura, com a construção da imagem sobre a Galícia[139] e sobre o rural galego e como tudo isso é gestionado na cotidianeidade da vida das pessoas. Assim, é um tema que deve procurar examinar as condições que favorecem a sua permanência, seus desejos e necessidades, assim como os modos de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer, serviços, atividades agrícolas e não agrícolas para a juventude para ambos os sexos e suas consequências.

Com respeito a isso, os sujeitos dessa investigação têm indicado nos seus discursos que o espaço urbano tem significado um lugar de "melhor vida" e de oportunidades para as jovens em contraposição ao meio rural, que continua a significar atraso e trabalho "duro". Isso tem justificado, como observado na citação acima, o "incentivo" das famílias a vislumbrarem a migração do rural para o urbano para as mulheres jovens preferencialmente aos homens, mesmo reconhecendo a situação de precariedade das zonas urbanas. Mas devemos atentar ao que está imerso no significado de "vida melhor" ou "sair da Casa", "sair do rural" para as mulheres. O modelo de êxito de mulher hegemônico na nossa sociedade e que alimenta o imaginário coletivo refere-se ao modelo de feminilidade tradicional, adaptado à modernização, mas mantendo os dualismos da modernidade. Este gira ao redor da mulher

[139] Refiro-me especialmente a ideia de Galícia sentimental, feminizada e inferiorizada. Também está relacionada com o estigma de atraso do rural galego, passividade e conservadorismo do campesinado.

"dona de casa", mãe e esposa, com direitos e educação básica para o êxito completo da família nuclear. Um modelo propagado com intensidade com o fim da II Guerra Mundial e pelo regime franquista no Estado Espanhol. Um modelo que foi refutado já na década de 1960 com críticas que ficaram famosas com as publicações dos livros de Betty Friedan *A Mística da Feminilidade (1962)* e *Política sexual* de Kate Millett (1969)[140]. Ambas, ainda que a partir de perspectivas diferentes, argumentam sobre como esse modelo perverso é imposto às mulheres, desde diferentes formas e que reforçam as desigualdades e hierarquias entre as dicotomias que adquirem caráter complementar entre: público e privado; feminino e masculino; razão e emoção (MILLETT, 1970; PERONA, 2005; VALCÁRCEL, 2008). Um modelo de feminino tradicional que não existe no espaço do meio rural, pois o trabalho das mulheres desse entorno não se restringe ao da casa-edifício como acontece no urbano. O seu trabalho, ainda que tenha sentido de doméstico e do âmbito do privado é mais amplo do que no caso urbano. Ademais, associado a essa lógica binária e hierárquica, o modelo de rural moderno, mecanizado se assemelha e toma como referência o trabalho "produtivo" urbano das fábricas. Assim, com a modernização, o trabalho agrário torna-se um trabalho produtivo, logo, masculinizado. Por essa analogia, as mulheres do rural perdem espaço e função uma vez que o seu trabalho deixa de ser do âmbito do privado para estar no público, portanto, seguindo a normatização do sistema sexo-gênero, este deve ser ocupado pelos homens.

Essa ideia se reforça quando observamos o caráter de "duro" e "leve" do trabalho agrário e do doméstico. Uma valoração relativa e culturalmente determinada que têm justificado a saída das mulheres da atividade agrária e a sua reclusão à do doméstico, da casa e dos cuidados. Sendo que em ambos os espaços e trabalhos há atividades de graus de esforço elevados. Basta atentar que o processo de mecanização da agricultura tem diminuído o nível de esforço físico do trabalho agrário, no entanto eram as mulheres que antes tinham grande responsabilidade sobre esse trabalho, e que atualmente (?) têm diminuído a sua presença. O trabalho doméstico entendido como leve e de ajuda também tem diferentes graus de esforço ao que se soma a sua continuidade e constância no tempo, como o de carregar os filhos ou pessoas idosas para o seu cuidado, amassar o pão, lavar a roupa, fazer a comida, carregar os produtos para vender na feira, semear, colher, etc.

[140] Títulos originais: *The Feminine Mystique* e *Sexual Politics*.

Quero reiterar, que essa perda de função e espaço não significa que as mulheres do meio rural tenham mais poder que as do urbano como alguns tentam sustentar. Ao contrário, atento para o questionamento da separação entre público e privado, entre doméstico e político que acabam por acentuar as hierarquias entre homens e mulheres, tanto no urbano como no rural, e destaco a permanência dessas desigualdades sob os novos e velhos rótulos que trazem as opressões sobre as mulheres.

Por tudo isso, as mudanças têm relação com as políticas sociais, que por sua vez estão articuladas com as políticas modernizadoras da agricultura e da economia e com a continuidade dos modelos hegemônicos de homem e mulher. Juntas, elas têm promovido uma série de mudanças estruturais que tem inviabilizado a vida campesina galega. O modelo agrário impulsionado é aquele especializado e com grandes extensões de terras, levando ao desaparecimento das pequenas explorações que em sua maioria estão nas mãos das mulheres. De 1999 a 2006, o Estado Espanhol registrou uma diminuição de 49% das explorações agrícolas. Número que se concentra naquelas que tinham menos de 5ha. Sendo que o 58,8% das explorações em propriedade de mulheres tem uma superfície menor que 5ha. O que significa que a maior parte das explorações fechadas eram lideradas por mulheres. Extensões pequenas que se tornaram difíceis de obter um nível de renda suficiente para cobrir todos os gastos e imposições da administração, além de terem poucos incentivos econômicos frente às grandes explorações. Sobre duras condições, essas explorações se tornam inviáveis, o que precariza ainda mais a situação das mulheres do meio rural. Sem contar que a maior parte delas se localiza em zonas desfavorecidas e de montanha. E de forma não contraditória, se verifica um aumento nesse mesmo período de mais de 110% na superfície agrícola útil galega. Sendo sinônimo de uma diminuição do número de explorações agrárias com uma superfície maior, e na maioria dos casos, de produção intensiva (SOLER; FERNÁNDEZ, 2015).

Nessa equação, as mulheres vêm sendo um dos coletivos mais afetados pelas políticas modernizadoras da agricultura ainda atuantes, que as têm expropriado dos meios de produção, dirigindo-as a ocupar o papel doméstico e/ou a migrar para as cidades como únicas alternativas para as suas vidas. As que decidem levar adiante uma exploração agrária percebem como a sua condição econômica tem-se precarizado, devendo dedicar muito mais tempo a burocracias e a ampliação da exploração agrária para fazê-la viável e conseguir subsistir dentro dos parâmetros capitalistas e governamentais, que por meio do sistema sexo-

gênero as exclui. Em alguns casos, tentam compatibilizar o trabalho labrego com outros trabalhos fora da sua fazenda, ou ver-se cada vez mais dependente da figura masculina para a manutenção da Casa ou da família. Tudo isso diminui as condições para a sua participação em espaços como o Sindicato e de outras atividades, além de diminuir as suas expectativas de realização pessoal e profissional, como declara uma informante sobre a sua situação.

> Estou contenta. Gústame moito. O traballo é o que mais me gusta. Eu non quería traballar en ningunha outra cousa. Pero eu xa te digo que é difícil a largo prazo. Eu penso que é moi difícil que unha explotación coma a miña consiga mantela, porque non gaño para pagar a gasolina e para pagar a seguridade social, e non sei. Así estamos. Unha explotación coma a miña [34 vacas de leite] quedan moi poucas, moi poucas expectativas. (Entrevista 36, M)

Nesse contexto, em que impera a utilização máxima dos recursos existentes que leva ao cumprimento do sistema sexo-gênero a toda regra, a participação das labregas se faz mais notória quando estas têm algum poder de decisão sobre os bens da família e o trabalho agrário está sob a sua responsabilidade dentro da unidade familiar. Estas podem se dar tanto a nível econômico como administrativo. Isso lhes dá mais condições para exercerem a responsabilidade da mesma para fora da Casa, podendo envolver-se em organizações mais amplas, como pode ser o SLG, e a participar de atividades que envolvam a sua profissão e a defesa da mesma. Quero dizer, quando as mulheres são as representantes da Casa em espaços externos. Apesar disso, o poder imperante na Casa pode continuar a ser da figura masculina, e isso se revela especialmente nas situações em que a representação da Casa e da propriedade dos bens familiares continuam a ser dos homens. O que, por outro lado, não significa que elas sejam sujeitos passivos e alheios às questões sócio-políticas. Simplesmente cumprem papéis de menor poder e visibilidade política. O que faz com que a representação da Casa, não necessariamente seja uma transgressão do sistema sexo-gênero, senão uma necessidade concreta das famílias labregas ou uma divisão sexual do trabalho que permite às mulheres ocuparem determinados postos que são entendidos como próprios dos homens, mas que não lhes propicia igualdade nas relações de poder. Um sintoma de tal contexto é o menor número de mulheres jovens que querem dar continuidade à Casa e a falta de incentivos por parte das outras mulheres e da família para que elas cumpram esse papel. Sendo assim, é importante estar atenta que o ato de participar em espaços entendidos como públicos não necessariamente é uma transgressão às normas estabelecidas, na medida em que tem a intensão de deslocar o poder da figura masculina ou mesmo romper com ela, possibilitando uma maior autonomia e

capacidade de decisão para as mulheres e construindo relações com um maior nível de equidade entre ambos os sexos.

Essa ideia também se reforça quando em momentos de crise do capital, como a que vivemos agora, a atividade campesina se intensifica com o retorno dos homens à Casa, tendendo a situação de subordinação das mulheres a se acentuar (SHANIN In.: MARQUES, 2008). O desemprego estrutural promove a volta dos maridos e dos filhos à atividade agrária da Casa, antes sob responsabilidade das mulheres, como uma das suas saídas econômicas. Um retorno que os homens levam em si, o acesso ao direto à propriedade/titularidade, legitimada pelo poder social que este tem como principal agente provedor de recursos econômicos da Casa-Família e seu representante nato. Situação que pode provocar um retrocesso na situação econômica e social das mulheres como, por exemplo, que elas deixem de ser as titulares e proprietárias dos seus meios de produção e que se dê de baixa na seguridade social ao dar preferência ao homem da Casa, perdendo a gerência e os direitos que ela exercia e a diminuição da sua participação em espaços públicos-políticos, como pode ser o Sindicato. Essa é uma das preocupações atuais da *Secretaria das Mulleres* do SLG, que denuncia esse exercício não só no retorno dos maridos, mas também dos filhos homens, que pelo seu sexo tem exercido preferência sobre elas no acesso a recursos e direitos.

Nesse sentido, a participação das mulheres se faz mais frequente quanto mais difusa for a separação entre os espaços público e privado na sua vida e quanto menor seja a presença masculina na Casa. Sendo a participação em si, uma oportunidade para estar em contato com diversos âmbitos da vida e a desenvolver diferentes capacidades. Por isso, a participação em organizações dos movimentos sociais podem ser e dar ferramentas para as mulheres transgredirem o sistema sexo-gênero na sua cotidianeidade na busca de uma maior autonomia. Uma delas pode ser a reflexão sobre a sua a realidade e a criação de estratégias para enfrentar os problemas e tomar decisões tendo em conta seus desejos e necessidades. Ainda assim, esta deve estar acompanhada de condições objetivas e oportunidades para o fazerem, ao que destaco o acesso aos meios de produção que aumentam a capacidade de negociação das mulheres no ceio familiar e na sociedade, possibilitam uma maior incidência em espaços públicos-políticos, pois lhe dão legitimidade para exercê-lo ao estarem legislados no Estado de Direitos, dando abertura à reivindicação de direitos em outras esferas.

O tema da participação é uma das preocupações generalizadas dentro do Sindicato, dada a sua diminuição nos últimos anos. A participação das mulheres dentro do SLG é vista como muito ativa e presente em todos os estamentos, mas algumas pessoas informantes afirmam que nem sempre foi assim. O rural é percebido como um mundo de homens, mesmo com a grande presença das mulheres em todos os setores produtivos na Galícia seja como trabalhadoras não reconhecidas, seja como titulares das terras e explorações agrárias. Afirmam que houve um aumento da participação das mulheres no Sindicato ao longo dos anos, resultado de um processo levado a cabo dentro da organização para que isso fosse alcançado, mas que também vem sofrendo com a crise sistêmica. Vejamos dois discursos recorrentes:

> Non. Hun….. non. A mudanza única que …. que percibo é que hai unha baixa participación por parte da afiliación. En xeral. Non che podería dicir, non che podería asegurar que é só en mulleres, porque agora mismo que facemos o encontro de mulleres noso, volve a ser as mesmas e non temos o maior problema. Aí non hai problema e eso, a nivel organización…. Pois eso, que tamén son unha peza mais da sociedade. E que realmente hai esa visión na sociedade que, e que de algún xeitos nós somos tamén parte dese desanimo. Quero dicir, nós tamén (...) e que de ser 10, 15 persoas a ser 5, sabes. (...) e claro, con ganas de facer cousas, pero é que a realidade do dia a dia.... (...) Volvemos as orixes, que agora que estamos en crise, pois … por poder ser, sabemos pois.. as mulleres volven mais ao entorno doméstico e eles, pois mais ao… Non sei. É que me da a impresión. (Entrevista 34, M)

> Moitos, cambios moitos. O principal e fundamental foi a Secretaria das Mulleres. A participación paritaria nos órganos de dirección. Antes non era así. Eu recordo de entrar no Sindicato e non tiña en ningunha en cargos de dirección, co cal estabamos todos homes. E... o papel que tomaron elas en situación de tomar as rendas, digamos, nalgún sectores ou incluso, nas propias secretárias xerais, como foi Lidia Senra, Carmen Freire e agora Isabel Vilalba. Sempre houbo unha muller a dar o paso e aí están. Iso o principio, pois claro, non é que non fora inimaxinado, pero as reunións eran de case todo homes. E niso si que cambou moitísimo, moitísimo. Tomaron. Elas tamén deron un paso adiante. Sabes. Eu creo que tampouco era un tema de que... de que, non que non as deixaran, vale, de dar o paso. E Lidia se atreveu a dar o paso e ademais cando ela se atrevera a dar o paso foi por.. unanimidade, vamos. Despois veu Carmen sin ningún trauma tampouco. Se cambiou de secretaria xeral e non houbo ningún trauma. Despois veu Isabel Vilalba. Si que é certo que houbo.. como en todos os procesos... (...) Dependen moito das zonas, pero por exemplo aquí en Compostela as mulleres fixeron moitísima vidilla no tema ese da horta. Están facendo o tema ese dos mercados e da venda directa. En Teo, están facendo o mercado, onde as mulleres do SLG apostaron por eso e están facendo un traballo importante e eso.. no ano do 97 ou 98 [1997 ou 1998] iso era impensable. Porque tampouco iban os homes. Si que é certo que no leite ocupaba o 90% dos recursos do Sindicato. E agora pois o leite como vai en menos e suxiran outros sectores como foi o tema da horta, da apicultura que está xurdindo agora tamén con venda directa. E nesas cousas si que as mulleres tomaron esas iniciativas e están facendo cousas interesantes. (Entrevista 33, H)

Esses discursos ilustram a ampla preocupação com a diminuição da participação da afiliação e de diferenças com respeito à participação das mulheres na organização, que não necessariamente são antagônicas, dessa, vários discursos se apresentam. Algumas informantes incidem que a questão da diminuição da participação das mulheres é proporcional a dos homens diante do desânimo generalizado ao que está passando a sociedade que, em consequência, afeta a participação no Sindicato. Nesse discurso, a diminuição das mulheres nos espaços participativos supõe um retorno à ocupação dos espaços da Casa e do doméstico, entendido como um retrocesso. Outras entendem que houve um aumento da participação das mulheres no SLG ao longo dos anos, principalmente na ocupação de cargos de responsabilidade, ainda que elas sempre tenham sido muito participativas no geral. Somam-se ainda, aquelas ideias que diferenciam a participação das mulheres em função dos setores de produção existentes no Sindicato. Os setores em que elas participam, ressaltam, são os que tem dado sustento a organização, apresentando propostas diferentes, mas que nem sempre são as mais visíveis e nem ocupam uma grande parte dos recursos e preocupações do Sindicato.

Essas ideias podem se confluir e se distanciar, influenciadas pelas experiências das comarcas, no âmbito nacional e nos setores de atuação d@s sujeitos informantes. Atualmente, verifica-se uma maior desigualdade nos níveis de participação das mulheres no âmbito comarcal do que no nacional, ou seja, há mais diferenças de homens e mulheres na representatividade na base do movimento do que na sua direção. Na base também vai estar influenciada pelo setor produtivo, se estes são mais masculinizados ou feminizados, e da sua influência nas comarcas. Uma ideia que parece ser contraditória à problemática levantada pelo movimento feminista do “teto de vidro”, na qual as mulheres têm maior dificuldade para ocupar os cargos de maior poder dentro das organizações devido aos mecanismos de seleção que dificultam e impedem o alcance das mulheres a postos de poder, responsabilidade e êxito profissional na mesma medida que os homens. No entanto, esse efeito não indica contradições, simplesmente está mais relacionado com outros processos da divisão sexual do trabalho. Este estabelece os mesmos mecanismos de divisão e hierarquia seguindo as dualidades do sistema sexo-gênero para os trabalhos dentro da atividade agrária.

Sobre isso é importante destacar dois aspectos: o primeiro, e que venho argumentando em varias pontos do trabalho, é referente ao processo de profissionalização da agricultura que, como parte do processo de modernização, segue as normativas do sistema sexo-gênero:

homens para a agricultura (trabalho produtivo); mulheres para a casa (trabalho reprodutivo). Assim, quanto mais encaixado na categoria de profissionalidade e trabalho produtivo estiver a atividade agrária, maior será a participação masculina. Por sua vez, isso influencia a quem exerce o papel de representante da Casa no espaço público, como pode ser o próprio Sindicato. Sobre essa lógica verifica-se também a ausência da ideia de mulheres labregas como profissionais, e sim como "ajuda familiar". Nos estudos sobre as profissões e sobre as relações de poder no âmbito profissional, as mulheres campesinas não existem. Com otimismo, elas são enquadradas dentro da categoria de "donas de casa", na que, pelo menos, entram na contabilidade para visibilizar o trabalho realizado na casa-edifício e de cuidados aos que elas também se fazem cargo. Mas deixa de fora o seu trabalho agrário, ao que se dedicam diariamente, dentro desse âmbito "produtivo". Logo, também não se analisam as relações sexo-gênero dentro desse campo. O segundo aspecto do processo de profissionalização da agricultura está relacionado com a sua especialização que a separa por setores produtivos. Esta também carrega consigo as dicotomias e estereótipos comuns do sistema sexo-gênero. As relações entre os pares opositores são hierárquicas e relegam as mulheres a posição inferior. Elas ocupam as profissões e trabalhos que estão na base da pirâmide da escala hierárquica e organizacional das profissões e trabalhos. Assim, da mesma forma como acontece com as profissões como de educador/a e enfermeira nas que, por carregarem consigo elementos que se caracterizam com o cuidado e serem concebidas como uma extensão das atividades próprias/ naturais das mulheres, e de menor valor econômico retributivo, tem levado a que estas profissões sejam exercidas em maior número por mulheres. Outras, como no caso das tecnologias e engenharias, estão carregadas de valores e características entendidas como masculinas, logo com melhor compensação econômica e, em números, estão ocupadas maioritariamente por homens. Um processo que as investigações relacionadas com as inclinações de gênero nas profissões põem ênfase nas causas de socialização dos papeis de gênero (GARCÍA MARÍN; GÓMES VÁZQUEZ, 2012).

Na atividade agrária, os setores identificados como extensões das atividades desenvolvidas pelas mulheres, como pode ser a Horta. Eles estão também na base da pirâmide hierárquica e organizacional das profissões e dos trabalhos, portanto, também são aqueles menos visíveis e com menor valor retribuído. São atividades desenvolvidas em sua maioria por mulheres. Frente a eles está o ganadeiro, visto como masculino ainda que as mulheres

também exerçam essa profissão, mas que dentro da divisão sexual desse setor, elas se ocupam dos trabalhos da base da pirâmide. Assim, nos encontramos com diferenças na valorização econômica e de status social nos setores da atividade agrícola, que tem maior predominância em determinadas zonas que outras. Logo, estabelecem diferenças na participação entre homens e mulheres entre setores e comarcas, uma vez que estão relacionados com os modelos de gênero duais que se reproduzem nas atividades agrárias e divisão do trabalho dentro das Casas. Tudo isso se vê refletido na participação e organização na base dos setores e comarcas do Sindicato.

Assim aponta este informante sobre a participação das mulheres:

> Digamos que a participación é desigual en algúns sectores e en outros é maioritaria tamén. E igual en horta ou en... digamos que en fincas mais pequenas a participación da muller é mais grande proporcionalmente, por exemplo, pois a fincas mais grandes, sobre todo as de leite, donde as titulares son tantas, pero hai mais... a participación é distinta dos organismos. É dicir, hai unha executiva paritaria, pero hai momentos nos que, pois incluso a muller pode ter mais calidade, a nivel global, mais feminina que a parte masculina. Pero outra cousa é, son as asembleas en que a xente ven voluntariamente onde pode haber unha participación maior ou menor. (Entrevista 23, H)

A respeito da organização sindical e da representatividade, as pessoas informantes não identificam hierarquias entre homens e mulheres e nem entre setores, e ainda evidenciam uma grande importância à *Secretaria das Mulleres* em todos os âmbitos do Sindicato. Ainda assim, assumem que o setor lácteo sempre teve uma presença muito forte, dado que é um dos setores econômicos mais importantes de Galícia e a maior parte da afiliação pertence a ele. Este setor se concentra nas províncias da Coruña e Lugo, tendo tanto homens como mulheres titulares de explorações ganadeiras. Tal situação se vê refletida na realidade sindical, como apontou o informante acima. Isso faz com que as suas problemáticas estejam mais no dia a dia da organização, uma vez que continuamente são lembradas e postas na ordem do dia para serem analisadas. O que também faz com que se perceba um ataque mais direto à ess@s pequen@s e medi@s produtor@s do que outr@s dados os impactos numéricos que tem na economia. Esse setor também está identificado com um dos mais industrializados/modernizados e onde a dinâmica sindical é muito masculinizada, organizada em estruturas mais verticais e com modelos discursivos e assemblearios que não sofreram grandes mudanças ao longo do tempo. Em sua maioria as assembleias se mantêm no período noturno, são de longa duração na que predominam os grandes discursos. A sua afluência é maioritariamente de homens. Ainda

assim, verifica-se mulheres líderes nesse setor dentro do SLG, uma delas é a própria secretaria geral, Isabel Vilalba, da zona da Mariña de Lugo. Outra é Dorita Simil, da zona de Muxia, que vem tentando converter a sua produção para ecológico. Também tem ganhado destaque a Concha Blanco de Friol, que tem apostado pela transformação do leite para a comercialização direta. Essas duas últimas têm uma liderança e atuação mais a nível local, sendo que a nível nacional as caras mais visíveis são as masculinas. Um dos informantes descreve o a participação no setor assim:

> Mais ben, mais homes. Pero non sei... home é que o mellor somos mais homes afiliados, tamén pode ser. Digo eu, non sei como está agora mesmo a afiliación. Pero penso que somos mais homes, he. (...) hai moitos gandeiros coma a min, que tal, que está sólo o home traballando na granxa e a muller fai outras cousas. (...) porque somos mais homes traballando en esto. Está claro. (...) (Entrevista 25, H)

Com uma dinâmica pouco efusiva funciona a batata. Este setor se concentra na zona da Limia, na província de Ourense. É o mais intensivo de todos, chegando a ser um dos maiores a nível Europeu, com um grande uso de herbicidas que tem contaminado uma boa parte do lençol freático da região. Também é a zona de menor densidade de povoamento com inúmeras aldeias completamente abandonadas. Talvez esses sejam os motivos da pouca afiliação ao SLG desse setor. O status de pertença a esse setor na sociedade é bem menor do que o do leite e a participação de homens e mulheres é percebida como equitativa em termos numéricos e de incidência nas assembleias. Nesse setor, as referências do SLG são duas mulheres, Luisa e Manola Cerredelo, esta última a atual responsável do setor dentro do Sindicato, e ambas com participação reduzida, tendo como uma das causas a atenção a pessoas dependentes.

O vinhedo é outro setor completamente masculinizado quanto à participação. Esse se distribui na zona de Ourense e Rias Baixas. Diferente dos anteriores, este não é entendido como intensivo pelo fato do tamanho das terras cultivadas serem pequenas e pelo fato dos afiliados ao SLG, em sua maioria, serem produtores "não profissionalizados". O que significa que a sua principal fonte de renda não se baseia na produção e comercialização de uva e/ou vinho, sendo compaginada com outras fontes de ingressos. Esse fato é identificado como uma das razões pelas quais há pouca mobilização nesse setor, apesar dos grandes problemas referentes ao preço e à falta de pagamento das adegas que chegam a ultrapassar os 24 meses. Neste, a participação das mulheres na tomada de decisões é ínfima, algumas das razões são atribuídas à divisão sexual tradicional vitícola, que restringe a atividade feminina ao período

da vindima, o aumento do uso de agrotóxico ao que as mulheres têm sentido muitos efeitos sobre a sua saúde e a própria dinâmica organizativa do setor. A tudo isso se soma a ideia de oposição e/ou separação entre mulheres e álcool, que as limitam de participar de espaços noturnos ou de degustação de vinhos. Assim falam do setor vitícola essas informantes:

> (...) As explotacións dos viños normalmente os homes.. bueno, hai algunha muller que é titular. Pero moi pouco, moi pouquiña. A ver o tema do viño tamén é... o sector como esta aquí en Galicia, por exemplo, en moitísimas denominacións de orixe é unha actividade secundaria. A ver se me explico: no ribeiro por exemplo, moita xente titular de viñedos ou ben traballan en Vigo en Citroën ou calquera outra actividades, ou son funcionarios, o que sea. Pero digamos, agricultores profesionais que vivan do sector do viño hai moi pouco. Moi pouco. (Entrevista 33, H, p.5)

> E eu digo, mira, realmente as titulacións das explotacións, a titular sempre é a muller, porque o das explotacións traballan nunha empresa fora. Entón, non queren poñer mais ingresos nunha renda .. se non os despluman despois. Pero quen realmente vai a vir a facer as xestións no Sindicato é o home. É quen se afiliou foi o home, polo tema ese, de que [nome propio] falaba, pois eso, facendo o traballo sindical no bar e quen estaba no bar as 10 da noite? Estaba o home. A muller estaba cos nenos, meténdonos na cama, preparando a cena ou facendo as cousas para o dia seguinte. (Entrevista 21, M)

Neste setor é curioso como os próprios participantes tem dificuldade de identificar quem detém a propriedade das terras e a responsabilidade das explorações, mas coincidem quanto a não participação delas na tomada de decisões do setor nos espaços do Sindicato, ainda que afirmem que elas fazem uma grande parte do trabalho das vinícolas. Outro ponto importante destacado pelos informantes é que o fato desta ser uma atividade secundária, é que possibilita a que as mulheres possam ter em seu nome a exploração, uma vez que eles têm outro trabalho que os impedem ou os dificultam de tê-la em seu nome. No entanto, isso não impede que eles continuem a responder por todos os trâmites da exploração e de serem os representantes da mesma para a sociedade em geral.

O setor da carne, por outro lado, é visto como mais equitativo quanto à participação de homens e mulheres. As zonas de Lugo e Ourense concentram esse tipo de produção em que há uma maior diversidade quanto ao tipo e tamanho das explorações. Também descrevem como um tipo de produção na que o trabalho é “menos escravo” do que o do leite. De fato, algumas informantes afirmam que uma boa parte das mulheres que herdaram exploração de leite se converteram para o da carne com o propósito de diminuir o seu próprio volume de trabalho, como explica a primeira cita abaixo. A segunda nos traz uma comparação entre os setores:

> (...) vamos a ver… no sector de carne… foi… el tiña de leite e a el ofrecéronlle ir traballar ao aluminio, entón o de leite para min soa era moito. E o de carne é máis fácil, están todo o ano fora. Non é que sexa máis masculinizado, non. É… vamos a ver… dache menos traballo porque están fora… claro… tardas en vender o xato 10 meses… non é como o leite que… agora non que agora págase mal… vamos a ver cando o leite máis ou menos podías ir vivindo, cobrabas todos os meses. E o de carne cóbralo…[pausa]… claro… cando vendes o xato. (Entrevista 24, M)

> (...) e.. no tema de granxas de leite, si que iban solo os homes a falar e tal. E…. o de carne iba tanto home como muller e si que o de horta tanto fai ir home como muller. Está bastante mais repartido. Pero o de leite si que.. iban mais homes., e asi un pouco. (Entrevista, 32, M)

Logo o setor da *Horta, Fruta e Flor* é visto como muito feminizado, no entanto, a participação nas assembleias em termos numéricos é equitativa entre os sexos, e uma das justificativas explica este informante:

> Si.. e nas asociacións de horta, a maioría son mulleres. Si, esta feminizado. [risos] (...) nas explotacións… o mellor non tanto. Pero no de horta si, mais que o do gando, he, por eso. Porque o de horta é un traballo como mais complementario. O do gando xa son explotacións que, o mellor, xa están mais os dous. Son explotacións un pouquiño mais... Pois no de horta a maioria se combina, é complementaria. Para min como sector é malo, he, que non haxa esa profisionalización, así. Si, no noso, no de horta, e. Eu xa non falo dentro do Sindicato. Para min me parece ben que as mulleres estean, se lles gusta. (Entrevista 27, H)

A dinâmica organizativa também é diferente em comparação com os demais. Este é um setor que vêm crescendo e tem incidido em outros modelos de produção e distribuição da produção. Tem fomentado a produção agroecológica, com uma grande preocupação com a conservação das sementes crioulas para a soberania dos povos labregos. É um dos setores que mais tem incidido e criado mercados de venda direta e atendimento aos grupos de consumo, ao que o setor da carne tem se somado. Nos últimos anos tem se convertido em um dos mais ativos dentro da organização, com uma maior presença nas províncias da Coruña e de Pontevedra, compartido com outros setores como é o do leite na Coruña, e o vinho em Pontevedra.

A criação do setor da horta como tal é recente em comparação com os outros, dado que a sua produção tem caráter secundário dentro da economia familiar, tendo historicamente o objetivo de subsistência da família tendo esse trabalho um caráter de doméstico, logo, feito basicamente por mulheres, incluindo o intercâmbio comercial dos excedentes feito nos mercados locais, nas praças e feiras. Uma comercialização fundamental para a economia labrega, mas também para a soberania dos povos. As consequências da Revolução Verde levam a chamada de “pequena agricultura” ou agricultura camponesa, nas que as grandes

protagonistas são mulheres, a perder espaço na comercialização dos seus produtos, frente às grandes indústrias agrárias. Estas últimas produzem prioritariamente ocupando grandes áreas de monocultura, com grande utilização de herbicidas e intensificando a utilização de sementes transgênicas e patenteadas. Além disso, como vem denunciando os movimentos camponeses, a agroindústria tem avançado no monopólio da produção, distribuição e consumo de alimentos. A administração pública tem colaborado com esse modelo na medida em impõe normas que apenas beneficiam a agroindústria, gerando drásticas consequências tanto ambientais, como sociais e políticas, que afetam a soberania dos povos em todo o planeta, incluída a do povo galego. Algumas informantes comentam a situação:

> E.. do sector da horta está totalmente feminilizado. É un sector maioritariamente de mulleres, porque era un sector invisible, que ninguén lle facía caso e era ir a praza vender. Eran catro verdureiras que ían alí, sabes. Xente maior que total, non tiñan ningún valor. Vas a praza de Santiago e ves que son...as mulleres que están fora, sabes, chove, vente, o que faga falta que elas está agachadas no chan, sabes, e son a resistencia que queda do rural compostelano. A xente que están dentro dos postos non producen elas. Esas mulleres, esas é que son... elas son as produtoras. E son mulleres que normalmente, pois, ou están xubiladas ou están a punto de xubilarse. Están maiores e cando desaparezan elas, desaparece, ese mercado desaparece. O que dá sentido ao mercado son estas mulleres. Elas son as produtoras da comarca, o resto non. O resto compran. Son intermediarios. E... sabes, sabes.. que son maltratadas, maltratadas e eso depreciadas, non. E entón pois iso, un sector moi feminilizado, porque está moi invisibilizado, moi pouco valorado. Pero si que eu creo que está aumentando moito. Aumentando no sentido de que está, bueno, é un sector no que non se... non ten que se facer unha grande inversión, entón si que se está tendo unha grande incorporación de xente moza, xa con outra perspectiva. (Entrevista 1, M)

> Eu sempre o mercado, pero as prazas de abastos, eu penso que iso tiña que se loitar moito polas prazas de abastos. Para o agricultor vender o seu traballo, vender o seu produto. Pero todo tipo de produto. Un agricultor non pon solo cebolas. Ou pon tomates ou verduras. Tamén ten fruta, tamén ten flor, o que sea. Porque non pode vender as súas cousas? Nin, porque o de horta so pode vender o de horta. Pois o agricultor ten de todo. Na súa eira sempre tivo de todo. Antiguamente levávase de todo para vender nas prazas de abastos. Agora todo son problemas. Queren case quitar as prazas de abastos, os mercados de abastos. E eu penso que eso non debía de ser. Se é a venda directa do agricultor ao cliente. E luchar un pouco mais por eso. non sei ata que punto eso… porque claro, ao entrar nesa Comunidade Económica Europea nos ditan as cousas. Entón se está acabando ca tradición daqui. Co tradicional, co costrumbre de cada agricultor vender o seu. E cos mercados de abastos está pasando eso. entre os outros mercados e con tantas normas, tantas normativas che veñen … que todo son pegas e os agricultores se aburren. (Entrevista 20, M)

Com a organização de labreg@s ao redor desse tipo de produção e adquirindo um maior volume de transações monetárias, sendo uma das fontes importantes de ingresso para a Casa e conquistando êxito nas experiências desenvolvidas e nas formas organizativas, este passa a ser entendido como um setor produtivo, ganhando status profissional. Nesse processo de

transformação do trabalho doméstico em profissão é que percebemos uma maior presença dos homens na produção de alimentos típicos da horta, de frutas e da flor. Daí que a participação neste setor seja numericamente equilibrada quanto ao sexo, ainda que seja muito feminilizado. Ademais, vale ressaltar que os homens participantes não passam dos 60 anos de idade, portanto, considerados como uma nova geração de labregos.

Analisando os setores produtivos percebe-se uma forte diferença de participação por sexo-gênero que acompanha os papeis tradicionais assignados a cada um juntamente com a hierarquia de status e o valor econômico que tem cada tipo de produção no mercado. As mulheres se mantêm naqueles que estão relacionados com o doméstico, perdendo espaço e protagonismo na medida que o setor se profissionaliza, se intensifica, amplia a sua produção em extensão e passa a ser economicamente importante no mercado capitalista.

Os setores mais feminizados, no sentido de que as mulheres são mais mais evidente, enquanto sujeitos, são aqueles onde ainda prevalece uma relação direta com a subsistência familiar e ainda não estão completamente inseridos e dependentes do sistema capitalista, como é o caso da horta. Diferente de outros, este é de difícil controle por parte das autoridades dado a sua ampla e diversa utilização. Os setores mais masculinizados, seguindo a ideia da maior visibilidade, como é o caso do leite, tem grande importância econômica e política galega. A sua produção é cada vez mais controlada e normatizada deixando a pequena produção cada vez mais subjugada aos intermediários e à grande indústria para a sua comercialização.

Dentro do Sindicato, o processo de separação por setores produtivos é recente, porque é também nova a própria adaptação e/ou resistência do campesinato a esse modelo. Portanto, uma necessidade ao mesmo tempo que uma estratégia de defesa do seu modo de vida labrego. A realidade econômica e política desses setores se reflete na estrutura sindical e na própria organização dos setores dentro do Sindicato. A participação numérica é um elemento a ter em conta, assim como a própria dinâmica e os discursos mais defendidos dentro de cada um deles. O exemplo claro é o debate sobre as próprias formas de produção, que dentro do setor da horta, como exemplo mais claro, parece ser mais e melhor aceita a agroecologia. O que no setor do leite se observa ser um dos debates complicados. As formas de produção mais ecológicas são debates muito mais resistentes a se dar de forma séria e como alternativas, que

outros que estão continuamente na mesa como as ajudas da PAC e as negociações com a grande indústria. Ademais, dentro desse setor é onde se encontram as maiores contradições entre as formas de produção e de pensar o desenvolvimento rural entre a afiliação e os discursos defendidos pelo Sindicato. Ainda assim, vale lembrar que quando trato desses setores, falo a partir da realidade da afiliação do SLG que, em sua grande maioria e independentemente do setor, são campesin@s, labreg@s, com produção de pequeno e médio porte, sendo uma minoria as que têm grandes produções[141].

Todo esse processo de profissionalização, especialização e setorização também faz parte das adaptações do campesinato às mudanças imperativas do sistema capitalista, determinadas pelas grandes políticas agrárias. Estas fomentam somente o modelo agroindustrial e vem estabelecendo cada vez mais critérios para o acesso às políticas públicas e aos direitos sociais que somente são válidas para aquelas pessoas que conseguem cumprir determinados critérios, que são valoradas a partir do modelo capitalista. Quer dizer, quem não tem uma empresa, não tem ingressos, bens, conta em banco, inscrição na seguridade social, para citar algumas básicas, tem maiores dificuldades para aceder a uma grande parte das políticas de investimento. Também tem cabida a necessidade de escolher a qual setor produtivo se destinará o projeto a ser financiado, no que também tem importância o volume de recursos destinado a cada setor, já que uns tem mais recursos que outros. Tudo isso tem delimitado e orientando quem, o que, quando, onde e como se produz e se comercializa. Portanto, aquelas pessoas que não cumprem os critérios estabelecidos, não se encaixando em determinadas categorias, estão excluídas de uma grande parte das políticas públicas e de direitos sociais. Dessa forma, quem consegue uma grande parte dos recursos públicos e dos direitos de produção e comercialização são aqueles que participam de grupos sociais que têm melhores capacidades e oportunidades de se desenvolverem nesse contexto. Em geral, homens que manejam mais capital financeiro, que produz determinados produtos e de determinadas formas e condições. Logo, são os que conseguem garantir preços mais baixos com capacidade de competição com outros num mercado cada vez mais globalizado e deslocalizado, obtendo ingressos para investimentos e para dar continuidade ao seu negócio. A tudo isso, adquire

[141] Refiro-me a "grandes" dentro do que são as maiores ou mais extensas produções dentro da realidade galega na atualidade, não sendo comparáveis com o significado de "grande" em territórios como Brasil ou Estados Unidos.

status social, aumentando a sua capacidade de influência sobre as relações políticas e de negociação com diferentes sujeitos sociais.

Logo, tais políticas incidem e determinam, não só, sobre o modelo de produção, mas também sobre aspectos como a cidadania e a identidade social. Isso porque quem se encaixa no perfil de demandante é classificado em nomes/categorias como de produtores, agricultores ou empresários. Estes levam consigo uma série de vantagens práticas como o acesso a direitos básicos (alta na seguridade social, aposentadoria, etc.) assim como status e uma imagem relacionada com o progresso, conquista e empreendedorismo, que são reconhecidos como sujeitos de direitos, que se opõem completamente à imagem difundida de labreg@, referente de atraso e pobreza, e muito menos com as imagens de mulher, mulher do meio rural ou labrega.

Nesse sentido, tem importância a ênfase que o movimento camponês dá à identidade campesina e ao que o SLG dá na defesa da identidade labrega como referência de formas de vida alternativas às defendidas e difundidas pelo capitalismo e vistas como únicas e melhores. Nessa defesa também está a busca pelo reconhecimento dos direitos desses sujeitos como cidadãos e cidadãs. Uma situação na qual muitas pessoas informantes desta investigação destacam quando faziam a sua própria apresentação.

5.4 Sujeitos políticos: a identidade importa

As pessoas informantes desse trabalho iniciam a sua apresentação, ou identificação, basicamente por quatro elementos: pelo seu nome e sobrenome; origem geográfica (nome do lugar/povoado/aldeia/paróquia onde nasceram e do de onde vivem); atividade econômica e relação com o Sindicato, a sua história de participação e o cargo que ocupa.

As duas primeiras, nome e origem geográfica, são informações que reforçam a ideia da existência de unidades de convivência básica da sociedade galega campesina: A Casa-família, a aldeia ou o lugar aparecem com um nome identificador e de referência para o campesinato galego, onde estão implícitas as condições sociais e políticas desse grupo. Elas seguem a sua

apresentação incluindo informações sobre a sua atividade econômica ou profissional. Dessa, é recorrente a identidade de "labreg@" ou "agricultoras especializadas" (ganadeiras, viticultoras, batateiras, etc). E por último, descrevem a sua relação com o Sindicato, o cargo que ocupa ou a sua história dentro da organização. Elementos que fazem parte das discussões político-teóricas, ainda atual, sobre fim do campesinato. (MARQUES, 2008)

Uma parte das pessoas entrevistadas se apresentam como sendo pequen@s e medi@s produtor@s agrícolas, pertencentes a um setor específico ao que destinam à comercialização no mercado capitalista. Este discurso é encontrado mesmo nos casos em que há uma clara defesa de um modo de vida entendido como o ser labreg@ e uma prática cotidiana de ser.

> (...) e estou no mundo da horta. No mundo labrego, pero bueno, no sub sector, no sector da horta. (...) (Entrevista 27, H)

> (...) teño unha explotación de vacas de leite e traballamos vendendo leite. (...) Aquí leite. Aquí soamente leite. Despois poñemos cousas para a casa. Traballamos na terra, por suposto. Patacas, poñemos verduras, poñemos agora, nesa época, pimientos, zanahoria, legumbres, pa casa abastecemos e despois para vender, leite. (...) (Entrevista 14, M)

Essas apresentações induzem a pensar que tais discursos estão influênciados pelas políticas agrárias que vem sendo implementadas desde a Revolução Verde que tem demarcado cada vez mais o que é e como deve ser um profissional que vive do trabalho do meio rural, especialmente da agricultura. A política agrária da UE, um dos eixos fundamentais desse bloco econômico, vem determinando os critérios que estabelecem ser ou não um "agricultor", logo os seus direitos enquanto trabalhador/ empresário, sujeito de direitos. Um exemplo claro é PAC, a principal política agrária que regula e financia as atividades agropecuárias dos países componentes da UE. Esta tem dificultado a permanência das atividades labregas e da sua identidade, com toda a sua reivindicação, uma vez que fomentam a ideia de grande produtor especializado. E para ser mais efetiva, destina a maior parte dos seus recursos àquel@s produtor@s que conseguem destinar o resultado do seu trabalho à grande indústria ou aos intermediários. Est@s produtor@s se inserem no banco de dados das administrações como autônomos, empresários que são as categorias ofertadas das que as pessoas podem acudir para aceder a essas políticas. A essa delimitação de acesso, encaixar-se dentro dessas categorias de denominação facilita e impulsa a comercialização e publicização dos seus produtos dando-lhes o status de legalidade e qualidade. Com isso, os sujeitos

também adquirem um status social diferente do ser "labreg@" e a "possibilidade" de continuar a trabalhar "na terra".

Associado a essas políticas, como vimos em capítulos anteriores, o modo de vida labrego caracterizado na Galícia pelo seu policultivo silvo-pastoril, baseado na mão de obra familiar, foi ao longo do tempo sendo marginalizado e menosprezado. Atualmente as pessoas que dão continuidade as Casas continuam a serem vistas como incultas, pobres, passivas e com pouca capacidade atuação. O viver do meio rural é percebido como falta de oportunidades melhores. Fatores que interferem na toma de decisões sobre seguir ou não adiante com a Casa, pois é o reflexo do fracasso pessoal e profissional, algo tão temido nas novas gerações e indesejado pelos pais que tanto lutaram para os filhos pudessem ter uma vida melhor que as suas. Diante desse contexto, ser labreg@ não é uma opção. A estratégia, portanto, pode passar por transforma-se em agricultor@s, empreendedor@s ou mesmo empresari@s da agricultura e na mudança das suas formas de vida.

> (...) a xente foi abandonando. Os vellos, olle, na miña xeración, os nosos pais e os nosos amigos era: "estudiai é.. facer unha oposición ou marchar para fora." Non se via futuro. Entonces claro, era moi complicado, vas con esa mentalidade. Di, bo! Eso da viña é un atraso e seguimos igual. Agora mesmo seguimos igual. Porque? Porque despois tamén é moi difícil conseguir unidade de superficie para traballar que sexan suficientemente rentábeis. A administración tampouco che da facilidades, logo a nivel comercial esta todo moi copado.. o sea.. claro, é que está complicadísimo. Como vas a dicir a un rapaz de 20, 25 anos que se adique a ter viña. Como vas a conseguir ese rapaz 1 ou 2 hectáreas? Primeiro necesitas cartos para conseguila. Se non os tes non podes conseguir. Segundo a esas idades se non te formaches neso porque che gustou, porque primeiro os teus te din que non te formes neso. Xa eso é un atraso. Eso do campo é unha miseria. É unha miseria, toda a vida traballando para unha miseria. (Entrevista 38, H)

Na literatura, esse processo de adaptação ou mudança nas formas de vida são temas de discussão sobre o futuro do campesinato como grupo social, mas também estão presentes no dia a dia das pessoas entrevistadas. A entrada na CEE é um marco das mudanças mais recentes das que viveram em primeira pessoa muitas das pessoas informantes. Destaco alguns dos discursos entre tantos que insistiam em fazer a denúncia.

> (…) porque o vivín aquí na miña familia a miña avoa vendía leite e está claro que o acordo ese de cando entramos na Comunidade Económica Europea foi cando debeu de entrar ese modelo e cando entramos a miña avoa deixou de vender leite, porque xa non lle compensaba. Entón o meu pai lle dixo: "deixa eso e venda directamente, entón vendíamos a xente de Redondela que eso a ela o mercaban, pero xa non vivía deso. A miña abuela a súa renda o final foi.. o meu avó morreu e tivo a súa pensión de viuvedade, non. Pero si que vivín ese cambio, eso o percibín moito. E recordo que iba os mercados coas mulleres maiores que comparto, que somos os únicos que

> estamos aí, e ela sempre mo din: que antes vendiamos moito, antes viviamos deso. E que agora cos supermercados...” Sempre mo di eso. (...) (Entrevista, 6, M)

> Non. Non. Eran outros tempos. Xa con vivir do teu traballo xa era suficiente. Aínda non entrara a Política Agraria Comunitaria, non había esa subvencións, antes se defendía prezos. Era unha política de defensa de prezos basicamente. Non se chegou a cuestionar o modelo de produción. Porque o modelo de produción nos seus 20 ou 30… Bueno, foi cando… cambiou a... Empezou a ser subvencionado, tanto a compra de maquinaria como a compra de animais, como... Empezaran a chegar todas esas súper industrias a recoller millóns e millóns de toneladas de leite. Entonces tiñas que ser mais grande para poder vender mais e ser mais competitivo. Logo entraron no mercado as cotas do leite, que houbo así unha cousa louca para compra da cota do leite. (Entrevista 10, M)

> (…) Cando eu vin pa aquí. Fai 30 ou 32 anos,[1986] non o sei, pero esto, eramos 4 ganadeiros grandes, porque tiñamos daquela 16 vacas e tiñamos un tanque de leite de 500L e poñiamos os 4 ganadeiros grandes, que nos chamabamos, nese tanque de 500L. (...) Entonces, dende aí xa non deixaron, só son ganadeiros profesionales como quen di, porque ten aquelas vacas, moitas. Poucos, pero con moitas vacas. E antes en todas as casas, en todas, en todas habia vacas. E vendiamos algo do leite, ainda que non fora moito, pero chegabamos a fin de mes e vivir. E viviase. (Entrevista 14, M)

Essas descrições revelam o processo de adaptação e mudanças rápidas impostas ao campesinato galego, não sem resistências, sendo uma delas a propia continuidade das suas formas de vida e das suas atividades. Os diferentes discursos, as políticas públicas, os desejos e as necessidades individuais e coletivas são ingredientes que compõe um caldo de incertezas, inseguranças e dificuldades que envolvem a cada indivíduo e/ou unidade familiar labrega na sua cotidianeidade, as que contam por meio das suas histórias as informantes. Uma realidade que tem sido manchete em diferentes jornais, denuncia os números cada vez maiores do fechamento das Casas labregas e da inviabilidade de ser pequeno produtor, ou seja, labreg@.

> (...) teño unha explotación de leite (..) eu estou nesto do leite porque agora non teño a donde ir. Porque xa teño 55 anos (...) (Entrevista 13, H)

> Era leite. Estaba contenta. Deixeina no 97 [1997] porque entonces era ou modernizarte ou, eh, abandonar, porque así non, non podías facer. (...) Menos mal que non me metín, que daquela tiña cuarenta e algo años e a meterme nunha inversión de,.. ainda eran pesetas, 13 millones de pesetas. Porque ahora enferma, e isso, tíñao que seguir pagando. E a nave... non porque.. se te, tes que compra cuota. Entre cuota, vacas, porque se tiña poucas, tiñas que meter máis. A moitos lles saleu así mal. Que pensábamos, bueno pos os pequenos vamos abandonar, que vivan millor os que quedan coa explotación máis grande e rentable. Non sei se conoces o sector aquí en Galicia, pero, un auténtico fracaso, quedaron poucos, pero mal, máis mal ca... (Entrevista 16, M)

> Víase antes, na época de miña... de miña, de meu avó, de miña avoa, pero hoxe en día non. Pero por... porqué, porqué naquel momento... [pausa] Calquera actividade que fixeras, pois sacabas rendemento. Hoxe en día está o mercado...[pausa] Os mercados están, están a... están atorados. Realmente non che pagan nada; non che pagan o traballo. Está todo a... tan industrializado. Temos o capitalismo en todas

> partes [pausa] e... estannos realmente empobrecendo (...) Antes eramos, polo menos a nosa Casa era moi autosuficiente. Antes todas as Casas eran autosuficientes. Eran independentes, tiñan capacidade de... de maniobra, más o menos limitada, pero había capacidade de manobra. Pero hoxe en día non. Hai moitas que non. Claro, xente con independencia é peligrosa para o sistema capitalista. Prefiren xente controlable. (Entrevista 34, M)

Todo o sistema envolto ao redor da atividade agrária tem sido construído para modelar e homogeneizar essa atividade, servindo também como forma de controle social como advertem alguns entrevistados. Sair desse circuito é um desafio ousado que está posto, ao mesmo tempo em que tem sido a única saída para manter-se ativo. Essa situação mais frequente no setor do leite vem se estendendo às outras produções.

> Antes era.. empecei no sistema industrial que me enseñaron. Fixen un cursos de incorporación e o modelo que me enseñaron a traballar era no sistema industrial. Despois de uns anos pois vi que ese sistema non viña moito coas miñas ideas e coa miña forma de traballar e eu.. por iniciativa propia, sen moitos coñecementos, fun me convertendo en ecolóxico e en sustentable e mais intentando comercializar o meu propio produto. E eu o que fixen foi intentar.. e.. ser autosuficiente e non depender da gran industria para producir. (…) O sistema hoxe en día non está.. non beneficia o gandeiro, beneficia a fábrica dos piensos, o que vende a maquinarias, os veterinarios, os comerciarios, o que vende os abonos. (...) (Entrevista 22, H,)

Identificar-se e nomear-se como “labreg@” nesse contexto é uma forma de reivindicar e lutar pela sua forma de vida que vem sendo especialmente atacada. É também lutar pelo seu reconhecimento na sociedade, e assim tem-se reivindicado como grupo social construindo e reforçando-se ao redor da identidade labrega. Para isso, se diferenciam de outros grupos com o intuito de buscar reconhecimento da sua, transformando os indivíduos que a compõem em sujeitos sociais. Se diferenciam especialmente daquelas identidades que tem levado a confusões e problemas com as suas formas de vida, como são os latifundiários ou aquelas pessoas que vivem no rural, mas vivem do trabalho agrário. Uma identidade que se reflete na apresentação de muitas informantes:

> (...) son labrega e na actualidade é...pois estou...compartindo é.. unha Casa labrega, unha horta.. unha Casa, non, con todo o que significa, non; con todo o que conleva: a producción, o entorno, o medio, os nenos propios e dos veciños é.. tamén dos maiores, tamén da vida. Bueno, iso é o que eu me refiro cando falo que son labrega, non, de profesión, que é o que todo mundo entendería, pero sobre todo de espírito, non. (Entrevista 4, M)

> Ser labrega para min, hoxe en día é como... non sei se é resistencia, pero é un exercício de resistencia social (...). A miña avoa era labrega e no seu DNI aparecía como labrega (...) (Entrevista 6, M)

> (…) son labrego a tempo completo, vaia. (Entrevista 31, H)

É por esse caminho de buscar o reconhecimento e de resistir as imposições de um modelo de vida que o SLG carrega no seu nome e na sua história a reivindicação da identidade labrega não só como uma atividade/profissão digna. Uma atividade relacionada com o trabalho com a terra, que dela vivem e que têm um modo de vida determinado. Esta identidade sempre esteve relacionada com a defensa de um modelo de produção que leve em consideração diversos aspectos da vida para além do que poderia ser o aumento dos recursos econômicos. Mais recentemente ela se relaciona com a ideia de soberania dos povos e a soberania alimentaria com respeito a capacidade de decidir sobre o ciclo de produção-consumo dos alimentos. Ademais da defesa da qualidade dos mesmos e do respeito e valorização dos conhecimentos e culturas locais. Defendem modelos como o agroecológico ou da permacultura, destacando-as como uma alternativa viável ao modelo de produção capitalista que tem sido imposto. Um modelo que não só está relacionado com a produção e distribuição dos alimentos, mas também tem modulado a homogeneização das demandas de consumo alimentar de grande parte da população. Assim, tem-se exigido que determinados produtos estejam a venda durante todo o ano e em diferentes lugares do planeta rompendo, excluindo e dificultando a continuidade daqueles modelos que buscam e se preocupam com a sustentabilidade ecológica e social da produção de alimentos, respeitando os ciclos naturais e que são mais independentes dos insumos agrícolas da agroindústria e mais próximas d@s consumidor@s.

Apesar desse histórico de luta, também se encontram, entre as informantes, discursos que que se identificam com modelos de produção que se distancia das linhas orientadoras do SLG. Isso tem provocado tensões internas que se tem acentuado nos últimos anos e questionamentos sobre a própria coerência da organização frente as “adaptações” ou estratégias de sobrevivência do campesinado. Os limites são tênues e os desafios se colocam sobre quais são as estratégias capazes de impedir a eliminação do modelo de vida labrego e de um rural vivo.

> (...) menos explotacións e cada vez maiores. E iso fixo demostrar aos propios labregos o discurso que sempre tuvo o Sindicato. De que a solución non é o que dicía a administración, de que grandes empresas agrarias grandes explotación que serían as, que serían o futuro. (Entrevista 28, H)

> (...) temos que defender que haxa producións menos intensivas e que estan mais diversificadas en moitas familias. Non podemos ter afiliados que só teñan como único fin é enriquecerse a pesar de que saben que se ti mañá se crea esa granxa de

> 20.000 vacas que se fala, eliminaría a produción de todas as empresas familiares do concello de [nome de um concello]. Esa granxa aínda que pagase unha cota de 100.000 euros o mes nunca podería ser socia do SLG. (...) (Entrevista 30, H)

5.5 Política de re-significação de mulheres labregas como sujeitos políticos

Toda a defesa do modelo de vida campesino/labrego se vê refletida numa grande parte dos discursos das pessoas informantes. No entanto, entre as mulheres também ganha destaque a identidade "mulher". Especialmente entre aquelas que participam da *Secretaria das Mulleres* do SLG e/ ou do movimento feminista. Algumas delas se apresentam assim:

> (...) é unha muller do rural, unha muller labrega, unha muller que creo que é bastante comprometida con seu traballo e con o seu. (Entrevista 35, M)

> Son muller, son nai, son galega… son neo rural [risos] e.. son…. [silencio] non sei. Pode servir así, non? (Entrevista 8, M)

> (…) A ver, eu sempre me identifico como… muller, ante todo son muller. Como nai, como filla e como labrega, de profesión son labrega. (Entrevista 7, M)

> (…) Así cos dous apelidos, porque para min é importante ese, ese reivindicar o meu apelido materno. Iso di moito do que eu vou descubrindo da miña vida. (Entrevista 3, M)

A identidade "mulher" expressada nas auto-apresentações remarcam a linha das discussões que foram sendo incorporadas no discurso oficial do SLG. Esta, como vimos observando, entende as mulheres como um grupo social oprimido, assim como percebe o coletivo labreg@. Mas identificam dentro do coletivo de labreg@s um uma série de opressões relacionadas com o sexo-gênero que colocam as labregas numa situação de maiores injustiças que o coletivo de labregos. Ao longo da sua trajetória se percebem processos de identificação, de lutas contra as formas pelas quais as opressões do sistema sexo-gênero se expressam na sua realidade. Expressões que envolvem tanto questões de reconhecimento como de distribuição, que dadas as dificultades para enfrenta-las, vão sendo entendidas como inseparáveis, como parte de uma mesma estrutura. A falta de reconhecimento das mulheres em diversos âmbitos da sua vida se reflete na falta de acesso aos recursos econômicos e meios de produções que, por sua vez, se expressam em limitações nas oportunidades para o desenvolvimento e uso de diferentes capacidades e habilidades das mulheres.

Portanto, uma identidade coletiva, que como todas, é construída de forma contínua e dialeticamente com o contexto sócio-hitórico que promove mudanças e põe sobre a mesa questões e desafios a serem enfrentados e posicionamentos a serem tomados. A ideia de universalidade desse sujeito "muller" e "labrega" que conformam um grupo homogêneo dos inícios dos anos 1990, com as primeiras iniciativas e discursos no SLG, se modificou para a ideia de um grupo no que cambem a diversidade e pluralidade de ser e de se entender como "mulheres labregas". Estas, que por sua vez, também se diferenciam do coletivo de mulheres em geral, por entender que habitam e têm um modo de vida diferente dos discursos hegemônicos dentro do movimento feminista, tendo, portanto, especificidades. Mas compartem a necessidade de auto-organização como grupo, com a intenção de construir um espaço de auto-fortalecimento e construção das suas próprias "armas" contra as opressões das que são alvo, estabelecendo alianças com outros grupos. É dessa afirmação da diferença positiva que se segue a auto-organização dos grupos oprimidos. Sobre esta, se reivindica e se constroe significados sobre a sua própria identidade, tentam apropriar-se do poder de definir a si mesmos recusando a definição da diferença como sinônimo de desviação em relação a uma norma que limita a alguns grupos a uma natureza fechada em si mesma. Assim buscam definir as especificidades de grupo, as necessidades, semelhanças e diferenças fazendo frente ao medo à diferença, as especificidades, variações e heterogeneidade. Nessa ideia a diferença de grupo deve ser concebida como relacional e não por categorias e atributos substantivos, o que relativizaria a posição universal dos grupos provilegiados, rejeitanto expressões da opressão como a exclusão e o imperialismo cultural. (YOUNG, 2000)

É com a articulação e auto- referência desses dois grupos sociais oprimidos que a *Secretaria das Mulleres* aposta e remarca sobre a identidade coletiva de "*mulleres labregas*" principalmente a partir do ano 2000, quando a Secretaria se consolida e passa a ter um trabalho mais continuado. Um trabalho que, apesar dos seus 16 anos, se veem refletida em grande parte dos discursos femininos, mesmo daquelas que tiveram pouca relação com a *Secretaria das Mulleres*. Nesse sentido, a identidade "labrega" e "mulher" como identidade individual podem ser entendidas como resultado dos discursos e ações levadas a cabo no interior da *Secretaria das Mulleres*. Um discurso que acompanha as discussões do movimento feminista ao redor da construção desse sujeito político. Essa construção também se baseia na necessidade/vontade de uma maior participação das mulheres na tomada de decisões da

organização e na sociedade em geral. Esta, por sua vez, via-se limitada pela falta de autonomia econômica, social e política das mulheres, sendo uma das razões a ausência de direitos e também de reconhecimentos relacionados ao seu trabalho e a exploração agrária, das são percebidas como "ajuda familiar", como bem recolhe a legislação.

A construção das identidades coletivas no SLG, tanto a "labrega", como a de "mulher labrega", são, portanto, influenciadas, e influem, sobre as identidades pessoais das entrevistadas, mesmo que de forma não homogênea como vem defendendo Gohn (2008) e Fraser (2011). Essa construção dialética parece determinar ou influir, por sua vez, em formas diferentes de atuar na sociedade, uma delas é na escolha do modelo de produção a ser desenvolvido na sua propriedade agrária. Uma escolha complexa na que põem em jogo a própria sobrevivência da família, além da continuidade de uma forma de vida. Da mesma forma, a identidade também influi sobre como cada pessoa se vê dentro dessa Casa e da sociedade e as responsabilidades que assumem, o que pode também implicar numa revisão/reflexão sobre as relações de poder e a divisão sexual do trabalho que se estabelecem no núcleo familiar, a gestão e distribuição das tarefas e poderes que cada indivíduo tem dentro dessa unidade, que é a Casa-Família.

Ser mulher, ser labreg@ como se identificaram as entrevistadas, responde a uma inquietação e toma de posição dentro dessa sociedade excludente. As identidades coletivas de resistência também são construídas em oposição a outras que se impõem de forma hegemônica e estática. A identidade de "labreg@" se diferencia da identidade de "empresário" e das "pessoas que vivem no meio rural". Ser mulher é diferente de ser homem, neste caso, não necessariamente por questões biológicas,[142] mas principalmente pela condição sócio-política-econômica diferenciada, que a leva a ter uma situação de maior vulnerabilidade. (AGRA, 2016) Logo, remetem a necessidades e capacidades também diferentes, que por sua vez, é fruto dessa aprendizagem histórica. Fato que reforça a ideia de que "mulher" é uma identidade de resistência, de busca de reconhecimento como sujeito político e de direitos, não se restringindo a uma identidade biológica.

[142] Esse trabalho não teve o objetivo de aprofundar sobre as concepções e interpretações sobre o sujeito mulher e labreg@ entre as entrevistadas, devendo ser uma investigação a parte.

As mudanças de atitudes baseadas na construção dialética entre identidade coletiva e individual não são comprováveis de forma objetiva ou pela trajetória linear de causa-efeito, porque elas nunca são ideias homogêneas, estáticas e acabadas para serem incorporadas por qualquer pessoa como se fosse um produto a ser consumido. Além disso, não são iniciativas que vão isoladas de outras. Também estão em interação com os seus oponentes, meios de comunicação e outras fontes de informação e pelo Estado. Elas fazem parte de um conjunto de ações e reflexões geradas no processo de construção desse coletivo/grupo social que é, em si mesmo, uma produção contínua de identidades. As afirmações de identidades se promovem por meio da construção discursiva dos grupos e dos movimentos sociais expostas em determinados momentos como podem ser as manifestações, notícias, canções, figuras, entre outras, levam consigo um conjunto de símbolos e significados. Estes por sua vez cumprem o papel de dar sentido as ações coletivas. Por isso não devem ser menos valoradas nos processos de autodeterminação. (DELLA PORTA, 2015; MELUCCI, 1999)

5.6 Em busca da igualdade: uma imagem ou uma prática?

O SLG é visto pela maioria das pessoas entrevistadas como uma das organizações de referência em termos de igualdade entre homens e mulheres, principalmente em comparação com outras e com a administração. As informantes demosntram sentirem-se orgulhosas e privilegiadas de poder fazer parte de uma organização com um discurso e uma prática que buscam a coerência e justiça social. Identificam a igualdade não só em termos de participação de homens e mulheres, mas também na relação da base de afiliação com as pessoas técnicas e a Direção Nacional.

A igualdade entre homens e mulheres dentro do SLG é percebida como uma conquista, um avanço ou mesmo como uma prática já integrada pelas pessoas que participam do SLG. É identificada como um tema constantemente presente e muitas vezes, prioritário, dentro da organização desde os seus inícios, justificados principalmente por três feitos. O primeiro é por esta organização ser liderada por mulheres durante quase toda a sua trajetória. O segundo, pela existência da paridade em todos os cargos de representação. E o terceiro, pela grande presença feminina em todos os espaços da organização e no corpo técnico.

A afiliação é quem faz essa valoração de forma mais enfática, sem identificar desigualdades, exclusões ou preconceitos relacionados com os sexos. Vejamos alguns desses discursos.

> Logo a nivel interno... a igualdade que hai, ou sea, no Sindicato todas somos iguais. Tanto en dereitos como en deberes. E digamos que é unha das organizacións mais igualitarias que eu coñezo a todos os nivel. Pero non solo de discurso, sino de conciencia. As persoas que están, o 99% porque non vou a dicir ... sabes que en estadistica non existe o 100%, non. O 99,9% de persoas que están no sindicato... non que estean concienciadas, non fai falta, ten asimilado, son así, somos así. Eu non teño que velar, que loitar pola igualdade, que somos iguais e aquí che ven... [pausa] Para min ese concepto é dos mais importantes. (Entrevista 5, H)

> A igualdade de xénero dentro do Sindicato.... A verdade é que no Sindicato desde sempre apostou pola igualdade entre homes e mulleres. O sindicato é o único sindicato aquí en Galicia, e creo que incluso no resto do Estado, que desde de que eu levo; dos 20 anos que eu levo sempre tivo unha secretaria xeral, nunca tuvo un home na secretaria xeral, desde que eu estou. Primeiro estivo Lidia Senra, despois estivo Carmen e agora está Isabel. E as 3 secretarias que estivo no sindicato estando eu eran mulleres. a parte diso, no sindicato xa leva un mogollón de anos hai unha secretaria específica para as mulleres. Un dos órganos da executiva sempre foi a secretaria das mulleres. (Entrevista 36, H)

> (silencio) Non. Non, non o percibo. Levamos toda a vida cunha secretaria xeral. Penso que o principio houbo un home. Non, non o percibo. Porque vexo que a xente se sinte cómoda con unha secretaria xeral . (Entrevista 30, H)

> Eu creo que no tema de igualdade o Sindicato é ... pioneiro . O SLG é.. en realidade hai anos se dicía que era o sindicato das mulleres. Porque.. a organización estaba case presidida, case non, aínda sigue presidida por unha muller. E despois é... eu creo que a paridade é a favor da parte feminina non (risos e logo queda serio)e tal. Eu penso que a paridade ... non hai nada que opor, vamos. Penso que o Sindicato é un referente a nivel nacional e a nivel do Estado Español que as mulleres sempre tiveron o protagonismo. Non sei se porque sempre.. se está co tema de horta ou co tema do leite como sempre tivo moi ligado a muller, que era a que levaba a Casa, a que estaba na Casa, aínda que o home traballase, a muller esas labores mais.. mais tal, que parece que non tal, pero... sempre foron delas. Entón, na organización a muller, sempre traballou moito, mais activa a muller posiblemente que o home, he! (Entrevista 21, H)

Assim mesmo, percebem como um processo que está em curso. Porque, seguindo os discursos, ainda que eles não identifiquem opressões relacionadas com o sistema sexo-gênero no interior do Sindicato, visualizam opressões no meio onde vivem. O que faz com que vejam como necessidade que o SLG atue sobre essas problemáticas que afetam especialmente as mulheres, como retratam esses homens.

> (…) si que o mellor a nivel laboral, si que hai cousas que están superadas, pero hai outras que... o mellor é.. eso, na convivencia das casas. O mellor o de cociñar e tal. O que te din un paisano: " que vou facer a cena" ou tal: "e logo non che cociña a muller?" porque che preguntan, he. (risos) " non, que a min gústame cociñar. Que

> me encanta cociñar e comer, vamos" (risos) E logo que che fai? Pois fai outras cousas. A min me gusta e como me gusta... cada un fai o que dá, non". Pero é estraño. O lóxico é que cociñe a muller. Pois o machismo hai, he. (…) Esta moi superado eso, he, dentro do Sindicato. Debe ser un exemplo, he. Debe ser unha das poucas organizacións que está... no mais avanzado que pode haber. Non sei, he, porque tampouco coñezo tantos sindicatos.
> R- Porque crees que é así tan diferente?
> Haa, eu penso que foi unha traxectoria, unha liña que se seguiu. E pola xente que entrou, he. E o mellor por eso, porque se deu a conxuntura de un grupo de mulleres que empezaron a plantexar e bueno. Eso ... de ter constancia. Chegado o momento de xuntarse xente coas mesmas ideas e foi así. Tampouco te sei dicir porque. O destino. Un grupo de xente que empezou a facer e bueno. O final predicas co exemplo, he. O exemplo de uns para outros e o que queda é eso. (Entrevista 27, H)

> Se realmente hai unha secretaria das mulleres significa que non están ben. O sea que partimos da base de que hai desigualdades, hai desequilibrios. Por iso hai secretaria das mulleres. E aínda que non habendo desequilibrio ou desigualdade, penso que as mulleres sobre todo as mulleres que traballan na agricultura, normalmente no solen traballar na agricultura, como eu dicia antes, traballan na agricultura, traballan na casa, levan o peso da casa, normalmente levan o peso dos fillos, entón bueno, xa non é só o tema agrario. Entra moito mais. Entra o tema da educación, entra sanidade, entonces… por si mesma, aínda que non exista desigualdades ten que existir esa secretaria. Porque? Porque a muller non solo necesita esa información do sector agrario, necesita ter información é.. vai haber becas para libros, vai haber un co-pago de sanidade, vai a… porque? Porque? Xa sei que é discriminatorio, pero realmente quen leva o peso deses temas nas casas labregas solen ser as mulleres. Por tanto, necesitan mais información que o agrario. Necesita información pois da vida diaria e sobre todo eso, pois de temas relacionados con eso, sanidade, educación, o tema da lei augas, todas estas historias.. se entra a muller vai estar mais necesitada por.. bueno, porque se lle bota en cima ese traballo, a parte do que xa ten. (Entrevista 9, H)

> Home eu penso que se avanzou, pero, bueno, fixemos barbaridades. Porque aquí a muller estaba .. moi discriminada. A muller era a da casa, a muller era a que criaba os fillos, a muller era a que facía a labor da casa, a muller non tiña dereitos, a muller tiña que traballar e non tiña pensión, a muller tiña que traballar ata a morte, non. E.. bueno, penso que se conseguiron moitas cousas. Non quero dicir que se pare aquí, pero haberá que seguir mirando e que seguir loitando. Porque non.. eu penso que ... o sexo non ten nada que ver coa persoa. Penso que por ser muller non é outra persoa. É coma o home e o home coma a muller. Non ... e.. penso que tanto a muller que vale para a política é a que vale para a casa, vale para defender, pois, calquera situación o mismo que o home, non. Para o que sea, non. (Entrevista 15, H)

As desigualdades por razões de sexo-gênero, também não são identificadas nos espaços assembleários, eleições ou reuniões entre a afiliação e ou mesmo na relação do corpo técnico com a afiliação. O que não quita que @s informantes identifiquem a existência de outros tipos de hierarquias nas relações de poder dentro do Sindicato, relacionadas com a autoridade e com o controle político que acabam por interferir nas estruturas e toma decisões relacionadas com o sistema sexo-gênero e com o trabalho de autodeterminação das mulheres.

> Desde o meu punto de vista, se é o que queres, persoal estritamente, eu creo que... Sobre todo corren perigo moitas mulleres que podían estar nese camiño de empoderamento e de tomar as rendas da súa vida en moitos aspectos. Un pouco que elas sintan que isto, hasta certo punto formas parte da organización, formas parte das decisións. Pero hasta certo punto. Eu ai si que creo que hai un perigo importante. E eu coñezo mulleres que ese perigo o verbalizaron, vamos. Quero decir, bueno, vale, pero que estamos aquí a... para salir nas fotos? Para salir nas manifestacións? Para encher os sitios? Para dicir que temos unha secretaria? Para dicir que temos unhas reivindicacións? E é certo, non, que as temos. Pero cando esas reivindicación non coinciden co que nos marcan dende outros lados, que pasa con nós, non? (Entrevista 4, M)

> (...) Esa manía das organizacións de establecer como... como xente que está acima do ben e do mal sempre e que ademais ten que estar aí e que sempre hai que deber favor, non. Esa sensación de que hai quen controla, o sea, e o que goberna e o que mando no que goberna, non, por dicir así. Pois incluso no tema de xénero iso non está o marxe, non. É dicir, a participación da muller si, pero moi controlada. Non digas nunca o que non se quere oír e non crias cambios que non se quere escoitar, porque se non serás apartado como en case todas as organizacións. (Entrevista, 31, H)

Por outro lado, os discursos das mulheres, mesmo concordando que o SLG é uma organização na que as questões feministas são um eixo sustentador dessa organização, elas afirmam que essa referência é um dos frutos gerados pelo processo de discussão e trabalho interno. Apesar disso, alertam para os possíveis retrocessos em direitos e atitudes que estão a ocorrer ou que podem vir a ter caso as pautas feministas sejam postas em segundo plano dentro da organização. Perigo eminente principalmente nos momentos de crise na que se verifica uma redução dos recursos econômicos e humanos e as prioridades seguem os requisitos do sistema sexo-gênero no qual as mulheres têm o papel de sustentadoras invisíveis da economia capitalista- sexista. Afirmam ainda que o seu diferencial também se dá porque as outras organizações pouco avançaram nesse sentido.

> (...) Vas a [nome de um sindicato] e a única muller que hai aquí en Ourense é a secretaria. [risos] Non se encontra traballadoras en Ourense, pero todas nos dedicamos a ser secretarias. Esa clase de cosas xa tan feas que até o dia de hoxe o tema das formas o temos que coidalo mais, non. E que unha organización que se dice de esquerdas continúe… nesa catacumba é que… (Entrevista 8, M)

> (…) Eu teño claro que na afiliación do Sindicato sempre houbo mulleres que… antepuxeron o traballo con mulleres… homes que tamén. Hai homes na dirección que tamén priorizaron, pero tamén teño claro unha cousa que… que o Sindicato Labrego que neso é modélico, non podes baixar a garda. Porque, se deixamos este traballo… se deixamos de priorizalo, por que… eso, porque o traballo nos come… tamén cando nos demos conta, ao mellor en dous días… e algún caso se ten dado, nos podemos ver que recuamos para atrás, e de forma moi rápida. O que tardamos moitos anos en acadar, grazas ao traballo das compañeiras… en dous días retrocedémolo. … [pausa alongada] Eso pasa en todos os lados, o Sindicato Labrego non é nada distinto. Entón eso, [pausa alongada] e incluso tamén o de ver novos machismos. (Entrevista 18, M)

Algumas ressaltam que as conquistas dentro do SLG ainda são irrisórias e não afiançadas dado o pouco tempo de trajetória nas ações e do perigo constante dos retrocessos nas conquistas sociais e na precarização da vida que repercute especialmente sobre as mulheres e sobre o trabalho desenvolvido com elas. Ao longo dos seus discursos elas dão indícios de haver ou comentam uma série opressões relacionadas ao sexo-gênero as que se enfrentam. As que se repetem estão relacionadas com o trato dos afiliados e com os companheiros nos locais de trabalho como podem ser a falta de prioridade ou de reconhecimento do seu trabalho cotidiano e do trabalho desenvolvido com as mulheres, as dificuldades para repartir tarefas relacionadas com a limpeza dos locais, das temáticas levadas por cada um e das hierarquias nas equipas de trabalho. Incluem-se ainda comentários machistas, resistências encontradas para realizar um trabalho diferente aos modelos estabelecidos, de seguir as orientações nacionais, entre outras. Situações que parecem ser tratadas no interior da organização como um debate público no sentido de ser um tema de política interna, mas que alcança até a afiliação.

> Home, dentro do Sindicato tería que preguntar para os traballadores do sindicato. Eu non no sei. Pero antes tiveran problemas tamén, que sempre tiña un traballador que era un pouquiño... pero bueno, para iso terias que preguntar iso a eles, porque eu non sei. Eu non.. (Entrevista 14, M)

> Entón é de chegar a túa ruta de traballo e a veces eu teño escoitado.. vamos, hai locais complicados e este é un deles. E te empoderas, igual que as labregas. Si, e a ese nivel eu creo que o temos moi ben. Temos moitas historias, buff. Podemos enseñar moito mellor e tal. E a ese nivel tivo un papel fundamental Lidia e Tareixa. Miraron moito cara dentro. (Entrevista 10, M)

> Eu tamén teño moi claro, [pausa] que agora hai cousas que non se levan, que antes era moi ben visto… agora hai machismos máis sibilinos, digamos. [risos] A ver, agora non che van dicir que ti non podes estar na dirección , [pausa] pero ao mellor si que emprenden unha campaña para que non estés. E ao final é un ataque machista. [pausa] Entendes? E ver que… e dase en todas ao organizacións, non nos enganemos e dase en toda a sociedade. Que pasa que agora son moito máis finos. (Entrevista 18, M)

> A ver, o machismo existe. É que nunca podemos pechar os ollos, ti onde vaias o machismo existe. E eu escoitei a veces compañeiros falar. “Bueno, amigo, ten coidado porque vai por un terreo resbaladiso, non.” Pero tamén.. vías como escoitábante, e te daban a razón. Entonces, o que o mellor en outras organizacións non pasa, que é estar un pouco aillada ou de figurín. Aquí nunca tiven o sentimento dese papel. Absolutamente nunca. Nin agora, nin cando eu estive no máximo actividade, nin cando estiven colaborando sequera. E.. sempre tiven.. a sensación de que fun escoitada, de que fun comprendida, de que houbo debates... somos xente moi afectadas, moi xemines, todos do mesmo xemines (risos) entonces claro,

> tratamos de levar a nosa razón hasta o último momento, hasta o último recurso, pois sabemos parar e hasta aquí e punto. (Entrevista 6, M)

Nota-se com esses discursos uma diferença de percepção sobre as relações sexo-gênero dentro da organização. De um lado, a afiliação que percebe um funcionamento diferenciado, não só ideológico, mas também de prática cotidiana que buscam construir relações mais igualitárias entre as pessoas. Por outro lado, estão as participantes da Secretaria das Mulleres, afiliadas e técnicas, que percebem as fricções e confrontos pelas atitudes machistas as que enfrentam no sua cotidianeidade. Além disso, também identificam incoherencias, problemas e limitações nesses processos dentro do Sindicato que podem servir como uma vitrine para a organização, na que destaca uma aparente práxis democrática, horizontal e igualitária para fora, mas que retem menos que a imagem que transpassa.

Essas diferentes percepções parecem ser resultado do acúmulo das reflexões e ações levadas a cabo dentro da *Secretaria das Mulleres*, que têm o público feminino como protagonista e foco das suas ações. Ao longo do tempo de organização da Secretaria se observa uma especial atenção sobre os processos de autonomia, horizontalidade e defesa de outras formas de fazer política que tenta fugir do modelo hegemônico de liderança vertical e autoritária, que permitem fazer a autocrítica e de buscar saídas para enfrentar as incongruências de forma coletiva, seguindo as estratégias do movimento feminista. Claro está que esse é um processo que não se restringe à Secretaria e nem às mulheres dessa organização, mas que é mais evidente entre elas. O que leva a pensar sobre a importância que tem a *Secretaria das Mulleres*, como um veículo estratégico de inserção de "novas" questões para o resto da organização.

Por outro lado, também se verifica o papel das secretárias gerais que incorporam na sua prática de lideranças as reivindicações das mulheres como algo central dentro da organização, nessa busca pela coerência e por uma prática cotidiana defendida pelas feministas. Os seus discursos, formas e ações desenvolvidas foram citadas como chaves para que todo esse trabalho pudesse ser desenvolvido de uma maneira quase que natural dentro da organização, ao ponto de não serem identificadas como uma política setorial, e sim de toda a organização. Os discursos também levam a entender que os seus posicionamentos permitiram que as problemáticas das mulheres fossem uma prioridade dentro do SLG quase sem ser questionadas abertamente.

> É.. porque bueno, eu creo que houbo unha época bastante marcada aí polos liderazgos moi concreto sobre todo de mulleres, que tiñan moi claro que a cuestión de xénero era fundamental para facer un sindicalismo basado na soberania alimentaria no siglo XXI, basicamente. E eso marcou moito as dinámicas. (Entrevista 12, H)

> Non teño nin idea. Sempre houbo. Claro, estaba Lidia de secretaria xeneral, que case todo o tempo. E xa ocorría moito por alí Carmen Freire, que foi quen se quedou no sitio de Lidia. E… tamén estaba Isabel Vilalba que esta agora. Esta é gandeira. Ten leite e fabas de Lourenzá, que é de Lourenzá. E … non o sei. Non xurdiu, sempre foi. Eu cando me integrei xa era así. Entón non sei como xurdiu. Supoño que dependerá das personas. (Entrevista 29, M)

> Iso xa fai moitos anos. Seica no principio era a Isabel Seoane a secretaria e… pero.. é que xa fai tantos anos que eu xa non me acordo case como era… é que… que.. penso que.. ao ser Lidia a secretária xeral, ao ser unha persoa que tan feminista e que traballa tanto polos temas eses que .. viu moi necesario unha secretaria tamén que .. levara o tema da muller no sindicato. Que ademais do tema da muller leva outras cousa, pero que .. Se unha muller ten un problema é… Uff… Chamase a secretaría e.. intentase solucionar e asesorarte como sea. (Entrevista 14, M)

> Eu creo que é froito de todo iso. Pero fundamentalmente, para min é fundamental a figura de Lidia. E Lidia é o que é grazas a organización. Non é unha figura transplantada, que ven do seu. Non, non, Lidia é tamén a organización que lle dá, que a alimenta. É algo moito de ida e volta. Pero aí creo que a figura de Lidia é fundamental. A figura de Carmen Freire é fundamental, porque ela fixo moito traballo tamén antes de ser secretaria xeral. Fixo moitísimo traballo con mulleres en toda a comarca de Betanzos e xa antes do que che contei eu na comarca de Ordes. E moi bo traballo con moitas mulleres, houbo moito movemento alí de mulleres na comarca, na macro-comarca de Betanzos. Despois no tempo en que estivo na secretaria xeral pois tamén… A ver, calquera muller con consciencia feminista cando ocupa un posto, digamos, de responsabilidade; nótase! Porque sai moi espontaneamente, e agora que esta Isabel é evidente. A maneira que ten Isabel de relacionarse coas persoas, de estar nos lugares, de falar.. todo iso di moito do seu xeito de estar. (Entrevista 3, M)

Esses diversos apoios favoreceram o feito de que as iniciativas das mulheres fossem vistas com algo de naturalidade e, em grande medida, justas de serem reivindicadas por toda a organização. Talvez por isso, nenhuma reivindicação ou medida do SLG relacionadas com temas de igualdade entre homens e mulheres, ou de direitos para as mulheres fosse interpretada como algo específico da Secretaria, se não como uma preocupação de todo o Sindicato, mesmo que a prioridade de intervenção seja por meio da *Secretaria das Mulleres*, que é composta exclusivamente por mulheres, e as suas ações também estejam direcionadas, quase em exclusiva, ao público feminino.

Foi curioso perceber que grande parte das pessoas, mesmo com muitos anos de afiliação, não tivessem lembranças do período anterior à institucionalização da *Secretaria das Mulleres* nos anos 2000-2002. Uma parte afirma que desde o início do SLG existiu uma secretaria das mulheres e que sempre teve presente na luta das mulheres. As que fizeram parte

desse processo de criação da Secretaria e que foram protagonistas da inserção dos debates feministas dentro do SLG destacam o início do trabalho coletivo de várias mulheres líderes e com poder dentro da mesma, fazendo-o possível. Recordam as problemáticas e casos concretos visibilizados nos anos 1990 que se alongam nos anos, assim como as inquietudes, as primeiras reuniões, mobilizações e as vitórias que deram origem ao que é hoje a *Secretaria das Mulleres*.

> Foi unha loita así, digamos un pouco eu creo que ... prendeu a mecha un pouco de tamén de ter reivindicacións propias as labregas desde a ideoloxía do feminismo, non. E bueno, e logo a partir daí había labregas que naquel momento, ou mulleres vamos, que naquel momento e... estaban tamén como traballadoras e que loxicamente que tiñan un peso moi importante a hora de, bueno, pois de.. un pouco de ir transmitindo todo eso. Había tamén outra...outra liberdade posible, non. Pois se tu tes un salario, pois é tamén diferente, se ti tes na túa casa non, que... Pero bueno, aí xa estaban mulleres como Pilar de Cuntis, ai estaba xa, eu que sei, bueno é eu podo me esquecer dun montón delas non. Estaba todo o grupo de mulleres de Muxia, é... estaban as mulleres da montaña de Lugo, estaban as mulleres de Abadín,.. é.. Enar .. que era outra referente así de muller, non, tamén... estou falando sempre de mulleres ademais con ideoloxía feminista, non. E aí logo, empezaron xa a plantexar no sindicato e... Pois iso, loitas, entradas no mundo labrego e no mundo labrego desde unha lóxica completamente.... é de reivindicación dos dereitos das mulleres. (Entrevista 4, M)

Elas também fazem referência ao momento histórico de saída da ditadura e quando os movimentos de esquerda começavam a incorporar de forma mais clara os discursos e reivindicações feministas. Nesse contexto, foram diversos os companheiros homens líderes que apoiaram e percebiam como fundamental a incorporação das reivindicações das mulheres pelo SLG. O apoio deles ampliou as oportunidades para que as suas reivindicações fossem entendidas como prioritárias e as iniciativas pudessem ser levadas a cabo de forma mais ampla e sem muitos questionamentos, apesar de havê-los.

> Na secretaria das mulleres se podería o mellor contala, non, algunha muller. Pero ese tipo de comentarios se daban nas reunións mistas. Non se daba o debate porque eran comentarios así, sabes, polo baixine, pero non había lugar a discutilo. Es decir, as medidas, as poucas medidas que houbera de discriminación positiva, non, ou as medidas que houbera un pouco.. por exemplo, eu me acordo dunha axuda así específica non, neste caso tamén canto estivo o bipartito, non, por parte ... (Entrevista 4, M)

Algumas informantes também salientam o feito de que essa organização seja labrega, o um mundo mais plástico, onde existe outra lógica de ação imbuída que permite incorporar práticas feministas com mais facilidade. Creem que o feito do meio de vida e o trabalho agrário estarem relacionados com o cuidado de animais e plantas faz com que exista uma maior compreensão ou empatia com as opressões vividas pelas mulheres, por estas também

estarem relacionadas com o tema dos cuidados. Soma-se a ideia de que as lógicas dualistas da modernidade não estejam tão incorporadas a forma de vida labrega, que influi também, a grande presença feminina no rural galego.

> E para os homes… bueno, aquí… igual…. é un pouco diferente. Eu incluso diferenciaría, porque non sei, a muller no rural ainda que sexa un tanto invisibilizado, non, de ser asi… non sei moi ben como dicilo. Pero non é o mesmo o papel na labrega na sua vida e no seu entorno que o papel da muller urbana. (...)No rural alí aínda hai unha maneira de vivir moi … cun… bueno, moi .. relativamente fora da modernidade, non. Cando a vida urbana xa está completamente … choupada. (Entrevista 8, M)

> Por iso mismo, que non son 3 mulleres que caen do ceo na organización ailladas, pum. Non, é porque elas saen elexidas, porque hai un caldo de cultivo na organización que, claro, alí votaronas moitos homes. De feito, Lidia conta que, salvo en momentos moito puntuais cando empezou, no anos 70 [1970] e pouco, 70 pico, 80, a facer asembleas ala na montaña de Lugo, en pobos perdidos como a ela.. a escoitaban co moito respecto e que en nalgún momento si que houbo algún home que fixo referencia canto a ela, pois igual a seu…. Pois porque ela andaba co seu jercei asi moi... pero en xeral como que… E aí hai un traballo moito de Lidia, do seu…. que foi ganando respecto e autoridade. E entón como que non atopou enfrontamentos de "ha… que esa muller que ven nos contar aquí". Entón, por iso mesmo,…. entón eu creo que hai aí, hum… un algo nese ambiente que non é…. en contra das mulleres, no noso rural galego, non sei noutros lugares. . (Entrevista 3, M)

Tudo isso parece favorecer a que no SLG a percepção de que o tema de igualdade seja visto com normalidade dentro da organização. Para algumas participantes, a "institucionalização", no período de 2000- 2002 de um espaço próprio dentro da SLG, representou a legitimidade do trabalho que já vinha sendo desenvolvido de maneira localizada, em pequenas zonas, para se pensar em ações e problemas de forma generalizada para todas as labregas galegas. A partir de então, o problema de uma labrega poderia ser analisado de maneira mais ampla, fazendo possível ter ações conjuntas entre as afiliadas e com outros movimentos. No entanto, avalia que a institucionalização, em si, não garantiu a legitimidade da ação. Para isso foi preciso primeiro que o próprio Sindicato fosse consciente na necessidade desse espaço dentro da sua estrutura, o que só poderia se conseguir com um trabalho de base com as mulheres. Quer dizer, que para garantir que a Secretaria fosse reconhecida como um espaço de toma de decisões as mulheres afiliadas deveriam estar organizadas como grupo e com reivindicações que as identificassem como comuns entre elas, como explicam algumas companheiras.

> Necesitábamos ese espazo propio. Necesitábamos organizarnos as mulleres do sindicato, as labregas do Sindicato. Necesitabamos dese espazo propio. Bueno, normalmente incluso, instintivamente. (…) E tamén queremos que teñas unha arma

distinta ao que, unha ferramenta distinta o que é a ferramenta de organizarte agrariamente, organizar o sector que é organizarte como muller. Que é ir a foros onde vas a falar de ti, como muller. Onde vas a falar dos teus dereitos como muller, das túas enfermidades como muller, onde vas a falar da túa problemática en conxunto como muller. (Entrevista 7, M)

Nós sempre nos enfocamos a partir das mulleres, non. Basicamente porque nós temos poucos medios. É.. pareciamos que nos iba a dar mais froitos traballar especificamente coas mulleres como non plantear un traballo como….. para nos era como dividir os esforzos non, de educar a eles. Entón enfocábase o traballo específico coas mulleres afiliadas e non tanto con espazos de xénero, que eu sei que está moito de moda en moitas organizacións. (Entrevista 11, M)

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

6. Semeando a igualdade

Entre o leque de iniciativas, ações, propostas e estratégias levadas a cabo pelo SLG, algumas se destacam nos discursos das informantes. Entre essas a própria *Secretaria das Mulleres* aparece como uma iniciativa direta de enfrentamento as desigualdades nas relações sexo-gênero. De acordo com as informantes, ela garante que exista uma preocupação constante sobre as temáticas que atingem diretamente as mulheres. Isso possibilita a reivindicação dos direitos para as mulheres e a sua visibilidade e reconhecimento do seu papel na sociedade. A Secretaria é o cerne de outras iniciativas que o Sindicato vem fazendo. Nos seus discursos contam casos de injustiça para com as labregas que justificam a necessidade da criação desse órgão específico e aglutinador das suas reivindicações.

> Estábamos nunha sociedade machista. Aínda estamos, pero non tanto. Penso que naceu a secretaria das mulleres para igualar un pouco a cousa. (Entrevista 13, H)

> (...) Os ingresos viñan todos no nome do home. Aínda que pagasen unha seguridade social non podían xustificar ingresos. Entonces, como non xustificaban ingresos, pois entendía a seguridade social que non eran traballadoras como tal. (...) Entonces claro, daí mais outras serias problemáticas específicas que realmente eran do sector feminino, pois levaron a que se organizaran para ter voz propia e poder acceder ao.. ao referente as subvencións daquel momento. E parece que tiñan que crear unha figura, unha entidade a que permitise aglutinar todas esas demandas e eses intereses. E daí naceu a Secretaria das Mulleres, que é a... ca idea de traballar todas as problemáticas específicas das labregas. Porque se para.. se no mundo rural é todo mais difícil, para as mulleres é o dobre de difícil. Senón medio rural os homes levan o dobre de xornada. As mulleres levan o cuádruplo. Entonces digamos que si necesitabamos algo específico. Pero iso é moi anterior a min,he. (risos) (Entrevista 34, M)

A criação da Secretaria é percebida como uma necessidade naquele momento por identificarem diversas opressões na sociedade que atingiam de maneira especial às mulheres labregas, e não como uma problemática existente dentro da organização. Um passado fundamentalmente sexista e desigual sustentado tanto pela educação como pela estrutura administrativa nos mais diferentes estamentos.

Os problemas identificados estão relacionados com o seu dia a dia que gira em torno da sua Casa, da sua comunidade e da relação com o Estado; e não com o Sindicato. Por isso, apesar de não identificarem na estrutura da organização dificuldades para participar e tomar decisões, o vê como fundamental a sua existência para ajudar a enfrentar os problemas que

vivem as mulheres do meio rural. Um mundo onde elas percebem uma série de dificuldades que se não são elas mesmas a reivindicarem, ninguém o fará por elas. Assim, a Secretaria é um lugar de auto-organização ao tempo que é um lugar que luta pelas labregas. Um espaço onde elas estão de forma pontual, mesmo que em constante conexão, que se dedica a trabalhar especificamente sobre todas as problemáticas ou opressões enfrentadas pelas mulheres com o intuito de buscar soluções concretas para eles. Dessa forma, reconhecem que o trabalho ao longo do tempo da *Secretaria das Mulheres* foi importante para mudar a situação das labregas, em especial, porque estas têm dificuldades diferentes das mulheres que vivem em outros espaços e tem outras profissões.

A tudo isso, ambos os sexos sentem mudanças quanto às relações de igualdade entre homens e mulheres na sociedade. Afirmam ainda que essas transformações são maiores na cidade do que no campo, porque as informações e os serviços chegam mais tarde e são escassos neste último. Além disso, destacam a situação da população rural galega estar cada vez mais envelhecida, o que dificulta a inserção de novas ideais e formas de atuação. Porém, as transformações apontadas são ainda pequenas e que não garantem a extinção do imperativo do papel invisível, doméstico e cuidador das mulheres, nem dos casos de violências e assassinatos contra o sexo feminino. Tudo isso lhes leva a reafirmar a necessidade da continuidade da *Secretaria das Mulleres*, mesmo reconhecendo mudanças.

> Hoxe sigue facendo falta porque a muller sigue tendo problema. O mellor hoxe é a sanidad, continua tendo problema. A muller sempre ten problemas, porque hoxe a igualdad... é millor, pero a igualdad non existe, se non, non habería tantas... violencia machista como a que esta habendo. Estamos millor, pero non hai igualdade para nada. Hai moito que traballar. Non, non, hai moito aínda que levar adiante. Para ir educando os fillos e... (...) Porque antes, pola maneira como se educaban as mulleres, mesmo as mulleres eran machistas. E aínda hoxe aínda as hai. Pero bueno, non é igual. Non é igual. (Entrevista 14, M)

> (...) a Secretaria das Mulleres é primordial nun mundo de homes. Quero dicir, o mundo rural, o mundo labrego sempre foi un mundo machista, sempre foi un mundo .. porque a muller sempre foi invisible. A muller existe na casa e fora da casa non existe para nada. (Entrevista 36, H)

A ideia de auto-organização das mulheres é uma aposta do Sindicato e da própria Secretaria desde o seus inícios, o que implica que elas devem ter um espaço próprio e de liderar as suas demandas e ações, além de executa-las. Sobre essa lógica, é que de maneira quase que consensual, a *Secretaria das Mulleres* é entendida como um setor a mais dentro do SLG, por ter sua própria forma de se organizar e ter suas reivindicações específicas, sem ter

interferência direta de outros estamentos, funcionando quase de maneira autônoma e com participação garantida em todos os órgãos de toma de decisões do SLG. A restrição aos homens a este espaço lhes parece "normal" na medida em que entendem que as problemáticas de cada setor devem ser trabalhadas e reivindicadas por aquelas que vivem os problemas, por esse motivo não é questionada.

> Todas as reivindicacións teñen que partir do... cada un ten que ir polos seus dereitos. Non ten un... naide regala nada. Entón pois é normal que un home non sole defender os dereitos de.. aínda as mulleres tiran para tras nos dereitos conseguidos, moitas veces. E a pena mais grande que teño é cando vexo a unha muller que protesta contra unha discriminación positiva ou porque tal, ou porque non é consciente do que custou conseguir o mellor esa discriminación positiva, ou o voto da muller, ou .. moitas cousas que se conseguiran a por parte de moitas mulleres, e que lles custou, que non foi doado. Así que... eso. (Entrevista 26, M)

Os homens têm um papel de coadjuvantes nesse processo. Cumprem a função de acompanhar, respeitar e apoiar as decisões delas, tendo que adaptar-se em alguns casos e a colaborar em outros. Uma estratégia que vem desde os inícios da formulação da Secretaria das Mulheres e que foi fortalecido por muitos companheiros da organização que viram como essencial para uma organização que luta pela justiça social. Nesse caminho, eles colhem "de reboque" as discussões que elas vão madurando e incorporando no seu dia a dia por meio dos discursos nas reuniões e assembleias mistas, com as novas propostas e com os debates que são gerados no interior das explorações e nos locais de trabalho.

Assim mesmo, as questões relacionadas com sexo-gênero são entendidas como transversais dentro do SLG, sendo a própria Secretaria um órgão com esse caráter. Em outras palavras, a Secretaria é criada com a pretensão de trabalhar de forma transversal e não setorial, por isso lhe confere uma secretaria e não um setor. Essa transversalidade é justificada pelo feito dela ter acento garantido na Direção Nacional (DN) e na Executiva (Ex.N), órgãos máximos de direção e toma de decisões. As reuniões da DN e Ex.N. são entendidas como espaços no que todos os setores têm voz e o mesmo nível de importância. São lugares onde se compartem as análises e se valoram as ações de todos os setores, além de tomarem decisões conjuntas. Apontam também para o feito de que as mulheres incidem de maneira contínua sobre as suas questões específicas ao participarem dos outros setores e nos espaços comarcais como produtoras, ademais do espaço da Secretaria. Os homens são os que mais evidenciam esse caráter transversal das iniciativas, e estas como sendo do Sindicato, embora as mulheres também o entendam assim.

> Bueno, co todo iso cada un leva a súa cousa, non. Despois na Executiva pois claro, alí pois unha persona leva o da igualdade, outra leva o do leite, outra leva a carne, outra leva hortaliza, outra conexo, hai... na executiva hai cada sector, o sea, que leva .. eu penso que esta o dia desas cousas. (Entrevista 15,H)

> (...) é.. cando se dise transversal, é que é transversal. Quero dicir, é que se está, a loita da Secretaría das Mulleres está en todos los sectores, en todas las direccións, en todas las comarcas. É dicir, non é algo que está aí nun rolito, nun... non, non, non. Iso... a Secretaria se encarga de... que este en todas os cadritos, en todas las habitacións do Sindicato esté, haxa a Secretaría das Mulleres. (Entrevista 5, H)

> Será como outro ramal do Sindicato, que bueno, se trataba todos estes aspectos digamos… particulares das mulleres. Entonces… ten as súas reunións, ten as súas formacións, habrá temas que se esto, que son transversais a homes e mulleres, non. Pero bueno, sempre vista dende ese punto de vista ou a perspectiva das mulleres. Sempre foi unha das, das secretarías que mais... mais visibles, non. (Entrevista 9, H)

A diferença entre setor e secretaria dentro do SLG está em que, a secretaria deveria ser um órgão transversal e o setor uma especificidade da atividade agraria. Assim, *Secretaria das Mulleres* deveria ter incidência em todos os órgãos do Sindicato de maneira transversal tanto a nível nacional como nas comarcas e setores. No entanto, a percepção das informantes nos leva a pensar que a transversalidade, na prática, ocorre somente no espaço da DN e Ex.N ou quando há uma presença de um ou mais sujeitos que acompanham os debates da secretaria em algum outro setor. Essa participação de uma mesma pessoa em diferentes espaços faz com que interatuem os temas e preocupações.

Porém, nem todos os temas trabalhados pela Secretaria são levados aos espaços nacionais para serem debatidos. Alguns temas são citados apenas como informes, sendo postos para discutir aqueles nos que pode haver divergências, necessidade de recursos ou que devem ser tomadas medidas a nível geral da organização como pode ser uma campanha, na que todas as pessoas da direção e trabalhadoras, independente do setor, deveriam implicar-se de alguma maneira. Isso também seria uma forma de transversalizar as questões da Secretaria, mas vale lembrar que o mesmo acontece nas dinâmicas setoriais. Ainda assim, as informantes afirmam que o translado da informação e as preocupações da Secretaria aos órgãos nacionais têm muito peso político, o que faz com que se sintam respaldadas e que as suas ações sejam levadas a cabo sem maiores dificuldades ou questionamentos.

Nesse raciocínio, a importância da Secretaria das Mulheres está em ser um espaço exclusivo para que as mulheres do SLG possam organizar-se, discutir sobre as problemáticas que lhes afetam, reivindicar seus direitos de cara a administração e assim, poder mudar a sua

situação de invisibilidade, de exclusão, violência, falta de direitos e de grande carga de trabalho, as que identificam como as principais problemáticas vividas pelas mulheres em comparação com os homens. O SLG, como organização social que luta pelas pessoas do rural e pela justiça, deve, portanto, fazer sua essas reivindicações e atuar. Os discursos abaixo ilustram um pouco do porque é importante a existência de uma *Secretaria das Mulleres* dentro do SLG.

> Eu supoño que sexa para transformar a sociedade e para que as mulleres poidan ter voz propia. Se non existe machismo dentro do SLG, existe machismo en Rodeiro. E o Sindicato ten que botar unha man en erradicar o machismo en Rodeiro. Porque é un problema social, o machismo. E no rural… está mais incentivado que no medio urbano. (Entrevista 30, H)

> Darlle un pouco de pulo no mundo feminino para que se profisionalisar. Porque hai que darse conta de unha cousa, eu penso que hai que ser consciente de unha cousa: na medida en que, na maior parte dos casos quen está dada de alta no seguro, na seguridade social ou nos autónomos, ou no que era agraria anteriormente son os homes. Entonces cando unha muller se xubila, darche conta de que ... no teñen nin sequera unha paga. Entonces o Sindicato ten que velar para que as mulleres que traballan, como os homes, que poidan ter esa oportunidade, non. Pois hai que informar, teñen que hai que sensibilizar e hai que procurar que as mulleres.. pois mira, o caso que che contei desa parella desde que entrou no Sindicato deuse de alta e tal e agora ten unha xubilación, unha pequena patiña. Porque de outra maneira, pois ten que andar mendigando practicamente para ter unha paga non contributiva, que dan a case todos, pero é mellor que sexa contributiva. Entón o Sindicato é.. devolver a dignidade as mulleres. Devolver a dignidade non é dar a razón por algo que fan ou polo seu a sua... andaina da vida, pola forma como leva a vida, non. Consiste en dar a razón dicindo que son moi boas, ou que son ... se non é que dicir: "oye! é que tes tanto dereito a ter isto como o resto dos homes. Vostede ten dereito a formarse, vostede ten dereito a formar unha empresa. Porque é certo que no tema de emprender aí .. hai que.. intentar compensar." O que pasa é que o Sindicato non ten posibilidade de facer. Penso, he. Pero é deso que se trata, non, de devolver a dignidade. (Entrevista 38, H)

O discurso acima adiciona a esta lista de importâncias que têm a *Secretaria das Mulleres*, desde a perspectiva das mulheres, como sendo um espaço de encontro, reflexão, construção de alianças entre as mulheres, formação, autoconhecimento, além de valorarem ser um lugar seguro ao que podem recorrer nos momentos de necessidade, onde as defendam e obtenham informações fiáveis que as alertem sobre as injustiças das que são alvo e, muitas vezes, não são conscientes. Algumas reiteram na importância da Secretaria em "abrir os olhos das labregas para as injustiças". Essas são as formas pelas quais visualizam que podem melhorar a sua situação e a das companheiras diante de uma sociedade na que elas se veem completamente desamparadas e sozinhas. Assim falam:

> (...) É fundamental por un motivo. Mentras vivamos nunha sociedade patriarcal, eu creo que necesitamos as mulleres espazos para contarnos o que estamos vivindo, como nos atopamos e é, dicir para compartir as nosas vidas, os nosos sentires e para recoñecernos mutuamente e reflexionando sobre iso e ir atopando e ir buscando estratexias comuns, ir reforzándonos e apoiandonos e a calquer nivel. (...) Porque neses momentos está habendo unha regreción a mentalidades e políticas en contra das mulleres. Entón necesitamos escoitarnos moito, criamos alianzas entre mulleres, crear alianzas entre organizacións feministas, criar alianzas para políticas que destinan as mulleres, a todos os niveis, pois si que me parece. (...) (Entrevista 3, M)

> Pois todos os problemas que podes ter co marido, cos fillos, ... con... todas esas cousas que non lle contarías a naide e que podes ter ti. Eu creo que é... ao que se dedicaban. É ao que os puntos de información estaban dirixidos, a iso. Todos aqueles problemas que a muller quixera tratar, que lles buscábanlle normalmente solución, ou intentaban. E.. eu quero pensar que defenden todos eses problemas das mulleres. Que ... é un problema das mulleres, é que nos toca a coidar dos maiores e coidar dos netos. E coma esto moitas outras cousas. Mulleres do rural teñen todo o tipo de problemas. [risos] Hoxe en día, no rural, tamén ten moitas mulleres que non traballan no campo e eso. Pero bueno, as mulleres que traballan no campo, pois,... eso.. pois é... todas as mulleres teñen ese problema. As que traballan, pois teñen o seu traballo e despois na casa, non. E coidar dos fillos e coidar dos maiores. O que pasa é que as mulleres da ciudad, normalmente, miran os horarios e mismo eso non. Pois teñen todo mais fácil, porque a hora de ir mirar un escaparate, pois bueno, pois en unha horiña vai e xa está. Ou quero ir ao cine. Pois buá, xa estou. Quero dicir, que chegan a todos os sitios. No rural non. No rural supón se cadra tes ¾ de hora polo camiño para aló ou pa có. Xa tes que dispoñer dun coche. Non sei. Despois ... nunca .. as mulleres traballadoras do rural nunca teñen tanto tempo para informase de, pois da cultura, pois de... mismo dos.. tes que estar moi implicada para... bueno, é que para iso non sei, igual é cousa de cada un. Pero para informase.. sobre os fillos de orientacións os fillos e todas esas cousas, sabes. É logo tampouco sei se depende algo da familia... depende... Pero bueno, nunca tes tanta información coma as que vive nunha ciudá. Porque non cho permitiu. O tempo é mais as.. a mais as .. non sei as casas mais alonxadas das outras, non sei, non ves anuncios na calle, non ves, eu que sei. Outra maneira. Ten que ser unha familia que se implique moito para que estea mais integrada para saber esas cousas de familia, de dereitos, de ... eu que sei. Eu tampouco che diria... (...) (Entrevista 37, M)

> Entonces ao ter unha Secretaria da Muller pois, tes mais onde defenderte. Agora mesmo co tema do aborto. Xa hai uns anos que leva peleando co tema do aborto. E.. bueno, son moitos, moitos. O tema ese dos 300 euros agora, que daban as mulleres cando tiñan un fillo. (...) (Entrevista 14, M)

Nesses discursos encontramos o Estado e a Família como duas instituições as que elas têm de enfrentar-se. Com o Estado o enfrentamento é intermediado pela Secretaria e o Sindicato. Estes são identificados como promotores dessas lutas, levando a diante as suas reivindicações individuais. Tem um corpo técnico e mecanismos políticos que lhe dão capacidade para fazer frente às injustiças e o autoritarismo dos governos, administrações públicas e empresas. Uma oposição que seria impossível de se fazer a título invidividual, mas que coletivamente se faz efetiva. Com a família o enfrentamento é feito diretamente por elas. O Sindicato, por meio da *Secretaria das Mulheres*, torna-se um lugar de apoio, de reflexão para que elas identifiquem as opressões e obtenham ferramentas para poder reagir diante

delas. As ferramentas das que elas comentam vão desde o acesso a procedimentos administrativos, informações e serviços aos que elas podem acudir. Passa também por vivências de dinâmicas organizativas diferentes das que estão acostumadas ou estão naturalizadas em espaços de participação social. Sobre novas dinâmicas, percebem a sua participação valorizada por outras pessoas, passando a se sentir parte de um processo, de uma organização, de um grupo desnaturalizando a própria percepção sobre si mesmas. Também ressaltam as oportunidades da experimentação de fazer uma representação política, de dar um discurso, de ser uma liderança política ou mesmo de estar em espaços coletivos dos que elas fazem parte da construção do discurso e das ações sindicais. Discursos e ações que ao estarem legitimados por outras pessoas, lhes serve de escuto e referência por estar num plano acima delas, para levantar questões, justificar as suas ações e mudanças de comportamento dentro das suas Casas e em outros espaços da sua vida.

Esses discursos não são fáceis de serem identificados, estão nas entrelinhas das suas palavras e gestos. Aparecem de forma mais clara nas conversas informais, quando a formalidade da entrevista já não existe e podem contar os casos e as estratégias que elas e/ou suas conhecidas praticam para conseguir os seus objetivos. Assim, se percebem que esses dois campos de batalha, a Casa e o Estado, os dois como espaços políticos, tem estratégias e alcances diferentes, mas não estão separados. Segundo as informantes, o trabalho de visibilidade do papel das mulheres e da sua participação nos espaços políticos-públicos é menos represaliado e tem a vantagem de o fazerem de forma coletiva onde se sentem acompanhadas e amparadas pelas suas companheiras, sustentanto coletivamente as cargas e os possíveis danos colaterais das suas ações, o que lhes dá segurança para seguirem com a sua execussão.

Situação que é diferente no espaço da Casa, onde elas se encontram sozinhas na maioria dos casos. Não contam com o apoio de outras mulheres, além de se somar as cargas e as emoções interpessoais que permeiam essas relações. Isso torna mais complexa a análise da sua própria situação em relação a conjuntura mais geral. A identificação pessoal com um grupo oprimido, passa pelo reconhecimento e análise da opressão, do grupo social e das estruturas sociais que as sustentam, além da localização pessoal nesse cenário. Análise essa que também em sua maioria é feita de maneira individual, podendo ser apenas compartida, mesmo que a partilha seja uma estratégia importante para o reconhecimento da situação

vivida. Esse tipo de situação é mais visível ou mais popularmente conhecido quando se tratar de casos de violência contra as mulheres, mas também se dá na luta por iguais direitos econômicos e administrativos da exploração agrária, modelo de produção a ser desenvolvido na sua própria Casa, reparto de tarefas e responsabilidades, liberdade de movimento entre outras que são fundamentais para possibilitar uma maior autonomia de qualquer sujeito, mas que estão reguladas, normativizadas e normalizadas pelo sistema sexo-gênero e pelas instituições. Essa parece ser uma forma pela qual a *Secretaria das Mulleres* tem conseguido conectar-se com os diferentes temas relacionando temas de reconhecimento e de distribuição dos recursos, ao mesmo tempo em que tratam de outras formas de organizar a vida em sociedade. São recorrentes os temas como o da soberania alimentar e da mudança do modelo de produção que tenham em conta o sexo, a classe e as etnias, embora esta última tenha sido pouco abordada.

> E que unha muller aposte por outro modelo de produción, ou sea, estan loitando contra os seus maridos, apostando por outro modelo de produción hacia a transformación do leite e lles está costando moito, moitas o millor non o consiguen, pero bueno. Ese traballo e todo ese empoderamento que teñen é todo pola secretaría das mulleres e polo Sindicato. E están intentando aí contra vento e marea, pois intentar cambiar o que se está fundindo, porque ese modelo de produción non é rentable, porque é un modelo de produción é en intensivo, donde depende de unha industria, cando que se tu transformas o teu leite, pode vender doutro xeito, de forma directa, que é moito mais rentable. E elas están loitando por eso e eu me imaxino que se estas mulleres non estiveran dentro da secretaria, porque tamén se fala moito do tema da produción en extensivo e non en intensivo, pois non serian capaces nin de platexalo dentro da Casa e… e é un exemplo. Vas a coñecer e vas alucinar. (Entrevista 10, M)

A *Secretaria das Mulleres* do SLG, portanto, parece ser um espaço de fortalecimento e (de)construção de identidades que tem provocado e proporcionado ferramentas individuais e coletivas para as mulheres de dela participam. De maneira colateral, os efeitos dos discursos e das ações dessas mulheres tem promovido mudanças ou, pelo menos, incitado a reflexão e a visualização das difentes situações de injustiça e as diferenças de poder provocadas pelo sistema sexo-gênero. Mudanças que podem levar ao conflito ou não, mas que movem os sujeitos das suas posições de imobilidade.

6.1 A colmeia

As participantes da *Secretaria das Mulleres* podem ser divididas em dois grupos: as dinamizadoras e as afiliadas. Ambas têm grande conhecimento sobre as iniciativas, as problemáticas e as formas de trabalho levadas a cabo pela Secretaria e têm perspectivas similares sobre a mesma, com maior ou menor conhecimento, dependendo da intensidade e do tempo de participação. Mas se diferenciam quanto às ações desenvolvidas, a tomada de decisões e os efeitos das iniciativas em suas vidas. Isso porque, como explicado anteriormente, as dinamizadoras conformam um grupo de mulheres trabalhadoras técnicas e labregas que participam do corpo diretivo do SLG, especialmente a responsável da Secretaria e a secretária geral da organização. As afiliadas, por sua vez, demandam e são demandas desde as suas comarcas pelas dinamizadoras, tanto para reuniões como atividades, encontros, etc.

A Secretaria se reúne regularmente, no chamado Espaço de Dinamizadoras, que para quem participa do mesmo, serve para debater e dar saída sobre as problemáticas que observam e que são demandas nos seus locais de trabalho comarcais. Para as dinamizadoras, este espaço é o momento em que a Secretaria se reúne para coordenar o seu trabalho. Também serve para analisar e dar saída às demandas e reivindicações comarcais e nacional em temas específicos das mulheres e levando-os a todos os espaços e para autoformação. Ou seja, a dinâmica organizativa da Secretaria é feita por meio das trabalhadoras comarcais que recolhem as problemáticas e demandas das mulheres da sua zona e as levam para a estrutura a nível nacional da Secretaria, neste caso, o Espaço de dinamizadoras. Nele, fazem as análises e os encaminhamentos devidos, tanto de estratégias a nível local quanto nacional, discutem as demandas de outras organizações, movimentos e vindas dos outros espaços do SLG e as questões que devem ser melhor trabalhadas. As afiliadas não costumam participar da reunião de dinamizadoras, mesmo que esta seja aberta para que qualquer mulher possa participar.

Habitualmente as reuniões concentra-se na capital compostelana, numa sexta-feira a cada dois meses. O calendário de reuniões é elaborado com um ano de antecedência para que esta seja a prioridade na agenda das trabalhadoras e para que não se sobreponham outras atividades sobre esta. A decisão do lugar é por ser o habitual das reuniões nacionais, ademais

de ser geograficamente mais ou menos central. Para essas reuniões também se construiu uma dinâmica organizativa de receber antecipadamente as pautas a serem discutidas e na semana posterior a reunião recebem a sua ata. Ações que parecem triviais, mas que, segundo elas, tem possibilitado um trabalho organizado, coletivo e que vem dando resultados, na medida em que há um seguimento das ações desenvolvidas relacionados com as especificidades das mulheres e se consegue visualiza o caminho que se tem percorrido.

Nessas reuniões elas também experimentam diferentes formas de fazer reuniões e tomar decisões coletivas como, por exemplo, jornadas de um dia inteiro compaginando formações em temas específicos, trabalho somente de planejamento ou reuniões para formação de grupo. A depender das cargas de trabalho, do período do ano e das necessidades de cada momento, fazem atividades mais dirigidas para o autoconhecimento ou de planejamento (as dinamizadoras também se dedicam a todo o trabalho burocrático da comarca e dos setores que contenham na sua comarca). A direção e coordenação desse espaço são feitas por uma técnica e pela responsável da Secretaria que estabelecem umas pautas a serem trabalhadas.

As afiliadas participam mais a nível comarcal. A depender da comarca, reúnem-se ou tem atividades com maior ou menor frequência organizadas pela dinamizadora local. Nos grupos mais estáveis, as reuniões podem ter tanto um caráter formativo como organizativo, quero dizer, com discussões sobre problemáticas e estratégias a serem desenvolvidas. Nos grupos menos estáveis, as atividades são mais de caráter formativo, nos que as afiliadas, mesmo discutindo sobre problemáticas e fazendo análises que logo são levadas a nível nacional para serem encaminhadas, são desligadas da responsabilidade da sua execução. Visto assim, a impressão pode ser de uma estrutura paternalista de cara as afiliadas, podendo também ser entendido, no melhor dos casos, como um processo inicial para uma possível e futura auto-organização.

A dinâmica organizativa da *Secretaria das Mulleres* e os temas tratados por elas são pouco ou superficialmente conhecidos entre aquel@s que dela não participam. Alguns supõem que a sua dinâmica organizativa repete o mesmo estilo das reuniões setoriais, na que se abre uma assembleia para discutir determinados pontos que deverão ser levados aos espaços nacionais que, por sua vez, darão as resoluções aos problemas e demandas desse "setor" como responde um afiliado:

> Como funciona?.... é… pois funciona, eso, intentando crear mecanismos en todos os aspectos en todas as cousas para que as mulleres teñan a súa presenza, para que escoiten a súa voz,os seus problemas, non?! … (...) Pois canalizando, unha vez que recolle as problemáticas, supoño que das reunións, as trasladalas e despois teñen unhas implicacións, non, nas outras.
> R- Podes dar algún exemplo?
> Como por exemplo, cando se reúnen as mulleres e chegan a conclusión de que a reunión as 9 da noite, pois é imposible, pois que non se faga as 9 da noite. Non sei. Ou se hai que facer unha reunión e.. non tes.. maneiras de que naide te quede co pequeno, pois tamén estar facendo.. impedindo. (uff) (Entrevista 12, H)

Esse grupo de não participantes, reconhecem lutas que foram historicamente centrais para a Secretaria, especialmente naquelas que tiveram a administração como principal objetivo das reivindicações. Como exemplos recorrentes aparecem a campanha de anos pela titularidade compartida e o direito a cotizar na seguridade social agraria. Também aludem a importância dos Encontros anuais da *Secretaria das Mulleres* para toda a organização, dado o grande número de participantes. Em contraponto, identificam diversas problemáticas entendidas como específicas das mulheres do meio rural como a invisibilidade do papel e dos trabalhos desenvolvidos por elas. As razões da manutenção das desigualdades estão relacionadas, principalmente, com a educação formal a que homens e mulheres estão submetid@s ainda hoje. Afirmam que a informação lhes chega por meio do jornal interno, o FOUCE, da esposa, no caso de que ela participe da Secretaria e das reuniões do Sindicato, onde se comentam temáticas. Assim expõe esse informante.

> (...) Porque a verdade é que na Dirección Nacional nunca se tratou deses temas. Nunca! Nunca.. se falaran de temas feministas ou de políticas feministas. Parte de pequenas cousas, como a titularidade compartida e as cousas que se defenden si. Pero eu nunca fun a unha Dirección Nacional falar de temas feministas ou de temas de igualdade e... se cadra, se cadra, damos por suposto moitas cousas que xa non se traballan porque deben ser así, como este tema. Porque damos por supostos que todos os que estamos na dirección nacional somos todos feministas e estamos expeditos de todo e sabemos xa de todo o que se fai o sindicato e é mentira. Se cadra damos por suposto e eso, por exemplo, nunca se falou. Sin mais . por eso non sei cales son as reivindicacións que se ten hoxe en día. Porque a dirección nacional tampouco decidiu. (...) (Entrevista 30, H)

Neste grupo também se incluem aqueles que nada sabem sobre a *Secretaria das Mulleres*, mesmo participando dos espaços nacionais. Tampouco veem como temas importantes a serem abordados pelo Sindicato, principalmente nesse momento de crise econômica no que vive o meio rural. Afirmam que a luta pelo fim das desigualdades derivados do sexo-gênero, de nada adianta serem trabalhadas se a população labrega não consegue sustentar-se no meio rural. Por isso, vê como primordial centrar os esforços na

construção de estratégias de sobrevivência econômica para o campesinato que passa por adotar outro sistema de produção-consumo.

> (...) O sector industrial na agraria é unha putada e todo que se faga esta dentro desta andromeda. E está moi ben que sea a titularidade compartida, e está moi ben. Pero sigue vivindo como miserables. Seguen levando o que faz. O faz ti mais o que fago eu. Esta moi ben. Pero é o que che estou intentando.. é que se fai todo dentro do mismo sistema. O mismo sistema que vai levar a todos a ruína. E moi ben que ti mais eu compartamos, e titularidade compartida, pero dentro de 2 anos nin estás ti, nin estou eu. Porque me pecharon a granxa. Hai cousas mais importantes que unha titularidade compartida. Hai que afianzarse que o tipo siga traballando e despois falamos. Que mais dá? (...) (Entrevista 22, H)

Para um número quase insignificante de homens, essa é uma problemática superada, sendo a divisão sexual do trabalho o resultado das diferentes capacidades que tem cada sexo. Para estes, a *Secretaria das Mulleres* é um espaço a mais no que eles não veem influência sobre as suas vidas, não lhes gera incomodidades, nem lhes aporta nada novo. Mesmo identificando desigualdades por razões de sexo-gênero ao seu arredor, mas deixam claro que estas estão alheias a sua vida.

6.2 As abelhas

O trabalho das dinamizadoras é uma das estratégias reconhecidas pelos resultados conquistados ao longo dos anos por uma parte da afiliação que acompanha mais o dia a dia do Sindicato. Para aquelas que conhecem o seu funcionamento, esse é um espaço que cumpre a função de organizar o trabalho da Secretaria, como descrito anteriormente. Um espaço capaz de dar ferramentas às próprias trabalhadoras para conseguir chegar até as mulheres e levar um trabalho continuado com elas. Por isso, também é um espaço de formação e vivência em temas levantados pelo movimento feminista. Segundo as informantes, é o espaço que melhor funciona dentro da organização como comentam algumas.

> E o que temos é unha estrutura, que para min é o que mellor funciona do sindicato. O que mellor co diferencia e... que, bueno, temos unha estrutura que é unha rede de dinamizadoras, vale. Entón, o que facemos é que nos xuntemos, facemos un calendario de xuntanzas anuais, creo que cada 2 meses, mais ou menos, non estou moi segura. (Entrevista 1, M)

> (...) Que bueno, coidamos tamén que as persoas que están nos locais teñan unha formación en xénero, que teñamos un pouco o traballo en clave de proceso de

> empoderamento na toma de decisións das compañeiras que están nas comarcas. (...) (Entrevista 11, M)

> (...) Para min algo moi fundamental é o traballo das dinamizadoras. Hum.. a Secretaria das Mulleres hai traballadora e hai afiliadas que traballan como dinamizadoras da Secretaria da Muller. Entón, a parte de ter un grupo de traballo, que fai as cousas, elas mismas se axudan, se adiantan e logo cando van a donde van, realizan ese traballo de dinamización. Pois fai.. e logo que está, digamos, presente todas as outras liñas de traballo dentro do sindicato. (Entrevista 5, H)

Ao mesmo, é um espaço de partilha entre elas para que possam caminhar juntas no trabalho com as mulheres. Nesse caso, cumpre também a função de ser um espaço de auto-desenvolvimento das companheiras, uma vez que elas também estão inseridas no sistema sexo-gênero. É um momento para valorar-se, compartir dificuldades, buscar soluções conjuntas e falar de problemas próprios. Dessa forma, também se estabelecem outros tipos de relações entre as companheiras que vão além da execução do seu trabalho. Passa por criar redes de auto-cuidados, rede de afetos que são fundamentais para a sustentação de movimentos sociais que têm poucos recursos, (DELLA PORTA, 2015).

> (...) E logo como traballadora é… nós temos un espazo, que eu xa lle chamo de espazo de coidado, que é o de dinamizadoras. É.. donde é o noso momento. Cada dous ou tres meses que é cando facemos as nosas xuntanzas é o noso momento. A parte de para falar de nós mesmas, que é a parte de terapia persoal, logo tamén intentamos organizar o traballo que estamos facendo nas comarcas desde a Secretaria das Mulleres y con as mulleres, orientada un pouco a esa formación que, bueno, dado os tempos que corren facemos menos cousiñas porque entra outras moito mais urxentes, é o típico, sempre se deixa o que é realmente importante para o final. Pero.. que sigue a diante. (Entrevista 10, M)

> (...) Despois o que fixo Tareixa con nós foi importante no sentido de que, unha parte esencial do traballo foi entender que toda persoa para chegar a empoderarse tiña que sufrir un proceso. Un proceso no que deberíamos acompañalas, non.E reforzar a través de formación, xornadas específicas. O de convidalas a diferentes cousas que fixera o Sindicato. Porque era un proceso lento. Porque podes coñecer unha persoa nun curso, despois non vir, e despois tal, podía haber procesos. E aquelas que xa estaban moi avanzadas, pois chega nun momento dado pois deixaba. E que había que escoitar os tempos das mulleres afiliadas, porque cada quen tiñan as súas circunstancias. E definir ben. Daí que saíra o termino dinamizadoras. Entre a secretaria das mulleres, digamos, que era o órgano das afiliadas, e a dinamizadoras, que eramos as compañeiras, traballadoras que para min era difícil distinguilo, porque eu persoalmente, dado que estou nos dous lados. Eu son afiliada e dinamizadora, non, porque non estou nas comarcas como coordinadora, pero digamos que era un pouco difícil de entender. Eu entendo que unha cousa é dinamizar e ser unha persoa de referencia para as mulleres de algún xeito, con perspectiva e con tempo e fixar un itinerario para elas, de traballo de actividades, de cursos de formación, de asistencia, ou do que sexa, unha cousa era, eso, e a afiliada que podería ir ao local e dicir, estamos detectando esa necesidade e cremos que habería que facer algo aquí e ter ti como interlocutora, pero que esa persoa sexa completamente consciente que a través da dirección nacional ou participando podería tamén demandar eso. Ese traballo de empoderamento, para min, é o debate. Date conta de como é a organización. Para min, o entender que ... a rede de

> dinamizadoras debería se soster... pois para min foi moi clarificadora e importante. (...) (Entrevista 34, M)

Essa combinação parece conseguir integrar na cotidianidade do trabalho outra lógica de fazer política, de trabalhar em grupo que não visa somente os resultados brutos a ser alcançados, como poderia ser o ter igual número de mulheres e homens nos cargos de representação, mas na valorização dos processos vivenciais das pessoas, nas relações que se estabelecem entre elas para melhor viver. Os resultados são perceptíveis no próprio processo e na assistência continuada e fortalecida desse espaço de dinamizadoras e na combinação de diferentes estratégias. Também se verifica a atenção constante e que persiste no tempo dessas companheiras a todos os temas em que possam estabelecer relações de desigualdade com respeito ao sexo-gênero, ou de criar mecanismos para dar visibilidade às labregas, como relata a informante abaixo.

> Sempre… tes que… empuxalas. Os homes van sós, aos homes tes que darlles para atrás [risos] Claro, entendes? Ti, se te deixas levar polo cómodo tes 25 homes e ningunha muller. Entón bueno… é un traballo a maiores que tes, pero que se non te paras a pensalo, acabarás non tendo ningunha muller, e non ter ningunha muller significa que non visibilizas e non vai haber outras que se incorporen… a vida pública. E, desde logo, cada unha ten que decidir se quere incorporarse a vida pública ou non, pero que non sexa porque non hai outra muller ou porque pense que non é capaz … [pausa] Somos tan capaces ou máis que eles … [pausa] Pero claro para eso temos que quitar o lastre de… de non sabemos, de… non!… Podemos como os demais e despois eliximos se queremos estar ou non, que efectivamente é unha elección moi… moi persoal. Pero que non sexa porque pensamos que non podemos. E ese si que é un traballo de formiguiñas… moi complicado. (Entrevista 18, M)

Outra estratégia desse trabalho é de conseguir chegar até afiliadas. Esta é identificada como uma das grandes dificuldades para desenvolver um trabalho com as mulheres. Assim, o trabalho das dinamizadoras é também o de fazer uma atenção "diferenciada", na que o trabalho político se adeque a linguagem e as formas de quem está fora desse mundo masculinizado das organizações sociais, especialmente das estruturas sindicais. Da mesma forma que o sindicalismo deveria adaptar-se a lógica campesina, e não ao revés, as dinamizadoras deram esse passo de provar outras estratégias para conquistar as suas afiliadas. De acordo com as informantes, ir às suas casas, chama-las pelo nome, ir além do trabalho burocrático, criar alguma relação de confianças, mudar de ambiente, foram algumas dessas estratégias encontradas para aproximar o SLG das labregas. Estratégias que vão além do espaço do Sindicato e que podem gerar, ou na que se busca gerar, uma relação de proximidade ou mesmo de amizade.

> A maior dificultade inicial é realmente o como chegar, o chegar a elas [risos]. Claro nós, por iso eu digo que importante é o papel como dinamizadoras, e o ter presente para ti que este traballo é importante, e cres en el e ...e o faz co convencemento, porque digamos, tes que aproveitar e... todo o que poidas. (...) Me explico, se.. un dia é... a muller a que che ven pois tipo a oficina. Digo, porque si que che ven traer algo, igual non solo recoller se non: "hai, sentate cinco minutiños. Como te atopas? Canto tempo? Haaa... que tal" E.... a ver, nós tamén creemos que funciona moito é... o falar con estas mulleres en outros espazos que non sexa tanto de oficina, pois igual por ir tomar un café, se é que tes tempo, se podes e tal. Entón se queremos facemos ese traballo tamén, se podemos. Hum.. Deso de ir tomar ese café ou en algún casos tamén, intentamos, se podemos, ir a visitalas nas súas casas. Porque hai veces que se establece unha relación. (Entrevista 2, M)

Outra companheira descreve esse primeiro contato e a sua importância:

> Eu creo que o principio, o fundamental é criar unha relación de confianza, vale. Para traballar con mulleres eu creo que o principal... Eu, se non me coñece ninguén do nada e chamo unha muller que non me coñece de nada e nunca me veu a cara. É moi difícil, por moito que lle solte.. vamos, un conto de que vamos a facer unha non sei que .. "uê".. non fai nin caso. Entón eu creo que o primeiro, o primeiro paso fundamental, empeza no traballo persoal de estabelecer coas mulleres. Entón é cando veñen aquí. Como contactas? Porque son afiliadas do sindicato. Entón nos temos unha base de datos, e temos as mulleres están alí, quero dicir, nós temos homes e mulleres normalmente, ou intentamos telos, non. E... cando te faltan os datos, pois hai un gran momento que é na declaración de renda que ven os datos de todos. [risos] Pero bueno, elas están voluntariamente afiliadas ao Sindicato, e veñen aquí a facer un traballo, a facer un papel ou teñen unha dúbida, teñen un problema co non sei que. Entendes? Entón xa te coñece, te coñece e xa estabelece unha relación contigo. Entón coidar esta relación é moi importante coas mulleres. Cos homes tamén, he, pero quero decir. Pero coas mulleres é súper importante, e despois que tes esa relación creada, pois convoca por telefono. "Oye mira, estou organizando un curso e pensei que te podía interesar, vai ser así, estos días, tal e..." vente.. Así, e veñen ou non, eu que sei. (Entrevista 1, M)

As estratégias tomadas para a criação desse elo de confiança vão depender um pouco das habilidades de cada uma das dinamizadoras, e não é criado de um dia para o outro, também faz parte de um processo de aprendizado. Por isso também entendem como importante essa partilha e acompanhamento coletivo dos processos de cada comarca no espaço de dinamizadoras. Cada uma aprende ao mesmo tempo em que ensina, experimentam estratégias novas e compartem os resultados,[143] assim cada uma também se sente mais segura para levar a cabo ações em suas comarcas, falar de certos temas e intentar mudar certas

[143] Essa lógica não é uma novidade, comparte com diferentes lógicas de educação e saberes que se distanciam da hegemônica, em que um é o detendor do conhecimento absoluto deve ensinar as/aos demais desposeidos de qualquer saber, ignorantes. Diversas teórias têm discutido e experimentado formas diferentes de construção de novos saberes basendo-se em experiências concretas e populares daqueles coletivos marginalizados dessa sociedade.

dinâmicas locais para favorecer a participação das mulheres e das suas preocupações e demandas.

Sobre isso é importante alertar sobre o perigo que envolve o discurso sobre essa estratégia do estabelecimento de uma relação pessoal com o intuído de envolver e angariar participantes por dois motivos: o primeiro é o essencialismo e paternalismo que se pode criar nessa relação, dado que uma boa parte das dinamizadoras são profissionais-técnicas que entre os grupos sociais ocupa uma situação de poder diferente do grupo de labregas. Isso pode gerar uma relação de dependência das profissionais. O segundo motivo se refere aos essencialismo relativos ao envolvimento das mulheres em questões políticas, de forma que se pode reproduzir a ideia dualista de mulher- natureza- emoção e homem- razão. Os homens se envolvem por questões ideológicas e as mulheres pelas relações pessoais. Fato completamente descartado pelas próprias informantes quando falam das suas motivações e envolvimento com o SLG. Nesse sentido, o que parece valioso dessa estratégia é a valorização e visibilidade que as técnicas passam a dar as labregas. Situação que não ocorre em outros lugares, tendo especial valor para elas no momento de decidir sobre a sua participação nessa organização.

Para as dinamizadoras, e alguns trabalhadores e afiliados, a criação de uma relação de confiança com as mulheres é fundamental para haver uma participação e contribuir para uma maior autonomia das mulheres como sujeitos sociais. Isso promovería uma maior participação das labregas na Secretaria, logo no SLG, além de estabelecer novas dinâmicas dentro da unidade familiar e na própria organização. Portanto, este seria o primeiro passo identificado como parte de um processo maior [144],que passa por criar em cada comarca, pelo menos, um grupo de labregas autogestionado sem a necessidade do papel de dinamizadora externa como eixo sustentador e articulador, como há atualmente. Estes grupos, por sua vez, conformariam a *Secretaria das Mulleres*. Uma proposta de intervenção e mobilização popular que mistura estratégias de cima para baixo, mas que também pretende ser de baixo para cima na estrutura sindical, modificando a mesma. Uma tarefa nada fácil, mas que vem se conseguindo em algumas comarcas, como valora uma das dinamizadoras:

> (...) nos últimos tempos, estive intentando nesa zona, pero que non estou conseguindo moito é que sexan elas as que se autorganizen, sen depender da miña figura. Que se auto

[144] Ver quadro 1 “O processo de dinamização das mulheres na comarca”

> convoquen, que queden, que fagan actividades. Algo se vai facendo, pero irregular. E algo se vai facendo. E por exemplo, agora van a participar dun acto que organiza.. unha organización dali de mulleres para do 8 de marzo e van a participar dúas... Bueno, xa vai... quero dicir, xa hai un grupo de mulleres... que xa, bueno, esta nun momento… e despois participan case todas do Sindicato, sexan de mulleres ou non, que iso é un pouco tamén o bo. (Entrevista 1, M)

Essas estratégias de criação de uma relação de confiança também estão sustentadas em fazer frente a ideia e realidade de que os modelos organizativos sindicais tradicionais estão masculinizados e, por isso, não proporcionam um espaço onde elas se sintam identificadas com as formas de fazer política e as dinâmicas estabelecidas. Além disso, a histórica experiência de exclusão experimentada pelas mulheres nesses espaços, também promovem, antemão, a sua rejeição. Assim, o espaço da Secretaria e as atividades exclusivas de mulheres também cumprem a função de incentivar as primeiras participações das labregas e a sua toma de contato com o SLG. Elas rompem com as distâncias, criam espaços de interesse, estabelecem outros laços inter-pessoais, outras estruturas nas que as labregas possam se sentir identificadas e seguras. Isso daria as bases para que elas também queiram participar e formar parte de alguma maneira da organização. Experiencias como a de ter voz, sem o sentimento de medo a recriminações e preconceitos, falar dos seus problemas sem que estes sejam vistos como pequenos e sem importância e buscar saídas coletivas para eles são elementos que todas valorizam como fundamentais para que tudo esse processo de engajamento seja possível. Soma-se a necessidade cada vez maior de espaços para a partilha de conhecimentos, de estabelecimento de relações pessoais e alegres, onde tem cabida o sorriso e a alegria.

Alguns resultados desse trabalho são os grupos de mulheres e a participação numerosa nas atividades da Secretaria, mas também estão refletidas nos discursos das labregas que veem esse espaço como seu, de encontro, partilha, útil para a sua vida cotidiana e importante para a conquista de direitos.

> (...) O que pasa é que claro, como temos as xuntanzas cada 3 meses, pode ser.. cando nos toca. Pois.. xeralmente chámoas eu e: “mira que este xoves é a xuntanza nosa e tal tal.” Entón lle fai logo aquela ilusión e di a miña veciña: “pois eu levo o café” e estás con aquela ilusión, que a veces que somos esas veciñas, que hai 2km de unha a outra, e a veces ten que ser neses encuentros cando nos vexamos. Porque non nos vemos. Levamos unha vida moi estresada. (Entrevista 14, M)

> Bueno, porque ves as mulleres de máis cerca comentas os problemas que tes… e… os problemas do leite… agora vai vir o da carne. E logo… pois outros problemas, pois se… o meu marido é titular e eu non o son e deberiamos ser os dous porque é normal, por exemplo. O dos nenos, vamos a ver… os nenos que están no rural

> debían de ter os mesmos servizos que os que están noutro lado e… (...) (Entrevista 24, M)

> (...) Así.. bueno, eu que sei.. falamos... as últimas que fomos eu penso que era para decidir o polo mundo rural vivo. E despois, se se poñía ou non unhas charlas ou que se podía facer polas mulleres, que foi cando falamos de facer, de mandar alí a matrona para que nos explicase un pouco de xinecoloxía e da menopausa, eu creo que fora. Pero eu xa te digo, fai tempo que non vou, porque non teño tempo. E as últimas veces que avisaron eu non puiden ir. Pero bueno. Así. (Entrevista 35, M)

Por isso, outra tarefa inicial das dinamizadoras é de "convencer" e animar as labregas de que vale a pena participar, de que o tempo que elas vão "gastar" nessa participação será produtivo e enriquecedor. O tempo, como já discutido, é um recurso escasso para as labregas e deve ser utilizado com eficácia e eficiencia. As atividades não podem ser em vão, nem desconexa com os seus interesses, nem tomar demasiado tempo interferindo significativamente na sua cotidineidade. Ademais, para participar, as labregas devem sair das suas Casas o que implica, pelo menos, informar aos membros da unidade familiar da sua ausência e deixar "todo o trabalho feito". No caso de haver algum dependente, buscar quem a substitua nesse período de tempo. Caso contrário, não haverá participação, mesmo quando há total interesse por parte das mulheres como acontece na maior parte dos casos e relatado abaixo:

> (...) Tiveron reunións importantes que viñeron mulleres de fóra e si que me deu pena de non ir, pero porque eu non puiden ir. Porque, a ver, unha que tiveron en Vigo e viña xente de Suíza e todo.. (...) porque puxérase o velliño malo e estivo na residencia e eu non puiden ir. Entonces, iso das mulleres, das viaxes e eso, non participei moito. As mulleres do meu pueblo si que teñen ido moito. (...) Ben, ben.. levábano ben, unhas bromas por alí e todo. E eu dixen: si señor, bonito para quen puder vir... pareceume moi ben. E pareceume moi interesante. Pero bueno, interesante seria participar todas as mulleres. Pero, por falta de tempo... (Entrevista 37, M)

> Moi ben. Vámonos para alí, estamos dúas ou tres horas. Estamos charlando do que sabemos facer. Eu debo ser a que menos sei facer de todas, porque non me gusta nin a cociña, nin outras cousas… Pero bueno, interésome polas que saben facer cousas e sempre che aportan ideas do que elas fan… a que sabe facer un dulce, pois un dulce… a que sabe facer marmelada vaiche ensinar… e… bueno, que estamos charlando das nosas cousas e de como nos vai. (Entrevista 24, M)

Assim, as estratégias de trabalho desenvolvidas pelas dinamizadoras também envolvem a criação de espaços ou momentos que servem de "desculpa" para reunir as mulheres e que lhes sirvam também para "justificar" a sua participação e ausência na Casa para dentro da unidade familiar. Atividades que vem sendo promovidas podem ser a de diversificação da produção, melhoria da utilização dos recursos da exploração e temas que afetam diretamente a

elas. As dinamizadoras tentam introduzir em qualquer tipo de formação e atividades com temas relativos ao sistema sexo-gênero que sejam capazes de despertar algum interesse, que lhes provoque inquietudes e para que voltem a participar nas demais atividades. Também se discute sobre as campanhas informativas e de reivindicações de cara o Estado levadas a cabo pela Secretaria como foi no seu período a campanha pelo acesso a seguridade social; pela titularidade compartida, contra a violência machista e a reforma na lei do aborto.

> A formación é para nós tamén é unha escusa para xuntar as mulleres é.. formación de… calquera tipo realmente, moitas veces o que se necesita é unha escusa para xuntalas e que se organicen tamén entre elas e que fagan, pois nas súas comarcas, nas súas vilas, nas súas aldeas pois é… traballos de formación. Porque a veces as formacións acudan moitos mais homes que mulleres. As formacións mais técnicas, mais especificas, por exemplo, en cousas de benestar animal o 80% que van a ir van a ser homes, cando elas tamén traballan na granxa. Entón intentamos que a través da formación, pois tamén visibilizar esas necesidades pois para que accedan a outros tipos de formación mais técnicas e é complicadísimo. (...) Dificultades é que as mulleres asistan as xornadas, xa non que elas queiran asistir, pero si que poidan asistir. Porque os traballos que teñen na casa, e sobre todo cos temas dos coidados pois ten un peso grande e tal. Tu faz unha formación e nos preocupamos sempre de poñelas sobre as 3h30 da tarde. Non é casual, senón que é a hora despois de comer que mellor terían 2 ou 3 horiñas, e eu falo sobre todo coa xente do leite, antes de ir a muxir. E ten os nenos no cole ou as nenas. É.. e como ese pequeno espazo a que para a maioría delas non tería moito problema en asistir. E aínda si é moi complicado que tomen conciencia o que vaian soas. Sempre van acompañadas da veciña. Sempre.. ou se xa te coñecen e tal, se xa teñen confianza coa persoa dinamizadora… é un papel moi importante. A dinamizadora ten que ter moita confianza coa mulleres, facer visitas, sabes, que te coñezan. É a veces detrás da cociña se falan cousas que non se van a falar aquí detrás dunha mesa. Non é o mesmo este espazo que se estamos xuntas na túa casa, na cociña, a confianza é outra. E ese é un traballo moi importante da dinamizadora. (Entrevista 10, M)

A perspectiva feminista e as questões específicas são inseridas principalmente naquelas atividades em que são organizadas pelas próprias dinamizadoras e, especialmente, naquelas específicas para as mulheres. Isso acontece porque os recursos existentes, e aqui me refiro a todos (teórico, metodológico, humano, econômico, espacial) são reduzidos o que faz com que concentrem os esforços e recursos no trabalho com as mulheres, como já comentado anteriormente. No entanto, isso não quita que em determinados momentos essa perspectiva vá mudando outras formas de fazer cotidiano dentro da organização.

O resultado parece ser lento, mas efetivo na medida em que se reconhece e se valora o trabalho, as mulheres e a Secretaria têm visibilidade e conquistam espaço na organização. Com respeito a isso, todos os discursos encontrados apontam para isso. As estruturas locais e setoriais vão se modificando com a introdução das problemáticas que saem das próprias

comarcas e com uma maior participação das mulheres em outros espaços do Sindicato. Da mesma forma, tem influência os debates feministas aos que as mulheres buscam estar conectadas.

A dia de hoje, o trabalho comarcal está bastante reduzido, justificado pela diminuição dos recursos econômicos do Sindicato que reduziu o número de trabalhador@s. Sendo assim, há um aumento do volume de trabalho para aquelas que continuaram como técnicas. Acumulam-se os trabalhos administrativos, de serviços prestados a afiliação e o político de fomento, acompanhamento e discussão das estratégias. A dinâmica de trabalho faz com que se priorize o trabalho dos serviços e burocráticos frente ao político que não têm prazos limites que responder. Consequentemente, há uma caída na quantidade de atividades locais em temas políticos-organizativos em geral, incluídos os dirigidos às mulheres. Algumas informantes apontam para o perigo que o trabalho em termos de igualdade e com mulheres seja afetado por essa diminuição dos recursos que faz com que todos os temas relacionados com as desigualdades de sexo-gênero sejam colocadas em segundo plano, fazendo com o todo o trabalho anterior se dissolva, ou sofra retrocessos. Assim comenta uma das entrevistadas.

> Entón que pasa? Que despois no dia a dia, como esta ocorrendo na maioría das organizacións, como hai menos recursos económicos tendemos a reducir e.. todo o que ten que ver coas mulleres, pasamos a segundo plano. Entón ese é o perigo. Que como hai menos recursos económicos, menos recursos humanos, déixanos en segundo plano o traballo co mulleres. Porque é mais urxente o sector do leite, é mais urxente esa política, porque é mais urxente… entón ese é un perigo, que eu creo que as mulleres da secretaria das mulleres mais ou menos son cocientes, pero que está aí. Entón é un reto nese momento. Eu creo que é un verdadeiro reto. Porque claro, hai menos recursos humanos nas comarcas, a nivel de traballadores e traballadoras. Hai moito volumen de traballo, hai que facer a declaración da renta, ahora hai que facer os IVEs, hai que convocar tal reunión, entón o perigo é que deixemos o traballo co mulleres, como non é "urxentísimo", que o vaiamos deixando, non. E a nivel de Sindicato e a nivel xeral, o mesmo. Entón ese é o perigo. Perigo ao tempo que o reto. (Entrevista 3, M)

De todos os modos, são identificados alguns grupos de mulheres que se mantém no tempo como o de Betanzos, Ordes e Muxia. Lugares nos que historicamente houve um trabalho continuado por parte da *Secretaria e Mulleres* que lideraram processos complicados de reivindicações de direitos das mulheres. Por esse mesmo motivo, também são compostos por mulheres que tem uma longa trajetória dentro do Sindicato, cujas idades coincidem com a realidade do rural galego, acima dos 55 anos. Nessas comarcas a participação das mulheres é mais continuada em diversas atividades. Em outubro de 2015, durante a passagem da

Caravana Feminista da Marcha Mundial das Mulheres por Galícia, essas comarcas participaram ativamente da organização das atividades nas suas comarcas. Em Betanzos, por exemplo, elas organizaram no centro do povoado uma recepção calorosa com uma feira produtos labregos cultivados nas suas explorações e na de outras companheiras. Fizeram um almoço com seus produtos, organizaram uma conferência para difundir as situações de violência de gênero em mais lugares da Europa que seria exposta pelas companheiras da caravana Feminista que vinham recolhendo de outros países. As mulheres da comarca de Ordes, Muxia, Vedra e Compostela se mobilizaram para participar da caminhada pela capital Compostelana. Uniram-se a batucada feminista cantando e tocando os instrumentos que intercambiava entre as participantes. Além disso, fizeram parte da mesa de debates na que falaram do papel das mulheres labregas na luta pela soberania alimentar e dos povos.

Nas zonas de Lugo e de Ourense a dispersão geográfica, o despovoamento e as malas comunicações de transporte mantêm as mulheres líderes da zona mais isoladas, dificultando a conformação de um grupo e de reuniões periódicas. O trabalho pontual dirigido às mulheres caracteriza o trabalho dessa zona. Ainda assim, vê-se uma caída na realização dessas atividades junto com a falta de recursos para o seu financiamento. A crise do campesinato é mais intensa nessas zonas, o que significa que os recursos das próprias mulheres também diminuem, dificultando o seu acesso e participação nas mesmas.

> (...) En Lugo, Lugo é unha comarca moi difícil, porque cubre unha area xeográfica moi grande e é moi dispersa non, colle unhas aldeíñas moi pouco poboadas e que son moi dispersas. Entón hai mulleres que son cadros moi importantes e que ten plantexamentos moi interesantes como a de Negreira, ou na zona de Friol, ou na propia Fonsagrada. Pero, quero dicir, que son como moi dispersas, sabes, que non funcionan como un grupete de veciñas como hai en outros sitios, entón depende un pouquiño así. (Entrevista 11, M)

Já no Baixo Miño e zona de Pontevedra, a pouca incidência do Sindicato e a falta de prioridade do trabalho com mulheres pela comarca fez com que não se verificasse a realização de um trabalho continuado na zona. Mas ainda assim, são identificadas diversas lideranças que participam das atividades nacionais da Secretaria e que levam outros temas. Um dos exemplos mais vistosos é uma das lideranças em temas de agroecologia da Galícia e das criadoras da *Rede Galega de Sementes*, Belén Fervenza Couñago. Atualmente, responsável do setor de Horta do SLG e que dinamiza toda a zona do Baixo Miño ao redor desses temas, no que incide sobre a necessidade de um olhar feminista. Vinda da zona de Lugo, também tem

destaque a responsável do setor do leite Lupe Prado, que com um discurso similar a de Belén, animou a afiliação durante o IX Congresso do SLG[145]: "*Terra, Prezos dignos e Soberania Alimentaria*", a continuar a luta por um rural vivo que tenha em conta as labregas e pondo um fim a todos os tipos de desigualdades, sendo aplaudida fervorosamente por todas as participantes.

Com essa dinâmica, se percebem duas tendências que vão mais ou menos combinadas e que se retroalimentam dentro do Sindicato: de um lado, o trabalho dirigido, continuado e organizado por meio da *Secretaria das Mulleres* junto a uma base feminizada de labregas. E outra, de mulheres líderes destacadas que se somam ao projeto sindical e feminista com o qual trabalha o discurso dessa organização. Estas últimas, não necessariamente participam de forma orgânica da Secretaria e das suas atividades dirigidas às mulheres, mas recolhem os discursos da Secretaria ao mesmo tempo em que são referências dentro do SLG, servindo de modelos de labregas líderes.

6.3 Fazendo o mel

As campanhas são outra importante estratégia da *Secretaria das Mulleres* levadas a cabo especialmente pelas dinamizadoras. As campanhas são entendidas como "a luta" ou "o trabalho" feito cotidianamente pela Secretaria no que se identifica um tema a ser discutido ou reivindicado. Para a maioria da afiliação, não são estratégias em si, mas sim são para aquelas que pensam e elaboram as formas de alcançar determinados objetivos. As campanhas em geral servem para dar visibilidade a determinadas problemáticas e suas reivindicações sejam para a filiação ou para a sociedade como um todo, tendo por fim exercer pressão sobre as instituições opositoras. A *Secretaria das Mulleres* desenvolveu duas grandes campanhas ao longo desses anos: a primeira pela titularidade compartida e a segunda, contra a violência de gênero.

[145] Realizado em Lugo, o 12 de março de 2015.

As temáticas trabalhadas desde a Secretaria que mais chegam à afiliação, especialmente aos homens, são aquelas difundidas por meio de campanhas que se prolongam no tempo e que tem reivindicações concretas. O exemplo mais claro foi a campanha pela titularidade compartida que inclui o direito à alta na seguridade social. Todas as pessoas entrevistadas tinham conhecimento dos posicionamentos da Secretaria e o percebiam como uma luta por justiça e legítima a ser defendida pelo SLG. Por meio dessa campanha, diversos foram os temas que se conseguiu trabalhar e inserir no debate com a afiliação como a importância do papel das labregas, do seu trabalho, da sua participação em outros eidos da vida e da necessidade de reivindicar os seus direitos. Os discursos das mulheres revelam a intersessão dos temas e a importância da garantia de direitos com um caráter de justiça.

> (...) daquela o Sindicato labrego loitaba moitismo pola titularidade das mulleres. Porque aquí … hai.. un patriarcado, moi importante, un patriarcado de moito peso entonces aquí toda a vida estiveran na granxa as mulleres e foron as reunións os homes. O sea que tiña moita gracia. Que explicaran aquí como muxia, pero quen muxiábamos eramos nós. Por exemplo. No meu caso non, porque o meu home non se dedicaba. Eu tiña que escoitar como se muxia e chegar a casa e muxir. Pero na maioría dos casos os homes que non muxian jamás eran os que iban aos cursos. Entón elas loitaron moitísimo, como mínimo pola cotitularidade das mulleres. E como máximo polas mulleres en general. Polas mulleres do campo. E lucharon moitísimo para que houbese iso, centros sociales, e… para que valoraramos o noso traballo, para que nos valoraramos a nós mesmas. Non era o meu caso non porque eu xa dera unha volta polo mundo e xa sabía de que iba, pero moitas mulleres nunca saíran das granxas. Entonces era importantísimo que se valorara. Entón eso, que se sentiran ben. Porque non é o mesmo, para nada, ir a unha excursión e que lle dera igual como te sintas . E que vas a excursión e que vas e volves e que miras o que miras e andas por libre, que che vaia explicando, que che vaia , o sea… moi ben. Para min era moi importante. (Entrevista 29, M)

> (...) a titularidade compartida, tanto, e iso conseguírono, porque ao principio nada, e se eras... A ver, por ejemplo, no meu caso. E que eu fun moi afortunada. Se lle dera a gana ao meu sogro ou eso non me deixaba. Outro ao mellor poñen ao home. Ti, imaxínate que se deron casos así, que traballemos os dous na agricultura. Non había titularidade compartida. O meu home levaría todo, pagaría a seguridade social del, ta ta, ta, eu como son, eh, casada con el, pois tería a seguridade social sen termos e tal. Se me lastimo, non cobro, porque non pago a seguridade social. Quen me deixaba, xa que a pagaba el. Nada. Imagínate que nos fora mal e eu que me teña que ir e quen, pa donde vou e que fixen, e que son? Porque a moitas, ao mellor con 50 anos ou cincuenta e pico se tiveron que ir. E como vas? Nin consta de que traballaches en nada, porque, aunque traballaches coma unha burra, nós dicíamos así, como unha mula coidando os nenos e os maiores, tal, sale mal o matrimonio e teste que ir e non levas nada, nada. Nin valoraron o teu traballo. O Sindicato fixo moito pa que iso se conseguira. E conseguiuse, titularidade compartida, que, que, a ver, aunque non sexas a dueña, bueno, pues sentes que cha, que cha cedan, que cha alquilen ou en réxime de como sexa. Pero que te deixen traballar. Ese foi un logro, pero que houbo que que batallar moito. (…) Porque hai anécdotas. Había unha que dicía e, que tiña unha veciña e dicía: (...) ela quedaba na casa, a nora traballando e a sogra e mais o home eran os que iban a feira. Iban a comprar as cousas pa casa e pa tal, ela que traballara nada máis. E un día estaban a comprarlle roupa interior pa nora e, e colle

> unha braga e di, mira serviralle esta? Ou sexa, ti mira como marxinan ás mulleres, ou sexa que, se somos así consentidas e aguantamos todo. Mira a sogra, toma que traballa ti, que te dean. Eh!!. (Entrevista 16, M)

Muitas mulheres e homens conheceram a *Secretaria das Mulleres* e as questões levantadas por ela por meio dessas campanhas, tanto é que identificam os motivos da criação da Secretaria e a necessidade da sua existência ainda hoje, baseando-se nos discursos dessas campanhas. Cada campanha é desenhada a partir dos recursos que dispõem no momento e tendo estratégias que possam ser capazes de alcançar os seus objetivos. Estes são estabelecidos com base ao público ao que quer alcançar e a temática a ser trabalhada. As campanhas desenvolvidas pela Secretaria parecem ter tido muito efeito na opinião da afiliação, no sentido de que elas identificaram as problemáticas e as reivindicações trabalhadas a raís delas. Essas duas se prolongaram muito no tempo e tiveram incidência continuada no FOUCE e com atos de rua, material de divulgação (cartaz e panfletos), mas parece ter grande incidência nos debates em diversos espaços, tanto dentro do SLG por meio de atividades realizadas pela secretaria, visitas às Casas, reuniões, encontros, conversas com as técnicas por meio das tramitações, onde elas também identificavam a profundidade da problemática com que estavam trabalhando. Também foram feitas atividades para o público externo ao SLG, fazendo petições, dando entrevistas, publicando artigos em outros jornais, realizando atividades abertas ao público, falando sobre o tema em qualquer atividade sindical, contactando com outras organizações e incluindo esta reivindicação em diferentes espaços e manifestos públicos. Tudo isso com a vantagem de poder identificar um opositor claro, a legislação. Assim a campanha também transcendia do espaço da Secretaria para toda a organização.

A campanha pela titularidade compartida teve a sua vitória com a mudança da legislação em 2011(ESPANHA, 2012), mas que não foi feita nos termos reivindicados pelas labregas.Isto porque não foram tidos em conta uma série de fatores relacionados com o sistema sexo-gênero os quais a Secretaria expôs por meio de denúncias e discussões públicas em diferentes momentos da tramitação da legislação. Os fatores mais problemáticos identificados por elas são: a não obrigatoriedade da titularidade compartida e a necessidade da permissão do titular vigente para dar início a solicitação; a alta carga de documentação e burocracia para abrir o processo; a falta de imposição dos prazos à Comunidades Autônomas para a habilitação dos registros; a falta de informação e conhecimento por parte dos próprios

funcionários da administração que deveriam fazer as tramitações; a não recuperação dos registros de solicitudes de titularidades compartidas feitas com anterioridade a lei Estatal como ocorreu no caso galego; a falta de uma campanha informativa e divulgativa por parte do Estado para que as mulheres soubessem da existencia dos seus novos direitos; a falta de incentivos para a inscrição das mulheres na titularidade compartida e na Seguridade Social, já que estas deveriam dar-se de alta.

Além de tudo isso, a Secretaria e as afiliadas indentificam outros entraves legislativos e econômicos para o pouco número de solicitudes da titularidade compartida. Estas são as reformas das aposentadorias e a própria PAC[146] que fazem com que os rendimentos das explorações agrárias, especialmente as menores, sejam cada vez mais baixos dificultando a que mais de uma pessoa possa dar-se de alta como contribuinte. Quando acontecem esses casos, a que renuncia a dar-se de alta são as mulheres, maioritariamente, como salientam alguns entrevistados.

> (...) [a respeito do impacto da lei de titularidade compartida] No viño é zero. Zero porque.. vamos a ver, a maioría da xente non é profesional. Se xa non temos un profesional na casa, é dicir, se xa o home xa non é o profesional no mundo do viño, a muller non se vai, digamos, meterse tampouco como cotitular desa explotación, porque realmente non dá para que haxa 2 titulares. Iso tivo moitísima influencia no tema do leite. (...) (Entrevista 9, H)

> Eu si que teño un compañeiro que lle teño oído, pero tampouco non é o meu caso, porque eu son individual, non teño moito, non estou casado nin teño, logo son solo. Non teño naide comigo. Entonces sei de algunha xente que tiña a muller e que tiña a explotación a nombre del e cando... Despois deso, colleron e incorporaron a muller tamén, foi cando empezaron coa titularidade compartida. Eso si. Pero por oídas todo. Pero logo non é o meu caso, nin me interesou logo. Porque eu non ... non teño naide para incorporar aquí. (...) pero sei que nesa se traballou. Non me interesou , nin me preocupou logo. (...) (Entrevista 25, H)

Os resultados desses entraves e do incentivo e acompanhamento de perto do SLG a nível galego para as tramitações das titularidades compartidas, somente 13 solicitudes foram feitas em toda a Galicia das 35.000 que se estimava que poderíam ser pedidas. Estas 13 solicitudes estão incluídas nas 136 de todo o Estado Espanhol até junho de 2015. Um número irrisório ao que se soma o feito dessas solicitudes estarem incluídas homens e mulheres, como

[146] *Política Agrícola Común e a Ley 27/2011, de 1 de agosto, sobre actualización, adecuación y modernización del sistema de Seguridad Social.* As duas foram muito discutidas dentro do SLG tendo em conta os efeitos mais perversos sobre as mulheres, ampliando ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres no meio rural.

já indiquei. Como feito ilustrativo, a primeira solicitude tramitada na Galícia foi feita por um homem de Ordes afiliado ao SLG.

Essas dificuldades postas pela lei para solicitar e tramitar a titularidade compartida faz com que as mulheres tenham mais problemas para aceder ao que é agora um direito seu. Algumas comentam, de maneira que propor dentro da unidade familiar que elas também sejam as titulares da exploração, tendo os mesmos direitos e responsabilidade sobre ela, não resulta ser algo agradável ou possível. Propor essa questão ao seu companheiro (marido) e ao resto da família (sogro, sogra, cunhad@s, etc) pode significar por em questão a sua confiança, lealdade e inclusive o amor, pondo gerar outros problemas como a violência ou o aumento do controle sobre elas. O que levou a *Secretaria das Mulleres* a trabalhar a campanha da titularidade compartida junto com outros temas, e vice-versa. Portanto, para isso foi fundamental dar visibilidade ao trabalho das mulheres dentro da Casa, tanto como labrega como realizadora dos trabalhos domésticos e dos cuidados. Uma articulação que ainda insistem. Daí também a necessidade de articular a estratégia sobre a identidade de mulheres labregas como sujeito político, comentada antes, para conseguir incluir as mulheres no grupo de "trabalhadoras agrárias", logo de sujeito de direitos e saberes, igualando-as ao coletivo de homens labregos e cidadãs. Sem esse discurso e essa construção de uma identidade coletiva de "labregas" desde o SLG seria muito mais complicado que as mulheres pudessem levar esse debate de maneira individual para dentro das suas Casas, promovendo mudanças nas suas condições de trabalho, de direitos e nas suas relações sociais.

Si consideramos somente como resultado da campanha os números de solicitudes de mudanças na titularidade da exploração agrária dentro pela afiliação do SLG, esses resultados são lamentáveis. Devendo-se a própria legislação que limíta-se a permitir igual direito a quem exerce uma atividade agraria numa mesma propriedade, sem ter em conta as bases que sustentam as desigualdades do sistema sexo-gênero que não se limitam a legislação. Portanto, sem dar condições necessárias de acesso ao exercício do direito por aquele coletivo que não tem as mesmas condições para exercê-lo. Sendo assim, a conquista de direitos é limitada, estando registrada no papel e no discurso, mas sendo de difícil usufruto. Mas si também consideramos os discursos das mulheres e homens afiliad@s relacionados com temas de igualdade, equidade, situação das mulheres, direitos, reconhecimento do papel desenvolvido pelas mulheres que fizeram parte do discurso da campanha pela titularidade compartida, pode-

se afirmar que os resultados têm o seu ponto positivo na medida em que iniciam ou provocam mudanças nas formas de pensar, logo nas de atuar. Como já discutido, a família, especialmente o casal, continua a significar uma célula indissolúvel e quase inquestionável. Sobre essa se mantém a ideia (antes normativizada, mas ainda naturalizada) de que o homem é o responsável por garantia dos ingressos da Casa e a mulher a responsável pela manutenção da casa, ocupando o papel de esposa, mãe e "ajuda familiar", como ainda sugere a lei. Assim, os resultados positivos da campanha parecem ir ao sentido de desnaturalizar e desconstruir essa ideia. Essa desconstrução se reflete, em maior e menor grau, nos discursos, e indicam que houve algumas mudanças dentro das Casas desses informantes como no discurso abaixo.

> Home.... Como foi? É que había unha inquietude porque .. a ver.. a miña muller non pagaba a seguridade social, a outra non pagaba a seguridade social, pero que pasa aquí. E.. ou sea, empezou a saír o tema e claro, relativamente se viu un problema que había, que non .. que estaba un pouco oculto. Bueno, que non se daba importancia. Ademais a xurdiu tamén é.. dicir de outras actividades das mulleres, da igualdade das mulleres de anos loitando para que.. unha cousa trae a outra, non, vai xurdindo as cousas e.. vai xurdindo a necesidade de.. que hai. Ou sea, as inquietudes que hai en cada, en cada momento. (Entrevista 15, H)

> Foi unha loita das mulleres dentro da executiva, dentro do sindicato. … [pausa] Se ti non fas importantes os teus temas, pois non chos vai facer ningún home. Pódete apoiar se ti fas valer eses temas. Poden apoiar e apoiaron. Hai moitos homes que apoian este traballo, pero temos que nós facelo visible. E eso foi un traballo… traballón. … [pausa] E despois, non sei que máis. (Entrevista 18, M)

As mudanças pessoais não estão declaradas nos discursos, mas são verificadas algumas mudanças nas atitudes de alguns afiliados, especialmente daqueles que participam ativamente na organização. Os discursos de que existiu um debate interno, de que houve resistência dentro do SLG, e que hoje esse é um debate mais aceito com base em discurso em prol da justiça. Situações que podem ser resultado de um processo de mudanças na postura de muitas pessoas dentro da organização e que pode se refletir dentro da sua Casa, pelo menos em alguns casos. Assim, se verifica que várias labregas se deram de alta na seguridade social, outras conseguiram mudar a titularidade da exploração para uma sociedade civil a partir da realização da campanha pela titularidade compartida levada a cabo pela *Secrataria das Mulleres*. Mas em todo caso, todo esse trabalho de reconhecimento e mudanças de postura a nível individual de homens e mulheres se vê também limitada pelo acesso a esse direito não ser facilitado e nem difundido pelas administrações públicas. Sendo ainda mais grave a situação para aquelas famílias pobres, em especial, para as mulheres.

Outra campanha que tem grande visibilidade entre as pessoas entrevistadas, embora menos que a anterior, é a campanha contra a violência de gênero. Esta se enfrenta ao problema de haver um opositor claro, quero dizer, que no caso da violência contra as mulheres o opositor são os homens que exercem a violência, mas quem são? Onde estão? Muitos deles estão dentro das casas, são os maridos, os filhos do qual elas tem uma relação que vai além da dependência econômica simplesmente, com o qual a estratégia deveria ser diferente da feita com a titularidade compartida, cuja premissa do discurso estava dirigida ao direito legislativo.

Por esse motivo tratou-se de trabalhar, como já se indicou, por meio de oficinas de atenção do SLG nas comarcas. Elas foram identificadas com um cartaz do nome da campanha: "*Punto Delas*", localizando o SLG como pontos de atenção e referência para as mulheres. Os locais comarcais são um importante meio pelo qual se chega às mulheres labregas e é visto pela comunidade como um espaço neutral de consulta. Isso permitia a que as mulheres pudessem recorrer a esse espaço sem levantar suspeitas da comunidade ou da família, evitando determinadas consequências. Assim, as mulheres que entram na sede para tramitar qualquer papel também identificam esse espaço como adequado para tratar temas complexos como pode ser o da violência. Logo, também se produziu um material gráfico com o discurso sobre o "bom trato" que foi enviada a toda a afiliação e também estava disponível nos locais comarcais. Além disso, na grande maioria das edições do FOUCE se anunciou o tema da violência contra as mulheres, o número de atenção a vítimas e cada pouco tempo saiam artigos que falavam sobre o tema, isso durante muitos anos.

O trabalho comarcal também teve bastante incidência nessa campanha, no entanto se enfrentou a muitas barreiras para trata-lo de forma direta, por ser um tema tabú e pela dificuldade que é falar de um tema que uma grande parte das mulheres já o viveu em primeira pessoa. Assim se inseria o tema da violência por meio de temáticas âncoras como pode ser a saúde da mulher. Diversas foram as atividades com esse título na que se tratou de forma diagonal as causas das violências contra as mulheres, suas expressões e serviços e médios para sair dessa situação, na busca de desnaturalizá-la. Podendo ser hoje visto por muitas delas, e deles, como uma problemática vivida pelas mulheres, inclusive as do rural.

No entanto, no tema da violência contra as mulheres não se pode atribuir somente ao esforço do Sindicato na sua difusão, dado que nos últimos anos essa foi uma das grandes reivindicações do movimento feminista. A própria Marcha Mundial das Mulheres tem como um dos seus temas centrais a violência desde a sua fundação. No Estado Espanhol a lei de violência de gênero foi uma das grandes conquistas do movimento, sendo melhorada com a lei da comunidade autônoma de Galícia.

Assim mesmo, diversos são os casos envolvendo a afiliação ou de mulheres do rural, que mesmo sem estarem afiliadas, recorreram aos locais do SLG em busca de ajuda, informação e acompanhamento. Também é certo que o SLG além de não levantar suspeitas para a visinhança, acompanhava por meio da assessoria jurídica e técnica (levantamento de dados da administração como saber em nome de quem estão os bens) e acesso a informação fiável. Isso levantou a necessidade das dinamizadoras se formarem e trabalharem mais a fundo sobre essa problemática em concreto e uma discussão, ainda em curso, sobre os limites dessa atenção enquanto organização sindical e as formas para melhor orientar e acompanhar as mulheres que necessitam desse apoio primário para sair desses casos, uma vez que os serviços públicos estão cada vez mais ausentes e ineficazes.

6.4 O enxame

> Eu agradezo moito que me sacaran daqui, e xa cho dixen. Si porque era genial.. deixar as vacas e deixar todo un par de días e marchar. Un pouco eso, ir de excursión. E como saias moi pouco, pois era moito de agradecer. E compartías con outras mulleres. Eso.. receitas de cociña, as sementes, puntos de vista, eu que sei. Moi ben. (…) (Entrevista 29, M)

Tão importante quanto a *Secretaria das Mulleres*, como iniciativa identificada pelas informantes, é o *Encontro Anual da Secretaria das Mulleres*. Estas duas junto com a paridade conformam o eixo visível de ações de trabalho interno relacionadas com o sistema sexo-gênero da que nos discursos encontrados se referem ao termo de igualdade entre homens e mulheres.

O encontro anual vem sendo realizada há 12 anos (2004) e chega a ser uma das atividades mais importantes organizadas pelo SLG. É visto como o grande sucesso da

organização em términos de conteúdo, participação e efeitos positivos sobre a afiliação. É citado por muitas informantes como “a atividade da Secretaria das Mulheres”, como se fosse a ação central e ampla da Secretaria e de igualdade. Sem dúvidas é a atividade que tem maior visibilidade dessa Secretaria que, por sua vez, dá valor e reconhecimento ao trabalho das e com as mulheres.

Esse encontro que tem conseguido reunir ao longo de cada ano ao redor de 150 mulheres em algum lugar da Galícia por dois ou três dias. Essa grande participação pode parecer um resultado contraditório uma vez que se verifica uma grande dificuldade de participação das labregas nas suas comarcas, mesmo em atividades dirigidas às mulheres. No entanto, para as dinamizadoras esse número constante é o resultado do trabalho contínuo e cotidiano de mobilização e discussão, desenvolvido nas comarcas. O que no campo da esquerda popular se chamaria de trabalho de base, aquele que está cotiadianamente atento as oportunidades e limites na busca pela emancipação. Elas afirmam ainda, que se não fosse pelas dificuldades das mulheres de ausentar-se durante dois dias das suas Casas e por ter que mover-se para longe, o número de assistentes poderia ser muito maior.

As dinamizadoras revelam que a participação no encontro é uma das atividades “divisora de águas” para as labregas, no sentido de que somente o feito de participar é um ato transgressor e de enfrentamento com o seu papel de responsável da manutenção do bom funcionamento da Casa e dos seus entes. Principalmente para aquelas que têm alguma pessoa dependente e não tem a quem lhes possa substituir nas tarefas agrárias, domésticas e de cuidados. Ao experimentarem a inexistência das cargas, preocupações e do trabalho diário, ainda que somente por um ou dois dias, lhes pode permiter um repensar sobre a sua própria vida e o seu papel dentro da unidade familiar e da sociedade. Por isso, a preocupação constante das dinamizadoras de que este momento seja especial, devendo ser bem cuidado. Ele é uma das grandes oportunidades para achegar-se as labregas, proporcionar-les momentos diferentes dos normativos e naturalizados na sociedade como o papel a que elas devem desenvolver dado o seu sexo. Nessas circunstancias, a *Secretaria das Mulleres* aposta por uma abertura de caminho para debates e reflexões que possam levar a uma auto-organização das labregas e transformações na vida delas, em consequência, para toda a sociedade. Assim reflete uma das informantes:

> É unha forma de que... un final de semana para as mulleres entón, que unha muller vaia a ese encontro é moi difícil. Pero cando chegan a ir, é moi transformador. Sabes. É.. cando chegan a dar o paso de decir: " si, eu vou pasar o final de semana fora da casa" sabes, xa aí, xa.... E cando chegan a ir.. eu creo que é un espacio moi transformador. É complicadísimo. E hai mulleres que contan, non, que participan: "que pa ir, pois mira eu deixei a comida conxelada pa 4 dia, as pastillas do tal..." Entón, realmente o nivel de esforzo que teñen que facer para saír da súa casa, co toda esas híper, mega responsabilidades que teñen e non se sentir culpables e de decir: " eu podo ir alí; eu vou a ir" é a hostia xa. É algo que antes eu non valoraba e ahora ... saco o sombreiro. E despois porque é un espacio transformador. (...) Bueno, pois, unha por ter feito ese click mental de decir eu teño dereito de ter ese espacio para min, un espacio que é só de mulleres, un espacio donde se falamos de feminismo, das que falamos temas de mulleres, nas que o pasamos ben tamén, nas que hai moito cariño, hai moitos momentos moi bonitos, nas que se pon valor o ser muller, se pon valor o ser labrega, se pon valor a alimentación.. entón claro, uff.. a todos os que fun eu me senti moi transformada. [risos] eu entendo.. digo eu... que as mulleres que van tamén. [risos] (Entrevista 1, M)

Ao redor dos discursos e do trabalho realizado pela Secretaria, as ações parecem dirigir-se sobre uma ideia paternalista sobre as labregas. Sem excluir a existencia desse ideal e fazendo as advertências, esse parece pretender servir de porta de entrada para o desenvolvimento de habilidades, para a participação de espaços que estão naturalizados como proibidos para elas. As transgreções e esforços as que as labregas devem fazer para poder participar, são entendidas como tão elevadas que a participação deve valer a pena tal esforço e devem ser facilitadas para que elas possam e queiram repetir, envolvendo-se cada vez mais.

Assim, o êxito dessa atividade não se dá apenas pelo trabalho de base desenvolvido nas comarcas, mas também pelo formato do próprio evento. As atividades comarcais não têm como objetivo avançar num debate em direção ao encontro nacional, não servem de momento preparatório, nem seletivo para encontro. Quero dizer, não seguem a tradição marxista-leninista onde se desenvolvem e se maduram as discussões na base, se elegem representantes para ir ao encontro nacional, onde serão reunidas as conclusões da base para elaborar a ideia nacional. O que por exemplo, pode ser feito em outros espaços do Sindicato. Diferente disto, neste evento a entrada está aberta a todas as mulheres afiliadas, participantes ou não das atividades comarcais. No caso de haver limite de participantes, por conta do alojamento, esta se tenta repartir por comarca ou por ordem de inscrição. Mas se tenta garantir a que todas as mulheres possam ir. Também não tem por objetivo a conclusão de nenhuma tese ou bandeira. Em alguns casos, como o da titularidade compartida e a companha contra a violência de gênero, onde havia consenso, fazem referências a essas reivindicações podendo incluso sair às

ruas em manifestação, saltar lemas e etc., mas não é lugar de elaboração de nenhum documento em resultado dessas discussões.

> Aí intentamos romper aquela cousa que hai no medio rural de que a muller non pode saír da casa porque se non nada funciona. Porque se entende que quen ten que asumir sempre é.. todos os coidados familiares, entón moitas veces as mulleres ten cargas familiares, teñen… tanto nenos e nenas, a veces ten persoas maiores, ou persoas con unha dependencia. Moitas veces son as que asumen en exclusiva toda a parte reprodutiva non. Entón para nós é un obxectivo que saian e… e que non teñan que volver a facer as tarefas da casa a noite, non. Que… é.. parece unha tonteria, pero bueno, as veces para conseguir que viñeran a durmir fora da casa e o que fixera para participar en debates, en convivencia, en tecer redes, pois para moitas mulleres é… as veces é difícil rompelo. De feito nós sempre permitimos para as que veñen de novo, que se algunha delas se quere volver a súa casa, que volvan. É que vaian rompendo elas mesmas esa traba e… cando va vendo que outras tamén quedan, as veces da a oportunidade de ir outro ano e xa queda elas tamén. E o 4 ano, xa di, eu non vou para casa, eu quedome aquí. Entón bueno, eu penso que xa levamos 10 anos facendo e penso que a participación esta ao redor de 100 mulleres. Eu penso que é interesante. Veñen a unha parte que é fortalecer os lazos entre elas, coñecer o traballo de unhas compañeiras dunha comarca, a debater uns temas que nos apetece debater, a veces son profesionais, a veces son de autocoidado, a veces son de normativas que saen, sobre o aborto, eu que sei. Unha lei de titularidade compartida ou sobre.. bueno, temas que nos parece que neste ano son inquietudes nosa ou, pois. Favorecemos un pouquiño a rede de mulleres, pois con a Marcha Mundial das Mulleres ou con outras compañeiras. (Entrevista 11, M)

Diferente de outros espaços do SLG como pode ser o Congresso ou as assembleias nacionais dos setores, este se compõe de uma programação hibrida entre debate, formação, convívio e lazer. Esses quatro elementos fazem com que o evento não esteja submetido à necessidade de uma eleição ou toma de decisões na que existam espaços de disputa entre as pessoas participantes, seja em temas representativos ou de reivindicações ou estratégias a serem defendidas. Em todo caso, o propósito dessa atividade é outro. Esse é um espaço primordialmente de encontro entre mulheres, de celebração e de formação. Também está posto como desafio para que as labregas dediquem um tempo para elas próprias. Para refletirem e discutir sobre temas que lhes preocupam, permitindo desfazer-se das cargas de responsabilidades que recaem sobre elas. Fato que é reconhecido com a maior dificuldade para participar, refletindo as mesmas dificuldades de participação a nível local, somando-se dois fatores: o da distância das suas Casas e a possibilidade de passar um ou duas noites fora.

Mas não foi sempre assim. Algumas lembram que esse formato foi modificando-se com tempo e tendo mais em consideração as relações pessoais entre as labregas, incluindo na sua dinâmica espaços de lazer e de socialização. Para algumas, esses elementos são fundamentais para que se crie grupo, para o fomento relações de amizade e companheirismo que são

importantes para a manutenção de alianças entre pessoas e que serve de sustentação para o próprio movimento. Essas ideias também são percebidas por aquelas que não estão na sua preparação. Elas identificam como pontos positivos, mas também ressaltam a importância de não deixar em segundo plano as discussões sobre problemáticas que lhes afetam e as estratégias para enfrenta-las. Revelam ainda que com a criação de relações interpessoais também se fomentam possibilidades de criar alternativas aos problemas específicos das mulheres, assim como aqueles relacionados com a profissão de labrega. Proporcionam momentos de intercambio de formas diferentes de fazer o trabalho agrário, seja individualmente ou coletivamente, dando difusão do trabalho de outras mulheres. Também há tempo dedicado a conhecer outros produtos, estratégias de venda, experiências de outros locais que possam contribuir e fomentar a criação de outras iniciativas. Estas, por sua vez, estão dirigidas a colaborar com a melhorar da autonomia das mulheres tanto economicamente quanto socialmente, na medida em que também se criam redes. Assim comenta uma das informantes sobre as mudanças na estrutura do Encontro.

> (...) Non é sempre igual. Pero normalmente, o que creo que se pretende é que nos relacionemos entre nós, coñezamos temas que nos atinxen. Antes quizás era un tema mais teórico, non. antes era mais teórico, eu recordo que había talleres, mesas para falar de determinados, eu que sei, mesa sobre a PAC. Eu recordo, hai uns anos, cando estaba, pois non sei, igual era ese o tema mais pendente ou según os temas tamén da actualidá que os teñan. Antes quizás, era un tema mais teórico de falar, de opinar, de o que queres, que bueno, igual lles interesaría saber que queremos para elas transmitiren a Europa ou a onde sexa que nos represente. Para saber un pouco as necesidades e o que queremos, non. e agora quizás, sexa un pouco mais de coñecermos, de axudarnos, o mellor, pois non, sei. É mais a nivel persoal, de relacións, de... incluso de relaxarnos, a veces, de dinámicas de grupo. Un final de semana que ves polo menos mais relaxada, cas pilas recargadas. Antes o mellor resultaba demasiado teórico, teórico. Pasabas alí un montón de horas nunha sala. Agora penso que intentamos mais, por exemplo, unha das cousas que solia, que se podía mellorar era de comer alimentos que producimos nós. e.. en case todas as comidas, colaborar na organización, nas comidas e tal. É unha forma de coñecer os nosos produtos, de o que fai realmente a xente. E despois é unha maneira de relacionarse coa xente, de coñecer xente e darse conta de que os seus problemas tampouco son tan distintos dos teus e que, bueno., non sei, unha maneira de relacionarse, non. Antes por aí, nunca tes tempo para o que digo, a ir a... pois eu aínda non fun a casa da Carmela que está aí o lado, a 15min. E o mellor, organizando iso, pois é unha maneira de que nos conoscamos todas, do que fai e ...bueno. Unha maneira de relacionarse, de ver cousas, de aprender uns de outros, e dunha maneira mais lúdica ca antes. E a min me parece mais agradable, non. porque estás aí traballando, traballando e que non te apetece ese fin de semana é seguir un pouco co tema. Aínda que hai temas que son interesantes e que hai que, pois temas de seguridade social. Eu me acordo unha vez dunha charla de lei de dependencia. A maior parte das mulleres suele .. por desgraza ou por sorte, sempre nos toca ese tema das cargas familiares, pois cando cambiou a lei de dependencia, pois cando cambiou a lei da seguridade social, non sei... o que pasa é que eses temas, o mellor, se trata mais por comarcas que... que o mellor indo a Santiago, non. pero bueno, son temas

> que segundo vas salindo na actualidade e é unha maneira de poder falar dos teus problemas e tamén ves os casos doutra xente como ... como solucionalos tamén. (Entrevista 26, M)

O discurso acima ilustra uma das percepções sobre as mudanças feitas ao longo do tempo e a importância da manutenção da participação ser exclusiva de mulheres. Debate que cada pouco tempo volta a se dar entre elas.

A presença masculina está, diante mão, excluída do espaço do evento, no entanto em um ano se provou inverter os papeis dos cuidados na própria atividade, especialmente no espaço de cuidado das crianças. Enquanto as mulheres participavam da atividade as suas crianças eram cuidadas por um profissional do sexo masculino, espaço que sempre existiu neste encontro para facilitar a participação das mulheres. Uma proposta para visibilizar na prática que a inversão dos papeis não supõe pior qualidade no cuidado e nem a redução da masculinidade e isso foi percebido por aquelas que participavam. Por outro lado, se ampliou o discurso da possibilidade de participação masculina no Encontro das mulheres, feito também por parte das dinamizadoras. Esses discursos podem ser interpretados como algumas das dificuldades de fortalecimento dos espaços exclusivos de mulheres e da sua manutenção ao longo do tempo.

> [presença de homens durante a noite no encontro] Entonces, claro, se dixo rotundamente que non. E elas non entendían. E elas "o que non, que eles van so a dormir"; "que non, que ese é un espazo para nós. Pero tu sabes o que vai distorcionar a presenza dun home? Se as afiliadas ven que vai o teu compañeiro. E tu que es dinamizadora, te ves que sabes… o espazo é de mulleres. Punto!" E é o noso espazo e temos que coidalo e facer formación sobre feminismo, ou en asocionismo ou no que sexa, pero é para mulleres e punto. (Entrevista 10, M)

Desde a *Secretaria das Mulleres*, esse debate é uma das expressões dos esforços do sistema sexo-gênero manter a situação de subordinação das mulheres na sociedade, exercendo pressões e construindo discursos que busquem impedir a auto-organização feminina. Afirmam que nesse processo a presença masculina modifica a intensão desse espaço, podendo desvirtuar os debates e a atenção das mulheres, já que habitualmente os homens detém o foco de atenção, independentemente do tema a ser tratado e deturpam a dinâmica. Do outro lado está, o questionamento ou discurso sobre a necessidade de os homens também fazerem esse tipo de trabalho de reconexão, de escuta das mulheres e de temas que eles também deveriam saber, já que a ideia é que eles compartam as responsabilidades que hoje recaem sobre elas.

Esse último discurso é pouco encontrado entre @s entrevistad@s, apesar de haver o questionamento da exclusividade à participação feminina.

Alguns homens questionam a realização de atividades exclusivas para as mulheres, seja porque não lhes parece importante ou por identificar que são atividades das quais há um grande interesse e motivação das participantes tendo a ideia de que é um evento relaxado, de crescimento e de lazer ao qual eles não têm. Esse questionamento é feito por comentários em formato de "brincadeiras" feitos de maneira descontraída, mas que estão constantemente sendo referidos pondo em debate os espaços criados pelo SLG exclusivos para as mulheres. Nos discursos masculinos, esse questionamento não é feito de forma direta. Ele é denunciado pelas informantes mulheres, onde também ressaltam a importância do mesmo para que mais mulheres pudessem "dar o passo", como elas falam, de participar e de colocar debates fora e dentro da casa.

> Entón eso, eu creo que de portas cara dentro sempre había... cando menos algúns comentarios, non: "bueno, é que agora vos xa.... queredes xa estar solas organizadas, e xa vos solas facer reunións e xa vos solas facer os vosos encontros e xa vos solas facer un tal", non. Pois entón, é.. na medida que vas facendo pouquiño a pouquiño esas relacións de que hoxe somos 3 e mañá somos 30 e pasado somos 300, se tamén vai a veciña, se tamén vai a.. a Pura, se tamén vai a Lidia, se tamén vai a Carmen, se tamén vai a veciña da miña parroquia, se tamén vai a do consello, se tamén poñemos un autobús, se tamén.. sabes? Pois iso tamén vai facendo co que moitas mulleres vaian perdendo digamos ese temor, non, de ser elas as únicas de que se planten cousas na súa casa, non. Porque xa son mais persoas a que o plantean e porque se vai facendo... como facemos moitas veces as mulleres as cousas, non. (Entrevista 4, M)

Por esse motivo, a Secretaria concentra os seus esforços no trabalho de criação e fortalecimento dos espaços de mulheres e no desenvolvimento pessoal e coletivo delas. Trabalha na manutenção desses espaços de elaboração e análises das especificidades das mulheres como coletivo, para melhor incidir sobre as problemáticas enfrentadas por elas e melhor resistir aos ataques recorrentes da dominação masculina.

Na maior parte dos discursos masculinos encontrados nessa invetigação, tanto de afiliados como os técnicos, eles percebem o Encontro como a atividade "das" e "para as" mulheres. Não participam e nem demonstram interresse sobre a discussão da sua estrutura, formato ou propósito. Intuem ser como outro encontro qualquer, ainda que ajudem a mobilizar, especialmente naqueles casos onde os trabalhadores estão sozinhos nas comarcas. Eles recebem a informação sobre a programação e os temas abordados, feitos na Direção

Nacional, na Executiva e os seus resultados nas notícias do FOUCE. Surpreendem-se com a facilidade com que elas se auto-organizam para poder participar e o entusiasmo com que o fazem, compartindo os carros ou mesmo alugando ônibus, levando comida e sementes para compartir, entre outras. Uma situação que não acontece em nenhum outro setor ou secretaria, segundo os próprios informantes. E assim relata um deles:

> (...) Incluso é unha das secretarías que mellor funcionan, polo traballo que fan elas, pola actividade que teñen elas. As mulleres son bastante activas. e.. cando se convoca unha reunión eu penso que é unha das reunións que mais asistencia ten é a secretaria das mulleres. E eu penso que foi un acerto pleno crear un espazo para que elas, bueno, pois teñan dentro do sindicato teñan o seu espazo de debate, de construción de opinión, sacan propostas que van a dirección nacional. Porque que creo que as mulleres son mais participativas, mais dialogantes, mais... se senten mais.. cando se xuntan o ven como.. é unha sensación porque eu nunca participei no encontro das mulleres, porque eu no podo. Pero, cando axudo alí na comarca (...) a convocalas, cando chamo. Eu chamo a unha e elas xa me din: "non te preocupes que xa chamo eu as outras todas." Entón xa entre elas, xa se pon de acordo, mira que é o encontro do Sindicato que temos que ir aos Ancares, como foron a última vez aos Ancares. E elas mismas xa se organizan. (...) (Entrevista 33, H)

Outros salientam a importância de não ser somente um evento de lazer para mulheres, nos que elas estão desprovidas das responsabilidades cotidianas. Tem também o caráter prático, onde há discussões de temas do dia a dia que faz com que, supostamente, aumentare o interesse das mulheres e da importância útil da sua participação, como destaca o discurso abaixo:

> (...) o encontro anual das mulleres do sindicato labrego non era un encontro só para se encontrar, non, para compartir alimentos ou o que sexa, non. Sempre había conferencias moi interesantes polo tema, por exemplo, o tema da vacunación das, das que era o que falaba do papiloma, que veu incluso un médico de Barcelona para falar dos prexuízos que poida ter iso para as mulleres, outro calquera do tema de salud, temas de cotitularidade, explicar como é, que pasos hai que dar, en que se beneficia, en que non. Tema por exemplo, como a xubilación, que réximes que esquemas hai interesante para ti, cotizar agora, por mais cartos, por menos, por mais tempo.. ese tipo de … cousas que a diario non te fixas, pero que si que van influír logo no teu futuro, non. Entón, gustábanlle moito porque había sempre temas moi interesantes, había tamén pois bueno, visitas a explotacións donde tu podías ver o mellor aquilo que tu queres facer e o podes ver alí unha explotación de leite en ecolóxico, unha explotación de plantas aromáticas, unha queixería, entón bueno, unha cousa.. Son cousas vivas e que as podes tocar e a xente tamén lle gusta iso. Pois mira pódese facer esto, e funciona esta xente vive, é duro pero … entonces eses temas, ese tipo de iniciativas son moi agradecidas, non. costa moitísimo traballo, cóstase moitísimos cartos, pero son moi agradecida, a xente gústalle moito. A todas as mulleres gústalle moito, porque realmente nas zonas rurales tampouco hai tanta… entretenimento si que pode haber, pero unha actividade que te entreteña, e que te enriquece e que te valga, que teña proveito logo para a túa vida profesional ou personal non é facil. Pero bueno, hai sempre intercambio de un lado e do outro, e as cousas son sempre moi, moi interesantes. Pero para ese tipo de iniciativas compre

> tempo, xente, personal e compre cartos. E a dia de hoxe non é fácil encontrar. (Entrevista 9, H)

Sobre a ideia de útilidade para as mulheres e a vida da família, o encontro não representa um perigo para os homens, pois ali não é o espaço de "doutrinamento das mulheres em contra dos homens", uma ideia que está no subtexto dos discursos masculinos. É uma combinação entre trabalho e lazer.

A ideia de espaço de lazer é aceita pelos homens dado o reconhecimento da carga de trabalho e a falta desses momentos para as mulheres no seu dia a dia. Uma situação que segundo eles, não acontece no caso dos homens, pois este tem sempre o futebol e o bar como lugares de ócio. Porém o Encontro não é concebido como um espaço eminentemente político, onde se discutem diretrizes e processos de transformação justamente pela sua carga emocional e das formas metodológicas trabalhadas que são entendidos de caráter pessoal, íntimo e lúdico e não político. Por isso também a preocupação relacionada com os recursos econômicos que se destinam a esse tipo de atividade, o que leva a preocupação por parte das mulheres de incidir na importância da sua manutenção e do seu caráter político para a emancipação das mulheres.

Para as dinamizadoras, esse Encontro é o momento ápice do seu trabalho. É quando elas visualizam os resultados das suas atividades, onde vê sentido a tudo que fazem. Serve como uma recarga de energias para dar continuidade a todo o trabalho e esforço invisível que se faz na cotidianidade. E assim verbaliza alguma:

> A mi me dan sentido estos encontros. Me dan sentido. A veces o perdo, e estos encontros me recordan no que creo e no que vale a pena. Entón... non sei, me satisfaz moitísimo. (Entrevista 1, M)

Todo trabalho invisível é desgastante uma vez que não é reconhecido, causando frustração e desânimo pelos sujeitos que o executam. O trabalho deixa de ter sentido, como revelado no discurso acima e em tantos outros, na medida em que não se vê "resultados" ou mudanças, por menor que sejam, causando insatisfação e fracasso. Isso está mais evidente no trabalho com as mulheres, mas também em qualquer outro que necessite engajamento e interesse pessoal para levá-lo adiante. No caso das trabalhadoras, o Encontro não tem esse propósito de recolher resultados, nem de ser uma atividade motivacional para elas, como pode ser o espaço de dinamizadoras discutido anteriormente. Mas tem demonstrado ser muito

efetivo para isso, inclusive com o engajamento de novas trabalhadoras como dinamizadoras de mulheres.

Para as labregas, esse encontro parece ter outro caráter, cumprindo mais os objetivos da atividade desenvolvidos pela Secretaria. Ele é percebido com transformador nas suas vidas. É um momento dedicado a elas mesmas, onde podem sair da sua rotina de trabalho e cargas familiares para pensar sobre elas mesmas, encontrar-se com outras mulheres, conhecer temas e pessoas novas, dar a sua opinião e compartir os seus saberes. Por esse motivo, para muitas delas é um evento esperado durante todo o ano. Algumas o têm como um momento único do ano onde se permitem estar fora da Casa, organizando e negociando previamente a distribuição das suas responsabilidades. Vejamos alguns discursos sobre essa vivência:

> Foi maravilloso. Unha experiencia increíble. Disfruteino moitisimo. Foi… bueno é que a parte.. moi novedoso para min, porque compartillar espazos normalmente, me movo en ámbitos en que mais ou menos a xente, digamos, do meu rollo, e bueno, co uns comuns, pois xeracionais, así moi marcados ideolóxicos, pois non sei, así. E claro alí foi estar con señoras, paisanas e.. non sei.. unha frescura de ambiente e… foi novedoso, moi enriquecedor, moi.. toda unha experiencia… (Entrevista 8, M)

> (...) Pois fomos esa última vez, que era a primeira vez que eu iba. O do ano pasado. Porque fomos a illa de San Simón. Moi ben a min encantoume. Porque vas un final de semana e coñeces a outras mulleres que viven do rural coma ti, non. Alí fixemos intercambio de sementes. Veu unha chica que nos fixo unha especie de terapia, non sei como se chama. Iso de que tes que agarrar a unha e quedar alí un pouco e [risos] sabes?. E estar alí con outra xente… e para min xenial. Fixemos comida, o sea cada unha levou unha cousas da casa, compartimos. E foi unha final de semana, vamos, incrible. Estibo xenial, he. Xa o fan todos os anos. E foi o primeiro ano que puíde ir, porque sempre me coincidía de coller os grelos e non podía. Humm.. e a verdade que xenial. Fomos ali para a isla e estas alí.. pero vamos. [risos] (Entrevista 32, M)

> (...) Si, sempre. Si. A igualdade, miran moito por eso, a igualdade entre o home e a muller. Sobre todo a veces inda diciamos: “mira, eh, traer os homes pa que oiran e tal”. Pois algunhas decían: “nah, o meu ven, o meu non ven,” Pero bueno, ou se non transmitímosllos nós na casa. Nós case todas as que vamos máis ou menos non ten ese problema, velo mellor noutras que non che contan o seu problema. Ou as que estamos alí, hombre, hai algunha que si que lle tocou a violencia, que lle tocou, entonces, dilo, (...), aló, ábreste a ver como podes axudar, e si, sempre as políticas de igualdade, luchou moito por isso (...) (Entrevista 16, M)

> Pois estivemos en San Simón. E foi unha experiencia única, pero única, porque entre a historia da Illa en si, que tivemos un historiador moi bo que nos veo a contar. Entre a historia da Illa en si, o preciosa que é, o bonita que é, e aquel encontro onde se estaba tratando o tema da semente, se estaba tratando o tema propio da muller, porque fixemos tamén un encontro de autocoñecemento moi bonito con unha compañeira psicóloga que o coordinou. E foi moi bonito, moi bonito! Si. Levantamos o encontro con un berro seco, que levantamos a Illa. [risos] A Illa creo que se moveu, se moveu un pouco. Foi moi chulo. Entón si que sigue tento actividade, si que sigue tendo un peso, sigue estando aí. A min dáme seguridade de que a Secretaria da Muller sigue estando aí e formando parte. (Entrevista 7, M)

> (…) E eu digo moitas veces a.. a.. compañeiras que coma a min: e porque non vas ao encontro da muller? É que é unha pasada, e o último foi impresionante. Eu só fora a outra, porque a anterior eu non puidera ir, e xa o primeiro me pareceu increíble, e despois o dese ano.. o que pasa é que moitas non puide ir, porque ao estar ca maternidade agora mesmo e sabes.. pero si que era.. tes que vir. Porque unha vez que ven, se engancha, se engancha. É que é outro mundo.. é falar doutro xeito. Aínda que falemos das mesmas cuestións cando despois debatemos, pero.. non sales igual, é outra linguaxe como muller. Non sei como dicilo, non. (Entrevista 6, M)

Muitas labregas começaram a participar das reuniões tanto específicas de mulheres como da organização em geral, depois de haver participado de algum desses Encontros. Também animam a outras a participarem e a ver de maneira diferente o espaço entre mulheres. A maioria das que participam uma vez, retornam no ano seguinte e os debates de cada Encontro tendem a estar bastante alinhados aos interesses das participantes. Alguns temas que estão no debate urgente do movimento feminista, que a priori são tabus, são levados a esses Encontros, mesmo com alguma precausão. Segundo as entrevistadas, o tema do aborto e da violência contra as mulheres são alguns desses temas complicados de tratar, mas que ao contrario do esperado, não foram repugnados, pelo menos de forma aberta. O do aborto, por exemplo, foi discutido por meio da problemática vivida com a reforma da lei no estado Espanhol em 2014.

> O encontro anterior dos Ancares xirou ao redor da reforma da Lei do Aborto. Veu unha abogada que é aliada do Sindicato e que traballa con moitas cousinhas de relacionadas co feminismo e co mulleres labregas e logo facer unha formación de cómo afectaría tanto as mulleres como as súas fillas, as súas netas ou.. e se fixo, sabes… e era como tema de…. Pero vamos a tratar do aborto? E "ui, é que..". Non, hai que tratalo abertamente, porque é o que está pasando. Entonces se tratou abertamente, e foi moi ben acollido, porque era algo que se tiña medo, porque dentro das mulleres hai mulleres maiores que teñen… pois .. [fala baixiño] certos pudores e é tan complicado falar de sexualidade, ou de… tema do aborto. [volta a falar normal] E.. intentando falalo de unha forma clara e funcionou moi ben, e ninguén se sentiu ofendida, porque había medo. E foi un gaño. A xente se informou de que significa a reforma da lei do aborto para nós. E non sei… (Entrevitsa 10, M)

Já o tema da violência, além de ser trabalhado abertamente nos Encontros, nas comarcas, em formações, campanhas e no FOUCE, também era tratado utilizando um tipo de linguagem e de lógica que fosse mais sutil e tocasse o tema desde uma ideia mais propositiva, de acordo com as informantes. Assim utilizaram-se do termo "*bo trato*" para conseguir refletir sobre que tipo de relações quero ter; como quero ser tratada pelo meu marido/filho/namorado e pelas pessoas que me rodeiam. Isso porque, segundo as idealizadoras dessa campanha, o auto reconhecimento como vítima de violência pode afastar mais do que acolher a essas mulheres. Uma vez que faz-se muito duro perceber-se numa situação na que é a(s) pessoa(s)

as que tem relações afetivas e amorosas as que execem a violência, ademais delas serem na maioria dos casos, o alicerse econômico e social dessa mulher. Também busca-se chegar não só aquelas mulheres que sofrem a violência física de alto nível, mas também as violências psicológicas e de dominação em diferentes âmbitos. Uma campanha que se propunha sobretudo a repensar e alertar sobre as formas de trato nas relações entre as pessoas.

6.5 Mudanças no favo

A paridade é a terceira iniciativa que conforma o eixo sustentador do discurso da igualdade dento do SLG. Ela é claramente identificada pelas pessoas informantes como uma iniciativa fundamental para a existência da igualdade dentro da organização. Como já relatado, essa iniciativa se instaurou em 2007 em todos os órgãos de representação, com uma pequena diferença nos setores onde a paridade se dá nos cargos de representante e vice e não no mesmo nível de representação. Essa ação positiva é bastante conhecida entre a afiliação e é percebida como uma forma concreta de busca da igualdade por meio da garantia da participação feminina nos postos de toma de decisão. Isso faz com que no SLG, tanto homens como mulheres tenham voz nos órgãos máximos e também visibilidade midiática para a própria afiliação e para o exterior.

De acordo com as informantes, essa iniciativa é um feito consolidado que não é questionado pela afiliação. De feito, para alguns é a representação da existência real da igualdade dentro do SLG. Incluído aqueles em que as questões relacionadas com a *Secretaria das Mulleres* pouco lhes interessam, creem que a paridade é algo natural e que deve se manter, ainda que valorem que a ocupação dos cargos se dê por mérito pessoal. O sexo, para essas pessoas, não é um fator relevante no momento de eleger uma representante, pensamento que se justifica com a eleição de mulheres para a secretaria geral do Sindicato, quando também havia homens candidatos.

O significado da paridade mesmo com defesas diferentes, se baseia na garantia da participação das mulheres com o intuito de lograr dar visibilidade e fomentar a sua participação dentro da organização. Nesse raciocínio, algumas pessoas, como o relato que

segue, entendem a paridade não só como uma iniciativa em si, de garantia numérica em cargos de representação. Mas como uma dupla estratégia na que ao mudar a estrutura permitindo que diferentes sujeitos possam ocupar esses postos, permita também criar mecanismos que mitiguem as estruturas sociais que sustentam e mantêm as relações de poder desiguais do sistema sexo-gênero, gerando injustiças. Assim, a paridade pode servir para obrigar a quem detem o poder nas organizações a criar diferentes mecanismos ou mesmo modificar as suas estruturas e dinâmicas que sejam mais abertas e que incluíam uma maior diversidade de sujeitos e de maneiras no processo político.

> Porque é unha maneira case de obrigar a que busque as maneiras e as fórmulas para poder integrar a.. as mulleres. E unha vez que ten que facer esas fórmulas para poder integralas, pois ten que escoitar os seus problemas e unha vez que escoitas os teus problemas, pois tes que reformular, non. Cousa que se non existira, pois non o faría. (Entrevista 12, H)

Nesse mesmo sentido, outras relatam a importância da paridade em desnaturalizar as desigualdades na participação de homens e mulheres dentro do SLG, dando visibilidade a problemática. O que, para algumas, supôs um antes e depois para a organização com a aplicação dessa medida, uma vez que se viu a necessidade de incluir aquelas que nem sequer eram vistas, primeiro com o intuito de ocupar esses espaços e segundo, com a pretensão de dar-lhes voz e possibilidade de tomada de decisão. Nesse sentido, a paridade é percebida como uma iniciativa que garante a participação das mulheres e as respaldam dentro do SLG. Para fazer efetiva a própria iniciativa, criam mecanismos que favoreçam a participação desses sujeitos. Além disso, ressaltam várias informantes, o feito de haver mulheres em cargos de representação importantes e de visibilidade anima a que outras mulheres também participem do Sindicato. Sendo mulheres as suas referências, o próprio espaço do Sindicato passa a ser visto como próprio também das mulheres.

Para as participantes da Secretaria, essa iniciativa foi um dos resultados do trabalho de base que se vinham fazendo com as mulheres, mas também uma fórmula encontrada para debater sobre as desigualdades entre homens e mulheres em todos os estamentos do SLG. A ampliação desse debate também se favoreceu do marco conflitivo que vivia o Sindicato nesse momento. Este, de alguma maneira, fez possível que esse tema entrasse como um marco discursivo e de debate entre os grupos que disputavam as a DN, logo, as linhas políticas que tomaria o SLG. Dessa forma, as questões emergentes das mulheres, na que se inclui a

paridade, era um tema que poderia ser facilmente uma pauta de qualquer discussão dentro da organização, porque fazia parte dos debates políticos.

> (...) había mais xente preocupada no debate inicial que na aprobación, que cando se deu a aprobación xeral ao tema. (...) De feito, desde que pasou non volveu a dar debate. Normalmente esas cousas solen ter debate cando hai algún conflito, algun tipo de.. de que haxa dúas partes nun momento determinado que se discute un tema ou tal. (...) Parece ser mais un tema de comentario, de paréceme mellor, peor ou dáme igual, que un tema de presión, non. (...) No inicio non. Logo no Congreso pois se houbera así dúas candidaturas, pois si que houbera así ... de como que.. como que para algunha xente que les parecía que era unha utilización ou .. Sobretodo porque dentro dos debates políticos, no mundo obreiro por exemplo, no mundo dos operarios aquí en Galicia cada persona física é un asociado, non hai afiliación por casas como hai no rural. E entonces, digamos que como a formación é mais urbana, pois digamos que o modelo que se toma moitas veces por parte de algunhas persoas que se toma como referencia, en vez de ser a conformación digamos agraria, pois mirase a conformación teórica, moitas veces do mundo urbano, que efectivamente é distinto. (...) (Entrevista 23, H)

Tanto a paridade como o debate em torno a ela propiciaram uma maior visibilidade das mulheres dentro do SLG, ademais do aumento numérico significativo da sua participação, tanto na base da organização como nos órgãos de direção nacional.

> E eu creo que iso si que marcou tamén un antes e un despois. Un antes porque ese paso se deu porque había moito traballo de base. E, pois eso, de moito traballo de base coas mulleres e de base coa Secretaria. E tamén, bueno, marcou un despois porque se pasou eso: a de que todos os órganos do sector do viño, ou do sector do leite, ou do sector da pataca, que digo estes porque son sectores moi masculinizados., pois teña igualdade no numero de representación no… do numero de persoas homes e no número de persoas mulleres. (...) … bueno.. ademais ese proceso de paridade a .. a maiores de haber o debate, haber tido o proceso, e.. se traduciu iso, pues.. nunha maior visibilidade das mulleres e segundo, despois, e… tamén nos propios órganos, eso, de todos los órganos do sindicato dirección do sindicato, dende a dirección nacional, executiva, dirección de sectores, porque, bueno, o sindicato está organizado por sectores. Cada sector ten a súa casuística e non é para nada igual a do viño, ca do leite, ca horta e tal. (Entrevista 2, M)

Todas as pessoas informantes identificaram a paridade como uma ação positiva já instituída no SLG que não vê possibilidade de mudança. É feita para garantir a participação feminina em setores masculinizados e nos órgãos de direção que também era ocupado quase em exclusiva por homens. Para uma grande parte, é a representação de que existe a igualdade plena dentro do SLG, servindo de exemplo para as demais instituições. Efetivamente, entre as consequências pode-se destacar uma maior visibilidade sobre as problemáticas vividas pelas mulheres e mudanças de discurso e de atitudes por parte de pessoas trabalhadoras e do corpo diretivo. No entanto, como também lembram as informantes, uma norma não significa a sua efetivação e nem o fim das desigualdades.

De acordo com elas, a maior dificuldade das mulheres em participar de qualquer atividade do SLG, incluída as que têm cargo de representação e diretivos é o volume de trabalho e responsabilidades na sua vida. Elas têm de compatibilizar o trabalho agrário, o doméstico, o dos cuidados com a sua ação na organização. Tudo isso conforma um elemento limitador para que elas participem e aceitem ocupar cargos de representação, o que implica dedicar um número significativo de horas às tarefas qualificadas como extras (para elas) e que as retira da Casa. A sua ausência representa um grande problema na continuidade e manutenção da atividade da Casa, tanto a nível "reprodutivo" como "produtivo", uma vez que os homens dificilmente se ocupam das tarefas que recaem sobre a responsabilidade delas, principalmente as relacionadas com os cuidados e as domésticas.

Dessa forma, participar e ocupar um cargo de representação, que significa ter a responsabilidade de participar, implica para as mulheres a necessidade de abrir uma negociação sobre a própria divisão sexual do trabalho no interior da Casa, ou seja, uma negociação que visa flexibilizar ou modificar o reparto das tarefas e a dinâmica cotidiana da sua unidade familiar, reflexionando sobre o papel desenvolvido por cada indivíduo. Uma negociação nem sempre feita em situação de igualdade entre os membros do casal e/ou família. Como já discutido, eles são os que geralmente têm a titularidade da terra, da exploração, os que estão dados de alta na seguridade social, os que têm o status social e o papel de representante da Casa. O que se agrava com a precariedade a que estão cada vez mais submetidas. Tudo isso deixam as mulheres com um menor nível de autonomia econômica e social em relação aos homens, especialmente aos seus maridos. Portanto, com um menor poder de decisão relacionado com a organização interna da Casa. Assim a sua posição para a negociação é complicada, uma vez que a a situação pessoal (e que geralmente conleva a preocupação com a situação dos filh@s) é de inseguridade e incertidumbre bastante importante.

Nesse contexto, a paridade ao impor a necessidade de incluir as mulheres em cargos representativos, possibilita ampliar a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e a valorização do papel das mulheres na Casa, como "privado" e no Sindicato, entendido como "espaço público". Dessa forma, a paridade parece abrir um elo de comunicação entre os espaços dicotomizados e os papeis desenvolvidos por cada sexo que conformam um dos

limites impostos pelo sistema sexo-gênero para conseguir efetivar uma equidade nos espaços de representação sindical.

No caso do SLG, as desigualdades relacionadas com a ocupação dos espaços representativos e de participação entre os sexos são percebidas mais bem na base, onde as preocupações quanto às relações de sexo-gênero estão menos controlados do que nos órgãos nacionais, que servem também de vitrine de cara a sociedade, mostrando ser uma organização que segue a coerência dos seus discursos. Nesse contexto, o perigo está em que esta iniciativa sirva para esconder as contradições e as problemáticas que se vive no dia a dia, não levando consigo outra série de estratégias que possibilitem eliminar as bases de sustentação do sistema sexo-gênero que reproduz as desigualdades e injustiças. Uma preocupação que está presente entre as labregas.

> O debate levábase dando de antes, e algunha cousa se recolleu. Outra cousa foi facer efectivo o que temos que ter na executiva tantas mulleres, ou temos que ter tal, porque les corresponde para ter igualdade. O de antes era mais os dereitos das mulleres, os dereitos de tal, os dereitos tal, os dereitos cual. Benganita pode estar porque é moi activa, porque vale e tal, pero digamos que.. como digamos que.... que antes había que demostrar. O mellor antes tiñamos 9 homes e 2 mulleres. Non sei se me explico? E se consideraba que estaba ben e que había participación. (Entrevista 23, H)

Propor mudanças no que é a vitrine da organização, ou seja, em tudo aquilo que se mostra para sociedade, parece ser mais fácil do que aquelas que devem acompanha-las para proporcionar que estas sejam postas em prática e efetivas, conseguindo o objetivo único de miticar as relações desiguais. Ao longo das entrevistas percebe-se como os discursos tentam visibilizar a carga positiva que tem o SLG com essas iniciativas, mas também revelam as suas fragilidades ao visibilizarem as contradições e as dificuldades para por em prática tal iniciativa na cotidianeidade das suas ações.

Nesse sentido, a proposta de estabelecer a paridade nos órgãos representativos não se verificou grandes resistências, o que não acontece no momento em que se tem que tomar outras ações para que a própria paridade seja possível, como pode ser a proposta de fazer mudanças no banco de dados para poder incluir todos os membros da família d@ titular. Isto, na prática, significaria a inclusão maioritariamente de mulheres, que não figuravam nos cadastros das pessoas afiliadas. As formas de resistências, como comenta essa informante, não são abertas ou diretas, o que faz com que poucas pessoas falem abertamente desse confronto

como uma resistência a promoção de iniciativas que busquem romper com as desigualdades estabelecidas pelo sistema sexo-gênero. Também porque seria um discurso claramente machista dentro de uma organização que defende o contrário, estando completamente mal visto.

> (...) Se nunha granxa están traballando o home e a muller, pois tanto é afiliado o home como afiliada a muller. Pois tanto ten, imaxínate, no dia dunha elección voz e voto o home, e voz e voto a muller. Foi un debate que xenerou moito debate. Bueno porque, iso porque non todo o mundo o vía así, non todo mundo o tiña claro. Aí a posta mais forte e mais asi…. potente e tal foi por parte de Lidia, Lidia Senra, que bueno…eso. que aparte de sacar a proposta, a defendeu en todo o momento como tal e efectivamente a proposta saíu para adiante. (...) E non é dicir que che dixera así a cara o na asemblea que … estaba mal… que tal.. O que pasa é que, o que si era que… lle restaba importancia, que non vían esa necesidade, que se duplica o traballo que se duplicar non sei que, que se…. Entendes?. Entón un pouco a dinámica, ese traballo era un pouco secundario ou non lle vían importancia. (Entrevista 2, M)

As mulheres da Secretaria entendiam como fundamental a mudança no banco de dados para conseguir aceder, encontrar e identificar as labregas que em teoria estavam afiliadas. Mas que por diversas razões, das que destacam a falta do seu cadastro e do modelo de representação da Casa nos espaços públicos, somente os homens acudiam à organização, exercendo o seu direito de voz e voto como mínimo. Por outro lado, essa mudança era fundamental para poder garantir que todas as pessoas que trabalham na Casa pudessem ter o direito de voto e de representação e que não fosse somente o voto da Casa, onde predominaria a posição do homem, porque dentro delas segue estando muito marcadas as normas do sistema sexo-gênero.

De fato, a mudança no banco de dados da afiliação do SLG, que foi paulatina, facilitou o trabalho de mobilização das labregas que nunca tinham participado de nenhuma atividade da organização, nem da Secretaria. Possibilitou a que no momento de chamar a uma Casa afiliada ter a atenção de não tratar apenas com o homem, passando a informação à mulher, incluindo-a como afiliada e responsável da sua exploração. Com isso, estreitava-se a relação entre Sindicato e as mulheres, principalmente por meio das dinamizadoras, que segundo as entrevistadas, é tão importante para romper com a ideia de que o Sindicato é um espaço de homens. Ademais, fomenta a identidade de labrega, como sujeito de direitos, rompendo ainda com a ideia de “ajuda familiar”.

São nessas estruturas em que se verifica uma maior resistência, uma vez que implica um trabalho de reestruturação e mudanças nas formas de trabalho e ações cotidianas. Quando as

pessoas não estão convencidas da sua necessidade e importância, essas implicações podem ser boicotadas ou ignoradas, porque são dependentes de um trabalho individual e de uma contínua revisão de formas e conteúdos, autocrítica e adaptação a algo novo, diferente. O imperialismo cultural faz com que o diferente seja percebido como negativo, alheio e ao que se deve temer, mantendo as dinâmicas habituais, ainda que sejam nagativas.

Diante disso, parece ser fundamental o esforço contínuo de revisão dos discursos e práticas que se querem seguir para que a comodidade que leve a manutenção das desigualdades não se sobreponha sobre o seu enfrentamento. Voltamos uma vez mais a importância do trabalho das dinamizadoras e o papel da secretária geral que dá prioridade e valor ao debate e as ações com respeito às desigualdades derivadas do sistema sexo-gênero. Sem elas, todo esse processo provavelmente não teria esses feitos.

6.6 As abellhas rainhas

> Pois seguramente non poidamos falar de moitos sindicatos ou organizacións que teñan a frente mulleres, que non sexan específicas de muller, senón que é un sindicato mixto, por dicir así. Onde a visibilización da muller xa non só de palabra, si non que é real. E as nosas caras visibles na maior parte son mulleres.(...) Porque sempre se intentou que foran as mulleres as que participasen moi activamente, sabe. Que tanto as traballadoras, como as labregas tivesen un papel de representación de cara fora, non, que foran elas. E.. si, chama atención. (Entrevista 10, M)

O discurso acima ressalta o feito inusitado desse Sindicato ser liderado desde 1989 por mulheres e que, ademais, se identificam abertamente como feministas num mundo onde prevalece o machismo, os homens líderes e onde as mulheres não ocupam cargos de alta responsabilidade e visibilidade. Um fato que para as pessoas entrevistadas é visto com algo totalmente natural para essa organização. Muitas, nem siquer tinham pensado sobre esse feito. Outras não visualizam que a liderança sería diferente se fosse um homem, ou ainda, justificam a liderança feminina no SLG como “natural” dado o contexto do rural galego estar caracterizado pelo maior protagonismo das mulheres do que outros. Assim argumentam:

> Pois non sei. Non me parei a pensar. Pero tampouco vexo así tan feminista, non?! Non o sei. Pois se é feminista, non sei. Que nunca o vira desde ese punto de vista. Pero si que a secretaria xeral é unha muller. Pero bueno, fixo moi ben. Pero non vexo orientado ao feminismo. Pero pode ser. (...) (Entrevista 32, M)

> Pois non é tan dificil. Se coñeceras ben o que é o mundo do rural, as súas parroquias e lugares e demais, veríase que sempre a muller tivo un peso moi importante, dirixía moito. A maioría das veces, asombra. Porque elas mismas nunca quixeron destacar. Pero, hai unhas persoas que seguían outra liña, non se esconderon. E por aí ven o feito de que no Sindicato haxa. Porque a través da súa capacidade e do seu potencial foron desarrollando habilidades e estiveron ai. E a xente e, os homes en xeral, estiveron encantados nese sentido. Porque estaban vendo non a muller en concreto, si non a un líder que dirixía adecuadamente, con criterio e con forza e con personalidade. E esa era Lidia. Porque ao lado dela estivo Milucho un tempo tamén. Tamén con personalidade e tal. E esta o Pepe Ramón, que tamén ten a súa personalidade e tamén está sempre aí. Pero que tampouco, digamos, que quer esa función. E o que fan moitas mulleres noutro sentido, de que dirixe, pero na sombra que é: "non, ponte tu de pantalla" e ela dirixe por detrás. Neste caso non é así. Simplemente exerce a súa labor directamente. Porque teñen esa capacidade e esa forza. E o feito de que despois de Lidia non salira ningún home, pois é… pode facer así moita cultura. Que o feito de coidar de dicir que bueno, se unha muller representou toda esa forza, toda esa e todo eso, debe seguir outra muller. Sin buscar mais critério, non. E se resulta que nós somos tan… medrosos, por dicir dalgunha maneira, que non queremos dar a cara, pois esas mulleres seguen alá e aí están. E a xente notaba. (…) pero dentro do sindicato se dá eso, de que a pesar de ter moitos homes [risos] están encantados de que exista unha dirección feminina, porque non mira exactamente a feminilidad. Miran a capacidade de dirección de organización. Pois é algo que vai ir pouco, aínda que lles coste algún traballo, pero vai.. eso, que miran o mérito e a capacidade. [silêncio] Pero como a Lidia non hai outra. Ou moito no que significa traballar a tope. (…) (Entrevista 28, H)

> (...) Eu supoño que é porque o Sindicato Labrego sempre estubo controlado por mulleres. Eu non recordo que un home estivera controlando o Sindicato Labrego Galego. É unha gran forza. Son todas feministas, todas! A Lidia é feminista, a Carmen é feminista, a Isabel. Entón esa a forma de facer cousas, por eso. Se eu teño uns ideales e unhas formas, pois... vou traballar con eses ideales. Eu acordome sempre de mulleres controlando o Sindicato Labrego. Que quer mais igualdad?! Siempre levaron a batuta. Eu non estou nin que sea home nin muller, he. Eu eso me la suda. (...) Eu, case mais importante é a idea que ten. (Entrevista 22, H)

Todas as pessoas informantes destacam que a liderança máxima da organização ser exercida por mulheres baseou-se no mérito de trabalho delas, especialmente o de Lidia Senra, a primeira mulher secretária geral. Ela rompe com o imaginário de que as mulheres não têm capacidade de toma de decisões e de liderar com certezas e concretudes uma grande organização sindical. O que quer dizer que ela rompe com a dicotomia entre feminino e masculino que determinam as formas de liderança de homens e mulheres pré-estabelecidas pelo sistema sexo-gênero. Ou seja, um modelo masculino seria aquele onde imperam os valores de fortaleza, capacidade de tomar decisões estratégicas, analíticas e racionais, frente ao feminino, relacionado aos atributos comunais, no que priorizam as relações e se caracterizam pela cooperação, receptividade, sensibilidade e empatia. Por outro lado, remarca que o modelo aceito e valorizado de liderança, principalmente nos seus inícios, eram aqueles de caractísticas marcadamente masculinas. Sendo que o feito de ser uma mulher líder,

possibilita um acercamento ou uma combinação de âmbas características, o que é valorizado positivamente por homens e mulheres do Sindicato e servindo de modelo a ser seguido pelas que vem a seguir.

> Non había unha muller así en puesto así. Iso non se vía. Pero a xente lle chamou un pouquiño a atención, pero penso que en pouco tempo porque... porque... Lidia era unha persona.. cos pés na terra. Era unha persoa moi preparada e a xente non vía, si que oía. E as cousas que oía ... era cousas.. que tiñan .. que eran cousa con xeito. E que vivía do traballo e que traballaba e que non había home que o competira. E había xente xa non miraba se era unha cara de muller ou non. De todas as maneiras os problemas que tuvo ela seguramente xa non,.. pero xa non a mellor a nivel de labradores, se non o mellor a nivel cando íba a representar cos políticos. Cos políticos seguramente tuvo moitos, tería moito que contar. Pero despois a nivel de labradores a xente.. eu penso que puido tempo tivo que ter eso, porque a xente viu que ... traballadora coma ela, non habería home que a competira. Entón non terían nada que dicir. É que se lle chamaban o jefe. Chamáballe a jefa. E no final das contas [risos] pero ela era a jefa. (...) Despois nós xá estabamos acostumados. Despois iso xa nos parecía normal. E Isabel tamén traballa moito. O que pasa é que ela ten outro xeito de Lidia non sei. É que o de Lidia conquistou moito. E que agora é un mundo e cando estaba Lidia era outro completamente diferente. Cambiaron moitísimo, moitísimo. Lidia estaba en outra generación. As cousas cambiaran moitisimo. E a política cambiou moitísimo e .. (Entrevista 14, M)

> Home eu penso que os méritos de Lidia están aí, estan os ollos de todos. Eu penso que non é por ser muller, que non foi por ser muller nin home. É que esa señora se presentou e tiña esas inquietudes polo rural. Iso eu penso que gañou por méritos propios, non por ser muller nin por ser home. Non é unha muller ou un home,. Somos persoas. E por iso.. pois antes estibo Lidia, despois estibo Carmen e agora tocoulle a Isabel e ... pero non por ser muller. Non é dicir, é que son feministas ou.. non, non. No sindicato labrego miramos pola igualdade. (Entrevista 15, H)

Com Senra foram 18 anos a frente do SLG, que como discute Tareixa Ledo (2010), foram anos de um processo de crescimento e mudanças reciprocas entre as duas, principalmente no que tange a sua afirmação de mulher e feminista. Isso reafirma a ideia de que nem Senra nem o SLG são os mesmos quando iniciaram e agora, especialmente nos temas encalçados pelo feminismo. O entendimento sobre como deve ser, atuar e fazer política por organizações e pelas suas lideranças foram se transformando ao longo do tempo e também se adaptando aos contextos, necessidades e desejos do restante das participantes. Mudanças e diferenças que as pessoas informantes percebem nas formas de liderança tanto ao longo período liderado por Lidia Senra, mas também com respeito as outras duas secretarias gerais, Carmen Freire e Isabel Vilalba.

> A ver, é que no sindicato empezou Lidia que foi unha líder que penso non virá outro. Respectando a Carmen e a Isabel, porque Carmen era moi boíña, moi boíña. E Isabel tamén. Eu que sei, como persona é que eu fun a moitas executivas con ela e parece unha persona estupenda. Pero igual non teñen a cousa de decisión, e non son votadas

> mais para adiante como era Lidia. E ademais Lidia foi moi, moi querida no Sindicato. Pena que agora se marchara para a política. (...) (Entrevista 37, M)

> Eu creo que Lidia Senra marcou unha etapa moi importante no SLG. Botou moitísimos anos de secretaria xeral e eu creo que creou, como falan, escuela, ou como lle queiramos chamar. Pero creo que foi capaz de mostrar que unha muller era capaz de empuxar unha organización sindical do rural, defendendo cousas, moitas veces, que non está ben vista que se defenda. Porque.. o tema de falar de rural, de pequenas explotacións nunha sociedade tan moderna coma que vivimos non senta moi ben. Aquí grandes explotacións, cambia de 60 vacas para 200 se pode ser, e tal, non, todo a lo grande. E ela foi capaz de mostrar, ela foi capaz de dar.. de que o SLG fora un sindicato distinto, tivera outra forma de funcionar, non. eso creou escuela. Logo veu Carmen Freire que creo que ela víase no reflexo de Lidia, non. (...) Do punto de partida de que foi Lidia, pois sigue sendo o espello a que mirarse. E Lidia demostrou que era capaz, porque das, non. E tamén creo que dentro do... non por poñernos flor nin nada, pero eu na etapa que estiven na executiva nacional, por exemplo, sempre apostamos para que fora unha muller. E sigo apostando, porque unha secretaria xeral no SLG agora que vai haber congreso, ojalá siga sendo unha muller. A min me dá... Igual é o meu modo de velo, pero mais tempo, mais calma para falar, para negociar ou para dirixir unha organización. Mais intelixencia, creo eu. Os homes somos mais temperamentais. De meter un berro.. e unha organización hoxe en dia non pode levar a berros. E eu creo que elas son mais intelixentes, que saben aquele puntiño por onde tirar, non. (Entrevista 33, H)

> A ver.. eu creo que o papel aí foi Lídia. É unha persoa que ten un carácter… especial.. pois que é unha líder nata. Que conseguiu a base de esforzo e tal de chegar a liderar un sindicato que tiña moi claro as cuestións de xénero e que despois quixo que esa organización fora evolucionando, cambiando hábitos, modos, formas e tal ata chegar onde se chegou, non. Supoño que hai moito que avanzar, pero está claro que se avanzou .. mi má. (Entrevista 12, H)

Esses discursos também ilustram que as formas de liderança nas que se destacam mais características entendidas como femininas são ainda de hoje, pouco valoradas para o exercício da liderança, ainda que se verifique melhor aceitação. Uma situação na que as informantes também justificam com base as mudanças do próprio contexto do mundo campesino galego e do Sindicato, visto como mais decadente e complicado de liderar e mobilizar, por isso a liderança também deve e pode ser diferente. Já não se joga com as mesmas armas. Assim as diferenças e as mudanças têm a ver não só com a personalidade de cada uma e com as formas como lideram, mas também com os contextos sociais no que exerceram/exerce a liderança. Têm em conta os recursos econômicos e humanos da organização, a acentuação da crise sistêmica, o avanço das tecnologias, dos meios de comunicação e informação, entre outras. Todas elas também influem nas formas de ação coletiva e nos seus efeitos.

Tudo isso indica que ter líderes mulheres numa organização sindical rural, parece ser quase insignificante se não fosse pela incidência aberta, clara e decisiva delas com respeito às questões relacionadas com o feminismo. As conquistas de Senra no papel de líder deram

abertura para que outras também pudessem ocupar esse espaço, sendo que, sem o trabalho ao redor das questões feministas como uma das prioridades, essas mulheres provavelmente teriam muitas mais dificuldades e barreiras para ocupar e exercer tal liderança. Uma prioridade a qual essas três mulheres concidiram em colocar como fundamental para ser trabalhado neste Sindicato. Assim, independente das ações que se levassem a cabo pela organização existia a preocupação em dar visibilidade, incluir as mulheres e diminuir as desigualdades por razões de sexo-gênero, conformando uma linha de trabalho que passa a não se limitar as líderes, integrando-se no entendimento de como deve ser o trabalho da organização.

> Eu penso que Lidia marcou eso. Que unha muller que ocupou a secretaria xeral durante tantos anos e que se define como feminista, pois claro. Marca tendencia. E se ao redor vai situando xente que tamén son feministas, porque vai situando. .. porque o final cada un move as súas bases e xoga as súas cartas. (...) se vai arraigando ese espírito dentro da organización, non. Pois cando se dan os cambios, pois seguiu sendo mulleres. É unha continuidade, unha liña de traballo. (...) (Entrevista 27, H)

> Significado ten, porque en cima digamos, nas… casas e nas familias, digamos que as mulleres son as que levan o peso, na maioría, incluso da explotación. E non só das explotacións mais do coidado de maiores. E que teña unha organización representada por mulleres, por ser moito mais fácil .. permitir e trasladar esos problemas e debatelos que .. que o mellor se tivera unha dirección solo de homes. Non se verían estos problemas. Esta claro. porque.. quen mais ve son as que están sufrindo, as que están padecendo, quen está incluso disfrutando a veces tamén. Porque hai de todo. Porque en moitos casos tamén, en moitas casas, cada un fai o seu traballo, digamos, mais o de .. de manexo de.. na explotación… da alimentación e do ordeño e tal. Pero hai moitas familias, que o mellor, aínda incluso quen fai o ordeño é a muller, coida os maiores, atende os pequenos para mandalos o colexio, que vai ao médico cos maior, é o que vai o médico cando ten que ir cos nenos, é o que vai o colexio cando ten algun problema e tal. Entonces, se encima se tes dentro da direccion do sindicato mulleres que as respaldada na dirección. Pois, moito mais facil para trasladar todas esas inquiedanzas, as situacións nas que están padecendo e vivindo estas mulleres. Porque hai varias veces e non no momento, porque iso é … ahora non tanto, pero o mellor en algunhas casa que xa vai traballar, xa ten a súa renta económica que non tiña antes, que tiña que depender da parrella, do home, nese caso (Entrevista 19, H)

> Para min moito, que te apoian e te defenden e que podes falar con elas. Transmitirlles os problemas e sabes que elas van levar os teus problemas a intentar solucionar. Para min é un apoio moi grande. (...) Elas [secretárias gerais] xa por ser mulleres saben o meu problema… entón vanme entender mellor. E que me dan confianza de … eu poder contar os meus problemas. Igual xa por ser muller que tu xa te confías máis e sabes que te van a entender, e despois que van intentar solucionarcho. [pausa]… Para min vamos sería… non digo que ao mellor que si houbera un home, que el ao mellor te podería entender? Bueno, pero a min non me daría a confianza para falar de muller a muller…[pausa]. (Entrevista 24, M)

Nesse sentido também tem muita importância o apoio e incentivo que elas deram á muitas mulheres para que elas participassem e ocupassem posições de liderança e de

representação. O cargo como secretária máxima da organização servia de exemplo para que outras mulheres também pudessem exercer o papel de líderes e de ocupar postos de responsabilidade política, sem ter que necessariamente cumprir os requisitos pré-estabelecidos pelo sistema sexo-gênero. Além disso, o seu apoio direto lhes dava segurança para adquirir essa responsabilidade por entenderem que não estariam sozinhas, mas sim acompanhadas e apoiadas pela Secretrária geral, o que é significativo no relato de muitas mulheres que decidiram dar o passo de ocupar cargos de representação.

> (...) E comigo falou Lidia. Faloume: "mira, vemos que ti... entendes do tema..." que .. que daquela eu tiña dispoñibilidade de tempo. "e porque non vas. Pero vente que..." (...) A min chamoume Lidia. Dixo: "mira, véxote capaz, véxote... tes dispoñibilidade e tal, porque non vas?" (...) É ir falando: "mira, se eu estiven é porque ti tamén podes." Eso de dar confianza, non. "oye, preséntate" é ben e é bo. Porque un home pensa duña maneira e a muller pensa doutra., por moito que tal. Hai cousas que nunca van a ser iguais. (...) Entón eu creo que esa relación de proximidade e de .... paisania.. de falar.. "- e porque non te presentas? - Ai que ... eu non sirvo. -Si que sirves. Se eu sirvo, tu tamén." E non... non tes que estar falando o tempo todo. Pero tes que levanta a cabeza e dicir, eso é bo e eso me parece mal. (Entrevista 21, M)

> (…) Entonces, claro, na medida en que hai mulleres moi ben formadas, hai mulleres moi capaces dese liderazgo, que nos lles asombra o que nos asusta. No momento en que a mi mo dixo: "ti quedas ca responsabilidade do [nome das comarcas]", con un mogollón de frentes, con campañas abertas, con sitios e locais por abrir, o sea, unha ola de traballo que non me collería en .. en tres etarias[gerações], non. Entonces, para min ter o apoio de Lidia naquel momento foi moi importante para dicir si. Vou a diante con ese traballo. Non sei o que faría, se non tivera tido. (…) Pero de ter o apoio dela, "se a ti te apetece, tira para adiante, sabes que vas a ter o meu apoio". Eso para min foi unha frase que me animou a facelo. (Entrevista 7, M)

As ações iniciadas com Senra deram base a que outras mulheres conseguissem tivessem uma abertura para aceder ao mesmo posto de responsabilidade, quero dizer, já havia um precedente que diminuíam as resistências que traz qualquer novidade que é a ocupação no cargo de maior responsabilidade dentro de um sindicato e os preconceitos desse liderazgo ser exercido por uma mulher. Por outro lado, dar continuidade as ações e iniciativas que estavam sendo levadas a cabo, o que por sua vez, não é uma tarefa tão doada principalmente em momentos no que há uma redução de recursos. A esta dificultade das sucessoras se somam o tema dos méritos aos que elas estão subjulgadas, devendo cumpri-los para merecer ocupar esse lugar, da mesma forma como mereceu Lidia Senra em seu momento. Um tema que as feministas têm denunciado, dado que para os homens o tema do mérito não é exigido nos mesmos termos aos que são julgadas as mulheres e nem tem o mesmo peso de responsabilidade. No caso do SLG, essa questão não se resolve fazendo comparativas com os homens líderes, uma vez que o único homem a ocupar esse cargo foi o antecessor de Senra, ao que poucos fizeram alusão por não terem vivido tal período.

6.7 Do polem ao mel?

As mudanças são continuas num processo vivo como somos as pessoas, a *Secretaria das Mulleres*, o SLG, e a sociedade em geral. Perceber mudanças passa por estabelecer comparações entre o que era antes e como esta agora. Uma refexão complexa dado que as crenças que tinham no passado são diferentes das percepções que têm hoje sobre o passado e o presente. Ao que se soma as mudanças nos contextos sociais que também transformam e modificam as formas pelas quais se expressam as opressões, e não a sua extinção. Nesse sentido, como qualificar e considerar uma mudança? Por isso para as entrevistadas, responder sobre o que mudou a raiz das iniciativas e do processo levado a cabo pela *Secretaria das Mulleres*, mesmo depois de ter feito a memória do processo não resultou ser fácil. Necessitaram tempo de reflexão e respondendo tendo muito em conta o contexto.

As informantes destacaram as profundas e rápidas mudanças no rural galego e na sociedade em geral. Ressaltaram que não é o mesmo levar uma organização agora e antes, assim como as formas de participação. O trabalho também não é o mesmo, assim como os efeitos esperados da ação coletiva. Realizar uma campanha, mobilizar, fazer um discurso, uma assembleia não tem nem o mesmo impacto, nem o mesmo significado. A própria percepção do tempo e do espaço mudou. Assim como as percepções sobre rural, igualdade, mulheres e feminismo. Mudanças essas que não estão relacionadas apenas com uma ação, um ator social ou uma situação. Dão-se por um conjunto de fatores que estão em constante processo interactivo aos que as entrevistadas deram destaque, sendo cautelosas a hora de afirmar a existência de mudanças profundas relacionadas com sistema sexo-gênero tanto na sociedade e na organização como nas suas vidas. Isso da a entender que as mudanças existem, mas devem ser analisadas com respeito ao sentido em que as relações de poder sofreram transformações.

> Eu creo que dentro da organización eu creo que esta claro, en 3 aspectos así. Primeiro que o debate non se deu solo na organización, que se estendeu fora. (…) Chegou as comarcas pero tamén chegou o que é fora do que é sindicato. As propostas do sindicato chegaron a outros sectores urbanos, chegaron as institucións, tamén en forma reivindicativa, non. (...) a segunda mudanza é que un tema que era mais ou menos tabú a nivel de debate, pois pasouse a debaterse e non ten porque ter

> ningún problema, co cal, é en parte unha normalización. Pero eu creo despois hai moitas cousas, por parte dos que somos os compañeiros, pero mais o mellor que da organización na vida diaria que se di, pero que non se fan, non. O debate nas casas, nas fincas, e.. digamos na vida do traballo e do goberno de casa ou eso, pois eu creo que.. pois non vai o mesmo nivel que o nivel de proposta ou respecto de presenza igualitaria ou esas cousas, non. e logo, é complicado, porque? Porque é derivado dese traballo nas Casas, que moitas veces é porque as mulleres teñen moitas mais dificultade de participar que o home. É dicir, o costume de participación na vida de política organizativa económica, política e de organizacións sociais era un tema de dominio dos homes e entonces e incluso era .. hai mulleres que dan ese paso, pero hai outras que lles costa mais, tal. Xa seña porque o traballo que asumen na casa, pois non le permite. Xa seña porque non queren entrar no debate e .. entonces pois acaba indo o home etc. Non. E eu creo que agora mismo hai un tema principal que é que con eso da .. derivado as burbullas estas financeiras internacionais, hai un retroceso, sobre todo en Europa, non, que pode haber en mais sitios. E ese retroceso económico, pero tamén en dereitos, en servicios de todo tipo. Pois digamos que afecta a toda a cidadanía, pero que eu creo que afecta as mulleres, especialmente, non.. Entonces eu creo que por unha parte podemos ter mais participación no sindicato. Poden incluso haber mais mulleres deputadas, alcades, etc, pero por otra parte os retrocesos eses, digamos que é a precarización de servicios que teñen, ou de dereitos, pois acaba sendo superior ao dos homes, non. (...) (Entrevista 23, H)

Outras informantes destacaram a dificultade de fazer essa valoração dado o pouco tempo que se vem trabalhando com as problemáticas derivadas do sistema sexo-gênero dentro da organização. Nenhuma suposta mudança está completamente consolidada, tendo que estar as 24h do dia em alerta para resistires aos ataques e retrocessos que vem em diferentes direções: desde a Casa até nas administrações governamentais. Passando por aquelas relacionadas com a sua propria práxis cotidiana como sujeito social, que tem relação com as normas e valores sociais aprendidos que estão naturalizados na nossa sociedade.

Isso também justifica a interpretação de que os efeitos de uma iniciativa concreta são complicados de identificar na medida em que eles nunca estão isolados, pelo contrário, estão imersos num contexto onde influem diferentes elementos. Nesse sentido, nenhuma das iniciativas identificadas pelas informantes tem um efeito unilateral sobre a organização e nem sobre a vida cotidiana das participantes. Assim, o SLG é visto como pequeno espaço promotor de mudanças, mas que tem perdido poder de insidencia social dada a perda de pessoas campesinas no rural galego e pela sua pouca adaptação as novas necessidades quanto às formas de organização social. As mudanças relacionadas com sexo-gênero, equidade, direitos das mulheres não estão separadas dos efeitos dos contextos sociais, ao que as informantes atribuem uma grande carga de responsabilidade a essa estagnação.

Visto assim, as iniciativas e ações desenvolvidas pelo SLG relacionadas diretamente com o combate das desigualdades do sistema sexo-gênero têm demonstrado ser impulsoras de

reflexões e pequenas mudanças nos discursos e práticas dessa organização e das pessoas diretamente envolvidas com ela, servindo de exemplo para outras. A própria elaboração dessas iniciativas promove reflexões sobre a práxis política cotidiana que impulsionam mudanças. Muitas delas a nível individual, de como perceber a realidade, como fazer diferente para elas não contribuam para a existencia de injustiças e de opressões. Isso se percebe nos discursos das mulheres e daqueles homens que acompanham mais de perto a sua elaboração, mas também nas tentativas de promover mudanças na estrutura que implica novas práticas cotidianas. Quer dizer, influem sobre as suas atitudes na Casa e na organização, as formas de planejar as reuniões e de participar deles, de pensar estratégias de ações nas diferentes áreas de trabalho. Tudo isso tendo presente da existencia das desigualdades entre homens e mulheres e que estas devem ser enfrentadas ha todo momento. Uma vez pensada e levada a cabo tal iniciativa, ela potência uma ampliação das reflexões/análises/reivindicações feitas no seu interior para o resto da sociedade, alcançando um público muito mais amplo que as pessoas ativistas. Isso fica claro quando esta organização passa a ser um referente justamente por levar a cabo tais iniciativas e na sua dinâmica interna. Mas vale destacar que o feito de ser uma referência é um resultado da implicação e do peso político dado a essas iniciativas no interior do SLG. Quanto maior o apoio, prioridade e incidência sobre ela, mais efetiva será, mais visível serão os resultados e maior reconhecimento social terá. Nesse mesmo sentido também interfere o número de atividades para potenciar as iniciativas e a sua difusão, assim como a elaboração de outras estratégias para dar sustentação a primeira. Em outras palavras, qualquer iniciativa de grande alcance deve levar consigo estratégias secundárias que lhe dê sustentação para que realmente possa funcionar, pois implica mudanças a curto médio e longo prazo.

Com um olhar sobre o conjunto, as mudanças se localizam mais no campo de perceber, identificar e visibilizar as problemáticas da sociedade tendo em conta as desigualdades do sistema sexo-gênero. Mudanças valoradas positivamente pelas informantes na medida em que se localizam nessa sociedade e percebem a interconexão dos ciclos de opressões aos quais o sistema sexo-gênero também opera. Assim são percebidas mudanças na participação feminina, na visibilidade e importância das mulheres labregas, dos trabalhos e responsabilidades diferenciadas que tem cada sexo na nossa sociedade, em especial no rural galego. Mas os efeitos das ações esbarraram nos muros das Casas, “o que é de casa para

dentro", o que a maior parte das informantes identifica como um reto da *Secretaria das Mulleres* do SLG. Como chegar até as Casas? Como fazer para que esses discursos e práticas não se restrinjam ao espaço do Sindicato?

Algumas casas e pessoas afirmam ter mudado mais que outras a raiz dessas iniciativas, incidindo ainda que a própria participação no Sindicato ao longo dos anos contribui para esse processo de mudanças. Também influi a situação na que se localiza cada individuo na sociedade e na Casa, o que se reflete no feito das mudanças serem mais evidentes nas mulheres do que nos homens, especialmente naquelas que participam da Secretaria das Mulleres. E entre os homens, naqueles homens que estão mais ativos na organização e que participam dos setores menos masculinizados.

Com eleito ilustrativo seguem algumas declarações:

> En min cambioume a vida a xuntanza esa fai todos os anos a secretaria das mulleres. Porque eu non saía da casa. Non saía. Non íba nin a unha excursión. Non. Estaba sempre na casa. Todo íba o meu home e... O.. e se había unha manifestación íba o meu home, é... e sempre eu na casa. Con catro fillos e os vellos e... sempre na casa. E a min cambioume moitísimo, porque, para ir a primeira vez, custoume moito traballo, moito. Porque, e aínda me sigue custándo algo. Pero cada año millora, que siga. (...) Pois se hai unha reunión pois ou vai ele ou vou eu, depende, depende do que haxa que facer nese momento e de como estexa nese momento e... pero cambiar... Cambiar, non cambia. En mi cambiar, cambioume eso. Da reunións das mulleres, das xuntazas de mulleres de abrir os ollos, xa te digo. Eu voto sempre esperando por ese dia [risos] que se me fai o ano largo. (Entrevista 14, M)
>
> Influíron para ben non, que che abran os ollos, non. É estabamos levando unha vida que non era a correcta. A miña muller o mellor non pagaria a seguridade social, non, se eso non se miraría. E esas cousas, que hai todas esas cousas que... pois que se abreu, non. (...) Mais cocientización. A min e a ao resto da poboación. (Entrevista 15, H)
>
> Bueno que cambia, si, que cambiamos moito. Si. O cambio moito. Porque a veces éramos, mira, de ser ao millor 20 ou menos de 20, a ser ahora, 100 ou ciento e pico ou 90 e pico que nos reunimos. As mulleres participan, salen da casa. Dese. Poquitas, poquitas, 20 es mucho. 6,7, sabes?. Antes eran os homes. Iban todo homes. As reunións e todo aun que foran, bueno, … as mulleres na casa. Pero as mulleres despertamos tamén, sabes?. Aunque somos do campo, tontas non somos. (Entrevista 16, M)
>
> Unha maneira distinta de entender as cousas. Eso que che dicía antes, todas esas vivencias ao final son parte da túa vida e non podería ter a miña vida sen o traballo do sindicato, porque non sería a miña vida, sería outra. (Entrevista 18, M)
>
> Eu creo que aportou moito a miña formación como persona. (...) (Entrevista 23, H)
>
> E…. e non sei. Unha perspectiva ….política que antes non tiña, digamos, porque estamos falando de que a realidade tiña xente… forte sindicalmente digamos. Estamos falando de cuadros importantes, digamos. De… Lidia Senra, de personas

con un discurso potente, sabes, e iso é un privilexio. E despois claro, a aprendizaxes. Porque claro, cada dia se aprende algo novo, díos mío. [risos] é incrible. " (Entrevista 34, M)

7. Conclusões

Esse trabalho de investigação buscou favorecer diálogos entre diferentes saberes e conhecimentos localizados para discutir sobre a problemática de pensar outras concepções de justiça para as quais o sistema sexo-gênero seja um eixo fundamental, uma vez que as injustiças derivadas desse sistema formam parte da estrutura social.

Sobre essa questão, a atuação do movimento feminista, a partir de diferentes perspectivas tem sido determinante para provocar mudanças nas formas de conceber a justiça, o público e a política. Uma dessas contribuições valiosas é a de Iris M. Young que, ao definir de forma mais plural a categoria de opressão, entendendo que esta tem um caráter sistêmico e estrutural amplo, o qual envolve desde as instituições até as ações, reações e interações cotidianas das pessoas. Assim, injustiças sociais estão sustentadas nas estruturas sociais, não sendo suficientes as iniciativas que se restringem à distribuição dos recursos, como defendem os ideários da justiça distributiva, ainda que a distribuição seja um elemento fundamental para a garantia da justiça. Devem também, portanto, levar em conta aqueles aspectos que limitam as pessoas oprimidas no desenvolvimento e exercício das suas capacidades e na expressão das suas necessidades, pensamentos e sentimentos, que podem ser resumidos sob as ideias de autodesenvolvimento e autodeterminação. Assim, se as injustiças envolvem tanto questões de distribuição como de reconhecimento sustentadas por meio das estruturas sociais que funcionam tanto no que se entende por âmbito público como privado; as ações e remédios de enfrentamento das mesmas devem incidir sobre esses pontos, utilizando os termos de Nancy Fraser.

Dessa forma, na investigação que aqui se conclui tentei oferecer, com base nessas contribuições feministas, uma análise sobre as iniciativas que visam mitigar as injustiças relacionadas com o sistema sexo-gênero dentro de uma organização de movimento social que luta pela justiça social, o SLG, que são protagonizadas pela *Secretaria das Mulleres*. Isso porque, os movimentos sociais e suas organizações, são um importante ator social e um espaço de potencial emancipador que coincide na luta por construir sociedades mais justas, ainda que não deixem de ser um lugar onde se verifique a reprodução de lógicas opressivas –

fato que se comprova pela dificuldade e resistências dos próprios movimentos em integrar e articular as reivindicações históricas das feministas na sua práxis. Influência da concepção hegemônica de justiça social que se faz ver, por exemplo, na ordem de prioridades e na articulação entre umas reivindicações e outras, nas que se vê reproduzida as opressões do sistema sexo-gênero. Situação que também se percebe no percurso do SLG e nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no momento de fazerem efetivas as suas demandas dentro da organização. Nesse sentido, tem-se verificado que a pressão e a práxis do movimento feminista tem levado a que os movimentos sociais mistos, em especial, tenham caminhado em direção a repensar a justiça e a política incorporando aspectos pautados pelas feministas. Ações que tem feito dos movimentos sociais um espaço estratégico de experimentação de iniciativas de enfrentamento das injustiças derivadas do sistema sexo-gênero, ampliando o alcance das contribuições feministas e tornando-os potencializadores de processos de transformação social, com mudanças não só a médio e a longo prazo, mas no aqui e agora dos sujeitos, o que também se observa no percurso do SLG e nos discursos dos sujeitos informantes dessa investigação.

Também creio ser relevante destacar que o olhar feminista e as experiências populares têm valorizado e enfatizado a importância dos processos e das práticas cotidianas como profundamente transformadoras. O que amplia a ideia de que a transformação social vai além de mudanças das instâncias de poder e das grandes revoluções, passando também pelas práticas da vida em sua totalidade, dando relevância à politização do privado. Assim, tem valor tudo aquilo qualificado como pequeno, insignificante, muitas vezes invisível, por também estarem regidos sob a lógica do sistema sexo-gênero. A maior parte desses processos tem início e são sustentados pelos sujeitos que estão à margem da sociedade e dos postos de poder, sendo as mulheres habitualmente uma constante nesses grupos. Resulta, portanto, difícil a recolha de documentação sobre essas ações.

É com a intenção de perceber os diferentes aspectos do processo de transformação social que busquei identificar e analisar a partir de um olhar feminista como as iniciativas levadas a cabo pela *Secretaria das Mulleres* do SLG são percebidas pelos sujeitos participantes do SLG, e que mudanças elas têm provocado na sua vida cotidiana. Certo é que a amplitude do objetivo proposto é demasiado grande para o que demarca uma tese doutoral. Por isso, dentro dos limites abarcados por esse tipo de trabalho, a análise se focou em

identificar e compreender os fundamentos e os propósitos das iniciativas, indagando os sujeitos participantes sobre possíveis mudanças na vida cotidiana e do seu potencial transformador.

Dessa análise me parece relevante destacar resumidamente as principais reflexões a que chego com essa investigação.

Em primeiro lugar, fica claro que a trajetória de iniciativas relacionadas com o sistema sexo-gênero protagonizadas pelas mulheres, logo por meio da *Secretaria das Mulleres*, estão marcadas pela influência dos debates e pressões promovidos pelo movimento feminista nos mais diferentes âmbitos. Desde as primeiras iniciativas até hoje, elas acompanham em grande medida os debates mais prioritários do movimento feminista e as estratégias mais difundidas pelo mesmo. Os primeiros registros do FOUCE no início da década de 1980 remarcam as reflexões que também vinham tendo as feministas galegas envoltas em temas de saúde, classe e violência. Na década de 1990 ganham destaque as iniciativas mais institucionais, com a criação de espaços específicos de mulheres, assim como planos de igualdade e programas de ação. A criação da *Secretaria das Mulheres* responde a essa tendência em determinar um espaço de mulheres para trabalhar as especificidades desse coletivo. Ao mesmo tempo, faz parte de inquietudes e preocupações de um grupo reduzido de mulheres militantes envolvidas com outros espaços políticos, onde se dão importantes confrontos e os principais debates promovidos pelo movimento feminista. Dentro desse grupo se encontrava a liderança máxima do SLG. Esta, pela sua posição e legitimidade social influi de maneira significativa na sustentação das primeiras iniciativas relacionadas com o sistema sexo-gênero.

Assim, as primeiras iniciativas desde a criação do SLG até a criação na década de 1990 da *Secretaria das Mulleres* podem ser identificadas como sendo: artigos no jornal interno, alguns debates, sendo a própria criação e institucionalização da *Secretaria das Mulleres* dentro do Sindicato uma ação. Essas iniciativas parecem vir pautadas muito mais desde "cima", do que desde "baixo" da organização. Por isso verifica-se um discurso ativo já a partir dos anos 1980, mas uma baixa participação das mulheres em todos os espaços da organização, especialmente nos postos de responsabilidade. Uma situação que tem pelo menos duas causas: a primeira é o próprio sistema sexo-gênero que impede através de diferentes mecanismos a participação das mulheres em espaços públicos e políticos. A segunda, a falta de organização

e de trabalho de base relacionado com as problemáticas do sistema sexo-gênero nos inícios da construção do CC.LL e logo da legalização do SLG, que fazem com que esse espaço não tenha um coletivo que o sustente e lhe dê visibilidade até meados do ano 2000.

Durante todo esse período as iniciativas são difíceis de identificar pela falta de registros desse trabalho. No entanto as vitórias conquistadas revelam que esse pequeno grupo de mulheres começou a desenvolver um trabalho ao redor dessas questões. A vitória contra o Estado Espanhol com respeito à alta na Seguridade Social vai representar mais do que uma conquista pontual, reafirmando que o trabalho desenvolvido está relacionado com uma questão de justiça social na qual o Sindicato deve atuar. Com isso inicia-se a construção de um discurso reivindicativo mais amplo sobre as limitações enfrentadas pelas labregas no exercício dos seus direitos, especialmente relacionadas com o Estado. Com o amadurecimento desse debate, se torna nítida a reivindicação das labregas por serem reconhecidas como sujeitos de direitos.

Nesse contexto, as iniciativas vindas da direção do Sindicato serviram para dar a conhecer as preocupações oriundas do movimento feminista que eram traduzidas para a realidade rural galega por meio de um grupo reduzido de mulheres. O FOUCE e os debates comarcais, especialmente nas comarcas onde haveria uma maior incidência de mulheres feministas ligadas ao SLG, se mostraram relevantes na medida em que propiciaram a construção de uma identidade coletiva de “mulheres labregas”, ressignificando as associações a essa identidade, levando consigo um discurso próprio por meio da diferenciação de outros grupos sociais, como o de labregos e de mulheres. Assim conseguiu-se chegar a um número cada vez mais amplo de pessoas. Fazem isso por meio da identificação e da visibilidade de uma problemática que abrange uma grande maioria de labregas, como foi a luta citada anteriormente pelo direito a inserir-se no regime da seguridade social, onde defendem a ideia de que as mulheres labregas também são trabalhadoras. As diversas declarações das labregas o demonstram, ao reafirmarem a sua identidade enquanto labregas, re-significando-a.

A consolidação da *Secretaria das Mulleres* do SLG em 2002 é, portanto, o resultado de um processo coletivo emancipatório, na medida em que as mulheres constroem um discurso próprio e buscam saídas individuais e coletivas para as situações de injustiça a que elas, como grupo social, são submetidas e as vivenciam na sua cotidianidade. Esse processo tem

promovido mudanças como a abertura de negociações com os membros da sua unidade familiar sobre a divisão sexual do trabalho, a propriedade dos meios de produção e a participação no Sindicato.

Esse processo leva a identificação de outras problemáticas e a abertura de diferentes questões apoiados nos debates do movimento feminista e na ação de mulheres de outras organizações como são os casos da Marcha Mundial das Mulheres e da Via Campesina. Nesse campo são fortalecidos os debates em torno da falta de participação das mulheres nos espaços de tomada de decisões, inclusive dentro das organizações dos movimentos sociais e o questionamento sobre a divisão sexual do trabalho.

A criação de grupos de mulheres em diferentes comarcas, o destaque de mulheres líderes e uma maior participação das mulheres no Sindicato em geral, deram a sustentação para a consolidação da Secretaria. Ao mesmo tempo, este acontecimento representa o reconhecimento do trabalho que vinha sendo desenvolvido pelas mulheres dentro da organização e a necessidade da sua continuidade, ao proporcionar melhores condições para o desenvolvimento desse trabalho, como dar-lhe visibilidade e destacar recursos humanos e econômicos para a sua continuidade. A partir desse momento passa-se a ver de forma mais organizada e articulada uma série de outras iniciativas. Estas podem ser divididas em duas linhas de ação: uma interna e outra externa. Na interna incluem o trabalho de base de campanhas de difusão dos discursos e das reivindicações, fomento de grupo de mulheres comarcais, auto-organização das mulheres, modificação da dinâmica sindical e das estruturas que sustentam e reproduzem as desigualdades de sexo-gênero. Na linha externa se verificam todas as campanhas reivindicativas por direitos e ações dirigidas às administrações públicas, articulações com outras organizações e visibilidade das especificidades das labregas dentro do movimento feminista e dentro do movimento campesino.

Todas elas parecem incidir sobre as especificidades do grupo de mulheres labregas, reivindicando o seu reconhecimento como sujeito social e político para, assim, poder aceder a uma série de direitos sociais, políticos e econômicos aos quais estavam ou estão excluídas. Esse ser *sujeito de direitos* implica, ademais, uma identificação e condição referente a uma atividade produtiva, não sendo suficiente o pertencimento a uma comunidade. Discute-se, portanto, os impedimentos institucionais e políticos sistemáticos que impedem o

desenvolvimento e exercício das capacidades individuais e coletivas; do autodesenvolvimento e da autodeterminação. O que é interessante desse processo é que estas são identificadas como injustiças não só pelas mulheres, mas pelo conjunto do Sindicato, reforçando a ideia de inseparabilidade entre os dois paradigmas e a sua potencialidade para repensar a justiça e a política.

Um segundo elemento é relativo à construção de espaços e atividades dirigidas às mulheres. Estas são os encontros anuais, as reuniões de mulheres comarcais, as reuniões dinamizadoras e as atividades de formação específicas. Essas iniciativas demonstram cumprir o propósito de elaboração e preparação de um discurso próprio enquanto grupo social, revelando ser *contra-públicos* eficientes. Uma grande parte das mulheres informantes inicia a sua trajetória ou intensifica a sua participação política no SLG na raiz desses espaços. Uma participação que para nenhuma foi irrelevante. Afirmam sentirem-se mais seguras e capazes de ocuparem postos de responsabilidade graças à sua participação na *Secretaria das Mulleres* e ao apoio de outras mulheres líderes. Além disso, elas revelam sentirem-se mais preparadas para abrir negociações dentro de espaços "privados" como pode ser a Casa, a unidade familiar. Utilizam-se dos discursos emitidos pelo SLG e do ensaio de estratégias para reforçar-se e promover mudanças em diferentes aspectos da sua vida. Apontam situações com relação à propriedade e titularidade da terra ou da exploração, divisão sexual do trabalho, participação na tomada de decisões relativas à Casa e maior autonomia.

A mudança de postura das mulheres nos diferentes espaços (especialmente na Casa e no Sindicato) revelam provocar mudanças de atitudes e na percepção dos homens quanto às mulheres. Apontam mudanças com respeito às formas de argumentação e de relacionamento entre homens e mulheres, discursos inclusivos, atenção às especificidades de diferentes grupos sociais e valorização das mesmas. Mudanças que poderiam ser entendidas como de caráter individual, pequenas e localizadas, no entanto, essas atitudes cotidianas parecem marcar tendência dentro da organização e passam a ser vistas como um processo transformador dentro e fora do Sindicato. Por esse motivo, os atos cotidianos das pessoas ativistas passam a ser um ponto importante a se levar em conta para a ação sindical. Nesse ponto, inicia-se uma abertura de debates com respeito à representatividade dos sexos, o reparto e a valorização das tarefas/trabalhos e o questionamento das formas hegemônicas de se entender a ação coletiva, inclusive sobre as formas de liderança política.

Com respeito a esses mesmos aspectos, também exerce muita influência as mudanças estruturais na organização. Com elas destaco a paridade e as iniciativas que intervêm na dinâmica sindical como as mudanças de horários, lugar e formato de assembleias. O primeiro resultado observado com a paridade é o número de mulheres que ocupam os postos de representação, não se limitando apenas a isso. Com ela ganham visibilidade uma série de sujeitos que eram invisíveis, ainda que tivessem uma grande atuação. A sua participação é reconhecida e suas formas de ação discursiva passam a fazer parte da dinâmica sindical, dando maior heterogeneidade aos espaços onde se tomam decisões. Com uma maior heterogeneidade, verifica-se o aporte de ideias e de propostas inovadoras que acabam por ter bons resultados e se destacando frente a outros. O setor da *Horta* é um exemplo de espaço que ao ampliar o seu espaço político para outros sujeitos e abrir-se a outras formas de ação, conquista uma maior participação, mobilização, elaboração de ações concretas, capacidade de negociação com as autoridades frente a outros setores e espaços. Diante dessas conquistas, outros setores vão se aproximar dessas novas práticas e experiências como é caso do setor da carne.

Outro elemento a pôr em evidencia é a estratégia de defender a soberania alimentar de forma que inclua num mesmo nível de importância o debate sobre o modelo de produção-consumo e as desigualdades do sistema sexo-gênero. Isso tem aberto oportunidades para se discutir seriamente a estrutura social e com ela questões de justiça social e política, indo além das problemáticas distributivas, incluindo as questões de reconhecimento. Mas vale recordar, como insistem as campesinas, de que o potencial transformador da soberania alimentar reside justamente nessa articulação, na que se faz fundamental ter em conta as injustiças do sistema sexo-gênero. Com esse argumento algumas mulheres têm conseguido mudanças no modelo de produção dentro da Casa e, com ela, rediscutir o reparto de tarefas e da tomada de decisões sobre a mesma, assim como sobre os direitos econômicos, sociais e políticos da exploração agrária. Esse talvez seja um dos campos interessantes para futuras investigações.

Um dos elementos mais evidentes a que chega essa investigação é sobre a necessidade e relevância da conquista de direitos dentro do Estado, mas também vale para aqueles conquistados dentro do SLG para se conseguir mudanças significativas nas condições e oportunidades de vida para as mulheres. As normas e discursos desses espaços que estão legitimados pela sociedade ordenam, estruturam e significam as pessoas dentro da estrutura

social. Nesse sentido, a conquista de direitos por parte das mulheres nesses espaços abre um grande espectro de reivindicações, de mudanças de postura, de novas iniciativas e estratégias de ação que tem efeitos sobre a vida cotidiana dos grupos oprimidos, como é o caso das labregas. Os exemplos que mais destacam são referentes ao acesso à seguridade social como trabalhadoras, ter direito a titularidade da terra e da exploração agrária, ao voto, a ocupar espaços de representação política, a serem identificadas como sujeitos políticos e cidadãs dentro da legislação. Quero dizer, a garantia de ter os direitos nessas instâncias abre espaço para que elas reivindiquem o seu usufruto em outros âmbitos, habitualmente identificados como privados. Isso porque tais conquistas as posicionam de uma maneira diferente da que estavam antes na estrutura social, o que não quer dizer que passem a estar em relação de igualdade com os outros sujeitos. Ainda assim, abrem possibilidades de uma mudança na sua condição e situação social, dando melhores oportunidades para abrir negociações no interior da unidade familiar na busca pelo exercício de direitos. Falo de negociação, uma vez que a maior parte delas não tem o poder, nem as condições objetivas para usufruir de tais direitos de forma direta. Necessitam de modificações nas estruturas sociais que as colocam numa situação de desvantagem, como pode ser a divisão sexual do trabalho que se estabelece dentro da unidade familiar.

Agir em busca do exercício dos seus direitos legitimados pelo Estado ou pelo Sindicato é um processo emancipador, mas que também se encontra com as limitações derivadas da estrutura social. Limitações identificadas como injustas, sendo que agora não vêm da instituição Estatal, senão pela sua condição enquanto mulher e/ou labrega e em espaços e âmbitos mais próximos e com sujeitos concretos. Uma situação que, por outra parte, dificulta a resolução da problemática, dados os vínculos e as dependências emocionais, econômicas, sociais e políticas nas que se encontram as mulheres. Tal situação reforça a ideia de que o alcance da justiça deve chegar aos âmbitos como a Casa, da família que fazem parte da estrutura social para que as injustiças não persistam.

Por esse motivo, a conquista simples de direitos não garante o seu exercício, principalmente quando estes não têm em consideração que as injustiças vão além da distribuição equitativa, embora esta seja uma conquista. A situação de desigualdade da que partem as mulheres na estrutura social, limita a suas oportunidades de desenvolvimento e exercício das suas capacidades, ainda quando esses direitos estão legislados. Isso se observa

claramente com os péssimos resultados da lei de titularidade compartida do Estado Espanhol. Uma lei com um grande potencial para remediar as desigualdades distributivas entre homens e mulheres quanto ao acesso aos bens, de meios de produção, e logo, a garantia de uma série de direitos sociais que viriam adjuntos, não promove as mudanças esperadas. Isso por não levar em conta as limitações do sistema sexo-gênero nos diferentes âmbitos, portanto, não proporcionando condições para o exercício de tal direito. Quanto a isso, a *Secretaria das Mulleres* do SLG foi muito clara em seus discursos reivindicativos e segue lutando para que essa lei sofra as modificações necessárias e promova as mudanças a que se propôs.

Nesse processo, também se identificam mudanças na percepção por parte dos homens, principalmente quanto ao reconhecimento de desigualdades de direitos e de condições. Identificam especialmente a existência de um reparto desigual das responsabilidades das tarefas domésticas e dos cuidados. Quanto a isso, parece ter grande influência sobre eles o FOUCE, exercendo o papel de veículo discursivo alternativo sendo também, sem dúvida, paralelamente significativo o trabalho cotidiano das campanhas desenvolvidas pela Secretaria e o papel das trabalhadoras em difundir, informar, enfatizar, dar importância e incidir sobre as questões do sistema sexo-gênero na cotidianidade do seu trabalho. Utilizando-se do seu papel de técnicas como mediadoras e interlocutoras dessas ações, constróem estratégias de trabalho coletivas e individuais para que essas problemáticas estejam na ordem do dia da organização. Com a diminuição da participação e da ação coletiva em geral, o seu papel ganha um maior protagonismo chegando quase ao limite de ser fundamental para dar continuidade ao trabalho com mulheres e da manutenção das ações.

Tal situação, por outro lado, representa um problema e sinais de que o trabalho tem sofrido limitações, e em especial, de uma acentuação na tecnicização e profissionalização do trabalho desenvolvido de/com/para as mulheres. O que também nos alerta para uma possível ideia de paternalismo na essência do trabalho, construções de relações de dependência ao invés de emancipadoras. Também contribui o aprofundamento da crise econômica e social que intensifica a precarização da vida, do individualismo e a falta de recursos econômicos e humanos para enfrentar a todos os problemas e injustiças que afligem a grande maioria da população, mas que afeta diferente aos grupos sociais. Nesse contexto, cabe a preocupação por não retroceder em passos dados. A destruição de uma grande parte do trabalho desenvolvido pode ser muito mais rápida do que voltar a conquistá-lo, o que é um perigo

constante com a justificativa da crise para colocar as injustiças do sistema sexo-gênero como uma contradição secundária da sociedade.

Os retrocessos em direitos políticos e econômicos e o aumento das opressões na última década, tem posto novos desafios para a organização coletiva. Esta tem buscado alternativas com base a utilização de novas tecnologias, criação experiências concretas e palpáveis, mudanças de atitudes e de ações que tem ressignificado e dado novos sentidos à realidade vivida, na busca do autodesenvolvimento e da autodeterminação dos indivíduos e dos grupos. Fazendo do aqui e agora uma etapa fundamental para a transformação da estrutura social que sustenta as injustiças. Nessas experiências, as estratégias caras à justiça social e política parecem ser mais eficientes entre aquelas que tentam combinar aspectos distributivos e de reconhecimento, melhorando as condições de vida das pessoas e possibilitando maiores oportunidades no deslocamento das relações desiguais de poder na nossa sociedade. O que reforça os argumentos feministas da inseparabilidade dos dois paradigmas no enfrentamento das injustiças, confirmando a hipótese dessa tese.

Depois de apresentar as principais conclusões a que se chega com esse trabalho, parece-me importante evidenciar as possibilidade e limitações que ele traz. Em primeiro lugar esta é uma aproximação inicial e situada, sobre as problemáticas enfrentadas pelas mulheres no contexto de uma organização de movimento social galego, especialmente no âmbito do rural. Os poucos estudos com respeito à realidade das labregas é sintoma da enorme invisibilidade e da marginalização dessas atrizes no âmbito científico, logo de interesse político, sobre as injustiças a que estão submetidas. São poucas, muito poucas as publicações que recolhem as iniciativas das mulheres, as suas contribuições, perspectivas, formas de ver e fazer o mundo, mesmo sendo elas protagonistas fundamentais da manutenção do rural galego vivo. Também são escassas as publicações referentes ao rural que incluem as mulheres como profissionais da agricultura e os estudos referentes ao trabalho das mulheres que incluam o trabalho agrícola e camponês como sendo um dos que são realizados pelas mulheres. Também são poucas as estudiosas nesse campo que estão incluídas em publicações oficiais e menor ainda os que tratam a partir de uma perspectiva feminista. Revelando uma e outra vez a marginalização e invisibilidade dessas atrizes e desses temas que são fundamentais em espaços legitimados e de poder como é âmbito acadêmico e o das instituições governamentais. Uma condicionante que limitou o alcance desse trabalho.

Por outro lado, insiste na relevância desses temas e desses sujeitos para podermos construir sociedades mais justas e de repensar o próprio mundo rural vivo. Uma construção que não pode ser feita sem as vozes das diferentes atrizes e atores sociais o que faz necessário ampliar e heterogeneizar os espaços de participação e tomada de decisões, sendo o campo científico um deles. Ademais, abre uma série de temas, focos e linhas de investigação que ainda estão por ser estudados.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

8. Referência Bibliográfica

3ª CONFERENCIA DA AGP. *Declaración de las y los participantes a la Conferencia de la Acción Global de los Pueblos Cochabamba, Bolivia.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/cocha/decl_mujeres.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016. , 2001

11 de marzo: Mulleres galegas en loita polos nosos dereitos! - Sindicato Labrego Galego. Disponível em: <http://www.sindicatolabrego.com/index.php?s=6&i=768>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton (Orgs.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. 1a ed ed. Brasília, DF, Brasil: Edições UNESCO, 1998. 101 p. .978-85-85014-37-7.

AGRA, Maria Xosé. Ciudadanía: ¿Un asunto de família? **ISEGORÍA. Revista de Filosofía Moral y Política** v. 38, p. 138–154 , jun. 2008a.

_____. **Corpo de muller: discurso, poder, cultura**. Santiago de Compostela, Galiza: Edicións Laiovento, 1997. .978-84-87847-87-5.

_____. El alcance de la justicia y las complejas desigualdades de género. In: MUÑOZ SÁNCHEZ, Cristina; LÓPEZ ORTEGA, Margarita; FERNÁNDEZ VALIENTE, Celia (Orgs.). . **Género y ciudadanía : revisiones desde el ámbito privado : XII Jornadas de Investigación Interdisciplinaria**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, Instituto Universitario de Estudios de la Mujer, 1999. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2060329>. Acesso em: 2 jul. 2013. 84-7477-728-3.

_____. Feminismo. In: QUEIRUGA, Andrés Torres; RIVAS, Manuel (Orgs.). . **Diccionario enciclopedia do pensamiento galego**. 1. ed ed. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2008b. 978-84-96530-63-8.

_____. Feminismo y Política. **Teoría feminista. Identidad, género y política: el estado de la cuestión**. San Sebastián: Servicio Editorial, Universidad del País Vasco, 1993. 84-7585-405-2.

_____. Género y Justicia Social y Política. In: CAMPILLO, Neus (Org.). . **Género, ciudadanía y sujeto político: en torno a las políticas de igualdad**. València: Institut Universitari d'Estudis de la Dona, 2002. 978-84-370-5354-7.

_____. La conversación filosófico-política: nuevos movimientos sociales y feminismo. In: GARCÍA SANTESMASES, Antonio (Org.). . **La filosofía política hoy: homenaje a Fernando Quesada**. Saggi. 1. ed ed. Madrid: UNED, 2012. 978-84-362-6392-3.

_____. Política e vulnerabilidade. In: Politica e vulnerabilidade, 31 mar. 2016, Pontevedra. **Anais**... Pontevedra: [s.n.], 31 mar. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JpXXELzfBUk>. Acesso em: 13 dez. 2016.

ALFONSO, Ortí. La confrontación de modelos y niveles epstemológicos en la génesis e historia de la investigación social. In: DELGADO, Juan Manuel; GUTIÉRREZ, Juan (Orgs.). . **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Síntesis, 1999. 978-84-7738-226-3.

ALONSO, Angela; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Charles Tilly. **Tempo Social** v. 16, n. 2, p. 289–297 , nov. 2004.

ALONSO FERNÁNDEZ, Bieito. **Breve historia do nacionalismo galego**. 1a ed ed. Vigo, Spain: Nosa Terra, 1999. 62 p. .978-84-89976-75-7.

ALONSO FERNÁNDEZ, Bieito. O Nacemento da UPG. **Terra e Tempo: Revista Galega de pensamento nacionalista. Unión do Pobo Galego** v. 12, p. 5–8 , set-dez 2003.

ALVAREZ, Sonia E. Lo político y la reinvención de la política: conceptos , imaginarios e escenarios. In: HOETMER, Raphael (Org.). . **Repensar la política desde América Latina: cultura, estado y movimientos sociales**. Colección Transformación global. Lima: Programa Democracia y Transformación Global : Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2009. p. 27–34. 978-9972-834-29-5.

_____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas** v. 11, n. 2, p. 533–540 , dez. 2003.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. 978-85-7041-218-8.

_____. **Política cultural & cultura política: una nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos**. [S.l.]: Taurus, 2001. 506 p. .978-958-8061-67-2.

ALVAREZ, Sonia E.; HOETMER, Raphael (Orgs.). **Repensar la Política desde América Latina: Cultura, Estado y Movimientos Sociales**. [S.l.]: Programa Democracia y Transformación Global, 2009. 436 p. Se ofrece una contribución al análisis e intrepretación de los caminos de transformación social presentes en América Latina.978-9972-834-29-5.

ALVES, Fátima. **A doença mental nem sempre é doença: racionalidades leigas sobre saúde e doença mental**. Porto: Afrontamento, 2011. .978-972-36-1133-5.

ALVITE, Xoán Ramón. El 70 % de las granjas de leche que se vieron obligadas a cerrar el año pasado eran gallegas. **La voz de Galicia** Galicia, 3 fev. 2016 Disponível em: <http://www.lavozdegalicia.es/noticia/economia/2016/02/03/70-granjas-leche-vieron-obligadas-cerrar-ano-pasado-gallegas/0003_201602G3P35995.htm>. Acesso em: 3 fev. 2016economia.

AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana De (Orgs.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. 2. ed. Madrid: Editorial Minerva, 2005a. 3 v. .

_____. **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización.del feminismo liberal a la posmodernidad**. 2. ed. Madrid: Minerva Ediciones, 2005b. 2 v. .84-88123-53-1.

_____. **Teoría feminista : de la ilustración a la globalización. de la Ilustración al segundo sexo.** 2ª ed. Madrid: Editorial Minerva, 2005. 1 v. .

ASOCIACIÓN DE HISTORIA CONTEMPORÁNEA *et al.* (Orgs.). **Movimientos sociales en la España contemporánea**. Madrid: Abada Editores : Asociación de História Contemporánea, 2008. 356 p. (Lecturas. Serie Historia contemporánea). .978-84-96775-34-3.

ASTELARRA, Judith. **Veinte años de políticas de igualdad**. 1a. ed ed. Madrid; Valencia: Ediciones Cátedra ; Universitat de València ; Instituto de la Mujer, 2005. 394 p. (Feminismos, 84). .84-376-2228-X.

BARRIO, Ramona. Controvérsias sobre a muller galega: (trazos patriarcais do pensamento galeguista). **revista Andaina** v. 20, p. 13–15 , 1990.

BARRIO, Ramona; SANTOS, Nanina. Controversias sobre a muller galega (trazos patriarcais dp pensamento galeguista). **IV Xornadas Agrarias Galegas: A muller na agricultura**. Publicacións do Seminario de Estudos Galegos. Sada, A Coruña: Ediciós do Castro, 1988. p. 203–213. 84-7492-365-4.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009a. .978-85-378-0108-6.

_____. **Trucos del oficio: cómo conducir su investigación en ciencias sociales**. Buenos Aires; México: Siglo Veintiuno, 2009b. .978-987-629-088-3.

BEIRAS, Xosé Manuel. **El atraso económico de Galicia**. Vigo: Xerais de Galicia, 1982. .84-7507-079-5.

BENHABIB, Seyla *et al.* **Teoría feminista y teoría crítica: Ensayo sobre la política de género en las sociedades de capitalismo tardío**. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1990. .84-7822-996-5.

BÉROUD, Sophie; MOURIAUX, René. Para una definición del concepto de movimiento social. **CLACSO** v. 1, p. 119–124 , jun. 2000.

BLANCO, Carmen. **O Contradiscurso das mulleres: historia do proceso feminista**. Vigo: Nigra, 1995. .978-84-87709-36-4.

BLUMER, Herbert. **El Interaccionismo simbólico: perspectiva y método**. Barcelona: Hora, 1982. .84-85950-08-9.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido reflexões errantes sobre o pensamento do ponto de vista estético e não científico**. Rio de Janeiro: Garamond [u.a.], 2009. 253 p. .978-85-7617-167-6.

_____. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991. .

BRINGEL, Breno. 15-M, Podemos e os movimentos sociais na Espanha: trajetórias, conjunturas e transições. **Novos Estudos** v. 103, p. 59–76 , nov. 2015.

_____. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow [Comentários ao artigo de Sidney Tarrow]. doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p51. **Política & Sociedade** v. 10, n. 18, p. 51–74 , 26 abr. 2011.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara Muñoz. Dez anos de Seatle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Redalyc- Red de Revistas Cientificas de America Latina, el Caribe, España y Portugal** v. 46, n. 1, p. 28–36 , jan. 2010.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas** v. 12(1), p. 205–227 , jan. 2004.

BRUMER, Anita; GRAZIELA CASTRO PANDOLFO. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR: PROJETOS DE JOVENS FILHOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO SUL DO BRASIL, 2008, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Brumer-Pandolfo-Coradini_03.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2017.

BUSTELO, María; LOMBARDO, Emanuela (Orgs.). **Políticas de igualdad en España y en Europa**. Madrid: Cátedra, 2007. 211 p. (Feminismos). .978-84-376-2396-2.

CABANA, Ana; FREIRE PAZ, Elena. Los límites de lo doméstico en el rural: los espacios femeninos en las ferias tradicionales. In: ORTEGA LÓPEZ, Teresa María (Org.). . **Jornaleras, campesinas y agricultoras: la historia agraria desde una perspectiva de género**. 1a. edición ed. Zaragoza, España: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2015. p. 281–307. 978-84-16272-96-9.

CABANA, Ana; LANERO, Daniel. Movilización social en la Galicia rural del Tardofranquismo (1960-1977). **Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural** n. 48, p. 111–132 , 2009.

CABANA IGLESIAS, Ana *et al.* Dinámicas políticas de la sociedad rural gallega : entre la agonía de la dictadura y la implantación de la democracia (1970-1978). La República italiana y la dictadura franquista. Relaciones políticas y culturales. v. 21, p. 123–144 , 2013.

CABANA IGLESIAS. Ana et al. **El Monte Comunal coo factor de desarrollo rural: propriedad, gestión y uso de los montes en Folgoso do Courel (Lugo)**. [S.l: s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.ceddar.org/content/files/articulof_335_01_DT2011-2.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2017.

CABANA IGLESIAS, Ana. Estado e "cultura de resistencia": aproximación ao estudo dos mecanismos definidores da conflitividade rural durante o primeiro franquismo. **SÉMATA, Ciencias Sociais e Humanidades** Guerra, violencia e conflitividade na historia. v. 19, p. 259–274 , 2007.

_____. **La derrota de lo épico**. València: Publ. de la Universitat de València, 2013. 316 p. (Història i memòria del franquisme). .978-84-370-9089-4.

CABO, Miguel. **O agrarismo**. 1. ed ed. Vigo: Edicions A Nosa Terra, 1998. 254 p. (Historia de Galicia, 16). .978-84-89976-28-3.

CABREIRO BLANCO, Claudia. **Mujeres contra el franquismo: (Asturias 1937-1952): vida cotidiana, represión y resistencia**. Oviedo: KRK Ediciones, 2006. 555 p. (Colección Alternativas. Serie Doctorado de estudios de la mujer, 24). .978-84-96476-46-2.

CAGIAO VILA, Pilar; GARCÍA DOMÍNGUEZ, Ma. Teresa. **Muller e emigración**. [Spain]: Xunta de Galicia, 1997. .84-453-1991-4.

CAMARANO. Ana Amélia; ABRAMOVAY. Ricardo. **Êxodo rural. envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos ultimos 50 anos.** Texto para discussão, nº 621. Brasilia: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CAMARERO, Luis Alfonso; SAMPEDRO, Ma. Rosario; VICENTE-MAZARIEGOS, J. Ignacio. **Mujer y ruralidad: el círculo quebrado**. [Madrid]: Ministerio de Asuntos Sociales, Instituto de la Mujer, 1991. .978-84-7799-045-1.

CARIA, Telmo H (Org.). **Experiência etnográfica em ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 2002. .972-36-0641-0.

CARREIRA PÉREZ, Xoan Carlos; CARRAL VILARIÑO, Emilio. **O pequeno é grande. A agricultura familiar como alternativa: o caso galego**. Santiago de Compostela: Através, 2014. .978-84-87305-82-5.

CARVALHO, Bruno. Subalternidade e possibilidades de agência: uma crítica pós-Colonialista, de Gayatri Chakravorty Spivak. **Revista de Estudos Políticos** v. 3 , 2011. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/subalternidade-e-possibilidades-de-agencia-uma-critica-pos-colonialista-de-gayatri-chakravorty-spivak-resenha-de-bruno-carvalho/>. Acesso em: 27 jan. 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre- Brasil, 2000.

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández *et al.* **Etnografías e Histórias de resistencia. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas**. 2ª ed. México: Casa Chata, 2010. 514 p. .978-968-496-669-7.

CEBREIROS, Ana. As mulleres en Galicia no século XX. In: JUANA, Jesús De; PRADA RODRÍGUEZ, Julio (Orgs.). . **As mulleres en Galicia no século XX**. Vigo: Ir Indo, 2011. 978-84-7680-684-5.

_____. As outras armas do réxime, control ideolóxico e subordinación feminina na retagarda franquista. In: CONGRESO "MANUEL LUÍS ACUÑA"; DOMÍNGUEZ ALBERTE, Xoán Carlos (Orgs.). . **Actas do IV Congreso Manuel Luís Acuña**. A Pobra de Trives, Ourense: Concello da Pobra de Trives, 2013. 978-84-616-4231-1.

CLOC. *Declaración de la III Asamblea Continental de Mujeres* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://cloc-viacampesina.net/pt/congresos/iv-congreso/253-declaracion-de-la-iii-asamblea-continental-de-mujeres->. Acesso em: 25 jan. 2016. , e 9 de outubro de 2005

COBO BEDÍA, Rosa. **Fundamentos del patriarcado moderno: Jean Jacques Rousseau**. Madrid : [Valencia] : Madrid: Ediciones Cátedra ; Universitat de València ; Instituto de la Mujer, 1995. 280 p. (Feminismos, 23). .978-84-376-1325-3.

COMISSÃO EUROPEIA. *Compreender as políticas da União Europeia* . [S.l.]: Luxemburgo: serviço das Publicações da União Uropeia. Disponível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000061001-000062000/000061815.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017. , 2013

CONSELLO DA CULTURA GALEGA. *Liña do tempo: As mulleres na historia* . [S.l.]: Consello da Cultura Galega. Disponível em: <http://culturagalega.gal/album/docs/linatempo.pdf>. , 2013

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) – promulgada pelo Decreto nº 89.460, de 20/03/1984. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-a-mulher-cedaw-1979/>. Acesso em: 3 nov. 2015.

CORONA ROMERO, Enrique; CARDESÍN DÍAZ, José María. Política agraria y transformaciones en la agricultura gallega: la zona de colonización de Terra Chá (1954-1973). **Agricultura y sociedad** n. 44, p. 243–280 , 1987.

CORROCHANO, Elena Hernández. **Teoría feminista y antropología: claves analíticas**. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces : UNED, 2012. .978-84-9961-019-1.

COULON, Alain. **Etnometodología y educación**. Barcelona: Paidós, 1995. .84-493-0171-8.

CÚPULA DOS POVOS. *Documentos finais da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça social e ambiental.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Documentos_Finais_da_Cupula_dos_Povos_na_Rio_20.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016. , 22 jun. 2012

DALCIN, Dionéia; TROIAN, Alessandra. Jovens no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. 2009, Paraíba. **Anais**... Paraíba: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2017. 2175-6880. .

DALTON, Russell J.; KUECHLER, Manfred. **Los Nuevos movimientos sociales: un reto al orden político**. [S.l.]: Alfons el Magnànim, 1992. 427 p. .978-84-7822-078-6.

DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras. **O caminho se faz ao caminhar: Elementos Teóricos e Práticas na Pesquisa Qualitativa**. Fortaleza: UFC, 2005. 196 p. .85-7282-179-1.

DAVIS, Angela Y. “La raza y la clase en los albores de la campaña por los derechos de las mujeres”, en Mujeres, raza y clase, capítulo 3, Akal, Madrid, 2004. **Relaciones Internacionales** v. 0, n. 2 , 15 set. 2005. Disponível em: <http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/index.php?journal=Relaciones_Internacionales&page=article&op=view&path[]=22>.

DE LA GALA GONZÁLEZ, Susana. Mujer y cambio social en el medio rural gallego. **Cuadernos de Estudios Gallegos** v. XXXIX, n. 104, p. 327–340 , 1991.

DELLA PORTA, Donatella. **Los Movimientos Sociales**. Tradução Eduardo Ramos. 2ª ed. Madrid: CIS, 2015. 441 p. .978-84-7476-565-6.

DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. **Enfoques y metodologías en las ciencias sociales: una perspectiva pluralista**. Madrid: Akal, 2013. .978-84-460-3062-1.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **El campo de la investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2012. .978-84-9784-308-9.

DESCOMBE, Martyn. **The good research guide for small-scale social research projects**. Maidenhead, England: McGraw-Hill/Open University Press, 2010. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10441962>. Acesso em: 19 dez. 2013. .978-0-335-24140-8.

DESMARAIS, Annette Aurelie. **La vía Campesina: la globalización y el poder del campesinado**. Madrid: Editorial Popular, 2007. .978-84-7884-385-5.

DÍAZ, Carlos; MUÑIZ, Ramón (Orgs.). **Fouce: voceiro das comisións labregas de Galicia : etapa clandestinidade (1973-1977)**. A Coruña, Galiza: Espiral Maior, 1995. .84-88137-47-8.

DÍAZ GEADA, Alba. Un cambio en femenino. Modernización agraria y transformaciones socioculturales en la Galicia rural del tardofranquismo (1959-1975). 2013, Badaroz. **Anais**... Badaroz: [s.n.], 2013. Disponível em: <http://seha.info/congresos/articulos/A.1.%20D%C3%ADaz.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.

_____. Extender conceptos. Una aproximación al estudio del cambio sociocultural en el rural desde el trabajo de las agentes de Economía Doméstica (1960-1978). In: ORTEGA LÓPEZ, Teresa María (Org.). . **Jornaleras, campesinas y agricultoras: la historia agraria desde una perspectiva de género**. Monografías de historia rural. 1a. edición ed. Zaragoza, España: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2015. 978-84-16272-96-9.

_____. **Mudar en común: cambios económicos, sociais e culturais no rural galego do franquismo e da transición (1959-1982)**. Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2013.

DIZ OTERO, Isabel; LOIS, Marta. As Políticas de igualdade de xénero en tempos de crise. o caso galego. In: XORNADA UNIVERSITARIA GALEGA EN XÉNERO *et al.* (Orgs.). . **Roles de xénero en tempos de crise: I Xornada Universitaria Galega en Xénero, XUGeX**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2013. 978-84-15876-62-5.

DOCAMPO PARADELO, Manuel. VII Congreso do Sindicato Labrego Galego. Relevo Xeracional e autoafirmación. **INZAR RAZÖNS** p. 26–27 , fev 2008.

DOMÍNGUEZ, M.T. García. **A emigración galega cara a América durante a segunda metade do s. XX. In.: Galegos en América e americanos en Galicia: as colectividades inmigrantes en América e a súa impronta na sociedade galega [Séculos 19-20]**. Sant.Compostela: Xunta de Galicia, 1999. .84-453-2437-3.

ECHART MUÑOZ, Enara. **Movimientos sociales y relaciones internacionales: la irrupción de un nuevo actor**. Madrid: Catarata: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, Universidad Complutense Madrid, 2008. .978-84-8319-386-0.

EL MUNDO. Más de 2.000 de personas defienden en Santiago los derechos de la mujer. **El Mundo** Galicia, 3 dez. 2012 Disponível em: <http://www.elmundo.es/elmundo/2012/03/11/galicia/1331488878.html>. Acesso em: 15 mar. 2016Sociedad.

EL PAÍS. 15 años de lucha en la tierra del minifundio. **EL PAÍS** Madrid, 2 maio 1982 Disponível em: <http://elpais.com/diario/1982/05/02/economia/389138407_850215.html>. Acesso em: 7 fev. 2017.

“ENCROBAS: A CEO ABERTO” Documentario de Xosé Bocixa Rei [2007][GAL]. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=LJqJA2inpko&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 8 jan. 2014. , 1 jun. 2013

ESMERALDO, G<ema Galgani S.L. Mulheres da Via Campesina: Ação política por novas formas de libertação? **Fazendo Gênero** Corpo, Violência e Poder. n. 8 , 2008. Acesso em: 17 jul. 2013.

ESPANHA. *Ley 18/2007, de 4 de julio, por la que se procede a la integración de los trabajadores por cuenta propia del Régimen Especial Agrario de la Seguridad Social en el Régimen Especial de la Seguridad Social de los Trabajadores por Cuenta Propia o Autónomos.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2007-13025>. Acesso em: 2 fev. 2016a. , 1 jan. 2008

ESPANHA. *Ley 27/2003, de 31 de julio, reguladora de la Orden de protección de las víctimas de la violencia doméstica.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2003/08/01/pdfs/A29881-29883.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2016. , agosto 2003

ESPANHA. *Ley 35/2011, de 4 de octubre, sobre titularidad compartida de las explotaciones agrarias.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2011-15625>. Acesso em: 25 dez. 2015. , 5 jan. 2012

ESPANHA. *Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2006-21990>. Acesso em: 2 fev. 2016a. , 1 jan. 2007

ESPANHA. *Ley 45/2007, de 13 de diciembre, para el desarrollo sostenible del medio rural.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2007-21493>. Acesso em: 1 fev. 2016b. , 3 jan. 2008

ESPANHA. *Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2004/12/29/pdfs/A42166-42197.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017. , 28 jan. 2005

ESPANHA. *Ley Orgánica 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2007-6115>. Acesso em: 27 jan. 2016b. , 24 mar. 2007

ESPANHA. *Proyecto de Ley: Orgánica de medidas de protección integral contra la violencia de género. 29 de diciembre de 2004* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.mujeresenred.net/IMG/pdf/DEFINITIVA-VIOLENCIA.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016. , de dezembro de 2004

ESPANHA. *Real Decreto 297/2009, de 6 de marzo, sobre titularidad compartida en las explotaciones agrarias* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/2009/03/26/pdfs/BOE-A-2009-5031.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015. , 27 mar. 2009

EUROPA. *EUROPA - Como são tomadas as decisões*. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/eu-law/decision-making/procedures_pt>. Acesso em: 13 jan. 2017.

EZLN. *Ley Revolucionaria de Mujeres*. Disponível em: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993_12_g.htm>. Acesso em: 10 fev. 2015.

FACIO, Alda. **El protocolo facultativo de la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer: análisis de casos ante el Comité de la CEDAW**. 1a reimp ed. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH), 2010. 210 p. .978-9968-611-39-8.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. MST, “escola de vida” em movimento. **Caderno Cedes** v. 27, n. 72, p. 137–156 , maio/ago 2007.

FARIA, Nalu. *Marcha Mundial de las Mujeres: un movimiento irreversible* .**América Latina en movimiento**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/12722>. Acesso em: 22 jan. 2016. , de abril de 2005

FARO DE VIGO. Más de 2.000 gallegas rechazan en Santiago la derogación de la ley del aborto. **Faro de Vigo.es** Santiago de Compostela, 3 dez. 2011 Disponível em: <http://www.farodevigo.es/sociedad-cultura/2012/03/12/2000-gallegas-rechazan-santiago-derogacion-ley-aborto/631655.html>. Acesso em: 15 mar. 2016sociedad y cultura.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. Tradução Carlos Fernandez Guervós; Paula Martín Ponz. 1. ed. Madrid: Traficantes de sueños, 2013. 285 p. Disponível em: <http://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map36_federici.pdf>. .978-84-96453-78-4.

FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo; CABO VILLAVERDE, Miguel. Agrarismo y regeneracionismo en la galicia de comiezos del siglo XX. El discurso del regionalismo agrícola. **Agricultura y sociedad** v. 86, p. 133–162 , maio- agosto 1998.

FERRÁS, Carlos. Da aldea ao suburbio. Cambios demograficos e territoriais en galícia, 1990-... **Revista galega de economía** v. 20, nº extraord., p. 11–30 , 2011.

FERRER, Juana. *Vía Campesina, respuesta mundial de mujeres y hombres de la tierra en un mundo globalizado* .**Via Campesina**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/noticias-de-las-regiones-mainmenu-29/366-vcampesina-respuesta-mundial-de-mujeres-y-hombres-de-la-tierra-en-un-mundo-globalizado>. Acesso em: 22 jan. 2016. , de setembro de 2007

FOUCE. 23 e 24 de novembro: Xornadas ao redor das mulleres labregas. **FOUCE n. 204** Santiago de Compostela, p. 15 ,nov. 2002 Eira.

FOUCE. Historia das Comisións Labregas. **FOUCE** [S.d.] especial.

FRAISSE, Geneviève. **Musa de la razón: la democracia excluyente y la diferencia de los sexos**. Tradução Alicia H Puleo. Madrid: Universitat de València, 1991. 228 p. .978-84-376-1061-0.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: Os lugares da difereça no Pontal do Paranapanema**. Uiversidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho- UNESP, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2004%20garcia_mf_dr_prud.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

FRASER. Arabella. **Agricultura para el Desarrollo**. Informe de Investigación de Oxfan Internacional [S.l.]: Oxfan, 2009. Disponível em: <http://www.sudamericarural.org/images/en_papel/archivos/agricultura_para_el_desarrollo_oxfam.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FRASER, Nancy *et al.* **Dilemas de la justicia en el siglo XXI: género y globalización de Nancy Fraser**. Palma-Islas Baleares: Edicions UIB, 2011. .978-84-8384-181-5.

FRASER, Nancy *et al.* **Mujeres e institución universitaria en Occidente: conocimiento, investigación y roles de género: Congreso Internacional Mujeres e Institución Universitaria en Occidente, Women in Western University, Santiago de Compostela, 5-7 de junio de 1996**. Santiago de Compostela, Spain: Universidade de Santiago de Compostela, 1996. 423 p. (Cursos e congresos da Universidade de Santiago de Compostela, no. 97). .978-84-8121-543-4.

FRASER, Nancy. Redistribución y Reconocimiento: hacía una visión integrada de justícia del género. In: RADL PHILIPP, Rita (Org.). . **Mujeres e institución universitaria en occidente: conocimiento, investigacion y roles de género**. Rita Radl Philipp ed. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1996.

FREIRE CEDEIRA, Araceli. **O monte é noso: as mulleres e a conflitividade social no medio rural galego durante o franquismo**. Santiago de Compostela: Concellaría de Familia, Benestar Social, Muller e Emprego Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2012. 109 p. .978-84-9887-842-4.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_do_oprimido.pdf>. .

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa** n. 116, p. 21–39 , jul. 2002.

FSM. *Declaração dos Movimentos Sociais 2001* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://memoriafsm.org/bitstream/handle/11398/2418/2001_00.07.01_Informe_1_POR.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 6 fev. 2017. , 2001

GALDO, María Xosé. **Galicia, país de emigración: la emigración gallega a América hasta 1930**. Colombres, Asturias: Archivo de Indianos, 1993. .978-84-88770-02-8.

_____; CORDERO TORRÓN, Xosé. Emigración y Mercado de Trabajo. Españoles en Argentina (18882-1926). **Revista Galega de Economia** v. 16, n. número extraordinário , 2007. Disponível em: <http://www.usc.es/econo/RGE/Vol16_ex/Castelan/art5c.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

GALDO, María Xosé; FREIRE ESPARÍS, Maria Pilar; PRADA CASTRO, Ángeles. Mulleres e emigración na hostoria contemporánea de galicia, 1880-1920. **Estudos Migratórios** v. 6, p. 9–41 , 1998.

GALICIA. *A Lei 2/2007, do 28 de marzo, galega do traballo en igualdade das mulleres de Galicia.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://cgrl.xunta.es/pdf/Lei_2_2007.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016a. , maio de 2007

GALICIA. *DECRETO 182/2008, de 31 de julio, por el que se establece la promoción autonómica de las medidas municipales de conciliación y se determinan los requisitos para su validación y funcionamiento, en los*

términos establecidos en la Ley 2/2007, de 28 de marzo, del trabajo en igualdad de las mujeres de Galicia. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.xunta.gal/dog/Publicados/2008/20080829/Anuncio3601E_es.html>. Acesso em: 8 nov. 2016. , 2008

GALICIA. *Lei 3/2011, de apoio a familia e a convivencia de Galicia* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.xunta.es/dog/Publicados/2011/20110713/AnuncioC3B0-050711-4044_es.html>. Acesso em: 15 mar. 2016. , 2011

GALICIA. *Lei 7/2004, do 16 de xullo, galega para a igualdade de mulleres e homes.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.xunta.gal/dog/Publicados/2004/20040803/Anuncio1501E_gl.html>. Acesso em: 27 jan. 2016. , 2004

GALICIA. *LEI 7/2007, do 21 de maio, de medidas administrativas e tributarias para a conservación da superficie agraria útil e do Banco de Terras de Galicia.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.xunta.es/dog/Publicados/2007/20070531/Anuncio199A6_gl.html>. Acesso em: 1 fev. 2016b. , 2007

GALICIA. *Lei 11/2007, do 27 de xullo, galega para a prevención e o tratamento integral da violencia de xénero.* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://igualdade.xunta.gal/sites/default/files/files/documentos/11_2007.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017c. , 2007

GALICIA. *Resolución do 8 de agosto de 2006 pola que establece as bases reguladoras que rexerán as axudas e subvencións para o acceso das mulleres á cotitularidade de explotacións como fórmula de integracion laboral da muller e estímulo ás mulleres empreendedoras de Galicia e se procede á súa convocatoria* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.xunta.es/dog/Publicados/2006/20060818/Anuncio17D1E_gl.html>. Acesso em: 10 dez. 2015. , de agosto de 2006

GALLEGO, Grupo El Correo. Xurxo Álvarez: "O método de elixir sucesor de Lidia Senra non foi o correcto, a base tiña que opinar". **Galicia Hoxe - Noticias en galego a diario** Santiago de Compostela, 3 nov. 2007 Disponível em: <http://www.galiciahoxe.com/?idMenu=77&idNoticia=227737&idEdicion=689[09/12/2015%2012:53:43>. Acesso em: 9 fev. 2016.

GARCÍA FORÉS, Fanny. Lucha por la igualdad de género en el movimiento campesino internacional de la Via Campesina. **Revista Soberania Alimentaria, Biodiversidade y Culturas** v. 1 , mar. 2010. Disponível em: <http://www.soberaniaalimentaria.info/images/descargas/sabc_01.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

GARCÍA MARÍN, Jorge; GÓMES VÁZQUEZ, Maria Begoña (Orgs.). **Diálogos en la cultura de la paridad: reflexiones sobre feminismo, socialización y poder**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012. 283 p. .978-84-9887-933-9.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH** v. 21, n. 54, p. 439–455 , dez. 2008.

GONDAR, Marcial Portasany. **Crítica da razón galega: entre o nós-mesmos e o nós-outros**. 3ª ed. Vigo: A Nosa Terra, 1999. .

GONDAR, Marcial Portasany. **Mulleres de mortos: cara a unha antropoloxía da muller galega**. Vigo: Xerais de Galicia, 1991. .84-7507-529-0.

GONZALEZ, Tareixa Navaza. Lidia Senra: coa Política Agraria a muller vai ser aínda mais escrava. **Andaina: Revista do Movemento Feminista Galego** v. 2ª epoca nº6, p. 21–24 , 1993.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** v. 0, n. 5, p. 7–41 , 1995.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Tradução Pablo MANZANO. 5. ed. Madrid: Morata, 1996. .84-7112-414-9.

HERNÁNDEZ, Aída Castilho R. (Org.). **Etnografías e Historias de Resistencias. Mujeres Indígenas, Procesos Organizativos y Nuevas Identidades Políticas**. DF- México: CIESAS/PUEG-UNAM, 2010. .

HERRERO, Nieves. *As mulleres das Encrobas: Lembranzas das movilizacións das Encrobas*. Disponível em: <http://culturagalega.gal/album/detalle.php?id=228>. Acesso em: 26 out. 2015.

HERRERO, Nieves. El conflicto de As Encrobas (1976-1979). La prensa gallega y la representación de la identidad campesina. **Revista Cientifica de Información Y Comunicación.** p. 478–499 , 2008.

II Congreso das CC.LL - SLG. **Terra e Tempos** Santiago de Compostela, p. 7 ,fev 1984

INE, Instituto Nacional de Estadística. *Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 2013* . [S.l.]: INE. , de dez 2014

ITZIAR, Hernández; LOPEZ, Ainhoa; AZKUE, Irantzu. **Las mujeres en las conferencias mundiales de lo local a lo global/Emakumeak munduko biltzarretan : Tokian tokikotik globalera**. Hegoa ed. Bilbao: [s.n.], 2006. 1 v. Disponível em: <http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/15945/original/guia_mujeresc.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015. .

LA VOZ DE GALICIA. Puga y Xurxo Álvarez participan en el proyecto alternativo al SLG. **La voz de Galicia** Galicia, de out 2009 Disponível em: <http://www.lavozdegalicia.es/ourense/2009/10/17/0003_8042453.htm>. Acesso em: 21 jan. 2016 Galicia.

LAMAS, Marta. Ciudadania, Feminismo y Paridad. , [S.d.]. Disponível em: <http://192.64.74.193/~genera/newsite/images/cdr-documents/publicaciones/doc_424_Ciudadania_feminismo_paridad.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2016.

LANERO TÁBOAS, Daniel; FREIRE, Dulce; PICADO U., Wilson (Orgs.). **Agriculturas e innovación tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)**. Madrid: Gobierno de España, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011. 303 p. .978-84-491-1179-2.

LARAÑA, Enrique. **La construcción de los movimientos sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1999. .84-206-7949-6.

LAW, John. **After Method: Mess in Social Science Research (International Library of Sociology)**. [S.l.]: Routledge, 2004. .

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana; QUIJANO, Aníbal. **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2005. 327 p. .85-249-1174-3.

LOMBAO, David. Milleiros de tractores toman Compostela contra a “ruína” do sector lácteo. **Praza Pública** de set 2015 Disponível em: <http://praza.gal/movementos-sociais/10100/milleiros-de-tractores-toman-compostela-contra-a-ruina-do-sector-lacteo/>. Acesso em: 13 jan. 2017Movimentos Sociais.

LOMBAO, David; PARDO, Miguel. Unha multitude esixe que acordo lácteo free o “saqueo” das granxas galegas. **Praza Pública** de set 2015 Disponível em: <http://praza.gal/movementos-sociais/10119/unha-multitude-esixe-que-acordo-lacteo-free-o-saqueo-das-granxas-galegas/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MAGRAMA. *Igualdad de género y desarrollo sostenible en el medio rural*. Disponível em: <http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/igualdad_genero_y_des_sostenible/>. Acesso em: 5 fev. 2015.

MAGRAMA. *Titularidad compartida en las explotaciones agrarias - Mujeres rurales - Desarrollo Rural.* Oficial. Disponível em: <http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/igualdad_genero_y_des_sostenible/titularidad_compartida/#>. Acesso em: 25 dez. 2015.

MARCO, Aurora; DOPICO MALDE, Montserrat. **Aurora Marco: "As mulleres guerrilleiras fixeron moito máis que ocuparse da intendencia"**. [S.l: s.n.], 2012. .

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária** v. 12, p. 57–67 , jun. 2008.

MARTÍNEZ- BASCUÑÁN, Máriam. **Género, emancipación y diferencia(s): la teoría política de Iris Marion Young**. Pozuelo de Alarcón (Madrid): Plaza y Valdés Editores, 2012. .978-84-15271-44-4.

MARTINEZ, Zesar; CASADO, Beatriz; IBARRA, Pedro. Movimientos Sociales y procesos emancipadores. **Cuadernos de Trabajo /Lan-koadernoak Hegoa** 57. , 2012.

MARTÍN-GAMERO, Amalia. **Antología del feminismo**. [Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, 2002. .84-7921-085-0.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 1999. 264 p. .978-968-12-0869-1.

MÉNDEZ, Lourdes. **Antropología feminista**. Madrid: Síntesis, 2008. .978-84-9756-540-0.

_____. **Cousas de mulleres: campesinas, poder y vida cotidiana (Lugo, 1940-1980)**. Barcelona: Anthropos, 1988. .84-7658-066-5.

_____. *Cultura, que no naturaleza: a propósito de la mujer rural gallega*. Donóstia, 2017.

_____. De las agricultoras a la política cultural. Dos prácticas etnográficas en una misma comunidad. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología** v. 2, p. 59–79 , 2011.

_____. **O feito diferencial galego: Galicia fai dous mil anos.** Santiago de Compostela: Ed. da Historia, 1999. 312 p. 1 v. .84-88908-12-1.

MIGUEL, Ana De. *Los feminismos a través de la historia* .**Mujeres en Red**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1310>. Acesso em: 20 ago. 2014. , 2007

MIGUÉLEZ-CARBALLEIRA, Helena. **Galiza, um povo sentimental?: género, política e cultura no imaginário nacional galego**. Ourense: Através, 2014. .978-84-87305-86-3.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Tradução Alice SAMPAIO; Gisela Da CONCEIÇÃO; Manuela TORRES. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970. .

MIYARES, Alicia. La paridad como derecho. **Revista Labrys** v. 10 , 2007. Disponível em: <http://www.mujeresenred.net/spip.php?article888>. Acesso em: 2 dez. 2016.

MMM. *Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://cartamundialdasmulheres.blogspot.com/>. Acesso em: 14 jan. 2017. , 2005

_____. *MMM* .**Marcha Mundial das Mulheres**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso em: 4 nov. 2015. , [S.d.]

MMM-GZ. *A Marcha na Galiza* .**Macha Mundial das Mulleres na Galiza**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/a-marcha-na-galiza.html>. Acesso em: 14 jan. 2017a. , [S.d.]

_____.. *Coordenadoras Locais da Galiza*. Disponível em: <http://feminismo-galego.blogspot.com/>. Acesso em: 14 jan. 2017b.

_____.. *VII Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulleres.* Disponível em: <http://www.feminismo.info/8anosdamarchanagaliza.htm>. Acesso em: 14 jan. 2017.

MONTAÑÉS SERRANO, Manuel. Dinámica, funcionamiento y contenido de las entrevistas individuales y grupales. In: VILLASANTE, Tomás R.; MONTAÑÉS SERRANO, Manuel; MARTÍN GUTIÉRREZ, Pedro (Orgs.). . **Prácticas locales de creatividad social**. Construyendo ciudadanía. Barcelona: Viejo Topo : Red de Colectivos y Movimientos Sociales, 2001. 978-84-95224-18-7.

MOORE, Henrietta L. **Antropología y feminismo**. Madrid: Cátedra : Universitat de Valencia : Instituto de la Mujer, 1991. .84-376-1001-X.

MORENO FELIU, Paz. Da ficción do matriarcado á economía informal, modelos e relacioóns de xénero na cultura galega. **Galicia. Antropoloxía**. A Coruña: Hércules de Ed., 1999. 26 v. p. 265–297. 978-84-89468-55-9.

_____. **Entre las Gracias y el Molino satánico: lecturas de antropología económica**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2004. .978-84-362-5007-7.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. **Educação & Realidade** v. 36, n. 2 , 22 jul. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/16999>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MUÑIZ, Ramón *et al.* (Orgs.). **IV Xornadas Agrarias Galegas: a muller na agricultura: celebradas os días 24, 25, 26 de outubro de 1986 no Centro de Ensinanzas Integradas de Ourense**. Sada, A Coruña: Ediciós do Castro, 1988. 223 p. (Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, 7). .978-84-7492-365-0.

MUÑIZ, Ramón. História das Comisións Labregas. **A Nosa Terra** p. 48–60 , nov. 1988.

_____. Non a Xove nuclear! **A Nosa Terra de pensamento e debate** v. 23 , 1997. Disponível em: <http://estoutrasnotaspoliticas.blogspot.com.es/2006/07/na-defensa-da-terra-xove-as-encrobas.html>.

_____. Os labregos galegos diante da loita de liberación nacional. In: FERNÁNDEZ ROUPAR, José (Ed.). . **Os Labregos galegos diante da loita de liberación nacional**. A Coruña: FAGYLSA, 1979. 84-85670-00-0.

NAVARRO, Luis Hernández; DESMARAIS, Annette Aurélie. Crisis y soberanía alimentaria: vía campesina y el tiempo de una idea. **El Cotidiano** Seguridad en México. v. 153, p. 89–95 , jan. 2009.

O MONTE É NOSO. *MVMC - O monte é noso*. Disponível em: <http://montenoso.net/wiki/index.php/MVMC>. Acesso em: 7 fev. 2017.

ONU. *Igualdad de Oportunidades*. Disponível em: <http://www.msssi.gob.es/ssi/igualdadOportunidades/internacional/onu/cedaw_2.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

ONU MUJERES. *Un poco de historia*. Disponível em: <http://www.unwomen.org/es/csw/brief-history>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____.. *Declaración y Plataforma de Acción de Beijing Declaración política y documentos resultados de Beijing+5* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.unwomen.org/~/media/headquarters/attachments/sections/csw/bpa_s_final_web.pdf?v=1&d=20150120T170413>. Acesso em: 4 nov. 2015. , 1995

_____. *ONU Mulheres* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 18 maio 2014. , [S.d.]

ORGANIZACIÓN GALEGA DE COMUNIDADES DE MONTES. *Organización Galega de Comunidades de Montes :O común dos montes* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://orgaccmm.blogaliza.org/>. Acesso em: 7 fev. 2017. , [S.d.]

ORTEGA LÓPEZ, Teresa María (Org.). **Jornaleras, campesinas y agricultoras: la historia agraria desde una perspectiva de género**. 1a. edición ed. Zaragoza, España: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2015. 450 p. (Monografías de historia rural, 11). .978-84-16272-96-9.

ORTEGA LÓPEZ, Teresa María; COBO ROMERO, Francisco. “Menos piano y más campo” la educación agraria de las españolas (1900-1930). In: ORTEGA LÓPEZ, Teresa María (Org.). . **Jornaleras, campesinas y agricultoras: la historia agraria desde una perspectiva de género**. Monografías de historia rural. 1a. edición ed. Zaragoza, España: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2015. 978-84-16272-96-9.

PAÍS, Ediciones El. Nace un ala crítica en el Sindicato Labrego Galego. **EL PAÍS** 13 jan. 2008 Disponível em: <http://elpais.com/diario/2008/01/13/galicia/1200223092_850215.html>. Acesso em: 21 jan. 2016.

PALLARÁS, Mª Carmen Bel *et al.* **Mujer y poder: poder con, poder por, poder para**. Fundación Isonomía. Universitat Jaume I ed. Castellón de la Plana: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://isonomia.uji.es/wp-content/uploads/2013/06/PDF-GyMT-Mujeres_y_poder-2010.pdf>. .

PARDO. Os gandeiros volven á rúa a pouco do 25-S e un ano despois do fracasado acordo lácteo. **Praza Pública** de agosto 2016 Disponível em: <http://praza.gal/economia/12467/os-gandeiros-volven-a-rua-a-pouco-do-25-s-e-un-ano-despois-do-fracasado-acordo-lacteo/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PARRA, Marcela Alejandra. La construcción de los movimientos sociales como sujetos de estudio en América Latina. **Athenea Digital** n. 008, p. 72–94 , 2005.

PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. Tradução María Xosé. Agra Romero; María Luisa Femenías. Barcelona; México: Anthropos ; Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 1995. .84-7658-462-8.

PÉREZ, Emílio López. **A terra sabe a loita: Testemuños de rebeldía labrega**. Santiago de Compostela: Fundación Bautista Álvaez de Estudios Nacionalistas, 2012. 305 p. .no.

PÉREZ PAIS, Carmen; MARIÑO COSTALES, Mariam. **Recuperación da documentación e memoria do movemento feminista organizado en Galicia**. [S.l: s.n.], 2013. .978-84-92923-45-8.

PERONA, Ángela J. El feminismo liberal estadounidense de pos-guerra: Betty Friedan y la refundación del feminismo liberal. **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización.del feminismo liberal a la posmodernidad**. Madrid: Minerva Ediciones, 2005. 2 v. p. 13–34. 84-88123-54-X.

PIOVESAN, Flávia. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres. **Revista da EMERJ** v. 15, n57, p. 70–90 , 2012.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. 48 v.

PRAZA PÚBLICA. O feminismo galego volve manifestarse unido “en loita polos nosos dereitos”. Santiago de Compostela, 7 mar. 2011 Disponível em: <http://praza.gal/movementos-sociais/3792/o-feminismo-galego-volve-manifestarse-unido-en-loita-polos-nosos-dereitos/>. Acesso em: 15 mar. 2016Movementos sociais.

PULEO, Alicia H. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. 1a ed ed. Madrid: Cátedra, 2011. 439 p. (Feminismos, 110). .978-84-376-2729-8.

_____. (Org.). **El recto de la igualdad de género. Nuevas perspectivas en Ética y Filosofia Política**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. .978-84-9742-866-8.

_____. Lo personal es político: el surgimento del feminismo radical. **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización.del feminismo liberal a la posmodernidad**. Madrid: Minerva Ediciones, 2005. 2 v. p. 35–68. 84-88123-54-X.

QUEIZÁN, María Xosé. **A muller en Galicia: a muller na sociedade galega, a lingua galega e a muller: (análise estructural de dous métodos represivos)**. Sada, A Coruña: Edic. do Castro, 1977. 99 p. (Ensaio). .84-85134-25-7.

RADL, Rita. Feminismo y conocimiento. Implicaciones epistemológicas para los estudos de las mujeres y del género. In: GARCÍA MARÍN, Jorge (Org.). . **Diálogos en la cultura de la paridad: reflexiones sobre feminismo, socialización y poder**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012. p. 17–33. 978-84-9887-933-9.

_____. (Org.). **Investigaciones actuales de las mujeres y del género**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela e Intercambio Cientifico, 2010. 295 p. .978-84-9887-292-7.

RADL, Rita; GARCÍA NEGRO, Ma Carme; CARREÑO, A. (Orgs.). **A muller e a súa imaxe**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1993. 165 p. (Publicacións en socioloxía, 34). .978-84-8121-075-0.

RAGIN, Charles C. **La construcción de la investigación social: introducción a los métodos y su diversidad**. Bógota, Colombia: Siglo del Hombre, 2007. .958-665-103-7.

RED FEMINISTA. *Publicado el Real Decreto sobre titularidad compartida en las explotaciones agrarias* .**Red Estatal de organizaciones Feministas contra la Violencia de Género**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.redfeminista.org/Noticia.asp?ID=6530>. Acesso em: 25 nov. 2015. , 27 mar. 2009

REGAL, Tereixa LEDO. **Lidia Senra Rodríguez: A historia dun liderado entrañable**. Santiago de Compostela: Laiovento, 2010. 254 p. .84-8487-191-0.

RISCO, Visconde. *Etnografía. Cultura espiritual.*

RODRIGUES, Nuno. DONNA HARAWAY E A PROPOSTA DE CONHECIMENTOS SITUADOS. **LES Online** v. 7, n. 1, p. 26–38 , 18 fev. 2015.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Román (Org.). **Galicia, un mundo rural vivo**. [Santander; [Lalín, Pontevedra: UIMP ; Concellllería de Cultura, 2013. Disponível em: <http://www.lalin.gal/files/Galicia%20un%20mundo%20rural%20vivo%20baja.pdf>. .978-84-616-3786-7.

ROMÁN LAGO, Isidro. **Os campesiños de Lavadores: estrutura social e articulación política, 1923-1931**. Vigo: Edicions A Nosa Terra, 1998. .84-89976-59-7.

ROSA, Julia Nuño De La. Movimientos sociales y democracia al otro lado del espejo: Entrevista a Antoni Aguiló. **OXÍMORA Revista Internacional de Ética y Política** v. 0, n. 4, p. 111–125 , 18 jun. 2014.

RUBIN, Gayle. Tráfico de Mujeres. **Nueva Antropologia** v. VIII, n. 30 , 1986. Disponível em: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/nuant/cont/30/cnt/cnt7.pdf>.

RUIZ, Jorge Ruiz. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. **Forum: Qualitative Social Research** v. 10 , 2009. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/64955/1/Art%c3%adculo%20FQS%20%28espa%c3%b1ol%29.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. 321 p. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1620/1/tese.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2017.

SANTOS, Bárbara. **Teatro do Oprimido: Raizes e asas- uma teoria da práxis**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2016. .978-85-7823-252-8.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Los nuevos movimientos sociales. **OSAL Observatorio Social de América Latina** La protesta social en Argentina. v. 5 , setembro 2001. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Los_nuevos_movimientos_sociales_OSAL2001.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SCOTT, Joan Wallach. **Género e historia**. México: Fondo de Cultura Económica : Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008. .978-968-16-8498-3.

_____.. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. [S.l.]: Revista Educação & Realidade, 1986. Disponível em: <http://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 8 ago. 2014. .

_____. “La querelle des femme” no final do século XX. **Revista Estudos Feministas** v. 9, nº2, p. 367–388 , 2001Tradução Ana Cecília Acioni LIMA. .

_____.. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas** v. 13, n. 1, p. 11–30 , 2005.

SECRETARIA DA MULLER CC.OO. ... e tamén no traballo. **Andaina: revista do Movemento Feminista Galego** p. 17 , mar. 1990.

SECRETARIA DA MULLER INTG. Avanzar na Sociedade, igualdade laboral. **Andaina: revista do Movemento Feminista Galego** v. 20, p. 16–17 , mar. 1990.

SEIXAS, Xosé M Núñez; VÁSQUEZ, Raúl Soutelo. **As cartas do destino: una familia galega entre dous mundos : 1919-1971**. Vigo: Editorial Galaxia, 2005. .84-8288-791-2.

SENRA, Lidia. A muller labrega. **Andaina: revista do Movemento Feminista Galego** v. 20, p. 18–19 , mar. 1990.

_____. As mulleres seguimos sufrindo malos tratos. **FOUCE n110** p. 4–6 ,1988 Entrevista.

SENRA, Lidia *et al.* **Las mujeres alimentan al mundo. Soberanía Alimentaria en defensa de la vida y el planeta.** Entrepueblos ed. Barcelona: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.entrepueblos.org/files/Libro_sa_genero.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016. .

_____. Lidia Senra Rodriguez: elexida secretaria Portavoz do Sindicato. **FOUCE n114** Santiago de Compostela, p. 5–7 ,1989 entrevista.

_____.. Situaçom das labregas. **Diário Liberdade** Galiza, p. mulher e LGBT ,9 nov. 2010

SENRA, Lidia; LEÓN, Irene. Aproximación a las situaciones de las campesinas y sus propuestas para conseguir la igualdad de derechos entre mujeres y hombres en el marco de la lucha por la Soberanía Alimentaria. **Mundo rural y soberanía alimentaria** , [S.d.]. Disponível em: <http://www.noetmengiselmon.org/IMG/pdf/Aproximacion_a_las_situaciones_de_las_campesinas_y_sus_propuestas_para_conseguir_la_igualdad_de_derechos_entre_mujeres_y_hombres_en_el_marco_de_la_lucha_por_la_Soberania_Al.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. El concepto “movimiento social” a la luz de los debates y la experiencia latinoamericana recientes. **Proyecto Conceptos yfenómenos fundamentales de nuestro tiempo**. México: Unam, 2008. Disponível em: <http://cetri.domainepublic.net/IMG/pdf/090113_EL_CONCEPTO_DE_MOVIMIENTO_SOCIAL_A_LA_LUZ_DE_LOS_DEBTES_Y_LA_EXPERIENCIA_LATINOAMERICANA_RECIENTE_VERSION_FINAL_G.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2013.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia**. Madrid: Horas y Horas, 1995. 300 p. (Cuadernos inacabados, 18). .978-84-87715-50-1.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasilia, 2009.

SILVA, Elena Díaz. El año Internacional de la Mujer en España: 1975. **Cuadernos de Historia Contemporánea** v. 31, p. 319–339 , 2009.

SIMONS, Helen. **El estudio de caso: teoría y práctica**. Madrid: Morata, 2011a. 262 p. .978-84-7112-645-0.

SLG. Conclusiones del III Congreso Nacional del Sindiato Comisións Labregas. **Economía gallega : revista de información económica** v. 14, p. 52–53 , maio 1989.

SOBERANÍA ALIMENTARIA, BIODIVERSIDAD Y CULTURAS. Recorrido por las luchas campesinas. **Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas** v. 1, p. 3–18 , mar. 2010.

SOITU. Carmen Freire niega división en el SLG y dice que nunca se habló de crear una federación | soitu.es. **SOITU** Espanha, 16 out. 2009a Disponível em: <http://www.soitu.es/soitu/2009/10/16/info/1255707542_022629.html>. Acesso em: 21 jan. 2016galicia.

SOITU. Críticos con la dirección del SLG constituirán en Lugo una Federación agraria | soitu.es. **SOITU** Espanha, 16 out. 2009b Disponível em: <http://www.soitu.es/soitu/2009/10/16/info/1255707543_928810.html>. Acesso em: 21 jan. 2016galicia.

SOLÉ ROMEO, Gloria. **Historia del feminismo, siglos XIX y XX**. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2011. 164 p. .978-84-313-2812-2.

SOLER. Carles; FERNÁNDEZ. Fernando. **Estrutuctura de la propiedad de tierras en España. Concentración y acaparamiento**. Bilbao: Fundación Mundubat y Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas, 2015. Disponível em: <http://www.mundubat.org/informe-mundubat-acaparamiento-de-tierras-en-espana-2016/>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SOTO, David. **Historia dunha agricultura sustentábel: transformacións produtivas na agricultura galega contemporánea**. Santiago de Compostela: Consellería do Medio Rural, 2006. .978-84-453-4308-1.

SOUZA, Mércia Cardoso De. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e suas Implicações para o Direito Brasileiro. **Revista Eletrônica de Direito Internacional** v. 5, p. 346–386 , 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. .978-85-7041-816-6.

STAKE, Robert E. **Investigación con estudio de casos**. Madrid: Morata, 1998. .84-7112-422-X.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: La cultura del género. **Revista Estudos Feministas** v. 12, n. 2, p. 77–105 , ago. 2004.

TÁBOAS, Daniel Lanero. Una relación compleja: comunidad rural, conflicto socioambiental y organizaciones políticas en Galicia de la transición. El caso de “As Encrobas”. **XII Congresp de Historia Agraria** p. 1–40 , mar. 2008.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza, 2012. .978-84-206-0958-4.

TAYLOR, Steven J; BOGDAN, Robert; PIATIGORSKY, Jorge. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados**. Barcelona: Paidós, 1987. .978-84-7509-816-6.

TEJERINA, Benjamín Montaña. **La sociedad imaginada: movimientos sociales y cambio cultural en España**. Madrid: Editorial Trotta, 2010. 319 p. .978-84-9879-170-9.

TERRIBLE, Alessandra (Org.). **Cadernos. Marcha Mundial das Mulheres**. São Paulo: Publicação da Marcha Mundial dads Mulheres, 2008. 1 v. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro_MMM_Brazil.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2015.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. **Los movimientos sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a Facebook**. Barcelona: Crítica, 2009. .978-84-9892-045-1.

TOURAINE, Alain; FURIÓ SANCHO, María José. **La Mirada social: un marco de pensamiento distinto para el siglo XXI**. Barcelona: Paidós, 2009. .978-84-493-2316-4.

VALCÁRCEL, Amelia. **Feminismo en el mundo global**. 1. ed. Madrid: Cátedra, 2008. 339 p. .978-84-376-2518-8.

VALCÁRCEL, Amelia. **La memoria colectiva y los retos del feminismo**. Santiago: Naciones Unidas, CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo, 2001. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/7220/lcl1507e.pdf>. .92-1-321809-5.

VARELA, Julia. **A Ulfe: socioloxía dunha comunidade rural galega**. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 2004. .84-7824-443-3.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona: Ediciones B, 2008. .84-666-3909-8.

VÁZQUEZ, Raúl Soutelo. **Labregas, emigradas, estraperlistas e represaliadas: experiencias de vida e lembranzas de mulleres na Galicia rural, 1900-1960**. [S.l.]: Concello de Valga, 2005. 221 p. .

VERDÚ, Jaime Pastor. Génesis y desarrollo de los movimientos sociales desde una perspectiva histórica. El movimiento obrero español. p. 59–76 , 2003.

VIA CAMPESINA. *As mudas romperam o silêncio. manifesto de homens e mulheres em solidariedade às camponesas da Via Campesina* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2009/06/22/nao-ao-deserto-verde.html>. Acesso em: 3 mar. 2016. , 2006

_____. *Declaración de la III Asamblea de las mujeres LVC* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/578-declaracie-la-iii-asamblea-de-las-mujeres-lvc>. Acesso em: 27 jan. 2016a. , out 2008

_____. *Declaración de Maputo: V Conferencia Internacional de la Vía Campesina* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/587-declaracie-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>. Acesso em: 27 jan. 2016b. , out 2008

_____. *Género. Documento de la III Conferencia Internacional de la Via Campesina* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/327-genero9>. Acesso em: 17 dez. 2015. , 2000

_____.. *La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>. Acesso em: 11 jan. 2017. , de fevereiro 2011

_____. *Posicion sobre Soberania Alimentaria de los Pueblos* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/315-posicion-sobre-soberania-alimentaria-de-los-pueblos>. Acesso em: 1 fev. 2016. , 2003

VIEIRA, Flávia Braga. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária** v. 20, p. 58–82 , jun. 2012.

VILA, Pilar Cagiao; FERNÁNDEZ, José Ramón Barreiro. **A Gran historia de Galicia / autores Xosé Ramón Barreiro Fernández ... [et al.].** [Coruña, España]: Arrecife, 2007. 1 v. .978-84-96931-00-8.

VILLARES, Ramón. **La Propiedad de la tierra en Galicia: 1500-1936**. Madrid: Siglo XXI, 1982. .84-323-0437-9.

VIVAS, Esther. *O que é a soberania alimentar?* .**esther vivas**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://esthervivas.com/portugues/o-que-e-a-soberania-alimentar/>. Acesso em: 20 out. 2015. , [S.d.]

_____. Soberania alimentar, uma perspectiva feminista. **El Viejo topo** v. 288, p. 46–55 , jan. 2012a.

_____. *Soberanía alimentaria, una perspectiva feminista* .**esther vivas**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://esthervivas.com/2012/01/09/soberania-alimentaria-una-perspectiva-feminista/>. Acesso em: 22 jan. 2016b. , 9 jan. 2012

WANDA, Deifelt. Os Primeiros Passos de uma Hermenêutica Feminista: a Bíblia das Mulheres, Editada por Elisabeth Cady Stanton. **Revista de estudos teológicos** v. 32, n. 1, p. 5–15 , 1992.

WIEBE, Nettie. *Mujeres de la Vía Campesina: Creando y ocupando los espacios a los que tenemos derecho*. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732-el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza>. Acesso em: 3 nov. 2015.

XORNADAS AGRARIAS GALEGAS, Muñiz de las Cuevas, Ramón. **A muller na agricultura**. Sada, A Coruña: Ediciós do Castro, 1988. .84-7492-365-4.

XUNTA DE GALICIA. *V Plan do Goberno Galego para a Igualdade entre Mulleres e Homes 2007-2010* . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://igualdade.xunta.es/sites/default/files/files/documentos/5planigu.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016. , 2007

YOUNG, Iris Marion. **La Justicia y la política de la diferencia**. Tradução Silvina ÁLVAREZ. Madrid: Cátedra : Universitat de València : Instituto de la Mujer, 2000. .84-376-1826-6.

_____. **Responsabilidad por la justicia**. Tradução Mimiaga Bremón Cristina; Roc Filella Escolá. [S.l.]: Morata, 2011. 208 p. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=847236>. Acesso em: 15 nov. 2016. .978-84-7112-739-6.

ZULUAGA, Gloria Patricia.; SILIPRANDI, Emma. **Género, agroecología y soberanía alimentaria: perspectivas ecofeministas**. Barcelona: Icaria, 2014. .978-84-9888-605-4.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Lista de Abreviações e Siglas

AGM	Asociación Galega da Muller
AGP	Ação Global dos Povos
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMI	Acordo Multilateral de Investimentos
AN-PG	Asemblea Nacional Popular Galega
ATTAC	Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento /International Bank for Reconstruction and Development
BM	Banco Mundial
BNG	Boque Nacionalista Galego
CALL	Comites de Apoio á Loita Labrega
CC.LL	Comisións Labregas
CC.OO	Confederación Sindical de Comisiones Obreras
CCE	Código Civil Espanhol
CCI	Comitê de Coordenação Internacional - Via Campesina
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher / Committee on the Elimination of Discrimination against Women
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CFG	Compañía Familiar Galega
CIG	Confederación Intersindical Galega
CLOC	Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo
COAG	Coordinadora de Organizacións Agrárias e Gandeiras
CPE	Coordenadora Campesina Europeia - Via Campesina
DN	Direção nacional - do Sindicato Labrego Galego
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ExN	Executiva Nacional do Sindicato Labrego Galego
EZLN	Exército Zapatista pela Liberação Nacional /Ejército Zapatista de Liberación Nacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura / Food and Agriculture Organization
FIGA	Feministas Independentes Galegas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRUGA	Federación Rural Galega

FSM	Fórum Social Mundial
G8	Grupo internacional que reúne oito países mais poderosos economicamente do mundo
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IFAP	Federação Internacional de Produtores Agrícolas
INC	Instituto Nacional de Colonización
INE	Institudo Nacional de Estadistica
INE	Instituto Nacional de Estadistica
INTG	Intersindical Nacional dos Trabalhadores Galegos
MAGRAMA	Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente
MDM	Movimento Democrático de Mulleres
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNG	Mulleres Nacionalistas Galegas
MS	Movimentos Sociais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio /North American Free Trade Agreement
NMS	Novos Movimentos Sociais
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OI	Organismos Internacionais
OIG	Organismos Internacionais Governamentais
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONGI	Organização Não Governamental Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agraria Comum
PCG	Partido Comunista da Galiza
PFE	Patrimonio Forestal do Estado
PIOM	Planos de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres
PIOMG	Planos para a Igualdade de Oportunidades das Mulheres Galegas
PP	Partido Popular
PSOE	Partido Socialista Obreiro Espanhol / Partido Socialista Obrero Español
REASS	Réxime Especial de Seguridade Social Agraria
Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável

SLG	Sindicato Labrego Galego –Comisións Labregas
SLG-CCLL	Sindicato Labrego Galego –Comisións Labregas
UE	União Europeia
UIP	União Interparlamentaria
UPG	Unión do Pobo Galego
WUNC	Dignidade, Unidade, Números e Compromisso/ Worthiness, Unity, Numbers and Commitment

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Lista de quadros

Quadro 1 – O processo de dinamização das mulheres na comarca.....216

Quadro 2 – Ocupação.....259

Quadro 3 – Função / responsabilidade no SLG 259

Quadro 4 – Principal setor de participação/ produção 259

Quadro 5 – Idade 259

Quadro 6 – Estudos 260

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Anexos

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ANEXO I

Lista de documentos

FOUCE – Notícias relacionadas com mulheres – feminismo – igualdade 2003 – 2013

ANO	Nº	MÊS	PAG.	SETOR	MANCHETE
2003	211	6	10	ALDEA GLOBAL	Vía campesiña prepara en Senegal a súa estratexia contra a OMC
2003	214	S/N	9	A OMC volve a fracasar en Cancún	O futuro das mulleres traballadoras e labregas
2003	214	10	12	ALDEA GLOBAL	O SLG condena a desaparición do REASS por atentar contra os dereitos labregos
2003	215	11	10	ALDEA GLOBAL	Mulleres labregas de todo o Estado puxeron en común os seus retos en Asturias
2003	216	12	6	GALIZA	A pasividade agrava a violencia de xénero no medio rural
2004	217	1	7	GALIZA	Mulleres do Sindicato Labrego intercambian as súas experiencias
2004	218	2	capa	CAPA	A Marcha Mundial das Mulleres celebrase en Vigo no mes de maio
2004	218	2	2	Adro	Coa nova cotización os labregos e labregas desembolsarán o 13'36% da súa renda
2004	218	2	4	Opinión Editorial	Fraga cómplice
2004	218	2	13	MULLER	Condena das declaracións de Fraga polo caso de Toques
2004	218	2	13	MULLER	A xunta fomenta o subemprego das mulleres labregas galegas
2004	218	2	13	MULLER	Vigo acollerá en maio a Marcha Mundial das Mulleres
2004	218		13	MULLER	Un informe da Unión Europea denuncia a precariedade das mulleres labregas
2004	219	3	11	MULLER	O SLG apoia á Plataforma Galega en defensa da Sanidade Pública
2004	219	3	11	MULLER	O círculo de Empresarios pide a fin da educación e a sanidade gratuítas
2004	219	3	11	MULLER	O SLG participa na programación da Marcha Mundial das Mulleres
2004	219	3	15	Eira	Plan Emerga: axudas para mulleres emprendedoras

2004	220		1	CAPA	¿Anímate a vir?
2004	220	4	10	ALDEA GLOBAL	Vía Campesiña segue a reivindicar o dereito á soberanía alimentaria
2004	220	4	11	MULLER	O SLG transmite ao Servizo Galego de Igualdade as demandas das labregas
2004	220		11	MULLER	Riscos Laborais específicos das labregas
2004	220	4	12	MULLER	Festa de Labregas en Lesta
2004	221	5	4	OPINIÓN	Coñecéndonos na Marcha Mundial das Mulleres
2004	221	5	12	MULLER	Labregas galegas para a posteridade
2004	222		8	REPORTAGEM	As mulleres do SLG deron voz propia ás labregas galegas na Marcha Mundial
2004	222		9	O SLG na Marcha Mundial das Mulleres	20.000 voces vidas de todo o mundo asolagaron Vigo demandando igualdade
2004	222		10	O SLG na Marcha Mundial das Mulleres	Un dos retos é crear unha nova consciencia produtiva que resgate os valores tradicionais
2004	223		8	REPORTAGEM	A Vía Campesiña renóvase para seguir na vangarda mundial da loita labrega
2004	223		9	REPORTAGEM	Oposición total ao neoliberalismo "que mata culturas, pobos e familias labregas"
2004	223		12	MULLER	Resposta tímida do Servizo Galego de Igualdade ante os problemas das labregas
2004	225		11	MULLER	A lei de Igualdade recoñece os dereitos das labregas grazas ao SLG
2004	226		12	MULLER	Labregas de todo o Estado reuníronse en Cantabria para defender a súa problemática
2004	226		13	MULLER e agroecoloxía	O SLG estreita a súa relación coas labregas de Guatemala
2004	227		2	Adro	As mulleres do SLG esixen a cotitularidade nas explotacións
2004	227		3	Adro	Abraio polo perigo dalgúns fitosanitarios e reivindicación dunha maior igualdade
2004	227		3	Adro	Alternativas ante a excesiva dependencia que ten dos intermediarios
2005	228	1	5	OPINIÓN	Memoria sindical do 2004
2005	228	1	11	ALDEA GLOBAL	Unha reforma agraria global para erradicar a fame no mundo

2005	228		14	Eira	Plan Emerga para a integración laboral das mulleres e apoio a emprendedoras
2005	229	2	11	MULLER	A piques de saír á luz nova Lei contra a Violencia de xénero
2005	229		14	Eira	Plan Emerga para a integración laboral das mulleres e apoio a emprendedoras
2005	230	3	12	MULLER	A Lei contra a violencia de Xénero deixa un sabor agridoce
2005	230		12	MULLER	Viaxe para mulleres labregas a Andalucía do 10 ao 16 de abril
2005	231	4	5	GALIZA	O SLG transmite ao Parlamento varias propostas para a mocidade labrega
2005	231	4	12	MULLER	Mulleres do SLG festexan o 8 de marzo na parroquia fradense de Galegos
2005	232	5	12	MULLER	Mulleres do SLG coñecen a agricultura andaluza nunha viaxe dunha semana
2005	232	5	12	MULLER	Zaídin: mulleres en rede
2005	232	5	13	MULLER	Agricultura para a exportación
2005	232	5	13	MULLER	O SLG pide ao Goberno que faga discriminación positiva ás mulleres no Plan Lácteo
2005	232	5	14	Eira	20 de maio: recibimento da carta mundial das mulleres
2005	233	6	4	OPINIÓN	19 de xuño: Eleccións Autonómicas Unha oportunidade para poñer as bases para outra política agraria e alimentaria en Galiza
2005	233	6	12	MULLER	O Ministerio elimina unha das medidas que favorecían ás produtoras de leite
2005	233		12	MULLER	O SLG pide que admitan a fibromialgia como doenza laboral das mulleres
2005	233		13	MULLER	Tecendo camiños de solidariedade
2005	233		15	Eira	A/os afiliad@s poden participar nos grupos de formación interna do sindicato
2005	234		4	OPINIÓN	Imos ter un novo Goberno de signo diferente. Ábrense novas expectativas para a Galiza labrega
2005	234		13	MULLER	Manteñen a puntuación para mulleres titulares no reparto de cotas grazas ao SLG
2005	234	6	13	MULLER	42 organizacións asinan un pacto pola protección da dependencia
2005	235	7	2	Adro	A nova Consellaría do Medio Rural recolle varias propostas do SLG

2005	235	7	8	ALDEA GLOBAL	Vía Campesina fixa as súas demandas en dereitos humanos e igualdade de xénero
2005	236	8	7	GALIZA	O libre "Mulleres decisivas" recolle un texto e a reseña biográfica de Lidia Senra
2005	236	8	11	MULLER	Labregas de Galiza asistirán ao Encontro anual de Mulleres de COAG
2005	236		11	MULLER	Un grupo de labregas galegas viaxará a Austria grazas á Deputación d'A Coruña
2005	236		11	MULLER	As estatísticas sobre discriminación das mulleres no mundo son demoledoras
2005	237		12	MULLER	Mulleres do SLG viaxan a Austria e a Teruel para Compartir experiencias
2005	237	11	13	MULLER	A Secretaria de Igualdade coñece de manda do SLG as demandas das mulleres labregas
2005	237	11	13	MULLER	Encontro da Secretaria das Mulleres do SLG en Quiroga
2005	238	12	9	Riscos Laborais específicos das mulleres	Riscos Laborais no agro específicos das labregas
2005	238	12	12 e 13	MULLER	A Secretaria das Mulleres do SLG carga baterías para unha nova xeira de traballo
2005	238	12	12 e 13	MULLER	Loita contra a desigualdade e a violencia comarca por comarca
2006	239	1	5	Opinión Editorial	Crónica sindical do 2005: Ilusión e loita para un tempo de cambios
2006	240	2	6	GALIZA	Ponse en marcha o novo réxime da Seguridade Social para labregos e labregas
2006	240	2	13	MULLER	Facenda quítalle ás Labregas as axudas por fill@s menores de 3 anos
2006	240	2	13	MULLER	As primas de incorporación para cónxuxes cumpre cunha demanda do SLG
2006	241	3	13	MULLER	Madrid estudia o problema das labregas ás que lles quitaron a paga por ter fill@s
2006	242	4	9	GALIZA	Na nosa cooperativa sabemos que hai que dar batalla polos prezos do leite
2006	242	4	13	MULLER	O SLG volveu a denunciar no 8 de marzo a desigualdade das labregas
2006	242	4	13	MULLER	Xuntas, tecendo as nosas vidas: III festa das mulleres na comarca de Ordes
2006	243	5	12	MULLER	As labregas brasileiras decláranlle a guerra á invasión de eucaliptos

2006	244	6	12	MULLER	Os pesticidas danan a tiroides, adiantan a menopausia, e afectan ao sistema nervioso
2006	245	7	11	MULLER	O SLG presenta alegacións á Lei Galega de Violencia de Xénero
2006	246	7	4	OPINIÓN	Acoso administrativo contra as mulleres labregas
2006	246	7	9	capa/MULLER	O SLG pide xustiza ao Tribunal Económico para as labregas sen paga por fill@s
2006	246	7	9	MULLER	Compostela acollerá en outubro un Congreso Mundial de Mulleres da Vía Campesina
2006	246	7	9	MULLER	As mulleres terán voz no Consello Agrario Galego grazas ao Sindicato Labrego
2006	247	10	3	Adro	As consecuencias do "deserto verde"
2006	247	10	13	MULLER	O SLG denuncia discriminación nas primas de incorporación de cónxuxes
2006	247	10	13	MULLER	Congreso Mundial de Mulleres da Vía Campesina en Compostela
2006	247	10	14	Eira	Axudas para o acceso de mulleres á cotitularidade das explotacións
2006	247	10	14	Eira	Axudas para apoiar proxectos innovadores de mulleres
2006	248	11	2	Adro	As labregas do mundo acordan en Compostela loitar contra a violencia
2006	248	11	3	Adro	As mulleres debemos pelexar para que os nosos dereitos se fagan realidade
2006	248	11	4 e 5	Adro	Labregas sementando igualdade
2006	248		6	Opinión Editorial	Por que a titularidade compartida, ou cotitularidade, nas explotacións agrarias?
2006	248	11	13	MULLER	As labregas cobrarán a paga por fill@s grazas á Secretaria das Mulleres
2006	248	11	13	MULLER	O SLG fai as súas achegas á Lei de Servizos Sociais da Xunta
2006	248	11	14	Eira	Axudas para o acceso de mulleres á cotitularidade das explotacións
2006	249	12	5	GALIZA	Campaña do SLG para cobrar por fill@s menores de tres anos
2006	249	12	13	MULLER	A secretaria das Mulleres participou no Dia contra a Violencia de Xénero
2006	249	12	13	MULLER	O SLG fixo as súas achegas á Lei de Servizos Sociais da Xunta
2007	250	1	4	Opinión Editorial	Memoria sindical do 2006: a globalización regáñalle os dentes á Galiza labrega

2007	250	1	13	MULLER	Un ano a voltas coas axudas para nais con fill@s menores de tres anos
2007	251	2	13	MULLER	Contencioso contra un novo caso de discriminación de labregas
2007	251	2	13	MULLER	Isabel Vilalba participará no Foro Mundial da Soberania Alimentaria
2007	252	3	9	ALDEA GLOBAL	O Foro Mundial Nyéléni senta as bases da loita global pola soberanía alimentaria
2007	252	3	13	MULLER	As mulleres de Nyéléni desafían ao modelo agrario capitalista
2007	252	3	13	MULLER	O SLG colabora estreitamente co proxecto europeo Muller XXI
2007	253	4	15	ALDEA GLOBAL	As mulleres da Vía Campesina protestan contra os monocultivos
2007	253		20	MULLER	A paridade de homes e mulleres no SLH: un reto para o VII Congreso
2007	253		20 e 21	MULLER	Recoñecen a titularidade compartida grazas á Secretaria das Mulleres
2007	254		5	MULLER	En Colombia, hai un divorcio entre o sistema universitario e a agricultura
2007	255	6	12	MULLER	Comezan os labores para facer realidade a titularidade compartida
2007	255	6	12	MULLER	As mulleres labregas veranse especialmente beneficiadas pola Lei de Dependencia
2007	259	12	13	MULLER	A comisión europea elimina as medidas de apoio ás labregas
2008	260	2	capa /6	GALIZA	O SLG denuncia o impacto da Reforma Social Agraria nas labregas
2008	260		6	MULLER	Centos de persoas apoiaron a concentración a prol do aborto
2008	260		6	MULLER	Denuncia das deficiencias no servizo de xinecoloxía do centro médico de Villalba
2008	260	3	14	Eira	Axudas periódicas de apoio a mulleres que sofren violencia de xénero
2008	261		13	MULLER	O goberno prohibe os actos do día da Muller
2008	261		13	MULLER	Vilalba demanda axudas á conciliación da vida familiar e laboral das labregas
2008	261		13	MULLER	Intercambio de experiencias femininas en Portugal o vindeiro mes de abril
2008	261		13	MULLER	Un cento de asistentes no encontro anual da Secretaria das Mulleres
2008	261	3	13	MULLER	Catro vítimas asasinadas no mesmo día pola violencia machista
2008	262		6	GALIZA	Éxito das charlas sobre a menopausa

					organizadas en Ordes
2008	262		13	MULLER	140 mulleres no encontro da Secretaria das Mulleres
2008	263		9	ALDEA GLOBAL	Na Galiza, en Alxeria: labregas
2008	263	5	13	MULLER	Xunt@s construíndo un futuro en igualdade para @s nos@s fill@s
2008	263		13	MULLER	No agro galego traballan máis mulleres ca homes
2008	263	5	14	Eira	Axudas contra a violencia de xénero
2008	263	5	14	Eira	axuda para o retorno á formación das mulleres que abandonaron o proceso educativo para seren nais
2008	264		13	MULLER	Os agrocombustíbeis amenazan en orixe e destino: a soia mata
2008	265		13	MULLER	Prevención, diagnóstico a tempo e novas investigacións
2008	266		13	MULLER	A Vacina contra o Virus do Papiloma Humano (VHP)
2008	266		14	Eira	axudas para o acceso das mulleres á cotitularidade de explotacións AGRÁRIAS
2008	267		5	GALIZA	Levamos a supresión de servizos no rural até Madrid
2008	267		13	MULLER	XVII Encontro Estatal de Agricultoras e Gandeiras
2008	267		13	MULLER	calendario de cursos informáticos e charlas sabor da Lei de Dependencia
2008	267		13	MULLER	Feira pola Soberanía Alimentaria da Marcha Mundial das Mulleres
2008	268	12	13	MULLER	Campaña contra a violencia machista
2008	268		13	MULLER	Mulleres: coidados de todo e de tod@s
2009	269		13	MULLER	Cómpre cambiar xa as normativas para conseguir a titularidade compartida
2009	269		13	MULLER	Graves reaccións adversas en dúas nenas ás que se les subministrou a vacina do papiloma humano (VHP)
2009	270		2 e 3	Adro	A falla de servizos públicos no rural empeora especialmente a calidade de vida das mulleres
2009	270		13	MULLER	tipoloxía de riscos e recomendacións básicas
2009	270		14	Eira	Axudas periódicas de apoio a mulleres que sofren violencia de xénero. Salario da liberdade

2009	270		14	Eira	Indemnización de pagamento único a favor de mulleres que sofren violencia de xénero e/ou menor ou persoas dependentes afectadas por esta
2009	271		7	GALIZA	O cambio climático aumentará a desnutrición en 500 millóns de persoas
2009	271		9	Sectores Gandeiros	A rapa das ovellas na Galiza foi tradicionalmente feita por mulleres
2009	271		15	MULLERES	As mulleres, protagonistas no Día Internacional da loita labrega
2009	271		15	MULLERES	Acto de recoñecemento e apoio das mulleres nacionalistas galegas a Lidia Senra
2009	272		12	MULLERES	A lactancia materna diminúe o risco de enfermidade vascular nas mulleres
2009	272		12	MULLERES	Na defensa das nosas sementes
2009	273		12	?	Reunión entre a Secretaria das Mulleres do SLG e a Secretaria Xeral de Igualdade
2009	274		12	MULLERES	Soberanía Alimentaria, titularidade compartida e un dubidoso desenvolvemento rural sostible
2009	274		12	MULLERES	A "píldora do dia despois" chega ás farmacias
2009	274		12	MULLERES	ATENCIÓN mulleres labregas cotizantes á SS agraria que tiveches unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro de 2008
2009	274		14	Eira	Bonificación de cotas da seguridade social a favor de traballadoras autónomas que se reincorporan despois da maternidade
2009	275		12	MULLERES	Encontro de mulleres da Coordinadora Europea Vía Campesina en Betanzos
2009	275		12	MULLERES	O SLG erguese contra a violencia que afecta ás mulleres
2009	275		14	Eira	ATENCIÓN mulleres labregas cotizantes á SS agraria que tivéchedes unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro de 2008
2009	275		14	Eira	Encontro Anual da Secretaria das mulleres do Sindicato Labrego Galego
2009	276		12	MULLERES	Declaración de Cádiz
2010	276	2	12	MULLERES	Compromisos na moqueta
2010	276	2	7	Eira	Encontro Anual da Secretaria das mulleres
2010	276	2	14	Eira	ATENCIÓN mulleres labregas cotizantes á SS agraria que tivéchedes unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro de 2008
2010	277	3	capa/ 16	CAPA/MULLERES	VII Encontro Anual da Secretaria das Mulleres do SLG

2010	277	3	8	GALIZA	Unindo forzas a prol dun sistema público de servizos sociais
2010	277	3	18	Eira	ATENCIÓN mulleres labregas cotizantes á SS agraria que tivéchedes unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro de 2008
2010	278	5	16	MULLERES	Declaración Labrega de Cáceres
2010	278	5	18	Eira	ATENCIÓN mulleres labregas cotizantes á SS agraria que tivéchedes unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro de 2008
2010	278	5	18	Eira	axuda periódica de apoio a mulleres que sofren violencia de xénero
2010	279	6	12	MULLERES	Pais e nais denuncian os graves efectos da vacina do Virus do Papiloma Humano
2010	279	6	14	Eira	axuda periódica de apoio a mulleres que sofren violencia de xénero
2010	279	6	14	Eira	mulleres labregas cotizantes á SS agraria que tivéchedes unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro do 2008
2010	280	7	13	MULLERES	Terceira Acción Internacional da Marcha Mundial das Mulleres
2010	280	7	14	Eira	axuda periódica de apoio a mulleres que sofren violencia de xénero
2010	280	7	14	Eira	mulleres labregas cotizantes á SS agraria que tivéchedes unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro do 2008
2010	281	10	15	MULLERES	Glifosato: o herbicida de Monsanto que non acaba coas herbas e si coa saúde
2010	281	11	15	MULLERES	Viaxe a Valencia para participar do Encontro Anual de Mulleres de COAG
2010	281	11	15	MULLERES	O centro Social Aguilloa aborda a situación da muller rural
2010	281	11	18	Eira	labregas cotizantes á SS agraria que tivéchedes unha filla ou un fillo a partir do dia 1 de xaneiro do 2008
2010	282	11	8	ALDEA GLOBAL	Vilalba defende na FAO á agricultura labrega como solución a fame
2010	282	11	16	MULLERES	As labregas do SLG afondan na venda directa e no agroturismo
2010	282	11	16	MULLERES	Accións formativas para pórse ao dia en novas tecnoloxías e agricultura sostíbel
2010	282	11	17	MULLERES	O recorte nos orzamentos do Estado afonda na discriminación das labregas
2010	283	12	8 e 9	GALIZA	Lidia Senra Rodríguez e o xeito entrañable e humano de liderar as loitas sociais

2010	283	12	20	MULLERES	A secretaria das mulleres defendeu en Madrid a cotitularidade compartida
2010	283	12	20	MULLERES	O Plan Conecta achega as novas tecnoloxías ás mulleres labregas
2010	283	12	20	MULLERES	VIII Encontro Anual da Secretaria das Mulleres do SLG
2010	283	112	21	MULLERES	Comunicación e poderes públicos deben facer máis contra a violencia machista
2010	283	12	21	MULLERES	016
2010	284	2	7	GALIZA	O SLG apoiou a folga xeral do 27 en defensa dos intereses labregos
2011	284	2	25	MULLERES	A Secretaria das Mulleres achegou as súas propostas para a cotitularidade
2011	285	3	8	GALIZA	Boa acollida do libro de Tereixa Ledo Regal nas Súas presentacións
2011	285	3	9	ALDEA GLOBAL	Isabel Vilalba , membro do Comité da Coordinadora Europea da Vía Campesina
2011	285	3	20	MULLERES	Un 8 de marzo con peores pensións e cos mesmos atrancos para sermos titulares
2011	285	3	20	MULLERES	016
2011	285	3	20	MULLERES	VIII Encontro Anual da Secretaria das Mulleres do SLG
2011	285	3	21	MULLERES	Quince labregas betanceiras perdéronlle o medo a Internet e ás novas tecnoloxías
2011	286	4	8	GALIZA	O libro de Tareixa Ledo Regal deuse a coñecer en Lugo e na Terra Chá
2011	286	4	8	GALIZA	Lidia Senra Rodríguez galardoada co Pedrón de Ouro
2011	286	4	8	GALIZA	Lidia Senra Rodríguez. A historia dun liderado entrañable
2011	286	4	19	MULLERES	Lei de Titularidade Compartida cumpre unha demanda histórica das labregas
2011	286	4	19	MULLERES	016
2011	286	4	20	MULLERES	Contra a violencia machista da reforma das pensións e pola co-titularidade
2011	286	4	21	MULLERES	A Lei de Augas, as axudas á dependencia e o encarecemento da vida a debate
2011	287	6	19	MULLERES	Igualdade divulgará a titularidade compartida nas explotacións
2011	287	6	19	MULLERES	A cidadanía galega contra o infanticidio feminino
2011	287	6	20 e	MULLERES	Os riscos laborais específicos para as mulleres

			21		labregas
2011	287	6	22	Eira	016
2011	287	6	22	Eira	Medidas de protección integral contra a violencia de xénero
2011	288	7	9	GALIZA	A IX Romaría das Encrobas destacou o papel das mulleres labregas nas loitas labregas
2011	288	7	21	MULLERES	A Secretaria das mulleres animará ás labregas a inscribirse como cotitulares
2011	288	7	22	Eira	Medidas de protección integral contra a violencia de xénero
2011	288	7	22	Eira	016
2011	289	10	18 e 28, 29	VIII CONGRESO	A conquista da titularidade compartida nas explotacións
2011	289	10	30	Eira	Se es labrega, este xaneiro acóllete aos beneficios da Lei de Titularidade Compartida!
2011	289	10	30	Eira	016
2012	S/N	S/N	S/N	S/N	Verdegaia galardoa co Premio Semente a dúas mulleres do Sindicato Labrego
2012	290	1	15	MULLERES	O SLG pide incentivos para apoiar a cotitularidade nas explotacións
2012	290	1	15	MULLERES	Accións conxuntas para o 8 de marzo
2012	290	1	15	MULLERES	016
2012	291	3	capa/ 20 e 21	MULLERES	Ao redor do 8 de marzo: mulleres en loita polos nosos dereitos
2012	291	3	21	MULLERES	016
2012	291	3	22	Eira	Axudas para apoiar ás mulleres que sofren violencia de xénero
2012	292	5	21	MULLERES	As mulleres protagonizan a loita labrega en Latinoamérica
2012	292	5	21	MULLERES	A secretaria das mulleres xestiona a continuidade do Programa Punto Delas
2012	292	5	21	MULLERES	016
2012	292	5	22	Eira	Axudas para apoiar ás mulleres que sofren violencia de xénero
2012	293	7	capa/ 15	CAPA/MULLERES	As labregas poderán ser titulares tras anos de loita da Secretaria das Mulleres
2012	293	7	16	MULLERES	De Compostela a Bruxelas na loita pola igualdade das labregas
2012	293	7	16	MULLERES	016
2012	293	7	18	Eira	Axudas para apoiar ás mulleres que sofren

					violencia de xénero
2012	294	9	21	MULLERES	Marcha Mundial das Mulleres: a débeda dos gobernos é con nós, non cos bancos
2012	294	9	21	MULLERES	IX Encontro da Secretaria das Mulleres
2012	294	9	22	Eira	Axudas a mulleres que sofren violencia de xénero
2013	295	1	18 e 19	MULLERES	As labregas do SLG elixen nova responsable e mobilízanse contra a política de recortes
2013	295	1	19	MULLERES	Repensando a vida: Xornadas Ecofeministas de Compostela
2013	295	1	19	MULLERES	Presentes na Folga Xeral do 14 e na manifestación da Marcha Mundial das Mulleres do 25 de novembro
2013	296	4	22	MULLERES	Busca de solucións con Igualdade aos principais problemas das labregas
2013	296	4	23, 24 e 25	MULLERES	Avanzando dende Galiza na conquista dos dereitos das labregas de Europa
2013	296	7	26	Eira	Axudas a mulleres que sofren violencia de xénero
2013	297	7	5	GALIZA	Amarante e SLG celebran o Día Internacional do Comercio Xusto
2013	297	7	7	GALIZA	Compostela: xornadas sobre consumo sostible e xénero
2013	297	7	17	ALDEA GLOBAL	A VI Conferencia da Vía Campesina conclúe con 33 novos membros
2013	297	7	23	ALDEA GLOBAL	A loita pola terra irmanda Galiza e Guatemala
2013	297	7	27	MULLERES	O marco legal permite ás labregas a ser titulares, pero non hai solicitudes
2013	297	7	29	MULLERES	As galegas contra a reforma da Lei do Aborto do PP
2013	297	7	29	MULLERES	IV Asemblea de mulleres da Vía Campesina
2013	297	7	29	MULLERES	Curso sobre violencia de xénero no medio rural
2013	297	7	30	Eira	016
2013	298	10	28	MULLERES	As labregas tamén apoiaron a marcha en defensa dun aborto libre e gratuíto
2013	298	10	28	MULLERES	Mulleres intercambiando saberes nas comarcas de Compostela e Betanzos
2013	298	10	29	MULLERES	A Secretaria das Mulleres participou da Xornada "Feminismo en obras"

2013	298	10	30	Eira	As mulleres poden solicitar a titularidade compartida na explotación familiar na que traballen
2013	298	10	30	Eira	016
2013	299	12	28	MULLERES	Lista de espera de até 3 anos para consultas xinecolóxicas en Vilalba
2013	299	12	28	MULLERES	XXII Encontro de Mulleres de COAG
2013	299	12	29	MULLERES	Violencia machista: Máis de 600 mulleres asasinadas na última década
2013	299	12	30	Eira	016

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificación /presentación (nome, idade, local de residencia, relación actual co SLG, se é afiliada, etc)

Idade:_____
Estado civil:_____
Dependentes_____
Localização _____
Atividades agrícolas / outras: _____
_____
Quen traballa na granxa/Casa? _____
_____
Setor que participa no Sindicado (se procede) _____
Comarca Afiliada: _____
Función actual no sindicato: _____
Outras funções: _____
_____

- **Historia da súa participación no sindicato** - Como foi o primeiro contacto co SLG e como foi a súa inserción? (Como coñeceu? Que tarefas desempeñabas? Que responsabilidades tiñas?)

- **Familia e Comunidade x SLG x EU –** Como foi percibida esa súa vinculación co SLG por parte da súa familia, comunidade? Tivo algún efecto?

- **SLG**
- Cales actividades do sindicato tes participado?
- Cales son os temas ou as actividades mais importantes ou prioritarios do Sindicato?

- **Sistema sexo-xénero**
- Que iniciativas relacionadas co tema da promoción da igualdade son feitas polo sindicato tanto para o exterior cuanto para dentro do Sindicato.
- Como foi o debate dentro do sindicato sobre esa iniciativa. Foi ben aceita, houbo diverxencias?
- Que efecto cres que tiveron esas iniciativas para o sindicato e para sociedade en xeral.
- Como esa iniciativa afectou a súa forma de organización do traballo; a convivencia doméstica;

- **Secretaria das mulleres (cando, cómo e porque)**
  - Acompañaches o proceso de nacemento? Como foi para ti?
  - Que importancia ten a secretaria para o sindicato, ao seu ver?
  - Cales os problemas que a secretaria se afronta actualmente? Cales son os retos actuais? (medio e longo prazo)
  - Como percibes o traballo dirixido as cuestións de xénero dentro do sindicato? (Cal é o propósito? A quén están dirixidas? Porque? Como son feitas? Por quen? Cales son os temas prioritarios?)
  - Hai dificultades?

- A lo largo do tempo dese traballo, **que mudanzas tes visto?** Que resultados tes percibido na organización e acción do SLG?

- O que significa ter **3 mulleres que se identifican na lideranza** dun sindicato, labrego e na Galiza?

- **Fálame un pouco do que significou a súa participación no SLG para a súa vida.**

- **Mudou algo no SLG ca miña participación?**

ANEXO II

Lista de Documentos de Organismos Governamentais consultados

NOME	NIVEL
Informe de la Conferencia Mundial del Año Internacional de la Mujer	ONU
Directiva 75/117/CEE del Consejo, de 10 de febrero de 1975, relativa a la aproximación de las legislaciones de los Estados Miembros que se refieren a la aplicación del principio de igualdad de retribución entre los trabajadores masculinos y femeninos	UE
Directiva 76/207/CEE del Consejo, de 9 de febrero de 1976, relativa a la aplicación del principio de igualdad de trato entre hombres y mujeres en lo que se refiere al acceso al empleo, a la formación y a la promoción profesionales, y a las condiciones de trabajo	UE
Ley 19/1977, de 1 de abril, sobre regulación del derecho de asociación sindical.	ES
Directiva 79/7/CEE del Consejo, de 19 de diciembre de 1978, relativa a la aplicación progresiva del principio de igualdad de trato entre hombres y mujeres en materia de seguridad social.	UE
I Plan para a Igualdade de Oportunidades das Mulleres Gallegas 1992-1994	GZ
II Plan de Igualdad de Oportunidad de las Mujeres (1993-1995)	ES
Declaración y Plataforma de Acción de Beijing - IV Conferência Mundial da Mulher -ONU	ONU
II Plan para a Igualdade de Oportunidades das Mulleres Gallegas	GZ
IV Programa de Acción Comunitaria 1996-2000	UE
III Plan de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres 1997-2000	ES
III Plan para a Igualdade de Oportunidades das Mulleres Gallegas 1998-2001	GZ
Protocolo Opcional CEDAW	ONU

Ley orgánica 14/1999, de 9 de junio de modificación del código penal de 1995, en materia de protección a las víctimas de malos tratos y de la ley de enjuiciamiento criminal	ES
Ley 39/1999, de 5 de noviembre, para promover la conciliación entre vida familiar y laboral de personas trabajadoras	ES
III Plan de Acción positiva para las Mujeres, enfoque de género en las políticas Publicas	ES
Beijin +5 - Declaración política e documento final	ONU
V Programa de Acción para la igualdad entre hombres y mujeres 2001-2005	UE
II Plan integral contra la violencia domestica	ES
IV Plan para a Igualdade de Oportunidades das Mulleres Gallegas 2002 – 2005	GZ
IV Plan de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres 2003 - 2006	ES
Ley 27/2003, de 31 de junio, reguladora de la orden de protección de las víctimas de la violencia domestica	ES
Libro Verde - Igualdad y no discriminación en la Unión Europea ampliada /* COM/2004/0379 final	UE
Lei 7/2004, do 16 de xullo, galega para a igualdade de mulleres e homes.	GZ
Ley Organica 1/2004, de 28 de diciembre, de medidas de protección integral contra la violéncia de género	ES
Orden PRE/525/2005, de 7 de marzo, por la que se da publicidad al Acuerdo de Consejo de Ministros por el que se adoptan medidas para favorecer la igualdad entre mujeres y hombres.	ES
VI Programa: Plan de trabajo para la Igualdad de Mujeres y Hombres (2006-2010)	UE
Resolución do 8 de agosto de 2006 pola que se establecen as bases que rexerán as axudas e subvencións para o acceso das mulleres á cotitularidade de explotacións como fórmula de integración laboral da muller e estímulo ás mulleres emprendedoras de Galicia.	GZ

Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomia personal y atención a las personas en situación de dependencia.	ES
Regulamento (CE) 1922/2006 Criação do Instituto Europeo de Igualdade de Gênero - (IEGE)	UE
Ley Orgánica 3/2007, de 24 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres.	ES
Ley 45/2007, de 13 de diciembre, de desarrollo sostenible del medio rural. Boletin oficial del Estado num. 299, de 14 de diciembre de 2007	ES
Ley 18/2007 de 4 de julio, por la que se procede a la ntegracion de los trabajadores por cuenta propia del Régimen Especial Agrario de la Seguridade Social en el Régimen Especial de la Seguridade Social de los Trabajadores por Cuenta Propia o Autonomos.	ES
Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia.	ES
LEI 7/2007, do 21 de maio, de medidas administrativas e tributarias para a conservación da superficie agraria útil e do Banco de Terras de Galicia.	GZ
A Lei 2/2007, do 28 de marzo, galega do traballo en igualdade das mulleres de Galicia.	GZ
LEY 11/2007, de 27 de julio, gallega para la prevención y el tratamiento integral de la violencia de género.	GZ
V Plan do Governo gallego para a Igualdade entre mulleres e homes 2007 – 2010	GZ
DECRETO 181/2008, de 24 de julio, por el que se regula el Consejo Gallego de Participación de las Mujeres en el Empleo y las Relaciones Laborales, y la integración de la igualdad en las políticas de prevención de riesgos laborales.	GZ
DECRETO 182/2008, de 31 de julio, por el que se establece la promoción autonómica de las medidas municipales de conciliación y se determinan los requisitos para su validación y funcionamiento, en los términos establecidos en la Ley 2/2007, de 28 de marzo, del trabajo en igualdad de las mujeres de Galicia.	GZ
Ley 18/2007, de 4 de julio, por la que se procede a la integración de los trabajadores por cuenta propia del Régimen Especial Agrario de la Seguridad Social en el Régimen Especial de la Seguridad Social de los Trabajadores por Cuenta Propia o Autónomos.	ES

Ley 45/2007, de 13 de diciembre, para el desarrollo sostenible del medio rural.	ES
Real decreto 297/2009, do 6 de marzo, sobre titularidade compartida nas explotaciones agrarias	ES
Beijin +15	ONU
Directiva 2010/41/UE do Parlamento Europeo e do Consello, do 7 de xullo, sobre aplicación do principio de igualdade de trato entre homes e mulleres que exercen unha actividade autónoma.	UE
Ley 35/2011, do 4 de outubro, sobre titularidade compartida das explotacións agrarias.	ES
Lei 3/2011, de apoio a familia e a convivencia de Galicia	GZ
Convenio do Conselho Europeu sobre a prevenção e luta contra a violencia exercida sobre as mulheres e a violência doméstica.	ONU

Lista de Documentos dos Movimentos sociais consultados

Documento de la III Conferencia Internacional de la Via Campesina (Via Campesina - 2000)

Declaración de las y los participantes a la Conferencia de la Acción Global de los Pueblos Cochabamba, Bolivia. (Ação Global dos Povos - 2001)

Declaração dos Movimentos Sociais (FSM - 2001)

Carta de Princípios (FSM - 2001)

Estatuto da Muller Labrega - Seminario Europeo (Via Campesina - 2003)

Posicion sobre Soberania Alimentaria de los Pueblos (Via Campesina 2003)

Carta Mundial das Mulleres para a Humanidade (MMM- 2005)

Declaración de la III Asamblea Continental de Mujeres (Via Campesina 2005)

As mudas romperam o silêncio. manifesto de homens e mulheres em solidariedade às camponesas da Via Campesina (Via Campesina - 2006)

Declaración de la III Asamblea de las mujeres LVC (Via Campesina - 2008)

Declaración de Maputo: V Conferencia Internacional de la Vía Campesina (Via Campesina - 2008)

Una década de lucha internacional feminista 1998 - 2008 (MMM - 2008)

VII Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulleres (MMM- Galicia - 2008)

Carta de los Derechos de las Campesinas y los Campesinos (Via Campesina - 2009)

Declaración de la Asamblea de los Movimientos Sociales - (FSM Dakar 2011)

15 M Consenso de minimos (15-M 2011)

Declaração final da Cúpula dos Povos Rio+20 por justiça social e ambiental - em defesa dos bens comuns contra a mercantilização da vida (Cúpula do Povos - 2012)

Mulleres galegas en loita polos nosos dereitos (Feministas galegas - 2012)

Dossier Feminismo Porta del Sol (Comisión Feminismo Sol- 15-M - 2012)

Petição pública: En defensa da igualdade: non á lei de familia/ Em defesa da igualdade: nom à Lei de Família (Feministas galegas 2013)

FSM 2013: Declaración da Asemblea de Movementos Sociais (FSM - 2013)

Manifiesto Internacional de las Mujeres de la Vía Campesina (Via Campesina - 2013)

Marcha Mundial das Mujeres - Declaración Política (MMM - 2015)

Una declaración de los Derechos Campesinos (Via Campesina -2015)

Declaración final del encuentro europeo de la MMM (MMM - Galicia - 2016)

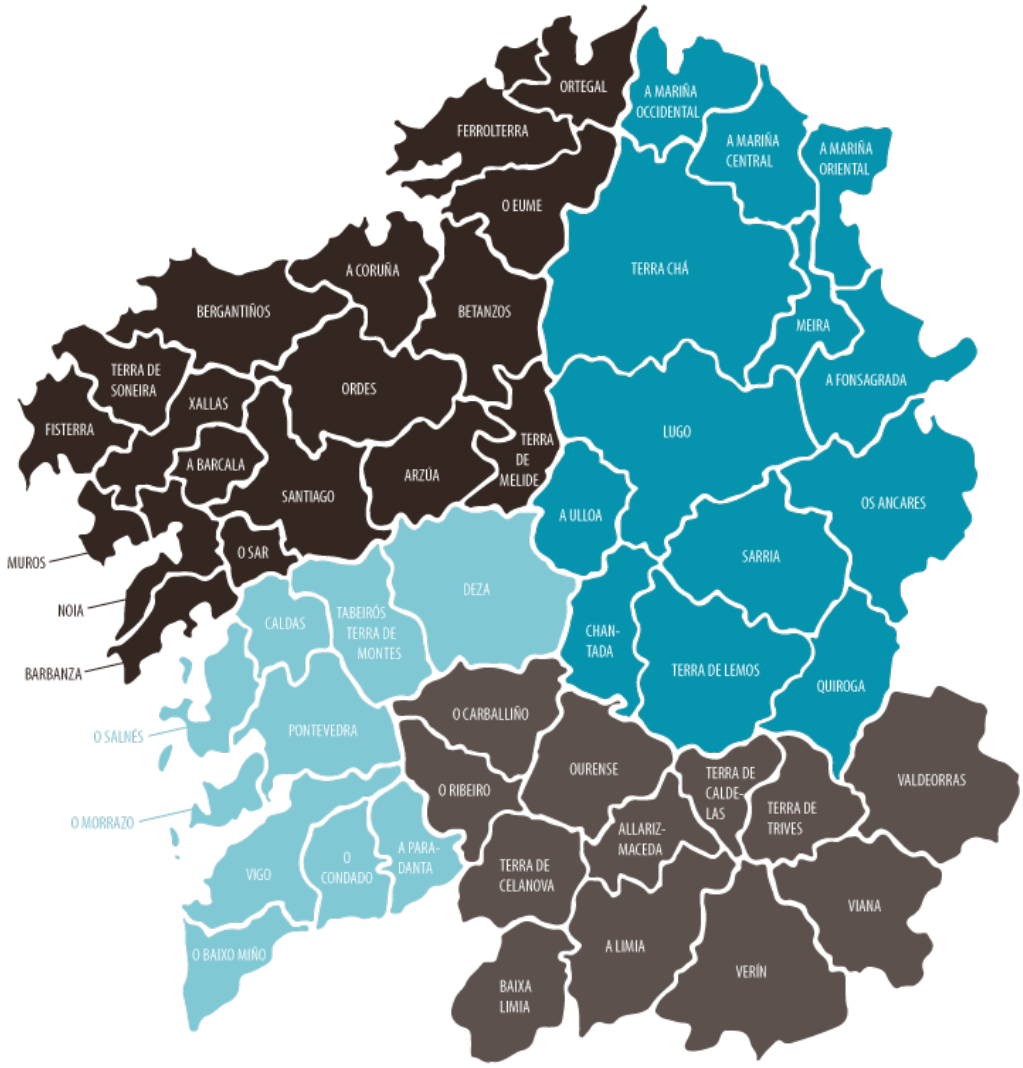
Repositório Institucional do Fórum Social Mundial Momória FSM

Estatuto do SLG

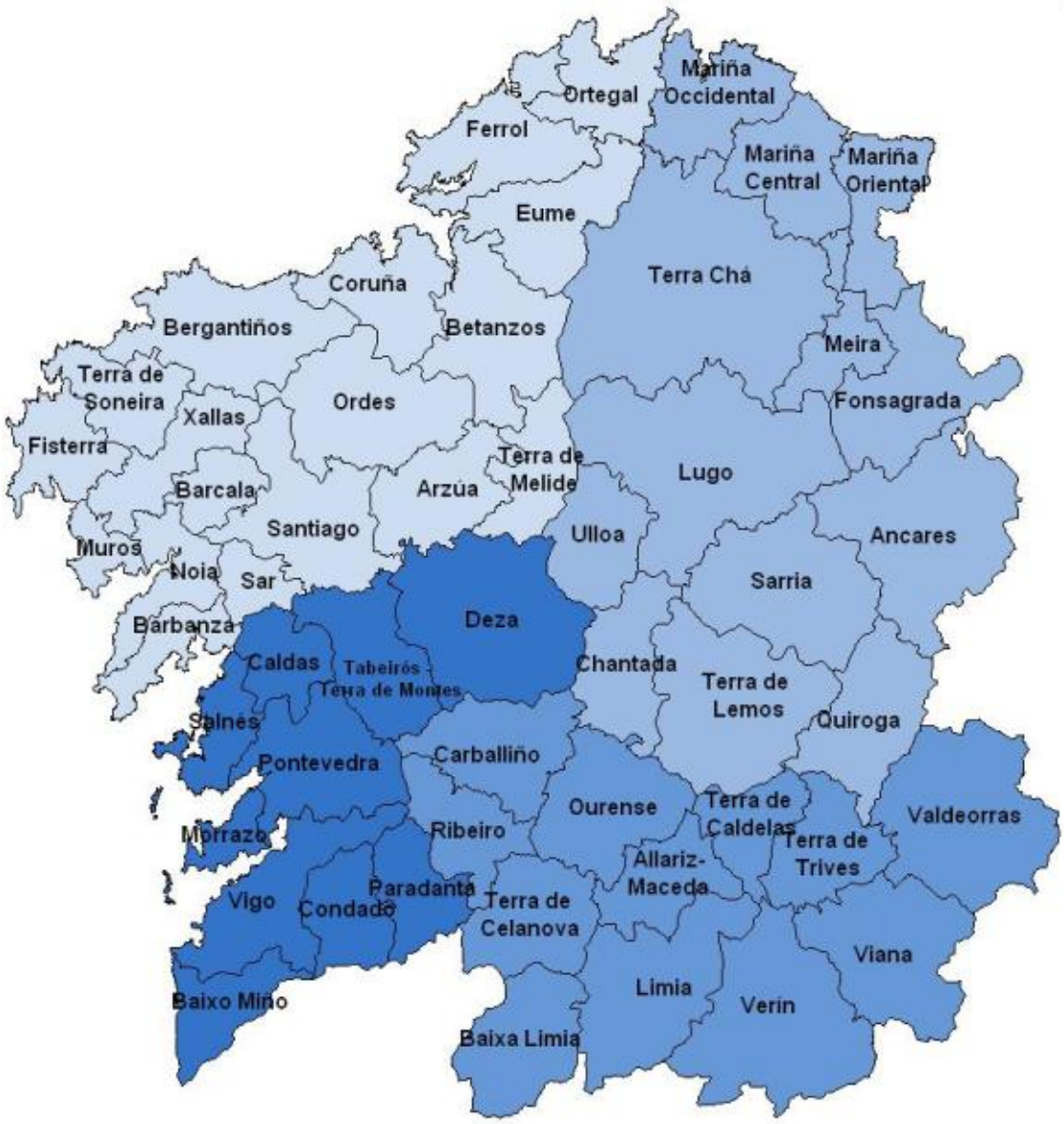
Documentos Congresso - SLG

ANEXO III

Galicia por comarcas

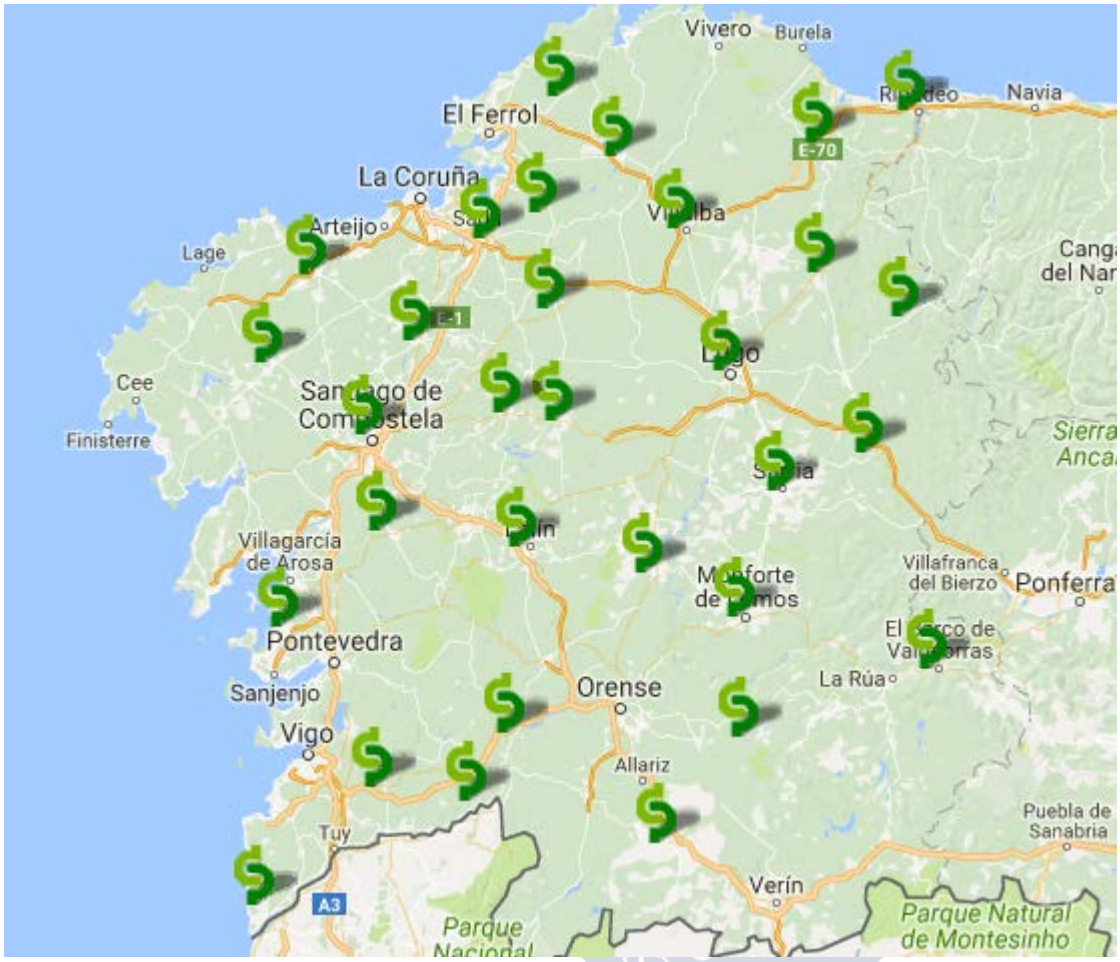


Disponível em: <http://www.galiciaenteira.com/mapa-comarcal/>



Disponível em: <http://www.ige.eu/estatico/educacion/Xeografia/Estrutura/Actividade3.htm

Mapa dos locais do SLG



LOGOS

CARTELERIA

Manifestação dia internacional das Mulheres trabalhadoras 2012

Campanha contra a violência de 2013

Programação do Encontro Anual de mulleres do SLG 2015

Caravana Feminista 2015

Jornada contra a violência de gênero 2016

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FOTOGRAFIAS

Manifestação contra pela titularidade compartida 2011 Santiago de Compostela

Manifestação 8 de março Santiago de Compostela 2012

VIVA N
AS
MULLERES

Encontro Anual da Secretaria das Mulleres do SLG 2012 Teo

Jornada de debate comarcal secretaria das mulheres 2015

Caravana feminista 2015 Betanzos

Feira de Betanzos 2016

Xornada Contra as Violencias Machistas 2016

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Resumen

La justicia es uno de los problemas más antiguos de la filosofía política y más emergentes para las personas que sufren con las injusticias. Es sobre esa necesidad de construir sociedades más justas que se rige este trabajo. Una necesidad que nace de la praxis cotidiana de mi actuación como sujeto político y de las limitaciones que son impuestas dadas las desigualdades de poder estructuradas en nuestra sociedad, especialmente de aquellas derivadas del sistema sexo-género. Limitaciones esas que también están insertas en las estructuras que son reproducidas en el interior de los espacios que trabajan por construir otro mundo, como son los movimientos sociales emancipatorios.

Mi preocupación con la justicia social me ha llevado a participar en diferentes movimientos sociales. Primer en Brasil, donde he participado en movimientos de juventud, estudiantiles, ambientalistas y feministas. Con mi inserción en la Universidad también tuve contacto con el movimiento campesino, por medio del *Movimento de Trabalhadores Sem-Terra* (MST). En Galicia, he participado del Movimiento 15-M o Movimiento Indignad@s y de otros espacios identificados como libertarios, alternativos y de izquierdas. En estos espacios me he dado cuenta de la insistente reproducción de diversas formas de expresión de las opresiones en el interior de estos movimientos, especialmente de aquellas relacionadas con el sexo-género. Opresiones experimentadas en el cuerpo en diversas formas como la exclusión de los espacios de representación, poder y toma de decisiones, la división sexual del trabajo, la falta de respetabilidad y de autoridad, ridiculización, humillación, intimidaciones, amenazadas y, claro, violencia sexual. Problemas que son relatados y compartidos por un amplio público femenino, y por otros grupos sociales a mi alrededor, y que también han sido registrados en la literatura. Ante estas situaciones, los discursos y las prácticas cotidianas dentro de los movimientos se han mostrado contradictorias e incoherentes, una vez que estos espacios al estar comprometidos con la justicia social, reproducían lógicas opresivas y se resistían a enfrentar injusticias. Esta incoherencia me ha llevado a cuestionar ¿cómo podría ser posible que los movimientos sociales que luchan por la justicia social se resistieran a tratar con seriedad las cuestiones referentes a las injusticias del sistema sexo-género?

Esta contradicción no es nueva, ni localizada en ciertos movimientos y organizaciones. El nacimiento del movimiento feminista ya al final del siglo XVIII e inicio del XIX surge de esta misma contradicción, cuando los revolucionarios demócratas no incluían a las mujeres como ciudadanas y como seres políticos plenos, deturpando el ideal universalista de igualdad y libertad. La historia del pensamiento feminista, que mezcla teoría y práctica, cuenta la negación de la construcción jerárquica de las relaciones entre masculino y femenino, y en ellos contextos específicos, una tentativa de revertir o desplazar sus funcionamientos. Una historia que continúa siendo relegada en muchos ámbitos, pero que conquista espacio, se diversifica y va alcanzando cada vez más complejidad en sus análisis. Los resultados son bien visibles al revelarse como uno de los campos más productivos en estudios, investigaciones y propuestas sociales dentro del panorama intelectual internacional. (SCOTT,2008). Se ha mostrado también como uno de los movimientos contemporáneos más importantes. En ese campo, el movimiento feminista se ha destacado por su continuidad, gran heterogeneidad y potencial crítico analítico. Este es hoy uno de los movimientos por la justicia social y política de carácter emancipador y transformador de mayor relevancia en el escenario político. Cuestiona las relaciones sociales y las estructuras de poder de la sociedad aportando, desde diferentes ámbitos y corrientes, contribuciones fundamentales a las teorías de la justicia. En especial, ha desvelado cómo el sistema sexo-género ha operado opresiones sobre las personas, en particular sobre las mujeres.

Por medios de sus teorías, el movimiento feminista ha criticado el carácter universalista y de imparcialidad de lo cívico, del público, del individuo y de la ciudadanía en que se basan las concepciones hegemónicas de la justicia social. Tales concepciones están íntimamente relacionadas con las formas de pensar la política y la justicia, sobre las cuales se estructuran las causas de las opresiones. Estas concepciones establecen y normalizan una idea de ciudadanía sobre el ideal de sujeto que transciende y niega las diferencias, normativizando determinados comportamientos y atributos personales, al tiempo en que estigmatizan otros como desviados, transformándolos en alteridad. Formas que enmascaran la perspectiva de grupos sociales dominantes que se proclaman como universales y neutros. Todo eso está naturalizado en dicotomías que sustentan y acentúan posicionamientos desiguales y jerárquicos entre las personas en la estructura social, que son vividas en su cotidianeidad, y por medio del cuerpo. Además, expulsan del terreo de lo público aquellos aspectos de la

existencia humana cuya la significación política es negada, como la familia, la sociedad civil y aquellos relativos al cuerpo, las necesidades y los afectos, cimentados en el privado. Así han excluido diversos grupos sociales de los ámbitos públicos y políticos, como ocurre con las mujeres. Por eso, las feministas han insistido en la necesidad de una concepción de justicia en la cual todos los miembros de la sociedad estén incluidos, lo que implica que cualquier teoría de la justicia tenga en cuenta el sistema sexo-género como eje de la estructura social, una vez que este sostiene desigualdades y jerarquías (FRASER *et al.*, 1996; YOUNG, 2000).

La actuación del movimiento feminista, a partir de diferentes perspectivas ha sido determinante para provocar cambios en las formas de concebir la justicia, el público y la política. Una de estas contribuciones valiosas es la de Iris M. Young que, al definir de forma más plural la categoría de opresión, entendiendo que ésta tiene un carácter sistémico y estructural amplio, lo cual pasa desde las instituciones hasta las acciones, reacciones e interacciones cotidianas de las personas. Así, las injusticias sociales están sostenidas en las estructuras sociales, no siendo suficientes aquellas iniciativas que se restringen a la distribución de los recursos, como defienden los idearios de la justicia distributiva, aún que la distribución sea un elemento fundamental para la garantía de la justicia. Por lo tanto, deben también tener en cuenta aquellos aspectos que limitan a las personas oprimidas en el desarrollo y ejercicio de sus capacidades y en la expresión de sus necesidades, pensamientos y sentimientos, que pueden ser resumidos en las ideas de autodesarrollo y autodeterminación. En consecuencia, si las injusticias envuelven tanto cuestiones distributivas como de reconocimiento sostenidas por medios de las estructuras sociales que funcionan tanto en lo que se entiende por ámbitos públicos como privados; las acciones y remedios para enfrentar las mismas, deben incidir sobre estos dos puntos, utilizando los términos de Nacy Fraser (FRASER *et al.*, 2011).

Con esta praxis feminista, las contradicciones en el interior de los movimientos emancipatorios no pasan desapercibidas, revelándose como “campos de conflictos” (ALVAREZ, 2009). Resultado que llega a día de hoy en la imposibilidad de pensar la justicia social y política sin tener en cuenta a las mujeres y a las injusticias derivadas del sistema sexo-género. Además de eso, refuerzan la emergencia en buscar estrategias que las eliminen, puesto que siguen dándose la invisibilidad e infravaloración de las experiencias protagonizadas por las feministas y mujeres en el seno de los movimientos sociales. A esto he

dedicado los estudios de máster, a percibir como el MST, movimiento político e ideológico de referencia internacional que reclama cambiar el modelo de sociedad, ha incorporado los discursos feministas en su organización. El resultado ha sido la verificación de un campo de conflicto rico en iniciativas y estrategias que poco ha sido discutido. La interferencia de los discursos feministas en el interior del movimiento ha demostrado tener un gran potencial transformador al que se ha dado poca consideración. Al tiempo, ha señalado la existencia de una serie de obstáculos que impedían que las cuestiones de las mujeres/feministas pudieran incluirse en los debates políticos centrales defendidos por estos movimientos.

Tales resultados me han llevado a dar continuidad al trabajo de investigación, una vez que los movimientos han demostrado ser actores sociales importantes en nuestra sociedad con capacidad de inferir en las agendas políticas en el ámbito local al internacional. Conjuntamente, estos son espacios de producción y experimentación de saberes y practicas emancipatorias que han promovido cambios significativos en la sociedad a lo largo de la historia (DELLA PORTA, 2015; TILLY; WOOD, 2009). Por eso, parecen jugar un papel estratégico en ese pensar de la justicia y de la política; y en la construcción de sociedades más justas, en las que todas las personas tengan espacio. Por ser estratégico, hace importante analizar los límites y las oportunidades que estos espacios han proporcionado para incluir las injusticias derivadas del sistema sexo-género como una cuestión de justicia social y política. Así como investigar de qué manera esas ideas vienen siendo traducidas en experiencias que pasan por promover mejoras en la vida de las personas y en la transformación de las estructuras sociales.

En mi trayectoria académica, otra preocupación se suma, influenciando mis opciones epistemológicas y metodológicas. Esta se refiere a mi responsabilidad en cuanto investigadora, una posición privilegiada que se da por estar en la Universidad, dentro de esta sociedad de enormes desigualdades en las cuales este espacio es accesible a un reducido número de individuos (YOUNG, 2011). Un lugar de poder, donde las voces de gran parte de os sujetos no son escuchadas, ni sus cuerpos y expresiones participan. Lo que quiere decir que ellas están excluidas de varios espacios de toma de decisiones y de significaciones con serias repercusiones sobre sus vidas. Un factor que, en sí, forma parte de las injusticias sociales. Derivada de esa responsabilidad, y concordando con Sandra Harding (1996) en que los pequeños avances son fundamentales para conseguir grandes transformaciones sociales y que,

además, éstas deben venir de una combinación entre lo que se produce dentro y fuera del campo científico; me propuse seguir investigando.

En el final del año de 2011, cuando el ciclo de protestas asciende en diversos territorios, incluyendo el gallego, me he encontrado con la experiencia inédita de la *Secretaria das Mulleres* del *Sindicato Labrego Galego (SLG).* Una organización mixta (en la cual participan hombres y mujeres) del movimiento campesino, liderado por mujeres en los últimos 28 años (1989-2017), que tiene como una de sus fortalezas la secretaria de las mujeres. Además, una organización de referencia en muchos aspectos, como la lucha por la soberanía alimentaria, por la auto-organización campesina, pero especialmente por su praxis en lo que se refiere a los temas relacionados con las desigualdades derivadas del sistema sexo-género. Referencia que se ha dado en múltiples niveles; quiero decir, en el ámbito gallego, donde reside su afiliación; en el Estado Español, por medio de su participación en la Coordinadora de Organizaciones Agrarias y Ganaderas (COAG) y a nivel internacional (europeo y mundial) en la Vía Campesina. Un reconocimiento difícil de ser visto, principalmente con respecto al enfrentamiento de las injusticias del sistema sexo-género dentro del campo de los movimientos campesinos, que siguen marcados por los liderazgos y patrones masculinos (DESMARAIS, 2007; HERNÁNDEZ, 2010). Aunque destaque en todos estos aspectos, son escasos los estudios dedicados a ella, y aún menos son las investigaciones sobre las experiencias desarrolladas en el enfrentamiento de las problemáticas derivadas del sistema sexo-género en el contexto gallego. Por eso, he decido enfocar esta investigación en el contexto gallego, en especial, a la experiencia promovida por la *Secretaria das Mulleres* del SLG.

Dentro de la problemática aborda en este estudio, la experiencia de la Secretaria llama la atención, sirviendo para articular teoría y práctica, lo que la hace ser fundamental para pensar otras concepciones de justicia y política. Al tiempo, evidencia cómo otras concepciones de justicia (que no la hegemónica) han sido traducidas en iniciativas, dando pistas y análisis sobre los caminos que se han recorrido en la construcción de sociedad más justas, entendiendo que ésta va más allá de la igualdad entre hombres y mujeres, conllevando una transformación social.

La problemática de esta investigación, por lo tanto, se asienta en la potencialidad de los movimientos sociales emancipatorios en influir (inferir) en los escenarios políticos al construir discursos alternativos y experiencias innovadoras y concretas que promueven cambios en las estructuras de nuestra sociedad. Verificando, por otro lado la persistencia de resistencias en tratar e incorporar las cuestiones referentes a las injusticias del sistema sexo-género como problemáticas políticas y sociales, generando espacios de conflictos, una vez que las mujeres y el movimiento feminista actúan. De ahí deriva el título de este trabajo: Justicia social, feminismo y movimientos sociales.

La articulación de estos tres temas conforma la base teórica, epistemológica y metodológica de esta investigación. Sobre ellas, discuto, básicamente, en la primera parte del trabajo que divido en tres capítulos. En el primer capítulo "*Movimento feminista e a emergencia do sistema sexo-gênero para a justiça social*", apunto los ejes clave de la contribución que la teoría crítica feminista hace para pensar la justicia social y política con la intención de romper con las injusticias derivadas del sistema sexo-género, en especial. Demarco cómo las problematizaciones feministas han ganado terreo en el proceso socio-histórico de los movimientos sociales emancipatorios, en la búsqueda por la transformación social y política.

El segundo capítulo, "*Contexto sócio-político das labregas*", está dedicado a conocer el contexto más concreto en que se mueven las protagonistas de las acciones que serán analizadas más detenidamente. Para entender las expresiones de las opresiones es imprescindible comprender las especificidades del contexto socio-histórico donde ellas ocurren (YOUNG, 2000). Por eso, Tilly (2009) afirma que, para entender las iniciativas, las campañas, los repertorios de acciones y las demonstraciones de fuerza y unidad de los movimientos y de sus organizaciones, es fundamental percibir el contexto, los procesos de creación cultural de las acciones colectivas y de resistencias practicadas en estos territorios. Así como las injusticias, las oportunidades y limitaciones identificadas por l@s protagonistas, los recursos de los que disponen y como los utilizan. En resumen, todo eso son aspectos fundamentales para entender las situaciones, limitaciones y oportunidades que pudieran interferir en el desarrollo de ciertas acciones de los sujetos participantes y para indicar posibles cambios en las estructuras sociales. Aun así, mismo que el contexto y la experiencia sean singulares y únicas, pueden contribuir para análisis más amplios.

En el tercer capítulo, "*Aspectos metodológicos"*, explico el diseño metodológico construido en la búsqueda por hacer de esta investigación un espacio que provocase diálogos con diferentes actrices y actores sociales y sus saberes también localizados. Es en el diálogo y las conexiones entre diversos conocimientos, sus tradiciones y, además, por medios de teorías críticas con dimensiones ética y política, que se puede contribuir para alterar las relaciones de poder, de los significados y de los cuerpos (HARAWAY, 1995). En el intento de alejarme de la tradición colonizadora de saberes y prácticas de *outren*, esa investigación también tiene la pretensión de contribuir para la ampliación del espacio comunicativo entre las diferentes voces, con especial énfasis de aquellas que poco son escuchadas, una cuestión de justicia en la que la teoría crítica feminista ha insistido.

Teniendo esto en cuenta, el diseño construido ha utilizado métodos y técnicas que buscan responder mejor a las bases epistemológicas y al objetivo (a) que se propone esta investigación, que es comprender cómo los sujetos participantes de los movimientos sociales han percibido cambios a partir de las iniciativas relacionadas con el sistema sexo-género desarrolladas por estes. Son utilizadas herramientas de la metodología cualitativa por tratarse de instrumentos más adecuados para poner en valor y escuchar a los sujetos de la investigación. Pues serán sus voces las que guíen el análisis sobre la articulación que los movimientos sociales han hecho en la búsqueda por la justicia social y política. Por este motivo, la búsqueda documental y bibliográfica, combinada con la observación participante y entrevistas semiestructuradas fueron las escogidas, conformando una estructura metodológica. La búsqueda documental realizada en el periódico interno, FOUCE, ha sido una parte relevante de este trabajo dada la falta de informaciones sistematizadas y de la dificultad de acceso inicial al campo de estudio. A raíz de él he construido un mapa inicial del contexto en que se desarrolla las iniciativas, así como establecer los primeros criterios de selección para las entrevistas y de los focos de interés.

Con esto podemos adentrarnos en una segunda parte del trabajo que también está dividida en tres capítulos. Ésta está dedicada a ampliar el espacio de diálogo entre diferentes actrices y actores. El capítulo "*Um projeto de auto-organização campesina galega. As mulheres fazem parte?*" abre esta segunda parte en la que se analiza el proceso de la experiencia de la *Secretaria das Mulleres* del SLG: las oportunidades, los límites y las estrategias encontradas y que han hecho posible que esta experiencia se tornara una referencia

internacional. Aquí se puede ver en especial el análisis documental del FOUCE, en la que se identifica y se discute sobre los procesos que generaron las iniciativas desarrolladas. En el capítulo, "*Escutando as diferentes vozes*", damos paso a conocer tanto los contextos más concretos en los que los sujetos protagonistas de esta investigación están involucrados, como el lugar socio-político de donde ellos hablan, para poder comprender las razones e intenciones que hay tras de sus discursos y acciones. Por lo tanto, se hace posible entender cómo ellas identifican y perciben las iniciativas promovidas por la Secretaria de las mujeres del SLG y el proceso que lleva a su inserción y desarrollo de las iniciativas. Para poner fin a la segunda parte del trabajo, el capítulo "*Semeando a igualdade*" discute, en base a sus discursos, los posibles efectos que tales iniciativas han proporcionado. Todo esto sobre el foco de cómo esta organización del movimiento social ha trabajado a partir de otras concepciones de la justicia que no la canónica, en la que las injusticias del sistema sexo-género sean tratadas dentro de los paradigmas inseparables del reconocimiento y distributivo, y como estas se han traducido en acciones y en cambios en la vida cotidiana de los sujetos.

A lo largo del trabajo se ha verificado que la trayectoria de iniciativas relacionadas con el sistema sexo-género protagonizadas por la *Secretaria das Mulleres* del SLG está marcada por la influencia de los debates y presiones promovidas por el movimiento feminista en los más diferentes ámbitos. Los obstáculos encontrados por la secretaría para sacar adelante sus acciones, derechos y su ejercicio, vienen tanto de los ámbitos entendidos como públicos y políticos como de los privados y personales, lo que hace que ellas sientan la necesidad de articular sus estrategias y diversificar sus focos de acción.

Las conclusiones principales sustentan la prerrogativa de la teoría critica feminista sobre la necesidad de una concepción de justicia que va más allá del paradigma distributivo hegemónico para conseguir mitigar las injusticias del sistema sexo-género. La articulación entre los paradigmas distributivos y del reconocimiento de la justicia, traducidas en iniciativas, han favorecido procesos emancipatorios significativos y han abierto espacios de participación político-públicas más heterogéneos. A su vez, esto ha influenciado un repensar sobre la justicia y la política, ampliando el alcance de las mismas para ámbitos "privados" como pueden ser la casa y la familia. Esto también ha favorecido una disminución en las distancias dicotómicas entre lo que se entiende por lo público y privado, aumentando las oportunidades de desplazamientos en las relaciones con desigualdades de poder entre los

sujetos y grupos sociales involucrados. Aspectos fundamentales para la existencia de justicia social y política. Pero es importante señalar las amenazas de los retrocesos latentes que, con facilidad, pueden demoler una gran parte del trabajo desarrollado en un largo período.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA